RELAÇÕES BRASIL-PARAGUAI

Afastamento, tensões e reaproximação

(1889-1954)

Ministério das Relações Exteriores

Ministro de Estado Embaixador Antonio de Aguiar Patriota
Secretário-Geral Embaixador Ruy Nunes Pinto Nogueira

Fundação Alexandre de Gusmão

FUNDAÇÃO ALEXANDRE DE GUSMÃO

Presidente Embaixador José Vicente de Sá Pimentel

Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais

Diretor

Centro de História e Documentação Diplomática

Diretor Embaixador Maurício E. Cortes Costa

A *Fundação Alexandre de Gusmão*, instituída em 1971, é uma fundação pública vinculada ao Ministério das Relações Exteriores e tem a finalidade de levar à sociedade civil informações sobre a realidade internacional e sobre aspectos da pauta diplomática brasileira. Sua missão é promover a sensibilização da opinião pública nacional para os temas de relações internacionais e para a política externa brasileira.

Ministério das Relações Exteriores
Esplanada dos Ministérios, Bloco H
Anexo II, Térreo, Sala 1
70170-900 Brasília, DF
Telefones: (61) 2030-6033/6034
Fax: (61) 2030-9125
Site: www.funag.gov.br

Francisco Doratioto

RELAÇÕES BRASIL-PARAGUAI

Afastamento, tensões e reaproximação (1889-1954)

FUNDAÇÃO
ALEXANDRE
DE GUSMÃO

Brasília, 2012

Direitos de publicação reservados à
Fundação Alexandre de Gusmão
Ministério das Relações Exteriores
Esplanada dos Ministérios, Bloco H
Anexo II, Térreo
70170-900 Brasília – DF
Telefones: (61) 2030-6033/6034
Fax: (61) 2030-9125
Site: www.funag.gov.br
E-mail: funag@itamaraty.gov.br

Equipe Técnica:
Maria Marta Cezar Lopes
Fernanda Antunes Siqueira
Fernanda Leal Wanderley
Rafael Ramos da Luz
Gabriela Del Rio de Rezende
Jessé Nóbrega Cardoso

Programação Visual e Diagramação:
Gráfica e Editora Ideal

Impresso no Brasil 2012

D694

DORATIOTO, Francisco.
Relações Brasil-Paraguai: afastamento, tensões e reaproximação (1889-1954) / Francisco Doratioto. — Brasília: FUNAG, 2012.
552 p.; 15,5 x 22,5 cm.

ISBN: 978-85-7631-384-7

1. Relações internacionais Brasil-Paraguai. I. Fundação Alexandre de Gusmão.

CDU: 327(81:892)"1889/1954"

Ficha catalográfica elaborada pela bibliotecária Valéria Alves de Freitas Werneck – CRB-7/5776

Depósito Legal na Fundação Biblioteca Nacional conforme Lei n° 10.994, de 14/12/2004.

O Brasil é e quer ser amigo do Paraguai, quaisquer que sejam os homens que o governem. Não há conflito de interesses entre os dois países. Não temos a pretensão de exercer influência política em nenhum dos Estados limítrofes. O que desejamos mui sincera e convencidamente é que todos eles vivam em paz, prosperem e enriqueçam. Um vizinho turbulento é sempre um vizinho incômodo e perigoso.

Barão do Rio Branco para Brazilio Itiberê da Cunha, ofício reservado n. 3, Rio de Janeiro, 01/02/1905.

(…) cinquenta anos de anarquia político-militar deixaram o país como está: pobre, sem crédito e indefeso.

Presidente do Paraguai Eligio Ayala para Eusebio Ayala, Assunção, 18.8.1925.

Para Maria Izabel, Leonardo, Rafael,
Amélia e Fernando (*in memoriam*)

Sumário

Prólogo **13**

Abreviaturas **17**

I - O Declínio da Influência Brasileira (1889-1902) **19**

1 - A herança do Brasil Império 20

2 - Novo Regime, velha política (1889-1894) 26

a) Continuidade 26

b) A intervenção contra José Segundo Decoud 36

3 - Diplomacia defensiva 52

a) Erva-mate e terras 53

b) Reciprocidade comercial e emergência do "lopizmo" 72

II - Rio Branco: a Não Intervenção (1902-1908) **93**

1 - O "inepto" Governo Escurra 94

2 - "A ruína e a desolação como troféus" 100

a) A Revolução Liberal de 1904 101

b) Intransigência colorada e vitória liberal 116

3 - O Brasil e os liberais cívicos 122
a) Os novos tempos 123
b) O "argentinismo" do governo Ferreira 135

III - "Calma, Moderação, mas Firmeza" (1909-1912) 163
1 - Ásperas relações com o "gondrismo" no poder (1909-1910) 163
2 - Melhora das relações 180
a) "Simpatia e amizade" para com o governo Jara 181
b) A deposição de Jara 193
3 - A guerra civil de 1911-1912 198
a) A precariedade do Governo Rojas 198
b) O entendimento brasileiro-argentino 208

IV - Distanciamento e Reaproximação (1912-1923) 233
1 - Ascensão e divisão do radicalismo 233
a) A chegada ao poder 233
b) As disputas internas 246
2 - Brasil e Paraguai se redescobrem 251
a) A retomada do interesse brasileiro 251
b) Gondra: a busca do equilíbrio externo 266
3 - A reaproximação brasileiro-paraguaia 275
a) Eusebio Ayala: "tendências amistosas" com o Brasil 275
b) A guerra civil: "militares sem patriotismo" e "civis sem escrúpulos" 283
c) Eligio Ayala: "ligado ao Brasil" 296

V - Paraguai: Equilíbrio Externo Frustrado (1924-1936) 305
1 - O pragmatismo de Eligio Ayala 305

a) A defesa do Chaco condiciona a política externa paraguia..... 306
b) A ofensiva diplomática do novo governo brasileiro 319
c) As divergências paraguaio-bolivianas e a neutralidade do Brasil 330

2 - O governo José P. Guggiari..... 345

a) Guggiari no poder 346
b) Neutralidade brasileira e a ratificação de limites..... 352
c) Frustrada a aproximação 368

3 - O governo Eusebio Ayala e a Guerra do Chaco 390

a) 1932: guerra civil no Brasil, guerra externa no Paraguai 390
b) A diplomacia brasileira e a Guerra do Chaco 398

VI – Anos Decisivos (1936-1954)..... 421

1 - Da incerteza às primeiras iniciativas..... 421

a) A incerteza franquista 422
b) Os primeiros acordos 431

2 - O estreitamento das relações (1939-1945) 441

a) O curto governo Estigarribia..... 441
b) A formalização e a diplomacia moriniguista 446

3 - O descompasso político..... 462

a) O esfriamento 462
b) A Guerra Civil de 1947 e a Missão Negrão de Lima 468

4 - De Morínigo a Chaves: a discreta presença brasileira 494

a) A queda de Morínigo e a instabilidade 495
b) Federico Chaves: próximo da Argentina, distante do Brasil 504

Conclusão 519

Fontes..... 529

Prólogo

Este livro tem como origem minha Tese de Doutorado em História, defendida na Universidade de Brasília, em 1997, sobre as relações políticas entre o Brasil e o Paraguai, no período entre 1889 e 1930. Estimulado pelos amigos Guido Rodríguez Alcalá, renomado escritor paraguaio, e Martin Romano Garcia, da editora paraguaia *Tiempo de Historia* (que o publicou em 2011 sob o título *Una relación compleja: Paraguay y Brasil, 1889-1954)*, decidi publicar a Tese, aperfeiçoando sua forma e conteúdo e ampliando seu corte cronológico final até 1954. Para tanto, incorporei os resultados de pesquisa que desenvolvo desde 2010, financiado pelo Conselho Nacional de Pesquisa Científica, sobre a influência do Brasil no processo político interno paraguaio de 1941 a 1989. O resultado é esta análise de um ciclo completo nas relações brasileiro-paraguaias: se inicia com a perda de sua densidade, no final do século XIX, passando pelo momento de maior afastamento, de 1904 até fins da década de 1910, e pelo longo esforço de reaproximação, iniciado na década de 1920 e fortalecido nas décadas de 1940 e 1950.

Desde 1889 e até 1954 essas relações foram influenciadas e, mesmo, condicionadas, pelos objetivos da política da Argentina em relação ao Brasil e ao Paraguai. Por isso, sempre que possível busquei confrontar documentos diplomáticos argentinos e brasileiros, de modo a obter a maior objetividade possível de análise. Apenas pontualmente foram utilizados documentos diplomáticos paraguaios porque, em 1996, foi recusado meu pedido de autorização para pesquisar no arquivo do Ministério

de Relaciones Exteriores do Paraguai. Devido à falta de condições de permanecer no Paraguai o tempo necessário para novas pesquisas, não voltei a solicitar tal autorização. De todo modo, tive acesso a documentos paraguaios em mãos de particulares; a outros que foram publicados e pelas informações em livros de memórias, além das contribuições de novos estudos publicados sobre a história paraguaia nos últimos anos.

Desses novos estudos são particularmente importantes aqueles de Liliana Brezzo, da *Universidad Católica de Rosário*, e de Ricardo Scavone Yegros, da *Academia Paraguaya de la Historia*, incansáveis pesquisadores que produziram sofisticadas análises históricas.

A pesquisa em diferentes arquivos e bibliotecas, de diferentes países, somente foi possível graças ao profissionalismo e dedicação de seus funcionários, bem como a compreensão para com este pesquisador, que desejava ver toda a documentação disponível e sempre dispunha de pouco tempo disponível. Também me foram muito úteis informações e reflexões, frequentemente feitas de forma fortuita em conversas sobre outros temas, que escutei nos anos em que vivi no Paraguai (1994-1997). É necessário, portanto, que eu registre meus agradecimentos a várias pessoas e instituições, apesar do risco de enfadar o leitor.

Tive como orientador de Doutorado o professor doutor José Flávio Sombra Saraiva, a quem agradeço a orientação segura e as sugestões. Agradeço, ainda, os comentários e sugestões dos membros da banca examinadora, composta pelos professores doutores Amado Luiz Cervo; Geralda Dias Aparecida e Luis Alberto Moniz Bandeira, todos da Universidade de Brasília, e por Clodoaldo Bueno, da Universidade Estadual Paulista.

Sou devedor do embaixador Luiz Felipe Lampreia por sua intercessão, em 1994, para agilizar meu acesso ao Arquivo Histórico do Itamaraty e pelo tratamento deferente que dispensou a mim quando foi chanceler. Meus agradecimentos, ainda, ao embaixador João Hermes Pereira de Araújo, diretor do Museu Histórico e Diplomático do Itamaraty, bem como a Lucia Monte Alto Silva e demais funcionários desse arquivo.

A busca de informações complementares em documentos no arquivo da Embaixada do Brasil em Assunção, nos anos de 1995 e 1996, foi-me facilitada, com autorização do Itamaraty, pelos embaixadores Alberto da Costa e Silva e Márcio de Oliveira Dias. Foram produtivas e agradáveis as conversas com os diplomatas então lotados na Embaixada: Antonio José Rezende de Castro, Cláudio Raja Gabaglia Lins, João Solano, Gonçalo de Barros Carvalho e Mello Mourão, Luiz e Maria Helena da Fonseca Costa, Heraldo Póvoas de Arruda, Octávio Henrique Cortes,

Pedro Bretas e Roberto Avellar. Mais recentemente, sou devedor do embaixador Eduardo dos Santos e do ministro Antonio Alves Júnior.

No Paraguai recebi apoio de diferentes pessoas. Meu primeiro agradecimento e minha admiração são dirigidos ao doutor Manuel Peña Villamil, cujo arquivo particular e reflexões foram de crucial importância na elaboração dos capítulos IV e V. Por indicação de bibliografia especializada, apoio e incentivo às minhas pesquisas, sou devedor de Guido Rodríguez Alcalá; José Eduardo Alcázar; José Luís Simón; Manoel Fernández Alcázar; Ricardo Caballero Aquino e Ricardo Scavone Yegros. Agradeço, postumamente, a Carlos Pusineri Scala, que foi diretor da *Casa de la Independencia*, pelo empréstimo – ato sempre corajoso – de publicações; a Francisco Legal, descendente de José Segundo Decoud, por fornecer cópia da carta testamento de seu antepassado; ao embaixador Augusto Ocampos Caballero, à socióloga Milda Rivarola e a Tito Aranda pela gentil cessão de material fotográfico. Agradeço, ainda, à boa vontade e simpatia com que fui tratado pelos funcionários do *Archivo Nacional de Asunción*. Ainda em Assunção, foi um privilégio a convivência, as conversas na porta da *Trinitiy School* e nas atividades sociais escolares com os pais de *compañeritos* de meus filhos, particularmente com Josefina e José Eduardo, Miriam e Oscar, Octavio e Patricia e Maria Eugenia e Ricardo.

Sou grato aos funcionários do *Archivo del Ministerio de Relaciones Exteriores, Comercio Internacional y Culto* da Argentina, pela amabilidade com que me atenderam repetindo, aliás, o tratamento que me haviam dispensado em outras ocasiões. São também merecedores de meus agradecimentos os funcionários do *Archivo Nacional de la Nación,* da Argentina, e do *Archivo del Ministerio de Asuntos Exteriores*, da Espanha.

Também contribuíram para minhas reflexões – mas não têm responsabilidade sobre elas –, conversas com os doutores Isidoro Ruiz Moreno; Miguel Ángel de Marco e Thomas Whigham, bem como com os historiadores Hernán Santivañez Vieyra e Paulo Zappia.

Durante a realização de meu Doutorado contei com bolsa da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). As pesquisas adicionais, ampliação do corte cronológico e a preparação para publicação foram possíveis graças a Bolsa de Produtividade em Pesquisa que me foi concedida pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

Abreviaturas

A) FONTES

AEBA	Arquivo da Embaixada do Brasil em Assunção;
AGNA	Archivo General de la Nación – Argentina;
AHI	Arquivo Histórico do Itamaraty – Brasil;
AMAE	Archivo del Ministerio de Asuntos Exteriores – Espanha;
AMRECIC	Archivo del Ministerio de Relaciones Exteriores, Comercio Internacional y Culto – Argentina;
ANQC	Archivo Norberto Quirno Costa – Academia Nacional de Historia - Argentina;
APMPV	Arquivo particular de Manuel Peña Villamil – Assunção;
AS	Anais do Senado do Brasil;
BN	Biblioteca Nacional – Brasil;
BNP	Biblioteca Nacional – Paraguai;

MDBAD	Missões Diplomáticas Brasileiras – Assunção – Despachos;
MDBAOE	Missões Diplomáticas Brasileiras – Assunção – Ofícios Enviados;
MDBAOR	Missões Diplomáticas Brasileiras – Assunção – Ofícios Recebidos;
MDBATE	Missões Diplomáticas Brasileiras – Assunção – Telegramas enviados;
MDBATR	Missões Diplomáticas Brasileiras – Assunção – Telegramas Recebidos;
MDBBAOE	Missões Diplomáticas Brasileiras – Buenos Aires – Ofícios Enviados;
MDBBAOR	Missões Diplomáticas Brasileiras – Buenos Aires – Ofícios Recebidos.

B) OUTRAS

Cifr. – Cifrado;
Conf. – Confidencial;
Cx. – Caixa;
Of. – Ofício;
Res. – Reservado;
S/c. – Sem classificação;
S/d. – Sem data;
S/n. – Sem número;
Sec. – Seção;
Secr. – Secreto;
Tel. – Telegrama;
V. – Volume;

I - O Declínio da Influência Brasileira (1889-1902)

Proclamada a República brasileira, esperava-se dela uma política inovadora em relação aos países vizinhos. Os republicanos, afinal, quando na oposição, criticavam a política do Estado monárquico brasileiro com relação às nações americanas, particularmente com as do Prata. Nesta região, eram objetivos do Brasil Império manter a independência do Paraguai e do Uruguai que, aos olhos da diplomacia imperial, cumpriam a função de Estados "tampões" e impediam o surgimento, ao sul, de uma grande república, abrangendo o território do antigo Vice-Reino do Rio da Prata, sob a liderança de Buenos Aires. Havia a percepção, no Rio de Janeiro, de que uma tal república, além de servir de modelo para ideias republicanas no Brasil, nacionalizaria os rios platinos. A navegação destes constituía o único meio de contato regular do Rio de Janeiro e da distante província de Mato Grosso, através do qual se satisfazia, ainda que precariamente, as necessidades de Mato Grosso. Ademais, um grande Estado republicano ao sul poderia ser um polo centrípeto, facilitando o desmembramento do território brasileiro, com eventual perda do Mato Grosso e do Rio Grande do Sul. O primeiro, em razão de seu isolamento e de sua vulnerabilidade, o segundo pelo fato de já ter feito tentativa secessionista nas décadas de 1830-1840. O Rio da Prata era, assim, espaço geopolítico vital para o Brasil Império, que, consequentemente, buscou ser hegemônico na região. As linhas de

ação da política do Império no Prata mantiveram-se até o final do Estado Monárquico em 1889, atenuando-se, porém, a partir da década de 1880, quando o Rio de Janeiro deixou de entender como agressivas as intenções argentinas na região[1].

No início do Brasil República houve fugaz tentativa de inovar na política em relação à Argentina. De fato, no governo Provisório de Deodoro da Fonseca, o chanceler Quintino Bocayúva inovou ao aceitar a proposta argentina de dividir-se o território litigioso de Missões (Palmas). Essa aceitação, porém, foi repudiada no Brasil tanto pela opinião pública, quanto pela imprensa e, por fim, rejeitada pelo Legislativo. Terminou, desse modo, o idealismo dos republicanos brasileiros quanto a política externa, o qual, como demonstrar-se-á, sequer chegou a manifestar-se no que se refere ao Paraguai. Quanto a esse país, a política brasileira no período de 1889 a 1902 caracterizou-se pela falta de iniciativa, guiando-se inercialmente pelas grandes linhas adotadas pelo Brasil Império a partir da década de 1840 e, mesmo, pelo intervencionismo direto na política interna paraguaia.

1 - A herança do Brasil Império

Foram três os objetivos do Império do Brasil quanto ao Paraguai. O primeiro deles foi o de obter a livre navegação de rios internacionais dessa República, de modo a garantir a comunicação marítimo-fluvial de Mato Grosso com o resto do Brasil. O segundo objetivo foi o de assinar com o governo de Assunção um tratado de limites, de modo a ratificar, pelo direito internacional, a expansão territorial brasileira ocorrida sob o colonialismo lusitano. Alcançou a diplomacia imperial essas duas metas após a vitória da Tríplice Aliança – Argentina, Brasil e Uruguai – na guerra contra o Paraguai, com os tratados de paz assinados em 1872 com o governo de Assunção. Por último, um objetivo permanente do Império até o seu fim, em 1889, foi o de conter a influência argentina sobre o país guarani, a partir da convicção de que Buenos Aires ambicionava ser o centro de um Estado que abrangesse o território do antigo Vice-Reino do Rio da Prata, do qual fora parte o território paraguaio.

O Império implementou uma política destinada a alcançar esses objetivos a partir de meados da década de 1840, quando, conformada a unidade interna brasileira em torno de um Estado monárquico e

[1] DORATIOTO, Francisco. O Império do Brasil e a Argentina in: *Textos de História.* Brasília: Pós-Graduação em História da Universidade de Brasília, v. 16, p. 217-247, 2008.

centralizado, pôde o Rio de Janeiro voltar-se para os assuntos externos[2] e, mais especificamente, para o Rio da Prata. Ao Estado Monárquico brasileiro não interessava uma república grande e forte ao sul; daí reconhecer, em 1844, a independência paraguaia. Esta, embora existisse de fato há três décadas, foi proclamada formalmente apenas nesse ano, por Carlos Antonio López, que assumiu definitivamente como chefe de Estado em 1842, substituindo José Gaspar Rodriíguez de Francia, morto em 1840. A diplomacia brasileira também fez gestões junto a países europeus para que reconhecessem a independência paraguaia. Nos anos seguintes, o Rio de Janeiro facilitou ao Paraguai a obtenção de armas, enviando, inclusive, assessores militares para fortalecer o país frente à ameaça expansionista de Rosas, ditador da Confederação Argentina[3].

Entre 1844 e 1852 os aspectos de convergência foram privilegiados nas relações entre o Rio de Janeiro e Assunção. Não que inexistissem motivos para disputas entre os dois países, pois o governo paraguaio não reconhecia como território brasileiro a área entre os rios Branco e Apa, como reivindicava o Império. Tais divergências, contudo, foram relegadas para segundo plano, frente à ameaça comum, representada por Rosas. Após a deposição deste, em 1852, as relações brasileiro-paraguaias desgastaram-se com as divergências em torno da definição de fronteiras. Usando o único instrumento de pressão de que dispunha, o governo de Carlos López condicionou a livre navegação de seus rios por barcos brasileiros à delimitação dos limites entre os dois países no rio Branco. O Rio de Janeiro resistiu a tal condicionamento em meio a marchas e contramarchas que agravaram as tensões. Ameaçado pelo Brasil de uma guerra para a qual não estava preparado, o governo paraguaio assinou com o Império do Brasil, em 1856, um tratado que garantiu a livre navegação daquele rio e postergou por seis anos a discussão das fronteiras, mantendo, enquanto isso, o *status quo* territorial vigente[4].

Em 1862 faleceu o presidente Carlos Antonio López, sendo sucedido no cargo pelo filho, Francisco Solano López. A política isolacionista de José Gaspar de Francia permitira ao Estado paraguaio acumular riquezas em forma de produtos agrícolas. Já Carlos Antonio

---

[2] A política externa do Brasil Império a partir de meados da década de 1840 tendeu à racionalidade e à continuidade, em virtude de um sistema de equilíbrio de influências, do qual participavam o Executivo, o Conselho de Estado e os parlamentares. CERVO, Amado Luiz; BUENO, Clodoaldo. *História da política exterior do Brasil*. São Paulo: Ática, 1992. p. 131.

[3] BANDEIRA, Luiz A. Moniz. *O expansionismo brasileiro*: o papel do Brasil na Bacia do Prata - da colonização ao Império. Rio de Janeiro: Philobiblion, 1985, pp. 127-138.

[4] *Relatório da Repartição dos Negócios Estrangeiros* (RRNE), 1858, p. 39.

López, representante da burguesia rural remanescente que sobreviveu ao Ditador Perpétuo, colocou o aparelho estatal a serviço do aceleramento da acumulação de capital por esse setor social e restabeleceu os contatos de seu país com o exterior[5].

A política de Carlos Antonio López modernizou setores ligados à defesa do país mediante a importação, da Grã-Bretanha, de maquinaria e de técnicos. Buscou, também, criar a infraestrutura necessária para o desenvolvimento da economia paraguaia. O isolamento promovido por Francia gerara as condições para um processo de modernização que, por sua vez, exigia o fim desse mesmo isolamento e a integração do país no comércio mundial. Essa realidade refletiu-se na política externa do Paraguai, mais presente no Prata, que buscava obter um porto marítimo para viabilizar o contato comercial com a Europa[6].

Também no ano de 1862 ocorreu outro fato de capital importância no quadro platino: o surgimento da República Argentina. Conseguiu, então, a burguesia mercantil portenha, representada na figura de Bartolomé Mitre, criar um Estado centralizado, ainda que contestado até a década seguinte por oligarquias regionais. Ao mesmo tempo, do lado paraguaio, havia a desconfiança de que Buenos Aires pudesse tentar estender seu domínio sobre o país. Por esse motivo, embora o Paraguai necessitasse de um porto que lhe desse acesso ao Atlântico, não confiava em recorrer ao da capital argentina. A alternativa que se apresentava ao país era o porto de Montevidéu[7].

Nesse contexto, aproximaram-se o Paraguai e o governo *blanco* uruguaio, que esperava obter do país guarani o respaldo necessário para tirar o Estado Oriental da dependência de seus dois poderosos vizinhos, o Império e a Argentina. Os governantes de Montevidéu passaram a ser hostilizados pelo governo argentino, presidido por Bartolomé Mitre, que apoiou a rebelião da oposição colorada no Uruguai. O governo uruguaio, por sua vez, contava não apenas com a simpatia paraguaia, como também com a de setores internos argentinos, que se opunham a Mitre. Essas circunstâncias levaram a que se aproximassem Assunção e o caudilho Justo José Urquiza, Governador de Entre Ríos e o mais poderoso questionador das características centralizadoras assumidas pelo Estado argentino. Ao acercar-se dos opositores de Buenos Aires, Solano López tornou-se uma ameaça à consolidação do Estado Nacional argentino.

---

[5] HERKEN KRAUER, Juan Carlos; GIMENEZ DE HERKEN, Maria Isabel. *Gran Bretaña y la Guerra de la Triple Alianza*. Asunción: Editorial Arte Nuevo, 1983, p. 46.

[6] Luiz Alberto MONIZ BANDEIRA, op. cit., pp. 161-164.

[7] O processo histórico que levou à Guerra do Paraguai pode ser visto em: DORATIOTO, Francisco. *Maldita Guerra; nova historia da Guerra do Paraguai*, 1a ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2004, cap. 1.

Também o Império brasileiro tinha interesses envolvidos na situação uruguaia, pois não lhe convinha que Montevidéu saísse de sua órbita de influência. O governo blanco adotou, crescentemente, postura nesse sentido e buscou controlar as atividades em seu território dos pecuaristas gaúchos, os quais, por sua vez, se apresentaram à opinião pública brasileira como vítimas de perseguições injustas. O governo liberal brasileiro, que ascendeu ao poder em 1862, humilhado pela prepotência britânica no ano seguinte (a "questão Christie"), viu, numa ação enérgica contra Montevidéu, modo fácil de recuperar prestígio internamente. Para intervir no Uruguai, o Império obteve o beneplácito do governo argentino, havendo, a partir de então, uma aproximação crescente entre o Rio de Janeiro e Buenos Aires. Ao promover a entrada de tropas brasileiras no território uruguaio, o governo imperial não esperava que tal ato tivesse maiores repercussões, por contar com a anuência de Mitre e por interpretar como mera bravata as declarações de Solano López, de apoio ao governo blanco[8].

Em setembro de 1864, tropas brasileiras entraram no Uruguai como forma de pressionar o governo local a ceder às exigências de punição dos funcionários orientais, que teriam cometido violências contra súditos brasileiros no país. A intervenção acabou por servir de pretexto a Solano López, que buscou impor, pela demonstração de força, o reconhecimento do Paraguai como potência regional. Assim, em dezembro de 1864, suas tropas invadiram o Mato Grosso. Decidido a fazer o mesmo com o Rio Grande do Sul, o governante paraguaio solicitou permissão a Mitre para passar com suas forças por território argentino, rumo a essa província brasileira. Ao ser-lhe negada autorização, invadiu a província argentina de Corrientes, em abril de 1865, e, dois meses após, uma força avançada paraguaia entrou no Rio Grande. Em 1º de maio de 1865, representantes da Argentina, Brasil e Uruguai assinaram, em Buenos Aires, o Tratado da Tríplice Aliança, que determinava as condições políticas e militares mínimas para que se travasse a guerra contra Solano López.

A aliança entre o Império e a Argentina gerou reações de desconfiança nas respectivas oposições. No Brasil, o Partido Conservador, criticou especialmente o reconhecimento como argentino do território, até então de soberania paraguaia, compreendido entre o Chaco até a fronteira com o Mato Grosso, à altura de Bahía Negra. A oposição conservadora

[8] ZACARIAS, Sessão do Senado Imperial de 26.6.1869. AS, 1869, v. II, p. 285.

apontou como desaconselhável esse aumento da extensão da fronteira brasileiro-argentina, indicando, ainda, que a independência paraguaia estaria ameaçada, pois o país guarani ficaria cercado a leste e a oeste por território argentino, numa espécie de abraço apertado[9].

O Partido Conservador retornou ao poder, no Brasil, em 1868. Nesse mesmo ano, na Argentina, assumiu a Presidência Domingo Faustino Sarmiento, opositor da política externa de Mitre. A política dos conservadores no pós-guerra foi a de reafirmar a existência do Paraguai como Estado independente e, ao mesmo tempo, evitar que a Argentina se apossasse de todo o Chaco, como lhe fora facultado pelo Tratado da Tríplice Aliança. O presidente Sarmiento, por sua vez, crendo em intenções expansionistas do Império sobre o Paraguai, defendeu que os limites deste com seu país e com o Brasil não resultassem da aplicação, pura e simples, dos termos do Tratado da Tríplice Aliança[10]. Após a morte de Francisco Solano López, no combate de Cerro Corá, em 1º de março de 1870, o Gabinete conservador brasileiro fez uso desse argumento e aproveitou-se da ocupação, por suas forças, do Paraguai, para impedir que todo o Chaco se tornasse argentino. Ao mesmo tempo, a diplomacia imperial estabeleceu, por tratado assinado em 1872, a fronteira brasileiro--paraguaia no rio Apa, nos termos em que pleiteava desde a década de 1840.

Entre 1869 e 1875, o Império foi hegemônico no Paraguai, ou seja, seus objetivos foram assumidos pelos governantes de Assunção como parâmetros para a política externa paraguaia. Estes ascenderam ao poder com a aquiescência da diplomacia imperial e nele se mantiveram com o apoio das forças brasileiras de ocupação, aquarteladas principalmente na capital. Assim, ao contrário do que estabelecia o Tratado da Tríplice Aliança, isto é, que os Aliados negociassem juntos a paz com o governo guarani, esta foi assinada em separado, em 1872, pelos governos brasileiro e paraguaio, apesar dos protestos de Buenos Aires. Entre esse ano e 1875 o vencedor aliou-se com o vencido, contra o antigo aliado, tendo o Rio de Janeiro estimulado e apoiado o Paraguai a resistir às pretensões argentinas sobre o Chaco. Somente no ano seguinte foi assinada a paz entre a Argentina e o Paraguai, pela qual a posse de parte do Chaco foi remetida à arbitragem do presidente dos Estados Unidos, que, em 1878, declarou ser esse território paraguaio[11].

---

[9] Parecer da Seção dos Negócios Estrangeiros do Conselho de Estado apud. NABUCO, Joaquim. *Nabuco de Araújo*, *um estadista no Império*. São Paulo, Progresso, s. d., v. IV, pp. 244-252.

[10] Nota do governo argentino à Missão Especial do Brasil no Paraguai, Buenos Aires, 27.12.1869. RRNE, 1872, Anexo 1, pp. 120-121. Nota do governo argentino ao governo paraguaio, Buenos Aires, 27.12.1869. Idem, p. 122.

[11] DORATIOTO, El Império del Brasil y la Argentina.

De 1876 à frente, o Paraguai deixou de ser considerado prioridade por parte das Chancelarias argentina e brasileira, embora continuasse importante para ambas. De parte do Império tal ocorreu porque, além de atingidos seus objetivos em relação à República paraguaia, uma crescente crise interna não lhe propiciava condições para agir no Prata com a mesma desenvoltura anterior. A Argentina, por seu lado, inserira-se na divisão internacional do trabalho como fornecedora de produtos agropecuários, o que fez com que se privilegiassem as relações com os países europeus, especialmente com a Grã-Bretanha. Os governantes argentinos tinham suas atenções voltadas para o desenvolvimento da infraestrutura interna e para a ocupação econômica de territórios até então habitados por índios. Pouco tinha o Paraguai a oferecer a essa Argentina e nada que justificasse uma turbulência em suas relações com o Brasil, o qual, embora enfraquecido, dispunha, ainda, de respeitável Marinha de Guerra, capaz de bloquear o Rio da Prata e comprometer o comércio exterior argentino.

No final da década de 1880, reduziram-se as prevenções mútuas entre Buenos Aires e Rio de Janeiro. Pôde-se, com isso, buscar uma solução para o litígio fronteiriço entre os dois países na região das Missões, foco alimentador de desconfianças mútuas. Aceitou o chanceler brasileiro que as negociações se realizassem em Montevidéu, conforme sugestão do governo de Celman. Embora Quirno Costa acreditasse que pudesse haver alguma dificuldade na definição da parte litigiosa do território das Missões acreditava, também, que, em pouco tempo, um acordo pudesse ser alcançado[12].

Entende-se, nesse contexto, porque o Império brasileiro não priorizava, como anteriormente, as relações com Assunção, embora continuasse a exercer influência política sobre o país vizinho. A Argentina, por sua vez, contentava-se com seu domínio econômico sobre o Paraguai, sem o correspondente domínio no plano político. Além disso, os interesses comerciais entre Buenos Aires e o Rio de Janeiro sobrepunham-se a eventuais divergências políticas. Em 1880 – e com números que até 1890 praticamente não variariam –, 10% das exportações argentinas destinavam-se ao mercado brasileiro, terceiro maior importador de produtos argentinos e, simultaneamente, o sétimo fornecedor, participando com 5,3% do total das importações feitas pela

[12] Enrique MORENO para QUIRNO COSTA, carta privada, Petrópolis, 21.12.1889. ANQC. QUIRNO COSTA para CELMAN, nota conf., Buenos Aires, 5.2.1889. AGNA, VII-28-005265.

República Argentina. Enquanto isso, em 1881, as estatísticas mostram que apenas 1,5% das exportações da Argentina se destinavam ao Paraguai, responsável por apenas 0,2% de suas importações[13].

As relações entre o Império do Brasil e o Paraguai não podem, portanto, ser entendidas exclusivamente sob sua dimensão bilateral. Suas características estavam profundamente vinculadas ao processo de construção dos Estados Nacionais no Rio da Prata. Nestes, as lutas políticas internas influenciavam e também eram influenciadas pelas relações intra-regionais; fato este que se aplica, em menor intensidade, ao próprio quadro político interno brasileiro. A política platina do Império buscou consolidar, como espaço nacional brasileiro, o território ocupado pelo expansionismo colonial português nessa área, tratando, ainda, de impedir que o espaço do antigo Vice-Reino do Rio da Prata se constituísse em único Estado. Para tanto, o Império do Brasil buscou ser hegemônico no Prata, disputando com Buenos Aires tal condição, quer de forma impositiva, para obter a consolidação do espaço nacional brasileiro, quer de forma preventiva, com a finalidade de garantir a independência do Paraguai e Uruguai.

2 - Novo Regime, velha política (1889-1894)

O fim do Império do Brasil, em decorrência do golpe militar que depôs D. Pedro II, não implicou em inovação nas relações com o Paraguai. Os dois primeiros governos da República brasileira, exercidos por militares, não elaboraram nova política com relação a esse país. A chamada República das Espadas guiou-se, assim, inercialmente, pelos padrões da diplomacia imperial no que se refere a Assunção. O governo Floriano Peixoto inovou, porém, ao intervir diretamente nos assuntos internos paraguaios.

a) Continuidade

A notícia do golpe militar que pôs fim à Monarquia brasileira, em 15 de novembro de 1889, foi recebida com regozijo no Paraguai[14]. O regime monárquico brasileiro era tido como instituição exótica pelas repúblicas

[13] BARRETO, Emilio Muniz. *Evolução histórica do comércio argentino-brasileiro (1800-1939)*. Tese de Doutorado (1972), Faculdade de Economia e Administração da Universidade de São Paulo, Apêndice, Gráficos 1-1 e 1-2.

[14] Reconocimiento oficial de la República Brasilera. La Democracia, Assunção, 20.12.1889. BNP.

vizinhas, além de perpetuador do expansionismo colonial português. Esses sentimentos eram naturalmente agravados no Paraguai, devido à guerra de 1864-1870.

O surgimento da República brasileira e o período de governo do Marechal Deodoro da Fonseca, que se estendeu de 15 de novembro de 1889 a 23 de novembro de 1891, não introduziu alterações relevantes nas relações com o Paraguai. É compreensível tal fato, já que as atenções do Executivo brasileiro voltaram-se para as tarefas de reorganização do Estado republicano, em meio à luta pelo controle das estruturas estatais por parte das forças sociais. Até a Constituinte de 1891, os militares eram a base real do governo Provisório de Deodoro da Fonseca. Promulgada a Carta Magna, os grandes proprietários rurais e o capital cafeeiro, sob a liderança de São Paulo ocuparam maior espaço na cena política[15].

Promulgada a Constituição de 1891, chegou ao fim o governo Provisório, mas o marechal Deodoro da Fonseca candidatou-se à presidência do primeiro governo constitucional. O partido Republicano Paulista, por sua vez, representando as elites paulistas lançou a candidatura presidencial de Prudente de Moraes. O centralismo político do Marechal-presidente se chocava contra os interesses federalistas das elites civis republicanas, que controlavam o Congresso. Este, porém, frente à ameaça de um golpe de estado por simpatizantes de Deodoro no Exército, reelegeu-o presidente, mas, como forma de repudiar sua candidatura, elegeu para vice o Marechal Floriano, da outra chapa[16].

Nos poucos meses que exerceu constitucionalmente a Presidência, de fevereiro a novembro de 1891, Deodoro da Fonseca enfrentou críticas generalizadas da imprensa e forte oposição no Parlamento. Monopolizado por assuntos internos, esse governo não teve condições de empreender maiores iniciativas externas. Em relação ao Paraguai, durante os governos Provisório e Constitucional de Deodoro da Fonseca, duas questões financeiras pendentes chamaram a atenção: o recebimento de notas promissórias das quais o governo paraguaio era avalista e, ainda, a questão da dívida de guerra paraguaia com o Estado e com particulares brasileiros.

Quanto às notas promissórias, já em fevereiro de 1890 a Legação brasileira comunicou que recebera o resgate da quarta letra dada por Travassos, Patri & Cia., a favor do Tesouro brasileiro, num total de 16.900 pesos em moedas de prata argentina e 4.225 pesos-fortes, em papel-

[15] PERISSINOTTO, Renato M. *Classes dominantes e hegemonia na República Velha*. Campinas: Editora da Unicamp, 1994, pp. 243-244.
[16] Idem, pp. 98-99.

-moeda paraguaio[17]. Tal operação tinha suas origens na década de 1870, quando as autoridades imperiais cederam uma locomotiva e vagões à única ferrovia do país, que ligava Assunção a Paraguarí, em razão de seus equipamentos terem sido danificados pelas forças de Solano López em retirada. Essa ferrovia foi vendida pelo governo paraguaio, em 1877, à sociedade Travassos, Patri & Cia., que assumiu a dívida da empresa com o Tesouro brasileiro, emitindo nota promissória a ser paga em um mês. O pagamento não foi efetuado nesse prazo, nem na prorrogação que, pedida pela sociedade compradora e concedida pelo governo imperial, venceu em outubro de 1877. Em dezembro desse ano o montante da dívida – juros acumulados e o principal – ascendia a 88.792,75 pesos-fortes. A dívida continuou sem ser resgatada até que, em 1885, quando ascendia a 120.772 pesos-fortes, o governo imperial aceitou a proposta de Travassos e Patri & Cia. de amortizá-la em dez prestações iguais, representadas por notas promissórias. A primeira delas foi recebida pela Legação brasileira em fevereiro de 1886, no valor de 10.600 pesos-fortes[18].

O assunto não se encerrou com esse acordo, pois, no início de 1886, Travassos, Patri & Cia. venderam a ferrovia de volta para o governo paraguaio. Este pretendia utilizá-la como garantia junto a credores britânicos para obter novos empréstimos externos. A venda foi feita sem que aquela firma resgatasse as nove promissórias restantes da dívida para com o Tesouro brasileiro, as quais deveriam ser assumidas pelo futuro *Banco de Comércio*, a ser fundado com o capital resultante da venda da ferrovia. As autoridades brasileiras não viram com bons olhos a proposta, mas a aceitaram para não estremecer as relações entre os dois países. Afinal, o Ministério da Fazenda paraguaio oferecera-se como avalista daquelas promissórias[19].

Ao tentar, contudo, receber a segunda promissória, o representante brasileiro deparou-se com o fato de que o Banco de Comércio queria pagá-la em papel-moeda. Este era desvalorizado em cerca de 1/3 de seu valor de face, mas o Banco queria utilizá-lo sem considerar este fato, o que implicaria em prejuízo para o Tesouro Imperial. A Legação brasileira recusou-se a receber o papel-moeda e recorreu ao governo paraguaio, avalista, para que pagasse em dinheiro metálico, o que não

[17] José Paulo Werneck Ribeiro de AGUILAR para QUINTINO BOCAYÚVA, ministro das Relações Exteriores, Of. 5, 1a. Sec., Assunção, 13.2.1890. AHI, MDBAOE, 201-2-4.

[18] CALLADO, encarregado de negócios, para o chanceler COTEGIPE, Assunção, Of. s/nº, Assunção, 25.3.1877. Idem, ibidem 201-1-4. CALLADO para o chanceler ALBUQUERQUE, Assunção, Of. s/nº, 22.10 e 31.12.1877. Id., 201-1-14. Luiz Augusto PÁDUA FLEURY, encarregado de negócios interino, para Francisco Belisário SOARES DE SOUSA, ministro da Fazenda do Império. Id., 201-2-1.

[19] Affonso CARVALHO, encarregado de negócios interino, para o chanceler SOUZA DANTAS, Of. s/nº, Assunção, 12.3.1886. Id. Ferro Carril de Asunción a Paraguarí para a Legação Imperial, Assunção, 12.3.1886. Ibid. chanceler José Segundo DECOUD para CARVALHO, Assunção, 7.4.1886. Id.

ocorreu. A situação foi resolvida somente no ano seguinte, quando o governo imperial aceitou receber do Banco de Comércio o pagamento das notas promissórias na moeda corrente, mas em valor equivalente à moeda da data da assinatura desses documentos de crédito. O governo paraguaio, por sua vez, passou a pagar a diferença entre os câmbios em dinheiro, de modo a não ter o Tesouro brasileiro um prejuízo decorrente do recebimento de moeda depreciada. Daí, portanto, os dois valores, apontados anteriormente, para o pagamento da quarta promissória em fevereiro de 1890. As letras seguintes foram pagas da mesma forma, com o Banco de Comércio buscando resgatá-las com papel-moeda e a Legação brasileira recorrendo ao governo paraguaio, para que este honrasse o compromisso de pagar a citada diferença cambial. Isso exigia gestões, que se constituíam em uma "enfadonha questão"[20].

Quanto à dívida de guerra, a questão era mais complexa. O Tratado da Tríplice Aliança, de 1° de maio de 1865, determinou que, finda a guerra, o Paraguai indenizaria todos os gastos que os países aliados tivessem tido com o conflito, assim como os prejuízos sofridos por seus cidadãos com a invasão paraguaia dos respectivos territórios. O Tratado de Paz, assinado entre os governos brasileiro e paraguaio, em 1872, reconheceu tal dívida de guerra, deixando seu montante para ser fixado posteriormente, e estabeleceu uma comissão mista brasileiro-paraguaia, para receber e julgar as queixas de prejuízos de súditos do Império. Apenas na República, o governo brasileiro estabeleceu, como o valor da dívida de guerra estatal, a quantia de 460.718:000$000, montante este inferior aos 614 mil contos de reis que realmente fora gasto com a guerra. A magnitude deste gasto pode ser melhor apreciada se comparada com o orçamento anual do Império do Brasil, em 1864, que era de 57 mil contos de réis[21].

Com propositada lentidão nos seus trabalhos, por parte do lado paraguaio, aquela Comissão Mista encerrou suas atividades somente em 30 de junho de 1881. Foram julgados, favoravelmente, 805 processos de pedidos de indenização por cidadãos brasileiros. Nem todos os reclamantes, porém, se apresentaram para receber as apólices, que foram emitidas em número de 780. A dívida do governo paraguaio para com súditos brasileiros foi calculada, então, em 27.831:346$03, a ser paga com

[20] OLIVEIRA para o chanceler COTEGIPE, Of. s/nº, Assunção, 3.7.1886. Id. Legação Imperial para o chanceler DECOUD, Assunção, 15.11.1886. Id. OLIVEIRA para COTEGIPE, Of. s/nº, Assunção, 6.8.1887. Id., 201-2-2. OLIVEIRA para Agustin CAÑETE, ministro da Fazenda paraguaio, Assunção, 6.8.1887. Id. CAÑETE para OLIVEIRA, Assunção, 23.10.1887. Id. AGUILAR para Conselheiro Tristão de Alencar ARARIPE, Ministro das Relações Exteriores, Of. 6, 2a. Sec., Assunção, 17.2.1891. Id., 201-2-4.

[21] PELÁEZ, Carlos Manuel; SUZIGAN, Wilson. *História monetária do Brasil*. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1981, p. 114. TASSO FRAGOSO, general Augusto. *História da guerra entre a Tríplice Aliança e o Paraguai*. Rio de Janeiro: Estado-Maior do Exército, 1935, v. IV, pp. 230-231.

amortização anual de 1%, mais juros de 6%. Como nenhuma parcela desse montante foi resgatada, o débito, acrescido desses juros, ascendia a 32.156:750$654 em julho de 1891[22].

A limitada prosperidade da economia paraguaia em 1888 – decorrente da venda de terras públicas e da reativação do comércio – e a ausência de resgate das apólices dadas a particulares brasileiros chamaram a atenção do Senado Imperial. Em setembro de 1888 o senador Henrique d'Ávila, ex-combatente da Guerra da Tríplice Aliança e membro da oposição, cobrou medidas para o resgate daquelas apólices. No mês seguinte, Juan J. Brizuela, representante do governo paraguaio em Montevidéu, foi enviado em missão ao Rio de Janeiro. Brizuela afirmou ao chanceler Rodrigo Augusto da Silva que a dívida de guerra era um obstáculo ao desenvolvimento paraguaio e, ainda, referiu-se ao atrito de seu país com a Bolívia em decorrência de esta ter-se instalado em Puerto Pacheco, no Chaco. O objetivo principal dessa missão, informou o ministro das Relações Exteriores paraguaio ao Encarregado de Negócios argentino em Assunção, era o de conhecer a disposição do Império para o cancelamento daquela dívida. O Império não alterou sua postura em nenhum desses assuntos, mantendo-se neutro na disputa boliviano--paraguaia quanto aos limites no território chaquenho e não considerando a ideia de cancelar a citada dívida[23]. Rodrigo da Silva afirmou a Brizuela que, enquanto não chegasse a "oportunidade" de tratar oficialmente da questão da dívida – sem esclarecer como se definiria esse momento – o Paraguai não deveria recear, "nem mesmo remotamente, exigência alguma ou constrangimento do Brasil"[24].

O governo imperial viu-se, contudo, obrigado a dar satisfação ao Senado, quanto à falta de pagamento de indenização dos títulos de dívida de guerra paraguaios. O representante brasileiro em Assunção solicitou ao chanceler Juan Crisóstomo Centurión, em março de 1889,

[22] Nota do governo paraguaio à Legação Imperial, Assunção, 26.4.1878. Relatório da Repartição dos Negócios Estrangeiros, 1878, Anexo 1, pp. 83-87. Nota da Legação brasileira ao governo paraguaio, Assunção, 26.6.1878. AHI, MDBAOE, 201-1-15. VASCONSELLOS, Encarregado de Negócios brasileiro, para o chanceler VILLA BELLA, Of. s/nº, Assunção, 2.7.1878. Idem. Nota do governo paraguaio à Legação Imperial, Assunção, 28.6.1874. Id. "Ofício do Ministério das Relações Exteriores encaminhando ao Senado as informações anteriormente solicitadas sobre as dívidas do Paraguai como prejuízo da guerra causada pelo ditador López", 14.8.1891. Arquivo do Senado, Mapoteca, 03-02-103.

[23] Henrique D`AVILA, Sessão do Senado de 24.8.1888. AS, 1888, v. V, Apêndice, p. 7. Rodrigo AUGUSTO DA SILVA para CARVALHO, Encarregado de Negócios em Assunção, of. res., Rio de Janeiro, 26.11.1888. AHI, MDBAOR, 201-4-11. CARRANZA, Encarregado de Negócios argentino, para o chanceler QUIRNO COSTA, of. conf., Assunção, 24.9.1889. AMRECIC, Legaciones Argentinas - Paraguay, Cx. 361.

[24] "Ofício do Ministério das Relações Exteriores encaminhando ao Senado as informações anteriormente solicitadas sobre as dívidas do Paraguai...", 11.8.1891. Arquivo do Senado, Mapoteca, 03-02-103.

o pagamento dos juros dessas apólices. A resposta desse ministro de Estado foi dada apenas em julho. Centurión, procurando ganhar mais tempo, afirmou que em breve daria uma solução para o assunto, porém não o fazendo[25].

Os governantes brasileiros, poucas esperanças tinham de que tais apólices viessem a ser pagas e as demandas que faziam nesse sentido, junto às autoridades paraguaias, visavam dar uma satisfação à oposição por parte de um governo enfraquecido e de uma Monarquia moribunda. Mesmo os proprietários desses papéis paraguaios, aparentemente, pouca atenção davam ao seu recebimento, quer por estarem cônscios de sua impossibilidade, quer porque parte deles nada tinha a receber, pois apresentaram falsas reclamações à Comissão Mista que se encarregou de julgar os pedidos de indenização. Em 1874, o então chanceler brasileiro, visconde de Caravellas, reconheceu a possibilidade de fraude das reclamações contra Assunção, mas declarou-se impotente, pois não se podia provar que fossem falsas. Essas apólices pouco valiam em 1890, sendo trocados vinte ou mais títulos, de alto valor nominal, por um cavalo magro[26].

A República brasileira não perdoou a dívida de guerra do Paraguai e, no final de 1891, pensou em propor às autoridades paraguaias que se fixasse um valor para esse débito, como determinava o artigo 4º do Tratado de Paz de 1872. A proposta, contudo, terminou por não ser apresentada e, no final do ano seguinte, o presidente Floriano Peixoto julgou não ser conveniente iniciar negociações nesse sentido[27]. O Paraguai não tinha à época – nem teria no futuro – condições de pagá-la, mesmo parcialmente, quer ao Estado brasileiro, quer a particulares. Afinal, a situação financeira do país guarani, tradicionalmente paupérrima, agravou-se a partir de 1890, refletindo a crise vivida pela economia argentina, em decorrência da especulação e de sua vinculação com a fragilizada economia mundial[28].

Em setembro de 1890 a dívida externa paraguaia era de 22.645.853 pesos-fortes, aí se incluindo o valor de 8.900.183,03 pesos-fortes, mais 916.283,21 a título de juros, das apólices que os cidadãos brasileiros

---

[25] José Pedro Werneck Ribeiro de AGUILAR para CENTURIÓN, Assunção, 15.3.1889. AHI, MDBAOE, 201-2-3. CENTURIÓN para AGUILAR, Assunção, 9.7.1889. Idem.

[26] CARAVELLAS para GONDIM, Ministro Residente brasileiro em Assunção, Rio de Janeiro, 3.6.1874. Id., MDBAOR, 201.4.8. FORRENTES, Leonard S. *Dívida e trophéos paraguayos e a propaganda no Brasil*. Rio de Janeiro: Montenegro, 1899. p. 66.

[27] PAULA DE SOUZA, Ministro das Relações Exteriores, para a Legação brasileira em Assunção, Rio de Janeiro, 3.1.1892. AHI, MDBAOR, 201-4-11. Justo Leite CHERMONT, Ministro das Relações Exteriores, para AGUILAR, Tel. s/n., Rio de Janeiro, 15.8.1891. Idem, MDBATR, 202-1-17. Idem, Of. s/n., Rio de Janeiro, 30.9.1891. Id., MDBAOR, 202-1-6.

[28] FLORIA, Carlos A. FLORIA; GARCÍA BELSUNCE, César A. *Historia política de la Argentina contemporánea, 1880-1983*. 5. ed. Buenos Aires: Alianza Editorial, 1994, pp. 26-27.

haviam recebido como indenização pelos prejuízos causados pela guerra de 1865-1870. Sobre os ombros dos então 329.648 paraguaios – 34.152 deles vivendo em Assunção – pesava, ainda, uma dívida interna de 1.069.508,23 pesos-fortes. Enquanto isso as exportações e importações paraguaias perfaziam, respectivamente, 2.155.977,06 e 2.442.277,58 pesos-fortes[29]. Esses números demonstram a impossibilidade paraguaia de pagar qualquer parcela, quer do principal, quer dos juros, das dívidas de guerra com o Brasil e com a Argentina (o Uruguai a cancelara no decênio anterior), bem como das dívidas com cidadãos desses países.

No plano político interno, a Legação brasileira em Assunção informou que as notícias de conspiração de emigrados liberais na Argentina preocupava ao governo paraguaio[30]. Existiam, então, dois partidos políticos, a *Asociación Nacional Republicana* e o liberal, até hoje dominantes na vida política paraguaia e cujas origens remontam ao pós-guerra. Com a entrada das tropas aliadas em Assunção, em 1869, instalou-se um governo Provisório paraguaio graças aos esforços da diplomacia brasileira, preocupada em reafirmar a independência guarani frente a eventuais projetos expansionistas da Argentina. Para disputar esse governo organizaram-se dois grupos políticos: o *Club del Pueblo* e o *Club Unión*. Deste último, composto por conservadores, antigos seguidores de Solano López e emigrados antiliberais, originou-se a *Asociación Nacional Republicana*, fundada em 1887. Nesse mesmo ano, surgiu o *Centro Democrático* – Partido liberal –, que teve no *Club del Pueblo* seu embrião. Como apenas 14% dos paraguaios e 30% dos estrangeiros residentes no país eram alfabetizados, as duas organizações partidárias escolherem cores para serem identificadas pelos eleitores. Assim, os liberais passaram a ser identificados pela cor azul, enquanto os oficialistas tornaram-se colorados, já que escolheram a cor vermelha[31]. A designação *Asociación Nacional Republicana* é correntemente substituída pela de Partido Colorado.

No plano programático, os colorados acusavam os adversários liberais de serem "legionários", numa referência à participação de muitos deles na *Legión Paraguaya*, que atuou ao lado da Tríplice Aliança na guerra da década de 1860. A partir do início do século XX, os colorados reivindicaram para si a condição de herdeiros políticos de Francisco Solano López, embora, em três décadas no poder, não tivessem anulado o decreto de 1869 do governo Provisório, que declarou o falecido chefe de Estado traidor da pátria. Os liberais, por sua vez, defendiam princípios

[29] Idem, of. 27, 1a. Sec., Assunção, 20.9.1890. Ibidem.
[30] Id., of. 17, 1a. Sec., Assunção, 18.6.1890. Ibid.
[31] CABALLERO AQUINO, Ricardo. *La Segunda República paraguaya: 1869 - 1906 - política - economia - sociedad*. Asunción: Arte Nuevo Editores, 1985, p. 152.

gerais como as eleições livres, o governo representativo, o direito à propriedade privada e o mínimo de intervenção estatal na economia. As diferenças entre os dois partidos davam-se antes no plano do discurso do que no plano concreto, caracterizando-se ambos pelo personalismo e pelo oportunismo. Os colorados eram mais acessíveis à influência brasileira, enquanto os liberais a rejeitavam, pois tinham sido educados em escolas argentinas e não viam com hostilidade a República vizinha, privilegiando a cultura comum rio-platense[32].

O Partido Colorado foi fundado pelo general Bernardino Caballero, que lutara no exército de Francisco Solano López e ocupara a Presidência da República no período de 1880 a 1886. Durante os seis anos de seu governo, foi implementada uma política econômica de venda de terras públicas, criando um clima de estabilidade econômica desconhecido no pós-guerra. Tal fato permitiu a Caballero concluir seu período presidencial com grande popularidade. Como a Constituição de 1870 proibia que, por dois mandatos presidenciais consecutivos (oito anos) um ex-chefe de Estado se candidatasse ao cargo novamente, Caballero passou o poder, em 1886, ao general Patrício Escobar, outro egresso do exército lopizta.

Escobar beneficiou-se da herança econômica recebida e, durante sua administração, a capital paraguaia foi invadida por especuladores estrangeiros que lhe trouxeram um dinamismo inusitado. A mesma sorte não teve Juan Gualberto González, colorado eleito indiretamente, como determinava a Carta Magna paraguaia, presidente em 1890. González chegou ao poder sob os auspícios do general Caballero e teve de enfrentar profunda crise econômica. A estabilidade econômica e a arrecadação fiscal regular e elevada, características dos governos Caballero e Escobar, tinham inviabilizado as revoluções políticas[33]. O fim dessas duas características facilitou o ressurgimento de movimentos contestatórios ao governo.

Para enfrentar o quadro econômico desfavorável, González escolheu José Segundo Decoud, seu cunhado, para ocupar o Ministério da Fazenda. Essa escolha, independente do parentesco, justificava-se, pois Decoud era, de acordo com as fontes pesquisadas, homem íntegro e um dos paraguaios mais bem preparados intelectualmente em seu tempo. Ministro da Fazenda, Decoud dotou o Paraguai de uma política econômica cujo objetivo era o de restabelecer a confiança pública no papel-moeda. As medidas oficiais de austeridade nos gastos públicos e

[32] LEWIS, Paul H. *The politics of exile; Paraguay`s Febrerista Party*. Chapel Hill: University of North Caroline Press, 1980, pp. 20-21. QUESADA, Ernesto. *La política argentino-paraguaya*. Buenos Aires: Bradahl, 1902, p. 228.

[33] Ricardo CABALLERO AQUINO, op. cit., pp. 158-159.

a ampliação da arrecadação fiscal, visando evitar déficits orçamentários e controlar a inflação, desagradaram a comerciantes e latifundiários, por não lhes dar margem à especulação. Decoud tornou-se impopular dentro do seu próprio partido, o Colorado, o qual "contava com não poucos banqueiros, comerciantes e latifundiários", acabando por renunciar ao cargo e reassumindo sua cadeira no Senado[34].

De início, o representante diplomático brasileiro, Aguilar, analisou positivamente o desempenho do governo González. A situação política era tranquila e, no plano econômico, procurava-se fomentar a colonização e incentivar a agricultura. Em pouco tempo, contudo, a Legação brasileira passou a enviar análises negativas, em decorrência da política implementada por Decoud. Frente à elevação dos impostos de importação para 50% em ouro, do valor das mercadorias, a representação diplomática brasileira afirmou que essas taxas deveriam, sim, ser reduzidas. Segundo esse raciocínio, esta seria a maneira de as mercadorias terem preços módicos para o consumidor e de evitar-se o contrabando, prejudicial às rendas públicas[35].

Também a reforma da Lei de Aduanas, enviada pelo Executivo paraguaio ao Legislativo, foi motivo de críticas por parte do representante brasileiro. Por essa reforma, as exportações de erva-mate e tabaco pagariam impostos de exportação. No entanto, conforme ressaltou Aguilar, a medida de equalização era injusta, já que a erva-mate era explorada em grande escala, beneficiando "opulentas e poderosas associações" e o tabaco, cultivado por paupérrimos agricultores[36].

Em continuidade à crise iniciada no ano anterior, houve, em junho de 1891, desvalorização da moeda paraguaia, devido à repentina alta do ouro. A crise financeira comprometeu o crédito externo do país e atingiu todas as classes sociais. Não conseguindo debelar essa crise, nem tampouco pôr em execução seus planos econômicos e enfrentando problemas de saúde, José Segundo Decoud demitiu-se do Ministério da Fazenda[37].

---

[34] Idem, ibidem, p. 164. José Segundo Decoud (1848-1909) foi um dos mais hábeis e preparados políticos paraguaios, utilizando-se da rivalidade brasileiro-argentina em favor de seu país. Na década de 1860, exilou-se em Buenos Aires, onde estudou Direito, e lutou no exército argentino contra Solano López. Após a guerra, inicialmente ele foi membro da corrente política liberal, mas, desiludido com a atuação de seus companheiros, aliou-se com o general Caballero. Este era homem limitado intelectualmente e, durante sua Presidência, teve Decoud como mentor intelectual, mas não o apoiou à sua sucessão e nem o respaldou em futuras pretensões presidenciais. Decoud suicidou-se em 1909, desiludido com a política. Ricardo CABALLERO AQUINO, op. cit., pp. 112-113 e *La Tercera República paraguaya, 1936-19...* Asunción: El Lector, 1988, p. 82.

[35] AGUILAR para ARARIPE, of. 7, 10 e 11, 2a. Sec., 20.2, 10.3 e 24.4.1891. AHI, MDBAOE, 201-2-4.

[36] AGUILAR para Justo Leite CHERMONT, Ministro das Relações Exteriores, of. 13, 2a. Sec., Assunção, 21.4.1891. Idem.

[37] Idem, Of. 17, 18 e 19, 2a. Sec., 16 e 30.6 e 14.7.1891. Ibid. Id., Of. 21, 2a. Sec., Assunção, 21.7.1891. Ibid.

Em agosto de 1891, o governo paraguaio apresentou ao Congresso Nacional projeto de concessão a uma companhia, controlada por franceses, para a construção de uma ferrovia que ligasse Assunção a Santos ou a outra cidade do Brasil. País mediterrâneo, o Paraguai dependia da navegação dos rios Paraguai e Paraná para suas exportações alcançarem o mercado regional platino e mundial. Os custos fluviais eram altos, obstaculizando a importação e contribuindo para manter a economia do país no marasmo. Supunha-se que tais fretes fossem barateados por uma ligação ferroviária entre o Paraguai e um porto brasileiro, rompendo o domínio de empresários argentinos sobre a navegação fluvial[38].

Apenas divulgada essa iniciativa ferroviária, houve comoção política em Buenos Aires. Os exilados paraguaios que ali viviam denunciaram o Brasil como único beneficiário por essa ferrovia. Para Aguilar era "incontestável em toda a discussão deste assumpto" as pressões argentinas contrárias à ligação ferroviária brasileiro-paraguaia, mas, ainda assim, o Congresso guarani aprovou sua construção[39].

Independentemente da motivação daqueles que se opuseram ao projeto, sua inviabilidade era evidente, quer, em um contexto de crise financeira, pela ausência de capitais para financiá-lo, quer pela diminuta dimensão da economia paraguaia. O parco comércio entre Brasil e Paraguai não ofereceria rentabilidade a esse empreendimento ferroviário[40].

A crise econômica fez-se acompanhar de correspondente crise na vida política paraguaia. Os esforços do Partido liberal para eleger representantes no Congresso tinham sido seguidamente frustrados pelas fraudes eleitorais e pelos atos de coerção do coloradismo no poder. Nas eleições legislativas de 1891, ocorreram no Departamento de Ibicuí ocorreram "novos abusos terroristas do poder", organizando-se, a partir de então, uma rebelião contra o governo[41]. Em 18 de outubro de 1891 a oposição liberal levantou-se em armas contra o governo paraguaio. A Legação brasileira informou a Rio de Janeiro da revolta, sufocada pelo governo, que passou a atuar "com a maior energia", prendendo cerca de 130 oposicionistas, suspendendo as garantias constitucionais e decretando estado de sítio por um mês[42]. Os líderes liberais Taboada, Espinosa e

---

[38] HERKEN KRAUER, Juan Carlos. *Ferrocarril, política y economia en el Paraguay*: el acuerdo de 1907 entre Paraguay Central Railway Company y el Gobierno Paraguayo. Berlin: Ibero-Amerikanisches Archiv, 1984, pp. 295-296.

[39] Idem, ibidem, pp. 297-299.

[40] Poucos anos depois, em 1903, o Brasil exportava para o Paraguai apenas 31:733$ e importava 579:643$, que significavam, respectivamente, 0,01% e 0,12% do total desses fluxos comerciais brasileiros. DIRECTORIA FEDERAL DE ESTATÍSTICA. *Boletim commemorativo da exposição Nacional de 1908*. Rio de Janeiro: Typographia da Estatística, 1908, pp. 110-111.

[41] FREIRE ESTEVES, Gómes. *História contemporánea del Paraguay*. Buenos Aires: [s.n], 1921, pp. 70-71.

[42] AGUILAR para CHERMONT, Of. 30, 2a. Sec., Assunção, 20.10.1891. AHI, MDBAOE, 201-2-4.

Cecílio Báez, estando com suas vidas ameaçadas, obtiveram asilo na representação brasileira e, depois de conseguido os salvo-condutos do governo paraguaio seguiram para a Argentina, a bordo da canhoneira brasileira Tacuari[43].

A revolta de 18 de outubro foi pobremente planejada, não contando, ademais, com apoio dos membros do Partido Liberal, melhor situados financeiramente. Mesmo assim, a sublevação quase foi bem-sucedida, fracassando pela ação decidida do ministro da Guerra e Marinha, coronel Juan Bautista Egusquiza. Este, como consequência de sua atuação, tornou-se nova liderança política no país, sendo promovido a general, hierarquia ocupada até então somente por Caballero e Escobar. O fato de os rebeldes quase terem sido vitoriosos demonstrou a fragilidade do *caballerismo*, baseado antes no carisma de seu chefe do que em força real[44]. Desses acontecimentos, o Partido liberal saiu destroçado com a derrota. O Partido Colorado, por sua vez, entrou em processo de decomposição interna que acabaria por ser-lhe fatal em 1904[45].

b) A intervenção contra José Segundo Decoud

No Brasil, o governo de Deodoro da Fonseca – constitucional a partir de fevereiro de 1891 – sofreu, progressivamente, grande desgaste. Sua administração era composta, desde o final de 1890, por ministros inexpressivos, sem tradição republicana, liderados pelo barão de Lucena, acusado de monarquista. Durante o ano de 1891 avolumaram-se as críticas a favoritismos, corrupção e desrespeito à Constituição pelo governo Federal, crescendo a oposição, quer das oligarquias regionais, quer no meio militar e setor mercantil, descontente com a decretação do imposto em ouro sobre as importações[46].

Desabituado a críticas e talvez influenciado pelo Parlamentarismo do Império, que permitia a dissolução do Parlamento, Deodoro da Fonseca fechou, em 3 de novembro, o Congresso, caixa de ressonância da oposição. A resistência dos líderes civis a esse ato autoritário foi apoiada pelo Vice-presidente Floriano Peixoto e, em articulação com chefes

[43] Idem, Of. 30, 2a. Sec., e 20, 1a. Sec., 20.10 e 24.10.1891. Ibidem.
[44] CABALLERO AQUINO, La Segunda (...), pp. 171-172.
[45] MENDEZ, Epifanio. *Lo historico y lo antihistorico en el Paraguay*; carta a los colorados. Asunción: Ediciones Ñanduti Vive/ Intercontinental Editora, 1989. p. 34.
[46] Renato M. PERISSINOTTO, op. cit., p. 99.

militares, estabeleceu-se a resistência. Deodoro, contando com reduzido apoio político e militar, renunciou à Presidência, assumindo em seu lugar Floriano Peixoto.

Civis e militares nostálgicos de Deodoro articularam uma conspiração contra o novo chefe de Estado brasileiro. Participantes e suspeitos de envolvimento na conspiração foram presos e desterrados para a Amazônia. Em julho de 1892 iniciou-se luta que se estenderia até 1895, pela Presidência do Rio Grande do Sul, entre as facções do federalista Gaspar da Silveira Martins e do positivista Júlio de Castilhos, este com apoio do governo Federal. Dois meses depois, em setembro, iniciou-se a Revolta da Armada, na baía da Guanabara, com a finalidade de depor Floriano. A rebelião estendeu-se até março do ano seguinte e, como consequência, o Executivo Federal declarou estado de sítio no Rio de Janeiro e, posteriormente, em São Paulo, o qual vigorou até junho de 1894.

Essa instabilidade política refletiu-se na condução da política externa brasileira. Em seus três anos de governo, Floriano Peixoto teve oito chanceleres, entre titulares e interinos. O que mais tempo permaneceu nesse cargo foi Alexandre Cassiano do Nascimento, que assumiu em outubro de 1893 e nele permaneceu até o final do governo Floriano, em novembro do ano seguinte. De seus antecessores, entre os titulares, os que mais tempo permaneceram à frente da Chancelaria – cerca de quatro meses – foram Serzedello Corrêa e João Felipe Pereira, enquanto o de menor permanência no cargo foi Carlos Augusto de Carvalho, com escassos 20 dias, em novembro de 1893. O contexto político-administrativo do governo Floriano e a rotatividade de ministros das Relações Exteriores não eram propícios à implementação de política externa elaborada a partir de ponderada reflexão. Quanto ao Paraguai, continuava-se a tratá-lo com as preocupações da diplomacia imperial, porém sem a mesma sutileza e habilidade. Inexistia, no governo brasileiro, um processo de tomada de decisão que decantasse e analisasse as informações recebidas da Legação em Assunção.

No início de 1892 agravou-se a situação financeira do Estado paraguaio. Sua principal fonte de renda, a receita alfandegária, sofrera grande redução e os salários dos funcionários públicos estavam atrasados[47]. No plano político, o governo paraguaio nomeou José Segundo Decoud como enviado extraordinário e ministro plenipotenciário junto aos governos do Uruguai e do Brasil, com residência em Montevidéu.

[47] AGUILAR para o chanceler Fernando Lobo Leite PEREIRA, Of. 1, 2a. Sec., Assunção, 6.1.1892. AHI, MDBAOE, 201-2-4.

Em 28 de julho de 1892, o novo enviado extraordinário e ministro plenipotenciário brasileiro, Henrique Lins de Almeida, apresentou suas credenciais ao presidente González. Dias depois, esse diplomata apontou para indícios de preparativos revolucionários, que estariam sendo feitos por emigrados paraguaios em Villa Formosa, território argentino, e em Buenos Aires. Viu outro indício na linguagem violenta dos jornais de oposição contra a política governamental, comprovando-o com recortes dos jornais *El Tiempo* e *El Independiente*. O primeiro periódico acusava a administração de González de vacilante, retrógada e composta de "elementos insanos e corruptos", enquanto o segundo defendia um levantamento em massa "frente aos abusos e excessos dos homens da situação". Como consequência de sua postura, *El Independiente* teve suas instalações atacadas na madrugada do dia 21 de agosto. Quanto a *El Tiempo* fora criado em 1891 por quatro jovens *caballeristas* – Manuel Gondra, Fulgencio R. Moreno, Manuel Domínguez e Blas Garay –, para contrapor-se a *La República*, jornal oficialista que surgira no ano anterior, fundado por Héctor Francisco Decoud. Pelo menos uma vez, em 1892, *El Tiempo* recebeu apoio financeiro da Legação brasileira, no valor de 100 pesos[48].

Já havia discordância entre os situacionistas sobre a próxima eleição presidencial, havendo aqueles que defendiam a candidatura do general Caballero e, outros, de José Segundo Decoud. Esses dois pretendentes à Presidência, escreveu Lins de Almeida, "se mostram amigos nossos e contrários às ambições argentinas, sendo o Dr. Decoud a maior capacidade intelectual deste país"[49]. Em pouco tempo, porém, a Legação brasileira estaria apresentando Decoud como pró-argentino e uma ameaça aos interesses do Brasil no Paraguai.

Havia boatos de cisão no Partido Colorado e de surgimento de um novo partido. Este representaria a política do presidente González, que se estaria afastando das lideranças coloradistas tradicionais. Para Lins de Almeida, também o Partido liberal estava ameaçado de cisão, pois seus órgãos jornalísticos defendiam posições políticas diferentes[50].

As intrigas políticas paraguaias tentaram envolver a própria Legação brasileira. Lins de Almeida foi procurado pelo Ministro das Relações Exteriores, Venancio López (sobrinho de Francisco Solano), que o

[48] ALMEIDA para CUSTÓDIO DE MELLO, Of. 9, Res., 31, Assunção, 2a. Sec., ambos de 18.8 e 32, 27.8.1892. Id., MDBAOE, 201-2-4. WARREN, Harris Gaylord. Journalism in Asunción Under the Allies and Colorados, 1869-1904. The Americas. Washington, v. 34, n. 4, apr. 1983, p. 488. CUSTÓDIO DE MELLO para ALMEIDA, of. 1, Res., 4a. Sec., Rio de Janeiro, 14.11.1892. AHI, MDBADR, 201-4-11.

[49] ALMEIDA para CUSTÓDIO DE MELLO, of. 12, Res., 2a. Sec., Assunção, 12.9.1892. Id., MBDAOE, 201-2-4.

[50] Idem, of. 36, 2a. Sec., Assunção, 30.9.1892. Ibidem.

informou ter o presidente recebido denúncia de que esse diplomata estava conspirando com os partidos de oposição, para derrubar o governo. O representante brasileiro desmentiu tal "disparate", afirmando ser neutro quanto à política interna paraguaia. Por isto mesmo, acrescentou, caso fosse procurado por algum membro da oposição, o que não ocorrera até então, o receberia tão bem quanto os situacionistas. Lins de Almeida levantou a hipótese de que o autor das intrigas era o Ministro da Guerra, Juan Bautista Egusquiza, "que por causa da questão da revista militar, tornou-se aqui meu inimigo gratuito, sendo-o também do Brasil desde longa data"[51].

Pouco antes, *El Ejército Nacional*, revista de caráter oficial, publicara um artigo intitulado *La Guerra Futura*. Nesse texto, seu autor, o capitão Dellepiane, defendia que em uma guerra da Argentina contra o Brasil e o Chile, o Paraguai deveria alinhar-se com Buenos Aires. Lins de Almeida pediu, então, explicações ao chanceler López, que se declarou contrariado com o ocorrido e afirmou que seu país só tinha razões para ser amigo do Brasil. A Argentina, afirmou López, tinha-se mostrado inimiga do Paraguai, desejando anexá-lo e procurando opor os maiores obstáculos ao seu comércio exterior. A mesma amizade reafirmou o presidente González, ao ser procurado por Lins de Almeida[52].

O representante brasileiro, em reunião com o presidente González, pressionou-o para que punisse o capitão Dellepiane, obtendo sua prisão disciplinar por oito dias. Dessa reunião participou o ministro da Guerra, Egusquiza, que se mostrou "mais afeiçoado aos argentinos" e negou o caráter oficial da revista *El Ejército Nacional*, protegendo o autor de *La Guerra Futura*. Aquele capitão era filho de um italiano que morara em Assunção no tempo de Solano López e que, posteriormente, se mudara para Buenos Aires. Dellepiane nasceu e educou-se na capital argentina, onde foi tenente do corpo de bombeiros, e, "há uns 6 meses", fora trazido para o Paraguai e nomeado capitão do Exército[53].

O governo paraguaio não tornou pública a punição de Dellepiane, o que levou Lins de Almeida a conseguir que o jornal *El Tiempo* publicasse notícia sobre o incidente. Lins de Almeida desejava pressionar o presidente González para conseguir a demissão de Dellepiane do Exército. Recebeu, porém, instruções do Rio de Janeiro para não o fazer e dar o assunto por

[51] Id., Particular, Assunção, 12.11.1892. Ibid.

[52] Id., of. 13, res., 2a. Sec., Assunção, 7.10.1892. Ibid., Acréscimos, 201-4-6. Id., of. 15, res., 2a. Sec., Assunção, 21.10.1892. Ibid. Id., of. 14, res., 2a. Sec., Assunção, 15.10.1892. Ibid. Id., ofícios 15, 16 e 18, res., 2a. Sec., Assunção, 21.10; 4.11 e 22.11.1892. Ibid. ALMEIDA para PAULA SOUZA, of. 2, res, 2a. Sec., Assunção, 16.1.1893. Ibid., MDBAOE, 201-2-4.

[53] Id., of. 14, res., 2a. Sec., Assunção, 15.10.1892. Ibid.

encerrado. De todo modo, em janeiro de 1893 era suspensa a publicação da revista *El Ejército Nacional*, "que deu causa aos recentes choques desta Legação com o governo paraguaio"[54]. Neste, na análise do representante brasileiro, apenas José Sosa, Ministro do Interior e interino na Fazenda, "é verdadeiramente amigo do Brasil"[55].

As relações de Lins de Almeida com o governo paraguaio eram difíceis, a ponto de o diplomata sequer usar de cortesia com o chanceler Venancio López. Assim o revelou o representante brasileiro a seu colega argentino, R. Mendoza. Na ocasião, Lins de Almeida disse que as dificuldades eram causadas pelo governo paraguaio, que não cumpria a Convenção Consular; não pagava letra promissória ao Tesouro brasileiro, referente à dívida da antiga ferrovia estatal e que fora reticente em punir Dellapiane pelo artigo publicado na revista *El Ejército Nacional*. Para R. Mendoza eram procedentes as queixas de seu colega brasileiro, que reagia corretamente[56].

O presidente González chegara ao poder graças ao apoio dos generais Escobar e, principalmente, Caballero, destes se afastando posteriormente. O presidente utilizava dos instrumentos oficiais à sua disposição para fundar um novo partido, com a finalidade de apoiar a José Segundo Decoud, na eleição presidencial de 1894. Enquanto isso, os generais Caballero e Escobar trabalhavam, separadamente, para manterem-se preponderantes na política do país. O primeiro almejava candidatar-se, ele mesmo, à Presidência, enquanto o segundo, que apoiava para tal cargo Benjamin Aceval, ex-ministro das Relações Exteriores, apoiaria, "em caso de necessidade", a candidatura caballerista[57].

A candidatura de Bernardino Caballero à Presidência, defendeu o representante brasileiro em Assunção, deveria ser bem acolhida pelo Rio de Janeiro, "pois é a pessoa em quem mais podemos confiar aqui". Já os liberais, analisava esse diplomata, estavam divididos entre "moderados", propensos à conciliação, como defendia José Urdapilleta, e "exaltados", ligados a interesses argentinos[58].

Enquanto isso, no Rio de Janeiro, Decoud apresentou suas credenciais como ministro plenipotenciário. Na ocasião, ele sondou o governo brasileiro sobre uma solução para a dívida de guerra paraguaia. O chanceler Custódio de Mello pediu ao representante paraguaio uma

[54] Id., ofícios 15, 16 e 18, res., 2a. Sec., Assunção, 21.10; 4.11 e 22.11.1892. Ibid. ALMEIDA para PAULA SOUZA, of. 2, res, 2a. Sec., Assunção, 16.1.1893. Ibid., MDBAOE, 201-2-4.

[55] Idem, of. 18, Res., 2a. Sec., Assunção, 22.11.1892. Ibid., Acréscimos, 201-4-6.

[56] R. MENDOZA para Ministro de Relaciones Exteriores argentino, Nota s/nº, Conf. e Res., Assunção, 15.3.1893. AMRECIC, Legaciones Argentinas - Paraguay, cx. 625, carpeta 5/6.

[57] ALMEIDA para CUSTÓDIO DE MELLO, of. s/nº, res., 2a. Sec., Assunção, 12.11.1892. AHI, MDBAOE, 201-2-4.

[58] Idem, ibidem.

proposta por escrito, mas esta não foi apresentada. Esse chanceler interpretou o fato como uma tentativa de Decoud para obter, do Brasil, algum "favor" que pudesse usar para fortalecer, junto à opinião pública paraguaia, sua candidatura à Presidência. Entre as candidaturas de Caballero e Decoud, Custódio de Mello não conseguia definir qual mais convinha aos interesses brasileiros, mas acreditava que nenhum deles era favorável à Argentina[59].

O representante brasileiro no Paraguai concordava que a missão de Decoud no Rio de Janeiro tinha fins eleitorais. Opinou Lins de Almeida que esse político paraguaio estaria tendo o mesmo comportamento em relação à Argentina. Quanto à dúvida de Custódio de Mello, sobre qual candidatura presidencial atenderia melhor aos interesses brasileiros, aquele diplomata afirmou, taxativamente, ser a do general Caballero. Isso porque José Segundo Decoud, apesar de sua "reconhecida capacidade e dos serviços prestados ao [seu] país", não contava com simpatias quer da população, quer dos militares, os quais não admitiam sua eleição. O representante brasileiro acreditava na sinceridade das declarações de amizade de Decoud em relação ao Brasil, mas, acrescentou, "não podemos confiar nele", devido ao grupo político que o apoiava. Um dos componentes desse grupo era o general Egusquiza, que, conforme se comentava, contentar-se-ia em ser o Vice-presidente para, depois de empossado Decoud, derrubá-lo e, assim, assumir o Executivo paraguaio. Ademais, concluiu Lins de Almeida, constava que o presidente González, não tendo o apoio dos principais chefes colorados, buscava aliar-se a uma facção liberal, "e isto não nos pode convir"[60].

A imagem de Decoud ficou mais comprometida perante a Legação brasileira em Assunção ao ser esta informada, por pessoa íntima do ministro argentino no Paraguai, que sua candidatura presidencial era apoiada pelo governo de Buenos Aires. A Argentina, segundo essa fonte, "de modo algum" desejava a eleição de Caballero, "por ser este considerado amigo sincero do Brasil". O governo argentino, continuou o informante, considerava Decoud "mais maleável e a gente que o sustenta não terá escrúpulos em se unir a quem melhor lhes pagar"[61].

Já R. Mendoza, representante argentino em Assunção escreveu, em 1892, que o governo paraguaio era amigo da Argentina, "sobretudo os senhores Gonzalez, Egusquiza e López [ministro de Relações Exteriores]". Caballero, apontou o diplomata, era sócio em várias empresas comerciais

[59] CUSTÓDIO DE MELLO para ALMEIDA, Res. n. 6, 2a. Sec., Rio de Janeiro, 10.12.1892. Ibid., MDBAD, 201-4-11.
[60] ALMEIDA para PAULA SOUZA, Of. 1, Res., 2a Sec, Assunção, 4.1.1893. Ibid., MDBAOE, 201-2-5.
[61] ALMEIDA para PAULA SOUZA, Of. 3, 2a. Sec., Assunção, 31.1.1893. Ibid.

com brasileiros[62]. Daí poder-se concluir que, de fato, o governo argentino via com bons olhos a candidatura de Decoud, fato este que já era suficiente para condená-la perante o Brasil.

Nas eleições legislativas de fevereiro de 1893, a maioria dos eleitos foi do grupo que apoiava o presidente González. Poucos seguidores dos generais Escobar e Caballero tinham sido eleitos, sendo que, em Assunção, os caballeristas sequer tinham apresentado candidato. Já os liberais abstiveram-se totalmente da eleição. Com tais resultados, saiu fortalecida a candidatura presidencial de Decoud, que, logo depois, retornou brevemente à capital, vindo de Montevidéu. Na imprensa, a candidatura decouísta passou a ser sustentada pelo jornal *El Independiente*, que pertencera ao grupo liberal ligado aos interesses argentinos e que fora vendido a pessoas do governo[63].

No início de abril de 1893, a Legação brasileira relatou clima de agitação entre os diferentes grupos em que se dividiam os partidos colorado e liberal. O Rio de Janeiro foi informado de que a candidatura decouísta estava perdendo terreno e que o Partido Colorado lançaria na disputa presidencial "o valente e popularíssimo general Caballero". Esperava-se, em breve, novo retorno de Decoud a Assunção, vindo de Buenos Aires, onde fizera "curiosas e importantes revelações" ao jornal *El Nacional*[64].

Nas declarações àquele jornal portenho, Decoud afirmou que as vinculações fraternais paraguaias com seus vizinhos argentinos e uruguaios decorriam da situação geográfica de cada país e do sistema hidrográfico platino. Decoud lembrou que se formara intelectualmente na Argentina, à qual era grato, sendo país de sua admiração. Concluiu afirmando que, em caso de guerra entre dois ou mais países americanos, em uma clara referência ao Brasil e à Argentina, a posição paraguaia seria de neutralidade[65].

Tais declarações foram de imediato contestadas pelo jornal assuncenho *La Libertad*, ligado ao caballerismo. Segundo esta folha, Decoud era detestado pelo povo paraguaio, sendo "a encarnação mais acabada da farsa, da venalidade e da hipocrisia". *La Libertad* afirmou que a candidatura decouísta à Presidência era imposta "pelas baionetas

[62] R. MENDOZA para chanceler ZEBALLOS, Of. Conf. e Res., Assunção, 1.12.1891. AMRECIC, Legaciones Argentinas - Paraguay, Cx. 460.

[63] ALMEIDA para PAULA SOUZA, of. 5, 2a. Sec., e 3, 1a. Sec., Assunção, 16.2 e 4.3.1893. AHI, MDBAOE, 201-2-5.

[64] Idem, of. 8, 2a. Sec., Assunção, 6.4.1893. Ibidem.

[65] Dr. José Segundo Decoud - su candidatura a la Presidencia del Paraguay - importantes declaraciones. *El Nacional*, Buenos Aires, 23.3.1893 e transcrito por *El Independiente*, Asunción, 29.3.1893. Recorte anexo ao ofício da nota anterior.

do oficialismo". Pouco antes, mas não devido a esse artigo, *La Libertad* pedira e recebera dinheiro da Legação brasileira, por criticar a atuação do governo paraguaio na questão dos oficiais da canhoneira Iniciadora. Lins de Almeida pagou, por iniciativa própria, 150 pesos a esse jornal, por "se mostrar sempre [...] amigo sincero do Brasil"[66].

Na análise do representante brasileiro no Paraguai, José Segundo Decoud, com suas declarações a *El Nacional*, "deixou cair a máscara com que nos procurava iludir". Para Lins de Almeida essas declarações mostravam ser seu autor um sincero amigo dos argentinos, contra os quais jamais consentiria que Assunção fizesse uma aliança[67]. O correto seria raciocinar que Decoud, apesar de sua formação intelectual na Argentina e da dependência econômica paraguaia com relação a esse país, ainda assim se recusava a apoiá-la em caso de hipotética guerra com o Brasil. Não foi essa, porém, a análise de Lins de Almeida, mas, sim, a de que Decoud era antibrasileiro, informação que o presidente Floriano Peixoto reteve.

Lins de Almeida informou saber que Decoud buscava apoio do grupo liberal, "dedicado aos argentinos". A Argentina, por sua vez, tencionava trocar seu ministro em Assunção, Mendoza, que se indispusera com o presidente González, por outro, com melhores condições para "proteger" a candidatura decouísta. Já os generais Caballero e Escobar declararam a Lins de Almeida suas simpatias pelo Brasil. Mesmo o general Egusquiza, segundo aquele diplomata, estava descontente com o presidente paraguaio e afastara-se da influência argentina, colocando-se ao lado do general Escobar. Corria o boato de que haveria um movimento revolucionário contra González, se este insistisse em lançar a candidatura presidencial de Decoud[68].

Em maio de 1893, dois ministros ligados a Caballero, Rojas e Insfrán, deixaram o governo González. Segundo R. Mendoza, ainda representante argentino em Assunção, os membros do governo eram chamados de "argentinistas" e "hoje não se escondem, como antes, estrangeiros e muitos paraguaios para falar de anexação". Também esse diplomata

[66] José 2° Decoud. La Libertad, Asunción, 3.4.1893. Idem. ALMEIDA para PAULA SOUZA, Of. 2, Res., 5.4.1893. AHI, MDBAOE, 201-2-5. Na noite de 10 de março de 1893, dois oficiais daquela canhoneira brasileira, em trajes civis, foram a um baile, acompanhados de duas mulheres - "prostitutas", segundo Lins de Almeida. Um deles, em um dos recantos do edifício, tentou manter relações sexuais com uma das mulheres, sendo repelido. Houve escândalo, com esse oficial berrando frente à recusa, e, ao ser interpelado por policiais, teria reagido fisicamente, o que levou à sua prisão e à de seu companheiro. No Quartel da Polícia, os dois oficiais protestaram inocência e disseram que tinham sido roubados. A Legação brasileira relatou que as acusações policiais eram forjadas e obteve, com alguma dificuldade, "satisfações" do governo paraguaio pelo ocorrido. Conseguiu as mesmas satisfações pela interpelação, "por simples presunção", do maquinista da Iniciadora, que fora acusado de ferir um policial paraguaio. A atitude do governo paraguaio, de não liberar de imediato esses três militares brasileiros, fora o motivo das críticas de La Libertad. ALMEIDA para João Felippe PEREIRA, Ministro das Relações Exteriores, of. 16, res., 2a. Sec., Assunção, 11.8.1893. Idem, ibídem.

[67] ALMEIDA para PAULA SOUZA, of. 11, res, 2a. Sec., Assunção, 12.4.1893. Id., ibid.

[68] Id.

considerava que "graves acontecimentos" estavam por ocorrer, pois os generais Egusquiza e Caballero, "habituados a disponer de lo país", não o abandonariam "aos novos elementos que os afastaram da coisa pública"[69].

Em agosto, Lins de Almeida comunicou que crescia "ligeiramente" a candidatura presidencial do general Egusquiza, embora opinasse Caballero não ser ela viável. Caballero afirmou manter sua candidatura e, logo em seguida, aliando-se com o general Escobar impôs uma derrota ao governo ao levar o Senado a rejeitar, por unanimidade, contrato *ad referendum* assinado pelo presidente González com a *Paraguay Central Railway Company Ltd.* Tal resultado desagradou "profundamente" ao grupo político no poder "que tinha grande interesse no negócio"[70].

Em meados de setembro, José Segundo Decoud estava novamente em Assunção. Os generais Caballero e Escobar achavam-se, mais do que nunca, afastados "do grupo antipático e impopular que rodeia o presidente da República". Este, temia a Legação brasileira, poderia ser tentado a praticar algum ato de violência, o que agravaria a situação. Tal não ocorreu e, em 18 de novembro, a Comissão Diretora do Partido Colorado proclamou como candidatos a presidente e vice, respectivamente, o general Caballero e o coronel Manoel A. Maciel, que teriam que ser ratificados por convenção partidária. Surpreendendo a todos, Decoud renunciou à sua candidatura em favor daquela do ministro da Guerra, general Egusquiza, o qual, para candidatar-se, teria que abandonar o Ministério e, com isso, seria enfraquecida sua influência política. Assim, analisava Lins de Almeida, Decoud convenceria Egusquiza a renunciar à sua candidatura para apoiá-lo[71].

O novo representante argentino em Assunção, Juan M. Estrada, considerou, em outubro de 1893, definidas as candidaturas presidenciais de Caballero e Decoud. No mês seguinte, interpretou que a escolha da candidatura de Caballero pelo Partido Colorado não se opunha à de Decoud, mas, sim, à de Egusquiza. Para Estrada havia motivos para se temer transtornos, mas os numerosos argentinos que viviam no Paraguai estavam se abstendo, "felizmente", de qualquer intervenção nessa disputa política[72].

Não era essa a análise de Lins de Almeida, alarmado com a situação política paraguaia e a ameaça de uma anexação do país pela Argentina.

---

[69] MENDOZA para ZEBALLOS, nota conf., Assunção, 2.5.1893. AMRECIC, Legaciones Argentinas - Paraguay, Cx. 558.

[70] ALMEIDA para PEREIRA, Of. 18, 2a. Sec., e 13, 3a. Sec., 22.8 e 23.9.1893. AHI, MDBAOE, 201-2-5.

[71] ALMEIDA para Alexandre Cassiano do NASCIMENTO, Ministro das Relações Exteriores, of. 26, 2a. Sec., Assunção, 22.11.1893. Idem.

[72] Juan M. ESTRADA para o chanceler VIRASORO, nota conf., Assunção, 14.10 e 21.11.1893. AMRECIC, Legaciones Argentinas - Paraguay, Cx. 516.

Para ele, os argentinos buscavam impor sua influência no Paraguai, "naturalmente com a ideia de uma futura anexação". Com tal finalidade, soube o diplomata brasileiro, Buenos Aires apoiava, reservadamente, as candidaturas a presidente e a Vice de Egusquiza e César Gondra. O primeiro servira, no passado, no exército argentino "e nos vota a mais pronunciada desafeição", enquanto Gondra era descendente de argentinos e possuía, como o grupo liderado por Decoud, "ostensivas" simpatias pela terra de seus antepassados[73].

Para Lins de Almeida a influência brasileira no Paraguai seria suplantada pela da Argentina se o Brasil assistisse, "impassível", a ascensão à Presidência paraguaia de pessoas que lhe eram reconhecidamente hostis. Isto posto, pediu o diplomata instruções ao Rio de Janeiro de como atuar, pois, até então, afirmou, mantivera-se neutro, apesar da "simpatia" que nutria pela candidatura de Caballero e, ainda, a "simpatia" com que veria a do ministro do Interior, José Tomás Sosa, "por serem ambos amigos declarados de nosso país"[74]. Tais considerações, como comprova o desenrolar dos acontecimentos em 1894, calaram fundo junto ao chefe do Executivo brasileiro, Floriano Peixoto.

O Partido Colorado acabou por dividir-se em duas tendências, a caballerista e a egusquicista. O governo paraguaio implementou a estratégia de anular a candidatura presidencial de Caballero, lançando a de Egusquiza e, posteriormente, levar este candidato a renunciar em favor de José Segundo Decoud. Assim, no dia 10 de dezembro um grupo dissidente do Partido Colorado, "com a coadjuvação ostensiva do governo", juntou cerca de 4.000 pessoas em praça pública, para proclamar as candidaturas de Egusquiza e César Gondra. A maioria desses manifestantes era composta de empregados públicos e trabalhadores do campo, dependentes das autoridades locais[75].

Em 9 de fevereiro de 1894 o governo brasileiro exonerou Lins de Almeida de seu cargo no Paraguai, colocando-o em disponibilidade. O diplomata estranhou a medida, afirmando que sempre cumprira com seus deveres e lamentou que, se a demissão ocorrera por motivos políticos, como noticiaram os jornais do Rio de Janeiro, tivesse sido condenado sem direito de defesa. Afirmou Lins de Almeida que, como funcionário diplomático, obedecia fielmente as ordens do governo brasileiro. Aparentemente esse diplomata foi vítima da situação política brasileira, surgindo suspeitas sobre sua fidelidade a Floriano Peixoto. Em 9 de março, Lins de Almeida

[73] ALMEIDA para NASCIMENTO, of. 17, res., 2a. sec., Assunção, 30.11.1893. AHI, MDBAOE, 201-2-5.
[74] Idem, ibidem.
[75] Id., of. 29, 2a. sec., 16.12.1893. Ibid.

despediu-se do presidente González e, nesse mesmo dia, seu substituto, o senador Amaro Cavalcanti – que viria a ser ministro do Supremo Tribunal Federal na década de 1910 – comunicou ao governo paraguaio sua chegada[76].

Cavalcanti chegou a Assunção no dia 7 de março, acompanhado do secretário de Legação Antonio Nunes Gomes Pereira. O novo ministro Plenipotenciário e Enviado Extraordinário brasileiro trazia instruções de apoiar a candidatura presidencial do general Caballero. Este, segundo a Chancelaria brasileira, era quem mais probabilidade tinha de ser eleito e declarava-se "muito amigo do Brasil". Sincero ou não nessa afirmativa, "convém-no, porque não goza da simpatia do governo argentino". Segundo essas instruções, as informações da Legação brasileira apontavam que Buenos Aires apoiava a candidatura de Egusquiza. Essas mesmas instruções afirmavam, contudo, ser injusta a avaliação feita por Lins de Almeida sobre esse general. De todo modo, afirmou o chanceler Nascimento, o apoio ao general Caballero era desejo pessoal de Floriano Peixoto[77].

Prenunciando qual seria o caráter desse apoio, Floriano assegurou, pessoalmente, que Cavalcanti disporia das canhoneiras brasileiras no porto de Assunção e dos recursos financeiros que fossem necessários. A estação naval brasileira nesse porto existia desde 1869, mas, em 1894, estava reduzida a duas canhoneiras – Taquari e Carioca – com apenas quatro oficiais e pequena tripulação. Cavalcanti, porém, não pensava em arriscar-se a uma intervenção, mesmo que secreta, em favor de Caballero, sem antes conhecer os elementos de que dispunha o general para vencer a sucessão presidencial[78].

Era temerário o projeto intervencionista de Floriano no que se refere ao Paraguai. Afinal, se tornado público esse projeto, seria inevitável o comprometimento das relações do Brasil com a Argentina, num momento em que o poder militar brasileiro encontrava-se gravemente comprometido, em virtude da revolta da Armada e da situação no Rio Grande do Sul. Era verdade, porém, que também a Argentina vivia um momento difícil. Além da crise financeira de 1890, esse país assistiu seguidas rebeliões provinciais entre fevereiro e setembro de 1893.

[76] Id., of. 6, 4a. sec., Assunção, 7.3.1894. Ibid. CAVALCANTI para NASCIMENTO, of. 3, 1a. sec., 10.3.1894. Id.
[77] NASCIMENTO para CAVALCANTI, carta reservada, Rio de Janeiro, 14.2.1894. Id., MDBAD, 201-4-11.
[78] CAVALCANTI para NASCIMENTO, of. res. s/nº, Assunção, 17.3.1894. Id., MDBAOE, 201-2-5. Esse ofício foi dirigido diretamente ao Gabinete do chanceler, sem passar pela 2a. Seção, encarregada de assuntos políticos.

A oposição ao governo central era de tal ordem que, em janeiro de 1895, o presidente Luís Sáenz Peña viu-se obrigado a renunciar[79].

O contexto interno argentino, bem como sua profunda vinculação comercial e política com a Grã-Bretanha, reduziu a atenção que Buenos Aires dava aos acontecimentos paraguaios nessa época. Floriano Peixoto, no entanto, homem de escassa cultura e inteligência sem brilho[80], dificilmente teria o discernimento para considerar tais aspectos. Pode-se supor que a decisão do chefe de Estado brasileiro de intervir no Paraguai tenha resultado de uma resposta direta e pessoal aos relatos alarmistas da Legação em Assunção sobre os riscos da eleição de José Segundo Decoud à Presidência.

Cavalcanti, imediatamente após chegar a Assunção, concluiu que Caballero continuava amigo do Brasil, era popular e poderia chefiar uma revolução. Esse general, porém, mantinha-se reservado sobre sua candidatura. Pretextando receio de perturbação da ordem pública, o presidente González arregimentava forças e gastava dinheiro com finalidade política. Tal fato, segundo Cavalcanti, impediria Caballero de vencer a eleição presidencial, exceto se empregasse meios idênticos e superiores. Quanto a Egusquiza, uma vez eleito presidente, seria, segundo alguns, inimigo do Brasil. Cavalcanti, no entanto, ainda não formara opinião a respeito[81]. Sobre Decoud, porém, havia um consenso: "é adversário do Brasil e tão amigo da República Argentina"[82].

Decorrido um mês, Cavalcanti aproximou-se de Egusquiza. Esse general fizera saber ao diplomata, por intermédio de amigos e mesmo pessoalmente, "que é amigo do Brasil e, se for eleito, sê-lo-á ainda mais, desejando estreitar relações conosco". Da conversa com o Egusquiza, Cavalcanti concluiu que o presidente González pretendia lançar a candidatura de Decoud no último momento e, com esse intuito, queria que esse general deixasse de postular a Presidência. Esse diplomata, porém, incentivou Egusquiza a manter sua candidatura, alimentando nele esperanças de que, se eleito, receberia o apoio brasileiro, inclusive com a perspectiva da construção de uma via férrea que ligasse o Paraguai a um dos portos brasileiros[83]. Cavalcanti retomou uma questão importante para o desenvolvimento paraguaio, que não poderia deixar indiferente a Egusquiza.

---

[79] CARRANZA, Ambrosio Romero. Historia política de la Argentina; desde 1862 hasta 1928. Buenos Aires: Ediciones Pannedille, 1975, pp. 391-396.
[80] BELLO, p. 83.
[81] CAVALCANTI para NASCIMENTO, of. res. s/n°, Assunção, 17.3.1894. AHI, MDBAOE, 201-2-5.
[82] Idem, of. 2, res., 2a. Sec., Assunção, 3.4.1894. Ibid.
[83] Id., ofícios 2 e 5, res., 2a. sec., 3.4 e 16.4.1894. Ibid.

Enquanto isso, o presidente González buscou obter a desistência da candidatura de Caballero oferecendo-lhe vantagens financeiras. Esse general era devedor de mais de 200.000 pesos paraguaios ao Banco Nacional, instituição estatal. Ao mesmo tempo, Egusquiza queixou-se a Cavalcanti de que, embora tivesse apoio militar para sua candidatura, não dispunha de dinheiro. O ministro da Guerra mostrou-se enfurecido "com o partido argentino e [com] Decoud", o que levou o representante brasileiro a concluir que, se Egusquiza recebesse ajuda monetária da Legação, "continuará, sem dúvida, a ser um amigo certo do Brasil, caso for eleito". Frente a essas questões de dinheiro, Cavalcanti pediu instruções ao Rio de Janeiro sobre a possibilidade de contribuição financeira para as candidaturas desses generais e, em caso de resposta positiva, qual seria o limite do montante. Em fins de abril, a Secretaria de Estado respondeu que "oportunamente" o governo brasileiro resolveria sobre o pedido de recursos financeiros. Duas semanas depois, a Chancelaria brasileira autorizou sua Legação no Paraguai a contribuir financeiramente para aquelas duas candidaturas, e, pelo que se depreende da documentação, também seriam enviados navios de guerra[84]. As belonaves seriam instrumento de pressão psicológica contra os simpatizantes da candidatura Decoud.

Convencido de que seria traído por González, Egusquiza aproximou-se de Caballero. Para Cavacanti o presidente paraguaio mantinha postura "firme" no sentido de obter, ainda que pela força, a vitória da candidatura de Decoud e, como consequência, sua eventual queda do poder "não seria impossível"[85]. Nessa mesma época, Juan M. Estrada, representante argentino em Assunção, afirmou que a sucessão presidencial tinha "se complicado" com o surgimento de uma terceira candidatura, a de Benjamin Aceval, lançada pelos liberais (e que sequer era considerada nas análises da Legação brasileira). Para Estrada, a questão não se simplificaria, pois embora se dissesse que a candidatura de Egusquiza seria retirada, ainda assim seria substituída pela de Decoud[86]. Da correspondência enviada pela Legação argentina no Paraguai depreende-se que os argentinos estavam mal informados sobre o encaminhamento da sucessão presidencial, distantes, portanto, de um envolvimento direto de apoio à candidatura de José Segundo Decoud.

---

[84] Id., of. 4, s/sec., Assunção, 24.5.1894. Ibid. Id., of. 6, res. e tel. cifr., 2a. Sec., Assunção, ambos datados de 4.6.1894. Ibid. NASCIMENTO para CAVALCANTI, of. res. 3 e 4, 2a. rec., Rio de Janeiro, 27.4 e 10.5.1894. Id., MDBAD, 201-4-11.

[85] CAVALCANTI para NASCIMENTO, of. 5, Res., Assunção, 30.5.1894. Id., MDBADE, 201-2-5.

[86] Juan M. ESTRADA para o chanceler Eduardo COSTA, nota conf., Assunção, 29.5.1894. AMRECIC, Legaciones Argentinas - Paraguay, Cx. 516.

González bem que tentou simplificar a situação, propondo a retirada das candidaturas de Egusquiza e Caballero, o que seria a garantia da vitória para Decoud, posto que os liberais não tinham qualquer chance eleitoral. Para tanto, o presidente reuniu ambos os generais para exigir que renunciassem a suas candidaturas, em nome do patriotismo, em favor de um terceiro candidato que unisse as forças políticas para o bem do Paraguai. Essa iniciativa fracassou, pois Cavalcanti, reconhecendo que a vitória de Decoud seria inevitável se não tomasse alguma iniciativa, já garantira a esses dois generais candidatos recursos financeiros para suas campanhas eleitorais. Tais recursos, segundo o representante brasileiro, eram necessários principalmente para mobilizar a população do interior do país. Assim, com a garantia de envio de recursos por parte do Ministério das Relações Exteriores brasileiro, Cavalcanti fez a promessa de ajuda financeira a Caballero e Egusquiza, desde que ambos "procedessem de modo que me era assegurado"[87].

Egusquiza, convencido de que a candidatura de Decoud estava para ser lançada pelo presidente González, enviou-lhe uma nota, em 9 de junho, comunicando que tinha tomado os quartéis durante a noite e solicitando-lhe que renunciasse à Chefia do Estado. González recusou-se e foi conduzido a um quartel, onde estavam Caballero e Egusquiza, os quais, frente à insistência do presidente em manter-se no posto, lançaram um manifesto com sua versão dos acontecimentos. No dia seguinte, 10 de junho, o Congresso paraguaio reuniu-se e determinou, sem justificativas, que o Vice-presidente, Marcos Morínigo, assumisse a Chefia do Estado. Morínigo, aliás, era casado com uma sobrinha de Caballero[88].

O representante argentino em Assunção, Juan M. Estrada fez uma análise retrospectiva do golpe de Estado. Apontou para a instabilidade criada pela divisão do Partido Colorado entre as facções dos generais Caballero e Egusquiza na campanha da sucessão presidencial. O quadro político agravou-se devido ao estado de corrupção do país, que tornava a Presidência ainda mais atraente pelos "benefícios" que poderia gerar. Além disso, acirrou-se a rivalidade entre militares e civis (José Segundo Decoud era mal visto nos quartéis). A essa realidade, afirmou Estrada, acrescentou-se o fato de Egusquiza não gozar de popularidade, o que levou González a retirar-lhe o apoio político e transferi-lo para Decoud, que era "sumamente desprestigiado" no Paraguai. Assim, Caballero e Egusquiza acabaram por unir-se, derrubando o presidente da República. Estrada afastou a possibilidade da participação da diplomacia brasileira

[87] CAVALCANTI para NASCIMENTO, of. 6, res. e cifr., 2a. Sec., Assunção, 4.6.1894. AHI, MDBAOE, 201-2-5.
[88] FREIRE ESTEVES, p. 75.

no golpe, afirmando que esta se abstinha de toda intervenção nos assuntos internos paraguaios[89]. Já o Cônsul francês em Assunção analisou que o golpe resultou do apoio ativo de González a Decoud e pelo fato de este ser considerado um partidário da anexação do Paraguai à Argentina[90].

Tendo em vista a história política paraguaia e, ainda, o fato de que José Segundo Decoud não gozava de trânsito na sociedade de seu país, quer entre civis, quer entre militares, compreende-se o erro de análise de Estrada. De fato, os acontecimentos indicavam a possibilidade de deposição de González, independentemente da atuação de Cavalcanti. Este, porém, teve parte ativa nos acontecimentos, apresentando-se, nos seus ofícios à Chancelaria brasileira, como mentor intelectual e financiador do golpe. O erro de análise de Estrada quanto à participação da diplomacia brasileira na deposição de González demonstra a discrição com que atuou Cavalcanti.

Em ofício que enviou ao Rio de Janeiro, recém-consumado o golpe de Estado, Cavalcanti sintetizou os acontecimentos. Escreveu, então, que González passara a apoiar abertamente a candidatura de Decoud e, por isso, "resolvi-me a recorrer ao meio extremo". Para o diplomata brasileiro, a derrubada de González era o único meio de evitar a eleição de Decoud à Presidência, o qual poderia anexar o Paraguai à Argentina. Relatou Cavalcanti que, com cautela, "eu havia conseguido tornar o general Egusquiza pessoa inteiramente minha, e como este tinha o prestígio na força pública [entre a tropa], não foi muito difícil para mim fazê-lo aceitar e executar o plano que eu mesmo tracei". Para o golpe de Estado ser bem-sucedido era necessário o apoio dos generais Caballero e Escobar, o que foi conseguido "não só repartindo-se as **graças do futuro e certos favores**, como ainda porque a revolução chamava já ao poder o Sr. Mario Morínigo"[91].

González, segundo Cavalcanti, planejou obter as renúncias das candidaturas de Egusquiza e Caballero e, além disso, neutralizar a força naval brasileira fundeada na baía de Assunção com a chegada de navios de guerra argentinos. Nesse contexto, Decoud seria chamado de Montevidéu, onde continuava à frente da Legação paraguaia, para assumir sua candidatura presidencial já com a vitória garantida. Cavalcanti destacou que, se tivesse recebido o dinheiro do Rio de Janeiro com antecedência,

---

[89] ESTRADA para COSTA, nota conf., Assunção, 16.6.1894. AMRECIC, Legaciones Argentinas - Paraguay, Cx. 516.

[90] M. N. FRANÇOIS para o chanceler M. HANOTAUX, Assunção, 17.6.1894 in: QUELL, H. Sanchez. *Historia de las relaciones entre Francia y Paraguay (de Napoleón III y Solano López a De Gaulle y Stroessner)*. Asunción: Casa América, 1980, p. 64.

[91] CAVALCANTI para NASCIMENTO, of. conf. s/nº, 2a. sec., Assunção, 10.6.1894. AHI, MDBAOE, 201-2-5. Trecho em destaque no original.

"teria tido talvez oportunidade de dominar as coisas de modo diverso", pois, para tanto, já preparara o terreno[92].

Cavalcanti não esclareceu que modo diverso seria esse. Parece lógico que seria pelo financiamento das candidaturas de Egusquiza e Caballero, as quais, sendo mais populares que a de Decoud, tenderiam – uma ou outra – a impor-se no Partido Colorado, pela distribuição de dinheiro entre as lideranças partidárias. Esse dinheiro, contudo, não chegou a tempo de inviabilizar o lançamento da candidatura de Decoud, levando Cavalcanti "a recorrer ao meio extremo" do golpe. Esse representante atuou pressionado pela possibilidade, iminente na ótica da imprensa local e dos seguidores de Decoud, de que Caballero e Egusquiza cedessem ao oficialismo. Dado o golpe, Cavalcanti reafirmou ao Rio de Janeiro que precisava do dinheiro para cumprir a sua parte do acordo com os golpistas, que executaram "tudo quanto me haviam afiançado", realizando o movimento "sem derramar-se uma gota de sangue". Informou esse diplomata que, por sua exigência, fora marcada eleição presidencial e que, qualquer que fosse o eleito, Caballero ou Egusquiza, "será um amigo" do Brasil[93].

Cavalcanti assumiu a responsabilidade de pagar as despesas do golpe "e o meu compromisso já não é inferior a cinco mil libras, tendo talvez de atingir seis mil libras [esterlinas]". Apenas no início de julho Cavalcanti acusou o recebimento de recursos financeiros, por intermédio do *Banco Italiano del Uruguay*, para as "despesas especiais" e que, imediatamente, "dei-lhes destino", restando 518 libras sem gastar[94]. Cavalcanti despendeu, afinal, 5.100 libras esterlinas com os generais paraguaios para que derrubassem González[95].

Pouco depois do golpe de Estado, o representante argentino em Assunção, Juan Estrada, analisou as perspectivas da eleição presidencial paraguaia. Afirmou que, para a Argentina, a eleição de Egusquiza seria melhor do que a de Caballero e, quanto ao candidato liberal, Benjamin Aceval, não via nenhuma possibilidade em seu triunfo. O desejo de Estrada realizou-se pois, nas palavras de Cavalcanti, "as coisas tomaram novo e diverso aspecto", tendo Caballero desistido de sua candidatura em favor de Egusquiza[96].

---

[92] Idem, ibidem.

[93] Id., ibid.

[94] Id., of. s/n, conf., Assunção, 3.7.1894. Ibid.

[95] Documentos de 1894, arquivados no volume referente à correspondência enviada ao Ministério das Relações Exteriores, em 1917, pela Legação brasileira em Assunção: "Telegrama do Banco Italiano comunica ter 150 contos á disposição do Ministro Cavalcanti"; "Telegrama do Banco Italiano comunicando embarque de 5.618 libras esterlinas." CAVALCANTI para NASCIMENTO, of. conf s/n, Assunção, s/d. AHI, MDBAOE, 201-3-10.

[96] ESTRADA para COSTA, nota conf., Assunção, 25.8.1894. AMRECIC, Legaciones Argentinas - Paraguay, Cx. 516. CAVALCANTI para NASCIMENTO, of. res., Assunção, 26.6.1894. AHI, MDBAOE, 201-2-5.

Cavalcanti considerou que estaria concluída sua missão assim que entregasse o dinheiro aos três generais paraguaios e se realizassem as eleições presidenciais. Nessas condições, solicitou, já em 10 de julho, que fosse autorizada sua retirada de Assunção. O vice-presidente Marcos Morínigo concluiu o mandato de González e transmitiu, em 25 de novembro de 1894, o poder para o presidente eleito, general Egusquiza. Um mês antes, contudo, o Rio de Janeiro já permitira a Cavalcanti retirar-se do Paraguai, mesmo porque logo a seguir, em 15 de novembro, terminava o governo de Floriano Peixoto e com ele a "República das Espadas"[97].

3 - Diplomacia defensiva

Em 15 de novembro de 1894 teve fim no Brasil a "República das Espadas". Enquanto os militares florianistas ocupavam-se em sufocar as rebeliões da Armada e os federalistas gaúchos, as oligarquias criaram condições para ocupar o poder central. Nascido para salvar o princípio federativo, o governo Floriano Peixoto contou com o apoio do partido Republicano Paulista, "principal representante dos interesses exportadores" que desejavam controlar o governo estadual. A posse de Prudente de Moraes na Presidência, naquela data, consolidou a ordem civil e solidificou o princípio federativo. A pacificação interna do país e a estabilidade política só aconteceram no governo seguinte, de Campos Salles (1898-1902), graças à "política dos governadores". Por esta, o governo federal apoiava as situações estaduais que, em troca, elegiam para o Congresso Federal apenas deputados que apoiassem o poder central[98].

A maior estabilidade interna no período 1894-1902 refletiu-se na política externa brasileira. O Ministério das Relações Exteriores teve, com Prudente de Moraes, dois titulares, Carlos Augusto de Carvalho (1894-1896) e Dionísio Evangelista de Castro Cerqueira (1896-1898). Com Campos Salles, apenas Olyntho de Magalhães. Pôde, assim, a política externa brasileira amadurecer posições quanto ao continente e ter na amizade norte-americana sua "nota fundamental"[99]. Com relação ao Paraguai, o Rio de Janeiro teve postura mais segura e consistente do que a dos dois primeiros governos republicanos, embora limitada pela precária situação financeira brasileira.

---

[97] CAVALCANTI para NASCIMENTO, of. conf. s/n e 19, 1a. sec., Assunção, 10.7 e 24.10.1894. AHI, MDBAOE, 201-2-5.
[98] PERISSINOTTO, pp. 102-103.
[99] CERVO; BUENO, p. 160.

a) Erva-mate e terras

Após a partida de Amaro Cavalcanti, em outubro de 1894, o secretário Antonio Nunes Gomes Pereira assumiu interinamente a Legação no Paraguai. Esse encarregado de negócios chamou a atenção da Chancelaria brasileira para a total dependência paraguaia em relação à Argentina e para o abandono em que o Brasil deixara o país guarani, cuja independência mantinha-se graças ao forte sentimento nesse sentido por parte de sua população. Para Gomes Pereira o Brasil deveria oferecer uma alternativa para o escoamento dos produtos paraguaios com a construção de uma ferrovia do lado brasileiro que permitiria, ainda, incorporar "de fato, à comunhão nacional", o Mato Grosso. Analisou esse diplomata que a Argentina, em atitude contraproducente, pretendia reduzir o Paraguai à miséria, para facilitar sua incorporação, enquanto no plano político colocava-se por detrás do Partido liberal, insuflando-o a criticar o governo paraguaio pela tentativa de delimitação da fronteira com a Bolívia[100].

Outro tema que ocupou Gomes Pereira foi a falta de pagamento das três últimas letras promissórias, de um total de nove, referentes à dívida da Estrada de Ferro paraguaia com o Tesouro brasileiro. As sétima e oitava letras encontravam-se atrasadas, num montante, respectivamente, de 20.720 e 13.100 pesos-ouro, e como o *Banco Nacional del Paraguay*, responsável por esses papéis, entrara em liquidação, também a última promissória, num valor de 24.039,49 pesos-ouro, deixou de ser resgatada. Sendo o governo paraguaio avalista desses documentos de crédito, Gomes Pereira conversou com o ministro das Relações Exteriores, Héctor Velazques, sobre o assunto com cortesia, devido ao "estado verdadeiramente desesperador das finanças deste país". Essa situação, afirmou o diplomata, decorria dos impostos proibitivos que a Argentina cobrava sobre a importação de tabaco, produto que fora, juntamente com a erva-mate, o de maior exportação paraguaia. A partir dessa nova taxação o tabaco praticamente deixou de ser cultivado, criando para o Paraguai uma "desesperadora" crise financeira[101].

Em 7 de março de 1895 o novo ministro residente do Brasil em Assunção, Henrique Lisboa, entregou as credenciais ao presidente Egusquiza. O diplomata tinha instruções de não intervir, sob qualquer forma, na política interna paraguaia. No primeiro ofício em que analisou o cenário político local, esse representante afirmou que, após 24 anos de falsa

[100] PEREIRA para NASCIMENTO [Carlos Augusto de Carvalho, porém, era chanceler desde 15.11.1894], of. 15, res., 2a. sec., Assunção, 30.11.1894. AHI, MDBAOE, 201-2-5.
[101] Idem, of. 4, 2a. sec., Assunção, 8.2.1895. Ibidem, 201-2-6.

vida constitucional no Paraguai, esta parecia ir se tornando verdadeira. O indício para tanto era o fim do monopólio das funções públicas por parte do Partido Colorado. Graças à política de conciliação seguida por Egusquiza, nas eleições legislativas os colorados, conforme acordo feito com o Partido liberal, não lançaram candidatos em alguns distritos. Foi possível, assim, que a oposição liberal passasse a ter representação no Legislativo, contando com duas cadeiras, de um total de 13, no Senado, e cinco de um total de 26, na Câmara. Logo, porém, brotaram dissidências entre os liberais, com alguns deles acusando os correligionários eleitos de terem transigido com a situação dominante. Havia, por outro lado, colorados queixando-se de que o pacto eleitoral fora prejudicial à influência de seu partido[102]. No final, o Partido liberal dividiu-se em duas facções, a dos cívicos e a dos radicais, tendo como principais líderes, respectivamente, Benigno Ferreira e Cecílio Báez.

Logo no início dos trabalhos do Congresso paraguaio em 1895, os legisladores liberais romperam o clima de entendimento. Saíram em violenta oposição a Agustín Cañete que era "a primeira figura do Ministério", devido à importância de sua Pasta, a da Fazenda, e, ainda, pelo fato de representar, no governo, o general Caballero, "que é ainda o mais forte sustentáculo da situação"[103].

Na mensagem enviada na abertura das sessões do Congresso de 1895, o presidente Egusquiza afirmou que a situação do país era das mais favoráveis. Tão surpreendente assertiva era baseada em argumentos que "mal podem ser aceitos, diante da evidência da progressiva decadência" econômica e social do Paraguai, "em que tudo é primitivo". As vias de comunicação eram precárias, tornando o transporte difícil e perigoso, aspecto este agravado pela ação de criminosos, mesmo nas cercanias de Assunção. O material da única estrada de ferro estava "em ruínas" e a educação primária encontrava-se abandonada. Comparada com a situação de cinco anos antes, quando servira como secretário em Assunção, Henrique Lisboa viu o Paraguai pior em todos os sentidos; seus poucos cidadãos cultos estavam desanimados e, os que podiam, emigravam definitivamente para a Argentina. Esse diplomata foi

[102] LISBOA para CARVALHO, of. res. 1, 3a. sec., Assunção, 28.5.1895. Ibid., Acréscimos, 201-4-6. Idem, of. 8, 2a. Sec., 22.3.1895. Ibid., MDBAOE, 201-2-5. Egusquiza foi o primeiro presidente paraguaio a criar condições para membros da oposição participarem dos órgãos governamentais. CABALLERO AQUINO, Ricardo. El egusquicismo: el primer intento de gobierno pluralista in: *Historia Paraguaya*. Asunción, Academia Paraguaya de la Historia XXXV: II, 1995, p. 210.

[103] Id., of. 16, 2a. sec., Assunção, 15.5.1895. Ibid., 201-2-5.

informado de que as intenções de Egusquiza eram sinceras, mas, comentou, "a sua capacidade não é grande e os seus auxiliares não estão à altura das exigências do momento"[104].

No mês seguinte à sua chegada, Henrique Lisboa foi procurado por Agustín Cañete, que acumulava interinamente as Relações Exteriores com o Ministério da Fazenda. Cañete mostrou-se preocupado com o fato de que, em um possível conflito entre o Chile e a Argentina, um desses países provocasse um envolvimento paraguaio. Afirmou temer, principalmente, que Buenos Aires estabelecesse uma aliança com a Bolívia e, ainda, que buscasse contar com o apoio do Paraguai. Frente a tais preocupações, Cañete quis saber qual seria a posição brasileira, argumentando que uma declaração de neutralidade paraguaia seria "ridícula" caso não contasse com o Brasil a apoiá-la "pelos menos moralmente". Argumentou Cañete que seu país, sozinho, não teria meios de fazer respeitar sua neutralidade em uma guerra caso os argentinos se valessem do rio Paraguai para manter contato com os bolivianos[105]. Esquecia-se de que também Buenos Aires tinha assinado com Assunção tratado sobre a livre navegação daquele rio e, portanto, teria direito à mesma, ainda que em caso de guerra.

Henrique Lisboa respondeu, em caráter pessoal, crer que o Brasil procuraria manter a neutralidade paraguaia. O diplomata viu na iniciativa de Cañete a necessidade de o governo paraguaio resolver se convinha, ou não, fazer aprovar pelo Congresso do país o tratado fronteiriço assinado com a Bolívia. Se esse acordo internacional não fosse aprovado pelo Legislativo paraguaio, o que de fato ocorreu, e se La Paz se aliasse à Argentina contra o Chile, os bolivianos poderiam ocupar o território que aquele acordo lhes atribuía na margem do rio Paraguai a fim de aproximarem-se de sua aliada. Meses antes, em janeiro de 1895, Egusquiza já demonstrara "receios" em relação aos bolivianos e manifestara desejo de contar com apoio brasileiro. Era "evidente", para Henrique Lisboa, o interesse do Paraguai em apoiar-se no Brasil para manter sua integridade territorial[106].

No plano financeiro, o governo Egusquiza procurou regularizar a situação da dívida externa. Solicitou, para tanto, um empréstimo ao governo brasileiro no valor de 200.000 libras esterlinas. As negociações nesse sentido foram encaminhadas, junto a Henrique Lisboa, por um intermediário, Ricardo Antonio Mendes Gonçalvez, português

[104] Id., of. 11, 2a. sec., Assunção, 2.4.1895. Ibid.
[105] Id., of. 1, Res., 2a. sec., Assunção, 11.4.1895. Ibid.
[106] Id. Não foi encontrada a resposta do Rio de Janeiro à consulta de Lisboa. Sobre o Tratado de Limites entre o Paraguai e a Bolivia, de 1884, veja-se: SCAVONE YEGROS, Ricardo. *Las relaciones entre el Paraguay y Bolivia en el siglo XIX*. Asunción: ServiLibro, 2004, pp. 403-454.

naturalizado brasileiro, que se enriquecera no Paraguai e era a pessoa de maior influência junto a Egusquiza em assuntos econômicos. O Rio de Janeiro, por sua vez, tinha interesse na construção de uma ferrovia que, partindo de Villarrica, chegasse à fronteira com o Brasil, no Alto Paraná. Henrique Lisboa após afirmar que o Brasil tinha boa disposição no que se referia ao pedido de empréstimo, pois o progresso paraguaio repercutiria favoravelmente sobre Mato Grosso, insinuou uma concessão ferroviária como contrapartida. O trecho desta não foi especificado para evitar "exageradas pretensões" por parte de Egusquiza, o qual acabou por sugerir que uma companhia brasileira poderia explorar a ferrovia Assunção a Villarrica e Pirapó[107].

Tal ferrovia era controlada por ingleses, que a administravam mal e descumpriam os termos do contrato de concessão, o que permitiria ao governo paraguaio retomá-la a baixo preço. Embora não interessasse ao governo brasileiro o trecho entre a capital e Villarrica, Henrique Lisboa concordou com a oferta para, mais tarde, tentar retomar a discussão do trajeto até a fronteira brasileira. De fato, esse diplomata logo sugeriu ao governo paraguaio que seria mais vantajosa a ligação de ferrovia brasileira com aquelas já construídas ou concedidas no Paraguai, de modo a ligar o país guarani ao Atlântico. Egusquiza não viu obstáculos a tal concessão, nem quanto à "conveniência", segundo Henrique Lisboa, de que tal iniciativa partisse oficialmente do governo paraguaio. Neste último caso, porém, Egusquiza achava melhor esperar a reorganização que promoveria em seu Ministério[108].

Henrique Lisboa considerava os comentários de que, se nessa reorganização ministerial fosse chamado José Segundo Decoud, haveria problemas na concessão ferroviária. Sendo Decoud homem inteligente, poderia perceber "a grande influência política que o Brasil adquirirá nos destinos deste país" com a planejada ligação ferroviária. Raciocinou Lisboa que, apesar dos benefícios que adviriam ao Paraguai da nova situação das comunicações com o exterior, Decoud poderia a ela se opor por temer ser esse um primeiro passo para o Brasil anexar seu país[109].

Seguiu-se um silêncio por parte de Egusquiza, decorrente, segundo Mendes Gonçalvez, não da oposição de Decoud, mas, sim, de espera da apresentação do projeto de reforma econômica pelo novo ministro da Fazenda, Benjamín Aceval. Uma das medidas, informou Henrique Lisboa, seria a fundação de um banco estatal, com capital de quatro milhões de

[107] Id., of. res. 1, 3a. Sec., Assunção, 28.5.1895. Ibid., Acréscimos, 201-4-6.
[108] Id., ibid.
[109] Id.

pesos-ouro, dos quais dois milhões viriam de credores britânicos, contra a garantia dos juros vencidos da dívida externa paraguaia, o que seria feito com dinheiro obtido com o empréstimo de 200.000 libras (um milhão e meio de pesos-ouro) solicitado ao Brasil e com a venda da estrada de ferro Assunção-Villarrica a companhia brasileira. Lisboa defendeu a concessão desse empréstimo como forma de consolidar-se a influência do Brasil no Paraguai, a qual sofreria "um profundo golpe" em caso de recusa, já que Assunção poderia recorrer à Argentina para obtenção de crédito[110].

O Paraguai não recebeu qualquer empréstimo brasileiro, o que não era de surpreender, posto que o governo Prudente de Moraes enfrentava falta de recursos. De todo modo, o projeto de criação do banco estatal paraguaio naufragou devido à oposição do comércio de Assunção. As propostas de reformas, informou Henrique Lisboa, foram vistas como tendo a finalidade de enriquecer os homens do governo. Era "triste a situação" do país e seu futuro "incerto", levando a imprensa do Rio da Prata a prever o fim do Paraguai como nação independente, o que causava indignação em sua capital. Em conversas particulares com o representante brasileiro, paraguaios mais cultos e estrangeiros de há muito residindo em Assunção convergiam na opinião sobre a decadência do país e na concordância com aquela previsão dos jornais platinos[111].

Apesar da precária situação financeira do Paraguai, Egusquiza conseguiu avançar na questão da dívida externa. Em agosto de 1895 chegou-se a um acordo com o Conselho de Proprietários de títulos da dívida externa paraguaia, representados por Henry L. White. Esses títulos, emitidos em 1886, quando houvera outra renegociação do débito externo do país, foram reescalonados. No final de 1895 a dívida externa guarani totalizava 934.640 libras, sem incluir o débito de guerra com a Argentina e o Brasil[112].

Logo se confirmou a previsão de Henrique Lisboa sobre a reforma ministerial e José Segundo Decoud ascendeu à chefia do Ministério de Relações Exteriores. A escassez de paraguaios preparados intelectualmente e com experiência administrativa, de um lado, e, de outra parte, a política conciliadora implementada por Egusquiza, não lhe permitiam dispensar os serviços de seu antigo concorrente à Presidência da República.

José Segundo Decoud fora *la bête noire* da Legação brasileira, mas, em 1895, deixaria de sê-lo, ainda que por pouco tempo. Henrique Lisboa era arguto analista e via como "natural" certa inclinação por parte desse

[110] Id. e of. res. 2, 3a. sec., Assunção, 28.6.1895. Ibid.
[111] Id., of. 24, 2a. sec., Assunção, 28.8.1895. Ibid.
[112] FREIRE ESTEVES, p. 88.

político, bem como de todos os paraguaios cultos, pela Argentina, com a qual tinham identidade de origem, língua e costumes. Os paraguaios cultos, "e o Sr. Decoud mais do que todos", estavam convencidos de que seu país não poderia progredir sem apoio externo, quer do Brasil, quer da Argentina. Esses paraguaios optariam, portanto, pelo auxílio de um desses dois países considerando: qual estava mais apto a prestá-lo imediata e eficazmente; qual tinha maior interesse em fazê-lo e, por último, de qual deles o Paraguai poderia recebê-lo, com menor risco para sua autonomia[113].

Henrique Lisboa raciocinou, então, em torno desses três fatores, baseando-se no que ouvira de Decoud e de outros políticos. Entre estes, afirmou o representante brasileiro, não havia quem duvidasse da maior capacidade do Brasil de contribuir para o engrandecimento do Paraguai. Havia a convicção de que a situação financeira brasileira era melhor do que a argentina, sabendo-se que o Brasil continuava a gozar de crédito na Europa, o que não ocorria com a Argentina. Henrique Lisboa acreditava ser "evidente" para os paraguaios cultos o interesse brasileiro pelo progresso de seu país. O progresso paraguaio, afinal, beneficiaria o Mato Grosso, enquanto, no caso argentino, seria "de algum modo" prejudicial às províncias de Santa Fé, Entre Ríos, Corrientes, nos territórios do Chaco [Formosa] e Missões. Daí o porquê da "guerra" feita pelos argentinos à imigração europeia para o Paraguai e, ainda, da elevação, por Buenos Aires, de impostos de importação sobre os dois principais produtos paraguaios: o tabaco e a erva-mate. Por último, a maior identidade de origem, língua, e costumes com a Argentina implicaria em maior risco para a autonomia do Paraguai, caso predominasse a influência desse vizinho, em lugar da brasileira[114].

No Ministério de Relações Exteriores, Decoud viu-se frente à reclamação do deputado caballerista Talavera de não ter ainda o governo Egusquiza aplicado a moção da Câmara de Deputados denunciando o Tratado de Comércio de 1883 com o Brasil. Esse Tratado permitia o livre trânsito de mercadorias entre o país guarani e o Mato Grosso e, segundo Henrique Lisboa, era bastante vantajoso para os paraguaios. Esse diplomata descobriu que aquela moção era resultado da rivalidade entre as companhias *Industrial Paraguaya*, dessa nacionalidade, e a Companhia *Matte Larangeira*, brasileira. Personagens de grande influência política no Paraguai, dentre os quais se citava o general Caballero, eram sócios na primeira companhia, prejudicada pela isenção fiscal que favorecia a

[113] LISBOA para CARVALHO., of. 1, conf., 1a. sec., Assunção, 6.6.1895. AHI, MDBAOE, Acréscimos, 201-4-6.
[114] Idem, ibidem.

erva-mate proveniente do Mato Grosso. Esta transitava pelo Paraguai, e chegava à Argentina para concorrer, com vantagem de preço, sobre o mesmo produto paraguaio, que pagava impostos em seu país. Agustín Cañete, quando ministro da Fazenda, dissera a Henrique Lisboa que os eventuais prejuízos que a *Industrial Paraguaya* sofresse eram ínfimos, frente às vantagens que o Tratado de Comércio trazia para o país e que o governo paraguaio não pensava denunciá-lo[115].

José Segundo Decoud manteve, como ministro de Relações Exteriores, a mesma postura e, posteriormente, o próprio presidente Egusquiza afirmaria a Henrique Lisboa que o Paraguai era beneficiado pelo livre-comércio com o Mato Grosso. De fato, os ministros de Relações Exteriores e da Fazenda compareceram à Câmara paraguaia e apresentaram estatísticas comprovando que o valor das mercadorias paraguaias exportadas para Mato Grosso era dez vezes superior ao valor das importações dele feitas[116].

O governo brasileiro colocou-se contra a alteração do Tratado de Comércio com o Paraguai, argumentando que da exportação de erva-mate dependia grande parte da receita do Mato Grosso. Decoud, por sua vez, reafirmou ser política do seu governo manter o livre trânsito desse produto brasileiro. Acreditava ele que a *Industrial Paraguaya*, fracassada a pressão para que se denunciasse aquele Tratado de Comércio, procuraria obter do Congresso guarani lei impondo impostos sobre o trânsito, por território paraguaio, do mate mato-grossense[117].

Tratava-se, de fato, de uma disputa entre duas companhias produtoras de erva-mate. A *Matte Larangeira* tinha origem na concessão, feita em 1882 e renovada seguidas vezes, a Thomaz Larangeira para explorar a erva-mate no Mato Grosso. O objetivo dessa concessão, segundo Decreto de 23 de junho de 1890, era o de estimular o progresso econômico mato-grossense, promovendo o aumento da renda pública com a cobrança de impostos sobre o mate exportado e sobre a importação dos bens necessários ao "numeroso pessoal" dessa indústria extrativa. A *Matte Larangeira*, porém, adotou procedimentos que frustraram esse objetivo, ao criar depósitos em Vella Concepción, no Paraguai, que eram abastecidos de erva-mate mato-grossense por carretas. Estas atravessavam grande extensão de território paraguaio, valorizando-o, transferindo-lhe os benefícios do trânsito que o governo brasileiro esperava fosse reservado

[115] Id., Of. 3, 3a. Sec., Assunção, 25.4.1895. Ibid, MDBAOE, 201-2-6.
[116] Id., Of. 3, Res., 3a. Sec., Assunção, 4.7.1895. Ibid.
[117] Id., of. 8, 3a. sec., Assunção, 13.7.1895. Ibid., Acréscimos, 201-4-6.

a Mato Grosso. As estações paraguaias para abastecimento dessas carretas acabaram por tornarem-se núcleos populacionais, praticando a agricultura e comércio, em detrimento do vizinho Estado brasileiro[118].

Também a importação de bens de consumo para os "milhares de indivíduos" que, direta ou indiretamente, trabalhavam para a *Matte Larangeira*, era feito por Concepción. Desse modo, o grande beneficiado era o fisco paraguaio, embora esses bens fossem consumidos em grande parte no Brasil. Para contornar essa situação, o governo imperial tentou, em 1886, impor à *Matte Larangeira* a obrigação de exportar por determinados postos fiscais em Mato Grosso e, ainda, de construir, em dois anos, uma estrada de rodagem até a confluência do rio Apa com o Paraguai. Tal não se deu e, em 9 de outubro de 1889, um decreto impôs, como condição para não caducar a concessão daquela Companhia, a conclusão da estrada em dois anos adicionais. A República brasileira, por decreto de 23 de junho de 1890, renovou as exigências de exportação e também da construção rodoviária, com mais dois anos de prazo, novamente prorrogado até 1894. Mesmo assim, a *Matte Larangeira* não completou, em 1895, essa estrada e continuou o trânsito de erva-mate por território paraguaio[119].

Nessa questão, Henrique Lisboa divergia da orientação que recebia da Chancelaria brasileira. Por considerar ser melhor aos próprios interesses de Mato Grosso, Henrique Lisboa absteve-se de intervir em favor do livre trânsito, quando este foi tema de discussão no Congresso paraguaio. Acreditava esse diplomata que obstáculos levantados à *Matte Larangeira* no Paraguai, a obrigariam transferir suas operações para território mato-grossense. Mesmo porque era desnecessária qualquer gestão junto ao governo paraguaio que, ciente dos benefícios do livre trânsito para o seu país, tomaria as providências para mantê-lo[120].

Ademais, argumentou Henrique Lisboa, a isenção fiscal paraguaia para a passagem da erva-mate mato-grossense baseava-se no decreto do Executivo de 20 de janeiro de 1892. Este era interpretativo da cláusula do Tratado de Comércio Brasil-Paraguai relativa ao livre-comércio com Mato Grosso. Tal decreto era "notoriamente inconstitucional", por legislar em matéria de impostos, faculdade essa reservada à Câmara dos Deputados. Aquele Tratado de Comércio, expôs Henrique Lisboa, não isentava as mercadorias de imposto sobre o trânsito, pelo contrário, o artigo 12 admitia implicitamente tal possibilidade ao permitir a cobrança da taxa

[118] Id., of. conf. s/n, Assunção, 17.7.1894. Ibid.
[119] Id.
[120] Id.

necessária para compensar os gastos com fiscalização. O livre trânsito foi mantido por parecer favorável ("conforme se esperava") da Comissão da Câmara dos Deputados criada para estudar o assunto[121].

Os argumentos de Henrique Lisboa eram claros. A Companhia *Matte Larangeira* era a única beneficiária daquele livre trânsito, em detrimento da economia mato-grossense e das rendas alfandegárias brasileiras. A coerência da argumentação do diplomata nada podia, porém, no Rio de Janeiro. Em telegrama codificado, enviado pouco antes para a Legação no Paraguai, a Chancelaria brasileira afirmou o contrário e acrescentou "Veja representação Companhia Mate 15 fevereiro 92", referindo-se a uma exposição que fora feita por essa empresa em defesa de seus interesses. Ao buscar, porém, desvendar que interesses o governo brasileiro estaria defendendo, encontrou o autor deste livro, no original desse telegrama codificado, a seguinte informação manuscrita a lápis: "Pago pela Companhia Matte Larangeira, a pedido da qual se passou"[122]. O interesse dessa empresa se impunha no seio do governo brasileiro, a ponto de determinar as instruções para a Legação brasileira no Paraguai.

A *Companhia Matte Larangeira* pertencia, desde o segundo semestre de 1891, ao Banco Rio e Mato Grosso, instituição fundada em dezembro de 1890 e presidida pelo senador mato-grossense Joaquim Murtinho. Desde 1890, a família Murtinho controlava a política de Mato Grosso e, como demonstrou Fernando Antonio Faria, estabeleceu uma rede de influência no Rio de Janeiro para defender seus interesses privados. Assim, de setembro de 1891 até 1899, os lucros líquidos da *Matte Larangeira* totalizaram R$ 9.000:000, que não foram distribuídos aos acionistas daquele Banco. Através de manobras contábeis, parte desse lucro foi utilizada no aumento da fortuna familiar dos Murtinho. Outra parcela serviu para comprar uma fábrica de moer e condicionar erva-mate em Buenos Aires, de propriedade de Francisco Mendes & Cia. Em agosto de 1894 foi instalada em Assunção uma gerência da *Matte Larangeira* com o fim de desenvolver a produção da erva no sul do departamento paraguaio de Amambai e, no mês seguinte, foi adquirida a empresa de Ricardo Mendes que também explorava o produto nessa região[123].

Pouco depois, a *Matte Larangeira*, em seu expansionismo monopolista, comprou a empresa ervateira de Fernandes Hermanos, situada na vila paraguaia de San Pedro. Envolvido em frustrado projeto de exploração da borracha, o Banco Rio e Mato Grosso tornou-se insolvente

[121] Id. e of. 11, 3a. sec., Assunção, 27.8.1895. Ibid.
[122] EXTERIORES para BRASLEG, tel. cifr. s/n, Rio de Janeiro, 11.7.1895. Id., MDBATR, 202-1-17.
[123] FARIA, Francisco Antonio. *Os vícios da Re(s)pública; negócios e poder na passagem para o século XX*. Rio de Janeiro: Notrya Editora, 1993, pp. 213-220.

em 1902, permitindo ao Comendador Thomaz Larangeira comprá-lo por R$ 2.250:000, enquanto um sindicato organizado por Francisco Mendes & Cia., com sede em Buenos Aires, adquiriu por R$ 3.000:000 a *Companhia Matte Larangeira*, que teve sua matriz transferida para a Argentina. Há indícios, porém, de que a família Murtinho era associada a esse sindicato[124].

Compreende-se, assim, a falta de repercussão no governo brasileiro, dos argumentos de seu representante em Assunção contra o Tratado de Comércio brasileiro-paraguaio. Henrique Lisboa encontrava-se impotente frente a tamanhos interesses, tráfico de influência e a importância da figura de Joaquim Murtinho. Este chegou a ser nomeado, em 1896, ministro da Indústria, Viação e Obras Públicas e, mais tarde, durante o governo Campos Salles, ministro da Fazenda.

Não conseguindo a denúncia do Tratado de Comércio, o deputado Talavera mudou de estratégia. Apresentou à Câmara pedido de revogação do Decreto de 20 de janeiro de 1892, que permitia a isenção fiscal para o trânsito da erva-mate mato-grossense. Com essa iniciativa, comentou Henrique Lisboa, esse deputado mostrou seu verdadeiro intuito, que era o de favorecer a *Industrial Paraguaya*, ou, então, o de "obter vantagem particular", obrigando a *Matte Larangeira* a dar-lhe dinheiro para evitar prejuízos que adviriam daquela revogação. A nova iniciativa de Talavera levou a Câmara, em sessão secreta, a criar uma comissão para estudar o assunto e apresentar parecer em 30 dias. Este, "como se esperava", decidiu por manter o livre trânsito da erva-mate vindo de Mato Grosso[125]. Embora por pouco tempo, a *Matte Larangeira* conseguiria manter o *status quo*.

Em fins de 1895, os ofícios da Legação brasileira no Paraguai eram inquietantes quanto à situação política do país. Já em agosto relatou-se que a oposição liberal considerava insuficientes as concessões que recebera de Egusquiza, apesar de alguns de seus membros ocuparem postos no Legislativo e na administração, como o Dr. Benjamin Aceval, titular do Ministério da Fazenda. O governo, por sua vez, quer para evitar conflitos, quer "por indolência natural", pouco fazia para executar os planos com os quais se propunha a melhorar o país[126].

A tensão política atingiu o auge em dezembro de 1895. A Legação brasileira informou que uma rebelião do Partido Liberal tornava-se possível. O presidente Egusquiza, porém, apesar de muito indeciso no plano administrativo, não cederia ante qualquer ação violenta dos adversários. Afinal, Egusquiza representava "uma oligarquia partidária"

[124] Idem, pp. 220-230.
[125] LISBOA para CARVALHO, of. res. 3 e of. 11, 3a. sec., Assunção, respectivamente 4.7 e 27.8.1895. AHI, MDBAOE, 201-2-6.
[126] Idem, of. res. 2, Assunção, 12.8.1895. Ibidem.

que ocupava o poder no Paraguai desde 1870 e que, agora, "exausta e desmoralizada", defender-se-ia desesperadamente para mantê-lo. Mas os colorados estavam divididos, conforme revelou o chefe de Estado a Henrique Lisboa, com os generais Caballero e Escobar, afastando-se do governo, fazendo-lhe oposição "mal disfarçada" no Congresso[127].

Em fevereiro de 1896, Mendes Gonçalvez procurou Itiberê da Cunha devido a notícias vindas de Buenos Aires sobre conferências, no Rio de Janeiro, entre Juan Silvano Godoi e o presidente Prudente de Moraes. Essas notícias atribuíam a Godoi uma missão confidencial do presidente paraguaio. Este, porém, avisou à Legação brasileira, por meio de seu intermediário, que as notícias não procediam. Godoi estava no Rio de Janeiro em companhia de Enrique Solano López, filho do falecido ditador, para buscar obter a posse de 3.000 léguas de terras no Mato Grosso, exploradas pela *Matte Larangeira*. Essas terras faziam parte dos bens que Francisco Solano deixara de herança para Elisa Lynch, sua companheira e mãe de Enrique[128].

Egusquiza esclareceu, por meio de Mendes Gonçalvez, que dera a Godoi apenas cartas de apresentação, de caráter inteiramente privado, dirigidos a Prudente de Moraes e a outras pessoas no Rio de Janeiro. Para Henrique Lisboa essas cartas davam veracidade às acusações de que Egusquiza e outros importantes políticos governistas haviam-se associado, por dinheiro, com os filhos de Francisco Solano López em sua reivindicação por propriedades que o falecido ditador teria deixado para Elisa Lynch. Henrique Lisboa elogiou, porém, José Segundo Decoud, ressalvando que sua vida pública estava a salvo desse tipo de censura. Enquanto isso, o jornal assuncenho *La Democracia* demonstrava surpresa com o encontro de Godoi com Prudente de Moraes e com o chanceler Carvalho, em 4 de fevereiro de 1896. Nessa ocasião, Godoi apresentou-se como enviado confidencial de seu governo, com missão de estabelecer uma aliança com o Brasil para manter a neutralidade guarani no caso de guerra argentino-chilena[129].

Posteriormente, Henrique Lisboa classificou de ingênuo o comportamento do governo brasileiro em tais acontecimentos. No Rio de Janeiro acreditara-se na importância que Godoi se atribuía "e na pretensa missão secreta" que recebera de Egusquiza, provocando uma discussão "inconveniente" na imprensa carioca. O governo Argentino, por sua

[127] Id., of. res. 4 e of. 32, 2a. sec., Assunção, 3.12 e 19.12.1895. Ibid.

[128] LISBOA para CARVALHO, of. conf. 1, Assunção, 10.2.1896, 10.2.1896. Ibid, Acréscimos, 201-4-6. Juan Silvano também se assinava Godoy e assim pode ser encontrado em parte da bibliografia. Para efeito de padronização, é adotada a grafia que consta no seu folheto Mi misión a Rio de Janeiro.

[129] Idem, ibid. Em anexo o recorte: Itamaraty. *La Democracia*, Asunción, 8.2.1896.

vez, pediu explicações ao Paraguai sobre a pretensa missão de Godoi. O "cúmulo de suas imprudências" – desse paraguaio – foi o telegrama que, ao chegar a Buenos Aires, passou para Egusquiza, anunciando o envio de um modelo de carabina Mauser, que havia conseguido no Ministério de Guerra do Brasil; a mensagem, claro, transitava pelo Correio argentino e seu conteúdo podia ser visto pelas autoridades locais. Egusquiza queixou-se a Itiberê da Cunha dessa indiscreção, "que era mais comprometedora" porque pedido idêntico, feito pelo Paraguai à Argentina, não fora atendido[130].

A Legação argentina em Assunção julgou sincero o desmentido que lhe foi apresentado pelo governo paraguaio, de que Godoi tivera instruções para comprar armas no Brasil. Também aceitou o desmentido de que Godoi tinha a missão de obter, do governo brasileiro, uma aliança para garantir a neutralidade paraguaia frente a um eventual conflito entre a Argentina e o Chile. Aquela Legação avaliava positivamente o presidente Egusquiza, que, em junho, manifestara "em relação à nação e governo argentinos" e afirmara que as relações entre os dois países não seriam abaladas por aqueles que desejavam "desunir os povos vinculados a aspirações e interesses comuns". Dias depois, o representante argentino no Paraguai, Lauro Cabral, apontou que a política do presidente paraguaio era "definitivamente" pró-Argentina. No mês seguinte, em agosto, Cabral escreveu que esse presidente estava governando sem considerar qualquer sugestão externa, o que estava melindrando o Brasil. Passados dois anos, esse diplomata reafirmou que Egusquiza era simpático à Argentina[131].

No início de 1896 a economia paraguaia recebeu a boa notícia de que seu tabaco tivera reduzido, em mais de dois terços, os impostos de importação na Argentina. Era uma medida que transcendia o aspecto econômico, contribuindo, na análise da Legação brasileira, para fazer desaparecer a desconfiança que separava os governos argentino e paraguaio e contribuindo para que se firmasse a influência argentina no país guarani[132].

Não obstante, nem a economia paraguaia melhorou, nem as relações com a Argentina tornaram-se mais estreitas. De fato, no plano econômico, no ano seguinte, Brazilio Itiberê da Cunha, ministro residente brasileiro desde março de 1897, descreveu como desoladora a situação

[130] Id., of. res. 6, 2a. Sec., Assunção, 14.12.1896. Ibid., 201-2-6.

[131] Fernando ITURBURU, encarregado de negócios para o chanceler argentino Amancio ALCORTA, nota s/nº, Asunción, 11.2.1896. AMRECIC, Legaciones Argentinas - Paraguay, Cx. 685. Lauro CABRAL para ALCORTA, notas 46, s/nº e 60, Assunção, 15.6, 6.7 e 3.8.1896. Idem. Idem, Of. 18, Assunção, 4.4.1898. Ibid., Cx. 644.

[132] LISBOA para CARVALHO, of. res. 2, 2a. sec., Assunção, 16.1.1896 e of. res. 1, 1a. Sec., 26.5.1895. AHI, MDBAOE, 201-2-6.

financeira, com a moeda paraguaia depreciada em 698% em relação ao ouro. Ademais, a seca dizimara a agricultura e os cultivos sobreviventes estavam sendo atingidos por ondas de gafanhotos, levando as populações do interior a uma "miséria espantosa"[133].

Na análise da Legação brasileira, as relações do Paraguai com a Argentina não tinham melhorado. O presidente Egusquiza declarou a Itiberê da Cunha ter informação de que, nas próximas eleições, o governo argentino tinha intenção de fazer valer sua influência em favor do Partido liberal. Por esse motivo, o chefe do Executivo paraguaio afirmou que seu ministro da Guerra, Emilio Aceval, iria ao Rio de Janeiro, oficialmente em viagem de turismo, para não criar suspeitas junto à Argentina, mas, confidencialmente, para obter armas para o Exército paraguaio. Itiberê da Cunha, que não se convenceu da realidade da ameaça argentina, argumentou que o plano de Egusquiza era ineficaz, principalmente após os comentários desfavoráveis em Buenos Aires sobre a missão de Godoi. Sugeriu, então, que fosse nomeado um ministro Residente no Rio de Janeiro que poderia cuidar do assunto, já que a Legação paraguaia estava acéfala[134]. No final, esse ministro não foi nomeado, nem as armas fornecidas.

No início de 1897, o Partido Colorado novamente não apresentou candidatos em quatro distritos eleitorais para permitir aos liberais se representarem no Congresso. Houve fortes divergências entre os oposicionistas para designar os candidatos, constituindo-se duas chapas e vencendo a dos cívicos, que contava com apoio do governo. A chapa derrotada, dos radicais, passou, então, a "atacar a todos" através do jornal *El Pueblo*. Este periódico, na edição de 16 de fevereiro de 1897, acusou o Paraguai de manter negociações secretas com o Brasil, o que era uma "grave e infundada afirmação", conforme o representante brasileiro[135].

A grande polêmica na vida política paraguaia no ano de 1897 deu-se entre José Segundo Decoud e Juan Silvano Godoi, envolvendo, indiretamente, o Brasil. Godoi pleiteara, em 1896, chefiar a Legação paraguaia no Rio de Janeiro, não tendo sido atendido, devido à polêmica que criara, nesse mesmo ano, sobre sua "missão". A Legação brasileira, inclusive, seguindo instruções superiores, "fez sentir" aos governantes paraguaios que Godoi não era a pessoa certa para missão tão importante[136].

[133] ITIBERÊ DA CUNHA para o chanceler Dionísio de Castro CERQUEIRA, of. res. 6, 2a. Sec., Assunção, 14.12.1896. Ibid.
[134] Id., ibid.
[135] Encarregado de negócios PEREIRA para CERQUEIRA, of. 2, 2a. sec., Assunção, 19.2.1897. Id.
[136] ITIBERÊ DA CUNHA para CERQUEIRA, Of. Res. 4, 2a. Sec., Assunção, 13.8.1897. Id.

Para ser nomeado ministro no Rio de Janeiro, Godoi deu um *ultimatum* ao presidente Egusquiza: se não fosse atendido em seu pleito, lançaria um folheto com graves acusações ao governo paraguaio, principalmente a José Segundo Decoud. Egusquiza não cedeu e, como consequência, Godoi publicou em Buenos Aires o folheto *Mi Misión a Rio de Janeiro*, que repercutiu intensamente em Assunção[137].

Para Itiberê da Cunha, se essa publicação tratasse apenas da "pretensa missão" de seu autor, seria simplesmente risível. Pois, neste caso, atenderia unicamente a "desmesurada vaidade" de Godoi, ao dar-se uma importância que não possuía. Tratava-se, porém, segundo esse diplomata, de "verdadeiro libelo", com acusações contra estadistas e, particularmente, contra Decoud, a quem era atribuída a intenção de anexar o Paraguai à Argentina. A publicação reproduzia duas cartas a favor da anexação, assinadas por Decoud, o qual as declarou apócrifas. A Câmara reuniu-se para apreciar a denúncia e Decoud, presente, não só prometeu provar a falsidade das cartas, como também solicitou a criação de uma comissão parlamentar de inquérito, no que foi atendido[138].

Para melhor defender-se Decoud pediu demissão do Ministério, mas o presidente Egusquiza não a aceitou. Para a Legação brasileira, Decoud tinha acentuada simpatia pela Argentina, o que "nos obriga a certa reserva que pode muitas vezes entorpecer a marcha de negociações em que [por] acaso tenha o Brasil especial empenho". Itiberê da Cunha afirmou que era voz corrente que esse político se inclinava pela Argentina, o qual, mais de uma vez, disse-lhe ser falso. Para o representante brasileiro tal inclinação seria natural, "até certo ponto", e uma série de circunstâncias "concorrem em favor de nossa rival do Prata", a Argentina. Itiberê da Cunha não acreditava, porém, que Decoud chegasse a atentar contra a soberania guarani, quer por patriotismo, quer por sua inteligência, quer por ser "bastante ambicioso para preferir ser o primeiro na sua modesta pátria, do que o segundo na República Argentina"[139].

De tudo isso, Itiberê da Cunha afirmou mais lamentar que, conforme o folheto, no Rio de Janeiro se forneceram as armas "de que tão vilmente se serviu o Sr. Godoi". Isso, segundo o diplomata, poderia acarretar para o Brasil "maiores antipatias e ódios", a menos que se provasse que se

[137] Idem, ibid. GODOI, Juan Silvano. Mi misión a Rio de Janeiro. Buenos Aires: F. Lajouane, 1897, pp. 88-91. O autor desse folheto grafava o seu sobrenome tanto com "y" como com "i". Este livro adota a forma predominante, Godoi.

[138] Id.

[139] Id. O general Julio Argentino Roca, que assumiria a Presidência argentina meses depois, declarou ao jornal La Nación, em 15 de agosto de 1897, ser contrário a qualquer idéia de anexação do Paraguai, por ser suficientemente grande a Argentina. Apud. BUENO, Clodoaldo. *A República e sua política exterior* (1889-1902). São Paulo: Ed UNESP/ Brasília: FUNAG, 1995, pp. 294-295.

tratava de mais um embuste. De fato, pelo seu relato, Godoi encontrou-se na capital brasileira com o senador Amaro Cavalcanti, que, conhecedor dos seus propósitos, prometeu procurar o chanceler Carlos de Carvalho para "prepará-lo em favor do que tratamos". Em 6 de fevereiro Godoi foi recebido pelo presidente Prudente de Moraes, expondo o objetivo de sua presença: o de obter as terras exploradas em Mato Grosso pela *Matte Larangeira* para Enrique Solano López. Apresentou, ainda, a Prudente de Moraes, solicitação redigida por Egusquiza, de conseguir exemplares do modelo de fuzil Mauser que equipava o Exército brasileiro para ser estudado pela força de terra paraguaia[140].

Enrique Solano López pleiteava a posse de 33.175 quilômetros quadrados de território em Mato Grosso, reconhecido como brasileiro em 1872 e ocupado pela *Companhia Matte Larangeira*. Elisa Lynch chegou ao Paraguai no final dos anos 1850 sem maiores recursos, acompanhando Francisco Solano López no retorno de sua viagem à Europa e de quem se tornara companheira em Paris. Além daquelas terras, ela comprou, usufruindo do beneplácito de Solano López, outros 437.500 hectares entre os rios Bermejo e Pilcomayo e, ainda, 3.105 léguas quadradas na região oriental do Paraguai. Essas vendas possuíam a autorização do Vice-presidente Sánchez e, em suas solicitações de compra, Elisa Lynch invocou a condição de cidadã britânica - era irlandesa - com filhos paraguaios e, em alguns casos, pretextou o desejo de contribuir, com o dinheiro que oferecia pelas terras, em favor do esforço de guerra paraguaio. Comprou ela, ainda, 29 imóveis urbanos, sendo 27 deles em Assunção. A data e preços dessas vendas, segundo Pastore, "denunciam o caráter da operação e resultaram nas mais duras críticas"[141].

Em 1885, o Procurador Geral do Estado paraguaio, coronel Juan Crisóstomo Centurión, opôs-se ao pedido de reconhecimento da posse dessas propriedades por parte da ex-companheira de Solano López. Para Centurión, o pedido era "improcedente perante as leis vigentes e a razão". Três anos mais tarde, em 1888, o parecer do Dr. Ramón Zubizarreta, do Supremo Tribunal de Justiça, acrescentou que aquelas vendas tinham sido um abuso de poder e que não constituíam fonte de direito, perdurando seus efeitos tanto quanto a força que os produzira. A essa altura, Elisa Lynch transferira as propriedades que reclamava para Enrique Solano

[140] O relato de Juan Silvano GODOI, nos parágrafos seguintes, encontra-se às pp. 14-47 do seu citado folheto. Texto original: "prepararlo en el sentido que convinimos".

[141] PASTORE, Carlos. *La lucha por la tierra en el Paraguay*. Montevideo: Antequera, 1972. pp. 148-150. Maiores informações sobre a passagem de Elisa Lynch pelo Paraguai, seus bens e as disputas por eles podem ser vistas em: LILLIS, Michael; FANNING, Ronan. *Calúnia; Elisa Lynch e a Guerra do Paraguai*. São Paulo: Editora Terceiro Nome, 2009, pp. 193-228.

López, que, por sua vez, passou as propriedades em território paraguaio ao cidadão argentino Francisco Cordero. Planejava-se, com isso, ameaçar o governo paraguaio com uma reclamação diplomática de Buenos Aires, obrigando-o a ceder a posse das 3.105 léguas quadradas. O plano, porém, fracassou devido à resistência do presidente Escobar[142].

As terras que haviam sido concedidas a Elisa Lynch, entre os rios Pilcomayo e Bermejo, passaram a fazer parte, no pós-guerra, do território argentino de Formosa. Após tentativas infrutíferas junto ao governo argentino a fim de ter reconhecidos como seus os 437.500 hectares que comprara nessa área, Elisa Lynch também os transferiu para Enrique Solano López. Após demandas judiciárias que se estenderam até os anos 1920, a Justiça argentina decidiu que essas terras eram propriedade do patrimônio fiscal da República Argentina[143].

Quanto às terras que reivindicava em Mato Grosso, Enrique Solano López recorreu a gestões diplomáticas e judiciais. Em 8 de fevereiro de 1896, Godoi, segundo seu relato, foi recebido pelo chanceler Carlos Carvalho, ocasião em que apresentou os documentos que fundamentavam o pleito de Enrique Solano López. Seguiu-se um silêncio de três semanas por parte do chanceler e, como consequência, novamente Amaro Cavalcanti realizou gestões junto a Carvalho, sem dele obter qualquer informação sobre o assunto. Em 4 de março, Godoi, juntamente com o Cônsul paraguaio no Rio de Janeiro, Comendador Cintra da Silva, brasileiro que há duas décadas exercia essa função, voltou a encontrar-se com Carvalho. Este, no início do encontro, afirmou que a missão de Godoi fora desautorizada, conforme declarara o ministro das Relações Exteriores paraguaio, ao que aquele contrapôs que seu chanceler desconhecia sua missão, por decisão de Egusquiza. Carvalho argumentou que o próprio presidente paraguaio declarara ao representante argentino em Assunção que Godoi não recebera nenhuma missão, quer oficial, quer privada. De imediato, Godoi retirou do bolso o "contrato" assinado por Egusquiza, cujo artigo 1° afirmava que o nomeava "Enviado Particular para tratar, em seu nome, diretamente como senhor presidente dos Estados Unidos del Brasil"[144].

Carvalho teria aceito, então, segundo Godoi, tratar consigo. Godoi argumentou que nenhum país, ao anexar ou adquirir novos territórios, jamais se atribuíra direitos de propriedade rural ou urbana de particulares. Afirmou que isso ocorrera com o governo brasileiro, que considerara o

[142] BÁEZ, Cecílio. *La tiranía en el Paraguay*. 2. ed. Asunción, Ediciones Ñanduti Vive/ Intercontinental Editora, 1993 (1. ed.: 1903), p. 145.
[143] PASTORE, p. 151.
[144] O relato deste parágrafo e dos seguintes encontra-se em Juan Silvano GODOI, op. cit., pp. 35-47.

território reivindicado por Enrique Solano López como pertencente ao domínio público e o cedera à *Matte Larangeira* para exploração. Carvalho teria respondido que não se opunha à reivindicação, mas não poderia atendê-la sob pena de comprometer seu futuro político. A concordância com tal reivindicação seria interpretada, no Brasil, como desmembramento do território nacional.

Sobre a documentação em que se baseava a reivindicação de Enrique Solano López, Carvalho teria afirmado que eram "completos e perfeitos". Perguntado por Godoi qual seria a solução para a questão, o chanceler teria sugerido uma "fórmula indireta", na qual o governo brasileiro poderia empregar seus bons ofícios para solucionar a questão. Carvalho sugeriu que Solano López iniciasse uma demanda judicial contra a *Matte Larangeira*, arrendatário da propriedade contestada, e, ao mesmo tempo, que o Paraguai acreditasse um Ministro Residente no Rio de Janeiro. Poder-se-ia, então, em comum acordo, submeter a reivindicação de Enrique Solano López ao Supremo Tribunal.

Aceitando a proposta, Enrique contatou Rui Barbosa, que aceitou a causa de imediato. Barbosa teria ironizado a argumentação de Carvalho para evitar resolver administrativamente a questão, afirmando que existiam muitos proprietários estrangeiros de extensas áreas no Brasil e que nem por isso o país fora desmembrado.

A defesa dessa causa por Rui Barbosa foi objeto de críticas públicas. O jurista e senador defendeu-se no Senado, afirmando que as terras demandadas faziam parte do território brasileiro e não se questionava o fato. A ação que ele patrocinava, afirmou, era uma ação civil contra a *Companhia Matte Larangeira*, da qual a Fazenda brasileira não era parte. Rui Barbosa deu continuidade à demanda judicial não só contra essa Companhia, mas também contra o Estado de Mato Grosso, com Enrique Solano López reclamando, além da posse das citadas terras, o recebimento de indenização por prejuízos e a entrega de lucros nelas obtidos. Em 1902 o Supremo Tribunal Federal brasileiro confirmou a sentença da Justiça Federal de Mato Grosso, que julgou improcedente essa demanda judicial[145].

Godoi partiu do Rio de Janeiro levando um fuzil e uma carabina Mauser, solicitados para serem estudados pelo Exército paraguaio que se preparava para renovar seu armamento. A caminho de Assunção, Godoi parou em Buenos Aires onde fez idêntico pedido ao governo argentino, não sendo atendido sob o argumento das autoridades militares de que era necessária uma lei do Congresso autorizando a cessão de qualquer arma dos seus arsenais. Ao saber dessa recusa, Godoi revelou ao chefe do

[145] Idem. PASTORE, pp. 152-153.

Estado Maior argentino, general Capdevila, que a cessão dessas armas não era mais fundamental, pois as conseguira no Rio de Janeiro. Acrescentou, com falta de tato, que o Mauser modelo brasileiro era superior a seu equivalente argentino[146].

Esse assunto caiu no esquecimento durante o resto do ano de 1898. Godoi não provou sua denúncia, nem Decoud iniciou o prometido processo de calúnia. Em maio do ano seguinte, a questão voltou à discussão na imprensa e no Parlamento e, por fim, a Câmara resolveu não aceitar a denúncia de Godoi contra Decoud[147].

No plano externo, o governo de Egusquiza, ao que tudo indica por inspiração de Decoud, solicitou aos representantes argentino e brasileiro que consultassem seus governos sobre a acolhida que um pedido paraguaio de renúncia da dívida da guerra de 1865-1870 poderia ter. Buenos Aires respondeu afirmando que procederia nesse assunto de acordo com o que decidisse o Brasil. "Mais de uma vez" a Argentina dera essa resposta a idênticas consultas no passado, que, por ser evasiva, deixava o Brasil em difícil situação para decidir-se[148]. Nessas consultas, sabia-se em Buenos Aires que a resposta do Brasil seria negativa e, afirmar que seguiria a decisão deste, era a saída para a diplomacia argentina recusar-se a fazer essa renúncia, sem sofrer o ônus da negativa. E, de fato, também em 1897 o governo brasileiro não se mostrou receptivo em discutir o perdão dessa dívida.

No início de 1898 os partidos políticos paraguaios começaram a movimentar-se em torno da sucessão presidencial. A desarmonia no Partido Colorado sobre o assunto ameaçava-o de cisão. Os generais Caballero e Escobar apoiavam Agustín Cañete como candidato colorado à Presidência. Já Egusquiza, em reunião com Cañete e Emílio Aceval, ministro da Marinha e Guerra, afirmou que os dois eram competentes, mas que votaria neste último[149].

Aceval, informou a Legação brasileira, assim como Cañete sempre demonstraram simpatia pelo Brasil. Itiberê da Cunha duvidava, porém, de Cañete, não só por estar este sob influência de Decoud, como, ainda, por ser um dos maiores acionistas da *Industrial Paraguaya*. Argumentou o diplomata que se Cañete fosse eleito presidente poderia hostilizar a *Matte Larangeira*, dificultando-lhe o livre trânsito por território paraguaio de sua produção do Mato Grosso para o Prata. Razão pela qual essa candidatura

[146] Juan Silvano GODOI, id.
[147] ITIBERÊ DA CUNHA para CERQUEIRA, of. res. 4 e 8, 2a. Sec., Assunção, respectivamente 13.8 e 28.10.1897 e of. 6, 2a. sec., 6.5.1898. AHI, MDBAOE, 201-2-6.
[148] Idem, of. 9, 2a. sec., e of. 3, 3a. sec., Assunção, 17.11.1897 e 23.1.1898. Ibidem.
[149] Id., of. 1 e res. 2, 2a. sec., Assunção, 3.1 e 26.2.1898. Ibid.

seria apoiada fortemente pelos "abastados capitalistas" da *Industrial Paraguaya*. O presidente Egusquiza, contudo, garantiu a Itiberê da Cunha que Cañete não chegaria à Presidência[150].

Em março de 1898, a Legação brasileira considerou Emilio Aceval como presidente virtualmente eleito, exceto se houvesse imprevisto de última hora. Os colorados tinham, afinal, lançando a candidatura de Aceval, aceita pelos generais Caballero e Escobar. Cañete, ao ver-se preterido na sucessão presidencial, demitiu-se do Ministério que voltara a ocupar[151].

A satisfação da Legação brasileira logo teve fim, embora por outro motivo. Em agosto desse mesmo ano, a Câmara de Deputados paraguaia aprovou a cobrança de imposto sobre o gado importado de Mato Grosso. O mesmo não ocorreu com a erva-mate mato-grossense sob o argumento de não prejudicar, com tal medida, as negociações sobre novo tratado comercial com o Brasil. Segundo Itiberê da Cunha, contudo, semelhante decisão fora "comprada, a bom preço, pela *Companhia Matte Larangeira*" como confessavam os próprios deputados paraguaios, "vezeiros em explorar todos os anos aquela empresa brasileira". Em 28 de agosto, porém, foi apresentado novo projeto de lei pelo qual a erva-mate seria taxada em 15 centavos de ouro por cada 10 quilos dessa mercadoria que entrasse no Paraguai e em 50 centavos de ouro por cabeça de gado. Surpreendendo a Legação brasileira, essa lei foi aprovada pelos deputados e entraria em vigor a menos que o Senado a vetasse[152].

Num primeiro momento, Itiberê da Cunha pensara que o Senado não ratificaria tal decisão, não por patriotismo, mas, sim, devido às "costumadas negociações de suborno a que estão afeitos os poderes públicos do Paraguai, de proverbial venalidade". Os senadores queriam a mesma soma – Itiberê da Cunha não explicitou o valor – que a empresa brasileira pagara, com resultados desastrosos, a todos os deputados, inclusive os autores e patrocinadores daquele projeto de lei. A *Matte Larangeira* ofereceu 40.000 pesos ao Senado para fazer algumas modificações nessa lei, anulando a taxação sobre a erva-mate mato-grossense. O projeto retornaria, então, à Câmara, com a qual essa companhia despenderia mais dinheiro. Acreditava-se que os deputados, sem perspectivas de arrancar mais dinheiro da *Matte Larangeira*, aceitariam modificação a ser feita pelos senadores no citado projeto[153]. Não foi, porém, o que ocorreu e, em 4 de outubro, o Congresso aprovou lei declarando o fim do livre-comércio com

[150] Id., of. conf. 1, 2a. sec., Assunção, 4.3.1898. Ibid.
[151] Id., of. res. 3 e 4, 2a. sec., Assunção, 29.3 e 20.4.1898. Ibid.
[152] Id., of. res. 1, 3a. sec., Assunção, 18.6.1898. Ibid., Acréscimos, 201-4-6.
[153] Id., res. 4, 3a. sec., Assunção, 22.9.1898. Ibid., 201-2-6.

Mato Grosso; taxando o trânsito de erva-mate estrangeira com o mesmo valor do imposto de exportação pago por idêntico produto paraguaio e mantendo taxa de importação sobre o gado[154].

Itiberê da Cunha concluiu, então, que os interesses brasileiros no Paraguai estavam em precária situação. O motivo era o "excesso de benevolência" dispensado, "em todos os tempos", pelos governos brasileiros a um povo que não reconhecia os benefícios recebidos do seu vizinho do norte. Este, afirmou o diplomata, era considerado pelos vizinhos hispano-americanos como um país desorganizado, impotente e assoberbado por dificuldades internas, "que empanaram nosso antigo prestígio". Enquanto isso, a Argentina com sua "atitude enérgica e sem contemplação" estava obtendo melhores resultados no Paraguai do que "o nosso [brasileiro] sentimentalismo". Sugeriu Itiberê da Cunha que talvez não fosse intempestivo se o Rio de Janeiro adotasse política idêntica à argentina no que se referia ao país guarani. Enquanto isso, Egusquiza condenou, junto a esse diplomata, a atitude do Congresso paraguaio[155].

O presidente Egusquiza não pôde exercer seu direito de veto na lei que estabelecia imposto de trânsito sobre a erva-mate vinda do Mato Grosso. Isto porque houve tenaz oposição por parte da *Industrial Paraguaya*, "patrocinada sobretudo pelo general Caballero, que tantos serviços pecuniários deve à *Companhia Matte Larangeira*". Caballero chegou a ameaçar Egusquiza, caso aquela lei não fosse sancionada. O presidente deu, porém, um prazo para a *Matte Larangeira* retirar seus produtos do Paraguai sem pagar impostos, provocando reações contrárias. Egusquiza, em reunião do Ministério, estando também presentes Caballero e os principais membros do Congresso, disse-lhes que tinham procedido como verdadeiros salteadores de estrada. Os bandidos, acrescentou o chefe de Estado paraguaio, pelo menos arriscavam suas vidas, enquanto os legisladores e seus cúmplices "**estafaram** vergonhosa e impunemente a Companhia Brasileira"[156].

b) Reciprocidade comercial e emergência do "lopizmo"

Emílio Aceval elegeu-se presidente em eleição em que foi candidato único, pois o Partido liberal esteve ausente. Contudo, tal qual Egusquiza, cuja política seguia e a quem chamava de *mi paíno*, Aceval

[154] FREIRE ESTEVES, p. 81.
[155] ITIBERÊ DA CUNHA para CERQUEIRA, of. res. 5, 3a. Sec., Assunção, 8.10.1898. AHI, MDBAOE, Acréscimos, 201-4-6.
[156] Idem, ibidem. Destaque no original.

era colorado apenas por conveniência; ambos desejavam formar um novo partido político[157].

A composição do Ministério do novo governo mereceu elogios da Legação brasileira. Por ocasião de sua posse, Aceval, em longo encontro com Itiberê da Cunha, reiterou sua amizade com o Brasil e propôs uma nova reunião entre ambos, para apresentar seus objetivos de governo. Já para a Legação argentina, Aceval na Presidência significava um "triunfo para la República Argentina", devido a manutenção das boas relações entre os dois países. Afinal, lembrou a representação argentina, Aceval formara-se no Colégio Nacional de Buenos Aires e fazia parte, no Paraguai, do grupo de pessoas chamado de "argentinistas"[158].

O encontro que Aceval propusera a Itiberê da Cunha deu-se em 30 de novembro. Nessa ocasião, o presidente disse querer provar com fatos as boas disposições de seu governo com relação ao Brasil, "de cuja amizade e benevolência o Paraguai não podia absolutamente prescindir". Lamentou Aceval o ato do Congresso em relação ao mate de Mato Grosso, que já se fazia sentir negativamente sobre a economia paraguaia e que, disse, fora patrocinado pela *Industrial Paraguaya*. Acrescentou ser a favor de renegociar novo Tratado de Comércio e como prova de seu interesse pela melhora das relações bilaterais, Aceval informou que pretendia preencher a acéfala Legação paraguaia no Brasil[159].

O governo brasileiro esperava a nomeação desse ministro para negociar um novo tratado comercial, o qual, ressaltou Olyntho Magalhães, deveria ser de iniciativa paraguaia[160]. Itiberê da Cunha comunicou o fato a Emilio Aceval, acrescentando que o Paraguai era o maior interessado nesse assunto. Em fevereiro de 1899, o ministro paraguaio em Buenos Aires, Fernando Iturburu, foi removido para chefiar a Legação do seu país no Rio de Janeiro[161].

No mês seguinte, repercutiu em Assunção a notícia de que "grupo republicano" brasileiro defendia o perdão da dívida de guerra. Dias depois, cerca de 5.000 pessoas se manifestaram na capital paraguaia em favor daquele perdão e saudaram o Brasil, do qual se esperava essa atitude, em frente a sua Legação[162].

---

[157] BOGARÍN, Juan Sinforiano. *Mis apuntes, memorias de Monseñor Juan Sinforiano Bogarín*. Asunción: Editorial Histórica, 1986, pp. 51-52.

[158] ITIBERÊ DA CUNHA para o chanceler Olyntho de MAGALHÃES, of. 15 e conf. 1, 2a. sec., Assunção, 30.11.1898. AHI, MDBAOE, 201-2-6. CABRAL para ALCORTA, nota 18, Assunção, 4.4.1898. AMRECIC, Legaciones Argentinas - Paraguay , cx. 595.

[159] ITIBERÊ DA CUNHA para MAGALHÃES, of. conf. 1, 2a. sec., Assunção, 30.11.1898. AHI, MDBAOE, 201-2-6.

[160] MAGALHÃES para ITIBERÊ DA CUNHA, of. res. 2, 2a. sec., Rio de Janeiro, 29.12.1898. Idem, MDBAD, 201-4-11.

[161] ITIBERÊ DA CUNHA para MAGALHÃES, of. res. 1, 2a. Sec., Assunção, 19.2.1899. Id., MDBAOE, 201-2-6.

[162] Idem, of. conf. 1 e res. 2, 2a. Sec., Assunção, 4.3 e 20.3.1899. Ibidem.

A resposta do Rio de Janeiro ao assunto não se fez esperar. O chanceler Olyntho Magalhães comunicou a Itiberê da Cunha que cabia ao Congresso brasileiro a prerrogativa para perdoar a dívida de guerra. Ressalvou, no entanto, que mesmo que o Executivo tivesse tal competência, não a cancelaria[163]. Havia dois aspectos para essa recusa. Do lado geopolítico, a dívida de guerra era vista como uma garantia da independência paraguaia. O enorme valor desse débito, pensava-se, intimidaria a Argentina em um intento para anexar o Paraguai, pois em caso de anexação Buenos Aires assumiria a dívida que, o governo brasileiro cobraria de imediato. O montante cobrado, além de desestabilizar financeiramente a Argentina, alcançaria, pode-se dizer, valor superior àquele que valeria o Paraguai para Buenos Aires. Por outro lado, no aspecto interno, seria difícil justificar tal perdão perante a opinião pública brasileira, quando as finanças nacionais estavam combalidas.

O risco de anexação do Paraguai também era denunciado pela oposição liberal, a qual, porém, demonstrava ambições do Brasil nesse sentido. Itiberê da Cunha alertou a Chancelaria brasileira da "avidez" dos liberais em apoderarem-se do poder. Se tal ocorresse, escreveu esse diplomata, o governo brasileiro deveria ficar "extremamente vigilante", pois os principais líderes oposicionistas "são abertamente infensos a nosso país e não poupariam meios de hostilizar-nos". Por outro lado, grande parte da imprensa colocou-se contra Aceval devido à "questão escolar", originada pela demissão de Enrique Solano López do cargo de Superintendente da Instrução Pública, por apoiar a propaganda "lopizta"[164].

O "lopizmo" era um movimento para recuperar a figura histórica de Francisco Solano López. Este fora declarado "traidor da pátria" em 1869, pelo governo Provisório, quando ainda estava vivo e era reconhecido por países europeus e pelos Estados Unidos como presidente do Paraguai. Por certo que López não foi um traidor, sendo mais bem um tirano que iniciou e prolongou inutilmente uma guerra contra inimigos superiores, levando seu país à derrota e à ruína. E tal era sua imagem até fins do século XIX, sem qualquer contestação, mesmo por parte daqueles que lutaram a seu lado, como os generais Caballero e Escobar, os quais jamais disseram uma palavra a seu favor.

Contudo, já em 1898 a Legação brasileira relatou que alguns jovens paraguaios enalteciam antigos ditadores, apresentando-os como

[163] MAGALHÃES para ITIBERÊ DA CUNHA, of. conf. s/nº, 2a. sec., Rio de Janeiro, abril de 1899 (não consta o dia). Ibid., MDBAD, 201-4-11.
[164] ITIBERÊ DA CUNHA para MAGALHÃES, of. res. 3, 2a. sec., Assunção, 2.5.1899. Ibid., MDBAOE, 201-2-6.

modelo de patriotismo. Criavam sentimentos de animosidade contra estrangeiros, que se acentuavam com relação aos países que formaram a Tríplice Aliança. No ano seguinte, em 1899, a Superintendência de Instrução Pública, com o apoio do ministro da Justiça, Culto e Instrução Pública, Venâncio López, "filho natural de um irmão do ditador", demitiu da Escola Normal um professor argentino. O pretexto alegado foi o de incompetência, mas, o real motivo foi seu antilopizmo. Aceval reintegrou o professor a seu posto e, como consequência, Venâncio López demitiu-se. A imprensa responsabilizou o representante diplomático argentino por essa reintegração, passando a dirigir-lhe "os mais grosseiros insultos"[165].

Certamente mais por motivos táticos, de fazer oposição, do que por convicção, o Partido liberal mostrou-se inicialmente, simpático à causa dos López que saíram do governo. Já os argentinos residentes em Assunção fizeram manifestação para protestar contra a demissão do citado professor e, ainda, contra os ataques da imprensa a seu representante diplomático. Nesse mesmo dia e hora foi organizada uma contramanifestação por estudantes paraguaios, que gritavam "morras à República Argentina". No mês seguinte, em junho, alastrou-se campanha contra todos os professores dessa nacionalidade que lecionavam nas Escolas Normais de Assunção. O representante diplomático argentino, cansado de ataques verbais à sua pessoa e a seu país, partiu para Buenos Aires para melhor informar a situação a seu governo[166].

Desses acontecimentos, Itiberê da Cunha concluiu que:

> É realmente admirável como este povo conta com sua fraqueza, na qual tem feito repousar até hoje a sua força e todas suas audácias, fiando-se demasiado e com alarde no tradicional antagonismo das Repúblicas do Prata com o Brasil[167].

Enquanto isso, em maio de 1899, o presidente Emilio Aceval dissera a Itiberê da Cunha que proporia ao Congresso a abolição das taxas de importação sobre o gado. Pediu Aceval que o governo brasileiro fosse comunicado dessa iniciativa, que poderia influir favoravelmente na assinatura de novo tratado de comércio entre os dois países. Itiberê da Cunha respondeu que esse novo tratado, nos termos que o Paraguai pensava propor, constituiria, na prática, ato de benevolência brasileira. O rompimento do tratado anterior, argumentou esse diplomata,

[165] Idem, of. Res. 3, 2a. sec., Assunção, 2.5.1899. Ibid.
[166] Id., of. res. 4 e 5, 2a. sec., Assunção, 16.5 e 27.6.1899. Ibid.
[167] Id., of. res. 5, Assunção, 27.6.1899. Ibid.

demonstrara que o Mato Grosso e o Fisco brasileiro ganharam com a nova situação. Porto Murtinho desenvolvera-se desde que a *Matte Larangeira* transferira para essa localidade sua gerência de Concepción, cidade esta que entrara em decadência. Quanto ao gado, o diplomata demonstrou que a eliminação dos impostos de importação era "redundante", pois aos criadores de Mato Grosso mostrava-se mais vantajoso levar seus animais para os mercados de Minas Gerais, São Paulo e Rio de Janeiro, onde os preços eram melhores. Aceval reconheceu a procedência de tais argumentos, mas, ainda, assim, mostrou-se empenhado na assinatura de um tratado de livre-comércio[168].

E, de fato, pouco depois, Fernando Iturburu propôs ao governo brasileiro um tratado de comércio. Por este seriam eliminados os impostos sobre a erva-mate brasileira em trânsito por território paraguaio, cobrando-se apenas taxa referente a gastos com fiscalização, no valor de 6 centavos de peso-ouro sobre 10 quilos desse produto. Itiberê da Cunha, meses antes, quando Iturburu seguia para o Rio de Janeiro, já informara que este proporia um tratado de comércio nos moldes daquele que fora denunciado pelo governo paraguaio, acrescido de cláusula para que o Brasil aceitasse os certificados de análise química do Paraguai ao importar bebidas alcoólicas deste país e, ainda, que a erva-mate vinda de Mato Grosso fosse taxada em 5 ou 6 centavos por 10 quilos. Itiberê da Cunha respondeu que tal tratado seria prejudicial ao Brasil, pois o Mato Grosso pouco exportava para o país guarani. Contudo, caso o governo brasileiro resolvesse negociar um novo acordo comercial, não deveria aceitar taxa superior a 3 centavos, quantia mais do que suficiente para cobrir as despesas paraguaias naquela fiscalização[169].

Quatro meses depois, Itiberê da Cunha acrescentou novos elementos para reforçar seu ponto de vista. Afirmou que o atraso econômico de Mato Grosso era causado pelo livre-comércio com o Paraguai e seria perpetuado pelo novo tratado que se propunha, pois o Estado continuava tão isolado quanto na época da Guerra do Paraguai. Ademais, esse novo Tratado seria anticonstitucional ao dar tratamento fiscal diferenciado para Mato Grosso. A Carta Magna brasileira proibia o governo Federal de criar distinção e preferências entre os portos do país, determinando, ainda, que os impostos deveriam ser uniformes para todos os Estados[170]. Itiberê da Cunha estava convencido de que o Brasil deveria exigir um tratado de comércio equitativo, deixando

[168] Id., of. res. 3, 3a. sec., Assunção, 17.5.1899. Ibid.
[169] Id., of. res 1, 3a. sec., Assunção, 17.3.1899. Ibid., Acréscimos, 201-4-6.
[170] Id., of. res. 4, 3a. sec., 23.7.1899. Ibid., 201-2-6.

de lado o sentimentalismo e a generosidade normalmente tidos com os paraguaios, "povo que nunca será nosso amigo, por mais que nos esforcemos em fazer jus a sua gratidão"[171].

O governo brasileiro aceitou tais argumentos e repetiu-os, em seu relatório à Câmara dos deputados do ano de 1900. Escreveu, então, o chanceler Olyntho Magalhães que Mato Grosso exportava para o Paraguai quase exclusivamente gado e que, em 26 anos de vigência do Tratado de Livre-Comércio, o Estado não teve melhorada a sua situação econômica, enquanto o país guarani colhera vantagens. Ademais, restabelecido esse livre-comércio, além de a economia mato-grossense nada ganhar, a União perderia a receita obtida com os impostos de exportação. Embora não pretendesse assinar tal tratado, a Chancelaria brasileira informava no relatório, por óbvias razões diplomáticas, apenas que decidira adiar as negociações com tal finalidade. O Brasil, porém, cobraria a taxa mínima sobre produtos paraguaios importados por Mato Grosso, desde que o Paraguai, em reciprocidade, fizesse o mesmo quanto aos produtos importados desse Estado. A Legação brasileira disso informou diretamente o chanceler Decoud, ressaltando a necessidade da perfeita reciprocidade para a aplicação dessa taxa[172].

A recusa do governo brasileiro deu-se no auge da influência, junto aos círculos de poder no Rio de Janeiro, do então ministro da Fazenda Joaquim Murtinho. Para tal recusa havia, por certo, os aspectos legais, além do próprio interesse de Mato Grosso. Mas, também, deve-se considerar que, talvez, à própria *Companhia Matte Larangeira* não interessasse o tratado de comércio nos termos propostos pelo governo paraguaio. Afinal, a erva-mate que transitasse pelo Paraguai pagaria uma taxa e, além disso, a partir da experiência anterior, seria lógico supor que a *Matte Larangeira*, para não sofrer percalços, teria de desembolsar, frequentemente, quantias para subornar autoridades guaranis. Com isso, os custos de operação dessa Companhia no Paraguai talvez não se distanciassem daqueles em território brasileiro.

A situação econômica paraguaia continuou a deteriorar-se de forma alarmante e Itiberê da Cunha mostrou-se cético sobre sua recuperação. A situação do país resultava, na opinião do diplomata, de um conjunto de fatores, difíceis de resolver de imediato, com os escassos meios de comunicação e baixa produção agrícola e manufatureira[173].

---

[171] Id., of. res. 3, 3a. Sec., Assunção, 26.5.1899. Ibid.
[172] Relatório do Ministério das Relações Exteriores, 1900, pp. 35-36.
[173] ITIBERÊ DA CUNHA para MAGALHÃES, of. res. 5, 2a. Sec., Assunção, 27.6.1899. AHI, MDBAOE, 201-2-6.

No plano político, a situação paraguaia não era melhor e, no início de 1900, o clima de agitação ameaçava a própria continuidade do governo Emilio Aceval. Eram contínuos os ataques contra o governo, sob qualquer pretexto, como o da retirada da comissão médica argentina que viera a Assunção – o que também fora motivo de críticas – para auxiliar no combate à peste bubônica e retirou-se devido à suposta falta de apoio governamental, levando os oposicionistas a protestarem. Essa comissão, na verdade, partiu devido à necessidade que tinha o governo argentino de médicos e equipamentos para debelar a peste bubônica em Rosário e, talvez, em Buenos Aires[174].

Nem todos os liberais, porém, faziam oposição ao governo. Havia uma trajetória de aproximação entre Emilio Aceval e a facção cívica dos liberais, pela qual esta pretendia conseguir que o presidente se desprendesse do Partido Colorado. Este, de fato, não foi consultado quando, em março de 1900, Aceval nomeou ministros os liberais Fábio Queirolo e José Tomás Legal e compôs a Suprema Corte de Justiça sem recorrer a qualquer colorado[175]. Com isso, os generais Caballero e Escobar entraram em rota de colisão com o governo de Emilio Aceval, o que também perdeu o respaldo do general Egusquiza.

Apesar de honesto e bem-intencionado, faltavam ao presidente paraguaio prestígio e energia suficientes para enfrentar os desafios que se lhe colocavam. Assim, no plano político, em 15 de janeiro o Ministério paraguaio demitiu-se coletivamente para que Aceval pudesse reorganizar seu governo. Contudo, após 10 dias de consultas a diferentes políticos, não obtendo novos colaboradores, "dignos e de prestígio", Aceval manteve o antigo Ministério, dando a entender que buscaria asilo na residência de Itiberê da Cunha, em caso de golpe de Estado[176].

O liberal Fábio Queirolo substituiu no Ministério das Relações Exteriores o demissionário José Segundo Decoud. Este manifestou a Itiberê da Cunha "a mais decidida sympathia pelo Brasil", tendo, inclusive, uma irmã vivendo no Rio de Janeiro, cidade que conhecia, o que era raro entre os líderes paraguaios. Com a saída de Decoud, perdeu Aceval "sua verdadeira cabeça pensante e o seo braço direito" e a competência do ministro demissionário, ressaltou o representante brasileiro, explicava porque todos os governos, desde 1870, não puderam

[174] Idem, of. res. 1, 2a. Sec., Assunção, 27.1.1900. Ibidem, 201-2-7.
[175] FREIRE ESTEVES, p. 82.
[176] ITIBERÊ DA CUNHA para MAGALHÃES, of. res. 1, 2a. sec., Assunção, 27.1.1900. AHI, MDBAOE, 201-2-7.

prescindir de sua cooperação. Esta constatação de Itiberê da Cunha não o impedia de considerar "sérias" as acusações de ser José Segundo favorável a anexar o Paraguai à Argentina[177].

A partir desse momento, José Segundo Decoud deixou de ser ator relevante no processo político paraguaio. Constata-se que, em meio à conturbada vida política paraguaia, foram poucos os personagens que se sobressaíram com a mesma honestidade e patriotismo de Decoud. Ex-liberal que ajudou a fundar o Partido Colorado, sua importância histórica ainda não foi devidamente avaliada. O autor deste livro sente-se na obrigação não só de registrar essa opinião, como também de reproduzir, na nota de rodapé, a carta que Decoud deixou à esposa ao suicidar-se em 1909[178].

[177] Idem, Of. 3, 2a. Sec., Assunção, 15.3.1900. Ibidem.

[178] Carta deixada à esposa por José Segundo Decoud, ao suicidar-se em 1909, cedida por seu descendente Francisco Legal.

Benigna Mia

Qué dudas terribles afligen mi espíritu! Haber pensado tanto en una solución y luego vacilar en el último instante! Un frío sudor, sombrío como el anuncio de una inminente desgracia, recorre mi cuerpo aterido y experimento la insondable sensación de hallarme en los umbrales de dos mundos. Pasajeros de la vida, en fin, ese es nuestro destino. Nuestro alberdio solo puedo albergar una agonía por años o beber la copa en un instante. He ahí, en pocas palabras, la duda cruel que se apodera de mí. Y solo yo debo tomar la decisión. Pasan por mi retina, como un caleidoscopio mágico, los lejanos recuerdos de la juventud. Las cruentas batallas contra la tiranía en la guerra grande. Nuestro amor, santificado ante el altar. El nacimiento de nuestros hijos. Mis desvelos por la cosa pública. Y debo confesarte un pecado. Te sacrifiqué a ti y a mi adorada familia, ante el altar de la Patria. Todos mis afanes se centraron en ella y postergué a los míos No es hora que yo, finalmente, me sacrifique? Que beba la copa de la margura? Que en un acto terriblemente sublime, pague la culpa de haberos olvidado? Nunca escuché de tus labios ningún reproche, sólo alguna que otra velada advertencia sobre los que se decían mis amigos, al menos, a quienes yo tenía por tales, y que nunca me comprendieron, y que mas bien me vilipendiaron. Jamás acepté el despojo de la nación. Por eso no acumulé fortuna. Mientras tanto, otros, cubiertos bajo el palio de mi entrega total a la República, forjaron inmenso patrimonio poniendo el pueblo en almoneda. Decían por ahí que mi honestidad me tornaba peligroso, porque mientras yo sabía el abordaje consumado contra el Tesoro público, no me complicaba con nadie, lo que me permitirá ser juez de todos ellos. Y alguna vez podría sentarlos en el banquillo. Sacaron la luz mi ambición. Acaso mi ambición no estaba colmada con creces, habiendo servido a mis compatriotas desde 1864, hasta la víspera? Tantos años trabajando por la Patria. No refutan acaso la supuesta falsa imputación? Dicen mis retractores que yo fundé la Asociación Republicana para mi provecho. Pero quienes son los favorecidos? Los que tienen opulentos Palacios en Asunción y grandes estancias en la campaña y puertos en el litoral que compiten con el capitaleño, pero mediante un tráfico reconocidamente ilegal. Y los beneficiarios de los grandes empréstitos, como Gill, Bareiro y Caballero? Y sus conmilitones? Y los que hundieron varios bancos? A todos ellos le digo: Vade retro, Satanás! con mi casa hipotecada y mis compromisos que, por honor, trabajosamente voy pagando. Y que me matan de a poco cada día. No faltan los que me llaman de "traidor de la Patria", por haber participado de una cruzada americana [contra] un tirano. En Grecia y Roma se llamaba "Pater Patrie" (Padres de la Patria) a quienes la libertaron de los tiranos. Oh, tiempo; oh, costumbres! Con esa propaganda han evidenciado [envenado?] el corazón de los paraguayos y solo la Providencia sabe las pruebas que el destino depara a nuestros hijos! Recuerdo que siendo don Juan G. González, presidente de la República, deliberó un cenáculo republicano para buscar al sucesor hacia fines de su mandato. Se barajaron nombres. Y surgió el mío. No faltó un Agustín Cañete, amanuense de [Francisco Solano] López, quien osó impugnarme. Fue la única ocasión que lo vi veraz a Caballero: "Yo mismo lo hubiera combatido a López, si no fuera porque vigilaba de cerca a mi madre y mis hermanas, y las hubiera victimado si yo daba un paso semejante". Esto lo dijo en privado. Pero por la prensa periódica usó el infundio de Cañete para subalternizarme. Oh, hombres de López! Todos cortados por la misma tijera! La injusticia no melló mi espíritu. Y seguí al servicio de los gobiernos republicanos que vinieron después. Y no permití ya que nadie me hablara de candidaturas. Solo que les advertí una y mil veces, que el partido Nacional Republicano se reformaba, o su caída seria una mera cuestión de tiempo. Y vino 1904. Y con él, todo lo que debemos soportar... El partido triunfante [o liberal] me invitó a formar filas. Y yo lo rechacé, porque voy a morir republicano, aunque terroríficamente desengañado de sus hombres. Benigna mía: Quise escribirte una íntima y personal, y de nuevo cometo el error de hablarte de la cosa pública. Es que llevo el amor a

A Legação brasileira classificou a administração de Emilio Aceval como uma das melhores da história paraguaia. Assim, Itiberê da Cunha lamentou quando José Urdapilleta deixou o cargo de ministro da Fazenda, "que com toda honradez estava desempenhando". Urdapilleta demitiu-se por discordar da aprovação, pelo Senado, de pedido de empréstimo de 500.000 pesos para uma usina de açúcar, "meio falida". A nomeação do novo titular da Fazenda, Francisco Campos, foi surpreendente, já que não era uma liderança política, nem possuía habilitações para essa função. Campos foi escolhido por sua honestidade e, conforme revelou Aceval a Itiberê da Cunha, porque houve dificuldade em encontrar alguém que aceitasse ocupar o cargo[179].

Em julho de 1900, Emilio Aceval consultou a Legação brasileira sobre uma possível viagem sua a Buenos Aires, para coincidir com a presença, nessa capital, do presidente Campos Salles e ambos se encontrarem. Itiberê da Cunha recebeu orientação no sentido de dissuadir Aceval dessa ideia, pois a visita de Campos Salles era "simples cortesia e não admite discussão pública". O presidente paraguaio realmente não viajou, mas enviou o general Egusquiza para "cumprimentar" o chefe de Estado brasileiro. Em seu retorno a Assunção, esse general insinuou a Itiberê da Cunha que tratara de negócios importantes com Campos Salles e, por isso, aconselhou Aceval a enviar, "sem demora", uma missão ao Rio de Janeiro. Contudo, nessa volta de Egusquiza houve decepção popular, pois se esperava que aquele general obtivesse, em Buenos Aires, perdão para a dívida de guerra, o que não ocorreu[180].

De fato, o presidente Julio Roca, cumprindo promessa que fizera ao representante paraguaio em Buenos Aires "e recordado nesse ponto" por Egusquiza, manifestou oficialmente a Campos Salles seu desejo de cancelar aquela dívida de guerra. A condição que Roca colocava para tanto era a de que o Brasil tomasse idêntica atitude. Campos Salles respondeu não ser aquele o momento oportuno para tal iniciativa, pois eram agudas as divergências de limites entre Argentina e Chile. O Brasil, disse seu presidente, não desejava tomar uma iniciativa que pudesse ser

mi Patria en el corazón y solo se extinguirá cuando este deje de latir... que equivale a decir pronto. Los ciudadanos de la antigüedad clásica preferían la muerte, a una vida estéril y truncada por las bajas pasiones de los hombres. He concebido así la idea de una inmolación, como un sacrificio personal ante el área sagrada de la Patria Ojalá que este holocausto cierre la nómina de los que habiéndole entregado toda su vida, sucumben también ofreciéndole su propia muerte! Que los muertos entierren a sus muertos! Hoy, 3 de marzo de 1909. Adiós...José Segundo Decoud.

[179] Id., of. 8 e res. 3, 2a. sec., Assunção, 29.6 e 5.7.1900. Ibid.

[180] Id., of. res. 3 e 4; of. 11 e 13, 2a. sec., Assunção, 5.7; 10.8; 28.10 e 15.12.1900. Ibid.

interpretada por Santiago como indício de um entendimento especial argentino-brasileiro. Tal interpretação, acreditava Campos Salles, repercutiria desfavoravelmente sobre as divergências entre esses dois vizinhos andinos[181].

A preocupação de Campos Salles era procedente. No ano anterior, em 1899, a Legação norte-americana em Buenos Aires já informara que o presidente Júlio Roca queria melhorar as relações argentino-brasileiras, que tinham sofrido com a disputa pela posse das Missões. Isto em um contexto no qual o Brasil convertia-se em importante mercado consumidor de matérias-primas e manufaturados argentinos. Ademais, o Chile, em sua disputa territorial com a Argentina, tentara obter uma aliança com o Brasil. A demonstração de júbilo popular nas ruas portenhas pela visita de Campos Salles, registrou a representação estadunidense, fez o Chile temer que se estivesse formando uma aliança argentino-brasileira. Esta era um "intenso deseo" do governo Roca, para conter, por meio das armas, a agressiva política chilena no que se referia à Bolívia e ao Peru e, ainda, para pôr termo aos planos de engrandecimento territorial de Santiago à custa da Argentina. O representante norte-americano em Buenos Aires, porém, apontou que eram poucas as probabilidades de tal aliança concretizar-se. De um lado porque o Brasil mantinha estreitas relações com o Chile e, de outro, porque o governo brasileiro estava, frequentemente, ocupado em suprimir desordens internas que ameaçavam sua própria estabilidade[182]. E, de fato, as visitas de Roca e Campos Salles não tiveram significado relevante na orientação da política externa brasileira, delas restando "apenas um saldo de simpatia, de serenamento de ânimos entre as duas maiores repúblicas sul americanas"[183].

Em fevereiro de 1901 realizaram-se eleições legislativas no Paraguai. Os liberais dividiram-se quanto à proposta de pacto com o Partido Colorado para que este não apresentasse candidatos em determinados distritos e, assim, fosse garantida a representatividade oposicionista. A facção liberal que recusou tal acordo, a radical, elegeu um deputado, enquanto a que aceitou, os cívicos, reelegeram três deputados com o apoio dos colorados,

[181] Essas informações foram transmitidas, em 1923, pelo chanceler paraguaio Rogélio IBARRA ao Encarregado de Negócios brasileiro. In: Octávio FIALHO para o chanceler Félix PACHECO, Of. Res. 1, Gabinete do Ministro, Assunção, 27.6.1923. AEBA, 1923.

[182] JONES para Secretario de Estado HAY, Buenos Aires, 3.8.1899 e LORD para HAY, Buenos Aires, 3.11.1900, apud. LETTS DE ESPIL, Coutney. *La segunda presidencia Roca Vista por los diplomáticos norteamericanos*. Buenos Aires: Editorial Paidós, 1972, pp. 110-111, 123.

[183] BUENO, p. 253.

"com quem estão aliados desde a cisão do Partido liberal". O Partido Colorado gradativamente perdia prestígio, faltando-lhe coesão para, após 30 anos do exercício do poder, continuar a mantê-lo. Como consequência, os cívicos ampliavam sua influência política e procuravam anular o poder dos "velhos generais" Caballero e Escobar. Estes, comentava-se, já não tinham a mesma ascendência e autoridade no Exército, principal força de sustentação política no Paraguai[184].

Logo os próprios liberais cívicos acusaram os colorados de não terem honrado o compromisso de apoiar certos candidatos dessa facção oposicionista nas eleições legislativas. Como consequência, os representantes dos cívicos no Ministério, Fábio Queirolo e Francisco Legal, renunciaram a seus postos. O governo encontrou dificuldades em substituí-los, pois diferentes políticos e "até jovens estudantes" recusaram essas funções, o mesmo ocorrendo no preenchimento das Legações paraguaias em Buenos Aires e no Rio de Janeiro[185].

No final, foram nomeados os Drs. Bobadilha e Juan Flecha para assumirem, respectivamente, os Ministérios de Relações Exteriores e de Justiça. Modestos juízes que eram, surpreenderam-se com a designação. A dificuldade de preencher esses cargos refletia as divisões internas dos partidos políticos, sendo que, no Colorado, Egusquiza, que suplantara os generais Caballero e Escobar, tinha, ele próprio, perdido influência, já não podendo mais contar com o apoio dos quartéis. A situação política paraguaia, informou a Legação brasileira, agravava-se[186].

Era ativa a campanha para desmoralizar o presidente Aceval. Os colorados ligados aos generais Caballero e Escobar propalavam, com alarme crescente, boatos de que era iminente a anexação do Paraguai à Argentina, responsabilizando o governo Aceval pela situação. Aceval converteu-se, então, "em un cadáver" político, perdendo o pouco prestígio de que ainda dispunha[187].

Simultaneamente, desenvolvia-se no Paraguai um clima belicoso, temendo-se um conflito com a Bolívia, decorrente da reclamação desta sobre o território do Chaco. Aceval e seu antecessor, Egusquiza, "mais de uma vez" haviam manifestado desejo de obter armas no Brasil e, mesmo, comprar "alguma velha canhoneira", não obtendo sucesso. Com essa mesma finalidade o governo paraguaio recorreu ao da Argentina, nada, porém, conseguindo, levando Assunção, segundo fonte "fidedigna", a comprar armas nos Estados Unidos. O clima belicoso e a mobilização

[184] ITIBERÊ DA CUNHA para MAGALHÃES, of. 1, 2a. sec., Assunção, 2.3.1901. AHI, MDBAOE, 201-2-7.
[185] Idem, of. 2, 2a. sec., Assunção, 2.4.1901. Ibidem.
[186] Id. of. res. 1, 2a. sec., Assunção, 18.4.1901. Ibid.
[187] BOGARÍN, pp. 52, 55.

para um conflito internacional deveriam desviar a atenção dos problemas internos paraguaios. Ainda assim, "existe um mal-estar geral no país, e certos indícios graves pressagiam a proximidade de uma tormenta"[188].

Em agosto de 1901 o ministro da Fazenda, Francisco Campos, demitiu-se por não contar com apoio no legislativo para seus projetos financeiros. De seu sucessor, Fulgêncio Moreno, não se esperava que fosse mais feliz, considerando-se "o desmando e anarchia administrativa" do país. O comércio era prejudicado pela desvalorização de 900% do peso--papel em relação ao ouro e pela taxação dos produtos importados de 10 a 15 vezes o seu valor. No Congresso enfrentavam-se os que defendiam novas emissões de papel-moeda, para criar crédito à indústria e à agricultura, e os que aconselhavam o contrário, a retirada desse dinheiro de circulação, para valorizá-lo. Por estarem descapitalizados, os comerciantes reduziam ao máximo os negócios com o exterior[189], o que repercutia sobre o Tesouro paraguaio, cujos ingressos dependiam em grande parte dos impostos aduaneiros.

A essa altura, porém, a atenção do governo brasileiro destinada ao Paraguai centrou-se no apoio que, nesse país, poderiam encontrar os revoltosos de Mato Grosso. Nesse Estado dominava o quadro político a aliança entre as duas famílias de maior prestígio econômico, os Murtinho e os Ponce. Em 1º de março de 1899, porém, essas duas famílias lançaram candidatos próprios na eleição para presidente estadual e ambas se consideraram vitoriosas, desencadeando a luta armada. Os combates estenderam-se entre os dias 10 e 16 desse mês, com Generoso Ponce e seu candidato a Governador, João Félix, sendo derrotados pelo coronel Antônio Paes de Barros, candidato a Vice-presidente. Em 1901 as forças de Generoso Ponce tentaram, infrutiferamente, derrubar o presidente do Mato Grosso[190].

Os revolucionários mato-grossenses tinham, em 1901, contatos no Paraguai e teriam recebido armas do comerciante Juan Bautista Vierci, sogro do ministro do Interior Guillermo de los Ríos. Dizia-se que os sublevados contavam, ainda, com o auxílio do senador oficialista Bogarín, proprietário de fazenda na fronteira e que seria associado a Ferreira Mascarenhas, expoente da revolta. Mascarenhas escreveu em jornal paraguaio que o movimento do qual participava era contra o corrupto governo de Mato Grosso, imposto pelo ministro da Fazenda brasileiro,

[188] ITIBERÊ DA CUNHA para MAGALHÃES, Of. 2, 2a. Sec., Assunção, 14.6.1901. AHI, MDBAOE, 201-2-7.

[189] Cézar BORGES, encarregado de negócios para MAGALHÃES, of. 6, 2a. sec., Assunção, 23.8.1901. Idem. A partir de 1.7.1901 o Ministro Itiberê da Cunha obteve licença do posto.

[190] No ano seguinte, Antônio Paes de Barros, usineiro dono de imenso latifúndio, no qual mantinha exército particular e cadeias, assumiu a Presidência mato-grossense, mas foi derrubado com a revolução de 1906, quando Generoso Ponce retornou ao poder e mandou matá-lo. CARONE, Egard. *A Primeira República*. 2. ed. São Paulo: DIFEL, 1973, pp. 76,78.

Joaquim Murtinho, e pelo presidente Campos Salles. A Legação brasileira desdobrou-se, solicitando ao governo paraguaio reprimir bandidos na fronteira que, ao se aproveitar da revolta, roubavam gado no Brasil. Solicitou, ainda, a vigilância, pelas autoridades policiais paraguaias, do senador Generoso Ponce que, em Concepción, estaria organizando forças para invadir o Mato Grosso[191].

No início de 1902, o presidente Emilio Aceval foi deposto. Para tanto, compuseram-se os generais Caballero e Escobar, descontentes com a pouca influência que exerciam no governo, e o ministro da Guerra, coronel Escurra. Este vira recusada sua pretensão de ser consultado na nomeação dos novos ministros da Fazenda e da Justiça. Aceval solicitara a demissão do ministro Escurra, ao este recusar-se a aceitar os nomes indicados pelo presidente para aquelas duas Pastas[192].

O Congresso paraguaio ratificou a deposição de Emilio Aceval e empossou o Vice-presidente Héctor Carvallo na Chefia do Executivo. Nessa sessão do legislativo houve tumulto. Congressistas e populares lutaram com revólveres e punhais. Na ocasião, morreu o senador Insfrán, cogitado como candidato à Presidência com o apoio do general Caballero, o qual era o presidente do Senado e também saiu ferido[193].

A Legação argentina deu asilo ao general Egusquiza e tornou-se o centro de intrigas contra o movimento vitorioso. O representante argentino, Lauro Cabral, incompatibilizou-se com os novos donos do poder no Paraguai e seu governo o removeu de Assunção para La Paz, porém somente em setembro de 1902. A demora intencional, por parte da Chancelaria argentina, tinha como finalidade deixar explícito seu desagrado aos ataques recebidos por Cabral de certos órgãos da imprensa paraguaia, assim como e de demonstrar respaldo a esse diplomata[194].

Frente a reclamações da Legação brasileira de que paraguaios estavam apoiando os revoltosos mato-grossenses, o novo governo presidido por Héctor Carvallo declarou-se disposto a "tudo para satisfazer-nos". O senador mato-grossense oposicionista Generoso Ponce, que, com a família, vivia em uma chácara em Assunção, foi posto sob vigilância da polícia secreta. Ponce estava recrutando paraguaios e comprando armas e munições em Rosário, na Argentina, para atacar Corumbá[195].

---

[191] BORGES para MAGALHÃES, of. 7, 2a. sec., Assunção, 30.9.1901. AHI, MDBAOE, 201-2-7. Em anexo o manifesto assinado por Juan Ferreira MASCARENHAS intitulado Revolución de Matto Grosso - A mis conciudadanos y correligionarios in: *La Patria*, Asunción, 30.9.1901.

[192] FREIRE ESTEVES, p. 85.

[193] BORGES para MAGALHÃES, of. 1, 2a. sec., Assunção, 10.1.1902. AHI, MDBAOE, 201-2-7.

[194] ITIBERÊ DA CUNHA para MAGALHÃES, of. 8, 2a. Sec., Assunção, 9.9.1902. Idem.

[195] BORGES para MAGALHÃES, of. res. 2, 2a. sec., Assunção, 29.1.1902. Ibid.

O governo paraguaio, por sua vez, teve que se haver com seus próprios problemas, pois os governistas estavam desunidos. Carvallo "discordou" do seu Ministério quanto ao aumento do imposto sobre a erva-mate, mas não conseguiu impor-se ao ministro da Fazenda, Fulgêncio Moreno, que afirmava não ser essa medida válida para o produto brasileiro em trânsito por território paraguaio[196].

Carvallo ameaçou, então, renunciar à Presidência, mas não o fez e viu-se obrigado a aceitar essa decisão do ministro da Fazenda ao ser intimado, nesse sentido, pelo ministro da Guerra, coronel Escurra. Este militar afirmou que a revolução não se fizera para que Carvallo viesse a se opor às ideias de seus principais promotores, "que o toleravam no poder por mera complacência, e que se ele não estava conforme que renunciasse"[197].

O fato de o aumento do imposto de exportação da erva-mate não se aplicar ao produto brasileiro em trânsito pelo Paraguai mereceu violentas críticas da imprensa. Esta recebia dinheiro da *Industrial Paraguaya* para "hostilizar os interesses brasileiros" e suas críticas cresceram ao saber-se como o presidente havia sido intimado por Escurra a aceitar a decisão de Fulgêncio Moreno. Nesse contexto, o deputado Caballero apresentou projeto de lei estendendo à erva-mate brasileira o aumento de imposto aplicado ao produto nacional. Essa iniciativa contou com respaldo de grande parte da imprensa e de membros do legislativo, "ávidos de vender [à *Companhia Matte Larangeira*] mais uma vez o seu voto". Novamente em desacordo com o presidente, o ministro da Fazenda pediu demissão que não foi aceita[198].

Itiberê da Cunha, que reassumira a chefia da Legação brasileira em junho de 1902, foi "muito procurado" por Fulgencio Moreno e pelo titular da pasta das Relações Exteriores, Manuel Domínguez, além de muitos outros políticos. Todos esses personagens públicos manifestavam-se contrários à medida fiscal proposta pelo deputado Caballero, "mais prejudicial ao Paraguai [do] que ao Estado vizinho [Mato Grosso]". Aos que o procuraram, Itiberê da Cunha lembrou que o Brasil estava aplicando a tarifa mínima aos produtos paraguaios similares aos brasileiros que eram importados por Mato Grosso[199].

Ao voltar para o Paraguai, Itiberê da Cunha encontrou a situação econômica do país ligeiramente melhor. O mesmo não ocorreu, porém, com a política, "prenhe de perigos, apesar de uma certa calma aparente".

[196] Idem, of. res. 3, 2a. sec., 25.3.1902. Ibid.
[197] ITIBERÊ DA CUNHA para MAGALHÃES, of. 7, 3a. sec., 28.6.1902. Ibid.
[198] Idem, of. 7, 3a. sec., Assunção, 28.6.1902. Ibid.
[199] Id., ibid.

Segundo o diplomata, sua volta a Assunção era esperada "como a de um Messias", tal era a confiança no prestígio e na amizade do Brasil e tal era o receio de uma anexação do Paraguai pela Argentina, "verdadeiro espantalho dos paraguaios". Essa confiança foi demonstrada a Itiberê da Cunha pelo presidente, seus ministros e os principais líderes da situação, como os generais Caballero e Escobar[200].

Articulavam-se, então, as duas candidaturas presidenciais: a situacionista, do coronel Escurra, e a da oposição liberal, do Dr. Cecílio Báez. Este retornava do México, onde representara o Paraguai no Congresso Pan-Americano, e, ao chegar a Assunção, foi recebido por grande manifestação pública de apoio. Dessa recepção faziam parte os argentinos residentes na capital, a conselho do presidente Roca que teria telegrafado nesse sentido à sua Legação. Esse apoio causou comentários de estranheza, pois Báez promoveu, na imprensa e no Congresso, "guerra aberta em todos os tempos" à Argentina[201].

Em setembro, a pedido do Rio de Janeiro, a Legação brasileira analisou a sucessão à Presidência do Paraguai. O coronel Escurra foi classificado como "verdadeira nulidade política", uma pessoa sem educação ou instrução, pois a carreira militar era considerada "desprezível" no país, obrigando o governo a lançar mão de qualquer um para formar o exército. Escurra era de "supina ignorância" e conhecia apenas o essencial de castelhano, expressando-se normalmente em guarani. Contudo, como ministro da Guerra, esse coronel demonstrava "tino e carácter" e era atencioso com a Legação brasileira. Podia-se esperar do presidente Escurra atitude "amistosa e correta" para com o Brasil. Além disso, por ser "criatura dos velhos generais Escobar e Caballero", era provável que seguisse, "à risca", a orientação desses "nossos amigos antigos". Dias depois, morreu o general Egusquiza, "desaparecendo mais uma séria dificuldade para os donos da situação". O candidato à vice-presidente, Manuel Dominguez, foi classificado como pessoa com futuro político, quer por sua inteligência e educação esmerada, quer por sua circunspecção e caráter sério[202].

As eleições presidenciais, de fins de setembro de 1902, ocorreram em meio à mesma apatia que caracterizara a eleição primária. A Legação brasileira responsabilizou "as baionetas do exército" pela situação já que continuavam a impedir o voto livre dos cidadãos, afastando da urna não só as duas facções liberais como também a própria facção colorada que apoiara a política do deposto presidente Aceval. Essa

[200] ITIBERÊ DA CUNHA para MAGALHÃES, of. 11, 4a. Sec., Assunção, 7.6.1902. Ibid.
[201] Idem, ibidem.
[202] Id., of. conf. 1, e 7, 2a. sec., Assunção, ambos de 4.9.1902. Ibid.

representação diplomática previu a tendência de instalar-se uma ditadura no país e alarmou-se com o clima de hostilidade que se criava contra os países que haviam composto a Tríplice Aliança na guerra contra Francisco Solano López[203].

A campanha lopizta era regular, adquirindo maiores proporções e mais adeptos em todos os níveis sociais. Esse fato, alertou Itiberê da Cunha, deveria chamar a atenção dos países vizinhos, devido à posição geográfica do Paraguai e ao espírito belicoso de seus cidadãos. Ainda há pouco, exemplificou o representante brasileiro, o jornal *La Patria*, pertencente aos descendentes de Solano López, assegurou que um punhado de paraguaios seria o suficiente para invadir o Mato Grosso e tomar Cuiabá de assalto. A mesma coisa dissera um diplomata argentino em Assunção, pressagiando que, mais cedo ou mais tarde, esse Estado brasileiro seria anexado pelo Paraguai[204].

A mudança do governo paraguaio, em 1902, contribuiu para robustecer a campanha lopizta. Emílo Aceval havia governado com um setor do Partido Colorado, os *egusquicistas*, cujos expoentes haviam participado da *Legión Paraguaya*, uma unidade militar composta por paraguaios exilados que participaram da guerra contra López. Com a deposição do presidente Aceval, esses "legionários colorados" partiram para o exílio, restando no Paraguai os lopiztas colorados, a cujas fileiras pertencia o coronel Escurra[205].

Itiberê da Cunha preocupou-se com a campanha de glorificação de Francisco Solano López, frente a qual a imprensa mantinha-se calada, exceto o jornal *El Civico* que se lhe opôs e, como consequência, sofrera campanha de acusações. O clima era de insegurança para estrangeiros e toda semana a Legação recebia reclamações sobre "bárbaros atentados" contra cidadãos brasileiros. Cecílio Báez, liberal, escreveu artigo em que afirmava que a ineficiência da Justiça paraguaia decorria da barbárie em que os tiranos – José Gaspar de Francia, Carlos López e Francisco Solano López – haviam conservado o povo. Como consequência, Báez passou a receber cartas com ameaças de morte, intimando-o a suspender publicações desse tipo. Itiberê da Cunha mostrou-se irritado com as recepções dadas, no Rio de Janeiro, ao secretário da Legação paraguaia, Ricardo Brugada Filho, motivo de

[203] Id., of. res. 1, 2a. sec., Assunção, 9.9.1902. Ibid.
[204] Id., ibid.
[205] JAEGGLI, Alfredo. *Albino Jara, un varón meteórico*. 2. ed. Asunción: Ediciones NAPA, 1983, p. 50.

"galhofa" em Assunção. Isso porque Brugada Filho, juntamente com Ignacio Pane e Juan O'Leary, estavam à frente de todas as "arruaças e patriotadas contra o Brasil e a República Argentina"[206].

De fato, existia no Rio de Janeiro uma *Commissão Benjamin Constant*, organizada por volta de 1891, e composta por positivistas. Sua finalidade era defender a devolução ao Paraguai dos troféus conquistados pelo Brasil no conflito de 1865-1870, bem como obter o perdão da dívida de guerra paraguaia. Essa entidade era ativa, tendo, ademais, caráter revisionista ao enaltecer o falecido ditador Francisco Solano López e inocentá-lo pelo início daquele conflito, pelo qual responsabilizava o regime monárquico brasileiro[207].

Nesse contexto, Ricardo Brugada quando assumiu o cargo de Encarregado de Negócios paraguaio no Brasil foi homenageado pela *Commissão Benjamim Constant*. Esta aproveitou para publicar um folheto no qual constava o discurso de Brugada na cerimônia em sua homenagem, desprovido de conteúdo e de brilho, bem como artigos da imprensa e pronunciamentos favoráveis àquele revisionismo. Constava dessa publicação um artigo que o deputado Barbosa Lima escrevera para o jornal O Diário classificando Francisco Solano López como "bravo", embora, também, como "ditador". Nesse artigo, referindo-se à ideia de perdoar a dívida de guerra, dizia que o Paraguai não necessitava de perdão, mas, sim, "a cruel política de Pedro II"[208].

O movimento lopizta continuou, nas duas décadas seguintes, em trajetória ascendente. Pelo lado ideológico, compreende-se o lopizmo pela necessidade de se buscar, na história paraguaia, caracterizada por golpes de Estado e guerras civis, um herói ou, então, construí-lo. Nessa figura mítica, como ocorre em todos os países, concentrar-se-iam os valores da nacionalidade e do patriotismo, funcionando como cimento ideológico na construção de uma identidade nacional positiva. Positiva porque, até o surgimento do lopizmo, o país guarani possuía somente anti-heróis e sua história era interpretada na perspectiva de que fora, até 1870, um grande erro autoritário. Tal era a análise após a guerra de 1865-1870 nos países da Tríplice Aliança e de seus aliados paraguaios da Legião Paraguaia, da qual surgiu a maioria daqueles que fundaram o Partido liberal e, também, vários que viriam a ser Colorados. Mesmo os paraguaios que lutaram na guerra contra os Aliados e que, após 1870, agruparam-se em torno do general Bernardino Caballero, braço direito de López, não se opuseram

[206] ITIBERÊ DA CUNHA para MAGALHÃES, of. 11, 4a. sec., e of. 14, 3a. sec., Assunção, 7.6 e 31.10.1902. AHI, MDBAOE, 201-2-7.
[207] BRUGADA, Ricardo. *Brasil-Paraguay*. Rio de Janeiro: L. Malafaia Júnior, 1903, pp. 76-77.
[208] Idem, pp. 97-98, 151.

ao discurso antiditatorial. Este era de repúdio ao falecido tirano, cujo governo era apontado como resultante do autoritarismo que, desde a independência, caracterizara o processo histórico paraguaio.

As lutas políticas paraguaias posteriores a 1870, com golpes de Estado, assassinatos e repressão a oposicionistas, inviabilizou a ascensão de alguns dos líderes desse período ao *status* de heróis nacionais. Daí, pois, para ocupar esse papel, o revisionismo em torno da figura de Francisco Solano López, apresentado como figura épica na luta contra potências estrangeiras e contra a dominação externa. Tal construção encontrou maior repercussão em uma cultura como a paraguaia, marcada pelo isolacionismo, o culto à personalidade e, mais, em um país que, quer politicamente, quer economicamente, dependia, desde 1870, de seus dois poderosos vizinhos, Brasil e Argentina. Tal dependência e a miséria do Paraguai do pós-guerra – embora antes de 1870 o país já fosse pobre – facilitaram a mitificação de Francisco Solano López. Esta foi aceita, no início do século XX, pelos universitários paraguaios da recente *Universidade Nacional*, ansiosos por encontrar caminhos intelectuais e paradigmas no passado que auxiliassem seu país a levantar-se de sua prostração.

O nascimento do lopizmo atendeu a um vazio ideológico, contudo a escolha da figura de Francisco Solano López para cumprir esse papel tem origem em motivo "menos nobre". Finda a guerra, Elisa Lynch, companheira de Solano López e sua herdeira, que acumulara propriedades durante a guerra, instalou-se em Paris. A historiografia tradicional afirma que, após longa viagem que ela fez pelo Oriente Próximo, ela dissipara os recursos que acumulara no Paraguai e ficara empobrecida. Pesquisa recente, de Michael Lillis e Ronan Fanning, demonstra que ela teve recursos para viver confortavelmente e, ainda, sustentar a educação dos filhos em escolas privadas na Inglaterra. Elisa voltou a Buenos Aires em 1885 e, como foi visto, transferiu as terras que teria na Argentina, no Brasil e no Paraguai a seu filho, Enrique Solano López, que, no entanto, não teve tal posse reconhecida pelas justiças argentina e brasileira. No caso das propriedades em território guarani, também houve decisão judiciária em contrário, baseada em decretos do governo Provisório paraguaio, que embargaram e declararam de propriedade da Nação os bens pertencentes a Francisco Solano López e a Elisa Lynch. Uma lei de 1871, por sua vez, autorizou o Poder Judiciário a utilizar os bens adquiridos pelos López desde 1841, quando da ascensão de Carlos Antonio López ao poder, para o pagamento de indenizações reclamadas por terceiros, por prejuízos causados pela família que se enriquecera no governo do país[209]. Ademais,

[209] Carlos PASTORE, op. cit., p. 151. Michael LILLIS; Ronan FLANNING, op. cit

o governo Provisório declarou, em agosto de 1869, Francisco Solano López traidor da Pátria, ocasionando a perda de sua personalidade civil e bloqueando qualquer estratagema jurídico que seus herdeiros pudessem utilizar para reaver seus bens.

O *Relatório Político sobre o Paraguay*, elaborado em 1931 por Guimarães Bastos, da Legação brasileira em Assunção, permite melhor entender o nascimento do lopizmo. Dizia esse documento que os herdeiros de López, interessados em recuperar seus bens, compuseram-se com paraguaios influentes para fazer uma campanha de vastas proporções no sentido de conseguir a revogação do Decreto de 1869 que declarara o falecido ditador traidor da Pátria. Conseguida tal revogação, tencionava-se recuperar a personalidade civil de Solano López para poder, subsequentemente, obter-se a devolução das propriedades que ele possuíra e dos bens que transferira para Elisa Lynch e para seus filhos[210].

Conforme Guimarães Bastos, os herdeiros de Elisa Lynch procuraram, então, alguém com capacidade intelectual para liderar a campanha. Encontraram-no em Juan Emiliano O'Leary, jovem jornalista "de incontestáveis méritos litterários". A mãe e os irmãos de O'Leary haviam sido vítimas de Solano López, contra quem O'Leary escrevera violentos ataques. Esse escritor aderiu, porém, à campanha lopizta, porque, segundo Guimarães Bastos, "o ouro, porém, tudo compra". Reconhecia esse diplomata ser "grave" a acusação de que o expoente intelectual que dera projeção ao revisionismo histórico da figura de López o fizera por motivos financeiros, mas essa era a opinião que prevalecia "entre a gente austera" do Paraguai: "O Senhor O'Leary lançou[-se] na campanha "lopizta" por interesses inconfessáveis de dinheiro"[211]. Meses depois, o novo representante brasileiro em Assunção, ministro Lucillo Bueno, reforçou essa explicação. Afirmou que O'Leary "é o corifeu da reabilitação, a soldo dos interesses ligados à concessão de 3.100 léguas de ervais além da Macachorra", estância que o governo de Francisco Solano López doara a Elisa Lynch, a uma légua de Bela Vista.

Juan Emiliano O'Leary ficou conhecido como *El Reivindicador*, por ter restaurado a suposta verdade histórica sobre Francisco Solano López. O'Leary faleceu em 1969, após usufruir das benesses de diferentes governos paraguaios e, principalmente, da ditadura do general Alfredo Stroessner.

[210] Relatório Político sobre o Paraguay (Confidencial) - Por Arthur dos Guimarães Bastos, 2º Secretário da Legação em Assumpção. Anexo ao ofício 122, Assunção, 5.10.1931. AHI, MDBAOE, 201-4-6.

[211] Idem.

O lopizmo era o grande marco divisor na cultura política paraguaia quando, em outubro de 1902, o Congresso paraguaio proclamou a eleição do coronel Juan E. Escurra à Presidência da República e do Dr. Manuel Dominguez como Vice-presidente. Os chefes do Partido Colorado levaram seu apoio aos eleitos, mas o representante brasileiro em Assunção não se deixou enganar e foi profético ao escrever que "esta adoração pelo novo sol não pode inspirar confiança". Isto porque a situação política, econômica e financeira do país era "por demais crítica" e seria bastante difícil "para um governo sem prestígio próprio concluir em paz o seu período constitucional". Afinal, a Presidência de Escurra apoiava-se no Exército que, conforme as circunstâncias, poderia mudar de lado. Ademais, existia um clima de rivalidade e desconfiança entre os caudilhos Caballero e Escobar a minar a retaguarda política do novo governo[212].

Simultaneamente, no Brasil, terminou o governo Campos Salles e, em 15 de novembro de 1902, assumiu a Presidência da República o paulista Dr. Rodrigues Alves. Sua eleição tinha um sentido econômico, representando o poderio do cultivo do café, que se estendera do vale fluminense do rio Paraíba ao planalto paulista. A escolha de um presidente paulista, com um Vice-presidente mineiro, "constituía, assim, a primeira vitória da nova política republicana", que entraria em crise somente em 1930[213]. Rodrigues Alves escolheu José Maria Paranhos Júnior, o barão do Rio Branco, para o cargo de ministro das Relações Exteriores, que implementou uma nova política quanto o Paraguai.

[212] ITIBERÊ DA CUNHA para MAGALHÃES, Of. Res. 2, 2a. Sec., Assunção,19.10.1902. AHI, MDBAOE, 201-2-7.
[213] BELLO, p. 174.

II - Rio Branco: A Não Intervenção (1902-1908)

De 1902 a 1912 a política externa brasileira esteve sob o comando de José Maria da Silva Paranhos Júnior, o barão do Rio Branco. Tinha ele sólidos conhecimentos sobre os países platinos, decorrentes de sua condição de estudioso do tema e de filho do Visconde do Rio Branco, expoente da vida política do Brasil Império e conhecedor do Paraguai, onde estivera, em missão diplomática, em 1858 e de 1869 a 1871.

Rio Branco via o Brasil em posição de destaque na América do Sul, não de modo impositivo, mas, sim, decorrente de sua própria dimensão territorial, condição econômica e situação demográfica. Antes, porém, o país devia superar os problemas que limitavam sua ação internacional que eram: a definição de suas fronteiras; a restituição do valor primitivo de sua ação internacional e a reconquista da credibilidade e do prestígio do país, abalados por dez anos de conflitos internos, de desmoronamento financeiro e de flutuação dos rumos seguidos[214]. Para tanto, Rio Branco deslocou a política externa brasileira da área de influência da Grã-Bretanha para a dos Estados Unidos e aproveitou-se das contradições entre essas duas potências, que disputavam a preponderância comercial e a hegemonia política na América do Sul. O estreitamento de relações com a potência norte-americana facilitaria na restauração do prestígio

[214] Pandiá CALÓGERAS, Sessão da Câmara de 24.10.1912. ACD, 1912, v. XII, p. 487, 490.

internacional brasileiro, do pleno exercício de sua soberania, da defesa da agroexportação e da solução dos vários problemas fronteiriços[215].

A ativa política externa do Brasil sob Rio Branco deve-se à junção de dois fatores. De um lado, seus méritos pessoais e, de outra parte, de forma determinante, o contexto histórico favorável quer no Brasil, estável politicamente e próspero economicamente, quer no plano internacional, da disputa imperialista anglo-norte-americana pelos mercados latino--americanos. A orientação externa implementada pelo barão correspondia aos interesses do eixo econômico e político brasileiro, centrado nos setores agroexportadores de café da região sudeste, que tinham nos Estados Unidos seu maior mercado consumidor. Daí a permanência de Rio Branco, por dez anos consecutivos, no posto de chanceler[216].

1 - O "inepto[217]" governo Escurra

O início da gestão de Rio Branco à frente da política externa brasileira foi praticamente coincidente com a posse do coronel Juan Escurra na Presidência do Paraguai. Este foi caracterizado pela Legação brasileira como despreparado intelectualmente e sem os requisitos necessários para exercer essa alta função pública. O ministro brasileiro em Assunção, Brazilio Itiberê da Cunha, logo constatou que a campanha em favor da recuperação da figura histórica de Francisco Solano López buscava cooptar Escurra, já gozando do apoio de alguns membros do Ministério e, inclusive, do Vice-presidente, Manuel Dominguez[218].

A campanha lopizta provocou uma manifestação pública contrária, liderada pelo liberal radical Cecilio Báez. Em 16 de dezembro de 1902 foi celebrada uma missa na Catedral de Assunção, promovida por damas da sociedade local, em memória dos mortos da Guerra do Paraguai e das vítimas de Solano López. O presidente Escurra, convidado, não compareceu, mas Itiberê da Cunha fez-se presente. Este fato mereceu do jornal *La Patria*, porta-voz do movimento lopizta, o comentário de que "certos diplomatas" não deveriam ter comparecido, pois se tratava de ato de caráter político[219].

---

[215] BANDEIRA, Luiz A. Moniz. *Presença dos Estados Unidos no Brasil (Dois Séculos de História)*. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978. p. 170. CERVO, Amado Luiz; BUENO, Clodoaldo. *História da política exterior do Brasil*. São Paulo: Ática, 1992, p.163.

[216] BUENO, Clodoaldo. O cotidiano no processo de elaboração de decisões em política externa e o início da República no Brasil in: História. São Paulo: Universidade Estadual Paulista, n. 5-6, 1986/1987, p. 17.

[217] Brazilio ITIBERÊ DA CUNHA para RIO BRANCO, Of. Res. 1, 2a. Sec., Assunção, 10.1.1903. AHI, MDBAOE, 201-2-7.

[218] ITIBERÊ DA CUNHA para o chanceler interino Joaquim SEABRA, of. 10, 2a. sec, Assunção, 1.12.1902. Idem.

[219] ITIBERÊ DA CUNHA para RIO BRANCO, of. 12, 2a. sec., Assunção, 23.12.1902. Id., ibid.

Rio Branco concordou com esse jornal. Anotou o barão, à margem do ofício em que Itiberê da Cunha relatava esses fatos, lamentar o aumento do número de admiradores de Solano López no Paraguai, e que teria preferido que esse diplomata não tivesse comparecido à Catedral. Não convinha, escreveu Rio Branco, que o Brasil ficasse em má posição junto aos "entusiastas do governo tirânico daquele louco". Acrescentou que "a grande maioria dos paraguaios reduzirá á impotência o novo partido [o lopizmo]". Em despacho oficial, o chanceler comunicou sua opinião a Itiberê da Cunha, a qual serviu, a partir de então, para nortear seu comportamento na questão do lopizmo[220].

A situação política e financeira do Paraguai era cada vez mais difícil. O golpe de 1902 agravou a situação do país e não havia perspectivas de melhora, pois o coronel Escurra era "bastante inepto". Não era melhor a opinião sobre o presidente paraguaio por parte dos representantes consulares britânico e norte-americano em Assunção. Para o primeiro, Escurra "é mais ignorante do que seus antecessores", enquanto para o segundo, o novo presidente "mal sabe ler e escrever", e entendia espanhol com alguma dificuldade, pois sua língua materna era o guarani[221].

Em fevereiro de 1903 haveria eleições para o Legislativo paraguaio. Com a morte do general Egusquiza, seus seguidores compuseram-se, de início com o resto do Partido Colorado, mas, neste, logo surgiu o descontentamento decorrente da escolha dos candidatos a deputados e senadores. Anunciava-se um renhido pleito entre candidatos colorados, os oficiais e os independentes, que ameaçaria a ordem pública. O general Escobar disputava o predomínio no Partido Colorado com o general Bernardino Caballero e estava atritado com o presidente Escurra. O capitão Patricio A. Escobar, filho daquele general, participou de uma fracassada conspiração e, preso, foi torturado, juntamente com outros oficiais e soldados[222].

O general Escobar, mesmo estando na reserva, intimou Escurra a libertar os prisioneiros. Caso contrário, ameaçou constituir, juntamente com o coronel Alejandrino Jara, comandante do distrito militar de Concepción e cujo filho, Albino Jara, também era prisioneiro, uma força para derrubar o presidente, que cedeu ao *ultimatum*. A fracassada

---

[220] A observação manuscrita de Rio Branco, à margem do ofício da nota anterior, traz a data "8 jan 1903" e a rubrica "RB". RIO BRANCO para ITIBERÊ DA CUNHA, desp. res. 1, 2a. Sec., Rio de Janeiro, 29.1.1903. Ibid., MDBAD, 202-1-1.

[221] ITIBERÊ DA CUNHA para RIO BRANCO, of. res. 1, 2a. sec., 10.1.1903. Ibid., MDBAOE, 201-2-7. Cônsul britânico GOSLING para LANSDOWNE, Assunção, 26.11.1902 e Vice-Cônsul norte-americano KORAB para LOOMIS, Assunção, 26.11.1902. Apud WARREN, Harris Gaylord. The Paraguayan Revolution of 1904 in: *The Americas*. Washington, v. 36, n. 3, jan. 1980, pp. 368-369.

[222] ITIBERÊ DA CUNHA para RIO BRANCO, of. res. 2 e 3, 2a. sec., Assunção, 2 e 27.2.1903. AHI, MDBAOE, 201-2-7.

conspiração foi indicativa da grave divisão existente no Partido Colorado e no Exército, no qual os descontentes eram liderados por jovens oficiais formados nas escolas militares do Chile e da Argentina[223].

As eleições legislativas de 22 de fevereiro ocorreram com surpreendente tranquilidade. Frente à decisão do governo de derrotar "a todo custo" seus adversários, o Partido Liberal decidiu, no último momento, não participar desse pleito. Afinal, nas eleições municipais do ano anterior, os liberais tinham sido impedidos de votar pela polícia, havendo, como consequência, vários mortos. Nas eleições legislativas de 1903 fora, "uma vez mais", descumprida a Constituição e o clima político era quase tão viciado quanto "nos tempos da tirania" do século anterior. Predominavam, no Paraguai, os interesses dos principais caudilhos colorados, senhores da situação há 30 anos, e que mantinha o povo continuar "sem exercitar nem conhecer os seus direitos"[224].

Em abril de 1903 o governo Escurra nomeou Pedro Peña para chefiar sua Legação no Rio de Janeiro. Itiberê da Cunha viu positivamente o fato e afirmou que o Brasil necessitava manter no Paraguai a "sua tradicional supremacia". No mês seguinte, em maio, houve alterações no Ministério paraguaio, com Antolín Irala sendo nomeado para a Pasta das Relações Exteriores; Antonio Sosa para a da Fazenda e Francisco Chaves para a Justiça. Irala era casado com a filha de um oficial da Armada brasileira "e as suas simpatias pelo Brasil não são segredo para ninguém". Também Chaves, filho de português, "é reconhecidamente amigo do nosso país". Já Sosa substituíra a Fulgencio Moreno, que renunciara devido aos ataques que seus projetos financeiros – monopólio estatal sobre principais produtos exportados e empréstimo externo de um milhão e meio de pesos-ouro – sofrera no Congresso. Moreno "sempre" atendera aos pedidos da Legação brasileira, tendo concedido, inclusive, a exoneração do pagamento de taxas de transbordo de carga entre navios brasileiros em Assunção, necessário quando a navegação do Alto Paraná ficava impedida pela baixa anual desse rio[225].

Antonio Sosa retirou os projetos que seu antecessor enviara ao Legislativo, substituindo-os por outros. As novas propostas eram: emissão de papel-moeda até trinta milhões de pesos; criação de novos impostos e aumento de outros já existentes e expropriação, por utilidade pública, de 1/3 da exportação de couros vacunos. Tais medidas permitiriam ao governo paraguaio prescindir de empréstimo externo e fazer face às

[223] CABALLERO AQUINO, Ricardo. *La Segunda República paraguaya*. Asunción: Arte Nuevo Editores, 1985, p. 204.
[224] ITIBERÊ DA CUNHA para RIO BRANCO, of. res. 3, 2a. Sec., Assunção, 27.2.1903. AHI, MDBAOE, 201-2-7.
[225] Idem, of. 5, 2a. sec., Assunção, 15.5.1903. Ibidem.

urgentes necessidades do país. Uma destas era a de fazer obras sanitárias em Assunção, que estava se tornando quase inabitável devido a seu péssimo estado higiênico, decorrente do rápido aumento da população[226].

O Congresso aprovou, com pequenas alterações, as propostas de Sosa. Elevou a autorização de emissão de papel-moeda para 35 milhões de pesos e aumentou de 1/3 para 50% a expropriação do couro, apesar da resistência que esta medida suscitou no comércio exportador. No bojo das novas medidas houve, novamente, no Legislativo, tentativa de se aumentar os impostos sobre a erva-mate de Mato Grosso em trânsito por território paraguaio. Buscava-se, com isso, atingir a *Companhia Matte Larangeira*, mas o governo Escurra agiu contra a medida, abortando-a[227].

As empresas *Matte Larangeira* e *La Industrial Paraguaya*, concorrentes no mercado de mate platino, viviam em "eterno antagonismo" que se manifestava, "todos os anos", de algum modo. Os aliados da *Industrial Paraguaya*, "que são quase todos altos personagens da política dominante e sócios ao mesmo tempo dessa empresa", criavam constantes dificuldades para a *Matte Larangeira*, quer propondo novas medidas fiscais, quer tentando obstaculizar o trânsito do mate vindo de Mato Grosso. Assim, o senador César Gondra apresentou projeto de lei proibindo os contratos de prestação de serviços de pessoas residentes no Paraguai a serem cumpridos no exterior. Tal iniciativa, se aprovada, iria "ferir de morte" as grandes indústrias extrativas mato-grossenses, que contratavam mão de obra paraguaia. Tal fato levou a Legação brasileira a fazer "discreta" gestão junto ao governo Escurra e o presidente respondeu que tal projeto de lei sequer seria discutido no Legislativo. De fato não o foi, com Escurra censurando pessoalmente a Gondra, argumentando que aquela lei, se aprovada, poderia dificultar as negociações de um novo Tratado de Comércio com o Brasil[228].

As quatro casas bancárias privadas de Assunção – *Banco Mercantil, Banco De Los Ríos, Banco de Comercio e Banco Milleres* – tinham sua prosperidade baseada no financiamento da atividade ervateira. Os administradores e diretores dessas instituições financeiras foram os principais componentes do governo Aceval e um deles, Guillermo de los Ríos, seria candidato a sucedê-lo na Presidência, não fosse o golpe de Estado de 1902. Esses poderosos interesses viram-se contrariados pela recusa de Escurra quer de aumentar as taxas alfandegárias sobre a erva-mate brasileira em trânsito pelo Paraguai, quer de vetar a emigração de

[226] Id., of. 7, 2a. sec., Assunção, 20.6.1903. Ibid.
[227] Id., of. 8, 2a. sec., Assunção, 20.7.1903. Ibid.
[228] Id., of. 5, 3a. Sec., Assunção, 25.8.1903. Ibid.

trabalhadores paraguaios para os ervais de Mato Grosso, quando nos do país guarani havia escassez de mão de obra[229].

A negativa de Escurra em proteger a indústria ervateira paraguaia e suas medidas financeiras levou-o a perder o apoio dos empresários de Assunção. Dentre estas medidas estava a criação da Caixa de Conversão, para atuar no mercado de divisas e de ouro, de modo a dar sustentação ao peso paraguaio. Em setembro desse mesmo ano, a Caixa recebeu autorização do Congresso para abrir uma Seção Comercial que, na prática, funcionava como banco oficial em concorrência com as instituições financeiras particulares. A Caixa acabou por ser utilizada no favorecimento pessoal ao vender, para alguns privilegiados, ouro ao câmbio de 870% em relação ao peso paraguaio e recomprando-o, dessas mesmas pessoas, a 1.150%[230].

A Legação brasileira fazia um balanço positivo sobre as medidas do governo paraguaio que, ao contrário do que se esperava, "vai fazendo boa política". Escurra, segundo esse balanço, obtivera maior aceitação política e tinha ascendência no país e no Congresso. A situação econômica melhorava dia a dia, graças às citadas medidas financeiras, e, inclusive, o peso paraguaio valorizava-se. No plano político, a legislatura do Congresso era fecunda em medidas benéficas para o país, eliminando das discussões as questões pessoais. Enquanto isso, a imprensa e o Partido Liberal tinham arrefecido a campanha de oposição ao governo[231].

Iludia-se a Legação brasileira com essa calmaria, que resultava da estratégia implementada por Benigno Ferreira, líder da facção cívica do Partido Liberal. Este, quanto mais intensos eram os trabalhos de preparação do movimento que deporia Escurra, mais procurava despistar o governo com gestos de entendimento[232]. De fato, ricos fazendeiros, assim como comerciantes e banqueiros, todos prejudicados pelas medidas do governo paraguaio, passaram a contribuir financeiramente para um movimento visando a derrubar Escurra. O Partido Liberal organizou-se para tomar o poder pela força, unindo-se, nesse objetivo, as facções cívica e radical, com seus líderes Benigno Ferreira e Cecílio Báez, respectivamente, trabalhando juntos[233].

Organizaram-se dois Comitês Revolucionários em 1903, um em Assunção e outro em Buenos Aires. O da capital paraguaia tinha como membros os banqueiros Francisco Campos, Guillermo de los Ríos, Juan

[229] CABALLERO AQUINO, pp. 204-205.
[230] Idem, pp. 205-206.
[231] ITIBERÊ DA CUNHA para RIO BRANCO, of. 9, 2a. sec., Assunção, 26.8.1903. AHI, MDBAOE, 201-2-7.
[232] FREIRE ESTEVES, Gómes. *Historia contemporánea del Paraguay*. Buenos Aires: [s.n.], 1921, p. 91.
[233] CABALLERO AQUINO, p. 207.

B. Gaona, general Benígno Ferreira, Cecílio Báez e Emiliano González Navero. Já o Comitê localizado na capital argentina era chefiado pelo tenente Manuel J. Duarte, que fora enviado pelo presidente González para estudar na escola naval argentina. Após graduar-se, Duarte ingressou na Marinha argentina e ocupou posições proeminentes no segundo escalão, sendo, em 1904, secretário do Arsenal da Marinha em Buenos Aires e do comando da zona naval correspondente. Em 1899, Duarte visitou Assunção e comentou com Báez sobre a inutilidade de os liberais pensarem em revolução sem estarem unidos. Em 1903 essa união formalizou-se e esse militar esteve, mais uma vez, no Paraguai, encontrando-se com Benigno Ferreira e Adolfo R. Soler, líderes cívicos. Estes o recrutaram para compor o Comitê Revolucionário na capital argentina, dando-se início aos preparativos revolucionários[234].

Esses acontecimentos impulsionadores do movimento liberal de 1904 tinham suas raízes na alteração do eixo da hegemonia na sociedade paraguaia. Nas últimas décadas do século XIX, a política paraguaia fora dominada pela aliança entre latifundiários, caudilhos militares e políticos semiprofissionais, apoiados pelo Brasil. Contudo, como as fontes mais dinâmicas da atividade econômica estavam voltadas para o comércio exterior e, neste, para a Argentina, a elite comercial passou a exercer maior poder político e, dessa maneira, os políticos começaram a dela se aproximar. A Revolução Liberal de 1904 refletiu o crescimento do poder dos setores mercantil e financeiro[235].

A organização do golpe contra Escurra pelo Partido Liberal foi discreta e a Legação brasileira em Assunção não a detectou. Essa representação ocupava-se, no início de 1904, com a grande repercussão que tivera nos meios paraguaios a assinatura, em novembro do ano anterior, do Tratado de Petrópolis, pelo qual a Bolívia aceitara a soberania do Brasil sobre o Acre. Havia, em Assunção, "crença geral" de que o Brasil desconhecera direitos paraguaios sobre o território, de 723 quilômetros quadrados, que cedera à Bolívia, na margem direita do rio Paraguai. Esta cessão dava, teoricamente, a La Paz acesso ao oceano Atlântico, pelo sistema hidrográfico platino. Contra tal cessão protestou o ministro paraguaio no Rio de Janeiro e a Legação brasileira encarregou-se de esclarecer ao governo guarani que o território cedido estava em área de inconteste soberania do Brasil, conforme acordos assinados em 1856 e 1858. Itiberê da Cunha também publicou um artigo esclarecendo a questão, intitulado

[234] FREIRE ESTÉVES, p. 90.
[235] ABENTE, Diego. The Liberal Republic and the failure of democracy in: *The Americas*. Washington: Fall, 1989, p. 531.

El Tratado Brasilero-Boliviano no jornal *La Tarde*. A polêmica, porém, não terminou, pois passou a correr um boato de que uma cláusula secreta do Tratado de Petrópolis determinava que o Brasil pressionasse o Paraguai em favor das pretensões bolivianas sobre o Chaco[236].

Em meados de 1904 ocorreram "graves incidentes" na política interna e externa do Paraguai, com o governo sofrendo violentos ataques da imprensa. No plano interno, os ministros da Fazenda e da Guerra foram acusados de peculato por um parlamentar governista, "o qual não estava tampouco ao abrigo de accusações do mesmo gênero", e o incidente acabou sendo "solucionado em familia". No plano externo, retornou a Assunção o representante paraguaio em La Paz, Juan Cogorno, a quem se acusava de fazer grandes promessas de concessões territoriais no Chaco ao governo boliviano. O ministro das Relações Exteriores paraguaio, interpelado na Câmara, demonstrou que o Paraguai não estava disposto a ceder nessa questão e sequer levá-la a arbitramento internacional. Cogorno, ciente de que seria exonerado, antecipou-se e pediu demissão de seu cargo diplomático[237].

Rio Branco lamentou que o governo paraguaio fosse contrário ao arbitramento. Pensava que aos dois países interessava resolver o problema lindeiro, que somente servia para alimentar ódios e desconfianças, sem que os dois governos pudessem utilizar o território litigioso para fomentar o progresso. Para o chanceler brasileiro o governo paraguaio deveria tratar "seriamente" de alcançar uma solução para esse problema fronteiriço, quer por acordo direto, quer por arbitragem[238].

2 - "A ruína e a desolação como troféus[239]"

Em 1904 exauriu-se o longo domínio da política paraguaia pelo Partido Colorado. A este se contrapôs o Partido Liberal, unido e com circunstâncias favoráveis para chegar ao poder, o que ocorreu com cruenta revolução. Nesta, Rio Branco posicionou-se tendo por base os princípios da neutralidade e da não intervenção nos assuntos internos paraguaios, embora prestigiasse o governo legalmente constituído.

[236] ITIBERÊ DA CUNHA para RIO BRANCO, of. 3, 4a. sec., e of. 2, 2a. sec., Assunção, 2.2 e 15.3.1904. AHI, MDBAOE, 201-2-8.
[237] Idem, of. 6, 2a. sec., Assunção, 29.6.1904. Ibidem.
[238] RIO BRANCO para ITIBERÊ DA CUNHA, of. 1, 2a. sec., Rio de Janeiro, 28.7.1904. Idem, MDBAD, 202-1-1.
[239] Idem, of. res. 14, 2a. sec., Assunção, 5.11.1904. Ibid.

a) A Revolução Liberal de 1904

Em fins de julho de 1904 a Legação brasileira em Assunção notou recrudescimento nas atividades da oposição paraguaia e dias depois, em 12 de agosto, comunicou ao Rio de Janeiro o início de um "movimento subversivo inesperado". O Cônsul paraguaio em Buenos Aires informou à sua Chancelaria a partida do vapor *Sajonia*, com mais de cem rebeldes capitaneados por Benigno Ferreira, fortemente armados, para derrubar o governo Escurra. Nem este, nem a população assuncenha deram maior importância aos revolucionários num primeiro momento, mas, caracterizada a gravidade da situação, o estado de sítio foi aprovado pelo Congresso[240].

Os reveses iniciais não abalaram Escurra, que contava com quase 10.000 homens em armas e, ainda, com o apoio dos generais Caballero e Escobar. Havia, informou Itiberê da Cunha, "sérias suspeitas" de favorecimento da Argentina à revolução ou, no mínimo, na tolerância de sua organização. Afinal, o governo paraguaio solicitara, sem sucesso, que o vapor *Sajonia* fosse detido em um dos portos argentinos. Apesar da promessa do presidente Roca de deter o vapor rebelde, este navegou durante uma semana no rio Paraná sem ser importunado por autoridades argentinas[241].

De Buenos Aires a Legação brasileira confirmou que o governo argentino era conivente na tentativa de derrubada do presidente Escurra e, acrescentou, também era simpático aos rebeldes no Uruguai, cujo governo tinha boas relações com o Brasil. Informou essa representação que o presidente Roca antecipara-se ao início da revolução no Paraguai, anunciando-a a um amigo. Aquela conivência também era demonstrada pelo fato de os oficiais que prepararam a revolução serem paraguaios servindo na Marinha argentina. Ademais, os canhões utilizados pelos rebeldes saíram do Arsenal de Guerra argentino, em Buenos Aires, transportados em carretas militares[242].

Tais informações eram, por certo, preocupantes ao governo brasileiro. Em Assunção, inclusive, segundo o Cônsul britânico, muitas pessoas bem informadas estavam convencidas de ser plano argentino anexar o Paraguai. Mas, acrescentava, "os brasileiros, porém, terão uma palavra a dizer sobre isso"[243].

---

[240] Id., of. res. 1, 2a. Sec., Assunção, 12.8.1904. Ibid.
[241] Id., of. res. 1, 2a. Sec., Assunção, 12.8.1904. Ibid.
[242] AZEVEDO para RIO BRANCO, "confidencial (reservadíssimo)" n. 4, 2a. Sec., Buenos Aires, 15.8.1904. Id., MDBBAOE, 206-1-13.
[243] GOSLING para HAGGARD, Assunção, 16.8.1904 in: Harris Gaylord WARREN, p. 378.

O Brasil, contudo, não poderia dizer muita coisa, pois se encontrava inferiorizado militarmente em relação à Argentina. Esta enfrentara, no final do século XIX, o auge das tensões com o Chile devido à disputa pela posse da Patagônia, chegando, mesmo, à iminência de guerra em novembro de 1901. Como consequência, a Argentina estava bem armada, apesar de, em novembro de 1902, os *Pactos de Mayo*, assinados entre Santiago e Buenos Aires, congelarem as compras navais dos dois países, estabelecendo um clima de paz[244]. Graças à lei do serviço militar obrigatório, de dezembro de 1902, a Argentina podia também mobilizar grande número de soldados. Enquanto isso, o Brasil estava quase desarmado, com sua Marinha de Guerra reduzida a proporções mínimas, devido aos distúrbios políticos ocorridos durante a "República das Espadas"[245]. O Exército, por sua vez, na prática não existia, sendo composto por soldados analfabetos, incapazes de entender o conceito de disciplina, exceto por meio de punições violentas[246].

Para derrubar o governo Escurra, as duas facções do Partido Liberal, a cívica e a radical, uniram-se e aproveitaram-se do enfraquecimento progressivo do Partido Colorado. Os velhos generais Caballero e Escobar já não tinham condições de dominar a política paraguaia e Escurra não podia substituí-los à altura. Mesmo os colorados seguidores do falecido general Egusquiza (e alijados do poder pelo golpe de 1902 contra o presidente Aceval) apoiaram o movimento rebelde[247].

Oficiais argentinos cooperaram com Manuel Duarte e seu comitê de Buenos Aires nos esforços de reunir homens e suprimentos militares. Guillerme de los Ríos dirigiu-se à Europa para comprar fuzis e munição, mas parte do equipamento utilizado na sublevação veio do Arsenal Naval argentino. Os suprimentos dos rebeldes eram constituídos de seis canhões *Krupp* e de 2.000 fuzis Remington e seus efetivos eram constituídos por argentinos, paraguaios exilados e alguns mercenários. O vapor por eles utilizado, o *Sajonia*, fora comprado pelo governo paraguaio por sugestão do Conselho de Agricultura e Indústrias do Banco Agrícola, com a finalidade declarada de ser utilizado no transporte de frutos exportados para Buenos Aires. Contudo, Pascual Velilla, membro desse Conselho, o era, também, do movimento revolucionário, e a compra do barco tinha

[244] CARRANZA, Ambrosio Romero et alli. *Historia política de la Argentina; desde 1862 hasta 1928*. Buenos Aires: Ediciones Pannedille, 1975, pp. 396-397, 417.

[245] BUENO, Clodoaldo. O rearmamento naval brasileiro e a rivalidade Brasil-Argentina em 1906-1908 in: História. São Paulo: Universidade Estadual Paulista, São Paulo, n.1, p. 23.

[246] SÁ, capitão Augusto. Exércitos regionaes ou o problema de uma organisação para nosso Exército. Porto Alegre: [sn] 1905, p. 28 apud. McCANANN, Frank D. The formative period of twentieth-century brazilian Army thought, 1900-1912 in: *Hispanic American Historical Review*. Duke University Press, v. 64, n. 4, 1984, pp. 744-745.

[247] WARREN, p. 370.

por verdadeira finalidade prover os rebeldes de um meio de transporte. Para adquirir essa embarcação, Escurra enviou Enrique Soler e indicou um liberal, capitão Ildefonso Benegas, para comandá-la. Soler comprou o barco e Benegas notificou o fato a Duarte, que fez os arranjos finais, tomando o comando e zarpando para La Plata, onde, com papéis legais do Consulado paraguaio, embarcou homens e a carga de armas[248].

Em 10 de agosto o *Sajonia*, já rebatizado *Libertad*, atacou e capturou Humaitá. Em seguida apresou o navio legalista *Villa Rica*, que passou a chamar-se *Constituición*. Na ocasião foi aprisionado o ministro do Interior, Eduardo Fleytas, que se encontrava na embarcação, e perdeu a vida em combate o deputado Abdón Caballero, filho do general Caballero. O governo perdeu, também, cidades importantes e Escurra viu-se em posição precária, enfrentando deserções, para as fileiras dos revolucionários de funcionários públicos graduados, como o próprio Vice-presidente Manuel Domínguez, e de congressistas, tornando o funcionamento do governo impossível[249].

A pedido do Comitê Revolucionário constituiu-se uma comissão mediadora de diplomatas, composta pelos ministros argentino, brasileiro (Decano do corpo diplomático), francês e italiano. Os revolucionários exigiam, num primeiro momento, a renúncia de Escurra e que o Partido Colorado escolhesse entre seus membros uma lista de três nomes da qual aquele Comitê retiraria o novo presidente do país. Os liberais, como prova de não nutrirem ambição, declaravam que não aceitariam nenhuma participação no poder, nem empregos públicos[250].

A mediação fracassou devido à intransigência de alguns ministros do governo e de caudilhos colorados, apoiados pelo general Caballero. Escurra e Escobar declararam a Brazilio Itiberê da Cunha que tendiam a aceitar as proposições dos revolucionários. Havia "sérias dissensões" entre os oficialistas, escreveu esse diplomata, o que não era um bom augúrio para sua vitória. Enquanto isso predominava uma calma relativa em Assunção, principalmente depois de que numerosas forças foram retiradas da cidade para os seus arrabaldes e outras localidades à beira do rio Paraguai. As tropas legalistas eram compostas, em sua maioria, por "verdadeiros criminosos", que, na capital, tinham começado saquear e assassinar, inclusive crianças, que amanheciam degoladas[251].

---

[248] FREIRE ESTEVES, p. 91. URIZAR, Rogelio. *Los dramas de nuestra anarquía; análisis de la evolución política del Paraguay*. Rosario: Taller Gráfico de la Plaza, 1989, t. 1, p. 97.
[249] Harris Gaylord WARREN, op. cit., p. 375.
[250] ITIBERÊ DA CUNHA para RIO BRANCO, of. 2, s/seção, Assunção, 18.8.1904. AHI, MDBAOE, 201-2-8.
[251] Idem, of. res. 3, 2a. sec., Assunção, 22.8.1904. Ibidem.

No início de setembro a Legação brasileira informou que o governo Escurra se debilitava visivelmente "e a sua causa parece irremediavelmente perdida". Os governistas estavam divididos e o chefe de Polícia, que defendera o acordo proposto pelo Comitê Revolucionário, pediu demissão e asilou-se na representação brasileira, assim como personagens colorados e liberais. Tropas legalistas vindas do norte, de Forte Olimpo e Bahía Negra, para defender Concepción e lideradas pelo ministro da Guerra e pelo coronel Jara, haviam se rendido. Estes chegaram a um acordo com os revolucionários, pelo qual as forças que comandavam regressariam às suas guarnições, mantendo-se neutras. Tratava-se de um "terrível golpe" para o governo e Benigno Ferreira comentou com Itiberê da Cunha que se preparava para sitiar Assunção e obrigá-la a capitular pela fome[252].

Tal comentário foi feito quando de nova mediação por comissão de diplomatas, na manhã de três de setembro. Esta, a bordo do destróier argentino *Entre Ríos*, dirigiu-se a Villeta, sede do Quartel general de Benigno Ferreira. Os representantes brasileiro e argentino atuavam de comum acordo, a ponto do último, Alejandro Guesalaga, classificar de "excelentes" suas relações com Itiberê da Cunha. Este garantiu ao colega argentino que o Brasil não tinha interesses na situação interna paraguaia e, mais, que suas instruções eram para atuar em consonância com Guesalaga[253].

Em Villeta a comissão mediadora comunicou a Ferreira que Escurra estava disposto a renunciar. Os revolucionários, porém, fortalecidos militarmente, aumentaram suas exigências, pedindo não só essa renúncia, mas, ainda, que seu sucessor fosse pessoa neutra aos liberais e colorados. Exigia-se, também, que os dois Ministérios mais importantes, Guerra e Interior, fossem preenchidos por sublevados; que o Exército fosse dissolvido e a polícia reorganizada sob o comando de um revolucionário. Escurra recusou as novas exigências, considerando que sua situação não era tão precária a ponto de render-se[254].

Enquanto isso os jornais argentinos acusavam o governo brasileiro de sustentar o presidente Escurra. Em Assunção, escreveu Itiberê da Cunha, sabia-se da abstenção brasileira em imiscuir-se nos assuntos internos do país, o que levava os paraguaios a terem mais simpatias pelo Brasil do que pela Argentina. A "escandalosa conivência" desta no desencadear da revolução continuava, a ponto de, em 2 de setembro, chegar a Villeta o vapor argentino *Solis*, carregado exclusivamente com

[252] Id., of. res. 4, 2a. sec., Assunção, 3.9.1904. Ibid.
[253] GUESALAGA para ministro de Relações Exteriores da Argentina, rel. res. e nota 102, Assunção, ambos de 3.9.1904. AMRECIC, Legaciones Argentinas - Paraguay, Cx. 852.
[254] ITIBERÊ DA CUNHA para RIO BRANCO, of. res. 4, 2a. sec., Assunção, 3.9.1904. AHI, MDBAOE, 201-2-8.

armas, canhões e munição para os revolucionários. Apesar da promessa anterior do governo de Buenos Aires no sentido de impedir a saída do *Solis* de seus portos, tal não ocorreu. Ademais, enquanto o Brasil tinha, na baía de Assunção apenas um pequeno navio de guerra, o Carioca, a Argentina contava com três belonaves. Tal fato levou o representante brasileiro a solicitar ao Rio de Janeiro o envio de mais uma canhoneira[255].

O transporte de armas aos revolucionários, por navios argentinos, dava-se, ao contrário do que pensava Itiberê da Cunha, à revelia do governo de Buenos Aires. Este incentivou e armou os revolucionários liberais, mas, ao que tudo indica, não tencionava tornar público tais vínculos e proibiu qualquer contato, em território paraguaio, de navios mercantes argentinos com os sublevados. A Legação argentina em Assunção informou, porém, que tal ordem era aceita apenas formalmente por Nicolás Mihanovich, polaco-argentino, proprietário da *Compañia Argentina de Navegación* empresa de navegação fluvial de bandeira argentina. Conhecida como companhia Mihanovich, os comandantes dos seus navios pretextavam terem sido interceptados por embarcações rebeldes para fundearem e dar informações aos revolucionários. A companhia Mihanovich chegou, mesmo, a recomendar que seu representante em Assunção viabilizasse uma escala em Villa del Pilar, sede do Comitê Revolucionário, nas viagens de seus navios entre o Prata e a capital paraguaia. Frente a essa realidade, o governo argentino ordenou a seus navios de guerra no rio Paraguai, manterem-se neutros e impedirem qualquer contato entre navios mercantes dessa nacionalidade com os revolucionários[256].

Itiberê da Cunha liderou, como decano do corpo diplomático, os contatos entre os revolucionários e o governo. Nessa tarefa contou com o apoio de seus colegas diplomatas, inclusive do ministro argentino, bem como de políticos paraguaios, sem distinção de partidos[257]. Itiberê da Cunha possuía instruções de Rio Branco para tratar de encontrar solução conciliatória, sem, contudo, esquecer a autoridade legal, concedendo apoio ao governo paraguaio. O chanceler brasileiro desejava, também, que o general Caballero fosse prestigiado. O Brasil, afirmou Rio Branco, não tinha partidos, desejando, sim, a paz, a ordem e a vitória da lei, pois o "espetáculo [de] revoluções triunfantes é desmoralizador, desacredita nosso continente". De tais fatos, deveria Itiberê da Cunha convencer o ministro argentino em Assunção[258].

---

[255] Idem.
[256] GUESALAGA para ministro de Relações Exteriores da Argentina, nota 110, Conf., Assunção, 15.9.1904. AMRECIC, Legaciones Argentinas - Paraguay, Cx. 852.
[257] ITIBERÊ DA CUNHA para RIO BRANCO, of. res. 4, 2a. Sec., Assunção, 3.9.1904. AHI, MDBAOE, 201-2-8.
[258] RIO BRANCO para ITIBERÊ DA CUNHA, tel. cifr. 4, Rio de Janeiro, 15.9.1904. Ibidem, MDBATR, 202-1-18.

Na tarde de 9 de setembro, a comissão diplomática mediadora dirigiu-se a Villeta juntamente com o general Escobar – que tinha um dos seus filhos, capitão Patricio Alejandrino, lutando do lado dos revoltosos – e o ministro da Justiça, no navio argentino *Maipu*. A bordo, realizou-se um encontro entre Benigno Ferreira e os representantes oficialistas. Após cinco horas de negociações, o general Escobar defendia que, em um governo de conciliação a ser constituído, o Ministério da Guerra deveria caber aos colorados, o mesmo ocorrendo com o do Interior, afirmando ser quase impossível vencer a resistência do Partido Colorado em ceder tal Pasta e, mais, em aceitar candidatos à Presidência do Partido Liberal. A comissão de diplomatas, porém, conseguiu convencê-lo de que seria equitativo que cada um desses Ministérios coubesse a um dos partidos. Ficou previamente combinado que a Pasta da Guerra ficaria com o próprio Escobar, "como verdadeiro árbitro que é da situação"[259].

Pelo acordo final com os revolucionários, o general Escobar defenderia junto ao Partido Colorado o acordo que incluía a renúncia de Escurra e a escolha de um sucessor neutro. O Ministério da Guerra caberia aos colorados, enquanto o do Interior seria dos liberais. O ocupante da Fazenda seria escolhido pela Câmara de Comércio. Os exércitos legalista e revolucionário seriam dissolvidos e, no Legislativo, metade da representação caberia aos liberais[260]. Divisão tão exata do Legislativo era possível porque as eleições no país eram fraudadas, dependendo seu resultado da vontade dos donos do poder.

Dias depois Itiberê da Cunha foi convidado para uma reunião com o presidente Escurra, na qual se encontrava todo o Ministério e, ainda, os generais Caballero e Escobar. O ministro das Relações Exteriores tomou a palavra e, após pequeno preâmbulo sobre a amizade do Partido Colorado pelo Brasil, solicitou a venda, urgente, de uma canhoneira e algum armamento para pôr fim à revolução. Itiberê da Cunha respondeu que, "apesar de toda a boa vontade do governo Federal", não seria possível a venda da canhoneira por dois motivos: o Brasil enfrentava dificuldades internacionais, não podendo abrir mão de navios, e uma transação dessa natureza provocaria reação contrária no Rio da Prata. Os participantes da reunião insistiram em que o governo brasileiro fosse consultado sobre o pedido, o que foi feito por Itiberê da Cunha. Respondeu Rio Branco que "sentimos não poder satisfazer desejo" do governo paraguaio, pois a venda da canhoneira e a venda de armas dependeria de autorização do

[259] ITIBERÊ DA CUNHA para RIO BRANCO, of. res. 5, 2a. sec., Assunção, 10.9.1904. Ibid., MDBAOE, 201-2-8.
[260] Idem, ibidem.

Congresso brasileiro[261]. Tal autorização era realmente necessária, mas ao lembrá-la esse chanceler buscou apenas não melindrar o governo Escurra quanto a postura de não envolver o Brasil em sua sustentação militar.

O acordo mediado pelo corpo diplomático entre o general Escobar e o Comitê Revolucionário não foi implementado. Escobar encontrou grande resistência no governo, principalmente entre os oficiais do Exército quanto a sua dissolução e quanto à nomeação do tenente Manuel Duarte para a chefia do Estado-Maior, que se criaria expressamente para ele. Em 11 de setembro, Escurra apresentou ao corpo diplomático duas propostas de paz para serem encaminhadas ao Comitê Revolucionário. Da primeira constava a renúncia do presidente e do vice; uma lista tríplice, composta pelos colorados José Irala, Carlos E. Santos e Francisco Chaves, da qual os revolucionários escolheriam o novo chefe do Executivo; que os ministros da Guerra, Justiça, Culto e Instrução Pública seriam designados pelo novo governo, enquanto os do Interior e das Relações Exteriores seriam indicados pelos revolucionários. O da Fazenda resultaria da escolha da Câmara de Comércio. Outra proposta, alternativa, estabelecia a renúncia do presidente e Vice; a designação para a chefia do Executivo de Emeterio González ou Geronimo Pereira Cazal, ambos classificados de "neutros"; a designação dos ministros da Guerra e Interior pelos colorados e da Justiça e Relações Exteriores pelos revolucionários, enquanto o da Fazenda seria escolhido pela Câmara de Comércio[262].

No dia 12 de setembro o corpo diplomático e o ministro das Relações Exteriores, Antolín Irala, embarcaram no navio brasileiro Carioca e foram a Villeta. Apresentadas as duas propostas oficiais, Benigno Ferreira indagou se as outras exigências dos revolucionários estavam aceitas, ao que os diplomatas responderam que sim, posto não estarem incluídas naqueles pontos divergentes. Irala discordou, porém, afirmando que, se aceita uma das propostas do governo, a presidência das casas do Congresso seria posteriormente estudada e, ainda, que o ministro organizaria a seu critério a pasta da qual fosse titular. Não era esse o entendimento acordado anteriormente e Ferreira declarou que, em tais circunstâncias, não havia acordo possível, pedindo a Escurra completar as propostas[263]. Assim o fez o presidente na noite de 12, acrescentando as seguintes cláusulas: cada ministro organizaria sua Pasta de acordo com o presidente; o governo reconheceria e pagaria os gastos feitos pelos revolucionários, bem como compraria, pelo preço de custo, seu

[261] Id., of. res. 6, 2a. sec., Assunção, 16.9.1904. Ibid. Telegramas cifrados ITIBERÊ DA CUNHA para RIO BRANCO, Assunção, 6.9.1904 e RIO BRANCO para ITIBERÊ DA CUNHA, Petrópolis, (14/15).9.1904. Id.
[262] ITIBERÊ DA CUNHA para RIO BRANCO, of. res. 7, 2a. Sec., Assunção, 17.9.1904. Ibid.
[263] Idem, ibid.

armamento; reconheceria as patentes militares concedidas pela revolução; concederia anistia geral aos perseguidos por motivos políticos, bem como liberdade de voto[264].

Para Itiberê da Cunha, o governo não podia ampliar essas concessões, mesmo porque possuía força suficiente para dominar a revolução, não o fazendo para evitar derramamento de sangue. Segundo o general Caballero, as forças governamentais continuavam a receber grandes contingentes do interior, mas que careciam de armas para equipar a todos os novos soldados. Em 13 de setembro Ferreira recusou as propostas do governo feitas no dia 12, argumentando sua falta de seriedade e sua discrepância com o combinado anteriormente. Era ponto fulcral de divergência a insistência, pelos revolucionários, na dissolução do Exército, proposta recusada pelo governo. O impasse decorria, segundo Itiberê da Cunha, do fato de as duas partes terem desconfianças mútuas e temerem uma cilada. Tal opinião era compartilhada pelo representante argentino, que a ela acrescentou outro motivo: Benigno Ferreira e o general Escobar se detestavam[265].

Em 13 de setembro foi reforçada a presença militar brasileira em Assunção com a chegada da belonave *Fernandes Vieira*, esperando-se, ainda, outras duas. Simultaneamente o ministro argentino, Alejandro Guesalaga, comunicou a Itiberê da Cunha que recebera ordens de seu governo para pôr-se de acordo com a Legação brasileira na ação pacificadora. Itiberê da Cunha achou necessário pedir instruções ao Rio de Janeiro, pois o último ofício que recebera fora em 11 de agosto. Chegara à Legação, é verdade, um telegrama de Rio Branco datado de 7 de setembro, mas no qual se afirmava apenas que "sinto saber faltam elementos esse governo vencer revolução porque é desmoralizador espetáculo tantas revoluções"[266].

Pouco antes do pedido de instruções por Itiberê da Cunha, o Rio de Janeiro já as expedira telegraficamente. Nelas Rio Branco escreveu que o papel do corpo diplomático era o de ficar ao lado do governo, embora procurando uma solução conciliatória, mas sem enfraquecer a autoridade legal. O Brasil, afirmou Rio Branco, não tinha preferência partidária, desejando, sim, que a ordem a paz fossem restabelecidas. A Legação brasileira foi instruída a, em ação comum com a da Argentina e

[264] ITIBERÊ DA CUNHA para Benigno FERREIRA, Assunção, 12.9.1904. Ibid.

[265] ITIBERÊ DA CUNHA para RIO BRANCO, of. res. 7, 2a. sec., Assunção, 17.9.1904. Ibid. GUESALAGA para ministro das Relações Exteriores da Argentina, nota 113, Res., Assunção, 17.9.1904. AMRECIC, Legaciones Argentinas - Paraguay, Cx. 852.

[266] ITIBERÊ DA CUNHA para Rio BRANCO, idem, ibidem. Em anexo: RIO BRANCO para ITIBERÊ DA CUNHA, tel. s/n., Petrópolis, 7.9.1904.

as de outros países, procurar impedir o bombardeio de Assunção pelos revolucionários. Rio Branco disse não poder enviar instruções mais precisas sem o perfeito conhecimento da situação e reafirmou que Itiberê da Cunha prestigiasse o general Caballero[267].

Recorde-se que o general Caballero, terminada a Guerra da Tríplice Aliança, fora enviado como prisioneiro para o Rio de Janeiro. Como outros prisioneiros, ele recebeu soldo do governo imperial, no valor equivalente ao posto de coronel no Exército brasileiro. Na capital carioca, Caballero tornou-se amigo do futuro barão do Rio Branco e ambos frequentavam a noite carioca. De volta ao Paraguai, esse general manteve, durante toda sua trajetória política, postura simpática ao Brasil[268].

A ausência de uma ligação telegráfica direta entre Assunção e o Rio de Janeiro dificultava a troca de telegramas entre a Legação brasileira e Rio Branco. Os telegramas, inicialmente, eram enviados e recebidos por Corumbá, no Mato Grosso, com uma canhoneira transportando-os a Assunção. Logo se passou a utilizar o telégrafo argentino em Formosa, sendo que a torpedeira *Entre Ríos,* dessa nacionalidade, levava e trazia os telegramas à capital paraguaia. Foi a contragosto que Alejandro Guesalaga concedeu a Itiberê da Cunha autorização para usar essa torpedeira. O diplomata brasileiro passou a enviar seus telegramas a Formosa não só por meio da belonave argentina, mas também de vapores comerciais que faziam viagem semanal entre essa localidade e Assunção[269].

Como decano do corpo diplomático, Itiberê da Cunha persistiu em buscar que o governo e os revolucionários restabelecessem as negociações de paz. Escobar e Escurra mostraram-se dispostos a tanto, mas Benigno Ferreira respondeu negativamente, por não recuar nas exigências apresentadas anteriormente. Para romper o impasse, Itiberê da Cunha recorreu ao capitão Benigno, filho do general Escobar, e que tinha entre os revoltosos, seu próprio irmão e outras relações de amizade. Benigno acabara de chegar de Buenos Aires, e o diplomata brasileiro pediu-lhe que escrevesse ao tenente Manuel Duarte, de quem também era amigo. Na carta a Duarte, o capitão Benigno Escobar disse escrever por iniciativa própria, depois de aproximar-se de Itiberê da Cunha, "um decidido partidário de un arreglo conciliatório". Repetiu Benigno as duas propostas de paz do governo Escurra; afirmou que

[267] RIO BRANCO para ITIBERÊ DA CUNHA, tel. 4, Petrópolis, 15.9.1904. Anexo ao of. res. 8, Assunção, 19.9.1904. Ibid.
[268] MENNA BARRETO, general Mario. *A campanha lopesguaya*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1928, v. I., p. 60.
[269] ITIBERÊ DA CUNHA para RIO BRANCO, of. res. 9, Assunção, 28.9.1904. AHI, MDBAOE, 201-2-8.

seu pai queria a paz e solicitou a cooperação de Duarte junto aos revolucionários, para que novas gestões pacificadoras dos diplomatas estrangeiros produzissem resultado[270].

Quase simultaneamente, Itiberê da Cunha atritou-se com seu colega argentino e reafirmou não haver dúvidas da cumplicidade de Buenos Aires com a revolução. Itiberê da Cunha tinha de haver-se, ainda, com os pedidos de asilo que "eram por centenares"[271].

As desavenças de Itiberê da Cunha com Guesalaga deviam-se, segundo relato deste, por sua recusa em apoiar o diplomata brasileiro na iniciativa de levar o capitão Benigno Ferreira a escrever ao tenente Duarte. O representante argentino informou a seu governo que a atuação de seu colega brasileiro, na busca da paz, procurava favorecer os colorados e, ainda, obter a substituição, na Chefia do Estado, de Escurra pelo general Escobar. Guesalaga não acreditava que tal comportamento resultasse de instruções do governo brasileiro. Resultaria, sim, de Itiberê da Cunha haver perdido sua neutralidade, "pelos interesses comerciais aos quais está ligado a esta país, assim como família que o levam a esses interesses"[272].

De fato, o gerente do escritório da *Companhia Matte Larangeira*, Hugo Heyn, brasileiro filho de alemães, era sogro de Itiberê da Cunha. Este, segundo Guesalaga, com frequência atuava impulsionado por Heyn, "de uma maneira inconsciente e sem irreflexiva". A Legação do Brasil, por sua vez, estava instalada no andar superior dos escritórios daquela companhia. Durante a revolução de 1904, os paraguaios asilados na representação brasileira estavam instalados, na verdade, no pátio pertencente à *Matte Larangeira*. "Tudo é comum", escreveu Guesalaga, "é uma promiscuidade que, quanto a representações diplomáticas, é raro encontrar caso parecido. Tudo é comum, até os interesses". Itiberê da Cunha, segundo esse diplomata argentino, além de ser acionista da *Matte Larangeira*, envolvera-se em negócios de terras e mercantis no país, graças às suas relações com políticos paraguaios situacionistas[273].

No governo Escurra havia duas tendências quanto à guerra civil. Uma desejava levar a luta à frente, até obter a vitória final, e, a outra, buscava negociar o fim do conflito, mudando o presidente, que passaria a ser o general Escobar. Esta última tendência era apoiada pela maior

[270] Idem, ibidem. Cópia da carta do capitão Benigno ESCOBAR para o tenente de Fragata Manuel DUARTE, Assunção, 26.9.1904. Anexa ao ofício.

[271] No início de outubro, 14 pessoas estavam asilados na residência de Itiberê da Cunha e 24 na Legação brasileira. Entre elas encontravam-se o ex-presidente Emílio Aceval; Antonio Taboada, chefe do Partido Liberal; Juan Silvano Godoy; deputados, juízes e políticos de oposição, "alguns dos quais consegui retirar da prisão". ITIBERÊ DA CUNHA para RIO BRANCO, of. res. 9 e 10, 2a. Sec., 28.9 e 7.10.1904. Ibid.

[272] GUESALAGA para ministro das Relações Exteriores da Argentina, Nota 121, Res., Assunção, 27.9.1904. AMRECIC, Legaciones Argentinas - Paraguay, Cx. 852.

[273] Idem.

parte dos comerciantes com interesses afins com cidadãos brasileiros e, particularmente, "pelos membros e acionistas principais da *Compañia Matte Larangeira*". Outra solução, defendida por esses interesses, era um acordo de paz em condições favoráveis ao general Escobar, o qual, por exemplo, conservaria o controle do Ministério da Guerra. Tal proposta já fora apresentada e rechaçada pelos revolucionários[274]. Tudo indica, porém, que Itiberê da Cunha não a abandonara.

Se Escobar mantivesse o Exército sob suas ordens, escreveu Guesalaga, facilitaria a atuação do Partido Colorado no novo governo. O situacionismo colorado, afirmou esse diplomata, representava interesses mercantis brasileiros, a ponto de cobrar imposto de exportação da erva-mate paraguaia. O imposto tinha por finalidade beneficiar a *Companhia Matte Larangeira*, da qual eram acionistas homens públicos paraguaios e brasileiros, "entre estes o Sr. [Joaquim] Murtinho, ex-ministro da Fazenda do Brasil"[275].

Dessas informações conclui-se que a *Companhia Matte Larangeira* tirara lições das iniciativas de setores políticos paraguaios para dificultar a livre passagem da erva-mate de suas propriedades no Mato Grosso, para o Rio da Prata. Em 1904, essa Companhia tinha estabelecido um *lobby* na estrutura de poder do Paraguai, por intermédio de políticos colorados que também eram seus acionistas, podendo, assim, contrapor-se, com sucesso, à sua rival *La Industrial Paraguaya*, da qual também faziam parte líderes colorados. A documentação pesquisada indica que Rio Branco não estava a par da vinculação de interesses mercantis brasileiros com o general Escobar. O chanceler sabia da relação de parentesco entre Itiberê da Cunha e Hugo Heyn, mas desconhecia a influência deste sobre o genro. Deve-se, contudo, considerar a hipótese de que não eram interesses mercantis que levaram Itiberê da Cunha a inclinar-se pela substituição, na Presidência paraguaia, do coronel Escurra pelo general Escobar. Este, talvez, fosse visto como a única possibilidade de evitar que os revolucionários ocupassem com exclusividade o poder. Em um governo com a ascendência de Escobar, haveria continuidade da influência brasileira.

Após escrever a Manuel Duarte, o capitão Benigno Escobar visitou Villeta. Decidiu-se, então, realizar nova reunião entre governo e revolucionários a bordo do navio argentino *Maipú*, no rio Pilcomayo, solicitando Benigno Ferreira que, na ocasião, fosse apresentada proposta governamental já assinada. Itiberê da Cunha concordou, mas Escurra, o general Caballero e a maioria do Ministério, apoiados pelo representante

[274] Id.
[275] Id.

argentino Guesalaga, opuseram-se, afirmando que bastavam os plenos poderes concedidos aos seus negociadores. Para o diplomata brasileiro a situação do Partido Colorado era "cada vez mais precária", desgastado por mais de trinta anos "de máo governo". Considerava provável a vitória dos revolucionários, mais ainda por gozarem de facilidades concedidas pela Argentina. Daí porque Itiberê da Cunha buscou a conciliação dos "bons elementos" de ambos os partidos, que saberiam "apreciar a amizade do Brasil e a sua política leal e desinteressada"[276].

No dia 8 de outubro, a bordo do navio *Maipú*, encontraram-se os líderes revolucionários Benigno Ferreira e Manuel Duarte, encontraram-se com o general Escobar e o ministro da Justiça Francisco Chavez, na presença dos representantes do corpo diplomático. Às propostas que Escurra aceitara em apresentar por escrito – pagamento das armas compradas pelos revolucionários e de suas dívidas – Ferreira acrescentou a dissolução do Exército e a escolha do presidente Provisório a ser eleito pelo Congresso a partir da seguinte lista: Juan B. Gaona; Manoel Viera; Héctor Velezquez e Guillermo de los Ríos. Escobar afirmou não estar autorizado a aceitar tais modificações, que foram consignadas *ad referendum*, e voltou para Assunção. Em reunião de Escurra com seu Ministério, membros do Congresso e personalidades públicas, decidiu-se, unanimemente, que não se aceitariam tais exigências, mantida, porém, porta aberta para proposta mais honrosa[277].

A essa altura aumentava o pânico na população da capital. As Legações estrangeiras foram "assaltadas" por pedidos de asilo. O governo fizera muitas prisões e preparava-se para atuar com mais rigor, o que, apontou a Legação brasileira, agravaria seu isolamento. Os revolucionários, por sua vez, tendiam "a ganhar terreno pelo aumento de suas forças e de seus recursos bélicos importados facilmente da República Argentina". A flotilha rebelde continuava interceptando e revistando navios de bandeira estrangeira e a embarcação brasileira Diamantino não constituiu uma exceção. Itiberê da Cunha apresentou protesto junto a Benigno Ferreira, que prometeu tomar providências[278].

Nos meses de outubro a dezembro de 1904, o barão do Rio Branco, nos ofícios que enviou para a Legação em Assunção, deixou claro não somente a política brasileira em relação ao Paraguai, mas, também, com respeito à América do Sul e como via a relação desta com as potências mundiais. O chanceler escreveu, em fins de outubro, desejar a vitória

[276] ITIBERÊ DA CUNHA para RIO BRANCO, of. res. 10, 2a. sec., Assunção, 7.10.1904. AHI, MDBAOE, 201-2-8.
[277] Idem, of. res. 11, 2a. Sec., Assunção, 11.10.1904. Ibidem.
[278] Id., ibid.

do governo legal, pois "as acomodações com os revolucionários são um incentivo para novas revoluções". Rio Branco, contudo, duvidava dessa vitória, por parte de um governo que começou fazendo propostas de paz e que, em lugar de combater os sublevados, empregava seu tempo em negociações; "isso basta para mostrar sua fraqueza". Em novembro, o barão escreveu que o Brasil não nutria preferência por partidos no Paraguai, desejando, sim, que se restabelecesse a paz, se possível sem a quebra da ordem legal. E, concluiu, "esse espetáculo de constantes revoluções e pronunciamentos é desmoralizador para a América do Sul"[279].

Em dezembro, Rio Branco foi ainda mais explícito ao expor a postura brasileira não só em relação ao Paraguai, mas também aos demais países vizinhos. Afirmou, então, que o Brasil desejava, "sinceramente", que seus vizinhos se enriquecessem e se tornassem fortes pela paz e pelo trabalho. Somente assim evitar-se-ia que, "em futuro mais ou menos próximo", as grandes potências quisessem aplicar à América do Sul "o chamado 'direito de [ex]propriação dos povos incompetentes', proclamado ultimamente". Para evitar semelhante perigo, "é preciso que se encerre o período dos pronunciamentos e guerras civis". Assim sendo, "nas ocasiões de crise interna, devemos prestar sempre o nosso apoio moral aos governos legais dessa República"[280].

O barão do Rio Branco fazia parte de uma geração intelectual que tinha "temor obsessivo" de que o Brasil sofresse uma invasão das potências expansionistas, perdendo sua autonomia ou parte de território. Os intelectuais brasileiros da época ficaram impressionados com o espetáculo imperialista das grandes potências dividindo entre si territórios estrangeiros e, ainda, da presença, no Brasil, de grande quantidade de imigrantes, em um país com amplos espaços vazios, passíveis de conquista. Esses intelectuais assumiram, então, uma postura de alarme e defesa, "dando o melhor de si para aliviar a nação dessa aflição que em parte eles mesmos geraram"[281]. Apenas em parte, pois, de fato, os países latino--americanos poderiam sofrer ações imperialistas, caso não contassem com estruturas estatais que se fizessem respeitar e não soubessem tirar proveito das rivalidades interimperialistas.

Daí, portanto, a postura defensiva e pacifista de Rio Branco. Neste sentido o barão falou ao representante argentino no Rio de Janeiro, Manuel Gorostiaga, afirmando ser uma exigência e um dever que a

[279] RIO BRANCO para ITIBERÊ DA CUNHA, of. res. 1 e Res. 2, 2a. sec., Rio de Janeiro, 29.10 e 19.12.1904. Ibid., MDBAD, 202-1-1.
[280] Idem, of. res. 3, 2a. Sec., Rio de Janeiro, 19.12.1904. Ibid.
[281] SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como missão*; tensões sociais e criação cultural na Primeira República. 4. ed. São Paulo: Brasiliense, 1995, p. 84.

Argentina e o Brasil mantivessem em paz os países vizinhos. Não apenas para se precaverem de tentativas de estimular a discórdia entre argentinos e brasileiros, mas, também, porque a continuidade de revoluções nessas nações poderia produzir "a intervenção de alguma potência europeia com pouco escrúpulo". Rio Branco insistiu junto a Gorostiaga, em diferentes ocasiões, sobre a conveniência e necessidade de um acordo permanente entre Brasil e Argentina para se manter a paz na região. Em todas as conversas com o representante argentino, o chanceler brasileiro era expansivo e terminava afirmando que "a paz e a harmonia destas repúblicas [americanas] são nossa salvação"[282].

Essas novas ideias do lado brasileiro, bem como a constante cordialidade de Rio Branco com Gorostiaga, levaram o diplomata argentino a reforçar sua postura em favor de uma política de conciliação entre Argentina e Brasil. O representante argentino estava convencido da "nova e franca simpática em relação a Argentina" dos homens de Estado brasileiros. A tal ponto convenceu-se que defendeu junto a Rio Branco – e teve aprovada – a ideia de se estabelecer uma união ferroviária entre o Rio de Janeiro e Buenos Aires, a qual se conectaria a rede ferroviária uruguaia, o que contribuiria para pôr fim às agitações políticas na República Oriental. Estas, acrescentou Gorostiaga, não interessavam nem ao Brasil, nem à Argentina, pois poderiam causar mal-entendidos entre ambos[283].

O chanceler argentino, Rodríguez Larreta, instruiu Gorostiaga a conversar com Rio Branco sobre a cooperação entre os dois países. Suas bases, acrescentou, deveriam ser apresentadas de modo que ficasse caracterizado serem de iniciativa exclusivamente brasileira, pois se tratava de assunto "muito delicado e sério"[284]. Tão delicado era, que essa cooperação não chegou a ser formalizada, embora se tenha aplicado à revolução paraguaia.

Quanto ao Paraguai, Rio Branco era cauteloso e não possuía a ilusão de que nele o Brasil tivesse aliados sinceros. O barão lembrou que, desde 1869, tinha tratado "de perto" com políticos paraguaios "e pude assim apreciar a inconstância de sentimento de alguns e a duplicidade de outros". Considerações essas que não impediam Rio Branco de estabelecer uma linha política de respeito e de valorização do Paraguai, conforme se vê nas linhas seguintes:

[282] Manuel GOROSTIAGA para Carlos Rodríguez LARRETA, ministro de Relações Exteriores da Argentina, of. 274, Petrópolis, 9.11.1904. AMRECIC, Legaciones Argentinas - Paraguay [sic], cx. 852.
[283] Idem, of. 270, Petrópolis, 6.11.1904. Ibidem, Cx. 861.
[284] LARRETA para GOROSTIAGA, Of. 261 (rascunho), Buenos Aires, 24.11.1904. Anexo à nota acima.

> A nossa política deve continuar a ser de abstenção nos negócios internos do Paraguai sem todavia deixar de concorrer com os conselhos da nossa amizade, embora nem sempre correspondida, para que os recursos desse país, digno de melhor sorte, não sejam malbaratados em lutas intestinas. A violência chama a violência. Só uma política de moderação e concórdia poderá trazer a calma de que precisa este povo para se entregar ás obras de paz, únicas de que podem resultar a felicidade e o engrandecimento das nações[285].

A prosperidade e a estabilidade política dos países sul-americanos não dariam oportunidade a intervenções de potências extrarregionais. Eventuais intervenções seriam prejudiciais ao Brasil, quer por se constituírem em precedente que poderia ser utilizado contra o país – que há pouco sofrera conflitos internos – quer porque inviabilizaria o projeto de Rio Branco. Tal projeto era o de tornar a América do Sul espaço geopolítico de liderança brasileira, de acordo com a Argentina, não impositiva e desprovida de objetivos expansionistas ou intervencionistas. Ademais, o Brasil aceitaria um equilíbrio de poder com a Argentina no Prata, como o demonstrava o fato de o Rio de Janeiro não se opor à vitória liberal no Paraguai. Enquanto isso, o Uruguai manter-se-ia próximo do Brasil, o que, aliás, foi conseguido graças à hábil política de Rio Branco em conceder-lhe, em 1909, o condomínio da Lagoa Mirim.

Os motivos geopolíticos da aversão do barão do Rio Branco a revoluções e instabilidade política eram potencializados por sua própria formação, ocorrida em ambiente político onde seu pai fora expoente do Partido Conservador. Nesse meio, defendia-se a estabilidade política e apontava-se nos países vizinhos, vitimados por caudilhos e guerras civis, o exemplo a não ser seguido. Essas lutas, vistas como prova da anarquia, faziam, de fato, parte do processo de definição do caráter dos respectivos Estados Nacionais no século XIX. Esta a origem da preocupação do barão com diferenciar o Brasil de seus vizinhos perante os países europeus e os Estados Unidos.

Pode-se mesmo interpretar a orientação da política externa brasileira implementada por Rio Branco, bem como as características de sua personalidade, como uma projeção do Brasil monárquico sobre o republicano. Assim, o projeto do Brasil potência regional, próximo do país hegemônico central, mas guardando-lhe relativa autonomia, já fora

[285] RIO BRANCO para ITIBERÊ DA CUNHA, Of. Res. 3, 2a. Sec., Rio de Janeiro, 19.12.1904. AHI, MDBAD, 202-1-1.

implantado a partir do final da década de 1840 na gestão do chanceler conservador Paulino Soares de Sousa[286].

Gilberto Freyre chega a enfatizar a que a influência de Rio Branco não se restringiu à política externa, projetando-se também sobre a política interna. E, nessas duas dimensões, ele teria emprestado seu empenho "para que do passado monárquico o Brasil conservasse, sob a República, o máximo de valores positivos: os de organização, os de ordem, os de disciplina"[287].

b) Intransigência colorada e vitória liberal

Em fins de outubro de 1904 o general Escobar demitiu-se do Ministério da Guerra. Ele era vítima da "camarilha intransigente" que cercava o presidente Escurra e que o acusava de traidor, por não investir contra os revolucionários. Estes, por sua vez, também atacavam Escobar, acusando-o de ser o único obstáculo à paz. O general Caballero foi remanejado do Ministério do Interior para o da Guerra, sem que com isso a situação se alterasse. O "grupo intransigente", que Itiberê da Cunha não nominou, chegou a incitar o Exército a rebelar-se para forçar o governo a tomar a ofensiva militar contra os rebeldes. Escurra, afirmou o diplomata, continuava desejando a paz e pediu-lhe, no que foi atendido, que escrevesse a Benigno Ferreira nesse sentido[288].

As autoridades de Assunção continuavam insistindo, sem resultados, em comprar armas do Brasil. Perguntou-se, então, a Itiberê da Cunha sobre a possibilidade embarcar-se armamento, comprado pelo governo paraguaio no Prata, em navio do Lloyd Brasileiro que fazia a linha de Montevidéu a Mato Grosso, com escala em Assunção. A resposta foi no sentido de que não haveria problema, já que o Lloyd era uma companhia particular. Ademais, o Brasil estava sendo continuamente acusado de proporcionar armas a Escurra cada vez que um navio seu, quer mercante, quer de guerra, chegava ao porto da capital[289].

Tal transporte, porém, tinha como obstáculo a abordagem e revista dos navios brasileiros por parte dos barcos revolucionários. Tratava-se, claro, de prática ilegal, pois o rio Paraguai tinha caráter internacional, e sua livre navegação para barcos brasileiros era garantida pelo Tratado de 1872. Como consequência, o governo Escurra argumentou: já que o Brasil

[286] CERVO; BUENO, pp. 57-63.
[287] FREYRE, Gilberto FREYRE. *Ordem e progresso*. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1959, t. 2, pp. 610-611.
[288] ITIBERÊ DA CUNHA para RIO BRANCO, of. res. 12, Assunção, 21.10.1894. AHI, MDBAOE, 201-2-8.
[289] Idem, ibidem.

se recusava a vender as armas, que enviasse "pelo menos" um navio de guerra para escoltar, desde Corrientes, o navio do Lloyd que transportasse o armamento comprado em Buenos Aires e em Montevidéu. Itiberê da Cunha decidiu não conceder a escolta solicitada, apesar de ele mesmo ter ressaltado que essa medida estivesse em consonância com o direito brasileiro; que as armas se destinavam a um governo legal e, ainda, que a Esquadra argentina apoiava os revolucionários. Tal escolta, argumentou o diplomata junto a Rio Branco, provocaria uma "grita" no Rio da Prata e seria seguramente explorada contra o Brasil[290].

Ao mesmo tempo, o ministro argentino em Assunção e os oficiais das belonaves dessa nacionalidade, deslocadas para o rio Paraguai, faziam intrigas contra o Brasil. Acusavam o navio de guerra brasileiro Tiradentes de ter entregado caixões com armas para o governo paraguaio. Benigno Ferreira chegou a solicitar a Itiberê da Cunha informações sobre essa notícia. Obteve a resposta de que ela era falsa, sendo reafirmada a imparcialidade do Brasil[291].

O representante brasileiro também refutou, junto a seu colega argentino, Alejandro Guesalaga, aquela entrega de armas. Itiberê da Cunha afirmou, na ocasião, ter instruções de buscar, isto sim, a paz. O Brasil, acrescentou, não tinha interesse em que governo paraguaio fosse liberal ou colorado, desde que mantivesse boas relações com os países vizinhos. Guesalaga, após investigar o assunto, concluiu que o Tiradentes não fizera a entrega de armas, embora os comandantes das belonaves argentinas tivessem notado, na noite de 23 de novembro, movimento de botes em torno desse navio brasileiro[292].

Alejandro Guesalaga não acreditava, porém, que o Brasil permanecesse indiferente ao fato de o Paraguai deixar de ser controlado pelos generais Escobar e Caballero. Este último, "principalmente", fora aliado "em todo momento e oportunidade da causa do Brasil", país que, mediante uma "política hábil e paciente", tinha influência permanente no governo do Paraguai. Segundo esse diplomata, a Argentina não queria comprometer seu bem-estar, convertendo em problemas regionais assuntos relacionados com o país guarani. Tampouco desejava "imperar" sobre o Paraguai ou o Uruguai, "por nenhum outro meio que não seja o trabalho e a lealdade". No Paraguai, porém, era crescente a presença de

[290] Id., of. res. 13, 2a. Sec., Assunção, 29.10.1904. Ibid.

[291] Id., ibid. FERREIRA para ITIBERÊ DA CUNHA, Villeta, 19.10.1904. Carta anexa ao ofício ITIBERÊ DA CUNHA para FERREIRA, Assunção, 26.10.1904. Ibid. Até o final da guerra civil, jamais o governo brasileiro forneceu armas ao presidente Escurra.

[292] GUESALAGA para LARRETA, nota 151, res., Assunção, 28.10.1904. AMRECIC, Legaciones Argentinas - Paraguay, Cx. 852.

empresários argentinos, bem como o controle do tráfico fluvial por navios dessa bandeira. Tal realidade, afirmou Guesalaga, explicava a postura do governo brasileiro, resignando-se com o fato de que o Brasil viesse a ocupar no Paraguai posição política secundária, atrás da Argentina. Chegara o momento da "formação lenta [...] de um novo Estado [paraguaio] que se incorpora decididamente à nossa vida nacional"[293].

Rio Branco negou o envio de qualquer armamento ao governo Escurra, "porque estamos dispostos a não intervir nessa guerra civil que mais ainda vem atrasar esse país". Ressalvou, porém, que o Brasil teria direito de enviar armas ao governo legal, havendo "ofensa" apenas caso o envio se destinasse a sublevados contra a autoridade constitucional. Reafirmou Rio Branco que a posição do representante brasileiro "é sempre ao lado do governo legal" e que Itiberê da Cunha somente deveria apresentar propostas de paz quando solicitado por uma das partes em luta[294].

A situação paraguaia mantinha-se estável, os legalistas controlavam Assunção e áreas do interior e os revolucionários dominavam algumas cidades e o estratégico rio Paraguai. A manutenção desse *status quo* era prejudicial ao país, já que a miséria se agravava; o interior se despovoava; comércio e indústria se paralisavam; fazendas de gado eram saqueadas e a época do plantio passava, sem que o campo fosse cultivado. Frente a essa situação, escreveu Itiberê da Cunha, qualquer que fosse o vencedor da guerra civil "encontrará a ruína e a desolação como troféus"[295].

O governo paraguaio dispunha de homens suficientes para vencer os revolucionários. Carecia, porém, de armamento, fato que o impedia de tomar a iniciativa militar e fazia com que seus dias estivessem "contados"[296]. As tropas legalistas pioravam sua situação ao fazer constantes ataques das margens do rio aos barcos e canoas argentinos, o que aumentava as simpatias e proteção destes aos revoltosos. O facciosismo argentino levou as autoridades de Concórdia a reterem, por vários dias, o armamento que o governo paraguaio comprara no Prata. Enquanto isso, a remessa de armas para os rebeldes não encontrava nenhum obstáculo na Argentina[297].

---

[293] Idem.

[294] RIO BRANCO para ITIBERÊ DA CUNHA, tel. 9, Petrópolis, 28.10.1904. AHI, MDBATR, 202-1-8. Os revolucionários continuaram a interceptar os barcos mercantes brasileiros. Itiberê da Cunha solicitou, então, permissão ao Rio de Janeiro para escoltá-los com navios de guerra, como faziam os argentinos. Rio Branco autorizou essa medida e a Legação brasileira comunicou Benigno Ferreira do fato. Porém, em carta particular a esse líder revolucionário, Itiberê da Cunha afirmou que preferia manter a situação como estava. Assim, não haveria a escolta se Ferreira desse sua palavra de honra de que não mais se interceptaria os navios brasileiro, a qual foi dada. ITIBERÊ DA CUNHA para RIO BRANCO, tel. s/n, Assunção, 29.10.1904. Cópia anexa ao ofício res. 14, 2a. sec., 5.11.1904. Ibidem.

[295] ITIBERÊ DA CUNHA para RIO BRANCO, of. res. 13, 2a. sec., Assunção, 29.10.1904. Ibid., MDBAOE, 201-2-8.

[296] Idem, of. res. 14, 2a. Sec., Assunção, 5.11.1904. Ibid.

[297] Id., of. res. 16, 2a. Sec., Assunção, 26.11.1904. Ibid.

Ao mesmo tempo, melhorou o relacionamento da Legação do Brasil e dos comandantes de sua flotilha de navios de guerra fundeados no porto de Assunção com os revolucionários, os quais reconheciam ser real a neutralidade brasileira. A mesma melhora de relacionamento dava-se entre as divisões navais brasileira e argentina, da qual foram substituídos alguns oficiais tidos como "antipáticos" ao Brasil, enquanto seus substitutos "se mostram muito nossos amigos". Mesmo o ministro argentino, Guesalaga, embora continuasse com "o seu sistema de duplicidade", era cordato na aparência, pois recebera ordem de Buenos Aires nesse sentido, como ele próprio confessara a Itiberê da Cunha[298].

Devido a queixa do governo brasileiro sobre a parcialidade de Guesalaga, este foi interpelado por seus superiores. O diplomata defendeu-se afirmando que sempre seguira a orientação de não intervir nos assuntos internos paraguaios. Dias depois, Guesalaga recebeu instruções de que a proteção, por parte da Marinha de Guerra argentina de navios mercantes dessa bandeira não devia ser aplicadas àqueles que transportassem armas[299]. Os governos brasileiro e argentino não estavam dispostos a comprometer suas relações bilaterais em virtude de algum incidente no Paraguai.

A melhora do relacionamento dos revolucionários com Itiberê da Cunha, por sua vez, decorreu de postura mais flexível do diplomata. Essa é a conclusão possível do questionamento feito por Rio Branco, a partir de informações de origem brasileira vindas de Assunção. Apontavam elas que aquele representante demonstrava simpatias pelos revolucionários, apesar de estes continuarem a interceptar navios brasileiros. Perguntou, então, Rio Branco se Benigno Ferreira recebera "o aviso que lhe mandei", de que era inaceitável tal interceptação. Indagou, ainda, quando começara o serviço de escolta dos navios mercantes brasileiros que viajavam de Montevidéu para Corumbá. Elucidava Rio Branco que tal proteção não causaria problemas, pois o governo brasileiro já se entendera com o argentino a esse respeito, o qual, por sua parte, procederia do mesmo modo[300].

A resposta de Itiberê da Cunha foi a de que, após Benigno Ferreira ter dado sua palavra de honra, nenhum barco brasileiro fora molestado. Afirmou, também, ser impossível a implementação da escolta, se não

[298] ITIBERÊ DA CUNHA para RIO BRANCO, Id.
[299] GUESALAGA para LARRETA, notas 175 e 179, res., Assunção, 16 e 23.11.1904. AMRECIC, Legaciones Argentinas - Paraguay, Cx. 852.
[300] RIO BRANCO para ITIBERÊ DA CUNHA, tel. s/n, 25.11.1904. Cópia anexa ao of. res. 17, 2a. sec., Assunção, 2.12.1904. AHI, MDBAOE, 201-2-8.

fosse avisado da data de partida dos vapores de Montevidéu[301]. Esses vapores, porém, eram de linha comercial, regular, contando com razoável previsibilidade de sua entrada no rio Paraguai. Era possível, portanto, conceder-lhes escolta, desde que a belonave brasileira assim encarregada tivesse flexibilidade de aguardar algum tempo o barco a ser escoltado.

O acordo entre Buenos Aires e Rio de Janeiro sobre a navegação do rio Paraguai estabelecia que navios com armas não seriam escoltados. De início Itiberê da Cunha não confiou no governo argentino, "que está sempre agindo de má-fé"[302]. No começo de dezembro, porém, o diplomata brasileiro mudou de opinião, convencendo-se de que os argentinos não eram os responsáveis pelas intrigas contra o Brasil. A mudança decorreu de cartas de personalidades ligadas ao governo paraguaio, que os revolucionários haviam confiscado ao revistarem o navio *Centauro*. Essas missivas foram aceitas como verdadeiras por Itiberê da Cunha quando lhe foram mostradas pelo representante argentino. E, de fato, o eram, conforme relato de Guesalaga para sua Chancelaria sobre a apreensão dessas cartas. Seu conteúdo demonstrava que o governo paraguaio queria intrigar o Brasil com a Argentina[303]. Itiberê da Cunha convenceu-se de que a origem de "todas" as intrigas contra o Brasil provinha do governo paraguaio, conforme lhe haviam dito, desde o início, Benigno Ferreira "e gente insuspeita desta Capital", "sem que eu lhes desse crédito"[304].

Em ofício de 2 de dezembro, Itiberê da Cunha afirmou que o final da guerra civil estava próximo e que os revolucionários seriam vitoriosos. Elogiou a política de Rio Branco e fez previsões que não se confirmariam:

> Assim é que a sábia abstenção e neutralidade do Brasil foi um alvitre de alta política previsora, podendo desde já garantir a V. Exa. que os manejos traiçoeiros de nossa rival do Prata [a Argentina] não surtirão o efeito por ela esperado, enquanto que a nossa influência e prestígio subsistirão, e ainda com maior incremento quando possamos dizer que temos nossa marinha de guerra e mercantil[305].

[301] ITIBERÊ DA CUNHA para RIO BRANCO, tel. s/n, 2.12.1904. Cópia in: idem.
[302] Id., of. res. 17, 2a. sec., Assunção, 2.12.1904. Ibid. RIO BRANCO para ITIBERÊ DA CUNHA, of. res. 3, 19.12.1904. Ibid., MDBAD, 202-1-1.
[303] ITIBERÊ DA CUNHA para RIO BRANCO, of. res. 17, 2a. sec., Assunção, 2.12.1904. Ibid., MDBAOE, 201-2-8. GUESALAGA para LARRETA, nota 187, Conf., Assunção, 2.12.1904. AMRECIC, Legaciones Argentinas - Paraguay, Cx. 852.
[304] ITIBERÊ DA CUNHA para RIO BRANCO, of. res. 17, 2a. sec., Assunção, 2.12.1904. AHI, MDBAOE, 201-2-8. Duas dessas cartas eram destinadas ao presidente Escurra, uma do ex- ministro da Fazenda Antonio Sosa e, outra, do "agente de propaganda" em Corrientes, Facundo González. Ambos defendiam que se promovesse a discórdia entre Argentina e Brasil, como forma de levar este último a uma posição de apoio ativo ao governo legal paraguaio.
[305] Idem, ibidem.

Em 12 de dezembro de 1904 foi assinado o acordo de paz, posteriormente conhecido como *Pacto de Pilcomayo*. Para tanto, Benigno Ferreira precisou vencer resistências entre os revolucionários, que desejavam a imposição pura e simples de seus termos ao moribundo governo Escurra. A assinatura deu-se a bordo do monitor argentino *El Plata*, escoltado pela flotilha dessa nacionalidade e, também, pela brasileira[306].

Pelo acordo de paz, as pastas da Justiça e do Interior continuariam a ser ocupadas por seus titulares do governo Escurra, os colorados Caetano Carreras e Emilio Perez, "pessoas distintas e inteligentes". O Ministério do Interior, porém, perdia "toda significação política", posto que não mais controlaria a força policial, cujo comando caberia a um revolucionário, Juan B. Gaona, "que goza de bastante conceito no commércio" (era presidente do *Banco Mercantil* e membro da administração de *La Industrial Paraguaya)* e que seria eleito presidente Provisório. O Ministério de Relações Exteriores caberia a Cecilio Báez, "publicista de valor e um dos vultos mais proeminentes do Partido Liberal"[307].

Meses depois, em abril de 1905, Itiberê da Cunha reivindicou para si o mérito do preenchimento das duas vagas ministeriais por representantes colorados. Adolfo Soler, um dos líderes revolucionários, teria afirmado que a concessão daqueles dois ministérios fora feita "exclusivamente em atenção ao ministro do Brasil". Tal afirmação teria sido feita antes do acordo de paz[308]. Soler mantinha correspondência "cordialíssima" com Itiberê da Cunha, na qual garantia que os propósitos dos revolucionários com relação ao Brasil eram amistosos[309].

Pela leitura da *Acta de Paz*, assinada entre o governo e os revolucionários, tinha-se a impressão, segundo Itiberê da Cunha, de tratar-se de acordo equitativo de conciliação. Contudo, informou o diplomata, existia uma ata adicional, secreta, que anulava algumas cláusulas do acordo de paz e reinterpretava outras em favor da revolução. A *Acta Adicional* dispunha a dissolução do Exército e sua reorganização com oficiais que tivessem cursado escola militar (o que não era o caso daqueles de filiação colorada); o Partido Colorado não concorreria nas eleições legislativas seguintes e, organizado o novo

[306] Id., of. res. 18, 2a. Sec., Assunção, 16.12.1904. Ibid.
[307] Id., ibid.
[308] Id., of. res. 10, 2a. Sec., Assunção, 6.4.1905. Ibid.
[309] Id., of. res. 9, 2a. Sec., Assunção, 27.3.1905. Ibid.

Ministério, revolucionários e colorados entregariam todo o armamento de que dispunham, "sob rigoroso controle de inventário"[310].

Já assinado o Pacto de Pilcomayo, Benigno Ferreira reiterou em encontro com Itiberê da Cunha que o novo governo paraguaio não se deixaria dominar pela influência argentina, como se pretendia fazer crer. Afirmou, ainda, com óbvia falta de sinceridade, não apontada por Itiberê da Cunha, que o novo governo "jamais esquecerá que o Brasil foi sempre o seu melhor amigo", e elogiou a "nobre atitude observada pelo governo Brasileiro na atual contenda"[311]. O presidente Gaona, por sua vez, confidenciou a Itiberê da Cunha que, até o último momento, acreditara no apoio do Brasil ao governo Escurra, pois não faltaram pessoas a assegurar terem visto navios mercantes e de guerra brasileiros desembarcando armamentos para as forças legalistas[312].

Ao comentar a *Acta de Paz*, Rio Branco foi profético. Escreveu que não houvera uma pacificação, mas, sim, a rendição do governo legal e que:

> O resultado há de ser, em futuro mais ou menos próximo, outra revolução. A guerra civil há de ser uma indústria explorada no Paraguai e [em] outros países do nosso continente, enquanto houver revoluções vencedoras e arranjo vantajoso para os revolucionários[313].

3 - O Brasil e os liberais cívicos

A Revolução de 1904 foi, na história do Paraguai independente, o único movimento armado realmente popular, mas não produziu grandes mudanças na vida do país, exceto uma certa modernização[314]. Assim, a base econômica paraguaia foi ampliada com o surgimento de novas fontes de produção urbanas. Os trabalhadores urbanos substituíram as antigas lideranças, ligadas à atividade artesanal. No plano político, o poder foi ocupado pela facção cívica do Partido Liberal, que colocou o governo a serviço dos "círculos latifundiários, financeiros e militares anglo-argentinos"[315].

---

[310] Acta Adicional (Secreta). In: Id., Of. Res 19, 2a. Sec., Assunção, 24.12.1904. Ibidem. Como o Paraguai não contasse com escolas militares, o governo do general Egusquiza enviou jovens paraguaios para cursá-las na Argentina e no Chile. A maioria dos oficiais paraguaios formados nas escolas militares desses dois países aderiu à Revolução de 1904.

[311] Id., of. res. 18, 2a. sec., Assunção, 16.12.1912. Ibid.

[312] Id., of. res. 19. 2a. Sec., Assunção, 24.12.1904. Ibid.

[313] RIO BRANCO para ITIBERÊ DA CUNHA, of. res. 1, Rio de Janeiro, 14.1.1905. Ibid., MDBAD, 202-1-1.

[314] CABALLERO AQUINO, p. 240.

[315] GAONA, Francisco. *Historia gremial y social del Paraguay*. Assunção: Editorial Arandú, 1967, T. I. p. 134.

Durante os governos liberais também ocorreram sublevações e guerras civis. Nestas, porém, à diferença do período anterior, os militares participaram sob a liderança civil. A paulatina profissionalização, a partir de 1904, impediu que o Exército continuasse como árbitro das lutas políticas[316].

A ascensão dos liberais ao poder provocou, sim, mudança no plano externo, ao reduzir drasticamente a influência brasileira no Paraguai, impondo-se a da Argentina. Os cívicos eram historicamente ligados a Buenos Aires. A dimensão política harmonizava-se, assim, com a econômica, pois o comércio exterior paraguaio, bem como os limitados investimentos no país, eram fortemente dependentes da Argentina, em contraste com os diminutos laços comerciais e financeiros com o Brasil.

a) Os novos tempos

Juan B. Gaona tornou-se presidente Provisório do Paraguai, mas, devido a um entendimento confidencial entre os líderes revolucionários cívicos e radicais, viu-se privado do poder real. Coube ao general Benigno Ferreira, graças ao apoio militar, tornar-se o homem forte do novo regime. Logo, contudo, surgiram divergências entre cívicos e radicais, com estes buscando varrer todo vestígio do *caballerismo*, enquanto os primeiros mantinham-se favoráveis a um processo político gradualista[317].

Iniciada a época liberal da vida política paraguaia, a Legação brasileira enviava ofícios ao Rio de Janeiro ressaltando quão bem o Brasil e o seu representante, Itiberê da Cunha, estavam sendo tratados pelas novas autoridades. Gaona reiteradamente manifestava desagrado face às intrigas antibrasileiras e protestava amizade com o Brasil, no que era acompanhado por todos seus ministros, inclusive o da Guerra, general Benigno Ferreira, "que é o verdadeiro líder da situação". Os membros do novo governo buscavam "empenhadamente fazer desaparecer todo vestígio de ressentimento pelas intrigas de nossos inimigos [os argentinos]". A Argentina resolvera deixar seu couraçado *El Plata* fundeado permanentemente na baía de Assunção para evitar, na análise de Itiberê da Cunha, "que mingou ainda mais o seu efêmero triunfo"[318].

De fato, o representante argentino, Alejandro Guesalaga, queixou-se, em janeiro de 1905, da falta de cordialidade dos paraguaios.

[316] CABALLERO AQUINO, pp. 214-215.
[317] Idem, ibidem.
[318] CUNHA para RIO BRANCO, of. res. 21, 2a. sec., Assunção, 20.1.1905. AHI, MDBAOE, 201-2-8.

Lembrou que, durante a revolução, sua Legação asilara 432 pessoas, mas que em 31 de dezembro, na passagem de ano, não recebeu a saudação de qualquer um deles, nem mesmo um cartão. Enquanto isso destacou esse diplomata, aqueles que se tinham asilado na Legação brasileira, foram, em 1º de janeiro, cumprimentar Itiberê da Cunha, que também recebeu a visita de alguns membros do novo governo. Temia Guesalaga que Benigno Ferreira, tido como "argentinista", implementasse, ao ascender ao poder com o término do governo Provisório, uma política distinta, de distanciamento de Buenos Aires[319].

Rio Branco, porém, não acreditava que o Brasil viesse a ser privilegiado pela nova situação paraguaia. O barão não se influenciou pela análise otimista de Itiberê da Cunha. Mostrou-se cético quanto aos políticos paraguaios em geral e aos novos donos do poder em particular. Era normal, escreveu o barão, que os líderes paraguaios, antibrasileiros quando estavam exilados em Buenos Aires, ao voltarem a Assunção, protestassem amizade ao Brasil. E, concluiu, em texto que encerra a síntese de seu pensamento sobre o Paraguai, merecendo ser aqui integralmente reproduzido:

> O governo brasileiro, porém, conhece suficientemente a versatilidade dos homens políticos desse país, que ora exploram a má vontade dos argentinos contra nós, ora procuram instar-nos contra a República Argentina. Superiores a tais intrigas e indiferentes aos ataques dos nossos difamadores de ocasião, devemos concorrer sempre para prestigiar aí a autoridade legal, e, pelos nossos conselhos, acalmar o quanto seja possível as paixões partidaristas. Já lhe disse que não temos e não ter preferência por partido algum. O Brasil é e quer ser amigo do Paraguai, quaisquer que sejam os homens que o governem. Não há conflito de interesses entre os dois países. Não temos a pretensão de exercer influência política em nenhum dos Estados limítrofes. O que desejamos mui sincera e convencidamente é que todos eles vivam em paz, prosperem e enriqueçam. Um vizinho turbulento é sempre um vizinho incômodo e perigoso[320].

A imprensa do Rio de Janeiro fora indiferente à revolução liberal, evitando comentários de avaliação dos fatos e reproduzindo apenas telegramas de agências informativas. Apenas *O Paiz* destacou e elogiou a atitude do Brasil frente à guerra civil paraguaia, na qual, ao contrário

[319] GUESALAGA para LARRETA, nota 4, conf., Assunção, 11.1.1905. AMRECIC, Legaciones Argentinas - Paraguay, Cx. 852.
[320] RIO BRANCO para CUNHA, of. res. 3, 2a. Sec., Rio de Janeiro, 1.2.1905. AHI, MDBAD, 202-1-1.

da postura que adotara na luta intestina no Uruguai, mantivera a neutralidade. O Rio de Janeiro, afirmou esse jornal, só podia manter relações com o governo legal, pois não reconhecia os revolucionários como parte beligerante. Aliás, cabe realçar que, enquanto a revolução paraguaia merecia reprodução de curtos telegramas pelos jornais do Rio de Janeiro, eles davam destaque à rebelião *blanca* uruguaia, inclusive dedicando-lhe editoriais[321].

O presidente Provisório paraguaio, porém, mereceu maior atenção do *Jornal do Commercio*. Esse periódico era próximo da Chancelaria e reproduzia artigos de Rio Branco, assinados com pseudônimo. Assim, em sua edição de 13 de dezembro de 1904 o jornal afirmava que o novo presidente, "Dr. Guara" [*sic*], teria afirmado que a Argentina "é uma nação leal [...] coisa que não se pode dizer de outros países". No dia seguinte, no mesmo *Jornal do Commércio*, dizia-se que a imprensa de Buenos Aires louvava a escolha de "Gauna" [*sic*] e dizia que "o referido senhor é um amigo sincero da Argentina"[322].

A Presidência de Gaona iniciou-se em 19 de dezembro de 1904 e cinco dias depois foram convocadas eleições para preencher as vagas de seis senadores e 14 deputados. Apresentaram-se somente candidatos liberais, em uma lista confeccionada "laboriosamente", composta de igual número de cívicos e radicais[323].

Já em fins de janeiro a Legação brasileira informou que liberais radicais haviam desencadeado violenta campanha de críticas ao governo na imprensa. Dias depois, em janeiro, Itiberê da Cunha comunicou que as intrigas argentinas e de "seus protegidos", os radicais, pressionavam o governo para desrespeitar o Pacto de Paz e afastar todos os funcionários públicos nomeados por administrações anteriores, ato a que se opunham Gaona e Ferreira. O ministro argentino espalhava o boato de que os colorados preparavam uma contrarrevolução apoiada pelo Brasil. Como resposta, Rio Branco instruiu Itiberê da Cunha a simular não perceber a intriga de Guesalaga, tratando-o muito bem e evitando rivalidades[324].

---

[321] Editorial "A atitude do Brasil". *O Paíz*, Rio de Janeiro, 28.11.1904, p. 1. BN, Micr. PR-SPR-6-51. Informes sobre a revolução de 1904 podem ser vistos, por exemplo, no *Correio da Manhã*, crítico de Rio Branco, edições de 1.10 a 31.12.1904 (idem, Micr. PR-SPR-130[13]); *O Paíz*, edições de agosto a dezembro de 1904 (ibidem, Micr. PR-SPR-6 [50 e 51]) e *Jornal do Commércio*, edições de setembro a dezembro de 1904 (ibid., Micr., PR-SPR-1[255 e 256]).

[322] BUENO, O Cotidiano..., p.16. Seção "Telegramas", "Argentina - Buenos Aires, 12" e "Argentina - Buenos Aires, 13". Jornal do Commércio, Rio de Janeiro, 13 e 14.12.1904, p. 1. BN, PR-SPR-1(256).

[323] URIZAR, t. I, p. 186.

[324] CUNHA para RIO BRANCO, of. res. 4, 2a. sec., Assunção, 8.2.1905. AHI, MDBAOE, 201-2-8. RIO BRANCO para CUNHA, tel. cifr. n. 23, s/d [fevereiro 1905]. Cópia anexa ao Of. Res 5, 2a. Sec, Assunção, 14.2.1905. Idem, ibídem.

O Paraguai, informou Itiberê da Cunha, ainda não estava pacificado no interior. Nessa parte do país reinava intranquilidade, pois as "comissões pacificadoras", enviadas pelo governo Gaona para consolidar a nova situação eram compostas, em sua maior parte, de jovens intempestivos, "que estão cometendo toda a sorte de crimes e tropelias"[325].

Em 11 de fevereiro Gaona proclamou o estado de sítio até 31 de março. A justificativa era a de garantir a segurança no interior do país e recuperar armas levadas por soldados licenciados do Exército dissolvido. Os motivos reais para a medida, contudo, eram a intranquilidade causada pela cizânia entre cívicos e radicais; as eleições legislativas que se aproximavam, disputadas entre candidatos oficialistas e independentes do Partido Liberal e o propósito de obrigar a maioria dos membros do Poder Judiciário a renunciar a seus cargos, sob pena de serem deportados. E, de fato, na própria noite de 11 de fevereiro juízes foram presos e ameaçados de serem enviados à longínqua posição militar de Forte Olimpo, caso não renunciassem. Já no dia 12 alguns deles tinham renunciado e outros haviam sido deportados[326].

Após três meses de revolução, o Paraguai se debatia com as mesmas dificuldades. Itiberê da Cunha passou a analisar de forma positiva o governo Gaona, por restabelecer a tranquilidade pública e reorganizar o Exército sem discriminação, chamando a todos os oficiais formados em escolas militares, inclusive os que defenderam o governo Escurra. Itiberê da Cunha elogiou, inclusive, o novo ministro das Relações Exteriores, o liberal radical Cecilio Báez, que, vindo de Washington, onde chefiara a Legação paraguaia, estava em Buenos Aires a caminho de Assunção. Visando preparar Báez para uma atitude conciliadora na política paraguaia, Gaona enviou a seu encontro, na capital argentina, o *alter ego* do general Ferreira, o Dr. Adolfo Soler. Este, durante a revolução, garantira os propósitos amistosos dos chefes revolucionários com relação ao Brasil, "o que até agora tem sido confirmado plenamente"[327].

Cecílio Báez, três dias após chegar a Assunção, procurou Itiberê da Cunha e expôs o objetivo conciliatório dos situacionistas no que se refere aos colorados. O novo chanceler, na ocasião, disse que a imprensa argentina distorcera suas declarações sobre política internacional, concedidas quando passara por Buenos Aires, mostrando-o como alguém que privilegiava a Argentina, quando apenas dissera pretender dar atenção preferencial às negociações de um tratado comercial com esse país.

[325] CUNHA para RIO BRANCO, of. res. 4. Id., ibid.
[326] Id., of. res. 5, 2a. Sec., Assunção, 14.2.1905. Ibid.
[327] Id., of. res. 9, Assunção, 2a. Sec., 27.3.1905. Ibid.

Báez lembrou que a Argentina sempre hostilizara o Paraguai, enquanto o Brasil dedicara-lhe amizade. O representante brasileiro aceitou como verdadeiras essas declarações e, mais, ressaltou que em prova adicional de apreço pelo Brasil, o novo governo guarani resolvera manter o impopular Pedro Peña à frente de sua Legação no Rio de Janeiro. Ressalte-se que Rio Branco tinha manifesta simpatia por Peña e em diversas ocasiões Itiberê da Cunha demonstrou ao presidente Gaona interesse pela sorte desse representante paraguaio[328].

Em meados de abril teve fim a missão de Alejandro Gueselaga como representante argentino em Assunção. Também Brazilio Itiberê da Cunha foi substituído, após sete anos ininterruptos à frente da Legação brasileira no Paraguai.

O desempenho de Itiberê da Cunha durante a guerra civil foi criticado no Rio de Janeiro, por sua suposta simpatia por representantes revolucionários, quando, em realidade, apenas constatara a exaustão do domínio colorado na política paraguaia. Talvez a imagem de simpatia decorresse de esse diplomata preferir a substituição, na Presidência, de Escurra pelo general Escobar. De todo modo, desde então, Itiberê da Cunha colocou-se em posição defensiva, justificando permanentemente seus atos perante Rio Branco. A julgar pela divergência das análises da situação paraguaia e de seu sucessor na Legação, conclui-se que Itiberê da Cunha perdera a malícia e a objetividade, cometendo erros de avaliação dos homens e da política local, devido a sua longa permanência em Assunção, um posto isolado. Outra possibilidade é a de que esses erros resultaram dos interesses financeiros que esse diplomata possuía no Paraguai.

Em 17 de abril de 1905, Augusto Cochrane de Alencar assumiu a chefia da Legação brasileira, na condição de Encarregado de Negócios. Itiberê da Cunha mereceu do governo paraguaio uma espécie de desagravo em sua partida. Gaona homenageou-o com um banquete, em reconhecimento pela imparcialidade e correção do diplomata que partia. Registrou Cochrane de Alencar que não era costume no Paraguai o governo oferecer banquetes a chefes de Missão que se retiravam[329].

O governo Gaona, por sua vez, decidiu retirar Pedro Peña do Rio de Janeiro, enviando-o para La Paz. O novo ministro era Manuel Gondra, liberal radical que participara ativamente da revolução. O chanceler Cecílio Báez revelou a Cochrane de Alencar que Gondra fora escolhido por ser competente e com o objetivo de negociar e pôr fim às divergências

[328] Id., of. res. 10, Assunção, 6.4.1905. Ibid.
[329] Id., of. 7, 4a. sec., Assunção, 17.4.1905. Ibid. ALENCAR para RIO BRANCO, of. 11, 2a. sec., Assunção, 11.5.1905. Id.

sobre a posse de territórios no Chaco entre Paraguai e Bolívia. Essas negociações, caso fracassassem em Assunção, seriam realizadas na capital carioca, "e com o auxílio dos bons ofícios de seu governo [brasileiro]". Anteriormente, quando se apresentara a Báez em abril, Cochrane de Alencar levara mensagem de Rio Branco que continha votos de sucesso nas tentativas para um acordo pacífico sobre o Chaco, desejo este que já fora manifestado ao governo Escurra. À margem do ofício recebido de Cochrane de Alencar, Rio Branco escreveu que o governo brasileiro teria "muita satisfação" em "concorrer" para tal solução, caso solicitado pelas duas partes[330].

Em sua primeira análise da situação paraguaia, Cochrane de Alencar informou que o general Caballero teria manifestado sua disposição em colocar toda sua fortuna e experiência para levantar a população contra a situação dominante. Caballero, ressaltou o informe, era o único líder colorado popular, enquanto o general Escobar fora abandonado por seus aliados políticos, que o responsabilizavam pela vitória do movimento revolucionário liberal, já que não o combatera de início, quando era ministro da Guerra. Quanto ao governo Gaona, elogiou Cochrane de Alencar o desempenho do ministro da Fazenda, Emiliano González Navero, que conseguira aumentar as rendas públicas. Já sobre o titular da Pasta da Guerra, Benigno Ferreira, ressaltou sua educação "esmerada", sua simpatia, "energia e força de vontade pouco comuns", e classificou-o de ambicioso e de nunca manifestar claramente seu pensamento ou sua intenção[331].

Benigno Ferreira estava remodelando o Exército paraguaio e nele adotou os regulamentos de seu congênere argentino. Para contribuir com a remodelação, Buenos Aires forneceu oficiais de nacionalidade paraguaia mas que, enviados para estudar nas escolas militares portenhas, alistaram-se no Exército argentino após sua formatura. Gaona criou o Estado-Maior do Exército e da Marinha, nomeando Manuel Duarte para chefiá-lo. O Corpo de Bombeiros foi reestruturado e ampliado, o mesmo ocorrendo com a polícia, a qual era "cópia fiel" da sua congênere argentina, estando bem organizada e disciplinada[332].

Em contraste com os informes de Itiberê da Cunha, informou Cochrane de Alencar que, independentemente de qual fosse o próximo presidente, a influência argentina "se fará sentir em tudo, como actualmente". Cecílio Báez, apesar de negar ter preferência pela Argentina,

[330] Idem, of. res. 12, 2a. sec, e ses. 2, 1a. Sec., Assunção, 26.4 e 15.6.1905. Ibid.
[331] Id., of. res. 11, 2a. Sec., Assunção, 12.7.1905. Ibid., 201-2-9.
[332] Id.

a não ser exclusivamente comercial, não perdia a oportunidade de manifestar publicamente "os sentimentos argentinistas do governo e de seus homens". No plano interno, não era sólida a união entre cívicos e radicais e estes poderiam, mesmo, recorrer a uma rebelião armada para fazer o sucessor de Gaona na Presidência[333].

Cochrane de Alencar logo se viu frente a uma manifestação antibrasileira, a primeira após a revolução de 1904. Na tarde de 9 de setembro o porto de Assunção estava ocupado por populares para assistir à regata que ali se realizaria e que teria como juiz o Comandante Paiva, do navio brasileiro *Fernandes Vieira*. Paiva e os subordinados que o acompanhavam no escaler, foram vaiados aos gritos de "macacos"[334].

O governo de Gaona procurou dar satisfações do incidente à Legação brasileira, embora esta não apresentasse qualquer queixa do ocorrido. Assim dois homens, apontados pelos marinheiros brasileiros como instigadores daquelas vaias, foram presos e encaminhados à Colonia Correcional de Trinidad. Na prisão, os dois acusados "sofreram castigo corporal" e foram mantidos em regime de trabalho forçado. Em outro ato de boa vontade com relação ao Brasil, Elias C. Garcia, chefe de Polícia de Assunção, enviou Francisco Recalde para comunicar a Cochrane de Alencar que se estava preparando, no Mato Grosso, uma revolução contra o governo brasileiro, havendo depósitos de armas dos conspiradores em Cerro Jacú. Recalde estivera, como "agente de confiança" do governo paraguaio, no norte do país e em Mato Grosso para informar sobre eventual tentativa dos colorados paraguaios de organizarem uma rebelião para tomar o poder[335].

A rebelião que depôs Gaona ocorreu em dezembro de 1905, mas como resultado das divergências entre o presidente e seus companheiros de revolução. Gaona discordou de lei aprovada pelo Congresso paraguaio – e com a qual seu Ministério estava de acordo – para concessão de concessão de empréstimo de 400.000 pesos para a fundação do *Club Social*, que se propunha a construir um hotel, numa cidade carente de alojamentos dignos. O general Ferreira, ministro da Guerra, de partida para Concepción para assistir a uma festa local, solicitou ao presidente que nada decidisse em sua ausência. Gaona, contudo, não esperou seu retorno e vetou o empréstimo, além de destituir os ministros da Fazenda – liberal radical –

[333] Id. Destaque no original.

[334] O comandante Paiva recebeu, posteriormente, as visitas e os pedidos de desculpas, entre outras autoridades, de Manuel Duarte e de Benigno Ferreira, sendo que este, em encontro com Cochrane de Alencar, mostrou-se indignado pelo ocorrido. Cerca de um mês após esse incidente, o Fernandes Vieira retirou-se para a base de Ladário, no Mato Grosso, ficando o Brasil sem navio de guerra em Assunção. ALENCAR para RIO BRANCO, of. res. 16 e 32, 2a. sec., Assunção, 9.9 e 26.10.1905. AHI, MDBAOE, 201-2-9.

[335] Idem, Of. 33 e Res. 17, 2a. Sec., Assunção, 27.10 e 26.10.1905. Ibidem.

e os do Interior e da Justiça, ambos colorados. Tratava-se, portanto, de uma mudança ministerial que ia de encontro ao Pacto de Pilcomayo, garantidor de dois Ministérios ao Partido Colorado, e, ainda, do equilíbrio entre cívicos e radicais. Benigno Ferreira, o homem forte do Paraguai, retornando à capital, articulou a deposição de Gaona, referendada pelo Congresso, que elegeu Cecílio Báez como novo presidente Provisório[336].

A recusa de Gaona em conceder o empréstimo ao *Club Social* era apenas o motivo aparente da crise. Na realidade, escreveu Cochrane de Alencar, havia há tempos divergências entre o presidente e seus ministros. Estes tinham se recusado a acompanhar a decisão presidencial de aceitar um vultoso empréstimo, proposto pelo Banco Mercantil, do qual Gaona era o presidente até sua posse como chefe de Estado. Substituiu-o, na direção do banco, L. Plate que fez essa proposta de empréstimo "tão desvantajoso para o Paraguai como vantajoso para ele e seus acionistas". Contudo, a decisão do Congresso em declarar findo o mandato do presidente Provisório era inconstitucional e Gaona contava com apoio de parte da opinião pública[337].

Outra questão financeira contribuiu para a queda de Gaona. Desde 1889 a única ferrovia paraguaia estava em mãos da *Paraguay Central Railway Company (PCRC)*. Nesse mesmo ano, a *PCRC* assinou contrato com as autoridades guaranis para estender a ferrovia até o sul do país, com o Estado paraguaio retendo uma importante participação acionária na empresa, da qual eram acionistas, também, norte-americanos, argentinos e paraguaios. A construção para o sul, a partir de Villarrica estancou em 1891 nas cercanias do rio Pirapó e teve início litígio entre o governo paraguaio e os acionistas britânicos daquela empresa, fracassando diversas tentativas de acordo. Uma delas, embora defendida por Benigno Ferreira e Cecilio Báez, enfrentava a oposição do presidente Gaona. Segundo o Cônsul britânico em Assunção, Benigno Ferreira era um acionista importante da *PCRC*, o que explicaria ter ele assinado em 1907, já presidente da República, acordo com essa empresa que suscitou fortes críticas. Por esse acordo, o Estado paraguaio cedeu suas ações à *PCRC* a qual, por sua vez, abriu mão do cumprimento de certas obrigações pelo governo, comprometendo-se a construir extensão ferroviária até a cidade de Encarnación, onde se conectaria com o sistema ferroviário argentino[338].

---

336 CABALLERO AQUINO, p. 215; FREIRE ESTEVES, p. 102; URIZAR, pp. 189-191.

337 ALENCAR para RIO BRANCO, of. 37, 2a. sec., Assunção, 14.12.1905. AHI, MDBAOE, 201-2-9.

338 HERKEN KRAUER, Juan Carlos. *Ferrocarriles, conspiraciones y negocios en el Paraguay; 1910-1914*. Asunción: Arte Nuevo Editora, 1984, pp. 19; 21; 49.

A sucessão presidencial, analisou Cochrane de Alencar, apesar da eleição do radical Cecilio Báez, não ocultava a dissidência profunda existente entre liberais radicais e cívicos. Adolfo Soler foi nomeado ministro das Relações Exteriores e tinha sido, até então, além de redator do jornal *El Cívico,* dedicado amigo e auxiliar de Benigno Ferreira. Para Cochrane de Alencar, se o Brasil tivesse a pretensão de ingerência nos assuntos internos paraguaios, encontraria poderoso adversário em Soler, partidário da Argentina. Afirmou o diplomata, no entanto, que os interesses brasileiros eram outros, estando convencido da possibilidade de obter de Soler as maiores vantagens, "justamente pelo empenho que sempre tem em convencer a esta Legação de não ser o argentinista que o consideram"[339].

Soler, de fato, buscou dissociar-se de sua imagem de argentinista. Assim, afirmou a Cochrane de Alencar, contra a realidade dos fatos, que a revolução não contara com qualquer favor do governo argentino, com as armas e munições por este fornecidas sendo pagas "até o último grão de pólvora". Como se fosse normal um governo vender armas a rebeldes que se propunham depor as autoridades constituídas de país as quais, inclusive, a Argentina reconhecia diplomaticamente. Soler informou que instruíra seu representante diplomático em Buenos Aires a praticar "política puramente paraguaia" em relação à Argentina, na defesa dos interesses comerciais guaranis e com igual cordialidade que se tinha com o Brasil[340].

Soler e Ferreira esperavam receber apoio de Buenos Aires em retribuição às condições que criaram em seu país para a ascensão da influência argentina. Ambos sentiam-se ameaçados pelos "verdadeiros" colorados – pois não o eram os seguidores de Egusquiza e Aceval que apoiaram a revolução de 1904 – e, ainda, pela Bolívia na questão de limites. Por esse motivo, Assunção tentara arrancar uma aliança de Buenos Aires, pretextando que a Bolívia estaria aliada ao Brasil. A esperança, contudo, dessa aliança dissipou-se pela falta de ressonância junto ao governo argentino[341].

Em 22 de abril de 1906, em Convenção do Partido Liberal, foi indicada a candidatura de Benigno Ferreira para presidente e de Emiliano Gonzalez Navero para Vice. Dos radicais, apenas os membros menos influentes estiveram presentes. Na ocasião, Guillermo de los Ríos,

[339] ALENCAR para RIO BRANCO, of. 3, 2a. sec., Assunção, 9.2.1906. AHI, MDBAOE, 201-2-9. Destaque no original.
[340] Idem, of. res. 1, 2a. Sec., Assunção, 6.4.1905. Ibidem.
[341] Id., of. res. 1, 2a. sec, Assunção, 6.4.1905. Ibid.

Emilio Aceval e Francisco Campos, que sempre tinham sido colorados, foram considerados membros do Partido Liberal, em reconhecimento pelos serviços que prestaram à revolução de 1904[342].

A situação política paraguaia era cada vez mais complexa. Já não se digladiavam colorados e liberais, mas, sim, grupos formados em favor ou contra Benigno Ferreira. Cecílio Báez, que fora um expoente radical antes de exercer a Presidência, compôs-se com os cívicos, que foram hegemônicos em seu governo[343]. Benigno Ferreira, porém, ao depor Gaona e excluir os radicais do governo, comprometeu o prestígio de que gozava quando da revolução de 1904. Já os colorados, em convenção em 27 de maio de 1906, na presença de 3.000 filiados, mostraram-se divididos em dois grupos: os intransigentes, favoráveis a uma dura ação oposicionista do Partido, e os adeptos do governo, chefiados pelo ministro Pérez. Os aliados de Benigno Ferreira conseguiram aprovar um novo Estatuto para o Partido Colorado, favorável aos planos desse homem forte do governo, e, por isso mesmo, impugnado pelos intransigentes. Elegeu-se, por aclamação, uma Comissão Diretiva colorada composta por 21 pessoas, entre elas o ministro Pérez e na qual o general Caballero, velho e quase cego, viu-se com apenas quatro aliados. Em 31 de maio, quando da eleição do presidente do Partido Colorado, Caballero e seus quatro seguidores retiraram-se da Comissão Diretiva e Pérez foi eleito para a Presidência colorada[344].

A debilidade do Partido Colorado não impediu, porém, que os liberais no poder sofressem feroz oposição, só que de outros liberais. Consolidaram-se, com o passar dos anos, nessa luta intestina, duas facções: a cívica, liderada por Benigno Ferreira, e a radical, dos seguidores de Manuel Gondra e Eduardo Schaerer. Suas diferenças, agitadas por órgãos de imprensa, resultaram em rebeliões e guerras civis. Os radicais também se dividiram e, entre 1921 e 1936, a facção *gondrista* controlou o governo, enquanto deste participaram, de tempos em tempos, os *schaeristas*[345]. Nas palavras de Cibils existiram, entre 1904 e 1936, dois partidos liberais, "um no governo e outro – ou outros – na planície [fora dele]", sendo que essas posições, no geral, não eram determinadas pelas urnas, mas pelas armas, ou por acordos entre os caudilhos de cada facção, sem consulta

[342] Id. of. 11, 2a. Sec., Assunção, 30.4.1906. Ibid.
[343] PEÑA VILLAMIL, Manuel. Eusebio Ayala y su tiempo. Asunción: Trujillo, 1993, p. 51.
[344] ALENCAR para RIO BRANCO, of. 19, 2a. sec., Assunção, 4.6.1906. AHI, MDBAOE, 201-2-9.
[345] WARREN, Harris Gaylord. Political aspects of the Paraguayan Revolution, 1936-1940 in: Hispanic *American Historical Review*, Feb. 1950, p. 4.

aos militantes. Herken Krauer ressalva, porém, que a profusão de grupos políticos paraguaios e as coalizões e conflitos entre eles não respondiam simplesmente a diferenças ideológicas, que eram pequenas, ou desavenças pessoais, mas, sim, a interesses concretos, materiais[346].

Diego Abente faz perspicaz análise da dinâmica do processo político paraguaio, afirmando que os tormentosos períodos de 1908 a 1912 e de 1920 a 1923 demonstram a existência de um complexo modelo de coalizão. Este seguira antes a lógica da tática funcional e oportunista do cálculo dos ganhos circunstanciais, do que a estratégia de classe de longo prazo. Raramente estiveram os políticos paraguaios permanentemente identificados com um grupo econômico, ligando-se a grupos ou elementos necessários para reter ou ganhar o poder. Grupos econômicos, especialmente companhias estrangeiras, não mantinham alianças permanentes e os oponentes de um dia poderiam, facilmente, tornarem-se aliados no outro dia e vice-versa. As alianças políticas e econômicas permaneciam complexas e fluidas. Constitui, assim, um erro tanto ignorar fatores socioeconômicos, analisando o processo político paraguaio como resultado de uma pura confrontação de ideias, quanto apontar em cada conflito político um mero epifenômeno reflexivo de interesses econômicos permanentes[347].

A estratégia das forças políticas paraguaias baseava-se na convicção de que Brasil e Argentina buscariam moldar o processo político guarani. Essa percepção afetava os cálculos de poder das elites locais, levando-as a sentirem-se menos inclinadas a acomodações pacíficas de suas diferenças[348].

Nessa realidade complexa e fluida, a Legação brasileira continuou recebendo atenções do governo Báez. Em julho de 1906 foram nomeados como delegados paraguaios na Conferência Pan-Americana no Rio de Janeiro Manuel Gondra e Arsenio López Decoud, os quais "seguirão política adoptada por nossos delegados se o governo brasileiro entender dever aproveitar disposições [do] atual governo paraguaio nosso respeito". Já o chanceler paraguaio Adolfo Soler e Benigno Ferreira demonstraram querer visitar o Brasil. Ferreira, ademais, solicitou a Cochrane de Alencar comunicar a Rio Branco que, chegando à Presidência, "nunca procederei sem [estar] de acordo o mais completo com o Brasil e sua política externa"[349].

---

[346] CIBILS, Manuel J. *Anarquia y revolución en el Paraguay, vórtice y asintota*. Buenos Aires: Editorial Américabe, 1957, p. 29. HERKEN KRAUER, p. 49.
[347] ABENTE, Diego. The Liberal Republic and the failure of democracy in: The *Americas*. Washington: Fall 1989, p. 532.
[348] Idem, ibidem, pp. 529, 538.
[349] ALENCAR para RIO BRANCO, Tel. Cifr. 33, Assunção, 3.7.1906. AHI, MDBATE, 202-1-8.

Ferreira foi informado de que Rio Branco teria prazer em recebê-lo. Por motivos de política interior paraguaia, contudo, Ferreira e Soler lamentaram não poder viajar. Cochrane de Alencar confirmou essa impossibilidade, pois a questão de limites com a Bolívia demandava atenção, além de o governo estar apresentando novos projetos ao Congresso. Ademais, segundo esse diplomata:

> No Paraguai, mesmo quem já tem o poder nas mãos e muito mais quem ainda o aguarda, deve zelar por ele pessoalmente e sem cessar. Os homens públicos aqui não têm confiança em seus melhores amigos temem que lhes façam o que eles já fizeram ou tentaram fazer em idênticas condições[350].

Em setembro de 1906, o governo paraguaio tentou negociar com o ministro boliviano em Assunção os limites entre os dois países. Caso essa iniciativa fracassasse, Soler mostrava-se disposto a ir ao Rio de Janeiro, se o Brasil se dispusesse a ser mediador em novas negociações. Ao mesmo tempo, Soler solicitou o auxílio da Chancelaria brasileira para conhecer as verdadeiras intenções do governo boliviano que, especulava, seria menos exigente do que seu representante em Assunção[351].

A postura receptiva ao Brasil, por parte do governo Báez, levou Cochrane de Alencar a crer que a Argentina perdera influência junto a pessoas "altamente colocadas" na política paraguaia. Reproduzia o diplomata informações de Soler de que a intervenção argentina seria solicitada pelo governo paraguaio, "se o que esperam de nós [Brasil] não for possível". Soler, aliás, dizia-se responsável por tal intervenção já não ter sido solicitada, afirmando conduzir "una política paraguaia" pela qual seria possível aceitar uma *entente* favorável ao Paraguai com outro país, desde que este tomasse a iniciativa de oferecê-la. Para Cochrane de Alencar a política de Soler procurava obter as maiores vantagens para seu país e não o levar à dependência ou protetorado de outro Estado. Por esse motivo, talvez, esse chanceler demonstrasse, com insistência, interesse em negociar um tratado de comércio com o Brasil, que, além dos aspectos comerciais, estabelecesse entre os dois países uma colaboração política mutuamente proveitosa[352].

Rio Branco não acreditava que o ministro das Relações Exteriores da Bolívia pudesse ir ao Rio de Janeiro para negociar com seu homólogo

[350] RIO BRANCO para ALENCAR, tel. cifr. 44, s/l., [31?].8.1906. Cópia anexa ao ofício abaixo. ALENCAR para RIO BRANCO, tel. cifr. 47, Assunção, 14.9.1906. AHI, MDBATE, 202-1-8. Idem, of. res. 5, 2a. sec., Assunção, 18.9.1906. Ibidem, MDBAOE, 201-2-9.

[351] ALENCAR para RIO BRANCO, tel. conf. cifr. 48, Assunção, 14.9.1906. Ibid., MDBATE, 202-1-8.

[352] Idem, Of. Conf. 2, 2a. Sec., Assunção, 21.9.1906. Ibid., MDBAOE, 201-2-9.

paraguaio. Contudo, o barão, em resposta a Soler, afirmou que "estimaríamos muito" se a questão fosse resolvida na capital carioca e, para tanto, o governo brasileiro empregaria seus bons ofícios. Cauteloso com os homens públicos paraguaios, Rio Branco pediu que Soler demonstrasse oficialmente tal desejo, para ficar claro que o Brasil não se intrometera no assunto[353]. Na opinião do chanceler brasileiro, o Paraguai sairia vencedor se houvesse arbitragem sobre o território litigioso[354]. Cochrane de Alencar foi orientado a insinuar ao governo paraguaio que os dois países litigantes escolhessem um árbitro brasileiro, ou, então, uma Comissão Arbitral, composta por representantes da Argentina e do Chile, sob a presidência brasileira. Ou, na hipótese de esses árbitros não serem aceitos, que se escolhessem para tanto o México e os Estados Unidos[355].

Eleito Benigno Ferreira presidente da República, o governo argentino decidiu enviar a Assunção um navio de guerra à sua posse. Soler desejava que também o Brasil tivesse esse tipo de representação pois, argumentou, em caso de não a ter, surgiriam comentários a suscitar inexistentes sentimentos argentinistas de Ferreira. Cochrane de Alencar solicitou, então, que também o governo brasileiro enviasse um navio de guerra à capital guarani, o que foi feito[356]. As belonaves brasileira e argentina terminaram por não poder prestigiar a posse de Ferreira, impedidas de subir o rio Paraguai pelo baixo nível de suas águas. Uma comissão de oficiais da embarcação brasileira viajou, porém, em barco de menor calado, para a cerimônia de transmissão do cargo presidencial[357].

b) O "argentinismo" do governo Ferreira

Benigno Ferreira assumiu a Presidência do Paraguai em 25 de novembro de 1906. Nomeou seu antecessor, Cecílio Báez, ministro das Relações Exteriores, enquanto Adolfo Soler foi deslocado para a Pasta da Fazenda. Não mudavam, portanto, os principais interlocutores governistas da Legação brasileira.

A questão do Chaco continuou a ser alvo das atenções da diplomacia brasileira no país guarani. Em Buenos Aires, o negociador boliviano, Pinilla, aceitou o oferecimento do chanceler Estanislao Zeballos para a mediação argentina do conflito. De início, o presidente Ferreira não aceitou esse

[353] RIO BRANCO para ALENCAR, tel. cifr. 41, s/l., [5 ou 7].10.1906. Cópia anexa ao of. conf. 2, acima.
[354] Idem, tel. cifr. 42, s/l., 10.10.1906. AHI, MDBAOE, 201-2-9.
[355] Id., tel. cifr. 42-bis, particular, s/l., 9[?].10.1906. Ibidem.
[356] ALENCAR para RIO BRANCO, res. 7, 2a. sec., Assunção, 20.10.1906. AHI, MDBAOE, 201-2-9.
[357] Idem, of. 15, 1a. Sec., Assunção, 15.12.1906. Ibidem.

oferecimento, mas acabou por concordar, frente à insistência de Zeballos. Adolfo Soler foi enviado para Buenos Aires, mas, antes, comentou com Cochrane de Alencar não crer em solução com mediação da Argentina por esta defender "interesses [de] imensos capitais argentinos" empregados em empresas na Bolívia e, ainda, pela excessiva reivindicação territorial boliviana[358]. Cecílio Báez, por sua vez, esperava contar com o apoio do Brasil, não só na questão com a Bolívia, mas, também, quanto à definição do braço principal do rio Pilcomayo. Este definiria a fronteira argentino--paraguaia e, nesse assunto, segundo Báez, a Argentina comportava-se "do modo menos correto possível"[359].

Contudo, Adolfo Soler e Pinilla chegaram a um acordo em Buenos Aires. Rio Branco estranhou que a Argentina fosse aceita como árbitro dos litigantes, em lugar de um tribunal arbitral. O presidente Ferreira disse a Cochrane de Alencar saber do apoio brasileiro à pretensão boliviana de apoderar-se de Bahía Negra e, para salvar esse território, aceitou a primeira intervenção oferecida. O Brasil, na verdade, era favorável a que se concedesse à Bolívia apenas um porto em Bahía Negra, para dar-lhe acesso ao sistema hidrográfico do Prata e, assim, ao Atlântico. Cochrane de Alencar ressaltou que Ferreira mudara de comportamento e, ao contrário de antes, mostrava-se extremamente reservado, parecendo externar o "argentinismo" que, em geral, lhe era atribuído e a alguns membros do seu governo[360].

Ressaltou Cochrane de Alencar que o governo paraguaio solicitou a mediação do Brasil nas divergências de limites com a Bolívia, mas sem apresentar qualquer documento escrito nesse sentido. Esse diplomata acreditava que amigos do presidente Ferreira em Buenos Aires, cientes da oferta brasileira, comunicaram-na ao chanceler Zeballos. Este teria, então, "trabalhado" para que seu país fosse o único árbitro.

O Tratado Soler-Pinilla, porém, não foi bem recebido em Assunção, pois submetia à arbitragem território do Chaco que o Paraguai considerava seguramente seu[361].

Cecílio Báez afirmou a Cochrane de Alencar que esse tratado não passava de um "acerto", já que Soler não possuía credenciais para outra coisa. Báez reconheceu que alguns membros do governo paraguaio eram "argentinistas", mas ressaltou que quase todo o país era simpático ao Brasil. Segundo o representante brasileiro, a Argentina era odiada em

[358] Id., tel. cifr. 56, Assunção, 28.12.1906. Ibid., MDBATE, 202-1-8.
[359] Id., of. res. 8, 2a. Sec., Assunção, 28.12.1906. Ibid.
[360] RIO BRANCO para ALENCAR, tel. cifr. s/n, s/data [janeiro 1907]. Cópia anexa ao ofício abaixo. ALENCAR para RIO BRANCO, of. res. 2, 2a. Sec., Assunção, 19.1.1907. Ibid., MDBAOE, 291-2-10.
[361] Idem.

Assunção devido a ser dessa nacionalidade o chefe da Polícia local, Elias Garcia. Este, apoiado por Soler e Ferreira, fez vir de seu país comissários, concedendo-lhes cargos na Polícia, na qual atuavam arrogância. Previa o diplomata brasileiro que o Tratado Soler-Pinilla iria causar oposição, aumentando a antipatia pela Argentina. Esta, ademais, vinha causando prejuízos às exportações paraguaias, das quais era o mercado consumidor quase exclusivo, ao dificultar o trânsito fluvial guarani[362].

Soler responsabilizou o Brasil pelo Tratado que assinara em Buenos Aires. Ele apontou dois motivos para tanto: o fato de o governo brasileiro não se ter oferecido como mediador, quando ele, Soler, solicitara tal iniciativa prevendo idêntico oferecimento argentino, e, ainda, por Rio Branco vincular a mediação brasileira à concordância boliviana. Soler expôs a Cochrane de Alencar que o governo boliviano, ao saber que a Chancelaria paraguaia desejava a mediação brasileira, ordenou a seu representante em Assunção suspender qualquer negociação, dando tempo a Pinilla de chegar a Buenos Aires e solicitar a intervenção argentina. Pinilla contava com a boa vontade do governo da Argentina, devido aos "grandes interesses" de capitais desse país no Chaco e Ferreira, apesar de não desejar a mediação argentina, não pôde recusá-la. A situação ficou ainda mais difícil, segundo Soler, quando lhe perguntaram, ante a presença do presidente argentino Alcorta, se o Paraguai tinha dúvidas em aceitar esse chefe de Estado como árbitro[363].

Queixou-se Soler do fato de Pinilla saber do pedido paraguaio de mediação do Brasil. Afirmou ter "a completa convicção" de que ou por falsas informações de Itiberê da Cunha (e não era o caso), ou por outras razões, Rio Branco não o considerava *persona grata*. Por tal motivo, acreditava Soler, o chanceler brasileiro não aceitara suas comunicações confidenciais de setembro e solicitara que o pedido de mediação fosse feito por escrito. Ressaltou Soler que a boa vontade de Buenos Aires com relação à Bolívia não se devia apenas aos capitais argentinos investidos no Chaco. Havia, ainda, o "especial interesse" pessoal de Estanislao Zeballos na região, o qual não só fora advogado da Legação boliviana em Buenos Aires, como era ele mesmo grande proprietário de terras no Chaco. Na versão de Soler, fora sua resistência que impedira a assinatura de um tratado definitivo, como queriam Zeballos e Pinilla[364].

Nada indica que Rio Branco considerasse Soler *persona non grata*. A solicitação para que o governo paraguaio oficializasse o pedido de

[362] Id.
[363] Id., tel. cifr. 5, Assunção, 20.1.1907. Ibid., MDBATE, 202-1-9.
[364] Id., of. conf. 1, 2a. Sec., Assunção, 31.1.1907. Ibid., MDBAOE, 201-2-10.

mediação brasileira era uma medida de prudência. O chanceler brasileiro não confiava nos homens públicos paraguaios e estava convencido de que eles buscavam explorar as contradições, reais ou artificialmente criadas, entre seus dois maiores vizinhos. A partir da aceitação por Benigno Ferreira da mediação argentina, "sem dar explicação" a Rio Branco, este traçou como norma que o Brasil, na questão do Chaco, deveria manter "a mais fria reserva"[365].

A atitude do governo Benigno Ferreira nessa questão, reconheceu Cochrane de Alencar, demonstrou o acerto da postura prudente de Rio Branco. Logo, porém, esse representante foi influenciado por Soler, cujas atitudes anteriores, inclusive de mostrar-lhe ofícios confidenciais da Legação argentina, levou o diplomata a questionar sua própria opinião. Esta, que fora emitida no ofício reservado número 2, de 19 de janeiro de 1907, e classificava o governo paraguaio de "argentinista". Dias depois, Cochrane de Alencar declarou-se cônscio da necessidade de acautelar-se com o jogo pendular, entre Brasil e Argentina, por parte dos líderes paraguaios, mas afirmou que:

> [...] é grande a dificuldade com que luta aqui a Legação, [para] poder saber, exatamente, quando e porque especial motivo, seremos os favorecidos pela simpatia dos homens da situação. Quando de nós necessitam, já o sabemos bem, mas geralmente depois que nada conseguem da Argentina, apesar de que deviam saber e bem, que nunca deixamos de ser amigos do Paraguai, tanto quanto permita nossos interesses e sem pretensão alguma contra a [sua] soberania ou independência política[366].

Nesse momento era particularmente difícil a tarefa da Legação brasileira. Isso porque, dizia Cochrane de Alencar, era impossível negar o "argentinismo" do presidente Ferreira, do ministro da Justiça, Dr. Isasi, do comandante do corpo policial, o argentino Garcia, e de outros ocupantes de cargos públicos. Contudo, Adolfo Soler também era considerado "argentinista" e sobre ele Cochrane de Alencar possuía opinião contrária, crendo fosse ele mais "inclinado" para o Brasil, exatamente por conhecer bem os políticos e a política argentina. Os paraguaios classificavam de "brasileiristas" os ministros de Relações Exteriores, Cecílo Báez; do Interior, Manuel Benítez e da Guerra e Marinha, Guillermo de los Ríos. Na realidade, não tinham tal característica e, menos ainda, eram

[365] RIO BRANCO para BOCAYÚVA, of. 21, 2a. sec., Rio de Janeiro, 11.10.1907. Ibid., MDBAD, 202-1-1.
[366] ALENCAR para RIO BRANCO, of. conf. 1, 2a. sec., Assunção, 31.1.1907. Ibid., MDBAOE, 201-2-10.

"argentinistas", sendo, sim, "paraguaios e procuram naturalmente seus interesses a quem melhor os sirva"[367].

Com este raciocínio, Cochrane de Alencar demonstrou os limites de análise da realidade política que caracterizaram, até então, a Legação brasileira em Assunção. Quase todos os diplomatas brasileiros que o antecederam nesse posto trabalharam com parâmetros de análise da diplomacia do Brasil Império, oriundos estes do imediato pós-guerra. Nessa época, de fato, os políticos paraguaios eram levados a posicionar-se quer como "argentinistas", quer como "brasileiristas". Afinal, a Argentina e o Império tinham políticas hegemônicas com relação ao Estado guarani e poucas seriam as chances na política local de qualquer político que não se aproximasse de um desses dois polos externos. No início do século XX, porém, a situação era diferente. O contexto permitia a existência de políticos que, aproveitando-se de disputas entre Brasil e Argentina, ou fazendo intrigas para criá-las, agiam para obter vantagens, quer para si, quer para sua facção política, ou, mais raramente, para o Paraguai.

Tais políticos, porém, eram parcialmente responsáveis pela utilização daqueles conceitos geopolíticos por parte dos representantes brasileiros. Esses políticos, nas disputas internas, procuravam desmoralizar o Partido ou facção adversária, acusando-a de ligações com interesses estrangeiros. Tal fato reforçava análises dos observadores diplomáticos de que os políticos locais eram "argentinistas" ou "brasileiristas".

Os "argentinistas", escreveu Cochrane de Alencar, para criar intrigas, constantemente disseminavam notícias de apoio brasileiro a uma revolução. No passado, acusaram que esse apoio era dado aos colorados e, em 1907, que o era aos radicais. O que havia era, sim, a intimidação política por parte do governo. Este, nas eleições legislativas há pouco realizadas, armou civis em apoio a seus candidatos e intimidou os adversários, o que degenerou, nos distritos do interior, em assassinatos e batalhas campais. As autoridades governamentais passaram, também, a artilhar os quartéis de Assunção, a desalojar casas próximas ao Departamento de Polícia, ocupando-as com forças de bombeiros armadas e colocando, à noite, tropas nas ruas. Essas medidas eram justificadas com o pretexto de serem necessárias para combater um movimento revolucionário que estaria sendo patrocinado por Rio Branco com o acordo de Manuel Gondra. O empenho do governo era o de "fazer crer que só ele e seus correligionários são os amigos da República Argentina"[368].

[367] Idem.
[368] ALENCAR para RIO BRANCO, of. res. 3, 2a. Sec., Assunção, 22.2.1907. Ibid.

Recrudescia, de fato, a oposição por parte de liberais radicais, de colorados e, mesmo, de militares. De um momento para outro poderia iniciar-se uma revolução. O governo brasileiro, porém, nada tinha a ver com essa situação e Benigno Ferreira certamente estava cônscio desse fato. O recrudescimento da tensão política não tinha origem externa, mas devia-se à impopularidade dos cívicos no poder, causada pela postura do governo Benigno Ferreira, que adotou uma série de medidas "civilizadoras", buscando alterar arraigados hábitos populares para pôr fim a "bárbaras tradições" e à "gaúchocracia". Os governantes cívicos atuavam como uma elite indiferente à opinião popular, fiando-se no apoio do Exército e da Polícia para manterem-se no Poder[369].

No plano externo, a proximidade entre o governo paraguaio e a Argentina era uma realidade, com Ferreira fortalecendo-se ao ostentar apoio externo para uma oposição crescentemente agressiva. Havia, ainda, a expectativa de a Argentina adotar postura favorável à economia guarani. Assim, em abril de 1907, José Caminos, representante paraguaio em Buenos Aires, encontrou receptividade ao pedido de vantagens aduaneiras para seu país, bem como medidas que facilitassem o intercâmbio bilateral. O chanceler Estanislao Zeballos mostrou-se favorável à assinatura de um tratado de comércio e defesa com o Paraguai, tendo em vista ser objetivo da política externa argentina o de promover a expansão comercial e estreitar as vinculações econômicas com os países vizinhos[370].

A área técnica do governo argentino, porém, fez naufragar essa iniciativa, com um relatório altamente desfavorável ao Paraguai. Dizia o documento que desse país vinha para a Argentina um contrabando difícil de combater e que tenderia a agravar-se com um tratado de facilidades de comércio. Acrescentava que seria injusto reduzir os tributos sobre os produtos paraguaios, quando estes já concorriam no mercado argentino em condições de igualdade com mercadorias de outros países. Tais facilidades sacrificariam, ainda, a unidade aduaneira argentina e, ademais, seriam incongruentes. Isto porque a Argentina promoveria renúncia fiscal em favor de produtos sobre os quais o próprio Paraguai cobrava impostos de exportação. De todo modo, como resultado menor dessas negociações, o país guarani obteve, no início de 1908, cais e

[369] JAEGGLI, Alfredo L. *Albino Jara, un varón meteórico*. 2.ed. Asunción: Ediciones NAPA, 1983. p. 89. Na tentativa de alterar os hábitos populares, foi proibido, por exemplo, o uso de poncho pelos homens e que as mulheres fumassem charuto. RIVAROLA, Milda. *Obreros, utopias & revoluciones*; la formación de las clases trabajadoras en el Paraguay liberal; 1870-1931. Asunción: Centro de Documentación y Estudios, 1993, pp. 102-103.

[370] José Caminos para ZEBALLOS, nota res. s/nº, Buenos Aires, 15.4.1907. AMRECIC, Legaciones Argentinas - Paraguay, Cx. 995. ZEBALLOS para o ministro da Fazenda argentino, Buenos Aires, 29.4.1907. Idem, ibidem.

depósitos no porto de Buenos Aires para as mercadorias europeias em trânsito para Assunção[371].

As denúncias do preparo de uma revolução, apoiada pelo Brasil, rendiam seus dividendos ao governo paraguaio. Em maio de 1906 o encouraçado argentino *Los Andes* fundeou em Assunção, oficialmente para acompanhar delegação oficial argentina aos festejos da independência paraguaia. Essa delegação colocou uma coroa de bronze no túmulo do general José Eduvigis Diaz, herói da guerra de 1865-1870 e que participara da batalha de Curapaití, a única em todo o conflito em que os aliados foram derrotados[372]. Encontrava, assim, a Argentina uma forma, ainda que demagógica, de melhorar sua imagem junto à opinião pública paraguaia, em um momento em que o movimento lopizta fincara raízes sólidas na sociedade. Ao mesmo tempo, *Los Andes* entregou 5.000 fuzis *Mauser* para o governo paraguaio, carregamento esse que foi descoberto e noticiado por *La Ley*[373].

Em março de 1907 Cochrane de Alencar foi promovido a conselheiro e removido para Quito, ficando o 1° secretário Félix Bocayúva na condição de encarregado de negócios. Mantinha-se, assim, a Legação brasileira com *status* inferior, pois, durante decênios, fora chefiada por um ministro residente e plenipotenciário, o mais alto cargo na carreira diplomática brasileira até 1905, quando foi criada a Embaixada em Washington. Tal fato pode ser interpretado quer como uma perda de importância do Paraguai para a política externa brasileira, quer como o esfriamento das relações bilaterais, em decorrência do "argentinismo" do governo Ferreira.

Em fins de maio de 1907, Bocayúva recebeu despacho de Rio Branco com os principais tópicos de um ofício do ministro da Marinha, a serem comentados. Nesse ofício, o titular da Marinha relatava a "invasão" de argentinos na administração civil e militar paraguaia e a compra de terras, no Estado de Mato Grosso, por investidores dessa mesma nacionalidade[374].

Sobre a compra de terras Bocayúva não tinha notícias, mas confirmou a citada "invasão". Relatou uma "argentinização" do país, na qual o governo paraguaio era o maior colaborador, e "pode-se, sem exagero, considerá-lo um dócil instrumento do governo de Buenos

[371] Ricardo PILLADO, Jefe de la Divisón de Comércio, para Ezequiel MEXIA, ministro de Agricultura y Comércio, Buenos Aires, 20.5.1907. Id., ibid.
[372] FREIRE ESTEVES, p. 106.
[373] Félix BOCAYÚVA para RIO BRANCO, of. res. 4, 2a. sec., Assunção, 21.5.1907. AHI, MDBAOE, 201-2-10. Em anexo o recorte Los 5.000 mausers. La Ley, Asunción, 17.5.1907.
[374] BOCAYÚVA para RIO BRANCO, of. res. 5, 2a. Sec., Assunção, 3.6.1907. Idem.

Aires". Assim, o capitão do porto de Assunção, comandante González era paraguaio naturalizado argentino, enquanto seu substituto, Augusto Ciarrone, era argentino e, mais, oficial de Armada do seu país. Já o chefe de Polícia Elias Garcia era argentino, naturalizado paraguaio e recebia proventos do governo do país vizinho. O chefe do Estado-Maior paraguaio, comandante Ayala, estudara na Argentina, em cuja Marinha servira, e era "argentinista". No Exército, "também pululam elementos argentinos", sendo dessa nacionalidade todos os instrutores e o subcomandante do 2° batalhão de infantaria[375].

Essa presença argentina era, porém, contraproducente. Os oficiais argentinos trazidos para o Exército e os comissários dessa nacionalidade que trabalhavam na polícia, "eram arrogantes, sumamente severos e gozavam de certos privilégios". Como consequência, esses militares e policiais argentinos suscitavam o ódio e a inveja dos seus congêneres paraguaios e da população[376].

A presença esmagadora da Argentina no Paraguai deveu-se, de um lado, a fatores geográficos, comerciais e, em menor grau, culturais. Esses fatores interagiam com a decisão política do governo Ferreira de, "por instinto de conservação [...] ou por interesse pessoal", abrir as portas à Argentina, que não poupava energias para "realizar o seu velho sonho hegemônico nestas paragens". A argentinização do Paraguai, constatou Bocayúva, não resultava de postura da população, que defendia sua individualidade aferrando-se ao idioma guarani, mas, sim, da Revolução de 1904 que colocara no poder homens pró-Buenos Aires. Para esse diplomata, os chamados "argentinistas" e "brasileiristas" não interpretavam o sentimento da população, pois "os paraguaios são e querem ser simplesmente paraguaios"[377].

Com essa lúcida constatação, Bocayúva defendeu que o Brasil fizesse alguma coisa para recuperar o terreno perdido. Lembrou que o Lloyd brasileiro se fosse bem administrado poderia anular o monopólio comercial fluvial da Companhia Mihanovich[378].

Tocava Bocayúva em um ponto importante e que, na década seguinte, seria vital para a redução da dependência paraguaia da Argentina. Até fins do século XIX havia empresas concorrentes no

[375] Idem, ibid.
[376] JAEGGLI, p. 90.
[377] BOCAYÚVA para RIO BRANCO, of. res. 5, 2a. sec., Assunção, 3.6.1907. AHI, MDBAOE, 201-2-10.
[378] Idem.

tráfego fluvial entre o Paraguai e o Rio da Prata, mas em 1903 a *Compañia Mihanovich* detinha o monopólio dessa navegação[379]. Havia, sim, navios do Lloyd Brasileiro ligando Montevidéu a Corumbá, com escala em Assunção. A necessidade de que nesta linha o Lloyd prestasse um serviço eficiente, como forma de reduzir a dependência paraguaia da Argentina, foi tema recorrente de todos os representantes brasileiros no país guarani. Não obstante, até 1930, tal necessidade não foi atendida.

Outro modo de recuperar o terreno perdido, propôs Bocayúva, era o de o Brasil perdoar a dívida de guerra, "que é, afinal de contas, incobrável". O Brasil antecipar-se-ia, assim, à Argentina que, caso concedesse tal perdão, poderia dar o "golpe decisivo" para impor-se no Paraguai[380]. Defendia o diplomata uma solução "radical", que beneficiasse comercialmente ambos os países, em lugar de conceder o perdão "de mão beijada". Assim, em contrapartida do cancelamento da dívida de guerra, o governo paraguaio autorizaria capitais brasileiros a abrirem um banco emissor, que serviria de intermediário entre as praças do Brasil e do Rio da Prata. Tal banco receberia privilégios e suas emissões teriam lastro metálico e acabaria por centralizar todas as operações do país, pois o *Banco Paraguayo* e o *Banco Mercantil* não teriam condições de concorrência: "seríamos, numa palavra, os donos da praça". Tal banco, argumentou Bocayúva, substituiria, a menor preço, os navios de guerra que o Brasil mantinha para garantir sua presença na região e, ademais, faria do Paraguai, "por comunhão de interesses, um verdadeiro aliado, em qualquer emergência"[381].

Rio Branco respondeu a essas considerações apresentando o motivo que impedia o Brasil de perdoar a dívida de guerra paraguaia. Argumentou que ela era uma garantia da independência do Paraguai, já que intimidava a Argentina de tentar anexá-lo. Em caso de anexação Buenos Aires teria que responsabilizar-se por esse débito de guerra. O chanceler brasileiro não acreditava que a Argentina pudesse anexar o Paraguai, pois a este ato se oporia a maioria dos paraguaios. E mesmo

[379] Os barcos de Nicolás Mihanovich começaram a fazer a linha entre o Paraguai e a Argentina em fins do século XIX. Mihanovich nascera no Império Austro-Húngaro, chegara ao Rio da Prata em 1864 e acompanhara, como comerciante, as tropas aliadas na campanha contra Solano López. Em 1894, ele obteve o controle da companhia La Platense, uma das participantes daquele tráfego fluvial, formando, passados noves anos, em 1903, uma sociedade que portava o seu nome e dominou a navegação dos rios platinos. A Cia Mihanovich tornou-se, em 1909, um gigantesco conglomerado anglo-argentino com a denominação de Compañia Argentina de Navegación, presidida, até 1917, pelo mesmo Mihanovich. Essa companhia obteve, no mesmo ano de 1917, o monopólio da rota Assunção-Buenos Aires, ao comprar a frota da marinha mercante argentina. Como alternativa restava, então, apenas o Lloyd Brasileiro com seu serviço entre Montevidéu e Corumbá, com escala em Assunção. HERKEN KRAUER, Juan Carlos. *El Paraguay rural entre 1869 y 1913*. Asunción: Centro Paraguayo de Estudios Sociologicos, 1984, p. 141.

[380] BOCAYÚVA para RIO BRANCO, of. res. 5, 2a. sec., Assunção, 3.6.1905. AHI, MDBAOE, 201-2-10.

[381] Idem, of. res. 6, 2a. Sec., Assunção, 8.6.1907. Ibidem.

os membros do governo Benigno Ferreira, "ainda que devedores de sua posição política à mal disfarçada intervenção argentina, no fundo devem ser bons paraguaios e não podem pensar na incorporação sonhada por vários argentinos"[382].

O governo brasileiro atinha-se a projetos menores e exequíveis. Em junho, atendendo a instruções de Rio Branco, Bocayúva procurou o chanceler Cecílio Báez para transmitir o desejo do Rio de Janeiro de interligar as linhas telegráficas paraguaia e brasileira. O governo paraguaio concordou com a proposta e encaminhou ao Congresso pedido de autorização para construir uma linha telegráfica até Bela Vista, para ligá-la à rede telegráfica brasileira[383].

Enquanto isso Bocayúva mantinha excelentes relações com Adolfo Riquelme, diretor do jornal *El Diario*, porta-voz dos liberais radicais. Neste, o diplomata escrevia, sob o pseudônimo de *Corresponsal*, a coluna *Vida Brasileña*, para mostrar o progresso pelo qual o Brasil passava[384]. O esforço de Bocayúva, contudo, era comprometido pela falta de recursos financeiros da Legação brasileira, exemplificada por sua mobília composta unicamente de duas velhas escrivaninhas, dois pequenos armários e três cadeiras. Enquanto a Legação argentina dava seguidas recepções, a brasileira vivia "na penumbra". Não menos grave foi o ocorrido, em outubro de 1907, na chegada ao porto assuncenho da canhoneira brasileira *Vidal Negreiro*. A belonave não dispunha de pólvora para a tradicional salva de canhão e seus marinheiros estavam desprovidos de roupas, com os oficiais se cotizando para comprá-las no comércio local. Bocayúva ressaltou quão "desairoso" isso era para a imagem do Brasil e reclamou que por Assunção "só passam os piores *calhambeques* da nossa esquadra"[385]. Visto da capital paraguaia, o Brasil estava longe de ser um país próspero e forte, imagem esta que se tinha da Argentina.

No início de 1908 a Legação brasileira relatou dificuldades em seu relacionamento com o governo Ferreira. Após o Congresso paraguaio ter aprovado a construção da linha telegráfica até Bella Vista, para ser ligada com o telégrafo brasileiro, Bocayúva insistiu, inutilmente, para que se começasse esse trabalho. Os ministros Manuel Benitez e Cecílio Báez demonstravam "boa vontade", tanto que foram os responsáveis por aquela

[382] RIO BRANCO para BOCAYÚVA, of. res. 3, 2a. sec., Rio de Janeiro, 28.9.1907. Idem, MDBAD, 202-1-1.
[383] BOCAYÚVA para RIO RANCO, of. 5 e 7, 3a.s ec., Assunção, 28.6 e 2.8.1907. Id., MDBAOE, 201-2-10.
[384] Idem, of. 21 e 24, 2a. sec., Assunção, 26.6. e 2.8.1907. Ibidem.
[385] Id., of. 11, 1a. sec., e conf. 1, 3a. sec., Assunção, 12.7 e 11.10.1907. Ibid., Destaque no original.

aprovação do Legislativo. Contudo, o ministro da Fazenda, Adolfo Soler, "o membro mais influente do Ministério e candidato à futura presidencia", não possuía a mesma disposição de seus dois colegas, quer por falta de recursos financeiros, quer por seu "acentuado argentinismo"[386].

Por essa época ocorria uma sublevação no sul de Mato Grosso, liderada por Bento Xavier. O governo brasileiro recebeu informações de que duas carretas carregadas de armas destinadas aos revoltosos transitavam pelo Paraguai. A Legação brasileira solicitou ao governo guarani providências para a retenção desse carregamento, bem como fiscalização da fronteira, de modo a evitar que os sublevados se organizassem em território paraguaio para depois passarem para Mato Grosso. Báez prometeu que seriam tomadas providências, mas Bocayúva informou ter "a impressão de que o governo paraguaio não tem maior interesse em atender aos nossos pedidos". De fato, as carretas passaram por regiões povoadas do país sem serem interceptadas pelas autoridades locais e Bento Xavier foi recebido em audiência privada pelo presidente Benigno Ferreira[387].

O governo brasileiro foi informado, inclusive, de que as autoridades paraguaias na fronteira tinham ordens para auxiliarem discretamente Bento Xavier. Bocayúva procurou Báez, o qual prometeu, pela quinta vez, guarnecer as fronteiras. Mais tarde, em março, Báez comunicou à Legação brasileira ter enviado mais de 600 soldados para vigiar a fronteira com o Brasil, e, ainda, que Bento Xavier estava "internado e vigiado" na cidade de Concepción. A falta dessas medidas de imediato pode ter decorrido da precariedade das instituições públicas paraguaias, principalmente no interior. Mas, também, pode ter sido consequência dos lucros que homens públicos paraguaios obtinham com a venda de armas aos revoltosos, como insinuou o jornal colorado *La Patria*[388].

Enquanto isso, outro jornal, o liberal radical *La Ley*, fazia campanha para desestabilizar o presidente Ferreira. Esse periódico publicou artigo buscando aprofundar o afastamento entre o governo paraguaio e o Brasil, ao mesmo tempo em que quase solicitava uma intervenção brasileira no Paraguai. Afirmou *La Ley* que era possível haver uma aliança secreta entre o Brasil e o Uruguai para ação comum no Prata, e que era certo que Rio Branco decidira-se por intervir na política paraguaia para tentar mudar o governo do país. "E a verdade", concluía, "é que o Brasil ganhou em

[386] Id., of. 5, 2a. sec., Assunção, 29.1.1908. Ibid., MDBAOE, 201-2-11.
[387] Id., of. res. 1, 2a. Sec., Assunção, 22.2.1908. Ibid.
[388] RIO BRANCO para BOCAYÚVA, tel. cifr. 4, s/l, 25.2.1908. Id., MDBATR, 202-1-18. BOCAYÚVA para RIO BRANCO, of. res. 3 e 12, 2a. Sec., Assunção, 28.2 e 13.3.1908. Id., MDBAOE, 201-2-11. Complicaciones Internacionales. *La Patria*, Asunción, 29.2.1908. Recorte anexo ao of. 10, 2a. sec., Assunção, 7.3.1908. Idem.

simpatia do povo paraguaio, tudo o que perdeu perante este o governo argentino por sustentar o presidente eleito pelo Estado de Sítio de 1906". Esse jornal aconselhou Benigno Ferreira a renunciar à Presidência, em lugar de pensar em novo Estado de Sítio[389].

Rio Branco mantinha inalterada a política de não intervenção nos assuntos paraguaios. Havia, contudo, elementos para justificar boatos em sentido contrário. Relatou Bocayúva que estavam em Assunção "uns quantos emissários inculcando-se porta-vozes de nossa alta esfera política", buscando convencer os generais Caballero e Escobar de que o governo brasileiro apoiaria um golpe de Estado. Caballero enviou a Bocayúva uma pessoa para saber do assunto, enquanto Escobar dirigiu-se pessoalmente ao diplomata. A ambos o representante brasileiro informou que Rio Branco pensava que as revoluções criavam anarquia e que prejudicavam os países sul-americanos aos olhos da Europa e da América do Norte. Acrescentou que a paz interna no Paraguai era o objetivo da política brasileira, embora tal postura não significasse que o Brasil ignorava quais eram seus amigos no país e não lhes dedicasse simpatia. No entanto, concluía, a "prudência" indicava a esses dois generais que não se fiassem nas citadas promessas para qualquer iniciativa[390].

José Gill, caudilho militar de filiação colorada, já em setembro de 1908 conspirava contra o governo. Descoberto, foi deportado em dezembro desse mesmo ano, sob proteção da Legação brasileira. Em Corrientes, na Argentina, Gill instalou quartéis e, logo, organizou-se uma vasta conspiração, com centros em Formosa, nesse mesmo país, e em Porto Murtinho, no Mato Grosso. Para Herken Krauer, apoiado em documentação diplomática britânica originada de Buenos Aires, "o apoio brasileiro é mais que evidente" a Gill. Em Porto Murtinho o cais e a praça pública teriam sido colocados à disposição dos colorados para treinamento militar. Os conspiradores aí instalaram, mais tarde, uma base de operações (não efetivadas, finalmente), com o posto do telégrafo local praticamente passando ao seu controle[391].

O autor deste livro não encontrou qualquer indício documental de envolvimento do governo brasileiro em atividades contra o presidente Benigno Ferreira. Ao contrário, a documentação pesquisada comprova que a política implementada pelo barão do Rio Branco privilegiava a estabilidade política no Paraguai, respeitando seu governo legal. Contudo, os relatos de Bocayúva sobre "emissários" incentivando uma sublevação

[389] Las Intervenciones Extranjeras. *La Ley*, Asunción, 10.3.1908. Recorte anexo ao of. 13, 2a. sec., Assunção, 13.3.1908. Id., ibid.
[390] BOCAYÚVA para RIO BRANCO, of. res. 4, 2a. sec., Assunção, 24.3.1908. Ibid.
[391] HERKEN KRAUER, *Ferrocarriles, conspiraciones* (...), p. 51.

contra o governo Ferreira, bem como as informações de Herken Krauer, levam a concluir que, de fato, havia, no Brasil, um setor político interessado em derrubar o governo paraguaio. Tudo indica que esse setor fosse aquele representado pelo senador Federal Joaquim Murtinho, que controlava a situação política no Mato Grosso. Afinal, Benigno Ferreira recebera em audiência privada a Bento Xavier, sublevado contra o situacionismo mato-grossense, havendo, mesmo, o boato de que o governo paraguaio apoiava esse líder sublevado. Deve-se considerar a hipótese de que, mais uma vez, a *Companhia Matte Larangeira*, da qual Joaquim Murtinho continuava acionista, envolveu-se nos assuntos políticos internos paraguaios. Robustece essa possibilidade a utilização de Porto Murtinho pelos conspiradores colorados, como base de operações, e o fato de essa localidade ser praticamente controlada por aquela empresa.

Enquanto isso o Paraguai, preocupado com a questão do Chaco, comprava armas na Europa. O governo Ferreira estabelecera um plano secreto de adquirir armamento, de forma escalonada, para poder armar, a médio prazo, um forte exército. No início de 1908, tinham sido comprados os petrechos bélicos – canhões, metralhadoras, fuzis e pistolas – necessários para tanto. A Legação brasileira não relacionou, porém, essa compra com a questão do Chaco e estranhou que a administração de Ferreira, sem recursos para obras de infraestrutura, fizesse tal gasto. Este, afirmou essa representação, era motivo de "meditação", vista a "íntima ligação" entre o governo paraguaio e a Argentina. Os fuzis *Mauser*, adquiridos na Europa, adicionados a outros 5.000 que tinham sido trazidos pela belonave argentina *Los Andes*, proporcionavam meios militares ao governo paraguaio não só para enfrentar lutas internas, mas, também, para uma eventualidade externa. O Paraguai dispunha de uns três mil homens – 1850 no Exército; 1000 na polícia; além de bombeiros e infantaria de Marinha –, chefiados por cerca de 60 oficiais. Não era muito, comentou Bocayúva, mas constituía um núcleo que assimilava proveitosamente o treinamento militar nos moldes alemães, ministrado por oficiais argentinos. Em caso de guerra o Paraguai poderia mobilizar, em no máximo 90 dias, com o armamento recém-adquirido, de 10.000 a 12.000 homens[392].

Já a permanência do navio argentino *Los Andes* na baía de Assunção não preocupava a Legação brasileira. Em sua análise, a presença desse

[392] BOCAYÚVA para RIO BRANCO, of. res. 4, 2a. sec., Assunção, 24.3.1908. AHI, MDBAOE, 201-2-11. Em outubro de 1906 foi enviado para o Velho Continente o chefe do Estado-Maior do Exército, capitão-de-Fragata Manuel J. Duarte, com o objetivo de adquirir material para equipar uma divisão de 10.000 homens. ARBO, Higino. *Política paraguaya*. Asunción: Archivo del Liberalismo, 1991, Cuadernos Históricos n. 22, p. 46. FREIRE ESTEVES, p. 104.

navio tinha a finalidade de atemorizar os opositores de Ferreira. Informou Bocayúva que "os *nossos amigos*, como eles se intitulam, os colorados, estão impacientes". Segundo informações de que dispunha esse diplomata, os colorados ainda não tinham tomado uma iniciativa para depor Ferreira por temerem que, mesmo em caso de êxito inicial, ficariam desamparados pelo Brasil. Nesta eventualidade ficariam à mercê de uma intervenção direta da Argentina para restaurar a situação anterior[393]. Era uma preocupação procedente, como se demonstraria em 1911, quando o Brasil não forneceu apoio ao efêmero governo colorado de Liberato Marcial Rojas.

O quadro político era tenso. Os generais Caballero e Escobar temiam serem envolvidos, à sua revelia, em algum movimento para depor o governo lançado por "alguns imprudentes", liderados pelo caudilho colorado José Gill. Este estivera no Rio de Janeiro e propalava ser apoiado pelo Brasil. No caso de uma revolta colorada, temiam aqueles dois generais serem vítimas de vingança do governo Ferreira. Bocayúva, por precaução, pediu o aumento da presença naval brasileira em Assunção, restrita, até então, a eventuais passagens do navio Tiradentes[394].

Rio Branco fora, de fato, procurado por José Gill em fins de 1907. Não houve, porém, nenhum encontro entre os dois, pois o chanceler brasileiro arrumou pretextos para não o receber[395], mas Gill pode ter obtido apoio de Joaquim Murtinho. Talvez preocupado com os boatos de apoio brasileiro a uma revolução, o governo paraguaio buscou demonstrar boa vontade no trato com o Brasil. Bocayúva foi comunicado de que o presidente Ferreira resolvera enviar uma missão especial ao Rio de Janeiro, em retribuição ao envio da belonave Tiradentes à sua posse na Presidência. Na ocasião em que fez esse comunicado, Báez comentou a missão de Duarte na Europa. Disse que foram comprados 10.000 fuzis *Mauser*; 3.000 fuzis para cavalaria e 4 baterias de artilharia (16 canhões). O chanceler paraguaio acrescentou que seu país dispunha de excelente armamento e estava em condições de mobilizar 15.000 homens para a guerra, embora não pensasse em conflitos externos. "Bruscamente", porém, Báez disse que a Bolívia avançava cada vez mais em território paraguaio e que os bolivianos tinham proverbial "má-fé" em negociações internacionais[396].

Em 19 de abril de 1908 partiram de Assunção, com destino ao Rio de Janeiro, em missão especial, Cecílio Báez e o deputado Higino Arbo. O objetivo da visita de Báez era o de convencer Rio Branco e o governo brasileiro das disposições amistosas do governo paraguaio com relação ao

[393] BOCAYÚVA para RIO BRANCO, idem. Ibidem.
[394] Id.
[395] RIO BRANCO para BOCAYÚVA, of. res. 4, 2a. sec., Rio de Janeiro, 30.11.1908. AHI, 202-1-2.
[396] BOCAYÚVA para RIO BRANCO, of. res. 5, 2a. sec., Assunção, 28.3.1908. Idem, MDBAOE, 201-2-11.

Brasil. Porém, opinou Bocayúva, do governo Ferreira "nada poderemos esperar de bom em nenhuma hipótese". Os membros desse governo, com uma ou outra exceção, estavam tão convencidos de que a Argentina era o país mais poderoso da América do Sul, "que não ousam dar um passo sem o *placet* de Buenos Aires". Desagradar o vizinho argentino, pensavam esses políticos, seria perder suas posições e o controle do Paraguai[397].

Os paraguaios, analisou Bocayúva, não eram nem "argentinistas", nem "brasileiristas", mas, em seu conjunto, apreciavam mais a índole brasileira, "dedicando-nos uma simpatia mais sincera". Era prioritário, portanto, "não perdermos o povo que em qualquer emergência", referindo-se certamente a uma guerra entre brasileiros e argentinos, "estará conosco", se fosse liderado por um governo "não enfeudado pelo medo ou por interesses momentâneos à República Argentina". Argumentou que, apesar de o Paraguai não ser uma potência militar, sua posição geográfica em relação ao Brasil valorizava a limitada capacidade militar guarani. Esta era importante "no momento histórico que parece aproximar e para o qual devemos estar preparados em todos os sentidos", em clara insinuação sobre a proximidade de uma guerra entre Brasil e Argentina. No Paraguai, concluiu Bocayúva, já se sabia que, "em breve", o Brasil seria a primeira potência naval da América do Sul[398].

Também o jornal oposicionista paraguaio *La Ley* via um futuro bélico pela frente. Para esse periódico, a Argentina queria incorporar o Paraguai e o Uruguai, como no tempo do Vice-Reino do Rio da Prata, e, por isso, o Brasil possuía um programa de rearmamento naval e construía a estrada de ferro de São Paulo a Corumbá. A guerra entre o Brasil e a Argentina, afirmou o jornal, era provável em breve, devido à disputa pela preponderância no Prata[399].

Para *La Ley*, o Paraguay "já se converteu em Província argentina". No Uruguai os *blancos* seriam apoiados abertamente por Buenos Aires na próxima revolução – prevendo-a para fins de 1908 – e, quanto à Bolívia, tendia a ser incorporada à Argentina. As intervenções argentina no Paraguai e no Uruguai eram inaceitáveis para o governo brasileiro, e, escreveu o periódico, dela poderia resultar a guerra entre Buenos Aires e o Rio de Janeiro. Se vitorioso no conflito, especulou absurdamente

[397] Idem, of. res. 6, 2a. sec., Assunção, 23.4.1908. Ibid.
[398] Id.
[399] Editoriais Extraordinaria Cortesia; Misión Soler-Aceval - Ridiculez Paraguaya e El canciller Báez á Rio. *La Ley*, Asunción, 20, 21 e 23.4.908. Recortes anexos ao ofício da nota anterior.

La Ley, o Brasil poderia incorporar os territórios argentinos de Misiones, Corrientes e Entre Ríos[400].

Em 1908 as relações Brasil-Argentina atingiam, de fato, o seu pior momento desde o início do século XX. Era o corolário das desconfianças geradas em Buenos Aires sobre o programa de rearmamento naval brasileiro. Com o fim das disputas políticas internas brasileiras e estando as finanças federais em estado favorável, o presidente Rodrigues Alves tratou de reorganizar as forças armadas. Foi iniciado um programa no qual se destacavam a reforma do ensino militar, a instalação de uma fábrica moderna de pólvora, de um moderno arsenal próximo do Rio de Janeiro e a construção de linhas estratégicas militares. Em dezembro de 1904 uma lei autorizou o governo brasileiro a encomendar a construção de três navios encouraçados – os *Dreadgnouth* – de 12.000 a 15.000 toneladas, os mais poderosos da época; três cruzadores de 9.200 a 9.700 toneladas; seis contratorpedeiros; três submarinos e, ainda, navios auxiliares[401].

Rio Branco preferia, no lugar dos *Dreadgnouth*, comprar encouraçados menores. Deste modo, ainda que se perdessem uma ou duas dessas belonaves em combate, restariam outras quatro ou cinco. De todo modo, o que o chanceler brasileiro desejava era um rápido aumento da armada brasileira, para superar a da Argentina, sem fins agressivos, como medida cautelar, mas esse não era o único motivo para essa ação. Há que se considerar, também, que a reorganização da Marinha criava contrapeso ao domínio do cenário interno brasileiro pelo Exército[402].

E, por último, também contribuiu para o rearmamento naval a impotência a que o Brasil viu-se reduzido em 1905, quando da violação de sua soberania com o "caso Panther"[403]. Este impactou os homens de Estado brasileiros. O almirante Calheiros da Graça escreveu, em janeiro de 1906, na revista Século XX, que a Marinha brasileira representava, então, "restos do que possuíamos há vinte anos passados" e os avanços tecnológicos tornaram obsoletas suas belonaves[404].

Em 1905, artigo do 1° tenente Armando Burlamaqui constatou que as marinhas chilena e argentina eram mais modernas que a brasileira. O objetivo desta, ao modernizar-se, era, de acordo com Burlamaqui, o de

[400] La Guerra entre el Brasil y la Argentina. *La Ley*, Asunción, 7.5.1908. Recorte anexo ao of. 24, 2a. sec., Assunção, 9.5.1908. AHI, MDBAOE, 201-2-11.

[401] BELLO, José Maria. Política diplomática e econômica de Rodrigues Alves in: *Cultura Política*; Revista Mensal de Estudos Brasileiros. Rio de Janeiro, n. 3, maio 1941, p. 45.

[402] BUENO, *O rearmamento naval* (...), pp. 24-26, 33.

[403] O Panther era um encouraçado alemão com capacidade de combate superior às belonaves brasileiras. Permaneceu por 19 dias em Itajaí, nas costas de Santa Catarina, sem autorização e impunemente. Seus marinheiros desceram à terra e, inclusive, procuraram imigrantes alemães que não estavam em dia com o serviço militar em seu país. JOFFILY, José. *O caso Panther*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988, pp. 53-54, 67.

[404] In: idem, p. 53.

restabelecer o equilíbrio naval sul-americano e tornar "inexpugnável" a defesa costeira brasileira. A Marinha de Guerra, escreveu o 1° tenente, tinha duplo objetivo, ofensivo e defensivo, que não pudera, "por fatores financeiro e geográfico", ser realizado imediatamente. No futuro, porém, "a nossa estratégia será rigorosamente cumprida" e "seremos ofensivos em relação a qualquer potência da América e defensivos quanto às demais"[405].

Em outro artigo Burlamaqui esclareceu o significado de "ofensivos", ao analisar as três hipóteses de guerra com que a Marinha brasileira trabalhava. A primeira delas era a de um conflito com um país vizinho banhado pelo Atlântico – claramente a Argentina – e, neste caso, a luta ocorreria, ao mesmo tempo, em terra e no mar. Os combates terrestres seriam mais morosos devido às dificuldades de terreno e, ainda, por aguardar o desfecho dos enfrentamentos marítimos. Nessa primeira hipótese, a Marinha brasileira atuaria na ofensiva, pois o êxito na guerra dependeria do triunfo da esquadra. O país beligerante que não dominasse o mar teria seus recursos exauridos, não podendo repô-los com compras na Europa e na América do Norte, e sairia derrotado. As outras duas hipóteses de guerra eram com "um outro país sul-americano banhado pelo Pacífico" – o Peru – cujo combate principal seria travado pelo Exército e "com país além-mar", caso este em que a campanha seria naval[406].

Em debate no Senado, J. Catunda afirmou não querer que o Brasil se convertesse em potência imperialista. O país não almejava conquistar territórios dizia, mas desejava, sim, que qualquer potência que planejasse "empresas perigosas" contra o Brasil, lembrasse que este tinha uma esquadra suficientemente forte para defender-se. Como não havia qualquer garantia de que, de um momento a outro, não surgisse uma agressão contra o Brasil, devia estar armado. Catunda, sem citar nome, deixou claro que a Argentina, na América do Sul, era o país que poderia entrar em guerra contra o Brasil, principalmente pelo mar. Concluiu, sob aplausos gerais, afirmando que "o Brasil não quer conquistar territórios, mas precisa estar preparado para não ceder territórios"[407].

Enquanto isso, do lado argentino, desde o início do século XX o país tinha uma Escola Superior de Guerra que trabalhava com planos precisos, calculando as possibilidades bélicas próprias e de outros países. Os estudos dessa Escola consideravam que o triângulo vital brasileiro – Rio-São Paulo-Minas Gerais –, distante da fronteira, era inacessível para os meios militares da época. Buenos Aires-Santa Fé-Córdoba, o triângulo

[405] BURLAMAQUI, 1° tenente Armando. A política naval americana in: *Kosmos*; Revista Artística, Scientífica e Litterária, Rio de Janeiro, n. 5, maio 1905, p. 31.
[406] Idem, A defeza de costas e marinha in ibidem, n. 11, novembro 1905, pp. 42-45.
[407] J. CATUNDA, Sessão do Senado de 12.11.1906. AS, v. IV, pp. 73-74.

vital argentino, estava, por sua vez, próximo da linha fronteiriça, portanto vulnerável. Como consequência, os teóricos argentinos adotaram uma postura defensiva e, em lugar de planejarem uma invasão do Rio Grande do Sul, elaboraram uma primeira linha de defesa no rio Uruguai e uma segunda, definitiva, no rio Paraná, cobrindo seu triângulo vital[408].

Tal plano da Escola Superior de Guerra dava por condenada a região entre esses dois rios – a Mesopotâmia argentina – e toda a tática defensiva levava implícito o espírito da derrota. Desde então, segundo Miguel Ángel Scenna, a Mesopotâmia argentina foi condenada a um prudente distanciamento do resto do país e, para dificultar sua invasão por forças brasileiras, evitou-se construir pontes sobre o rio Paraguai, que unissem a Argentina e o Brasil. Com isso, as províncias de Misiones, Corrientes e Entre Rios, vistas como um potencial campo de batalha, tiveram retardadas a integração ao resto do país[409].

Brasil e Argentina antes se viam como ameaças mútuas do que o eram realmente, reais, mas, a partir desse pressuposto, armavam-se contra a esperada agressão. Assim, a partir de 1905, quer pela conjunção dos fatores citados anteriormente, quer pelo predomínio de um deles, o Brasil passou a rearmar-se e a Argentina respondeu fazendo o mesmo, jogando os dois países em uma corrida armamentista. Era uma dinâmica paranoica, característica, aliás, do pensamento geopolítico.

Em 1908 o Brasil não estava, ainda, preparado para um enfrentamento militar com a Argentina. Rio Branco escreveu para Domício da Gama, ministro brasileiro em Buenos Aires, que o estado da defesa brasileira era "lamentável", que "nossa fraquíssima esquadra está quase sem munições para combate" e, quanto ao Exército, "não estamos em menos deploráveis condições"[410].

Frente a tal situação, o governo brasileiro telegrafou a fornecedores britânicos solicitando urgência na entrega de munições para a esquadra. Essa entrega era, segundo Rio Branco, "indispensável para alguma honrosa ainda que inútil resistência". Ele acreditava que, durante a construção das unidades navais encomendadas pelo Brasil no exterior, poderia "o tresloucado governo Alcorta pensar em alguma agressão – idéia essa discutida em Buenos Aires há dois anos". Como consequência, o chanceler solicitou ao presidente Rodrigues Alves, embora não fosse atendido, a compra de alguns navios de guerra britânicos, de modo que o Brasil

[408] SCENNA, Miguel Ángel. *Argentina - Brasil: cuatro siglos de rivalidad*. Buenos Aires: Ediciones La Bastilla, 1975, p. 295.
[409] Idem.
[410] RIO BRANCO para DOMÍCIO DA GAMA, s/l, 15.12.1908 apud: VIANA FILHO, Luiz. *A vida do Barão do Rio Branco*. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1959, p. 398.

dispusesse, imediato, de uma esquadra superior à da Argentina, "pondo-nos ao abrigo de qualquer premeditado insulto". Ademais, segundo Rio Branco, por mais que se solicitasse reserva aos Ministérios militares sobre melhoramentos defensivos, estes logo eram noticiados pela imprensa. Isso alarmava os países vizinhos, "produzindo a impressão de que nos armamos até aos dentes, quando a verdade é que muito pouco fazemos e com grande lentidão e enorme despesa". Pouco antes, o representante brasileiro em Buenos Aires, Domício da Gama escreveu que "o espírito público [argentino] não só não está conosco, como está contra nós"[411].

Para o chanceler argentino Estanislao Zeballos, o Brasil buscava isolar a Argentina, contando, para tanto, com o apoio dos Estados Unidos. Com esse objetivo presente, escreveu Zeballos, o Brasil atuava junto ao Chile, ao Uruguai (com o qual as relações de Buenos Aires estavam seriamente abaladas pela disputa da soberania das águas do Rio da Prata), à Bolívia e ao Paraguai[412].

Essa era, também, a análise do representante espanhol em Buenos Aires. De la Barrera justificou as desconfianças argentinas geradas com a compra de material de guerra marítimo e terrestre pelo Brasil, por não ver "qualquer motivo que explicasse e justificasse esse esforço, realmente extraordinário e colossal". Apontou esse representante a simultaneidade das encomendas brasileiras de armamento e a reabertura, pelo governo uruguaio, do pleito sobre a jurisdição sobre as águas do Rio da Prata, com suas queixas crescendo na medida em que avançava a construção dos navios de guerra comprados pelo Brasil. Este não contente em se armar "desproporcionalmente", mantinha uma diplomacia ativa com relação à Argentina, "de espírito marcadamente hostil". Além disso, destacou o diplomata espanhol, na fronteira com a Argentina o Brasil construía uma estratégica rede ferroviária; fundava colônias militares e construía praças fortes. Como consequência, concluiu, era grande a preocupação em Buenos Aires de que o Rio de Janeiro apoiasse o Uruguai em suas demandas de soberania no Prata[413].

A análise do representante espanhol na Argentina refletia o clima existente em Buenos Aires, segundo o qual a modernização naval brasileira adquiria dimensão ameaçadora. Embora não correspondia à realidade, esta foi a imagem que se consolidou na capital argentina. Como

[411] RIO BRANCO para DOMÍCIO DA GAMA, s/l, 15.12.1908 in: idem, p. 398. O primeiro destaque é do autor deste livro e o segundo é de Rio Branco.
DOMÍCIO DA GAMA para RIO BRANCO, of. res. 9, 2a. sec., Buenos Aires, 7.9.1908. AHI., MDBBAOE, 206-2-4.
[412] ZEBALLOS, Estanislao. *Diplomacia desarmada*. Buenos Aires: Editorial Universitária, 1974, p. 270.
[413] DE LA BARRERA para Secretario de Estado de Assuntos Exteriores, nota 78, Buenos Aires, 1.7.1908. AMAE, Política Exterior - Argentina, Legajo 1355.

resposta, para permitir a seu país fortalecer a Marinha de Guerra, Zeballos denunciou o *Pacto de Equivalencia Naval*, assinado com o Chile em 1902. Por esse acordo, com validade de cinco anos, estipulou-se, para pôr fim à corrida armamentista entre os dois países, a limitação do armamento naval; a desativação de algumas unidades e a renúncia à compra de outras. Em fins de 1908, quando Zeballos já não mais era chanceler, o Congresso argentino promulgou uma nova lei de armamentos, permitindo ao país modernizar-se militarmente[414].

Pouco antes, em setembro, o representante brasileiro em Buenos Aires apontou que, na agitação da opinião pública argentina contra o Brasil, havia o interesse daqueles que lucrariam com o rearmamentismo. Lembrou esse diplomata que, anteriormente, para fazer frente ao Chile, a compra de armas enriquecera muita gente na Argentina. Novamente, "agitadores" esperavam ter grandes lucros, com encomendas argentinas de armamento, desta vez "para conjurar o imaginário 'perigo brasileiro'". Previu Domício da Gama que os alarmas contra o Brasil somente diminuiriam após a aprovação, pelo Congresso argentino, dos créditos para a compra de armas[415]. E, de fato, garantida a perspectiva de lucro para os mercadores da morte, foi isso o que ocorreu.

Estanislao Zeballos fora, anteriormente, chanceler (1889-1891) e representara, sem resultado positivo, seu país na arbitragem pela posse das Missões (Palmas), disputada com o Brasil. Em 1906, o presidente Alcorta nomeou-o para ocupar o Ministério das Relações Exteriores. Houve, então, uma mudança na política exterior da Argentina, que buscou aproximar-se do Chile, como forma de conter a presença brasileira no Prata e no Atlântico. Ademais, Zeballos preparou um plano para, sob a ameaça de declarar a guerra em caso de recusa, exigir que o Brasil cedesse à Argentina um dos encouraçados que encomendara. O plano não logrou obter a concordância dos demais membros do Ministério argentino e vazou para a imprensa[416].

Agravando a situação de Zeballos, houve o caso do telegrama cifrado número 9. Datado de 17 de junho de 1908, fora enviado pela Chancelaria brasileira à Legação brasileira em Santiago, transitara pelo telégrafo argentino, onde fora interceptado e, supostamente, decodificado, revelando um texto com intenções hostis do Brasil com relação à Argentina. Rio Branco escreveu a seu representante em Buenos Aires, que desejava

[414] SCENNA, p. 292.
[415] DOMÍCIO DA GAMA para RIO BRANCO, Buenos Aires, carta de 22.9.1908 Apud. Luiz VIANA FILHO, op. cit., p. 393.
[416] ETCHEPAREBORDA, Roberto. *Historia de las relaciones internacionales Argentinas*. Buenos Aires: Editorial PLEAMAR, 1978, pp. 81-83.

pôr fim ao "embuste" e ordenou que se conseguisse uma cópia do texto em poder de Zeballos. Domício da Gama a obteve e, simultaneamente, o chanceler brasileiro ordenou às Legações na Argentina e no Chile que pedissem aos governos desses países as cópias do texto cifrado do telegrama número 9, fornecidas pelas respectivas repartições telegráficas. De posse desses documentos, Rio Branco tornou público o código utilizado pela Chancelaria brasileira e o verdadeiro conteúdo do citado telegrama. Nele Rio Branco afirmava: "sempre vi vantagens numa certa inteligência política entre o Brasil, o Chile e a Argentina, e lembrei por vezes sua conveniência", completando que Zeballos obstaculizava esse entendimento[417].

Zeballos sofria, no Congresso argentino, forte oposição daqueles que se orientavam pelas políticas dos ex-presidentes Mitre e Roca, favoráveis ao entendimento com o Brasil. A revelação do plano bélico em relação ao vizinho brasileiro e o caso do telegrama número 9, inviabilizaram a continuação de Zeballos no governo, sendo sua demissão solicitada em julho de 1908 pelo presidente[418].

Pouco antes, Cecilio Báez e Higino Arbo foram recebidos no Rio de Janeiro com grande esmero e pompa[419]. Não se conhece o teor das conversas que mantiveram com o Barão do Rio Branco e com o presidente Afonso Pena. O jornal paraguaio *La Ley* reafirmou, no entanto, informação anterior quanto ao objetivo da missão de Báez, que seria a de desmentir a convicção de Rio Branco no sentido de que Benigno Ferreira seria, de fato, apenas o governador de uma província argentina[420].

A visita de Báez e Arbo mereceu atenção favorável da imprensa do Rio de Janeiro, provavelmente devido a gestões de Rio Branco. O jornal Gazeta de Notícias informou que os paraguaios foram recebidos no cais pelo chanceler brasileiro e reproduziu uma pequena entrevista com os visitantes. Perguntado sobre qual o objetivo de sua missão, Cecilio Báez afirmou que era uma retribuição à visita do cruzador brasileiro Tiradentes ao Paraguai, quando da posse de Benigno Ferreira na Presidência. O jornalista insistiu se era só esse o objetivo e Báez contestou "sim; só; exclusivamente". Higino Arbo, por sua vez, lamentou que não se tivessem desenvolvido os meios de comunicação entre o Brasil e o Paraguai e acrescentou que uma ferrovia, que chegasse a Iguaçu, seria uma solução. Já o Correio da Manhã registrou as atividades protocolares da Missão

[417] Luiz VIANA FILHO, op. cit., pp. 395-396.
[418] ETCHEPAREBORDA, pp. 81-83.
[419] RIO BRANCO para BOCAYÚVA, Tel. 11, Rio de Janeiro, 30.4.1908. AHI, MDBATR, 202-1-18.
[420] La Guerra entre el Brasil y la Argentina. *La Ley*, Asunción, 7.7.1908. Recorte anexo ao Of. 24, 2a. Sec., Assunção, 9.5.1908. AHI, MDBAOE, 201-2-11.

paraguaia no Rio de Janeiro e em São Paulo. Este jornal, aliás, aproveitou a oportunidade para enviar um recado ao governo paraguaio. Afirmou que os dois enviados paraguaios deviam ter constatado que o Brasil era "amante sincero da paz" e desejava a prosperidade do continente sul--americano. Acrescentou, em advertência mal disfarçada, que o povo brasileiro "não vê e nem considera que os governantes desse país amigo [Paraguai] olhem para outra coisa que não seja o interesse de sua pátria, [nem que] sofram influências de governos estrangeiros prejudiciais ao bem legítimo dela"[421].

Apesar da preocupação do governo brasileiro em recepcionar Báez e Arbo com demonstrações de cortesia, nem toda a imprensa carioca seguiu essa diretriz. O jornal A Imprensa, ferozmente antiargentino, concluiu que a missão paraguaia no Brasil era um "ato de dissimulação" do chanceler Estanislao Zeballos. Isto porque um repórter desse periódico perguntou a Báez o que achava da política de Rio Branco e o chanceler paraguaio, após elogiar a figura do colega brasileiro, respondeu que a desconhecia. Báez foi evasivo em suas respostas e, somente após muita insistência do jornalista, declarou estar certo de que Rio Branco era amigo da paz e da harmonia com todos os países. O jornal A Imprensa viu na postura do chanceler paraguaio o reflexo do "argentinismo" de seu governo e escreveu: "Argentino toda a sua vida o general Benigno Ferreira foi colocado à testa da nação paraguaia pela força das armas argentinas e aí se mantém argentino dos pés à cabeça". Dias antes esse jornal classificara o governo paraguaio de instrumento da Argentina de Alcorta e de Zeballos, "dois estouvados", a qual parecia não ter outra preocupação que não a de "estupidamente afogar em sangue esta parte da América do Sul"[422].

Em Assunção, a visita de Cecilio Báez não produziu maior impressão, servindo apenas para críticas por parte da imprensa oposicionista. Para Félix Bocayúva tal fato se devia, em parte, ao desinteresse que os paraguaios dedicavam a questões externas. Decorria, também, do "pouco prestígio" de Cecílio Báez, não só nas esferas oficiais, como entre os partidos políticos e as camadas populares, das quais, aliás, "já foi, há tempos, oráculo decisivo"[423].

---

[421] A Missão Paraguaya. *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, 29.4.1908, p. 2. BN, Micr. PR-SPR-137(13). A missão paraguaya em S. Paulo. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 28.4; 2, 7 [editorial transcrito] e 9.5.1908, p. 1. Idem, Micr. PR-SPR.130(27).

[422] "O Paraguay - O Dr. Baez 'não conhece' a política do Sr. Rio Branco! Argentinos dos Pés à Cabeça!" e "O Paraguay - Caballero é Paraguayo - Ferreira é Argentino". *A Imprensa*, Rio de Janeiro, 5.5 e 1.5.1908. Ibidem, Micr. PR-SPR-139(8).

[423] BOCAYÚVA para RIO BRANCO, of. 25, 2a. sec, Assunção, 15.5.1908. AHI, MDBAOE, 201-2-11.
A motivação da visita de Báez e Arbo ao Rio de Janeiro, na versão do historiador paraguaio Manuel Pesoa, transcendia a cortesia. Esta, de fato, existia e tinha o sentido de confirmar ser intenção também do governo Ferreira consolidar os laços de amizade entre os dois países. Desejo este que fora manifestado, anteriormente, ao presidente paraguaio pelo ministro brasileiro em Assunção. Como prova desta amizade, porém, os dois enviados paraguaios teriam solicitado a Rio Branco a retificação dos limites entre os dois países. Para o governo Ferreira, ao se delimitar a fronteira em 1874, o rio Apa, que

Em 2 de julho de 1908 Benigno Ferreira foi deposto por um golpe de Estado liderado pelo major Albino Jara. Ferreira e seu grupo político, os liberais cívicos, marginalizaram os liberais radicais e isolaram-se, formando uma elite, distante da população, a qual não buscava atrair e cujos hábitos menosprezava. Os cívicos se satisfizeram com cuidar dos aspectos administrativos do governo, relegando a política a segundo plano, e, convencidos de contar com o Exército e a Polícia, consideraram-se seguros no poder[424].

Uma das versões para o golpe que derrubou o presidente Benigno Ferreira afirma que Albino Jara era "colorado de ascendência e tendência". O major Jara, porém, não chegou a revelar-se como tal, pois, devido às circunstâncias, foi no Partido Liberal, entre os radicais, que encontrou ambiente propício para suas ambições. Assim, o objetivo do golpe de 2 de julho de 1908 era o de colocar no poder o Partido Colorado, tanto que dois importantes filiados dessa agremiação, Marcos Quarenta e Marcos Caballero Codas, um dos filhos de Bernardino Caballero, acompanharam Jara na tomada dos quartéis. A inesperada resistência armada à derrubada do governo, contudo, obrigou Jara a recorrer à ajuda dos radicais, fazendo com que, a partir de então, dele se afastasse o Partido Colorado[425].

Houve, ainda, interesses financeiros na queda de Benigno Ferreira. Seu governo, pouco antes de ser derrubado, autorizou a constituição do *Banco de la República*, que surgiu em maio de 1908, após incorporar o *Banco Paraguayo*. Este fora fundado três anos antes, em 1905, e manteve "excelentes" relações com o governo Ferreira, a ponto de um dos seus diretores, Guilhermo de los Ríos, tornar-se ministro da Guerra e, outro, J. Berthet manter estreitos contatos com o ministro da Fazenda, Adolfo Soler. O *Banco de la República* tinha capital de seis milhões de pesos, sendo um de seus maiores acionistas o *Banco Francés del Río de la Plata*, que aportou um milhão de pesos para a nova instituição, idêntica quantia com que participaram, individualmente, Guilhermo de los Ríos e as companhías *Martín y Cia.* (argentina) e *Rius y Jorba* (paraguaia). A *Companhia Matte*

deveria ser o limite, foi confundido como o arroio Estrela e, assim, o Paraguai teria perdido um grande território. Afirma Pesoa que tal demanda fez com que o "Itamaratí reviviera su odio mortal hacia Ferreira", e comunicasse a Caballero que estava disposto a apoiar um movimento para derrubar o governo cívico. Manuel Pesoa, escrevendo em 1995, não cita a base documental, oral ou escrita, em que se apóia para essa versão. Pesoa é um autor sério, porém neste caso parece ter tomado como verdade histórica algum rumor. A documentação pesquisada para a elaboração deste livro e a realidade política paraguaia em 1908 não permitem aceitar essas conclusões. PESOA, Manuel. *General Doctor Benigno Ferreira*, su biografía, insertada en la Historia del Paraguay. Asunción: Intercontinental Editora, 1995, pp. 294-295.

[424] FREIRE ESTÉVES, pp. 106-107.

[425] BRAY, coronel Arturo. *Armas y letras*; mis primeros años (1898-1911). Asunción: Ediciones NAPA, 1981, t. 1. p. 58.

Larangeira investiu 500.000 pesos no *Banco de la República*, valor esse igual aos dos demais acionistas, todos paraguaios: Francisco de los Ríos e as casas comerciais *Angulo y Cia* e *Casaccia y Hijos*. Os dirigentes do novo banco eram os mesmos do *Banco Paraguayo*, mas a sede de sua *Junta Consultiva* era em Buenos Aires, sendo composta por diretores do *Banco Francés del Río de la Plata* e pelo representante de acionistas deste, os bancos franceses *Union Parisienne* e *Neuflize*[426].

O *Banco de la República* foi encarregado pelo governo Ferreira da emissão de papel moeda, conversível em ouro, na proporção de 10 bilhetes para uma unidade de lastro desse metal. O banco recebeu uma série de privilégios: gozar de isenção de todos os impostos; tornar-se agente exclusivo de todas as operações do Tesouro paraguaio; tornar-se receptor da totalidade dos depósitos e contas correntes oficiais e, ainda, ser detentor de direitos iguais aos do Estado guarani para a cobrança ou execução de créditos. Os liberais radicais criticaram duramente o governo de Benigno Ferreira por tais concessões, bem como por outras facilidades concedidas à *Paraguay Central Railway Co.* e, ainda, pela excessiva inclinação pró-Argentina da política externa do país. A ascensão dos radicais ao poder beneficiou o *Banco Mercantil*, devido às relações que seu presidente, Juan B. Gaona, mantinha com os novos governantes[427].

Resistiram ao movimento golpista o Departamento de Polícia, os bombeiros – que constituíam uma força militarizada – e a canhoneira *Libertad* (*ex-Sajonia*). Jara, que dispunha de armamento moderno que chegara ao país, bombardeou violentamente os legalistas. Segundo Arturo Bray, "foi um segredo dito a boca pequena" que, nos acontecimentos de 2 de julho de 1908, alguns dos cívicos que resistiam na estação ferroviária de Assunção portavam fuzis fornecidos pela belonave argentina *Los Andes*. Estas armas tinham o escudo argentino e foram apreendidas pelos vencedores. A deposição de Ferreira teve um alto custo humano, contando-se 150 mortos e 300 feridos[428].

Sitiado no Palácio de governo e batidas as forças que o apoiavam, Ferreira renunciou à Presidência na tarde de 2 de julho de 1908. Em seu lugar assumiu o vice-presidente Emiliano González Navero, liberal radical. No manifesto à população, os golpistas afirmaram que, embora o

[426] REGALSKY, Andrés Martín. El Banco Francés del Río de la Plata y su expansión en el Paraguay in: *Estudios Paraguayos*, Revista da Universidad Católica Nuestra Señora de la Asunción, Asunción, XIV: 1-2, Dic. 1986, p. 300.
[427] Idem, pp. 301; 304.
[428] KALLSEN, Osvaldo. *Historia contemporánea del Paraguay; 1869-1983*. Asunción: Imprenta Modelo, 1983. p. 96. BRAY, p. 62; HERKEN KRAUER, *Ferrocarriles, política* (...), p. 49.

movimento tivesse contado com o apoio de homens de todas as filiações políticas, seu componente principal era o liberal radical. A esta orientação, dizia o documento, obedeceria ao novo governo[429].

Rio Branco, ainda sem saber do desfecho da sublevação contra Ferreira, telegrafou em 4 de julho à Legação brasileira em Assunção. Orientou-a a não interferir nos acontecimentos paraguaios e que Bocayúva se relacionasse unicamente com o governo legal. No dia seguinte, em 5, o chanceler brasileiro, em novo telegrama, pediu confirmação da queda do governo e perguntou da sorte de Cecílio Báez. Bocayúva foi instruído a visitar Ferreira na Legação argentina, onde se supunha asilara (na verdade encontrava-se em sua residência particular) e informá-lo de que:

> [...] lamentamos esta nova perturbação da ordem pública. Alguns jornaisem Buenos Aires atribuem ao Brasil participação nestes acontecimentos, mas todos os homens do governo no Paraguai devem saber que o Governo Brasileiro não favorece revoluções contra os vizinhos. Não reconhecemos o novo governo antes de saber que está reconhecido por toda a nação [paraguaia]"[430].

Como consequência dessas instruções, enquanto os representantes dos Estados Unidos e de países europeus cumprimentavam o novo ministro das Relações Exteriores, Eusebio Ayala, Bocayúva e seus colegas da Argentina, da Bolívia e do Uruguai não compareciam à cerimônia. Rio Branco comunicou, em 8 de julho, que como o novo governo fora reconhecido em todo o Paraguai, "estamos em relações oficiais com ele". Ao mesmo tempo, o ministro paraguaio no Rio de Janeiro e líder liberal radical, Manuel Gondra, foi recebido pelo presidente brasileiro em audiência particular de despedida[431].

Na análise de Bocayúva, a queda de Ferreira não prejudicava o Brasil. Ao contrário, dava um golpe profundo na política de "exclusivismo internacional", em favor da Argentina, que haviam seguido os cívicos no poder[432].

A queda de Benigo Ferreira repercutiu na imprensa carioca. O *Jornal do Commércio*, porta-voz oficioso de Rio Branco foi comedido ao noticiar o fato. Preocupou-se em ressaltar que líderes exilados paraguaios, residentes em Buenos Aires e participantes da articulação do golpe, desmentiam a participação brasileira no ocorrido. Já *A Imprensa* afirmava

[429] In: FREIRE ESTEVES, p. 110.
[430] RIO BRANCO para BOCAYÚVA, tel. cifr. 13 e 14, s/l., 4 e 5.7.1908. AHI, MDBATR, 202-1-18.
[431] BOCAYÚVA para RIO BRANCO, tel. cifr. 18, Assunção, 9.7.1908. Idem, MDBATE, 202-1-9. RIO BRANCO para BOCAYÚVA, tel. s/n., s/l., 8.7.1908. Ibidem, MDBATR, 202-1-18.
[432] Idem.

que Ferreira tinha sido um "instrumento" da Argentina e que o envio de Báez ao Rio de Janeiro ocorrera para "enganar" o Brasil, acobertando seu objetivo real. Este era o de, ao voltar para Assunção, na escala em Buenos Aires, assinar um tratado de aliança ofensiva com o chanceler argentino Zeballos. Manuel Gondra declarou para A Imprensa que a política do novo governo paraguaio com relação ao Brasil seria de "amizade estreita"[433].

Para o *Correio da Manhã*, Benigno Ferreira era um "entusiástico amigo da Argentina". Os que o derrubaram, escreveu o jornal, eram "reconhecidamente nossos amigos", embora a ascensão de González Navero ao poder e os nomes escolhidos para seu Ministério "vêm deixar-nos numa atitude de expectativa". Já o *Correio da Manhã* levantou a interessante hipótese de uma relação entre o ocaso do chanceler argentino Estanislao Zeballos e a queda de Ferreira. Zeballos, escreveu esse periódico, trabalhara sempre para fazer do Paraguai um aliado e, com esse intuito, Báez fora atraído para Buenos Aires, usando como disfarce para tal viagem, a missão ao Rio de Janeiro. Nesse contexto, a deposição do presidente paraguaio em 2 de julho de 1908 significava a queda "de mais um agente, directo ou indireto, da política agitadora e ameaçadora de Zeballos"[434].

A notícia da queda de Ferreira teve "péssimo efeito" junto ao governo argentino, segundo informe da Legação espanhola em Buenos Aires. Na análise do ministro residente espanhol o governo Ferreira tinha-se distinguido por sua "adesão" à Argentina, evidenciada quando da passagem de Cecílio Báez, ao ir e vir do Rio de Janeiro, pela capital argentina. Nessas duas oportunidades Báez esforçou-se para tornar patente que sua viagem ao Brasil em nada alterava a estreita amizade entre o Paraguai e a Argentina. Em Buenos Aires existia a convicção de que o movimento que derrubou Ferreira fora preparado pelo Brasil, crença essa que era robustecida com a nomeação do ministro paraguaio no Rio de Janeiro, Manuel Gondra, como ministro do Interior do novo governo. Temia-se, no governo argentino, o "desvio" do país guarani em direção ao Brasil e os acontecimentos eram tidos como mais uma prova "da política de isolamento contra este país [a Argentina] de Rio Branco"[435].

Essa primeira impressão, porém, foi logo atenuada. Do Rio de Janeiro, o representante argentino, Julio Fernández, informou sobre a "dissimulada satisfação" com que se recebeu, nessa capital, a notícia da

[433] "Revolução no Paraguay". *Jornal do Commércio*, Rio de Janeiro, 5.7.1908. BN, Micr. PR-SPR-1(281). "A Revolução no Paraguay - Uma entrevista com o sr. M. Gondra". *A Imprensa*, Rio de Janeiro, 8.7.1908, p. 2. Idem, Micr. PR-SPR-139(9).

[434] "Revolução no Paraguai" e "Linhas e Entrelinhas". *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 7 (p. 2) e 8.7.1908 (p.1). id., PR-SPR-130(28).

[435] DE LA BARRERA, ministro Residente espanhol, para Secretario de Estado de Assuntos Exteriores, Buenos Aires, nota 89, 11.7.1908. AMAE, Correspondencia Embajadas y Legaciones - Argentina, Legajo 1355.

revolução no Paraguai. Dias depois, porém, esse representante esclareceu à sua Chancelaria que a revolução paraguaia fora uma verdadeira surpresa para o governo brasileiro. Fernández comunicou que, da capital brasileira, Manuel Gondra dirigira o movimento que depôs Benigno Ferreira. Gondra solicitou, inclusive, a esse diplomata argentino, informar ao chanceler Victorino de la Plaza que o movimento revolucionário paraguaio obedecia a motivos de política interna e que não alteraria as relações do país com a Argentina. Essa garantia foi repetida por Gondra quando de sua passagem por Buenos Aires, a caminho de Assunção, pessoalmente, ao presidente Figueroa Alcorta[436].

[436] Julio FERNÁNDEZ para DE LA PLAZA, nota 248, res., Petrópolis, 4.7.1908 e nota s/nº, conf., Rio de Janeiro, 7.7.1908. AMRECIC, Guerra de la Triple Alianza [sic], Cx. 5, Expediente 2. Gabriel Martínez CAMPOS para DE LA PLAZA, nota 160, res., Assunção, 4.11.1908. Idem, t. I.

III - "Calma, Moderação, mas Firmeza[437]" (1909-1912)

Ascensão do liberalismo radical ao poder tornou mais difícil as relações entre o Brasil e o Paraguai. A política brasileira para Assunção orientou-se, então, pelas características resumidas no título deste capítulo, chegando, mesmo, à aspereza, muito embora o princípio da neutralidade brasileira nos assuntos internos paraguaios tenha sido mantido, mesmo durante a guerra civil de 1911-1912. Durante a guerra o Brasil atuou de comum acordo com a Argentina, embora a neutralidade de ambos fosse imperfeita, já que as autoridades diplomáticas e militares dos dois países no Paraguai favoreceram as partes em luta. Tal fato ocorreu sem a orientação dos governos brasileiro e argentino, os quais, no máximo, teriam tolerado, *post factum*, o descumprimento da neutralidade por esses seus agentes.

1 - Ásperas relações com o "gondrismo" no poder (1909-1910)

De volta a Assunção, Manuel Gondra assumiu o Ministério do Interior e, ao mesmo tempo, reorganizou seus correligionários, que dominaram o Partido Liberal. A opinião pública, informou o representante brasileiro Félix Bocayúva, simpatizava "com os jovens estadistas que compõem o atual governo", mas temia por sua inexperiência em negócios

[437] RIO BRANCO para GASTÃO DA CUNHA, tel. Cifr. 13, 4.7.1909. AHI, MBATR, 202-1-18.

públicos. Os radicais contavam com escassos quadros humanos e, "mais cedo ou mais tarde", teriam que fazer uma *entente* com os colorados. Caso contrário, escreveu Bocayúva, haveria uma nova revolução[438].

Houve, logo de início, uma tentativa dessa *entente,* sem sucesso porque Jara, agora coronel e ministro da Guerra, estava influenciado por seus colegas de governo (inclusive Manuel Gondra), contrários a qualquer acordo. Como consequência, esse militar exigiu que os colorados publicassem um manifesto de apoio ao governo, sem oferecer, em troca, qualquer vantagem imediata. Os dirigentes do Partido Colorado compreenderam que a exigência era uma ameaça velada de rompimento e publicaram um documento "incolor", com a finalidade de ganhar tempo até que estivessem em condições "de aceitar a luta em qualquer terreno". Tal era a situação quando, para surpresa geral, foi decretado Estado de Sítio, sendo presos vários opositores, colorados e cívicos, e fechados os jornais *La Patria*, *La Ley* e *El Cívico*[439].

Circulava o boato de que articulações para uma nova revolução eram o motivo do Estado de Sítio. A realidade, escreveu Bocayúva, era que "a pequena facção radical" estava impotente para vencer os colorados em eleições. Como consequência, decidiu-se fazer a "prisão em massa" de prestigiosos líderes desse Partido oposicionista[440]. Permaneceram livres, porém, os generais Caballero e Escobar, suficientemente veneráveis e idosos, para escaparem à prisão, mesmo porque, isolados, não representavam ameaça real.

A situação política tornou-se extremamente tensa, a ponto de a Legação brasileira não confiar no telégrafo paraguaio. Seus telegramas, codificados, eram enviados por Formosa, na Argentina, e neles Bocayúva descrevia prisões cheias e decisões do Tribunal de Justiça desobedecidas impunemente pelo governo. Concluiu aquele diplomata que o terror dominante e as violências, como a de ordenar o exílio do general Caballero, iriam gerar, em curto prazo, outra revolução. Os preparativos para tanto, informou a Legação brasileira no final de outubro de 1908, estavam adiantados[441].

No início de novembro, Bocayúva foi consultado pelo ministro britânico e pelo gerente da *Paraguay Central Railway Company* (PCRC) se o governo brasileiro estaria interessado em comprar essa companhia por 200.000 libras esterlinas. Na opinião do representante brasileiro essa era uma proposta digna de ser estudada, insinuando a possibilidade de

[438] BOCAYÚVA para RIO BRANCO, of. 32, 2a. sec., Assunção, 5.8.1908. Idem, MDBAOE, 201-2-11.
[439] Idem, of. 8, 2a. sec., Assunção, 24.9.1908. Ibidem.
[440] Id.
[441] Id., tel cifr. s/n. de 30.9 e 30.10.1908. Ibid., MDBATE, 202-1.

conectar a PCRC com o traçado ferroviário do Mato Grosso e Paraná. A compra, pelo governo brasileiro, da PCRC, juntamente com alguns favores que se poderia obter para o Lloyd brasileiro e a criação de uma agência do Banco do Brasil em Assunção, "dar-nos-ia[m] inegável situação aqui". Ademais, ressaltou Bocayúva, dizia-se que o governo argentino pretendia comprar essa ferrovia[442].

Para Rio Branco não convinha ao governo brasileiro tal compra. Ademais, poder-se-ia dizer que o Brasil buscava, assim, assenhorear-se do Paraguai[443]. O assunto foi encaminhado ao Ministério de Viação brasileiro para verificar se uma companhia paulista – não se especifica qual – teria interesse em comprar a ferrovia paraguaia[444].

A instabilidade política paraguaia e a crise comercial tinham afetado a PCRC e a construção do ramal a Encarnación avançava lentamente. Cerca de 85% das ações com direito a voto dessa empresa pertenciam ao político argentino Benito Villanueva e ao empresário português Manoel Rodríguez, residente em Buenos Aires, que tentavam vendê-las. O governo argentino interessou-se pelo negócio, com o presidente Alcorta, em mensagem confidencial ao Congresso, assinalando a vantagem estratégica de controlar essa ferrovia. Entre novembro e dezembro de 1908, funcionários argentinos estiveram no Paraguai para inspecionar a linha da PCRC. No ano seguinte, o governo Alcorta decidiu investir nessa companhia, cuja composição acionária passou a ser: governo argentino, com 40% (22.000 ações, no valor de 220.000 libras esterlinas); Manoel Rodríguez, com 35% (20.000 ações que perfaziam 200.000 libras) e outros acionistas com 25% (14.930 ações, que totalizavam 142.930 libras)[445].

Quanto a política interna paraguaia, Rio Branco orientou seu representante em Assunção no sentido de manter-se neutro. Solicitou, porém, que, em seu nome, Bocayúva manifestasse a Manuel Gondra a preocupação do chanceler brasileiro sobre a situação política paraguaia e que "penso como ele pensava ao partir daqui que só uma política de conciliação, ligando-se ainda que temporariamente dois ou mais partidos, poderia assegurar a paz e [o] progresso"[446]. Na verdade a preocupação de Rio Branco estendia-se, conforme escreveu à Legação brasileira em Montevidéu, a todo o Prata. O chanceler brasileiro tinha informações de que os *blancos* pretendiam iniciar uma revolução no Uruguai e instruiu o

[442] BOCAYÚVA para RIO BRANCO, tel. cifr. s/n., 1.11.1908. Ibid.
[443] RIO BRANCO para GASTÃO DA CUNHA, of. res. 1, 3a. sec., Rio de Janeiro, 30.1.1909. Ibid., MDBAD, 202-1-2.
[444] RIO BRANCO para BOCAYÚVA, tel. cifr. 26, 6.11.1908. Id., MDBATR, 202-1-18.
[445] HERKEN KRAUER, Juan Carlos. *Ferrocarriles, conspiraciones y negócios en el Paraguay*. Asunción: Arte Nuevo, pp. 21 e 31.
[446] RIO BRANCO para BOCAYÚVA, Tel. Cifr. 26, 6.11.1908. AHI, MDBATR, 202-1-18.

ministro brasileiro nesse país a interceder junto ao governo para afastar esse perigo, "por meio de uma política de conciliação". O diplomata recebeu ordens de dizer a Antonio Bachini, chanceler uruguaio, que

> penso que [com] a situação delicada que atravessam os países do Prata e as nossas relações com a Argentina, assim como o predomínio dos exaltados em Buenos Aires pela agitação que jornais alarmistas têm criado, uma guerra civil no Uruguai poderia trazer complicações graves, e ser motivo de uma conflagração geral[447].

Gondra, antes de partir do Rio de Janeiro, dissera a Rio Branco que iria implementar uma política de conciliação, procurando apoio do general Caballero e dos colorados. O chanceler brasileiro respondeu que tal política lhe parecia acertada e, quatro meses depois, em novembro, não entendia a postura anticonciliatória de Gondra, surpreendendo-se com a crença dos radicais de que poderiam manter-se no poder, tendo contra si cívicos e colorados[448]. Ao receber a mensagem de Rio Branco, Gondra, já na função de ministro das Relações Exteriores, afirmou a Bocayúva que fora forçado a mudar de orientação ante o ambiente agressivo que encontrou entre os oposicionistas[449].

Já no primeiro encontro com o representante argentino, Manuel Gondra expôs que a situação interna era difícil. Afirmou, porém, que o governo controlava a situação por contar com o Exército. Os radicais não inovavam em relação a seus antecessores no poder, optando por governar com o apoio primordial das baionetas, em lugar de negociar a constituição de um bloco político de sustentação. Nesse encontro, Gondra acrescentou que Rio Branco havia insistido para que os colorados participassem do governo, o que atribuiu ao fato de o Itamaraty vir no Partido Colorado um "amigo decidido do Brasil". Gondra reiterou ao diplomata argentino as garantias de que "este Governo marcharia em tudo de acordo com a nossa política [da Argentina]"[450].

Em 5 de dezembro de 1908 o governo de Emiliano González Navero prorrogou o Estado Sítio até 30 de junho de 1909. A Legação brasileira classificou como "má" a situação e recebeu vários asilados, entre eles o caudilho colorado José Gill. Havia rumores de que soldados, em

[447] RIO BRANCO para a Legação em Montevidéu, tel. cifr, Rio de Janeiro, 28.11.1908 apud. VIANA FILHO, Luís. *A Vida do Barão do Rio Branco*. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1959, p. 401.
[448] RIO BRANCO para BOCAYÚVA, of. res. 4, 2a. sec., Assunção, 30.11.1908. AHI, MDBAD, 202-1-2.
[449] BOCAYÚVA para RIO BRANCO, of. res. 16, 2a. sec., Assunção, 5.12.1908. Idem, MDBAOE, 201-2-11.
[450] CAMPOS para DE LA PLAZA, nota 160, res., Assunção, 4.11.1908. AMRECIC, Guerra de la Triple Alianza [sic], Expediente 5, Tomo I.

trajes civis, tentariam arrebatar esses asilados, quando eles se dirigissem da Legação ao navio do Lloyd Brasileiro fundeado no porto de Assunção, para serem transportados à Argentina. Rio Branco instruiu Bocayúva a comunicar a Gondra que "espero todas as providências para impedir semelhante ofensa ao Brasil". Caso contrário, haveria um protesto e o rompimento de relações diplomáticas por parte do governo brasileiro. A postura incisiva de Rio Branco rendeu resultados e os asilados foram evacuados e, em fins de dezembro, a Legação passou a contar com o apoio de duas canhoneiras vindas de Mato Grosso[451].

Em dezembro de 1908 Gastão da Cunha assumiu a Legação brasileira no Paraguai, elevando o *status* da representação, pois suas credenciais eram de Enviado Extraordinário e Ministro Plenipotenciário. Em relatório que deixou para seu sucessor, Félix Bocayúva informou do assunto que permanecia inconcluso: a *Paraguay Central Railway Company* não saldara a totalidade da dívida, que se arrastava desde o século XIX junto ao Tesouro brasileiro. Faltava serem pagas duas letras promissórias, mas o assunto estava sendo tratado diretamente pela Chancelaria brasileira com a Legação paraguaia no Rio de Janeiro[452].

Em maio de 1909 recrudesceram os boatos de revolução contra o governo Navero. Gastão da Cunha relatou que "o certo" era que cívicos e colorados haviam chegado a um acordo em Buenos Aires, embora a ele fosse alheio o general Caballero, exilado nessa cidade. Há pouco chegara a Assunção, vindo da capital argentina, Francisco Chaves, "o homem mais criterioso e ponderado entre os colorados". Cháves disse a Gastão da Cunha haver uma aproximação entre seu partido e os cívicos. Classificou Ferreira de "pérfido", que estaria usando os colorados para depois de vitorioso deles se livrar. Mas os colorados, afirmou Cháves, com algum tempo para preparar-se sem precipitações poderiam, sozinhos, iniciar a revolução e governar o Paraguai. Acrescentou, ainda, que o ex-chanceler argentino Estanislao Zeballos intermediava para os cívicos paraguaios a compra de armas dos *blancos* no Uruguai. Estes teriam oferecido 5.000 fuzis, mas com pagamento à vista, exigência que adiara a compra[453].

[451] BOCAYÚVA para RIO BRANCO, tel. cifr. 60, Assunção, 15.12.1908. AHI, MDBATE, 202-1-9. RIO BRANCO para BOCAYÚVA, tel. cifr. 27, [s.n.], 20.12.1908. Idem, MDBATR, 202-1-18. BOCAYÚVA para RIO BRANCO, Tel. 26, Assunção, 22.12.1908. Id., MDBATE, 202-1-9. GASTÃO DA CUNHA para RIO BRANCO, of. res. 21, 2a. sec., Assunção, 30.12.1908. Id., MDBAOE, 201-2-11. BOCAYÚVA para RIO BRANCO, tel. cifr, s/n., Assunção, 30.10.1908. Id., MDBATE, 202-1-9.

[452] Relatório de Félix BOCAYÚVA para GASTÃO DA CUNHA, Assunção, 19.12.1908. Id., MDBAOE, 201-2-12. Não foram encontrados documentos que esclarecessem se essas duas letras promissórias foram resgatadas e quando isso ocorreu.

[453] GASTÃO DA CUNHA para RIO BRANCO, of. 13, 2a. sec., Assunção, 14.5.1909. Ibidem.

Rio Branco acreditou nessa informação e, meses depois, transmitiu-a ao presidente Nilo Peçanha, ao comunicar a ameaça de uma sublevação *blanca* contra o governo uruguaio[454].

Gastão da Cunha não acreditava que o governo argentino favorecesse a preparação de uma revolução no Paraguai. De um lado porque tal acontecimento não traria vantagens à Argentina, cuja situação interna, por outra parte, não permitia esse favorecimento. Porém, ressalvou o diplomata, os conspiradores encontravam simpatia entre homens públicos argentinos, além do próprio Zeballos, "que os ajuda quanto lhe é possível" e contavam, ainda, com o financista Benito Villanueva. Os revolucionários necessitavam de dinheiro, chegando, inclusive, um deles a pedir a Gastão da Cunha que conseguisse algum dinheiro, ou armas, do governo brasileiro. A necessidade de recursos financeiros levou o general Caballero a vender sua chácara em Assunção, a mais valiosa propriedade particular da cidade. O imóvel foi comprado pela *Paraguayan Central Railway Company*, que tinha Villanueva como um dos seus grandes acionistas. Não via, porém, o representante brasileiro, em tal compra uma forma de a PCRC auxiliar a revolução, embora fosse "certo" que Caballero não recusaria auxílios para tanto[455].

A Legação argentina em Assunção, por sua vez, registrou rumores de que se organizava uma sublevação colorada com o apoio do Brasil. Martinez Campos, representante argentino, desmentiu tais rumores, mas comentou que o comportamento de Gastão da Cunha dava motivos para que eles surgissem. O ministro brasileiro, segundo seu colega argentino, costumava emitir em reuniões sociais comentários pouco favoráveis ao governo paraguaio. O diplomata brasileiro mantinha-se distante dos círculos dirigentes do país e sequer tinha uma residência, vivendo em uma pensão; eram fatores que lhe criavam "uma situação pouco simpática política e socialmente". O governo argentino, por sua vez, lembrou Martínez Campos, cobrava das autoridades da província fronteiriça de Formosa, absterem-se de facilitar as atividades de conspiradores paraguaios[456].

A Argentina acolhia, crescentemente, exilados paraguaios. O governo de Assunção expulsava do país os adversários políticos e organizava no interior as bases de apoio político, utilizando-se do "silêncio imposto pelos confinamentos e prisões em massa". Com isso, no território argentino, ao longo dos rios Paraguai e Paraná, e até Buenos Aires,

[454] RIO BRANCO para presidente Nilo PEÇANHA, Petrópolis, 22.12.1909 apud. VIANA FILHO, p. 422.
[455] GASTÃO DA CUNHA para RIO BRANCO, of. 13, 2a. Sec., Assunção, 14.5.1909. AHI, MDBAOE, 201-2-12.
[456] CAMPOS para DE LA PLAZA, nota s/nº, Res., Assunção, 25.2.1909. AMRECIC, Guerra de la Triple Alianza, [sic] Cx. 5, Expediente II.

conspiravam muitos desses exilados. Na capital argentina constituiu-se um comitê revolucionário, presidido pelo general Caballero, enquanto José Gill presidia um subcomitê em Corrientes[457].

Também os liberais cívicos tinham seu núcleo dirigente em Buenos Aires. Sua fraqueza, contudo, era agravada pelas dissensões internas, iniciadas entre Adolfo R. Soler e o coronel Manuel Duarte. Consequentemente, os cívicos não conseguiram robustecer-se, embora Soler iniciasse preparativos para um movimento armado que restabelecesse Ferreira no poder[458].

Contudo, nenhuma das conspirações prosperou. O governo Navero manteve o Paraguai em pé de guerra, reforçando as guarnições militares em Humaitá, Encarnación, Concepción e Misiones. Os gastos do Ministério da Guerra eram desproporcionais aos de outros órgãos da administração e "de contabilização duvidosa". Também era suspeita a gestão dos recursos públicos em órgãos como as Aduanas, o Correio e na arrecadação de impostos internos[459].

Em meados de 1909 a Legação brasileira reportou novos rumores de revolução. Essa representação já recebera, inclusive, pedidos preventivos de asilo. Estes, porém, seriam concedidos somente em "casos excepcionais", para não estimular atos de rebelião por parte daqueles que sabiam que, em caso de fracasso, encontrariam refúgio. Gastão da Cunha deu como certa a existência de uma aliança entre colorados e cívicos. Os radicais, segundo o diplomata, sabiam que nada tinham a temer por parte do Brasil e, assim, buscando evitar apoio externo para os oposicionistas por parte da Argentina, tratavam de convencê-la de que a maioria dos conspiradores era composta de "brasileiristas". Paradoxalmente, contudo, a imprensa governista acusava Buenos Aires de conivente com os preparos revolucionários[460]. Isto não era verdade e nessa ocasião, como em outras anteriores, o governo argentino não possuía o controle sobre as autoridades provinciais. Era possível, portanto, que algumas destas, desobedecendo a instruções superiores, se envolvessem com conspiradores paraguaios.

A degradação do quadro político paraguaio se estendeu às próprias relações do governo Navero com a Legação brasileira. Em junho, Gastão da Cunha informou não só uma nova onda de violências oficiais e de prisões, como também a hostilidade do governo paraguaio com relação

[457] FREIRE ESTEVES, Gómes. *Historia contemporánea del Paraguay*. Buenos Aires, [s.n.], 1921, p. 113.
[458] Idem.
[459] Id.
[460] GASTÃO DA CUNHA para RIO BRANCO, of. 17 e 18, 2a. sec., 3 e 4.6.1909. AHI, MDBAOE, 201-2-12.

ao Lloyd Brasileiro. Este tivera seu navio Javari multado em 200 contos pelas autoridades paraguaias, sob a falsa acusação de contrabando. Havia, ainda, o rumor de que essa embarcação seria apreendida em Humaitá[461].

Para Rio Branco, o governo paraguaio era capaz de "toda violência", a ponto inclusive de ter considerado declarar guerra à Argentina, devido à situação difícil em que se encontrava. Opinião esta que coincidia com a do representante argentino em Assunção, Martinez Campos, que se queixou da falta de consideração com que era tratado por Manuel Gondra. Para este diplomata, era a fragilidade do governo paraguaio que explicava sua crescente hostilidade com relação à Argentina, com vistas a provocar um conflito internacional. Neste caso, Navero poderia apresentar-se, "al pueblo sumiso e ignorante", como defensor da soberania paraguaia ultrajada[462].

Rio Branco recomendou prudência ao representante brasileiro em Assunção, mesmo porque "nossa situação interna [é] bastante delicada"[463]. De fato, o quadro político no Brasil sofrera alteração com a morte, em 14 de junho, do presidente Afonso Pena, substituído pelo Vice-presidente, Nilo Peçanha. No plano militar, Rio Branco classificou de "deplorável" as condições de defesa disponíveis no Rio Grande do Sul e em Mato Grosso. O chanceler não acreditava em alguma agressão "próxima" da Argentina contra o Brasil, mesmo porque Buenos Aires não desejaria comprometer os festejos do Centenário da Independência argentina, que transcorreria em 1910. Contudo, escreveu Rio Branco, que a Argentina

> [...] trabalha com afinco para se manter na situação, em que desde anos se acha, de grande superioridade militar sôbre o Brasil, é fora de dúvida; e também devemos ter presente que a campanha movida na imprensa de Buenos Aires pelos partidários da guerra com o Brasil pode, dentro de algum tempo, trazer-nos essa guerra e grandes desastres, se eles não souberem que estamos preparados para uma pronta e enérgica repulsa[464].

E a prudência recomendada por Rio Branco à Legação brasileira logo se fez necessária. Um juiz paraguaio deu ordem de prisão a Eleutério Corrêa, que acumulava as funções de vice-cônsul do Brasil e gerente do Lloyd Brasileiro. Gondra mostrou a Gastão da Cunha fotografias de várias

[461] Idem, tel. cifr. 16, Assunção, 20.6.1909. Ibidem, MDBATE, 202-1-9.
[462] RIO BRANCO para GASTÃO DA CUNHA, tel. cifr. 8 Bis, [s.n], 21.6.1909. Ibid., MDBTR, 202-1-18. CAMPOS para DE LA PLAZA, nota 160, Res., Assunção, 20.9.1909. AMRECIC, Guerra de la Triple Alianza, [sic] Cx. 5, Tomo I.
[463] RIO BRANCO para GASTÃO DA CUNHA, idem. Ibidem.
[464] RIO BRANCO para Nilo PEÇANHA, Petrópolis, 22.12.1909 apud. VIANA FILHO, p. 423.

cartas de Corrêa para o caudilho colorado José Gill, mas o diplomata procurou demonstrar que elas tinham sentido ambíguo, podendo significar outra coisa e que o de uma conspiração. Para o representante brasileiro, as cartas de Corrêa não davam motivo para sua prisão[465].

O representante argentino parecia concordar com o governo paraguaio. Para Martínez Campos os conspiradores utilizavam a Legação brasileira para distribuírem correspondência e, mais, Corrêa executava ordens de pagamento dadas por Gill. Por "informes fidedignos", o diplomata argentino foi informado de que as ordens do general Caballero chegavam a seus seguidores por meio do mesmo Eleutério Corrêa[466]. Seria possível essa intermediação, mas dificilmente ocorreria de forma sistemática e, ainda, com o caráter de auxiliar os conspiradores. Se isto aconteceu o foi à revelia de Rio Branco, mas, o mais provável, é que Martinez Campos tenha sido envolvido por intrigas antibrasileiras de parte do situacionismo paraguaio.

Em 4 de julho, Rio Branco passou três telegramas para Gastão da Cunha. No primeiro deles transcrevia-se informe oficial de Mato Grosso, comunicando que quatro vapores armados paraguaios, rebocando uma chata com cerca de 600 homens, fizeram manobras provocadoras diante de Porto Murtinho. Posteriormente esses barcos desembarcaram, pouco acima dessa localidade, um destacamento que explorara os arredores do riacho Guaycurú, em território brasileiro. Rio Branco instruiu a Legação a confirmar a veracidade desses fatos e, em caso positivo, o governo paraguaio deveria dar satisfações pela ofensa à soberania brasileira. "Mostremos calma, moderação, mas firmeza" sintetizou Rio Branco[467].

Não blefava o chanceler brasileiro quanto a sua disposição para a "firmeza". Em novo telegrama, ele perguntou se havia em Assunção ministros norte-americano, francês ou britânico. Tratava-se da precaução de saber quem poderia representar os interesses brasileiros, em caso de rompimento de relações diplomáticas com o Paraguai[468].

Outro telegrama, do dia 4, enviado do Rio de Janeiro, era o mais grave. Afirmava que, após inquérito, o governo de Mato Grosso anunciara o assassinato, por tropas paraguaias, de dois brasileiros em Bela Vista e, com isso, ascendia a cinco o número de mortos nessas circunstâncias.

[465] GASTÃO DA CUNHA para RIO BRANCO, of. 25, 2a. Sec., Assunção, 25.6.1909. AHI, MDBAOE, 201-2-12.
[466] CAMPOS para DE LA PLAZA, tel. cifr., Assunção, 19.6.1909. AMRECIC, Guerra de la Triple Aliança, [sic], Expediente 5, Tomo I.
[467] RIO BRANCO para GASTÃO DA CUNHA, tel. cifr. 13, [s.n], 4.7.1909. AHI, MDBATR, 202-1-18.
[468] Idem, tel. cifr. 16, s.l., 4.7.1909. Ibidem.

Rio Branco instruiu Gastão da Cunha a solicitar de Gondra providências imediatas, "perguntando de minha parte se há intenção de seu governo [em] provocar-nos"[469].

Gondra mostrou-se "pesaroso" com a suposição de que houvesse essa intenção de seu governo e repetiu protestos de amizade em relação ao Brasil. Prometeu providências sobre o assassinato dos brasileiros, mas, ao mesmo tempo, pediu a demissão do vice-cônsul Eleutério Corrêa. Gastão da Cunha respondeu que seria mais natural o governo paraguaio solicitar tal demissão por intermédio de sua Legação no Rio de Janeiro, mas que a receberia desde que por escrito[470].

Os atritos da Legação brasileira com o governo paraguaio continuaram por outro motivo. Na II Conferência Internacional de Paz, de 1907, o Brasil aderiu à Convenção de 29.7.1899 para a resolução pacífica de divergências internacionais. Nessa ocasião o governo brasileiro ressalvou que se reservava o direito de utilizar-se de outros juízes e não os do Tribunal Permanente de Haya[471].

Em junho de 1909, Rio Branco encaminhou ao governo paraguaio um projeto de tratado de arbitragem. Este levou em conta que o Paraguai tinha problemas territoriais com a Argentina, na definição do canal principal do rio Pilcomayo, e com a Bolívia, sobre a posse do Chaco. Assim, pensou o chanceler brasileiro, talvez não interessasse ao governo paraguaio estabelecer que, em semelhante situação, fosse obrigado sempre à arbitragem. Como consequência, aquele projeto ressalvou, no artigo I, que a arbitragem não se estendia a "interesses vitais", como a integridade territorial. Era permitido, também, o veto a árbitros porque, ressaltou Rio Branco, não lhe ocorrera, quando o Brasil assinou tratado de arbitragem com a Argentina em 1905, que o árbitro indicado poderia não inspirar confiança. Para exemplificar, mas sem citar nomes, Rio Branco afirmou que o Brasil nunca aceitaria dois dos juízes do Tribunal Permanente de Haya[472].

As negociações entre a Legação brasileira e Manuel Gondra sobre o Tratado de Arbitragem estenderam-se infrutiferamente. O chanceler paraguaio não aceitou que o tribunal funcionasse no território de um dos litigantes, nem o direito de recusa de árbitros[473]. Gondra também faltou a diferentes reuniões para discutir a questão. Em 26 de julho Rio Branco ordenou à Legação brasileira que rompesse as negociações, ordem que foi

[469] Id., tel. cifr. 17, s.l., 4.7.1909. Ibid.
[470] GASTÃO DA CUNHA para RIO BRANCO, of. 28, 2a. sec., Assunção, 9.7.1909. Ibid., MDBAOE, 201-2-12.
[471] RIO BRANCO para GASTÃO DA CUNHA, of. 3, 2a. sec., Rio de Janeiro, 28.4.1909. Ibid., MDBAD, 202-1-2.
[472] Idem, of. 3 e 12, 2a. Sec, Rio de Janeiro, 28.4 e 4.6.1909. Ibid.
[473] GASTÃO DA CUNHA para RIO BRANCO, of. 29, 2a. Sec., Assunção, 30.7.1909. Ibid., MDBAOE, 201-2-12

cumprida imediatamente. Para Gastão da Cunha, o governo paraguaio "busca ferir-nos para agradar [a] Argentina". Gondra, por intermédio de um amigo, sondou a representação brasileira se Rio Branco desistia da questão do veto a árbitros para retomar as negociações. A resposta do chanceler brasileiro foi de que era inútil voltar ao assunto, "que já dei por encerrado"[474].

No final de agosto de 1909, Gastão da Cunha partiu do Paraguai, sendo substituído por Guerra Duval que assumiu a Legação brasileira como Encarregado de Negócios. O novo representante reafirmou que os jornais locais, todos governistas, e os homens do governo estavam convencidos de que em breve se iniciaria uma revolução. Afirmou esse diplomata ser certo que os oposicionistas se preparavam na Argentina, mas parecia carecerem de dinheiro e de armas. O Exército paraguaio, enquanto isso, estava relativamente bem disciplinado e armado[475].

Guerra Duval fez uma análise impiedosa do governo paraguaio. Escreveu que os radicais estavam esgotando "as débeis forças da nação" para manterem-se no poder. Para justificar o uso de medidas "ilegais e extraordinárias", os governistas responsabilizavam os adversários pelos males que assolavam o país. Os radicais não inovavam nessa atitude e "nisso imitam governantes anteriores, que por sua vez os imitarão, quando, mais cedo ou mais tarde, voltarem às posições perdidas"[476].

Gondra era a "cabeça dirigente" do governo paraguaio, que contava com 8.000 homens armados. Estes causavam gastos "extraordinários", num país em que a maior fonte de receita provinha da Alfândega. As importações, porém, eram quase nulas e havia pessimismo quanto às exportações para 1910, pois praticamente não se cultivavam os campos. Guerra Duval sintetizou a situação ao afirmar que "todas as forças vivas do país, já tão depauperado, estão empenhadas na estéril contenda política entre adversários que se equivalem perfeitamente em defeitos de caráter e vícios administrativos"[477].

O poder militar do governo tornava difícil uma revolução vencedora, sendo mais provável uma guerra de guerrilhas por parte da oposição. Já havia, mesmo, escaramuças na zona fronteiriça norte e sul, o que levou Guerra Duval a solicitar o envio de navio de guerra brasileiro para Assunção. Ao mesmo tempo o diplomata sugeriu ao governo

[474] RIO BRANCO para GASTÃO DA CUNHA, tel. cifr. 19, s/l., 26.7.1909. Ibid., MDBATR, 202-1-18. GASTÃO DA CUNHA para RIO BRANCO, Tel. Cifr. 27, Assunção, 27.7.1909. Ibid., MDBATE, 202-1-9. Idem, tel. 31, Assunção, 5.8.1909. Ibid. DUVAL para RIO BRANCO, of. 54, 2a. sec., Assunção, 8.11.1910. Ibid., MDBAOE, 201-2-13. RIO BRANCO para GASTÃO DA CUNHA, tel. 21, Rio de Janeiro, 5.8.1909. Ibid., MDBATR, 202-1-18.

[475] DUVAL para RIO BRANCO, of. 44, 2a. sec., Assunção, 16.9.1909. Ibid., MDBAOE, 201-2-12.

[476] Idem, of. res. s/n., 2a. Sec., Assunção, 22.9.1909. Ibid.

[477] Id., ibid.

brasileiro reforçar os postos militares na fronteira com país guarani, para garantir o respeito da neutralidade do Brasil[478].

Em fins de setembro a Legação brasileira comunicou a invasão, por revolucionários colorados, do Paraguai, ao norte e ao sul. Os rebeldes haviam tomado cinco navios mercantes, entre eles o vapor paraguaio *Fortuna*, que transportava 300 toneladas de víveres para comerciantes em Corumbá. Os revolucionários infundiam temor e os guardas nacionais faziam de tudo para não enfrentá-los, levando as autoridades paraguaias a recorrerem ao recrutamento forçado. Por este motivo houve grande número de pedidos de asilo em todas as representações diplomáticas em Assunção. Enquanto isso, a imprensa paraguaia, toda ela oficialista, acusou o Brasil e a Argentina de apoiarem os rebeldes[479].

Em Assunção era generalizada a opinião de que os revolucionários contavam com a boa vontade do Brasil. O governo paraguaio, inclusive, empenhou-se em propagar tal versão. Os rebeldes, segundo o representante brasileiro, não tinham elementos bélicos para ameaçar seriamente a estabilidade do governo[480].

Um amigo de Victor Soler, ministro da Fazenda, comunicou a Guerra Duval que o governo paraguaio buscava uma aproximação com a Argentina. Tal ocorreria no bojo de uma combinação entre governistas e cívicos, os quais não estavam, até aquele momento, envolvidos nas operações revolucionárias. Quanto aos colorados sublevados, ao contrário do que esperavam, a população não se juntou a eles; ao contrário, fugiam à sua aproximação[481].

A situação de Guerra Duval tornou-se precária, frente a novas notícias de envolvimento de brasileiros em favor dos revoltosos. Em meados de outubro, a imprensa paraguaia acusou as autoridades brasileiras de Porto Murtinho de protegerem e mesmo obedecerem aos sublevados. No início de novembro dizia-se que, no arquivo tomado por forças do governo aos revoltosos no norte, haviam sido encontradas cartas de personalidades brasileiras. Esses documentos demonstrariam "extrema boa vontade dos seus autores para com os colorados"[482].

A revolução foi derrotada em menos de 20 dias, pelas tropas legalistas chefiadas por Manuel Gondra e por Albino Jara. Vitorioso, o governo radical retornou à realidade da situação financeira angustiante e

---

[478] Id.

[479] Id., of. res. 3, 2a. Sec., Assunção, 25.9.1909. Ibid. Em anexo os recortes: Guerra Civil Internacional. *La Evolución*, Assunção, 22.9.1909; La Revolución. El Diario, Asunción, 22.9.1909; Acusamos al Brasil y a la Argentina de Deslealtad. *La Acción*, Asunción, s/d.

[480] Id., of. 46, 2a. sec., Assunção, 1.10.1909. Ibid.

[481] Id., of. res. 7, 2a. Sec., Assunção, 8.10.1909. Ibid.

[482] Id., of. 48 e res. 10, 2a. Sec., Assunção, 15.10 e 1.11.1909. Ibid.

às divergências internas. Esperava-se a renúncia do ministro da Fazenda, Victor Soler, que viria a acontecer em julho de 1910, e a quem Gondra procurava neutralizar como concorrente na eleição presidencial que se aproximava. Enquanto isso, companheiros do ministro da Guerra, coronel Albino Jara, estimulavam sua candidatura a presidente. Comentava-se, informou Guerra Duval no início de 1910, que o Exército estava dividido em dois grupos, um, mais poderoso, liderado por Jara, e outro nucleado em torno do coronel Patrício A. Escobar e composto, em sua maior parte, por oficiais inferiores[483].

Enquanto isso, as relações entre o Brasil e o Paraguai continuavam pouco fluídas. Em fins de janeiro, Rio Branco instruiu Guerra Duval a indagar a Gondra quando seria enviado um novo representante para assumir a Legação paraguaia no Rio de Janeiro, acéfala há ano e meio. O chanceler queria saber se a representação paraguaia fora suprimida e, em caso afirmativo, o Brasil faria o mesmo com a sua em Assunção. O representante brasileiro passaria a ser, então, o cônsul, que acumularia a função de encarregado de negócios[484].

Guerra Duval expôs a Gondra as indagações de Rio Branco, acrescentando que a vacância da Legação paraguaia no Rio de Janeiro era indício de falta de consideração. Esta, acrescentou, parecia mais veemente com as publicações caluniosas ao Brasil aparecidas no *El Diário*, tido como órgão de Gondra ou inspirado por ele. Gondra, "constrangido", respondeu ser ele quem tinha queixas da imprensa brasileira, sempre agressiva com o governo paraguaio, inclusive o *Jornal do Commércio*, que, disse com acerto, era órgão oficioso de Rio Branco[485].

O encontro entre Guerra Duval e Gondra tornou-se ainda mais tenso, quando o paraguaio acusou as autoridades de Mato Grosso de favoráveis à sublevação dos colorados, afirmando dispor de provas nesse sentido. O diplomata brasileiro contestou estranhando que, tendo provas, o chanceler paraguaio não tomasse a iniciativa de apresentar a acusação contra essa falta grave. Respondeu Gondra que, em reconhecimento à correção do governo brasileiro em tais acontecimentos, não quisera demandar apuração de responsabilidades de autoridades subalternas ou estaduais. Guerra Duval, porém, retorquiu com dureza inusitada,

[483] Id., of. res 11, 2a. Sec., Assunção, 22.11.1909. Ibid. Id., of. res 1, 2a. Sec., Assunção, 4.1.1910. Ibid., 201-2-13.
[484] RIO BRANCO para DUVAL, tel. cifr. s/n., 29.1.1910. Ibid., MDBATR, 202-1-18.
[485] DUVAL para RIO BRANCO, of. res. 4, 2a. sec., Assunção, 2.2.1910. Ibid., MDBAOE, 201-2-13.

embora ao fazê-lo acabasse por reconhecer a procedência da acusação, afirmando que "seria muito generosa essa decisão se se tivesse guardado silêncio sobre tão melindroso assunto, em vez de lançá-lo à publicidade, oferecendo pasto à intriga e à maledicência"[486].

Gondra não se deu por vencido. Afirmou que apresentara provas contra Eleutério Corrêa e que Gastão da Cunha prometera puni-lo, o que não ocorreu, ao que lhe foi contra-argumentado que as cartas apresentadas não foram consideradas como provas. Guerra Duval voltou, então, à questão do preenchimento da Legação na capital carioca e escutou que as demais Legações paraguaias não haviam sido providas por falta de recursos financeiros, mas que a Chancelaria esperava fazê-lo em abril. O diplomata relembrou a possibilidade de Assunção passar a contar somente com um Cônsul brasileiro, ao que Gondra retorquiu dizendo-se profundamente nacionalista e grande amigo do Brasil[487].

Logo em seguida, a Legação brasileira informou que Eusebio Ayala, jovem presidente da Câmara de Deputados, partira para o Rio de Janeiro. Nessa cidade ele assinaria contrato de empréstimo de um milhão de libras esterlinas, "negociado, por telégrafo entre Gondra e Maurice Cauvin, representante de capitalistas estrangeiros". Políticos oficialistas espalharam em Assunção a falsa versão de que o Brasil apoiava esse empréstimo. Faziam-no porque, havendo dúvidas do sucesso dessa operação financeira, o governo paraguaio preparava terreno para pleitear um empréstimo a Buenos Aires, "recorrendo mais uma vez à velha e conhecida treta de opor o Brasil à Argentina"[488].

Maurice Cauvin, banqueiro britânico de origem francesa, chegou ao Rio de Janeiro nos últimos meses de 1909, onde fundou a União Financeira Anglo-Brazileira, para intermediar empréstimos sul-americanos na Europa. Por essa época os jornais noticiaram que o Congresso paraguaio autorizara o Executivo a contratar empréstimos, oferecendo em garantia rendas aduaneiras. Cauvin utilizou-se, então, de Vicente de Ouro Preto, que estabelecera relações pessoais com Manuel Gondra quando este chefiara a Legação paraguaia no Rio de Janeiro. Ouro Preto confirmou junto a Gondra que a lei seria aplicada e colocou-o em contato com a União Financeira. Após longa troca de telegramas entre as duas partes, foram acertadas as bases de um empréstimo para o governo paraguaio. Este nomeou, em 31 de outubro de 1910, Eusebio Ayala para ir ao Rio de Janeiro tratar do assunto. Da capital brasileira

[486] Idem.
[487] Id.
[488] Idem.

Ayala partiu para a Europa, em companhia de Cauvin, para finalizar o empréstimo de um milhão de libras esterlinas para Assunção. A operação financeira, porém, foi adiada devido ao golpe de estado no Paraguai e à instabilidade política na Europa[489].

Quanto à política interna paraguaia, o governo não transigiu com a oposição, embora os radicais estivessem cônscios de sua fraqueza eleitoral e de que dificilmente venceriam as eleições. Tal fato fora constatado por Gondra, em visita que fez ao interior nos meses de agosto e setembro de 1908. Daí, talvez, o motivo da perseguição governamental, desde aquela época, aos colorados e cívicos. Estes últimos tinham "poderosos amigos na Argentina" e esperavam a próxima ausência do país do presidente Sáenz Peña, contrário a intervir em assuntos paraguaios. Nessa ocasião, os cívicos buscariam os auxílios argentinos necessários para uma invasão. Cecílio Báez confiava nessa ajuda[490].

Em abril de 1910 o governo paraguaio começou a movimentar tropas, aguardando invasão de revolucionários vindos da Argentina. Esses eventuais invasores não teriam condições de permanecer muito tempo em território paraguaio, mas, segundo Guerra Duval, cumpririam seu objetivo, que era o de inviabilizar o empréstimo externo de um milhão de libras pelo governo guarani. Os poucos oposicionistas que permaneciam em Assunção – a maioria havia partido nos dias anteriores – continuavam a receber, "por intermédio da Legação argentina", cartas otimistas de seus aliados exilados[491].

No campo oposicionista reinava "grave desacordo" entre José Gill e seus correligionários, o que retardava a invasão. Gill demonstrara imperícia militar na batalha de Laureles, na revolução de setembro de 1909. Agora, em 1910, esse caudilho colorado, apoiado pelo Dr. Vidal, Governador de Corrientes, tentou impor-se no comando dos revoltosos. Não o conseguindo, Gill afastou-se da conspiração que, assim, ficou em suspenso. O governo paraguaio saía fortalecido dos acontecimentos: o risco de uma revolta lhe estava sendo útil, pois a ameaça comum impedia dissidências entre os radicais[492].

Em 14 de maio houve reunião dos expoentes radicais para preparar a convenção do partido que escolheria, no dia seguinte, o candidato a presidente. Num primeiro momento Manuel Gondra recusou sua indicação para a disputa, levando o coronel Albino Jara a reivindicá-la para si, apesar da oposição de Modesto Guggiari. Para ganhar tempo, os que

[489] OURO PRETO, Vicente. Negócio do Paraguay. *A Época*, Rio de Janeiro, 20.9.1912, p. 2. BN, Micr. PR-SPR-145(1)
[490] DUVAL para RIO BRANCO, Of. Res 6 e 7, 2a. Sec., Assunção, ambos de 11.3.1910. AHI, MDBAOE, 201-2-13.
[491] Idem, of. res. 9 e 19, 2a. Sec., Assunção, 18 e 28.4.1910. Ibidem.
[492] Id., of. 31., 2a. Sec., Assunção, 8.5.1910. Ibid.

se opunham à candidatura do militar resolveram sufragar, na Convenção, a fórmula Gondra-Gaona. Contavam que Gondra, eleito presidente, renunciaria ao cargo e o Executivo seria comandado pelo vice-presidente. Informou a Legação brasileira que os amigos de Jara preparavam-se para agir "energicamente" contra tal decisão[493].

Em maio o Paraguai enviou uma delegação chefiada pelos ministros da Guerra e do Interior, respectivamente Albino Jara e Adolfo Riquelme, para participar das comemorações do centenário da independência argentina. Em Buenos Aires, esses dois ministros aproveitaram para aproximar-se dos generais Ferreira e Caballero, em busca de um pacto de conciliação, que seria promovido pela Chancelaria argentina[494].

Guerra Duval era cético quanto à obtenção desse pacto e, na hipótese de chegar-se a um acordo, teria curta duração. Isto porque, argumentou, esses políticos uniam-se passageiramente, devido à necessidade de um empréstimo estrangeiro, mas em breve suas "pequeninas ambições" os separaria novamente, desencadeando a revolução. Para Guerra Duval, a instabilidade política paraguaia somente seria superada com a ascensão ao poder "de um homem popular e forte, que ainda não apareceu"[495]. Assim, o esperado pacto sequer chegou a ser concluído, devido à oposição de Gondra e dos que, "com a vinda de concorrentes mais aptos, temem perder os cargos públicos que usufruem"[496].

A essa altura Gondra aceitara resolutamente sua candidatura a presidente, obtendo a promessa de apoio por parte de Jara. A demora de Gondra em tomar tal decisão tinha como objetivo ganhar tempo, evitando grande oposição à sua candidatura e escapando de acusações sobre sua inconstitucionalidade. Manuel Gondra nascera na Argentina e a Constituição exigia que o presidente fosse paraguaio nato e sua demora em aceitar a candidatura permitira que a de Jara fosse apresentada. Esta, porém, era objeto de grande resistência e "todos" voltaram-se para Gondra como "o salvador da situação, e ninguém pensou mais que em aplanar-lhe o caminho, para evitar mal maior"[497].

Em 22 de outubro o Congresso paraguaio proclamou a eleição de Manuel Gondra para presidente e de Juan Bautista Gaona para Vice.

[493] Id., of. res 11, 2a. Sec., Assunção, 17.5.1910. Ibid.

[494] Na ocasião, Jara comportou-se bizarramente e, conforme relato posterior da Legação brasileira em Buenos Aires, endividou-se, perdendo em jogo no Circulo de Armas grande soma de dinheiro ("muitos milhares de pesos"), mais do que dispunha. Os comentários eram de que o dinheiro perdido por Jara provinha dos cofres do governo paraguaio e destinava-se à compra de uma torpedeira. Além disso, "o coronel Jara bebia escandalosamente". SOUZA SANTOS para RIO BRANCO, of. res. 2, 2a. sec., Buenos Aires, 20.1.911. Ibid., MDBBAOE, 206-2-9.

[495] DUVAL para RIO BRANCO, of. 33, 2a. sec., Assunção, 3.6.1910. Ibid., MDBAOE, 201-2-13.

[496] Idem, Of. 35, 2a. Sec., Assunção, 24.6.1910. Ibidem.

[497] Id., of. 38, 2a. Sec., Assunção, 7.7.1910. Ibid.

A Constituição exigia número mínimo de presentes para tal proclamação, quórum que não foi alcançado em primeira votação devido à ausência de deputados "jaristas". Nova votação foi realizada pelo Congresso, alcançando Gondra o escrutínio necessário[498].

O jornal colorado *El Tiempo* questionou a legalidade da eleição presidencial. Denunciou que a Constituição fora violada, pois determinava que o presidente da República podia expedir a carta de naturalização de estrangeiros após o Congresso declará-los em condição de obter a nacionalidade paraguaia. Lembrou o jornal que Gondra nascera em Corrientes, filho de pai argentino e mãe paraguaia, e que fora eleito presidente sem que o Congresso estudasse e aprovasse o expediente de sua naturalização e o Executivo outorgasse a carta respectiva. Já *El Diário* procurou magnificar a manifestação popular de apoio à eleição de Gondra, organizada pelos radicais[499]. Esse ato contara, na verdade, com uns 900 manifestantes, dos quais 600 ou 700 "eram homens descalços", ou seja, camponeses da zonal rural próxima à capital[500], mobilizados pelo governo.

De todo modo, Manuel Gondra assumiu a Presidência da República em 25 de novembro de 1910. Antes, porém, influenciado por amigos, que insinuavam que o coronel Jara imporia sua influência ao novo governo, o presidente eleito quis enviá-lo para a Europa, "em missão bem remunerada"[501]. Jara resistiu e, no dia da posse, Gondra foi intimado pelo militar, aquartelado em atitude ameaçadora, a repô-lo na Pasta da Guerra, bem como a José A. Ortiz no Ministério da Fazenda[502]. Gondra acabou por ceder e seu governo começou caracterizado pela tibieza.

Os aliados de Gondra, desejosos de eliminar Jara do quadro político, buscavam apoio no próprio Exército. Em 14 de janeiro, julgando-se fortes, essas pessoas convenceram o presidente a exigir de Jara a reposição do Comandante Mendoza à frente da 1ª zona militar, que compreendia Assunção, e que fora removido pelo ministro da Guerra para Encarnación. Planejava-se que, diante da esperada recusa de Jara, este seria substituído

[498] Id., of. 53 e 56, 2a. sec., Assunção, 27.10 e 8.11.1910. Ibid.
[499] A La Nación - La carta de naturalización del Señor Gondra. *El Tiempo*, Asunción, 11.11.1910. Recorte anexo ao Of. 57, 2a. Sec., Assunção, 14.11.1910.
La manifestación realizada ayer a honor de los Señores Gondra y Gaona, alcanzó todos los contornos de un acto popular brillante y significativo. *El Diario*, Asunción, 7.11.1910. Recortes anexos ao ofício da nota seguinte.
[500] DUVAL para RIO BRANCO, of. 56, 2a. sec., Assunção, 8.11.1910. AHI, MDBAOE, 201-2-13.
[501] Idem, Of. 61, 2a Sec., Assunção, 14.12.1910. Ibidem.
[502] FREIRE ESTÉVES, pp. 115-116.

na Pasta da Guerra pelo próprio Mendoza. O plano foi adiado, "por uma das costumeiras irresoluções do Sr. Gondra", enquanto Jara foi dele informado, mas manteve-se inerte, temeroso de que a opinião pública resistisse a uma ação violenta de sua parte. No dia 16, o deputado Marcos Caballero Codas e o comandante Carlos Goiburú, "talvez os seus amigos mais ativos", convenceram o ministro da Guerra a dar o golpe de Estado naquele momento mesmo. Na madrugada de 16 para 17 de janeiro, com as tropas e oficiais gondristas, minoritários, imobilizados, Jara enviou uma intimação a Gondra. Este deveria afastar todos os seus correligionários de cargos públicos, a começar por Adolfo Riquelme, ministro do Interior e desafeto de Jara, ao qual também se submeteriam todos os assuntos nos quais julgasse necessário intervir. Na manhã do dia 17, Manuel Gondra, sem promover qualquer resistência, renunciou à Presidência[503].

Sobre Gondra, de quem não era admirador, escreveu Arturo Bray que "a cobiça do ouro não manchou suas mãos nem perturbou suas horas". Não era pouco, mas também não era suficiente, pois um chefe de Estado deve estar preparado para impor sua autoridade quando desafiado. Gondra, contudo, que voltaria à Presidência no início da década de 1920, tinha "horror a tudo que exigisse decisão ou definição, preferindo se conformar com os fatos a afrontá-los e vencê-los". Parece certo que se Gondra tivesse resistido teria permanecido no poder, pois Jara contava apenas com a guarnição da capital, enquanto que as zonas militares de Concepción, Encarnación e Humaitá eram fiéis àquele presidente[504].

2 - Melhora das relações

A ascensão de Jara ao poder levou à melhoria das relações Brasil-Paraguai. Pôde, então, o governo brasileiro chegar a um acordo com seu congênere paraguaio sobre a solução, por arbitragem, de eventuais divergências entre os dois países. Pôde, ainda, obter a concordância para se conectarem os telégrafos brasileiro e paraguaio. O Itamaraty, no entanto, não nutria ilusões quanto à estabilidade do governo de Jara, sustentado unicamente pelas baionetas e sua deposição não surpreendeu a diplomacia brasileira.

[503] DUVAL para RIO BRANCO, Of. Res. 1, 2a. Sec., Assunção, 20.1.1911. AHI, MDBAOE, 201-2-14.
[504] BRAY, Arturo. *Hombres y épocas del Paraguay*. Buenos Aires, Editorial DIFUSAM, 1943, v. I., pp. 152; 153; 159. ____. *Armas y letras*. Asunción: Ediciones NAPA, 1981, t. 1, p. 38.

a) "Simpatia e amizade" para com o governo Jara[505]

Rio Branco parece ter encarado o golpe de Jara como novo momento de desprestígio da América do Sul perante os países europeus e os Estados Unidos. Comprovava-se, ainda, seu vaticínio de 1904, de que a Revolução Liberal abria precedente para outras. Ao mesmo tempo escreveu esperar que o novo governo paraguaio tivesse com o Brasil "procedimentos amigáveis que nunca soube ter o [governo] que sucedeu ao de Benigno Ferreira". A entrada de Cecílio Báez e Manuel Domínguez no governo Jara, como ministros, respectivamente, das Relações Exteriores e da Justiça, "dão me esperanças de que começa período melhor para as relações entre os dois países"[506].

O governo Jara baseava-se no Exército e sua situação seria segura enquanto contasse com apoio militar, razão pela qual os radicais depostos tentavam atrair militares. Segundo a Legação brasileira, o fato de alguns oficiais solicitarem baixa do serviço ativo e de outros serem deportados, excluiu da oficialidade paraguaia todo elemento adverso a Jara. Os oficiais excluídos mantinham, porém, influência nas fileiras do Exército, particularmente o coronel Escobar, que tinha ascendência sobre soldados e suboficiais. Jara procurou apoio em políticos de diferentes correntes e, mesmo, pensou em fundar novo partido, mas desistiu, frente à resistência de Cecílo Báez. Este era, depois do presidente, quem mais trabalhava para constituir um bloco político de apoio ao novo governo, mas procurando dar vantagem aos cívicos. Contudo, o chefe destes, Antonio Taboada, desautorizou qualquer composição com o oficialismo e o jornal *El Nacional*, cívico, passou a publicar artigos de caráter oposicionista. Enquanto isso, *El Tiempo*, periódico colorado, manteve postura simpática a Jara, que vinha mantendo encontros com o general Caballero, novamente residindo em Assunção[507].

Logo o caudilho colorado José Gill aderiu ao bloco de apoio ao novo governo. O fato levou os demais colorados, adversários desse caudilho, a se oporem ao modo como estava sendo implantada a base política de sustentação a Jara. Já os liberais cívicos assumiram a condição de oposição. Para o representante brasileiro, porém, a posição dos partidos políticos era de menor importância, se o Exército permanecesse fiel a Jara. Demonstrando quais seriam as práticas do novo governo, eleitores que compareceram a uma assembleia oposicionista em Villarrica

[505] RIO BRANCO para DUVAL, tel. cifr. 40, 19.3.1911. AHI, MDBATR, 202-1-18.
[506] Idem, of. 1, Rio de Janeiro, 24.1.1911. Ibidem, MDBAD, 202-1-18.
[507] DUVAL para RIO BRANCO, of. res. 2, 2a. sec., Assunção, 4.3.1911. Ibid., MDBAOE, 201-2-14.

foram recrutados para o serviço militar. A lei permitia o recrutamento, mas, devido à violência empregada e a outros desacordos, o ministro do Interior, Ibarra Legal, demitiu-se[508].

No plano externo, melhoraram as relações brasileiro-paraguaias. O chanceler Cecilio Báez concordou com a proposta de Rio Branco de retomar as negociações sobre o tratado de arbitragem, paralisadas sob os governos radicais. Rio Branco responsabilizava Gondra pelas dificuldades que impediram concluir, anteriormente, a convenção de arbitramento. Por esse motivo, se Gondra tivesse permanecido como presidente do Paraguai, o Brasil, que já tinha 28 desses tratados assinados com outros países, não teria renovado as negociações em torno do assunto[509].

A Chancelaria brasileira apresentou ao governo paraguaio dois projetos de arbitragem. Cecílio Báez mostrou-se de acordo com aquele igual aos concluídos com França, Grã-Bretanha e Estados Unidos. Báez apenas solicitou fosse alterado um dos artigos, para não limitar a arbitragem somente a questões de caráter jurídico ou relativas à interpretação de tratados em vigor. Propôs o chanceler paraguaio que a arbitragem também se estendesse "sobre questões de fato". Para Guerra Duval, a proposta de alteração atendia ao orgulho de Báez que não aceitava nenhum projeto sem nele introduzir alguma modificação. Rio Branco aceitou de imediato a proposta do chanceler paraguaio[510].

A "Convenção de Arbitramento entre os Estados Unidos do Brasil e o Paraguai" foi assinada em Assunção, em 24.2.1911, por Guerra Duval e Cecílio Báez. O Tratado, com validade de dez anos, contava com quatro artigos e estabelecia que os desacordos entre os dois países seriam submetidos ao Tribunal Permanente de Arbitragem de Haya. Se uma parte o desejasse, poderia indicar como árbitro um chefe de Estado ou um governo amigo, bem como poderia eleger mais de um árbitro[511].

As boas relações também se manifestaram na primeira audiência de Guerra Duval com Jara. Este, na ocasião, disse que planejava fazer seu governo aproximar-se igualmente, "e neste igualmente insistiu diversas vezes", do Brasil e da Argentina. Jara lembrou a Guerra Duval as cordiais relações pessoais entre ambos e autorizou-o a pedir-lhe audiência particular sempre que precisasse, sem recorrer, para tanto,

[508] Idem, of. 3, 2a. sec., Assunção, 10.2.1911. Ibid.
[509] RIO BRANCO para DUVAL, Of. 2, Rio de Janeiro, 26.1.1911. Ibid., MDBAD, 202-1-2.
[510] DUVAL para RIO BRANCO, of. 4, 2a. sec., Assunção, 10.2.1911. Ibid, MDBAOE, 201-2-14. Idem, tel. cifr. 9, Assunção, 9.2.1911. Ibid., MDBATE, 202-1-10. RIO BRANCO para DUVAL, tel. 6, 10.2.1911. Ibid., MDBATR, 202-1-18.
[511] "Convenção de Arbitramento entre os Estados Unidos do Brasil e o Paraguay", Assunção, 24.2.1911. Anexo ao of. 7, 2a. Sec., Assunção, 24.2.1911. Ibid., MDBAOE, 201-2-14.

ao Ministério das Relações Exteriores. O presidente também mencionou "com agrado" à compra da concessão da ferrovia *Transparaguaya* por empresa brasileira[512].

A concessão a que Jara se referia fora comprada da *Ferrocarril Paraguayo* pela Companhia Estrada de Ferro São Paulo-Rio Grande, representada por J. de Oliveira Sampaio. Tratava-se da concessão para a construção de uma linha ferroviária entre Assunção e Iguaçú que a *Ferrocarril Paraguayo* recebera em junho de 1909, sob a condição de apresentar estudos e mapas com as condições completas da obra até abril de 1911. Como tais estudos não estavam sendo feitos, o governo Navero, para facilitar a compra da concessão pela São Paulo-Rio Grande, prorrogou em seis meses seu prazo de entrega. A Legação brasileira oficialmente não interferiu na compra, mas, "discretamente", Guerra Duval facilitou, tanto quanto pôde, a tarefa de Oliveira Sampaio[513].

A concessão da Estrada de Ferro São Paulo-Rio Grande, por sua vez, fora comprada, em 1906, pela *Brazil Railway Company*. Nesse mesmo ano tivera lugar, na capital brasileira, a Terceira Conferência Pan-Americana, com a presença de Elihu Root, Secretário de Estado norte-americano. Tal ideia entusiasmou o capitalista dessa mesma nacionalidade Percival Farquhar, que iniciara suas atividades no Brasil ao comprar, em 1904, a *Rio de Janeiro Light & Power*, ampliando, a partir de então, suas atividades empresariais no país. No mesmo ano de 1906, Farquhar, com o apoio de um sindicato poderoso composto por outros capitalistas norte-americanos, fundou a *Brazil Railway Co.*, com capital de US$ 50 milhões, que, com sede em Maine, nos Estados Unidos, funcionava como *holding* de um império ferroviário. Recorrendo também a capitais europeus, Farquhar arrendou em 1907, em São Paulo, as ferrovias Paulista e Mogiana. Esse capitalista, com diferentes sócios, dominou, assim, a parte principal do sistema ferroviário paulista, à exceção da *São Paulo Railway* que monopolizava o seu trecho mais lucrativo, ligando São Paulo ao porto de Santos[514].

Pela compra da concessão da linha ferroviária entre Assunção e Iguaçu, a Estrada de Ferro São Paulo-Rio Grande pagou a Andrés R. Tary, francês, sócio maior e representante da *Ferrocarril Paraguayo* na transação, 40.000 libras esterlinas. Destas, £ 5.000 em dinheiro, outras £ 10.000 em debêntures e, ainda, £ 25.000 em ações ordinárias da companhia que se organizaria para a construção da Estrada de Ferro Transparaguaia. A companhia brasileira restituiu, ainda, à *Ferrocarril Paraguayo* a quantia

[512] DUVAL para RIO BRANCO, of. 2, 1a. sec., Assunção, 17.2.1911. Ibid.
[513] Idem, of. 16, 3a. Sec., Assunção, 31.10.1910. Ibid.
[514] SINGER, Paul. O Brasil no Contexto do Capitalismo Internacional, 1889-1930 in : FAUSTO, Bóris (org.). *História Geral da Civilização Brasileira*. 5.ed. Rio de Janeiro: Bertrand do Brasil, 1989, t. III, v. 1, pp. 379-382.

de 40.000 pesos-ouro que esta depositara no *Banco de la República*, como garantia junto ao governo paraguaio do cumprimento dos termos da concessão[515].

As facilidades oferecidas pelo governo radical para essa venda inseriam-se, segundo Herken Krauer, em contexto maior, na qual a *Paraguay Central Railway Company* era parte prejudicada. Em 1910 as finanças da PCRC se agravaram e seu grande acionista, Manoel Rodríguez, estava convencido de que contra ela existia uma vasta conspiração oficial, dos radicais no governo. A PCRC perdeu a concorrência para a exploração da energia elétrica em Assunção, assim como a de serviço de bondes elétricos[516].

As dificuldades do regime radical não vinham só das rivalidades inter e intrapartidárias, mas, também, da combinação destas com interesses específicos de fortes grupos econômicos. Havia não só manobras de Manoel Rodríguez e outros ligados à *Paraguay Central Railway Company*, como também do grupo francês que controlava o *Banco Francés del Río de la Plata*, com importante presença no Paraguai por intermédio do *Banco de la República*. Em 1909, Gondra afirmou ao ministro britânico Townley, residente em Buenos Aires e em visita a Assunção, que o fracasso paraguaio, por duas vezes, em obter um empréstimo em Londres se devia à hostilidade daquele grupo francês. Esta decorreria do fato de o *Banco de la República* deter o quase monopólio de certas atividades bancárias em Assunção, quando um dos objetivos do empréstimo buscado na capital britânica era justamente o de conseguir fundos para pôr fim a essa situação. Nas palavras de Herken Krauer, "colorados, cívicos, radicales, argentinos, brasileiros, financistas, empresários, militares e civiles, cada qual tecia os fios de sua própria conspiração, na aparente calma que reinava no país em meados de 1910"[517].

A disputa por concessões ferroviárias no Paraguai inseria-se, ainda, no contexto da rivalidade anglo-norte-americana pela ascendência na América do Sul. A *Paraguay Central Railway Company* era registrada em Londres, com complexa estrutura acionária. A Estrada de Ferro São Paulo-Rio Grande, por sua vez, era controlada pela *Brazil Railway Co.* (BRC) e Farquhar era tido como perigoso inimigo dos interesses britânicos no Rio da Prata por empresários e diplomatas desta nacionalidade. Em janeiro

[515] DUVAL para RIO BRANCO, of. 16, 3a. sec., Assunção, 31.10.1910. AHI, MDBAOE, 201-2-14, "9º Cartório Fonseca Hermes, Rio de Janeiro - Escritura de 21.9.1910 - transferência que faz Andrés R. TARY, francês, para Cia. Estrada de Ferro São Paulo - Rio Grande - concessão Asunción-Iguassú." Anexo a: Frederico de CARVALHO, Diretor-Geral do Ministério das Relações Exteriores, para DUVAL, of. 7, 3a. sec., Rio de Janeiro, 11.10.1910. Idem, MDBAD, 202-1-2.

[516] HERKEN KRAUER, p. 53.

[517] Idem, pp. 52-53.

de 1911, Londres autorizou seu Ministro Residente em Buenos Aires, e acreditado também em Assunção, a atender os reclamos de proteção de Rodriguez, por ser britânica a PCRC[518].

O maior obstáculo de Farquhar para conectar a ferrovia paraguaia com a rede ferroviária brasileira eram as 20.000 ações da *Paraguay Central Railway Company* em mãos de Manuel Rodríguez e o investimento na empresa do governo argentino. Rodríguez buscou o apoio da Argentina com o fim de obter financiamento para ampliar linhas da PCRC, de modo a contrabalançar a expansão ferroviária no sudoeste brasileiro. Contudo, segundo informe secreto do ministro britânico em Buenos Aires, Townley, datado de 30 de janeiro de 1911, ao tomar conhecimento da situação, o presidente Roque Sáenz Peña afirmou que a saída natural do comércio paraguaio era por meio de um porto no litoral sul brasileiro e, ainda, que o Brasil tinha, geograficamente, influência preponderante sobre o Paraguai[519].

Sáenz Peña, desse modo, deu um golpe fatal na expansão da PCRC para leste. Rodríguez aceitou, então, a oferta de compra feita pela *Brazil Railway Co.*, vendendo-lhe 10.000 ações pela soma, à vista, de 130.000 libras esterlinas. Ficou estabelecida, ainda, a venda à BRC das 10.000 ações restantes em posse de Rodríguez, em caso de seu falecimento ou no caso de desejar vendê-las, ao preço de oito libras por ação. Segundo Townley, com esse acordo a administração da PCRC permaneceu a mesma, mas a linha ferroviária passou, necessariamente, para controle da BRC, em prejuízo político e cultural da Argentina. Para o jornal argentino *La Prensa* as ferrovias paraguaias tinham sido incorporadas pelo sistema ferroviário brasileiro[520]. A partir de então, Manuel Rodríguez tornou-se representante de Farquhar.

Os planos de Farquhar não se restringiram ao Paraguai. Na Bolívia a *Brazil Railway Co.* adquiriu a concessão para a construção da ferrovia ligando Santa Cruz de la Sierra a Puerto Suárez, no rio Paraguai, localidade situada a três quilômetros de Corumbá, no Mato Grosso. Não menos importante era o projeto da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil, já

[518] Id., pp. 20, 27, 36. Em 1909, o governo paraguaio retirou do Banco de la República a condição de agente exclusivo do Estado. Assim, esse banco perdeu a intermediação do citado empréstimo no exterior. REGALSKY, André Martin. El Banco Francés del Río de la Plata y su expansión en el Paraguay in: *Estudios Paraguayos*. Asunción: Universidad Católica "Nuestra Señora de la Asunción", XIV: 1-2, dic. 1986, p. 304.

[519] Juan Carlos HERKEN KRAUER, op. cit., pp. 36-37.

[520] Id. El Brasil en el Paraguay - Los Ferrocarriles paraguayos incorporados a los Brasileños. La Prensa, Buenos Aires, 16.2.1911. Recorte anexo ao of. 3, 2a. sec., Buenos Aires, 17.2.1911. AHI, MDBBAOE, 206-2-9.

em realização, que ligaria Corumbá e Campo Grande com o Atlântico, sob o controle de *North Western Brazilian Co.* a qual, por sua vez, era controlada pela *Brazil Railway Co*[521].

O ministro britânico no Rio de Janeiro, William Haggard, não duvidou das importantes consequências econômicas e políticas do avanço da *Brazil Railway Co.* no sul do continente. Esse diplomata não viu, contudo, em tal expansão, a existência de apoio direto ou indireto do governo brasileiro. Já Farquhar talvez tivesse percebido a possibilidade de seus projetos se converterem em centro da tradicional disputa argentino-brasileira pela influência no Prata. Afinal, os jornais de Buenos Aires reagiram à compra de ações da *Paraguay Central Railway Co.* pela *Brazil Railway Co.* Assim, para acalmar os ânimos desses críticos, Farquhar viajou em março de 1911 para Buenos Aires, para acelerar investimentos seus na Argentina[522].

O governo brasileiro estava, de fato, alheio às atividades de Farquhar. Tanto era assim que, em maio de 1911, Rio Branco solicitou à Legação brasileira no Paraguai confirmar as informações que recebera de Buenos Aires, de que a Estrada de Ferro São Paulo-Rio Grande perdera a concessão do *Ferrocarril Transparaguayo* por não ter apresentado estudos técnicos sobre sua construção. A resposta foi a de que aquela companhia deixara caducar a concessão, suspendendo, desde fevereiro, os estudos da construção da linha entre Assunção e Villarrica, fazendo-os apenas deste último ponto até a fronteira. Tal suspensão dera-se, "provavelmente", de acordo com a PCRC e fora ordenada à comissão técnica, em Assunção, que elaborava os estudos. Por esse motivo, Guerra Duval julgou desnecessário comunicar o fato a Rio Branco, mas "se me fosse pedido, eu teria facilmente conseguido prorrogação do prazo"[523].

A Chancelaria argentina, por sua vez, foi informada, por sua Legação no Rio de Janeiro, de que Farquhar "tinha em suas mãos" o sistema ferroviário do sul do Brasil e obtivera, também, a concessão do *Ferrocarril Transparaguayo*. Farquhar, segundo essa Legação, trabalhava no Brasil com o grupo de capitalistas organizados na União Financeira Anglo-Brasileira, composta, por esse capitalista norte-americano, pelo francês Lafon e pelos brasileiros João Teixeira Soares, Carlos Sampaio,

[521] HERKEN KRAUER, p. 44.
[522] Idem, pp. 42, 44.
[523] RIO BRANCO para DUVAL, tel. 67, 15.5.1911. AHI, MDBATR, 202-1-18. DUVAL para RIO BRANCO, tel. 66, 15.5.1911. Idem, MDBATE, 202-1-10.

Pedro Nolasco e Justo Ferreira, os quais "há dez anos exercem influência decisiva em todas as concessões e construções de ferrovias autorizadas pelo governo do Brasil"[524].

Os negócios ferroviários e sua importante repercussão na vida política paraguaia não despertaram o interesse da Legação brasileira. Suas análises centravam-se nas disputas pessoais pelo poder e na tradicional preocupação geopolítica da busca, pela Argentina, de influência no Paraguai.

Enquanto isso, no Paraguai, Manuel Gondra, após a queda de seu governo, asilou-se na Argentina. Em Assunção o radicalismo passou para a liderança de Adolfo Riquelme e Eduardo Schaerer, fundadores do jornal *El Diário*. Ambos, utilizando-se da influência que mantiveram no Exército, iniciaram um movimento armado para repor Gondra no poder, contando, para tanto, com duas bases, uma em Concepción e outra em Misiones. Riquelme tomou parte do norte do país e, da cidade de Concepción, lançou a proclamação revolucionária, enquanto Schaerer foi para a Argentina, em busca de apoio[525].

A revolta era exclusivamente radical. O general Caballero e seus amigos mantiveram postura simpática ao governo, em cujas fileiras lutavam os dois filhos desse militar colorado[526]. A Legação brasileira apontou que, com a sublevação, ocorreram algumas deserções das hostes oficialistas. Tal fato carecia de significado militar, mas, assumia importância moral, "como prova da desorganização e deslealdade reinantes no exército e na polícia", indicando a possibilidade de novas traições[527].

O governo paraguaio não dispunha de marinha e, para movimentar tropas e combater os revoltosos, requisitou três navios argentinos atracados no porto de Assunção. As autoridades paraguaias sustentavam que tinham direito a fazer essas requisições e, mais, que também os rebeldes estavam tomando embarcações estrangeiras para seu uso. A Legação brasileira solicitou instruções ao Rio de Janeiro sobre tal fato, obtendo como resposta que nem o governo paraguaio, nem os revoltosos podiam requisitar navios brasileiros[528].

Ao mesmo tempo o Brasil reforçou sua presença naval no rio Paraguai. O monitor Pernambuco estava fundeado na baía de Assunção e a flotilha de Mato Grosso, sediada em Corumbá, recebeu ordens de

[524] Julio FERNÁNDEZ para Ernesto BOSCH, nota 323, conf., Rio de Janeiro, 11.10.1911. AMRECIC, Guerra de la Triple Alianza [sic], Cx. 4, Expediente 5.
[525] FREIRE ESTEVES, pp. 118-119.
[526] DUVAL para RIO BRANCO, tel. cifr. 28, Assunção, 4.3.1911. AHI, MDATE, 202-1-10.
[527] Idem, of. 9, 2a. sec., Assunção, 3.3.1911. Ibidem, MDBAOE, 201-2-14
[528] Id., tel. cifr. 17, Assunção, 28.2.1911. Ibid., MDBATE, 202-1-10.

descer o rio e proteger os navios mercantes brasileiros que navegavam na área conflagrada. Do Rio de Janeiro, por sua vez, partiram o cruzador Tiradentes e dois destróieres rumo ao país guarani[529].

Em Concepción os revoltosos haviam detido o vapor brasileiro Iguatemi, com passageiros, entre eles vários oficiais do Exército brasileiro que iam do Mato Grosso para o Rio de Janeiro. Um dos oficiais conseguiu passar um telegrama à Legação brasileira, informando que os passageiros estavam sofrendo "os maiores vexames". Supunha-se que dois outros paquetes do Lloyd Brasileiro também estivessem detidos pelos revoltosos. Frente a tais circunstâncias, Rio Branco instruiu Guerra Duval de que apenas na presença do Cônsul do Brasil as autoridades paraguaias poderiam subir a bordo para examinar carga e passageiros. No caso de passageiros suspeitos, eles seriam devolvidos ao porto de origem, o mesmo ocorrendo com as mercadorias "ou mesmo fazendo desembarcar carga, se fôr armamento [e] munições"[530].

Rio Branco reafirmou, portanto, a política que estabelecera quando da revolução de 1904. Ratificou o princípio de reconhecimento ao governo legal e de neutralidade do Brasil, mas inovou ao buscar uma verdadeira ação comum com a Argentina. Guerra Duval foi instruído a comunicar a Cecílo Báez que o Brasil pusera a fronteira sob vigilância (onde as autoridades tinham ordens de dissolver grupos armados de paraguaios que tentassem organizar-se em território brasileiro). Em telegrama seguinte, o chanceler brasileiro afirmou ser voz corrente que o governo paraguaio atribuía ao Rio de Janeiro parcialidade em favor dos revolucionários. Rio Branco afirmou esperar ser essa uma notícia falsa e que Jara e seu Ministério acreditassem "em nosso desejo de restabelecer [a] ordem". O representante brasileiro comunicou, então, ao governo paraguaio os desejos de restabelecimento da ordem e da paz[531].

Com a Argentina, Rio Branco buscou estabelecer uma posição comum, para evitar apoios externos às partes em luta no Paraguai. A Legação brasileira em Buenos Aires recebeu instrução de combinar com o governo argentino uma atuação sincronizada entre as respectivas representações e comandantes navais no Paraguai, os quais deveriam receber instruções semelhantes. Rio Branco ordenou que se comunicasse à Chancelaria argentina que o Brasil desejava manter perfeita neutralidade

[529] RIO BRANCO para DUVAL, tel. cifr. 20 e 22, ambos de 4.3.1911. Ibid., MDBATR, 202-1-18.

[530] DUVAL para RIO BRANCO, tel. cifr. 29, Assunção, 7.3.1911. Ibid., MDBATE, 202-1-10. RIO BRANCO para DUVAL, tel. cifr. 25, 6.3.1911. Id., MDBATR, 202-1-18.

[531] DUVAL para RIO BRANCO, tel. cifr. 17, Assunção, 28.2.1911. Ibid, MDBATE, 202-1-10.RIO BRANCO para DUVAL, tel. cifr. 16 e 17, 1 e 2.3.1911. Ibid., MDBATR, 202-1-18. DUVAL para RIO BRANCO, tel. cifr. 21, Assunção, 3.3.1911. Ibid., MDBATE, 202-1-10.

na luta paraguaia e que procurava impedir que por suas fronteiras passassem recursos em direção ao país guarani. Também foi comunicado a Buenos Aires que o governo brasileiro era contra que, tanto o governo paraguaio, como os rebeldes, requisitassem navios estrangeiros. Em resposta, a Argentina mostrou-se de "perfeito acordo" com o Brasil[532].

O governo argentino tinha posição ponderada quanto aos acontecimentos no Paraguai, o que facilitou esse acordo com o Brasil. Já anteriormente, o Ministério de Guerra argentino ordenara ao comandante da torpedeira *Thorne*, em águas paraguaias, manter-se neutro no conflito guarani e a atuar "com circunspecção e tato" para evitar conflitos de caráter internacional"[533].

A postura comum brasileiro-argentina no Paraguai era facilitada pelo fim do mandato presidencial de José Figueroa Alcorta, avesso a um entendimento com o Brasil. No final de 1910 Roque Sáenz Peña tomou posse como presidente da Argentina, ato para o qual o governo brasileiro enviou uma delegação especial, quando, meses antes, estivera ausente nas comemorações do centenário da independência argentina. Sáenz Peña tinha ideias próximas às de Rio Branco e adotou postura receptiva ao Brasil, pois considerava que a paz sul-americana somente poderia ser mantida com base num firme entendimento entre os governos argentino e brasileiro. Sáenz Peña pensava em uma coordenação política entre o seu país e o Brasil para contrapor-se aos Estados Unidos e para constituir uma "hegemonia dual" argentino-brasileira, sobre o continente[534].

Estados Unidos e Argentina tinham economias concorrentes no mercado internacional, ambas produtoras de alimentos e matérias-primas similares. A resistência dos governos argentinos ao pan-americanismo liderado por Washington e à presença norte-americana na América Latina correspondia à defesa do comércio de seu país com a Europa. O entendimento político entre a Argentina e o Brasil, por sua vez, era facilitado pelo fato de as duas economias serem tributárias uma da outra, sem serem concorrentes no mercado mundial[535].

Em março de 1911, Sáenz Peña enviou Ramón J. Cárcano como agente confidencial ao Brasil, para pôr fim à corrida armamentista entre os dois países. Cárcano encontrou-se com Rio Branco e o presidente Hermes

[532] RIO BRANCO para DUVAL, retransmitindo telegrama de 4.3.1911 enviado à Legação brasileira em Buenos Aires, tel. cifr. "28-ter-Segunda 6(B)" [março 1911]. Ibid., MDBATR, 202-1-18.

[533] Ministro da Guerra J. P. Sáens VALIENTE para comandante da torpedeira Thorne, of. s/nº, Buenos Aires, 25.2.1911. AMRECIC, Guerra de la Triple Alianza [sic], Caixa 7.

[534] SCENNA, Miguel Ángel. *Argentina - Brasil: cuatro siglos de rivalidad*. Buenos Aires: Ediciones La Bastilla, 1975, p. 297.

[535] BANDEIRA, Luiz A. Moniz. *O Eixo Argentina-Brasil*: o processo de integração da América Latina. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1987. p. 19

da Fonseca, chegando a um "acordo de cavalheiros", pelo qual Brasil e Argentina renunciaram a concluir a construção de um terceiro grande encouraçado. Rio Branco propôs, também, um plano de ação comum entre os dois países e o Chile para assegurar a paz na América do Sul. Cárcano contestou que via poucas possibilidades em implementá-lo, pois despertaria fortes desconfianças nos demais países sul-americanos, particularmente no Peru. O rearmamento naval argentino, ao promover um equilíbrio com o Brasil, facilitou o redirecionamento das relações bilaterais, sem que isso fosse visto como a vitória de uma das partes a partir de uma posição de força[536]. A proposta de ação comum entre Argentina, Brasil e Chile, idealizada já em 1908 por Rio Branco e frustrada em 1911, frutificou quatro anos depois, em 1915, quando os três países assinaram o chamado Tratado do ABC.

Em 6 de março de 1911, Rio Branco enviou dois telegramas à sua Legação no Paraguai. O primeiro comunicou que Brasil e Argentina estavam em "perfeito" acordo sobre os acontecimentos paraguaios, o segundo continha instruções. Guerra Duval não deveria, em suas conversas com o ministro argentino e com representantes de outros países, mostrar parcialidade em favor de Jara ou má vontade com o governo deposto. Segundo o chanceler brasileiro, se era verdade que Manuel Gondra, desde que passou a ter influência no governo paraguaio, "se portou mal" com o Brasil, também o era que, em seus últimos meses no poder esse líder radical parecia ter mudado de postura. Essa mudança, especulou Rio Branco, decorreria da aproximação Brasil-Argentina, pois estando os dois países em boas relações, os líderes paraguaios ver-se-iam forçados a abandonar a política de explorar as "inimizades" entre seus maiores vizinhos. Para o chanceler brasileiro, os membros do governo Jara inspiravam, "sem dúvida", maior confiança e simpatia. Tal percepção, no entanto, não deveria ficar patente, para evitar que o Brasil prejudicasse sua posição com os revolucionários, que poderiam sair-se vencedores[537].

Nesse telegrama, Rio Branco preocupou-se em contribuir para manter a neutralidade argentina frente aos acontecimentos paraguaios. O esforço da Legação brasileira no Paraguai deveria ser o de moderar e, se possível, dissipar a má vontade que, devido a certos jornais de Buenos Aires e à intriga dos emigrados paraguaios, o governo argentino parecia ter contra o presidente Jara. Guerra Duval deveria viver na "melhor harmonia" com o representante argentino e do mesmo modo deveriam proceder os comandantes de navios de guerra brasileiros, fundeados no

[536] SCENNA, pp. 297-299.
[537] RIO BRANCO para DUVAL, tel. cifr. 28 e conf. cifr. 28-bis, ambos de 6.3.1911. AHI, MDBATR, 202-1-18.

porto de Assunção, com relação a seus colegas argentinos. Guerra Duval deveria buscar evitar, "pelo conselho amigável e discreto", que essas autoridades argentinas favorecessem os revolucionários[538].

Para Guerra Duval o representante argentino, Martinez Ocampos, era "profissional de salão" e fora indicado para o cargo por Zeballos, de quem era amigo. No início, Ocampos era "entusiasta" do governo Jara e os jornais de Buenos Aires publicaram declarações suas nesse sentido. Ocampos, porém, mudara de postura, "talvez porque os cívicos, agora, têm menos esperança de escalar o poder sobre os ombros do atual presidente"[539].

No início de março, Guerra Duval não tinha dúvidas de que o governo paraguaio venceria os sublevados, mesmo estando eles bem armados. Os rebeldes haviam recebido, inclusive, dois canhões *Krupp*, transportados pelo vapor *Alemania*, da companhia argentina Mihanovich, escondidos debaixo de um carregamento de sal. Simultaneamente chegou ao porto de Assunção a divisão naval argentina "para fazer cumprir a exigência" de devolução dos barcos, dessa mesma companhia, que haviam sido requisitados pelo governo paraguaio. Este os devolveu e fretou outros, também de bandeira argentina[540].

A Legação argentina comunicou com antecedência à Chancelaria paraguaia a chegada dessa divisão naval. O governo paraguaio solicitou fosse sustada sua vinda, pois, atendendo ao pedido dessa representação diplomática, iria entregar os navios mercantes argentinos que haviam sido requisitados. Cecílio Báez disse a Guerra Duval que seu governo tomaria como "inamistosa" a vinda das canhoneiras argentinas[541].

Rio Branco buscou desarmar a tensão entre os governos paraguaio e argentino, que, afirmou, seria benéfica aos sublevados. No mesmo dia do envio do telegrama, comunicando a conversa com Báez, Guerra Duval recebeu resposta do chanceler brasileiro. Nela dizia-se que o governo paraguaio sabia que o Brasil estava "nas melhores relações de amizade" com a Argentina e estava cônscio, também, "que somos [...] sinceros amigos do Paraguai, sem preferências [por] partidos". Rio Branco comunicou que o Brasil estava em entendimentos com a Argentina com o objetivo de ambos os países manterem neutralidade na luta. Outro objetivo era o de impedir que os revolucionários se apoderassem navios estrangeiros, prática esta também vedada ao governo paraguaio[542].

[538] Idem, tel. cifr. 28-bis. Ibidem.
[539] DUVAL para RIO BRANCO, of. 11, 2a. sec., Assunção, 17.3.1911. Ibid, MDBAOE, 201-2-14.
[540] DUVAL para RIO BRANCO, of. 10, 2a. sec., Assunção, 10.3.1911. Ibid.
[541] Idem, tel. cifr. 25, 5.3.1911. Ibid., MDBATE, 202-1-10
[542] RIO BRANCO para DUVAL, tel. cifr. 22-bis, 5.3.1911. Ibid., MDBATR, 202-1-18.

Guerra Duval foi instruído a comentar com Báez, "confidencialmente", que seria imprudente Assunção não atender as exigências argentinas. Rio Branco sugeriu, inclusive, a explicação que Báez deveria encaminhar: os barcos argentinos tinham sido requisitados porque, de outro modo, os revolucionários obteriam vantagem no transporte fluvial. Ainda segundo essa sugestão, as autoridades paraguaias deveriam demonstrar estarem prontas a devolver esses navios desde que o Brasil e a Argentina, interessados na livre navegação do rio Paraguai, também se opusessem a que os revolucionários se servissem das embarcações estrangeiras que estavam detendo. Aconselhou Rio Branco ao governo paraguaio declarar-se pronto a indenizar os proprietários daqueles barcos requisitados. Dias depois, também os rebeldes devolviam 16 navios argentinos que tinham consigo[543].

Rio Branco foi hábil. Do governo argentino obteve a neutralidade que, ao cortar qualquer apoio externo aos sublevados, criou situação favorável ao governo paraguaio. Para este, por outro lado, apresentou a proibição de requisição de navios estrangeiros como iniciativa tomada principalmente contra os sublevados. Essa proibição, no entanto, mantinha livre a navegação do rio Paraguai, meio importante de contato do Brasil com o Mato Grosso. Evitou-se, também, um precedente que viesse a justificar, em outras agitações políticas no país guarani, nova requisição de navios estrangeiros. E era correta a afirmação de Rio Branco de que a neutralidade argentino-brasileira no conflito paraguaio era vantajosa ao governo Jara. Afinal, privada a revolução de navios, "não terá como transportar forças pelo rio ao passo que o governo creio que pode dispôr de alguns navios"[544].

Esses esclarecimentos de Rio Branco não afastaram suspeitas do governo paraguaio. Em meados de março, o jornal oficioso *El Monitor* publicou que a presença das divisões navais brasileira e argentina no Paraguai fazia supor uma intervenção conjunta atentatória à soberania nacional. Rio Branco reagiu e orientou Guerra Duval a esclarecer ao governo paraguaio que a presença de belonaves brasileiras era necessária para proteger os navios mercantes. Ademais, argumentou o chanceler, a divisão naval brasileira justificava-se, ainda mais, com a chegada dos navios de guerra argentinos. Isto porque as duas forças navais poderiam fiscalizar-se mutuamente, obrigando seus comandantes a cumprirem rigorosamente as ordens de manter a neutralidade, que tinham de seus respectivos governos. Não era intenção do presidente Sáenz Peña

[543] DUVAL para RIO BRANCO, tel. 34, 10.3.1911. Ibid., MDBATE, 202-1-10
[544] RIO BRANCO para DUVAL, tel. cifr. 38-bis, 14.3.1911. Ibid., MDBATR, 202-1-18.

intervir no conflito paraguaio e, se pretendesse fazê-lo, "o Brasil o não acompanharia em semelhante política". Rio Branco instruiu Guerra Duval a confidenciar a Cecílio Báez e ao presidente Jara que estivessem seguros "da nossa simpatia e amizade e do nosso sincero desejo de ver restabelecida e consolidada a ordem"[545].

Jara deu essas mesmas garantias de simpatia e amizade à Argentina. Em 18 de março, o presidente paraguaio jantou com o Vice-almirante Eduardo O'Connor, comandante da divisão naval argentina, a bordo da nau capitânia *Rosário*. Na ocasião, Jara fez juras de amizade à Argentina e manifestou seu desejo de promover, "a qualquer preço", a aproximação entre os dois países e, mais, disse "que era tal a ascendência do ministro argentino em seu Governo que ele não pedia, mas ordenava"[546].

As tropas de Jara venceram os revoltosos em várias batalhas, fuzilando os prisioneiros rebeldes, inclusive Riquelme[547]. Os chefes sublevados que se encontravam em Villa del Rosário asilaram-se no navio de guerra brasileiro Gustavo Sampaio, que, em lugar de dirigir-se para Porto Murtinho, localidade mato-grossense mais próxima, foi para Assunção. Guerra Duval ordenou ao comandante do navio deixá-lo longe da terra e pediu instruções a Rio Branco, que ordenou fossem os asilados levados a Corumbá. Guerra Duval esteve com Jara para explicar o ocorrido com o Gustavo Sampaio. Nessa ocasião, o presidente agradeceu as manifestações brasileiras de amizade e em favor do restabelecimento da paz, com a vitória da autoridade legal, o "que confidencialmente, conforme instruções de V. Exa. [Rio Branco]" Duval transmitira a Jara durante a rebelião[548].

b) A deposição de Jara

Terminada a sublevação, o governo paraguaio preocupou-se em lotar sua Legação no Rio de Janeiro, de há muito acéfala. Rio Branco concordou com o nome de Juan Silvano Godoi para esse cargo, lembrando

[545] DUVAL para RIO BRANCO, tel. 43, Assunção, 17.3.1911. Ibid., MDBATE, 202-1-10. RIO BRANCO para DUVAL, tel. cifr. 40, Assunção, 19.3.1911. Ibid., MDBATR, 202-1-18.

[546] Eduardo O'CONNOR para ministro da Guerra VALIENTE, Assunção, Nota s/nº, 20.3.1911. AMRECIC, Guerra de la Triple Alianza, [sic] Caixa 7.

[547] Riquelme, que viera de Concepción para atacar Assunção e fora batido, tentou fugir em 17 de março, de barco, para a Argentina. Porém ele foi aprisionado e, horas depois, fuzilado, pelas costas, por um pelotão legalista. FREIRE ESTEVES, pp. 118-119.

[548] DUVAL para RIO BRANCO, of. 12, 2a. sec., Assunção, 24.3.1911. AHI, MDBAOE, 201-2-14.

que este estivera, na década anterior, no Rio de Janeiro, por pouco tempo e em missão não oficial, e que publicara "juízo injusto" sobre o Brasil. Ressaltou, também, que há pouco Godoi publicara no jornal *La Prensa*, de Buenos Aires, novas opiniões avessas ao Brasil, "mas é inteligente e estou persuadido [de que] modificará aqui opiniões antigas"[549]. A passagem de Godoi pelo Rio de Janeiro foi fugaz. Ao apresentar suas credenciais fez um discurso, de conhecimento prévio de Jara, com conceitos negativos à Argentina. Afirmou que, após a derrota na guerra em 1870, o Paraguai somente conseguiu conservar vasta extensão do Chaco Ocidental, reivindicado pela Argentina, graças à intervenção da diplomacia brasileira. O governo argentino reagiu pressionando Jara, que enviou a Godoi telegrama desaprovando seu pronunciamento e chamando-o de volta a Assunção[550].

No plano político interno, o presidente Jara abandonou a ideia de um bloco de apoio, insistindo na necessidade de se fundar um partido para respaldar seu governo. Os cívicos e radicais, que estavam dispostos a participar desse bloco, recusaram-se a deixar suas agrupações partidárias e os colorados, que tinham estado próximos a Jara, dele se distanciaram. Em torno do presidente paraguaio, apontou Guerra Duval, "vai-se fazendo um vazio cada vez maior". Depois da vitória sobre os sublevados radicais, Jara tornou-se mais "voluntarioso", exigindo que suas ordens fossem cumpridas militarmente, sem observações ou conselhos por parte de seus auxiliares[551].

Cecílio Báez e Manuel Domínguez não tinham influência sobre decisões importantes do governo. Os cívicos haviam desistido de chegar a um acordo com Jara e, na Argentina, buscavam meios para derrubá-lo, provavelmente unidos aos radicais. A imprensa de Buenos Aires, por sua vez, atacava violentamente o governo paraguaio e fora "um fiasco" a "missão confidencial" do ministro da Fazenda, Ortiz, à capital argentina em busca de recursos financeiros. Já o Exército paraguaio permanecia fiel a Jara, mas não havia segurança da atitude futura das tropas. Desse quadro Guerra Duval concluiu com, notável acerto quanto ao que ocorreria nos meses seguintes, que:

---

[549] Idem, tel. cifr. 51, Assunção, 25.3.1911. Ibidem, MDBATE, 202-1-10. RIO BRANCO para DUVAL, tel. cifr. 48, 28.3.1911. Ibid., MDBATR, 202-1-18.

[550] FREIRE ESTEVES, p. 119. Diplomacia Paraguaya - El ministro Godoy en el Brasil - Los Discursos Criticados. *La Prensa*, Buenos Aires, 4.7.1911. Recorte anexo ao of. 27, 2a. Sec., Buenos Aires, 8.7.1911. AHI, MDBBAOE, 206-2-9. JARA para GODÓI, Tel. s/d [junho 1911]. Cópia arquivada em AHI, MDBATR, 202-1-18.

[551] DUVAL para RIO BRANCO, of. res. 4, 2a. Sec., Assunção, 18.4.1911. Ibidem, MDBAOE, 201-2-14.

> A impressão geral e justificada é de instabilidade da situação e eu temo que, se o coronel Jara não se mantiver no poder, nenhum governo que o substitua possa, ao menos nos primeiros tempos, manter a ordem e impedir a anarquia[552].

Assunção fervilhava com boatos, intrigas e conspirações. Jara estava sem apoio político e o Congresso se evitava hostilizá-lo para não ser fechado também nada fazia em seu favor. Em meados de junho de 1911 o ministro da Guerra, coronel Carlos Goiburú, desentendeu-se com o presidente. Havia várias conspirações em andamento e falava-se, então, abertamente, da necessidade do assassinato de Jara como solução para a crise política[553].

Ao mesmo tempo em que acompanhava a degradação da situação política paraguaia, a Legação brasileira, atendendo a ordens do Rio de Janeiro, tomou iniciativas nas relações bilaterais. Propôs-se ao chanceler Cecílo Báez a assinatura de um Tratado Complementar para demarcar a fronteira do rio Apa até Bahía Negra. A demarcação não havia ainda sido feita porque o Chaco, até essa baía, fora reclamado, até 1876, pela Argentina, continuando a sê-lo pela Bolívia. Báez concordou com a proposta, preferindo que o assunto fosse negociado em Assunção[554]. Mostrou-se de acordo, também, com a sugestão de Rio Branco de se estender o telégrafo paraguaio até a margem do Apa, em São Carlos, se necessário à custa do Brasil, para unir as linhas telegráficas dos dois países. As autoridades paraguaias enviaram, então, material e pessoal para estabelecer essa união, o que implicava em instalar quilômetros de fios no meio da floresta[555].

Enquanto isso, as diferentes conspirações articuladas contra Jara aguardavam ocasião oportuna para se concretizarem, o que ocorreu por ocasião do escândalo sexual em que o presidente se envolveu. Em fins de junho a mãe da artista de opereta Lidia Panisi procurou a Legação brasileira e contou que, no dia 25, ambas haviam ido, a convite, à casa do presidente da República às 19 horas. Lá chegando, a mãe foi agarrada e amordaçada por soldados e a filha, "brutalizada", desmaiou e "crê ter sido violada

[552] Idem.
[553] Id., res. 5 e 6, 2a. sec., Assunção, 5.5 e 12.6.1911. Ibid.
[554] RIO BRANCO para DUVAL, tel. 58, 12.5.1911. Ibid., MDBATR, 202-1-18. DUVAL para RIO BRANCO, of. 21, 2a. sec., Assunção, 25.5.1911. Ibid., MDBAOE, 201-2-14.
[555] RIO BRANCO para DUVAL, tel. 56, 6.5.1911. Ibid. DUVAL para RIO BRANCO, tel. 75, Assunção, 30.5.1911. Ibid., MDBATE, 202-1-10.

por Jara". A mãe declarou que ambas haviam nascido em Porto Alegre, sendo o pai de Lidia um italiano. Elas, no entanto, não falavam português e tinham passaporte da Itália. Guerra Duval recomendou-lhes, então, que procurassem a Legação desse país e pediu instruções ao Itamaraty[556].

Rio Branco viu na denúncia uma tentativa de chantagem ou "invenção de histérica". Guerra Duval foi instruído a não tomar iniciativa no caso, mesmo porque as queixosas não tinham qualquer documento que comprovasse serem brasileiras[557].

Em 28 de junho a polícia invadiu as oficinas do jornal oposicionista *El Diario*, inutilizando a edição desse dia. Nela havia a narração do caso Panisi, assinada pela mãe denunciante, acompanhada de cópia do convite escrito pelo presidente Jara para a artista ir à sua residência. Desencadeou-se, então, um protesto contra Jara por cerca de 400 estudantes, que, ao passarem à frente do Palácio Presidencial, foram presos e logo soltos[558].

As manifestações de protesto continuaram e, no Congresso, onde radicais e colorados eram maioria, o governo foi interpelado sobre a invasão da gráfica do jornal *El Diario*. Nessa mesma noite, deputados e senadores foram chamados à Polícia, sendo-lhes imposta a renúncia, após a qual foram liberados, enquanto permaneciam presos o presidente da Câmara e outros legisladores. Simultaneamente renunciaram a seus cargos os ministros das Relações Exteriores e do Interior. O Congresso, composto unicamente pela minoria jarista, mesmo sem dispor de quórum legal, decretou Estado de Sítio[559].

Em 5 de julho, traído pelo ministro da Guerra, Cipriano Ibañez, Jara fora preso e os radicais "apossaram-se do governo". Jara renunciou à Presidência sob as seguintes condições: ser promovido a general; ser enviado em missão à Europa e ter assegurada a promessa de ser eleito presidente da República para o período 1914-1918. Acordo nesse sentido fora assinado pelos ministros da Guerra, da Fazenda, pelo presidente do Senado e por quase todos os oficiais do quartel de artilharia onde Jara estava aprisionado. O Congresso, ao qual retornaram os membros que haviam sido obrigados a renunciar, elegeu Liberato Marcial Rojas como presidente provisório. O coronel Jara embarcou, no dia seguinte, para a Argentina acompanhado, no trajeto até o cais, pelo presidente provisório,

[556] DUVAL para RIO BRANCO, tel. cifr. 81-bis, Assunção, 27.6.1911. Ibid.

[557] RIO BRANCO para DUVAL, tel. cifr. s/n., 29.6.1911. Ibid., MDBATR, 202-1-18.

[558] Jara disse a Guerra Duval que a artista não estivera em sua casa. O comandante do couraçado brasileiro Tiradentes confirmou, porém, ter visto a moça entrar na residência presidencial. O representante italiano, por sua vez, ocupou-se oficiosamente do caso, para evitar violência oficial contra as duas mulheres, que estavam sendo ameaçadas. DUVAL para RIO BRANCO, tel. cifr. 81, Assunção, 29.6.1911. Ibid., MDBATE, 202-1-10.

[559] Idem, tel. cifr. 82 e 83, Assunção, 1 e 3.7.1911. Ibidem.

pelo Ministério e pela oficialidade. Na ocasião o ministro da Guerra fez um discurso e Jara retribuiu, sendo aplaudido pelas autoridades presentes, enquanto os populares no cais gritavam "morra o tirano"[560]. Quanto ao compromisso acima citado, Guerra Duval informou que não havia, por parte dos seus signatários, "nenhuma intenção" de cumpri-lo totalmente[561].

As instruções de Rio Branco a Guerra Duval nesses acontecimentos não inovaram. O representante brasileiro foi instruído a manter "boa inteligência" com os representantes argentino e norte-americano. O Barão reafirmou que o Brasil não possuía partido no Paraguai e que, caso o governo radical fosse reconhecido pelo Congresso, o Rio de Janeiro também o faria, "depois de convencido que está aceito pela nação". Caso houvesse guerra civil, a posição brasileira seria de neutralidade[562]. A queda de Jara, porém, não apresentou problemas para a Legação brasileira, os quais surgiram, em realidade, com a guerra civil que se seguiria nos meses seguintes.

Em análise retrospectiva a Legação brasileira classificou como previsível o ocorrido, pois o Exército era o único apoio de Jara, que estava à mercê "do primeiro capitão que soubesse planejar um golpe". O caso Panisi – que "nunca ficou bem claro se era ou não de chantagem" – provocou tal volume de protestos contra Jara, que seus amigos, na esperança de manterem-se no poder, "deliberaram sacrificá-lo" [ao coronel-presidente], dando o golpe de Estado. O ministro da Guerra Cipriano Ibañez planejou reconciliar-se com os gondristas a fim de obter apoio para sua candidatura presidencial. Por esse motivo, a chamado de Ibañez, líderes gondristas foram ao Quartel de Artilharia e, julgando-se senhores da situação, exigiram condições duríssimas para seus adversários políticos. Tais exigências levaram até mesmo os oficiais de artilharia, "os verdadeiros árbitros do momento", a sentirem-se ameaçados e voltarem a aproximar-se de Jara, o que resultou no "estranho compromisso" assinado quando de sua renúncia. Oriunda dessa contramarcha de última hora surgiu a escolha de Liberato Rojas para presidente, apoiado por esses oficiais em oposição a Ibañez e sustentado pelos radicais gondristas[563].

[560] Id., tel. 84, 85 e 86, Assunção, 5 (os dois primeiros) e 6.7.1911. Ibid.
[561] Id., tel. cifr. 92, Assunção, 12.7.1911. Ibid.
[562] RIO BRANCO para DUVAL, tel. cifr. s/n., 6.7.1911. Ibid., MDBATR, 202-1-18.
[563] DUVAL para RIO BRANCO, of. res. 8, 2a. sec., Assunção, 17.7.1911. Ibid., MDBAOE, 201-2-14.

3 - A guerra civil de 1911-1912

A guerra civil de 1911-1912 foi um dos momentos políticos mais anárquicos da história paraguaia. A conflagração criou a oportunidade para intervenções quer do Brasil, quer da Argentina, com as partes em luta buscando, mesmo, a ingerência externa. Rio Branco, porém, manteve em vigência o princípio de neutralidade nos assuntos internos paraguaios. Postura esta também adotada pelo presidente argentino, Roque Sáenz Peña. Os governos brasileiro e argentino atuaram de comum acordo, mantendo-se neutros, mas garantindo os interesses de seus cidadãos no país vizinho, bem como sustentando a livre navegação do rio Paraguai. Contudo, nem sempre seus representantes, diplomáticos e militares, foram absolutamente neutros, tomando atitudes que favoreceram uma das partes em luta, particularmente os argentinos quanto aos rebeldes radicais.

a) A precariedade do governo Rojas

Liberal Marcial Rojas, presidente provisório, era agrimensor de profissão, deputado radical e influente amigo de Jara. Foi um dos maiores opositores a que esse militar aceitasse a proposta de missão à Europa do então presidente Gondra. Rojas assumiu a Presidência em 5 de julho de 1911 e, até ser derrubado em fevereiro de 1912 por seus colaboradores de última hora, os colorados, teve seu governo caracterizado pela indecisão nos momentos difíceis. Seu Gabinete foi composto quase exclusivamente por "jaristas", à exceção do colorado Federico Codas (Justiça e Educação Pública)[564].

Coincidentemente, em Mato Grosso, reinava também a instabilidade política. Com base em informações do governador desse Estado, Rio Branco comunicou à Legação em Assunção que Bento Xavier, protegido por autoridades paraguaias, encontrava-se na região fronteiriça, reunindo homens para uma nova incursão contra o governo mato-grossense. Essas autoridades consentiam, inclusive, que o gado roubado em Mato Grosso fosse negociado no Paraguai. Guerra Duval respondeu que Bento Xavier se encontrava há oito dias em Assunção

[564] Os demais ministros foram: Francisco Bareiro (Fazenda), "jarista"; Alejandro Audibert (Interior), "jarista", Teodósio González (Relações Exteriores), "radical jarista", coronel Américo Benítez (Guerra e Marinha), "jarista colorado". URIZAR, Dr. Rogelio. *Los dramas de nuestra anarquía*; análisis de la evolución política del Paraguay. Rosário: Taller Gráfico de la Plaza, 1989, v. I., p. 319.

e que estava ligado aos radicais gondristas. O governo Rojas, por sua vez, deu ordens às autoridades da região da fronteira para desarmar quaisquer grupos armados vindos do Brasil[565].

A Legação brasileira tinha dificuldade em tratar com "governos efêmeros", como os do Paraguai, pois cada ministro de Relações Exteriores não se responsabilizava pelos compromissos de seu antecessor. Os políticos paraguaios não compreendiam que o governo "é a representação ininterrupta da soberania do seu país, e por isso mesmo responsável sem descontinuidade pelos atos e compromissos dos homens que se sucedem nessa representação". Nessa época, Teodósio González era o novo ministro das Relações Exteriores. Ele era "homem de dinheiro" e representara – "e creio que ainda representa" –, a José Luiz Almeida Nogueira, Asdrubal do Nascimento e o engenheiro Maia em um pedido de concessão ao governo paraguaio para construir estrada de ferro que chegasse à fronteira com o Brasil[566].

O governo Rojas não fugiu à sina de seus antecessores e já em 31 de julho de 1911 enfrentou uma sublevação. Nesse dia os gondristas, que até então estavam de acordo com o governo, apoiados pelo navio Triunfo, da Marinha paraguaia, e por soldados da artilharia e da infantaria, quiseram impor ao presidente a incorporação ao Exército dos oficiais que se revoltaram em fevereiro desse mesmo ano. Exigiam, ainda, a nomeação de partidários do gondrismo para os Ministérios da Guerra, do Interior e da Fazenda. Os revoltosos espalharam a artilharia pela cidade e deram prazo até meia noite, ainda de 31, para serem atendidos. O corpo diplomático nomeou os ministros brasileiro e argentino como mediadores entre Rojas e os sublevados. Já na madrugada de 1º de agosto os rebeldes se renderam por crer no boato, sem fundamento, espalhado pelo governo, de que o corpo diplomático se oporia pela força – obviamente argentina e brasileira – ao bombardeio da capital guarani[567].

"No momento mais difícil" do dia 31, colorados e cívicos ofereceram seu apoio ao governo Rojas, pois os gondristas, "pelo seu exclusivismo e crueldade conquistaram muitos ódios". Finda a sublevação, o governo concentrou tropas em Assunção, apesar do inconveniente de aumentar na cidade o número de militares, de duvidosa fidelidade. Enquanto isso,

[565] RIO BRANCO para DUVAL, tel. 63, 9.7.1911. AHI, MDBATR, 202-1-18

[566] DUVAL para RIO BRANCO, of. res. 2, 1a. sec., Assunção, 25.7.1911. Idem, MDBAOE, 201-2-14. Posteriormente, Teodósio GONZÁLEZ escreveu sobre essa fracassada concessão no livro Infortúnios del Paraguay. Buenos Aires: Talleres Gráficos J.J. Rosso, 1931.

[567] Idem, of. res. s/n., 2a. sec., Assunção, 11.8.1911. Ibid.

os gondristas continuaram a conspirar "e dispõem de dinheiro para comprar adesões de oficiais"[568].

Em 19 de agosto a Legação brasileira classificou de "melindrosa" a situação. O coronel Jara, sem recursos financeiros, instalou-se na fronteira argentino-paraguaia em postura ameaçadora ao governo Provisório. O presidente Rojas resolveu, então, enviar Jara à Alemanha, "em comissão de estudos", com o confortável vencimento de 6.000 pesos-ouro anuais, extraídos da verba do orçamento da República destinado a "calamidades públicas"[569]. Embora aleatório, o recurso emergencial a tal rubrica fazia justiça ao papel do coronel Jara na história paraguaia.

Os cívicos e colorados foram convidados pelo governo Provisório a apoiá-lo. Rojas pensava conseguir, desse modo, maioria na Câmara e ser escolhido, na eleição de outubro de 1911, para continuar na Presidência da República. Os colorados estavam dispostos a dar apoio desde que obtivessem dois Ministérios e a Vice-Presidência[570].

Após a sublevação de julho, os implicados foram beneficiados por uma lei de anistia e as lideranças radicais retornaram a Assunção. Um setor radical, composto de gondristas e liderado por Eduardo Schaerer, que era contrário a qualquer composição com o governo, convocou a convenção do Partido Liberal. Outro setor do radicalismo, no entanto, que se unira ao governo Jara e, agora, apoiava Rojas, alegando caducidade da Comissão Central do Partido Liberal, convocou outra convenção. Em 17 de setembro realizou-se a convenção dos radicais gondristas, que constituiu um Diretório sob a Presidência de Emiliano González Navero. Os radicais situacionistas também efetuaram sua convenção, elegendo Victor Soler para a presidência da Comissão Central. O Partido Liberal Democrático, fundado em 1910 pelos liberais cívicos, por sua vez, realizou convenção no dia 10 desse mesmo mês, elegendo Antonio Taboada como seu presidente[571].

Logo a questão de concessão, permitindo a ligação ferroviária entre Brasil e Paraguai, retornou à pauta das relações entre os dois países. Em telegrama de 9 de setembro, Rio Branco instruiu Guerra Duval a como reagir frente a resistências argentinas de que uma empresa brasileira obtivesse a concessão. Deveria ser mostrado ao presidente Rojas as vantagens para o Paraguai daquela união ferroviária, ao evitar que o país permanecesse sob total dependência comercial da Argentina. O governo brasileiro, destacou Rio Branco, jamais hostilizara a ligação

[568] Id.
[569] Id., of. 26, 2a. sec., Assunção, 19.8.1911. Ibid.
[570] Id., of. 29, 2a. Sec., Assunção, 14.9.1911. Ibid.
[571] FREIRE ESTEVES, p. 121.

ferroviária paraguaio-argentina, que estava para ser concluída, mas era normal esperar que o mesmo meio de transporte também existisse com o Brasil. Lembrou Rio Branco que as autoridades brasileiras jamais apresentaram pedidos oficiais de concessões, que "tem partido de capitalistas estrangeiros, que têm empregado dinheiro em caminhos de ferro construídos no Brasil"[572].

Em telegrama seguinte, Rio Branco explicou que os empresários da Cia. São Paulo- Rio Grande (entenda-se: Farquhar) detinham a concessão que era solicitada pelo Conde Nascimento. Acrescentou que brasileiros e capitalistas estrangeiros com interesses no Brasil já possuíam a maioria das ações da *Paraguay Central Railway Company*. Este tinha autorização para prolongar linha férrea de Villarrica à fronteira com o Brasil, na altura do estado do Paraná, para entroncar com a São Paulo-Rio Grande. "Portanto não favoreça Conde Nascimento", ordenou Rio Branco. Em mensagem telegráfica de 15 de setembro, Rio Branco afirmou que tal entroncamento era de maior interesse para o Paraguai, pois garantiria ao país uma via rápida de ligação comercial não só com o Brasil, mas com a Europa e os Estados Unidos pelo litoral brasileiro. Essa nova realidade seria benéfica para o progresso do país guarani e não traria prejuízos para suas relações com a Argentina, pois as mercadorias mais pesadas continuariam utilizando Buenos Aires como entreposto comercial, tendo em vista ser o frete pela via fluvial seria mais barato do que o ferroviário[573].

Rio Branco, contudo, como ele próprio reconheceu, fora induzido a erro por informações falsas do representante da São Paulo-Rio Grande. O senador Almeida Nogueira esclareceu que era sócio de Nascimento e que a concessão solicitada ao governo paraguaio era diferente daquela da PCRC, a qual se estendia até Iguaçu. Almeida Nogueira informou que seu objetivo era entroncar o sistema ferroviário paraguaio com o brasileiro em Salto del Guaíra, e daí ao de São Paulo. A empresa pleiteante era exclusivamente brasileira e, segundo Rio Branco, atendê-la interessava tanto ao Brasil, quanto ao Paraguai. Este possuiria duas ligações ferroviárias com o vizinho brasileiro e, com a concorrência entre as duas companhias, os usuários paraguaios obteriam condições mais vantajosas de utilização do transporte ferroviário. Rio Branco cancelou, assim, sua instrução anterior, afirmando que "devemos desejar que ambas [Conde do Nascimento e São Paulo-Rio Grande] sejam bem-

[572] RIO BRANCO para DUVAL, tel. cifr. 71, 9.9.1911. AHI, MDBATR, 202-1-19.
[573] Idem, tels. cifr.72 e 73, 11 e 15.9.1911. Ibidem.

-sucedidas"[574]. Não era uma postura realista do ponto de vista econômico, pois o reduzido mercado interno e o diminuto comércio externo do Paraguai não justificavam esses investimentos.

Guerra Duval procurou entender-se com o ministro do Interior, Alejandro Audibert, que é a cabeça pensante do governo, mostrando as vantagens econômicas da proposta da *Ferrocarril Nordeste del Paraguay*, controlada pela Conde do Nascimento & Cia. Audibert comentou sobre a pressão argentina contrária a tal concessão, mas prometeu fazer sancionar a lei. O representante argentino soube de tais entendimentos e contra-atacou, solicitando o veto à lei de concessão e mostrando ao presidente Rojas mapa em que figurava pretensa conexão da *Nordeste del Paraguay* com malha ferroviária brasileira que se interligava com a Bolívia, o que facilitaria a invasão, por este país, do Paraguai. Nessa exposição, o representante argentino foi apoiado pelo líder oficialista, Victor Soler, e pelo dr. Ortiz, ex-ministro da Fazenda, "ambos com grande influência no governo"[575].

Não houve, porém, o veto solicitado e em 2 de novembro de 1911 o ministro Audibert assinou a concessão da ferrovia *Ferrocarril Nordeste del Paraguay*, entre Assunção e Salto del Guaíra e a Conde do Nascimento & Cia., seguindo norma legal, depositou como caução 40.000 pesos-ouro no Banco Mercantil de Assunção. Para tal sucesso, Guerra Duval foi "zelosamente ajudado" pelo ministro de Relações Exteriores paraguaio, Teodósio González, que "está muito interessado no negócio como associado da empresa Conde do Nascimento & Cia". González, de fato, acalmou Rojas quando este se mostrou impressionado com a exposição do representante argentino e tratou, também, com Audibert que, aparentemente, se opunha à concessão da *Nordeste del Paraguay*[576].

Em outubro de 1911, graças ao respaldo de cívicos e colorados, o Congresso votou a extensão do mandato do governo Provisório até o fim do exercício. O coronel Jara, aliás, novamente sem dinheiro, ingressou incógnito no Paraguai, chegando no dia 1º desse mês na capital onde, descoberto, foi levado ao presidente, com quem conversou longamente. Nessa ocasião Jara teria exigido 20.000 pesos-ouro para seguir para a Europa[577].

Dias depois foi descoberta nova conspiração radical. Como consequência, o governo Rojas deportou para Buenos Aires todos os

[574] Id., tel. cifr. 74, 20.9.1911. Ibid.
[575] DUVAL para RIO BRANCO, of. res. 2, 3a. Sec., Assunção, 27.9.1911. Ibid., MDBAOE, 201-2-14.
[576] Idem, of. 24, 1a. sec., e of. 6, 3a. Sec., Assunção, 22.10 e 4.11.1911. Ibid. Carta particular de Teodósio GONZÁLEZ para DUVAL, Assunção, 24.9.1911. Anexo ao of. res. 2.
[577] Id., of. res. 10, 2a. sec., Assunção, 5.10.1911. Ibid.

expoentes do gondrismo, inclusive os militares Chirife, Schenoni e Mendoza, nomes estes que seriam importantes nos acontecimentos que estavam por vir. Os gondristas, que tinham grande número de deputados, protestaram inocência, acusando os cívicos de inventarem a conspiração[578].

A situação política paraguaia constituía verdadeiro cipoal, em que estavam exacerbados os interesses pessoais e partidários. Os cívicos planejavam retirar-se do governo por estarem descontentes com os cargos nele obtidos. Os jaristas, com Daniel Codas à frente, ameaçavam eliminar o presidente Rojas de seu movimento político, acusando-o de favorecer os cívicos. Os radicais continuavam a conspirar, enquanto os colorados mantinham atitude simpática com relação aos cívicos, mas esperavam a oportunidade de aliar-se ao setor que lhes oferecesse maiores vantagens. O único apoio real ao presidente era o de seu irmão, Emiliano Rojas, chefe da Polícia, que dispunha de mil homens bem armados. O sucesso de uma nova sublevação dependeria da postura do ministro da Guerra, coronel Américo Benitez, o qual era imprevisível por ser ligado a Jara e na revolta de fevereiro ter-se mantido indeciso até as primeiras derrotas dos radicais[579].

O presidente Rojas, em busca de apoio, inclinava-se para os cívicos. Comentava-se da nomeação de Adolfo Soler para o Ministério da Fazenda e de Elias Ayala para a Pasta do Interior. Guerra Duval comunicou que "sem aparecer tenho dificultado [a] nomeação Soler", à qual também se opunha um grupo governista. Soler, contudo, chegou em 7 de novembro da Argentina e, "jeitoso e sem escrúpulos", aproximou ainda mais cívicos – Partido Liberal Democrático – e colorados. Soler estava se impondo ao presidente, quer por ameaçar que essas duas correntes políticas abandonariam o governo, quer por prometer auxílio da Argentina em caso de revolta dos radicais. Liberato Rojas sequer contava com o apoio dos jaristas, que eram numericamente insignificantes. Guerra Duval continuou, "por meios indiretos", a criar obstáculos à nomeação de Soler para o Ministério e, simultaneamente, formou-se um grupo jarista que a combatia. Soler, por sua vez, embarcou em 16 de novembro para Buenos Aires e, acreditava a Legação brasileira, sem resposta decisiva do presidente sobre uma maior participação dos cívicos no governo[580].

Na realidade Adolfo Soler retornara à Argentina em missão de Rojas e aí assumiu a função de ministro residente paraguaio. Na carta de apresentação a Sáenz Peña, o presidente Rojas, ultrapassando as normas

[578] Id., of. 30, 2a. sec., 11.10.1911. Ibid.
[579] Id., of. res. 11, 2a. sec., Assunção, 10.11.1911. Ibid.
[580] Id., of. conf. 1, 2a. sec., Assunção, 16.11.1911. Ibid.

de credenciamento de representantes diplomáticos, classificou Soler de "agente confidencial". Soler, por sua vez, escreveu a Sáenz Peña que, desde 1908, apesar das várias mudanças de governos no Paraguai, todos eles, independente de sua filiação política, mantiveram a "virtude" de demonstrar a amizade do país com a Argentina[581].

Em fins de novembro iniciou-se nova sublevação radical. Liderados por Manuel Gondra e Eduardo Schaerer, radicais fortemente armados tomaram Humaitá no dia 23 e, em seguida, a cidade de Pilar, onde se instalou a Junta Revolucionária que se declarou como novo governo do país. O presidente Rojas afirmou a Guerra Duval estar seguro que a revolta era apoiada pela Argentina, com o objetivo de anexar o Paraguai. O presidente pediu, então, uma aliança com o Brasil e, ainda, que este vendesse a seu país o navio de guerra Pernambuco, fundeado na baía de Assunção. Já o representante argentino, em longa conversa com seu colega brasileiro, mostrou desejar a vitória dos revoltosos[582].

Na verdade a nova revolução era financiada por um grupo de especuladores – um "sindicato", como se dizia então – sediado em Buenos Aires. Era seu representante Manoel Rodríguez que, como visto, tinha interesses na ferrovia *Paraguay Central Railway Company* e desejava ter o governo paraguaio a seu serviço. Para tanto, interessava a esse especulador e a seu grupo financiar a tomada do poder em Assunção por uma facção política que lhe retribuísse, posteriormente, o apoio. Durante o governo de González Navero, dirigiu-se Rodríguez ao Partido Democrático, mais precisamente a Adolfo R. Soler e Manuel Benítez que viviam em Buenos Aires. Após dar-lhes 30.000 pesos argentinos, Rodríguez concluiu que tal auxílio a nada conduziria e procurou, então, Eduardo Schaerer e garantiu-lhe os recursos pecuniários necessários para os radicais gondristas organizarem uma revolução contra Rojas[583].

O empréstimo de Manuel Rodríguez permitiu ao comitê revolucionário radical gondrista, instalado em Buenos Aires, comprar armas na Europa. Foram adquiridos barcos para serem usados no controle dos rios paraguaios, pois o governo Rojas contava somente com duas precárias embarcações. Os conspiradores adquiriram, também, munições e armas em quantidade suficiente para equipar 5.000 homens. A artilharia revolucionária era composta por 20 canhões e 14 metralhadoras. Os

[581] Liberato ROJAS para SÁENZ PEÑA, Assunção, 24.11.1911. AMRECIC, Legaciones Argentinas en América - Paraguay, Caixa 1236. Adolfo SOLER para SÁENZ PEÑA, Buenos Aires, s/d. Idem, ibidem.
[582] DUVAL para RIO BRANCO, tel. cifr. 138, 24.11.1911. AHI, MDBATE, 202-1-10.
[583] FREIRE ESTEVES, p. 122.

barcos revolucionários eram equipados com estações radiotelegráficas, o que dava grande vantagem de movimento sobre as forças legalistas, que não contavam com esse recurso[584]. Em síntese, os sublevados eram superiores em armamento ao governo Rojas.

Os cívicos, em concordância com os colorados nesses acontecimentos, apoiaram o governo. Era opinião geral que a Argentina respaldava a revolta e o ministro do Interior, Alejandro Audibert, atribuiu tal postura ao fato de Buenos Aires opor-se à concessão ferroviária aos investidores brasileiros que pretendiam construir a *Ferrocarril Nordeste del Paraguay*. O titular da Pasta do Interior afirmou, "textualmente", que se o Brasil, naquele momento, não apoiasse o presidente Rojas, dificilmente algum outro governo paraguaio ousaria atender desejos do Rio de Janeiro aos quais se opusesse a Argentina[585].

Para Guerra Duval era inegável a ajuda de personalidades argentinas aos revoltosos, "ainda que, talvez, sem posição oficial, e especialmente da poderosa companhia de navegação Mihanovich". Lembrou que, mesmo prevenido a tempo, o governo argentino não impedira a passagem, por seus portos, de navios revolucionários[586]. O diplomata interpretava que, afinal, as contínuas revoltas no Paraguai favoreciam a Argentina, pois levavam os jovens paraguaios fugindo do recrutamento a se refugiarem no Chaco argentino, auxiliando a colonização desse inóspito território. Ademais, a contínua instabilidade política e o enfraquecimento do Paraguai faziam parecer mais realizáveis os desejos de alguns argentinos de anexá-lo. Já o interesse da companhia Mihanovich concentrava-se em obter "a prometida obra do porto da capital e uma zona franca, destinada a abastecer Mato Grosso e aquellas comarcas da Bolívia que ficam mais próximas"[587].

Guerra Duval viu como provável que a aliança entre o governo e os cívicos levasse à mudança da posição da Argentina. Pelo raciocínio desse diplomata, como os cívicos estavam enfraquecidos, Buenos Aires optara por apoiar os radicais. A revolução, contudo, fortalecia os cívicos no seio do governo paraguaio, que passavam a ter maior possibilidade de chegar ao poder. Com isso, o governo poderia passar a apoiá-los, pois seria a melhor forma de conseguir atingir seus objetivos no Paraguai[588].

[584] Idem.
[585] DUVAL para RIO BRANCO, tel. cifr. 140, 25.11.1911. AHI, MDBATE, 202-1-10.
[586] Idem, of. res. 13, 2a. Sec., Assunção, 30.11.1911. Ibidem.
[587] Id.
[588] Id.

Frente à nova revolução, Rio Branco manteve a postura tradicional de neutralidade, desejando que o governo legal saísse vencedor. Ao mesmo tempo, enviou, de Corumbá, três canhoneiras para ficarem à disposição da Legação brasileira[589].

Os navios revoltosos ameaçavam subir o rio Paraguai e bombardear Assunção, pondo em risco a vida e os interesses de brasileiros na cidade. Guerra Duval solicitou instruções ao Rio de Janeiro, indagando se, nesse caso, mesmo sem a aquiescência do representante argentino, poderia tentar impedir a violência dos revolucionários. Rio Branco aconselhou prudência, argumentando que a divisão naval brasileira em Assunção era insuficiente para, sozinha, conter os revolucionários. Para suprir essa falha, o chanceler brasileiro obteve o envio, como reforço, de quatro belonaves para o Paraguai, o que permitiria adotar, posteriormente, "outras resoluções". Rio Branco afirmou estar seguro de que a Argentina tomaria tais "resoluções" de comum acordo com o Brasil, fato este que deveria ser mantido em sigilo. De todo modo, pensava o chanceler, o governo Rojas se fortaleceria com o apoio de cívicos e colorados[590].

Para evitar o bombardeio de Assunção, os revoltosos deviam ser comunicados de que, se o fizessem, seriam atacados por belonaves brasileiras e argentinas. A Legação brasileira foi instruída, porém, a não impedir um ataque por terra à capital. De fato, neste caso, a ação ofensiva não era indiscriminada e não poria em risco físico os estrangeiros, ao contrário do bombardeio naval[591].

Sobre o apoio argentino à revolução radical, Rio Branco escreveu:

> Estou convencido [de que] governo argentino não favorece revolucionários. Proteção que eles têm tido será de particulares e especuladores argentinos e estrangeiros seduzidos por promessas dos revolucionários. [O] governo argentino informou-nos confidencialmente que pouco antes de romper a revolução vendeu a esse governo mil fuzis e um parque de artilharia[592].

De fato, em Buenos Aires o chanceler argentino chamou o representante brasileiro, Costa Motta, para não deixar dúvidas sobre a neutralidade da Argentina quanto aos acontecimentos no Paraguai. Solicitou que Rio Branco fosse informado de que há pouco, antes da nova

589 RIO BRANCO para DUVAL, tel. cifr. 80, 25.11.1911. Id., MDABATR, 202-1-19.
590 RIO BRANCO para FERREIRA [representante brasileiro em Assunção a partir de 3.12.1911], tel. cifr. 85-bis, 7.12.1911. Ibidem. Na madrugada de 9.12 partiram, do Rio de Janeiro para o Paraguai, os destróieres Mato Grosso, Timbira e Rio Grande do Norte e o transporte Itajubá. Idem, tel. 87, 9.12.1911. Ibid.
591 Id., tel. cifr. 85, 7.12.1911. Ibid.
592 Id., ibid.

revolução, o governo paraguaio solicitara ao argentino que lhe cedesse algum armamento velho. Buenos Aires, aproveitando-se da oportunidade, desfez-se de artilharia e de 1.000 fuzis antigos. Contudo, iniciada a revolução, apesar de Adolfo Soler insistir na compra de mais armas, a resposta argentina foi negativa, para não comprometer sua neutralidade. O governo paraguaio pediu, então, francamente o apoio argentino e a resposta foi a reafirmação dessa neutralidade[593].

Embora o governo argentino não favorecesse os revolucionários, seu representante em Assunção lhes era simpático. Assim, diante da possibilidade do bombardeio da capital, o corpo diplomático reuniu-se e Martinez Ocampos afirmou que a situação era diferente daquela de 31 de julho e que, quatro meses depois, carecia de sentido uma gestão que evitasse o bombardeio da cidade. Esse diplomata demonstrou, ainda, ser simpático aos revoltosos, falando "desrespeitosamente" do governo paraguaio. Guerra Duval conseguiu, então, a aprovação de uma fórmula de acordo pela qual o corpo diplomático, caso solicitado, empregaria esforços para evitar derramamento de sangue na capital paraguaia[594].

O presidente Rojas insistiu para que o Brasil vendesse um navio de guerra e, caso a venda não fosse possível, que pelo menos alienasse dois canhões de grosso calibre, bem como uma bateria de campanha. Guerra Duval respondeu informando que a posição brasileira era de neutralidade, embora desejando a vitória do governo legal. Acrescentou que o Brasil não toleraria ameaça à livre navegação, como a colocação, pelos revolucionários, de minas no rio Paraguai. Rojas afirmou que tal ato já fora realizada pelos rebeldes, mas que seu governo não se decidira ainda se iria fazê-lo. O presidente também disse que navios do Ministério de Obras Públicas argentino continuavam a transportar revolucionários para o Paraguai[595].

Rio Branco respondeu ser impossível a venda do navio de guerra. Informou, no entanto, que sugeriria aos diretores do Lloyd Brasileiro a venda de algum vapor que eventualmente pudesse servir ao governo paraguaio. Quanto aos canhões de grande porte, o pedido de Rojas também não foi atendido, sob o argumento de ser difícil seu transporte[596].

Em 3 de dezembro de 1912, em ato de rotina administrativa, Luiz Rodrigues de Lorena Ferreira apresentou credenciais ao presidente Rojas

[593] COSTA MOTTA para RIO BRANCO, of. res. 4, 2a. sec., Buenos Aires, 1.12.1911. Ibid., MDBBAOE, 206-2-9.
[594] DUVAL para RIO BRANCO, of. res. 14-bis, 2a. Sec., 1.12.1911. Ibid., MDBAOE, 201-2-14. Ver, também, tel. cifr. 144, Assunção, 30.11.1911. Ibid., MDBATE, 202-1-10.
[595] Idem, tel. cifr. 142, 30.11.1911. Ibid.
[596] RIO BRANCO para FERREIRA, tel. cifr. 86, 8.12.1911. Ibid., MDBATR, 202-1-19. FERREIRA para RIO BRANCO, of. res. 4, 1a. sec., Assunção, 18.12.1911. Ibid., MDBAOE, 201-2-14.

como enviado extraordinário e ministro plenipotenciário do Brasil. Foi elevado o *status* da representação brasileira em Assunção, que voltou a ser chefiada por um ministro residente, em lugar de um encarregado de negócios. Guerra Duval permaneceu três anos no Paraguai, passou por momentos difíceis, e exerceu suas funções com eficiência, elaborando lúcidas análises sobre a realidade local. Partiu de Assunção somente no final de dezembro e, segundo seu sucessor, "recebeu [o] apreço de todos"[597].

Luíz Rodrigues de Lorena Ferreira vinha da Venezuela e foi removido a contragosto para Assunção, pois em Caracas convivera com uma revolução e não queria viver outra. Por esse motivo, ele tentou demover Rio Branco dessa remoção, mas o chanceler brasileiro contestou-lhe que "o Sr. parece não dar-se conta do mérito da incumbência que o Govêrno faz questão de confiar-lhe e com a qual poderá mesmo ligar seu nome à História?!...". Lorena Ferreira acabou indo para Assunção sem sua família e "durante nove meses não dormiu muitas noites tranquilas"[598].

b) O entendimento brasileiro-argentino

Ao apresentar suas credenciais, Lorena Ferreira ouviu do presidente Rojas queixas contra a Argentina e elogios ao Brasil, do qual disse esperar que impedisse o bombardeio da capital. O diplomata brasileiro respondeu que o corpo diplomático, se solicitado, interviria para impedir tal violência. Para o presidente, porém, essa solicitação não seria possível, pois humilharia e enfraqueceria seu governo. A postura pessoal de Lorena Ferreira era a de que o Brasil adotasse uma "ação enérgica" com os revolucionários, que seria aplaudida "por todos", e solicitou instruções a Rio Branco[599].

A política do governo brasileiro, de atuar de comum acordo com o argentino, produzia seus frutos. No mesmo dia em que Lorena Ferreira solicitou aquelas instruções, o ministro argentino em Assunção recebeu ordens de Buenos Aires para entender-se com seu colega brasileiro, a fim de impedir o bombardeio da cidade. Martínez Ocampos procurou Lorena Ferreira na noite de 4 de dezembro e informou-o dessas ordens,

[597] A remoção de Guerra Duval, para a Legação em Londres, já estava definida antes da rebelião radical. Guerra Duval permaneceu três anos no Paraguai, passou por momentos difíceis, e exerceu suas funções com eficiência, elaborando lúcidas análises sobre a realidade local. Partiu de Assunção somente no final de dezembro e, segundo seu sucessor, "recebeu [o] apreço de todos". DUVAL para RIO BRANCO, of. 24, 1a. sec., 22.10.1911. Id., MDBAOE, 201-2-14. FERREIRA para RIO BRANCO, of. 1, 1a. sec., Assunção, 1.1.1912. Ibid., 201-3-1

[598] AMARAL, Luis Gurgel. Cousas Idas e Vividas. Rio de Janeiro: Livraria S. José, 1959, pp. 100-101.

[599] FERREIRA para RIO BRANCO, of. res. 3, 1a. sec., Assunção, 4.12.1911. AHI, 201-2-14.

combinando ambos reunião do corpo diplomático para a manhã seguinte. A política argentina, como confirmou o representante da Espanha em Buenos Aires, era dirigida no sentido de "marchar de acordo" com o Brasil na guerra civil paraguaia[600].

Considerando que apenas Brasil e Argentina dispunham de força naval no Paraguai, o corpo diplomático delegou aos representantes desses países as gestões para impedir o bombardeio de Assunção. Lorena Ferreira e Martínez Ocampos combinaram que enviariam dois navios, um de cada nação, para intimar os comandantes dos barcos revoltosos[601].Em Villa del Pilar foram reunidos a bordo do Pernambuco, e na presença da canhoneira argentina *Rosário*, os chefes revolucionários Manuel Gondra, Schrife, Manoel Franco, González Navero e Dr. Montero. Foram informados da proibição do bombardeio de Assunção, o que levou Gondra a protestar, classificando a intervenção do corpo diplomático como atentatória à soberania paraguaia e acrescentando que jamais houvera intenção de bombardear a capital[602].

Apesar da comunicação dos comandantes brasileiro e argentino com os líderes rebeldes, o Brasil não os reconhecia como parte beligerante[603]. Tal fato não só deixava o Rio de Janeiro livre para apoiar o governo legal – embora não viesse a fazê-lo – como, ademais, tornava de caráter criminal qualquer ato rebelde contra interesses brasileiros.

Em 15 de dezembro os cívicos retiraram seu apoio ao governo Rojas, que passou a contar, então, apenas com os colorados. A situação, no plano político, era incerta, com a oposição procurando minar a moral do Exército. No aspecto militar, o quadro não era diferente, pois os rebeldes contavam com três navios, num total de 1.900 toneladas, armados com "no mínimo" sete canhões. Já o governo dispunha de três navios, em péssimo estado de conservação e que alcançavam modestas 500 toneladas, também artilhados com sete canhões[604].

O presidente Rojas enviou instruções telegráficas a seu representante no Brasil, Francisco Chávez, para a compra de armas.

---

[600] Idem, of. 15, 2a. Sec., Assunção, 4.12.1911. Ibidem. Pablo SOLER Y GUARDIOLA para ministro de Estado de Assuntos Exteriores, tel. cifr., Buenos Aires, 23.1.1912. AMAE, Política Exterior - Argentina, Legajo 1355.

[601] Por pouco Lorena Ferreira não se viu envolvido em uma situação vexaminosa, pois todo o carvão de que dispunha a divisão naval brasileira foi usado para o envio desse navio, ficando os demais imobilizados. Os pedidos de carvão, feitos pelo comandante da divisão naval brasileira não tinham sido atendidos pelo Ministério da Marinha. A situação dessa divisão, informou a Legação brasileira, era "aflitiva", desprovida que estava de mantimentos, peças de reposição e com o pagamento dos soldos atrasado. Era difícil o emprego das belonaves brasileiras, em virtude de suas precárias condições materiais e do descontentamento de suas tripulações. FERREIRA para RIO BRANCO, of. res. 17, 2a. sec., e of. 34, 1a. Sec., Assunção, 6 e 12.12.1911. AHI, MDBAOE, 201-2-14.

[602] Idem, of. res. 19, 2a. Sec., Assunção, 12.12.1911. Ibidem.

[603] RIO BRANCO para FERREIRA, tel. cifr. 89, 12.12.1911. Ibid., MDBATR, 202-1-19.

[604] FERREIRA para RIO BRANCO, tel. cifr. 152, 15.12.1911. Id., MDBATE, 202-1-10.

Por estar a linha telegráfica de Assunção cortada pelos rebeldes, Rojas recorreu à Legação brasileira, que enviava seus telegramas por navio até Porto Murtinho, no Mato Grosso, de onde eram transmitidos para o Rio de Janeiro. O telegrama instruía Chávez a fazer obter junto ao governo brasileiro a aquisição de um navio do Lloyd e, ainda, apresentava uma lista de diferentes tipos de canhões, com suas respectivas munições, a serem adquiridos. O valor da compra seria pago com recursos provenientes do empréstimo que estava sendo tratado com o brasileiro Vicente de Ouro Preto, a quem Chávez deveria dar notícias sobre "a grande obra do porto"[605]. Esta era a concessão a Ouro Preto para modernizar o porto de Assunção e urbanizar a área adjacente[606].

Francisco Chávez nada podia fazer. Não havia, no Brasil, fábricas do tipo de armamento encomendado por Rojas e o governo brasileiro não poderia vender o material de seus arsenais porque "seria sair da neutralidade e intervir directamente na luta interna"[607]. Rio Branco também alertou Lorena Ferreira para valer-se de "muita cautela e reserva" com Vicente Ouro Preto, o qual dava a entender que o governo brasileiro favorecia o empréstimo a Rojas, "quando fomos e somos inteiramente estranhos a isso"[608].

Vicente de Ouro Preto, porém, referiu-se explicitamente a abstenção das autoridades brasileiras quanto a seus negócios. Ele partiu de Assunção no início de janeiro de 1912. Declarou aos chefes revolucionários, quando passou por Villa Pillar, e aos jornais de Buenos Aires, que o governo brasileiro era estranho às operações para o levantamento de um empréstimo destinado ao governo paraguaio. No jornal *La Prensa*, Ouro Preto publicou uma carta em que se dizia representante de banqueiros, que concordaram, por contrato assinado em 16 de setembro de 1911, em emprestar 25.000.000 de francos ao governo paraguaio[609].

Ouro Preto, em nome da União Financeira, tratou, em setembro de 1911, com o presidente Rojas o lançamento de um empréstimo no valor de 1.000.000 de libras esterlinas na Europa. Fracassou, contudo, a tentativa de colocar, em dezembro desse mesmo ano, os bônus paraguaios. Quando o *International Investment Bank*, de Londres, e a *Compagnie Parisienne de Crédit Industriel*, de Paris, já haviam lançado os bônus, um deputado francês pediu que seu governo interviesse para impedir perdas aos poupadores

[605] ROJAS para CHÁVES, tel. s/ data, anexo ao of. res. 4, 1a. Sec., 18.12.1911. Ibid., MDBAOE, 201-2-14.
[606] Vicente de OURO PRETO, "Negócio do Paraguay" in: A Época, Rio de Janeiro, 20.9.1912, p. 2. BN, Micr. PR-SPR-145(1).
[607] RIO BRANCO para FERREIRA, tel. cifr. 91, 28.12.1911. AHI, MDBATR, 202-1-19.
[608] Idem, tel. cifr. 92, 28.12.1911. Ibid.
[609] FERREIRA para RIO BRANCO, of. 4, 1a. sec., Assunção, 9.1.1912. Id., MDBAOE, 201-3-1. Anexo ao ofício o recorte do artigo El Empréstito. La Prensa, [Asunción?] 6.1.1912.

nacionais. Segundo Ouro Preto, tal pedido decorreu de ação de Langeron, representante de um grupo financeiro francês, que teria assinado com Eusebio Ayala uma espécie de contrato de opção que lhe dava primazia para intermediar o empréstimo paraguaio na Europa[610].

Também em Londres ocorreram protestos contra a operação de empréstimo ao Paraguai, que acabou por não se realizar. Foi decisivo para esses fracassos o fato de o comando dos rebeldes radicais, assim que soube dessa operação financeira, ter enviado telegrama a Paris anunciando que, ao assumir o poder, não honraria nenhum contrato assinado por Rojas. Este, como alternativa, obteve um empréstimo de 100.000 libras esterlinas do *Banco de la República*, de Assunção, dando como garantia a arrecadação da aduana[611]. Parte dessa quantia, bem como da emissão de papel-moeda feita pelo governo paraguaio foram desviados pelo presidente Rojas e por seu irmão, Emiliano, chefe da Polícia da Capital.

Com a retirada dos cívicos do governo, o Ministério das Relações Exteriores foi preenchido por Antolín Irala, até então presidente da Câmara dos Deputados. Irala mostrava-se "muito amigo do Brasil[612]" e logo se queixou a Lorena Ferreira de uma canhoneira argentina que cometia repetidas "tropelias" contra as autoridades marítimas paraguaias. O governo paraguaio protestou "energicamente" contra esse fato junto à Legação argentina[613].

Já o ministro do Interior, Audibert, informou a Lorena Ferreira de que o governo argentino tinha intenções de ocupar militarmente o Chaco paraguaio. Para tanto, Buenos Aires pretextaria a falta de segurança dos argentinos que possuíam a maior parte das propriedades desse território. O vice-cônsul francês confirmou essa versão, afirmando que o ministro de seu país em Assunção ouvira de seu colega argentino que a ocupação do Chaco se daria nas duas semanas seguintes[614].

Antes de partir de volta para o Brasil, Vicente de Ouro Preto informou a Lorena Ferreira que soubera, pelo ministro do Interior paraguaio, que o governo uruguaio aceitara a proposta de uma aliança ofensiva e defensiva com o Paraguai. Esta seria contra a Argentina, para a defesa da integridade territorial do Paraguai e do Uruguai e que o Chile teria se mostrado disposto a qualquer ação para defender a soberania desses dois países[615].

---

[610] HERKEN KRAUER, p. 55. Vicente de OURO PRETO, "Negócio do Paraguay" in: *A Época*, Rio de Janeiro, 20.9.1912, p. 2. BN, Micr. PR-SPR-145(1).
[611] HERKEN KRAUER, pp. 67-75.
[612] FERREIRA para RIO BRANCO, of. res. 4, 1a. sec., Assunção, 18.12.1911. AHI, MDBAOE, 201-2-14.
[613] Idem, of. 35-bis, 2a. sec., Assunção, 20.12.1911. Ibidem.
[614] Id., of. res. 1, 2a. sec., Assunção, 1.1.1912. Ibid., 201-3-1.
[615] Id., of. res. 2, 2a. sec., Assunção, 7.12.1912. Ibid.

Dificilmente Montevidéu aceitaria tal aliança pois o governo paraguaio era incapaz de vencer uma guerra civil e teria menores condições ainda para enfrentar a Argentina. Contudo, o fato é que Irala comunicou à Legação brasileira que seu governo comprara armamentos do governo uruguaio e que desejava embarcá-las em vapor do Lloyd brasileiro. O transporte não parecia representar problema, pois se as autoridades uruguaias venderem as armas, não haveria impedimento legal para uma companhia transportá-las. A carga, afinal, não era contrabando de guerra, pois os revolucionários não eram reconhecidos pelo Rio de Janeiro como beligerantes[616].

Na manhã de 14 de janeiro Liberato Rojas foi deposto por Mario Usher e Marcos Codas Caballero, seus "íntimos amigos" e que contavam apenas com a polícia de Assunção. Cercado em casa e intimado a renunciar, Rojas disse que somente o faria perante o ministro brasileiro. Lorena Ferreira assistiu, em companhia de Martínez Ocampos, a renúncia de Rojas, que teve atendido ao pedido de que um navio de guerra brasileiro o transportasse até Corrientes, acompanhado de seu irmão. O presidente deposto, contudo, escreveu ao corpo diplomático, no próprio dia 14, comunicando que o Congresso era a única instância que podia reconhecer sua renúncia. Como, porém, as duas casas legislativas foram fechadas antes de reconhecer o novo governo que se instalou com o golpe, Rojas considerou sem efeito sua renúncia[617].

Ao embarcar no navio que o levaria para Corrientes, Rojas comentou com Lorena Ferreira que o Brasil perdia um amigo que teria vencido a revolução, se o governo brasileiro tivesse cedido apenas dois canhões de grosso calibre. No dia seguinte, em 15 de janeiro, Cecílio Báez procurou Lorena Ferreira e comunicou que compunha, juntamente com Usher e Codas Caballero, um triunvirato, para o qual solicitou o reconhecimento e apoio das Legações do Brasil e da Argentina[618]. O cônsul britânico em Assunção informou Londres sobre gestões do ministro argentino, em favor da oficialização de Cecílio Báez como presidente[619].

O próprio Báez informou que os navios e o Exército legalistas não aceitavam o novo governo e marchavam em direção a Assunção. O diplomata brasileiro respondeu não poder fazer o reconhecimento solicitado, porque enquanto o Congresso não se pronunciasse sobre o pedido de renúncia, Rojas continuava sendo o presidente legal. Em 17

[616] Id.
[617] Id., of. res. 4, 2a. sec., Assunção, 23.1.1912. Ibid.
[618] Id., tels. cifr. 5 e 6, 14 e 15.1.1912. Ibid., MDBATE, 202-1-11. Id., Of. Res. 4., 2a. Sec., Assunção, 23.1.1912. Ibid., MDBAOE, 201-3-1.
[619] In HERKEN KRAUER, p. 65.

de janeiro, após dois dias de intenso tiroteio, as tropas legalistas, com o apoio dos colorados, venceram os sublevados e os revolucionários radicais[620].

Aproveitando-se da tentativa de golpe contra Rojas, os radicais haviam tentado tomar Assunção, lutando, nos dias 16 e 17 de janeiro, nas ruas da cidade. Eles foram derrotados e embarcaram em chatas atracadas no porto, rebocadas por uma lancha da Marinha argentina. Foram, em seguida, levados para o navio mercante argentino *Lambaré*, fundeado próximo à divisão naval dessa nacionalidade. Restabelecida a paz, o chanceler Irala solicitou à Legação brasileira que uma belonave fosse buscar Rojas em Corrientes, o que foi feito por uma esquadrilha de três embarcações[621].

Lorena Ferreira estava convencido de que o ministro argentino em Assunção dera sua concordância à deposição de Rojas. Via a comprovação no fato de que, logo após o golpe, a canhoneira argentina *Espora* descera o rio até Villa del Pillar e dali retornara, escoltando o navio rebelde *Adolfo Riquelme*, que trazia Manuel Gondra a bordo. Ademais, ao retornar Rojas a Assunção, a divisão naval argentina não lhe prestou a homenagem devida a chefes de Estado. Martínez Ocampos, segundo Lorena Ferreira, estava irritado com o fracasso da sedição na qual seu governo teve "coparticipação escandalosa"[622].

O cônsul interino espanhol em Assunção informou que as forças de Rojas que atacaram Assunção perfaziam 1.500 homens. Após feroz luta, os revolucionários, em número de 1.000 pessoas, a maior parte dos quais estudantes, evacuaram a cidade às 12 horas do dia 17. Parte deles asilou-se em navios mercantes argentinos e quando as forças do governo quiseram retirá-los, foram impedidos pelo contra-almirante Eduardo O'Connor. Este declarou que os transportes mercantes passavam a ser da Marinha de Guerra de seu país, ocupando-os militarmente. Esses navios zarparam dois dias depois e os paraguaios neles asilados foram desembarcados, desarmados, em território argentino. Para o cônsul espanhol a neutralidade argentino-brasileira "deixa muito a desejar", com a Argentina favorecendo, "de uma forma indireta", a revolução, enquanto o Brasil o fazia "abertamente quanto ao governo do sr. Rojas, a ponto de transportá-lo em navios de guerra, de um ponto a outro da República"[623].

---

[620] FERREIRA para RIO BRANCO, of. res. 4, 2a. sec., Assunção, 23.1.1912. AHI, MDBAOE, 201-3-1. Idem, tel. cifr. 7, 17.1.1912. Ibidem, MDBATE, 202-1-11.

[621] Id., of. res. 4, 2a. Sec., Assunção, 23.1.1912. Ibid.

[622] Id. e res. 5, 2a. Sec., Assunção, 23.1.1912. Ibid.

[623] Cônsul interino Camilo [ilegível] para ministro de Estado de Assuntos Exteriores, Nota 6, Assunção, 31.1.1912. AMAE, Correspondencia Consulados - Paraguay", Legajo 1824.

O retorno de Rojas à Presidência não oferecia problema legal, pois o Congresso não tomara conhecimento de seu pedido de renúncia. Lorena Ferreira telegrafou ao Rio de Janeiro informando que a "influência argentina [está] muito decaída e nossa situação perfeitamente assegurada com este governo". Acrescentou que o Brasil deveria colocar-se de acordo com outras nações interessadas, para impedir que a Argentina conquistasse o Paraguai[624].

Lorena Ferreira tinha inclinação pelo governo Rojas, o que tornou a neutralidade brasileira imperfeita. Assim, o chanceler Antolín Irala foi atendido ao pedir, "encarecidamente", uma belonave brasileira que levasse o ministro da Justiça até Corrientes, de onde iria para Montevidéu comprar armas e navio. Justificou-se Lorena Ferreira dizendo que "concedi pois alguma coisa precisamos fazer [a] favor [do] governo legal cumprindo instruções de V. Exa. [de sempre estar ao lado da autoridade constituída] além de que navios argentinos transportam abertamente revolucionários". Ao mesmo tempo, porém, líderes rebeldes, derrotados em Humaitá, asilavam-se em belonave brasileira e eram transportados para Corrientes[625].

A derrota dos revolucionários em Humaitá foi imposta pelo coronel Albino Jara. Ao se iniciar a rebelião radical, Jara ofereceu-se para combatê-la, mas, por gerar temor em Rojas, "já prisioneiro dos colorados", a oferta foi recusada. Jara, então, voltou ao Paraguai por conta própria e armou um terceiro exército, além do legalista e do revolucionário, para, em seu próprio interesse, lutar contra Gondra e Schaerer[626].

O chanceler Antolín Irala protestou junto à Legação argentina contra o asilo a rebeldes e contra o fato de navios dessa nacionalidade albergarem desertores do serviço militar. A resposta argentina não reconheceu fundamento na queixa e Irala, em nova e enérgica nota (surpreendente se considerada a precariedade do governo Rojas) reafirmou que os argentinos tinham tido um comportamento inadequado nos acontecimentos. O chanceler paraguaio terminou afirmando ter a esperança de que "em algun dia [no futuro] não possam se organizar em sua nobre Pátria [Argentina], as revoluções que destroem a minha"[627].

[624] FERREIRA para RIO BRANCO, tel. cifr. 9, Assunção, 23.1.1912. AHI, MDBATE, 202-1-11.
[625] Idem, tels. cifr. 8 e 9, 19e 23.1.1912. Ibidem.
[626] JAEGGLI, p. 216.
[627] Protesto de Antolin IRALA a Gabriel MARTINEZ DE OCAMPOS, Assunção, 19.1.1912. MARTINEZ OCAMPOS para IRALA, Assunção, 19.1.1912. IRALA para MARTINEZ OCAMPOS, Assunção, 22.1.1912. Cópias dos documentos anexos ao of. res. 5, 2a. sec., Assunção, 23.1.1912. AHI, MDBAOE, 201-3-1.

As derrotas dos radicais em Assunção e, ainda, em Humaitá, escreveu Lorena Ferreira, "irritaram os nossos vizinhos do Prata, que começam a ver assim perdidas as esperanças de um predomínio absoluto neste país". E, de fato, logo depois Martínez Ocampos apresentou um *ultimatum* para que o governo paraguaio retirasse, em 24 horas, essa última nota de Irala, sob pena de rompimento das relações diplomáticas. Irala não o fez, preferindo renunciar ao Ministério de Relações Exteriores. Alejandro Audibert, ministro do Interior, procurou o representante argentino às 14:45, quando o prazo final do *ultimatum* expirava às 15 horas. Ocampos disse-lhe ser tarde demais para qualquer negociação, embarcando em seguida[628].

Sobre esse incidente, Antolín Irala publicou folheto em que afirmou ter a Legação argentina, ora velada, ora abertamente, apoiado os revolucionários. Criticou particularmente a atuação do comandante da divisão naval argentina, Eduardo O'Connor. Constatando que, desde 1904, todas as revoluções no Paraguai tinham sido organizadas em território argentino, Irala afirmou não bastar, ao governo do país vizinho, não participar desses movimentos para estar livre de censura. Argumentou que era dever de um Estado exercer vigilância em suas fronteiras e rios, de modo a impedir que qualquer expedição armada "os atravesse para levar a subversão a países vizinhos"[629].

Enquanto isso, ao tentar atingir um navio rebelde, os tiros de uma bateria legalista no porto de Assunção, passaram perto das belonaves argentinas fundeadas no rio. O vice-almirante Eduardo O'Connor, em desacordo com seu colega brasileiro, que se recusou a respaldá-lo, ameaçou bombardear essa bateria se o fato se repetisse. Por insistência de Lorena Ferreira, foi convocada uma reunião do corpo diplomático. Ferreira, sem a presença do ministro argentino, que continuava a bordo de navio de seu país, reafirmou o acordo para que a capital não fosse bombardeada e conseguiu que a citada bateria fosse retirada, comunicando o fato a O'Connor[630].

Em Buenos Aires, o chanceler argentino Ernesto Bosh reuniu-se com o representante brasileiro e informou que o governo paraguaio tinha prazo de 48 horas para dar satisfação pela reclamação relativa aos tiros de canhão sobre navio de guerra argentino. Caso contrário, a Argentina romperia relações diplomáticas com o governo Rojas. O representante

[628] FERREIRA para RIO BRANCO, of. res. 6, 2a. sec., Assunção, 26.1.1912. Ibidem.
[629] IRALA, Antolín. *Negociaciones paraguayo-argentinas*; sus antecedentes. Asunción: Talleres de Zamphiropolos, 1912.
[630] FERREIRA para RIO BRANCO, Of. 11, 2a. Sec., Assunção, 29.1.1912. AHI, MDBAOE, 201-3-1

brasileiro ofereceu e teve aceita a mediação do Brasil para superar o problema; esse diplomata concluiu ser sincero o chanceler argentino ao afirmar que seu governo não queria hostilizar o de Rojas[631].

O mais importante do *ultimatum*, destacou o representante da Espanha em Buenos Aires, Pablo Soler y Guardiola, eram as consequências que dele poderiam surgir para as relações entre o Brasil e a Argentina. Afinal, era histórico o antagonismo entre os dois países pelo predomínio na América e o Brasil não deixava de reforçar sua frota naval no Paraguai. Se Buenos Aires tomasse alguma medida de força contra o governo Rojas, sem a concordância do Rio de Janeiro, era de se temer que o menor incidente gerasse um conflito de maiores proporções entre argentinos e brasileiros. De todo modo, afirmou Soler y Guardiola, "sem dúvida o Brasil apoia o presidente Rojas, enquanto a Argentina parece apoiar os revolucionários"[632].

O governo argentino, escreveu o representante espanhol, tinha "muitas esperanças de que o presidente Rojas seja derrubado do poder e que triunfe Jara ou Gondra". Ernesto Bosh disse a esse diplomata que propusera ao governo brasileiro uma intervenção conjunta dos dois países no Paraguai para restabelecer a paz. Acrescentou que o Brasil respondeu negativamente, justificando que sua política não lhe permitia a intervenção em assuntos internos de outro país, além de ter por norma apoiar os governos constituídos[633].

Lorena Ferreira retransmitiu as exigências de Bosh ao presidente Rojas, aconselhando-o a dar as satisfações pedidas. Rojas concordou e autorizou o diplomata brasileiro a tomar as medidas necessárias. Este se dirigiu, então, ao contra-almirante O'Connor e solicitou que se passasse tal informação para o representante argentino, que se encontrava em outro navio. O'Connor recusou o pedido, sob o argumento de que esse procedimento era proibido, e manifestou má vontade com relação ao governo Rojas. O contra-almirante argentino mostrou-se irritado com a "anarquia" política guarani, dizendo que não havia três paraguaios de acordo em política, pois todos queriam chefiar o país. A única solução, afirmou O'Connor, era a intervenção da Argentina e do Brasil no Paraguai[634].

[631] MOTTA para RIO BRANCO, of. conf. 2, 2a. sec., Buenos Aires, 23.1.1912. Id., MDBBAOE, 206-2-10.
[632] SOLER Y GUARDIOLA para ministro de Estado de Assuntos Exteriores, nota 26, Buenos Aires, 25.1.1912. AMAE, Correspondencia Embajadas y Legaciones - Argentina, Legajo 1355.
[633] Idem, nota. 44, Buenos Aires, 9.1.1912. Ibidem.
[634] FERREIRA para RIO BRANCO, of. res. 6, 2a. sec., Assunção, 26.1.1912. AHI, MDBAOE, 201-3-1.

Lorena Ferreira comunicou de imediato seu procedimento a Rojas. Este o autorizou a instruir a Legação brasileira em Buenos Aires para informar, diretamente ao governo argentino, da disposição paraguaia de retirar a nota de Irala[635].

Ao mesmo tempo ocorreu novo incidente, desta vez entre a força naval brasileira e os revoltosos. O governo paraguaio contratara o vapor ambulância boliviano *Mensajero*, e o representante da Bolívia solicitou autorização para essa embarcação portar a bandeira brasileira, como forma de ser respeitada e poder cumprir seus fins humanitários. Lorena Ferreira concordou e enviou a bordo do *Mensajero* um oficial brasileiro, o que não impediu a embarcação de ser detida pelos revolucionários antes de chegar a seu destino, Humaitá. Para liberá-la foi enviado o destróier *Rio Grande do Norte*, com instruções de exigir dos revolucionários a entrega do navio ambulância, com todos que se encontravam a bordo. Em caso de resistência, o Rio Grande do Norte deveria dar um *ultimatum*, com prazo de meia hora, para as exigências serem cumpridas e, caso não o fossem, usar a força[636].

O comandante do *Rio Grande do Norte*, Conrado Heck, chegou a Villa Franca Vieja, local em que se situava o comando das forças revolucionárias e onde estava fundeado o *Mensajero*. Heck desembarcou e comunicou aos líderes rebeldes suas instruções. Um deles, Eduardo Schaerer, afirmou que o *Mensajero* fora interceptado por haver a informação de que transportava mantimentos para as forças governistas. Além disso, acrescentou, o navio ambulância navegava com a bandeira boliviana e, por esses motivos, não passara sem ser revistado, ato que o oficial brasileiro a bordo não permitiu. De fato, a embarcação não portava a bandeira brasileira que somente foi hasteada por ordem de Heck e, então, Schaerer protestou contra a passagem, rio abaixo, do *Mensajero*. Heck, após intimar os revolucionários a não criar novos obstáculos à livre navegação do rio Paraguai, retornou a Assunção[637].

Esse incidente mostrou os limites da política brasileira com relação ao Paraguai. O chanceler brasileiro recomendou, em telegrama de 25 de janeiro, que Lorena Ferreira não se incompatibilizasse com os chefes das correntes políticas oposicionistas. Era propósito de Rio Branco granjear simpatias, evitando fazer desafetos ou inimigos. Lorena Ferreira argumentou que isso era impossível se seguidas as instruções anteriores do chanceler, de que a Legação brasileira se conservasse ao

[635] Idem.
[636] Id., of. 12, 2a. sec., Assunção, 29.1.1912. Ibid. Anexo ao ofício cópia das instruções de FERREIRA ao comandante Conrado HECK, do contra-torpedeiro Rio Grande do Norte, Assunção, 26.1.1912.
[637] Relatório do Comandante HECK anexo ao ofício acima.

lado da autoridade legal, por cuja vitória fazia votos. Argumentou esse representante, com razão, que, quando prestou ao governo legal "serviços que não podia negar", como no caso do *Mensajero*, isso desagradava os chefes revolucionários. As simpatias destes eram, necessariamente, "pelos argentinos que os tem protegido, hostilizando o governo legal e criando-lhe toda sorte de dificuldades". Ademais, observou argutamente Lorena Ferreira,

> [...] a paixão partidária neste país é tão extremada, que não se concebe uma atitude neutra e desinteressada como a nossa, quando a Argentina intervém abertamente em favor da revolução com o pretexto de proteger seus interesses[638].

Em suas comunicações com o Rio de Janeiro, esse diplomata demonstrou querer apoiar o governo Rojas. Rio Branco, por sua vez, desejava o impossível, ou seja, a vitória do governo paraguaio, sem que, para tanto, se comprometesse minimamente o Brasil. No início de fevereiro houve a oportunidade de prestar o citado apoio, quando o representante brasileiro em Montevidéu comunicou a seu colega em Assunção que o vapor Miranda, do Lloyd Brasileiro, transportava armas compradas pelo governo paraguaio e solicitava escolta no rio Paraguai, para evitar problemas com os revolucionários. Lorena Ferreira enviou um destróier, que acompanhou o Miranda até o porto da capital paraguaia. Ao mesmo tempo, o navio ambulância *Mensajero* regressou de Humaitá, trazendo numerosos feridos[639].

Havia, nesse momento, equilíbrio na guerra civil paraguaia. Seu desfecho poderia, mesmo, ser favorável ao governo Rojas, desde que este tivesse acesso a armas e, para tanto, dependia de seu transporte pelo Lloyd e, mais, que os navios que as trouxessem continuassem a ser escoltados por belonaves brasileiras. Isso seria juridicamente defensável, pois os revolucionários não eram reconhecidos como beligerantes e, ademais, a livre navegação do rio Paraguai estava determinada por acordo internacional. Esse comportamento, porém, comprometeria as boas relações do Brasil com a Argentina, tão arduamente obtidas. Que fazer? Rio Branco não teve, contudo, a oportunidade de responder esse dilema, pois faleceu em 10 de fevereiro de 1912.

---

[638] RIO BRANCO para FERREIRA, tel. cifr. 4, 25.1.1912. Ibid., MDBATR, 202-1-19. FERREIRA para RIO BRANCO, of. res. 8, 2a. sec., Assunção, 31.1.1912. Ibid., MDBAOE, 201-3-1.

[639] FERREIRA para RIO BRANCO, of. 15, 2a. sec., Assunção, 5.2.1912. Ibid. Anexo ao ofício tel. cifr. 13, da Legação brasileira em Montevidéu, 4.2.1912.

O jornal carioca *A Imprensa* fez um balanço do que fora a política externa brasileira sob Rio Branco e o que se esperava do novo ministro das Relações Exteriores, Lauro Müller. Rio Branco, escreveu esse periódico, retomou as tradições da Monarquia brasileira e, no caso do Prata, aplicou uma política de garantir os interesses comerciais brasileiros. Para o jornal, a própria integridade política e econômica do Brasil dependia dessa política platina. Parodiando o presidente norte-americano Traft, que dissera que o Canal do Panamá era a fronteira virtual dos Estados Unidos, *A Tribuna* afirmou que o mesmo ocorria com o Prata em relação ao Brasil. E, concluiu:

> A política externa deve ser o país em bloco, como uma só entidade, abrangendo seu passado, presente e futuro e nunca se deve deixar influir pelo que o sr. Rio Branco chamou muito bem "a excitação passageira das paixões partidárias"[640].

Dias depois, em 26 de fevereiro, também faleceu o general Bernardino Caballero. Para Lorena Ferreira o falecido era o cidadão de maior prestígio no Paraguai e, não fosse a idade avançada e a enfermidade que o condenara à completa inação, ele teria evitado "muitos dos tristes acontecimentos que [se] desenrolaram ultimamente no país"[641]. Sem dúvida, se atuante, o velho general teria influído na política paraguaia dessa época, embora talvez de forma não tão decisiva. Do Rio de Janeiro o chanceler Lauro Müller registrou ser "muito sentida pelo governo e pela Nação Brasileira a morte do nosso velho e leal amigo general Caballero"[642].

A morte de Caballero mostrou, mais uma vez, a precariedade da presença naval brasileira no Paraguai, se comparada com a da Argentina. O presidente Rojas decretou luto e o comandante da esquadra argentina pediu e obteve autorização, das autoridades paraguaias, para desembarcar tropas com a finalidade de homenagearem o general falecido. Rojas sugeriu que o mesmo fizesse a divisão naval brasileira. Esta não pode fazê-lo por não dispor de bandeira especial para desembarque e, ainda, por não disporem os marinheiros de uniformes apropriados e outros "acessórios"[643].

Em 28 de fevereiro Rojas foi deposto pelo Partido Colorado. Na análise da Legação brasileira, a deposição ocorreu, de um lado, devido à

[640] Victor VIANNA, "A diplomacia do Brasil - O programa do Sr. Lauro Müller" in: *A Imprensa*, Rio de Janeiro, 19.2.1912, p. 1. BN, Micr. PR-SPR-139(19).
[641] FERREIRA para Lauro MÜLLER, of. 19, 1a. sec., 28.2.1912. AHI, MDBAOE, 201-3-1.
[642] MÜLLER para BRASLEG-A, tel. s/n., Rio de Janeiro, 29.2.1912. Ibid., MDBATR, 202-1-19. Destaque do autor deste livro.
[643] Idem.

recusa inicial de Rojas de preencher com colorados as vagas decorrentes da saída dos ministros da Guerra, da Fazenda e das Relações Exteriores. Por outro lado, "e mais que tudo", os colorados temiam, "não sem fundamento", serem afastados do poder pela pressão exercida sobre Rojas pelos cívicos. Solicitado pelo presidente deposto, preso, que temia por sua vida, Lorena Ferreira o visitou na prisão, na sede da polícia. Ao diplomata os golpistas garantiram a vida a Rojas, mas afirmaram que não o libertariam enquanto não prestasse contas do destino incerto de dinheiro público[644].

Em 12 de janeiro o governo paraguaio emprestara 500.000 pesos--ouro do *Banco de la República*, entregues a Emiliano Rojas, irmão do presidente e chefe de Polícia. Emiliano foi enviado a Buenos Aires para comprar armas, mas em lugar de fazê-lo desapareceu com o dinheiro. Segundo o cônsul britânico em Assunção a quantia roubada era de 72.000 libras esterlinas, montante ao qual se acrescentava outro, algo entre 40.000 e 50.000 libras, do qual o presidente deposto se apossara quando de recente emissão de papel-moeda pelo governo paraguaio. Para o cônsul não havia dúvidas de que Rojas cometera muitos outros pequenos desfalques[645].

Antes de Lorena Ferreira retirar-se do quartel de polícia, o novo presidente, Pedro Peña, declarou-lhe ter "conhecidas simpatias" pelo Brasil e que buscaria maior aproximação e amizade entre os dois países. Lembrou o representante brasileiro que Peña era "inimigo" da Argentina, por esta ter-se recusado a aceitar sua indicação como Ministro Plenipotenciário paraguaio em Buenos Aires. O chanceler esperava que o presidente Peña desse "segurança ao governo argentino" de não lhe ser hostil[646].

O Paraguai contava, nesse momento, com três "governos": o de Peña, em Assunção; a Junta radical instalada em Pilar e, em Humaitá, o do coronel Jara, apoiado pelos cívicos. O governo Peña contava com 3.000 soldados, os revolucionários radicais possuíam 1.500 e o coronel Jara um número indeterminado de homens. Quanto à presença estrangeira, a divisão naval brasileira no Paraguai estava composta de quatro navios de guerra operacionais, enquanto dois outros, o Oiapoque e o Vidal Negreiros, estavam imprestáveis. Os argentinos, por sua vez, contavam com sete belonaves em perfeito estado[647].

[644] Id., of. 23, 2a. sec., Assunção, 3.3.1912. Ibid., 201-3-2.
[645] FREIRE ESTEVES, p. 124. OLIVER para GRAY, Assunção, 2.3.1912 Apud. HERKEN KRAUER, pp. 67-68.
[646] FERREIRA para MÜLLER, of. 23, 2a. sec., Assunção, 3.3.1912. AHI, MDBAOE, 201-3-2. MÜLLER para BRASLEG-A, tel. s/n., Rio de Janeiro, 2.3.1912. Id., MDBATR, 202-1-19.
[647] FERREIRA para MÜLLER, tel. cifr. 26, Assunção, 5.3.1912. Ibid., MDBATE, 202-1-11.

Os revolucionários ganhavam terreno rapidamente, "nada lhes faltando auxiliados [pelos] argentinos". Já o governo Peña carecia de armamentos, o que levou Lorena Ferreira a crer que, se não fosse assinada a paz, os revolucionários venceriam militarmente. Os colorados estavam isolados no poder, tendo contra si os radicais e a nova aliança entre o coronel Jara e os cívicos, "patrocinados [pelos] argentinos"[648].

Lutando para sobreviver, o governo Peña solicitou que o Brasil confirmasse a venda – feita certamente por particulares – de 1.000 fuzis e respectivas munições. O armamento já estava a bordo de dois navios paraguaios fundeados em Porto Murtinho, no Mato Grosso. A entrega foi defendida por Lorena Ferreira, pois, caso contrário, a ascendência sobre o governo paraguaio "passará aos argentinos com vitória [dos] revolucionários"[649].

No cipoal político paraguaio, Lorena Ferreira afirmou estar se pautando pelo direito internacional. Conservava-se, dizia, ao lado da autoridade legal, "por cuja vitória fazemos votos", conforme instruções do telegrama n° 80 do falecido Rio Branco. Respaldado nesse documento, Lorena Ferreira atendeu ao pedido do governo Peña de que um navio de guerra brasileiro transportasse dois funcionários a Encarnación, com instruções para as tropas legalistas de marcharem contra os revolucionários[650].

A essa altura inexistia base legal para os governos de Peña, dos revolucionários radicais e da aliança cívico-jarista. Lauro Müller buscava estabelecer uma postura comum com o governo argentino, ao mesmo tempo em que ordenou que Lorena Ferreira devolvesse, "imediatamente", ao governo Peña as armas que se encontravam nos navios paraguaios em Mato Grosso. Quanto ao pedido de Peña para que o Brasil lhe vendesse armas, "vamos examinar [com] toda urgência". Em 16 de março chegaram a Assunção, vindos de Porto Murtinho, os dois vapores transportando armamento[651].

No Rio de Janeiro, o jornal *A Imprensa* defendeu a intervenção do Brasil e da Argentina para pacificar o Paraguai. O editorial ressalvava, porém, ser "difícil encobrir" que os argentinos tinham contribuído para a anarquização política do país guarani, pois "sindicatos [de

[648] Idem, tel. cifr. 27, Assunção, 6.3.1912. Ibid.
[649] Id., tel. cifr. 26 e 28, Assunção, 5 e 7.3.1912. Ibid.
[650] Id., tels. cifr. 30 e 31, Assunção, 9 e 11.3.1912. Ibid.
[651] MÜLLER para BRASLEG-A, tel. cifr. 1, Rio de Janeiro, 10.3.1912. Ibid., MDBATR, 202-1-19. FERREIRA para MÜLLER, tel. cifr. 36, Assunção, 17.3.1912. Ibid., MDBATE, 202-1-11.

especuladores argentinos] poderosos à cata de bons negócios, incitam a revoluções", subvencionando-as[652].

Assunção foi cercada por 3.000 revolucionários, número próximo ao dos seus defensores. Antes que a luta se desencadeasse o corpo diplomático interviu e conseguiu retirar da capital 450 pessoas, quase todas mulheres e crianças. Os combates iniciaram-se em 19 de março e, após dois dias, venceram os atacantes. A vitória foi possível graças à superioridade em armamentos dos revolucionários que contaram, ainda, com "a proteção escandalosa" da Argentina. Esta, afirmou Lorena Ferreira, forneceu-lhes dinheiro e armamentos e, ainda, comunicou, por radiotelegrafia, aos navios rebeldes todos os movimentos das forças governistas[653].

Derrotado o governo Peña, seus seguidores, num total de 1.200 homens, asilaram-se nos navios de guerra brasileiros e foram desembarcados em território argentino, em Corrientes. A divisão naval brasileira foi, na ocasião, objeto de descortesia por parte dos navios comandados pelo contra-almirante Eduardo O'Connor. A canhoneira argentina *Espora* seguiu de perto o transporte *Itajubá* que, escoltado por dois destróieres, transportava os asilados até Corrientes. Tal medida irritou o comandante das forças navais brasileiras, Pedro Paulo de Oliveira Santos, que lembrou ser o rio Paraguai livre como o mar para a navegação. Como também o irritou que na madrugada de 21 de março, quando os navios brasileiros recebiam os asilados, O'Connor mandasse iluminar seus tombadilhos com cinco projetores de belonaves argentinas. Mesmo tendo Oliveira Santos se queixado, a iluminação continuou[654].

O ministro brasileiro em Assunção, por sua vez, sentiu-se atingido pessoalmente pelo comportamento dos argentinos. Isso porque, desde 1911, e em mais uma demonstração da precariedade com que a Legação brasileira no Paraguai tinha que se haver, essa representação recebia e remetia telegramas através dos navios argentinos. Os telegramas enviados pelo Rio de Janeiro para Lorena Ferreira passavam por Montevidéu, Buenos Aires, Formosa e, deste ponto, eram radiografados para navios argentinos, que os entregavam ao comando naval brasileiro ou à própria Legação. Os

[652] Victor VIANNA, editorial "A situação do Paraguai - A obra de anarchização prossegue! É tempo de intervir a favor da paz e da tranqüilidade do Paraguai" in: *A Imprensa*, Rio de Janeiro, 24.3.1912, p. 2. BN, Micr. PR-SPR-139(1).

[653] Id., of. 31, 2a. sec., Assunção, 28.3.1912. Ibid., MDBAOE, 201-3-2.

[654] "Do comandante-em-chefe das forças navais brasileiras, capitão de Mar e Guerra Pedro Paulo de Oliveira Santos a Luiz R. de Lorena Ferreira, ministro plenipotenciário do Brasil no Paraguai, 'Bordo do Cruzador Tymbira', em 27 de março de 1912". Anexo ao Of. 32, 2a. Sec., Assunção, 28.3.1912. Id.

telegramas enviados por ela percorriam o caminho inverso. As mensagens telegráficas eram, claro, cifradas e os argentinos – provavelmente os navios – ao retransmiti-las faziam alterações propositais, de modo a torná-las indecifráveis[655].

Nas comunicações entre Lorena Ferreira e seus superiores era evidente o desconforto do diplomata com a posição adotada pelo governo brasileiro na guerra civil. O representante tinha sido a favor do apoio material aos governos Rojas e Peña. A vitória dos radicais, escreveu Lorena Ferreira, "devemos lamentar pois perdemos completamente, pelo menos enquanto predominar a facção vencedora [de Gondra], todo o prestígio de que dispúnhamos"[656]. E, frente às queixas dos colorados, de não terem contado com qualquer apoio material do Brasil, enquanto a Argentina favoreceu a revolução desde o início,

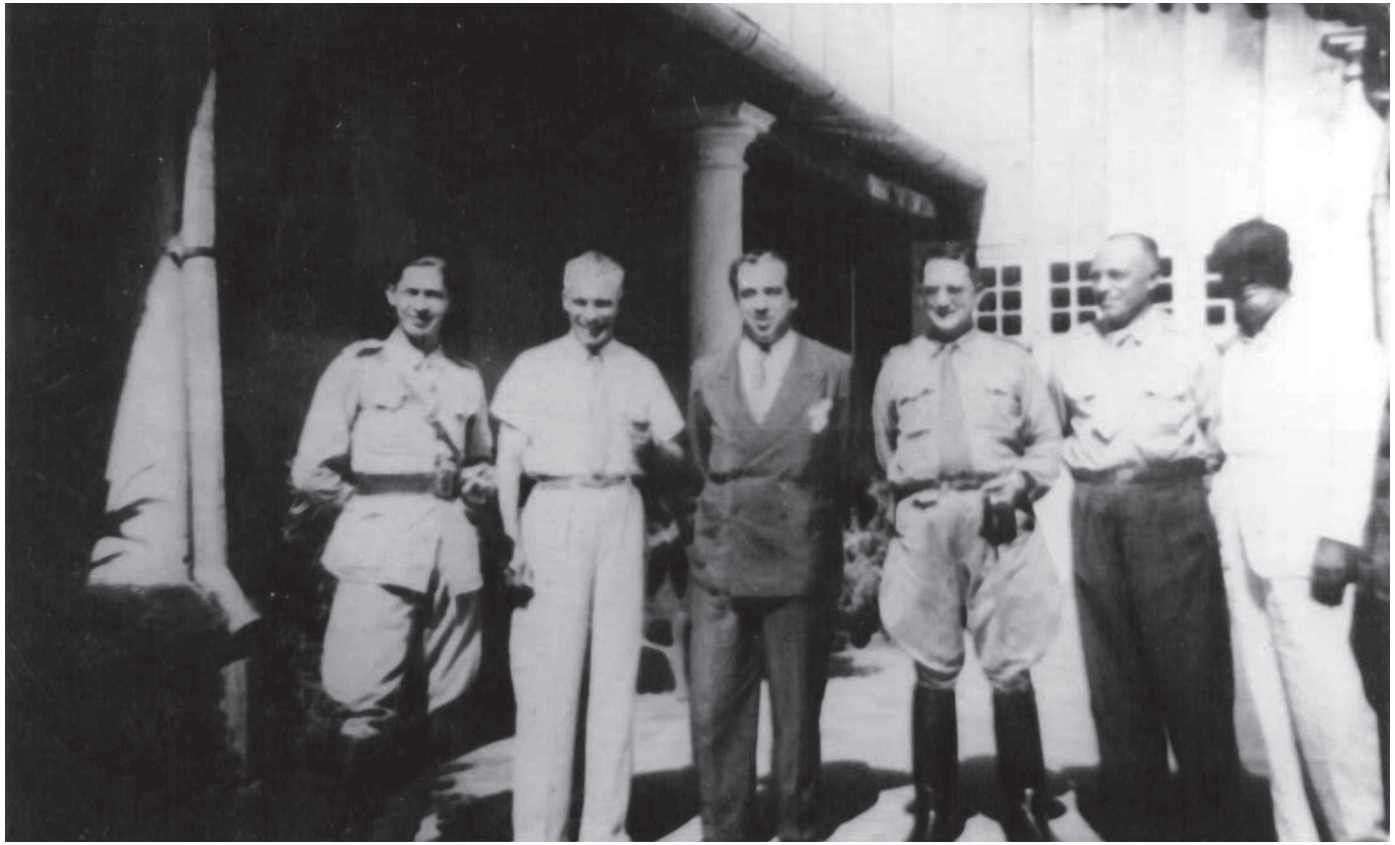
> contesto sempre que o nosso governo deseja que, em todo tempo, não se possa dizer que paraguaios mataram paraguaios com armas brasileiras ou fornecidas pelos brasileiros – conservando-se assim alheio às lutas políticas, somente desejando a paz na família paraguaia e sua conseqüente prosperidade[657].

Para Herken Krauer, a vitória radical de 1912 não representou meramente o triunfo de um grupo político sobre outro. Representou, também, o resultado do apoio financeiro de "una poderosa coalición" de investidores e empresários aos radicais. Com a vitória destes, chegara a hora de concretar pelo menos alguns dos projetos de investimento ferroviário e agropecuário desses financiadores liderados por Manoel Rodríguez. A conjuntura regional e mundial, nos anos que precederam a I Guerra Mundial, era favorável à expansão de capitais estrangeiros no Paraguai[658].

[655] FERREIRA para MÜLLER, of. 23, 1a. Sec., Assunção, 5.4.1912. Ibid.
[656] Idem, of. 31, 2a. sec., Assunção, 28.3.1912. Ibid.
[657] Id.
[658] HERKEN KRAUER, p. 79.

Selo comemorativo à visita de Morínigo

Selo comemorativo à visita de Vargas



Negrão de Lima (de terno escuro) com revolucionários.

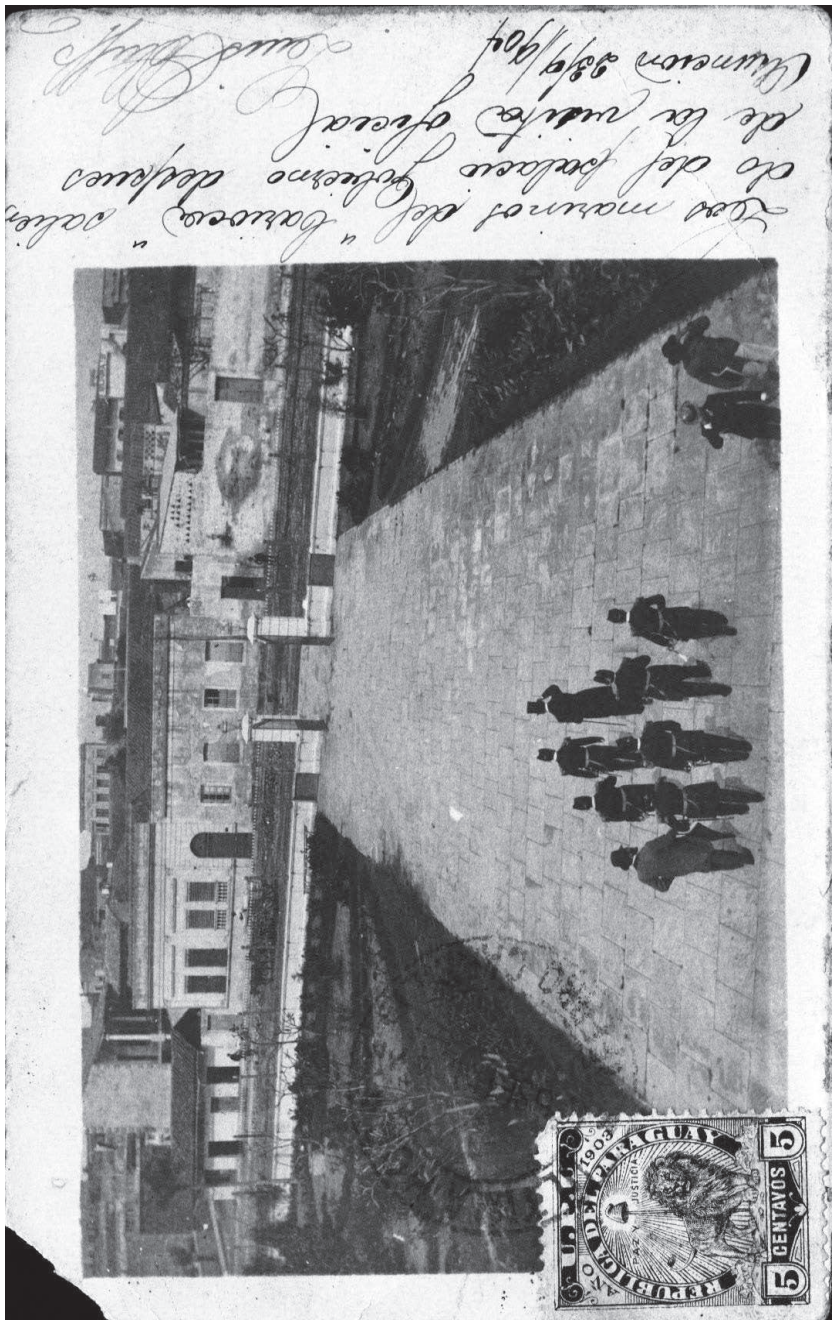
Fonte: CPDC/FGV

Negrão de Lima (terno preto) em frente ao avião da FAB que o conduziu na missão.

Fonte CPDOC/FGV

Da esquerda para direita: embaixador Barboza-Carneiro, Morinigio e Federico Chaves

Fonte: CPDOC/FGV



Oficiais da Marinha Brasileira saindo do Palácio de Governo em Assunção

Fonte: Coleção particular de Milda Rivarola.

Assinatura do Protocolo de Paz em Buenos Aires em 12 de Junho.

Legenda: Da esquerda para a direita General Accasue, chanceler brasileiro Macedo Soares, chanceler boliviano Tomás Elío, Presidente Agustín P. Justo, chanceler paraguaio Luís A. Riart e chanceler argentino Saavedra Lamas. in: Manoel Peña Villamil, Eusebio Ayala y su tiempo, p. 286.

General José Félix Estigarribia

Legenda: Manoel Peña Villamil, Eusebio Ayala y su tiempo, p. 292.

Vargas a Caminho de Assunção no Rio Paraguai

Legenda: Coleção de Paulo Cezar Vargas Freire

Vargas Lendo jornal em Assunção

Legenda: Vargas lê jornal paraguaio sobre sua visita.

Fonte: Coleção particular do Embaixador Augusto Ocampos Caballero

IV - Distanciamento e Reaproximação (1912-1923)

Com a ascensão do liberalismo radical ao poder, o Paraguai viveu um clima de estabilidade política até 1922, quando se iniciou nova guerra civil. Nesse período, as relações brasileiro-paraguaias tiveram dois momentos: de distanciamento, até 1917, e, a partir de então, de uma lenta e sistemática aproximação. Em todos esses anos, porém, persistiu a dependência econômica do Paraguai em relação à Argentina, a qual repercutiu na política externa paraguaia.

1 - Ascensão e divisão do radicalismo

Após ascender ao poder, os radicais dividiram-se em duas facções políticas, lideradas por Manuel Gondra e Eduardo Schaerer. Elas travaram disputa silenciosa pelo controle do Partido Liberal e de postos no governo. Lauro Müller, sucessor de Rio Branco à frente do Itamaraty, manteve a postura de aceitar como inevitável a ascendência da Argentina sobre o Paraguai.

a) A chegada ao poder

Vitoriosa a revolução, a Legação brasileira no Paraguai viu-se em delicada situação. Eram tensas as relações entre as forças navais enviadas

por Buenos Aires e Rio de Janeiro a Assunção, a ponto de o comandante argentino, Vice-almirante Eduardo O'Connor afirmar publicamente que provocaria um incidente para desencadear a guerra entre seu país e o Brasil. Marinheiros brasileiros que desciam à terra eram objeto de provocação e agressões por parte de seus pares argentinos e paraguaios[659]. O governo do presidente provisório Emiliano González Navero, por sua vez, insistia em receber o armamento confiscado aos colorados que se refugiaram nos navios de guerra brasileiros. Tratava-se de 800 fuzis, um canhão, muitos sabres e munição – cerca de 40.000 tiros[660].

Lauro Müller agiu com presteza. Queixou-se ao governo argentino do comportamento de O'Connor, o que levou Buenos Aires a chamar de volta sua divisão naval, pretextando a baixa do nível de água do rio Paraná. Ao mesmo tempo, a flotilha da Marinha de Guerra brasileira de Mato Grosso foi colocada sob as ordens de Lorena, o qual recebeu também a responsabilidade de decidir quando devolver as armas reclamadas por Navero. Essa devolução, instruiu a Chancelaria brasileira, estava condicionada a que o novo governo paraguaio prestasse "toda a consideração especial que nos deve". Sem parecer acintoso, o representante brasileiro tinha instruções de ser firme com os novos governantes guaranis, os quais não eram bem vistos por Müller[661].

A hostilidade da atuação do almirante O'Connor e a rispidez com que o governo Provisório paraguaio tratavam a Legação brasileira não impressionaram o governo brasileiro. As relações brasileiro-argentinas estavam em "ótimas condições" e essa rispidez, resultante da convicção das autoridades provisórias de que contavam com apoio da Argentina, seria arrefecida quando chegasse em Assunção a notícia dessa cordialidade[662].

Enquanto isso, prosseguia a luta entre as facções paraguaias. As fileiras do coronel Jara foram engrossadas pelos exilados paraguaios que, com a derrota de Rojas, tinham-se refugiado em Corrientes. Para o Itamaraty as novas autoridades de Assunção constituíam um governo de fato, com o qual mantinha contato para demonstrar a neutralidade brasileira no conflito. Lorena Ferreira recebeu ordem de comunicar a esse governo que não contaria com o apoio brasileiro, por carecer de embasamento legal e não controlar a situação no país[663].

---

[659] Capitão-de-Mar-e-Guerra Pedro Paulo de Oliveira SANTOS, "comandante-em-chefe das forças navais brasileiras, a Luiz R. de Lorena FERREIRA, ministro plenipotenciário do Brasil, "a bordo do Cruzador Tymbira, em 27 de março de 1912". AHI, MDBAOE, 201-3-2. LORENA FERREIRA para Lauro Severiano MÜLLER, Ministro das Relações Exteriores, tels. cifr. 46 e 50, Assunção, 29.3 e 6.4.1912. Idem, MDBATE, 202-1-11.

[660] FERREIRA para MÜLLER, tel. cifr. 54, Assunção,10.4.1912. Id., MDBATE, 202-1-11.

[661] MÜLLER para FERREIRA, tels. cifr. 5 e 7, Rio de Janeiro, 7 e 15.4.1912. Id., MDBATR, 202-1-19.

[662] Id., tel. cifr. 6 e 7, Rio de Janeiro, 13 e 15.4.1912. Ibid., MDBATR, 202-1-19.

[663] FERREIRA para MÜLLER, of. 32, 2a. sec, Assunção, 28.3.1912. Id., MDBAOE, 201-3-2. MÜLLER para FERREIRA, tel. 8, Rio de Janeiro, 22.4.1912. Ibid., MDBATR, 202-1-19.

Em Assunção "todos" acreditavam na vitória de Jara e, por esse motivo, o representante brasileiro não entregou as armas solicitadas pelo governo Navero. A derrota dos colorados, escreveu Lorena Ferreira, fora prejudicial ao Brasil, o qual, porém, poderia recuperar influência no Paraguai não hostilizando os cívicos e jaristas, que tinham chance de assumir o poder. Por essa época, o cônsul britânico informou que Jara e os cívicos tinham recebido armas e munições, transportadas em um navio brasileiro, originariamente destinadas aos colorados[664].

O governo de Assunção reiterou à Legação brasileira o pedido de devolução das armas. Solicitou, também, a entrega dos dois navios paraguaios que se haviam refugiado em Porto Murtinho, no Mato Grosso. Lauro Müller, já tendo sido sondado pela Argentina sobre o reconhecimento do governo de Navero, autorizou a entrega do armamento. O chanceler paraguaio foi comunicado em seguida de que as armas e os dois citados navios estavam à sua disposição[665]. Logo após, em 11 de maio, Jara foi derrotado e, ferido, morreu no dia seguinte. A revolução "gondrista", iniciada em novembro do ano anterior, alcançou sua vitória absoluta, alçando ao poder o grupo político "más intelectual y serio del País"[666].

A vitória do setor radical do liberalismo deu início a quase uma década de estabilidade à vida política paraguaia. Alto foi o preço da instabilidade anterior para o Paraguai, que teve sua economia gravemente atingida. Camponeses e trabalhadores urbanos, fugindo do recrutamento das partes em luta, transferiram-se para a Argentina e o Brasil. Cerca de 30% da população paraguaia emigrou, como consequência das revoluções de 1904, 1908 e 1911/1912, e, ainda, devido à perspectiva de sublevações nos anos de 1909 e 1910[667].

Lorena Ferreira partiu do Paraguai em 19 de junho de 1912, não voltando mais ao país. Antes, porém, analisou a nova situação, informando da recusa de Manuel Gondra de ser o candidato presidencial dos liberais radicais à Presidência, que optaram, então, por Eduardo Schaerer, ministro do Interior. As notícias sobre a satisfação com que foi recebido em Buenos Aires o nome de Schaerer levou Lorena Ferreira a concluir que:

---

[664] FERREIRA para MÜLLER, tel. cifr. 60, Assunção, 18.4.1912. Id., MDBATE, 202-1-11.OLIVER para TOWER, Assunção, 13.4.1912 apud. HERKEN KRAUER, Juan Carlos. *Ferrocarriles, conspiraciones y negocios en el Paraguay, 1910-1914*. Asunción: Arte Nuevo Editora, 1984. p. 69.

[665] FERREIRA para MÜLLER, tel. cifr. 61, Assunção, 19.4.1912. AHI, MDBATE, 202-1-11.MÜLLER para FERREIRA, tels. cifr. 8 e 9, ambos de 22.4.1912. Idem, MDBATR, 202-1-19.LORENA para chanceler ZUBIZARRETA, ofícios de 23.4 e 4.5.1912. Id., MDBAOE, 201-3-2

[666] Antonio BENITEZ, encarregado de negócios interino, para Ministerio de Assuntos Exteriores da Espanha, Notas 104 e 140, Buenos Aires, 10.4 e 18.5.1912. AMAE, Correspondencia - Embajadas y Legaciones - Argentina", Legajo 1355.

[667] RIVAROLA, Milda. *Obreros, utopias & revoluciones*; la formación de las clases trabajadoras en el Paraguay liberal; 1870-1931. Asunción: Centro de Documentación y Estudios, 1993. p.109.

> Mais uma vez fica provada a veracidade das minhas constantes informações a esse respeito, isto é, que a desaparição completa da nossa influência no Paraguai data da vitória do radicalismo chefiado pelos Srs. Schaerer, Zubizarreta e Franco, com o Sr. Gondra à frente, todos reconhecidamente hostis ao nosso ao nosso país[668].

Em Buenos Aires, o ministro britânico Tower ouviu de Manuel Rodríguez seu contentamento pela vitória gondrista e, mais, pela perspectiva de que na eleição presidencial de junho o eleito fosse Eduardo Schaerer. Rodríguez comentou que gastara 350.000 libras esterlinas na revolução, mas que esperava reaver o dinheiro logo. Essa satisfação era partilhada por Nicolás Mihanovich, que acabara de chegar de uma visita a Assunção[669].

Juan Carlos Herken Krauer vê em Percival Farquhar, por intermédio de Manuel Rodríguez, seu representante "desde fines de 1910", o núcleo da conspiração radical de 1911. Conforme esse autor, entre 1908 e 1912, circunstâncias econômicas regionais permitiram a valorização dos recursos paraguaios, em particular a terra. As lutas inter e intrapartidárias dessa época pelo poder no Paraguai teriam como causa real a busca da apropriação e distribuição dos benefícios dessa repentina valorização. Nesses anos de instabilidade política, que causou mais de 5.000 mortos, as tendências ou partidos políticos não representaram, em forma constante, um setor ou grupo econômico, pois estes "mudavam de bandeira, de acordo com a evolução dos acontecimentos"[670].

O grupo financeiro do *Banco de la República* e aquele representado por Manuel Rodríguez e a *Paraguay Central Railway Company*, foram beneficiados consideravelmente pela administração cívica do general Ferreira. Uma vez no poder os radicais, esses dois grupos entraram em conflito direto com o governo. Albino Jara era, aparentemente, favorecido pelo grupo aglutinado em torno da PCRC, mas a violência cotidiana, desatada por seu governo, comprometeu qualquer aliança política sólida. Assim, no começo de 1911, os radicais apareceram como a única opção política para o sindicato de Farquhar, levando-o a financiar a conspiração gondrista. Esta aliança deu-se poucos meses após Rodríguez queixar-se a diplomatas britânicos das intrigas das quais era vítima, feitas pelos "radicais pró-alemães Schaerer e Gondra". Já o grupo

[668] FERREIRA para MÜLLER, of. res. 14, 2a. Sec., Assunção, 5.6.1912. AHI, MDBAOE, 201-3-2.
[669] TOWER para GREY, Buenos Aires, 30.5.1912 apud. HERKEN KRAUER, p. 70.
[670] HERKEN KRAUER, p. 113.

constituído em torno do *Banco de la República* tinha, comparativamente, maior coerência, pois fez todo o possível para assegurar a estabilidade financeira do governo Rojas[671].

Com a partida de Lorena Ferreira, o secretário Luiz Villares Fragoso, que acompanhara toda a guerra civil, tornou-se encarregado de negócios brasileiro em Assunção. Para Fragoso, era tranquilizadora a anistia política concedida pelo novo governo, constatando que nenhum oposicionista estava sendo perseguido. O diplomata acompanhou a eleição de Eduardo Schaerer para o cargo de presidente da República[672]. No novo Ministério, Manuel Gondra ocupou a Pasta da Guerra e Marinha; Eusebio Ayala a do Exterior; Geronimo Zubizarreta a da Fazenda e Félix Paiva ficou como titular da Justiça.

Nos poucos meses em que permaneceu à frente da Legação, Fragoso manifestou sua opinião sobre Liberato Rojas: "o presidente mais nefasto que nesses últimos tempos tem tido o Paraguai". Também comunicou o início, em 4 de agosto de 1912, do funcionamento da ligação telegráfica entre o Brasil e o Paraguai, em São Carlos, no rio Apa. Esta, porém, durou poucos dias, pois na primeira tempestade tombaram árvores que serviam de poste à linha a qual, que, até os anos 1920, não foi restabelecida. Coube a Fragoso denunciar o Tratado de Extradição de desertores e criminosos, assinado em 1872, em razão da aplicação da Lei 2416 do Congresso brasileiro, que determinou a denúncia dos 12 tratados dessa natureza, mantidos pelo Brasil com outros países[673].

Em 10 de abril de 1913 chegou a Assunção o novo ministro plenipotenciário brasileiro, Sylvino Gurgel do Amaral. A caminho do novo posto, ele encontrou-se, em Buenos Aires, com o chanceler argentino Ernesto Bosch, do qual ouviu que o governo Schaerer parecia oferecer melhores condições de estabilidade ao Paraguai do que seus predecessores. Bosch acrescentou, contudo, que não se devia confiar no que diziam os políticos paraguaios, nem levar a sério suas tentativas de indispor Brasil e Argentina, pois este "já um jogo deles muito conhecido". Disse Bosch esperar perfeita harmonia argentino-brasileira no Paraguai, acrescentando que seu governo não tinha preferências partidárias no país, desejando apenas que fosse governado em paz, "sem barulhos, nem revoluções"[674].

---

[671] Idem, p. 112.
[672] FRAGOSO para MÜLLER, of. 57 e 62, 2a. sec., Assunção, 1º e 10.8.1912. AHI, MDBAOE, 201-3-2.
[673] Idem, of. 47, 1a. Seção, e 5, 3a. sec., Assunção, 20.8 e 8.9.1912. Ibidem, 201-3-2. Ministro FEITOSA para chanceler Azevedo MARQUES, of. 1, 2a. sec., Assunção, 7.1.1920. Id., 201-3-10.Nota da Legação do Brasil ao governo paraguaio, Assunção, 14.2.1913. Relatório do Ministério das Relações Exteriores, 1913, p. 56.
[674] AMARAL para MÜLLER, of. conf. 1, 2a. sec., Assunção, 14.4.1913. AHI, MDBAOE, 201-3-3.

Gurgel do Amaral comentou que, ao ouvir o chanceler argentino, parecia estar escutando novamente as próprias instruções que recebera de Lauro Müller. Meses depois, esse diplomata informou de sua "perfeita amizade e harmonia" com o representante argentino em Assunção, ministro Mario Ruiz de los Llanos, o qual, em seguida, ocuparia tal função no Rio de Janeiro[675].

Em junho de 1913, Gurgel do Amaral fez um longo relatório sobre a situação política e financeira do Paraguai. Lamentou que sua análise não pudesse fugir do tom pessimista, "por maior que seja a íntima simpatia que necessariamente desperta esta nação infeliz". Ressaltou que, desde a revolução de 1904, os paraguaios viviam um ambiente político de ódio e rancor, com políticos dispondo arbitrariamente do dinheiro público. A situação, porém, tinha-se alterado pois o presidente Schaerer e seus ministros eram melhores, tanto moralmente quanto na compostura pessoal, do que os componentes das administrações anteriores. Os novos governantes não promoviam perseguições políticas, nem desbaratavam dinheiro público mas, observou com senso de realidade, isso tampouco significava "que tudo andou medido por um padrão de rigorosa honestidade e impecável acerto em disposições do governo". O diplomata não se iludia, antevendo problemas pelo fato de o movimento revolucionário, que criou as condições para a ascensão de Schaerer ao poder, ter sido financiado por capitalistas argentinos "inescrupulosos", liderados pelo português Manuel Rodríguez[676].

Manuel Gondra era o verdadeiro orientador da nova administração paraguaia, embora Schaerer fosse homem de ação e empresário empreendedor (fundara uma fábrica de cerveja), o que era visto positivamente pela Legação brasileira. A fraqueza do presidente era a de não possuir força política própria, carecendo de liderança entre os liberais radicais, além de seu governo sofrer dificuldades financeiras[677].

Quanto à oposição, os liberais cívicos conspiravam contra o governo e tudo faziam para impedi-lo de obter empréstimo no exterior, opondo-se, ainda, aos colorados. Estes, porém, pregavam a tranquilidade e condenavam conspirações, exercitando uma oposição moderada, "mesmo amistosa". Quanto aos seguidores do falecido Jara, aliaram-se aos cívicos. Eram, no entanto, insignificantes politicamente[678].

---

675 Idem, ibidem. Id., of. 40, 2a. Sec., Assunção, 10.9.1913. Ibid.

676 AMARAL para Francisco Régis de OLIVEIRA, ministro interino das Relações Exteriores, Of. Res. 2, 2a. Sec., Assunção, 18.6.1913. Id., 201-3-3.

677 Id.

678 Id.OLIVEIRA para AMARAL, of. res. 13, Rio de Janeiro, 29.11.1913. AHI, MDBADR, 202-1-3.

Enquanto isso o jornal assuncenho *El Tiempo* levantou a questão da dívida de guerra do Paraguai com o Brasil e a Argentina, decorrente do conflito de 1865-1870. O periódico perguntou se não seria conveniente que seu cancelamento fosse proposto pela delegação paraguaia no V Congresso Pan-Americano, a ser realizado em 1914 no Chile[679].

A orientação do Itamaraty sobre esse assunto não se fez esperar. Gurgel do Amaral foi informado de que o governo brasileiro defendia tanto a manutenção da dívida de guerra estatal, quanto aquela que o Paraguai mantinha com cidadãos brasileiros possuidores de apólices por prejuízos causados a particulares pela invasão de Mato Grosso e do Rio Grande do Sul, ordenada por Francisco Solano López, ao Brasil. Se o governo brasileiro perdoasse a dívida estatal, os possuidores dessas apólices o responsabilizariam pela dívida privada, ou, no mínimo, exigiriam uma ação diplomática para obter seu pagamento[680].

Ademais, ecoando ainda as preocupações geopolíticas do século XIX, o governo brasileiro considerava que aquela dívida de guerra "dá direito a que o Brasil vigilante não permita que obriguem o Paraguai a aceitar propostas lesivas à sua soberania e independência". Ação nesse sentido já ocorrera em 1877, quando o governo paraguaio pensou em pagar credores britânicos por meio de grandes concessões de terras estatais. Na ocasião o governo Imperial protestou, invocando a precedência da sua dívida de guerra, frustrando-se "o arranjo que se negociava em Londres". Em 1913 o governo brasileiro não pensava perdoar a dívida de guerra e considerava "inadmissível" que o assunto fosse tratado no V Congresso Pan-Americano[681]. De fato, o tema não foi suscitado no Congresso.

No início de 1914, o presidente Schaerer cedeu às pressões de Manuel Rodríguez para pagar o empréstimo que financiara a revolução. Com essa finalidade, Rodríguez fundou nos Estados Unidos a companhia *Paraguayan Corporation*, ligada ao Sindicato Farquhar da Argentina[682], a qual, em 30 de janeiro desse ano, assinou contrato com o governo paraguaio concedendo-lhe empréstimo de 1.250.000 libras esterlinas. Esse montante seria levantado pela *Paraguayan Corporation* no exterior e dele seria retirada a quantia necessária para o presidente Schaerer pagar, à vista, aquele comerciante. O empréstimo em libras, por sua vez, seria resgatado progressivamente, durante 30 anos, pelo Paraguai, destinando-se, para tanto, 25% da renda anual das suas alfândegas

[679] AMARAL para MÜLLER, Of. 14, 2a. Sec., Assunção, 20.6.1913. Idem, MDBAOE, 201-3-3.
[680] OLIVEIRA para AMARAL, of. conf. 1, 2a. sec., Rio de Janeiro, 31.7.1913. Ibid., LBPDR, 202-1-3.
[681] Idem.
[682] Cônsul Mariano SOTELO para o Ministério de Assuntos Exteriores da Espanha, of. 17, Assunção, 7.2.1913. AMAE, Consulados - Paraguay, Legajo 1824.

sendo a *Paraguayan Corporation* considerada credora preferencial do Estado paraguaio. Tal preferência, porém, era contrária aos interesses do Brasil, que tivera a dívida de guerra reconhecida por tratados e cujo resgate jamais se iniciara[683].

Esse acordo era lesivo ao Paraguai, porque estatizava uma dívida privada, feita por conspiradores para se assenhorearem do poder. Ademais se tratava de um acordo leonino: Rodríguez emprestara 500.000 pesos-ouro aos revolucionários e, por esse ajuste, receberia 1.700.000 pesos-ouro, além de juros que deveriam ser cobrados sobre essa quantia[684]. Ademais, anteriormente, a própria *Paraguay Central Railway Company*, reclamou indenização de 170.000 libras esterlinas por danos causados pela revolução a suas instalações e material rodante. Por decreto de 25 de abril de 1912, o governo paraguaio passou a ressarcir a companhia com pagamentos mensais de 3.000 libras esterlinas[685].

O sindicato de Farquhar não perdeu tempo em beneficiar-se da ascensão dos liberais radicais ao poder. Esse grupo consolidou seu domínio não só sobre o sistema ferroviário paraguaio existente, como também sobre ferrovias que pudessem, eventualmente, ser instaladas. A *Paraguay Central Railway Company* obteve, ainda, a concessão definitiva para a eletrificação dos bondes de Assunção e iniciou obras de iluminação pública e provisão de energia para essa capital. Para tanto houve um acordo entre Juan Carosio, Rodríguez e Farquhar e, em 22 de novembro de 1913, o governo autorizou a transferência da concessão original, de 7 de dezembro de 1910, para a *Asunción, Light & Power Co.*, empresa registrada em Londres e com ligações com a PCRC[686].

Em 1913 o Paraguai vivia uma verdadeira euforia ferroviária, com 12 projetos de expansão aprovados pelo Congresso. Destes, o da *Paraguay Central Railway Company*, de ligar Assunção a Iguaçu, era o mais importante, tendo em conta o projeto do *Ferrocarril Transparaguayo*, que também havia sido adquirido pelo Sindicato Farquhar. Este iniciou, em outubro de 1912, a construção do ramal Borja-Cataratas do Iguaçu, que também passaria por terras da *Compañia Argentino-Paraguaya de Madera*, que, por sua vez, fora comprada por esse mesmo sindicato[687].

Farquhar assegurou-se, portanto, do quase monopólio dos mais importantes projetos ferroviários no Paraguai. Muitos deles tinham caráter antes preventivo, para impedir que outro grupo obtivesse a concessão,

[683] AMARAL para MÜLLER, of. res. 2, 2a. sec., Assunção, 14.2.1914. AHI, MDBAOE, 201-3-4.
[684] Idem, of. res. 5, 2a. sec., Assunção, 27.4.1914. Ibidem.
[685] HERKEN KRAUER, p. 86.
[686] Idem, p. 81.
[687] Id., p. 82.

do que viabilidade imediata. Para tanto, esse empresário norte-americano comprou terras e, em meados de 1912, já controlava *La Industrial Paraguaya*, empresa lucrativa que possuía 8.550 milhas quadradas no noroeste do país, dos quais 3.500 com ervais[688].

Farquhar expandiu-se não só no Paraguai, mas nos países vizinhos. Para não ferir suscetibilidades na Argentina caso utilizasse a *Brazil Railway Co.* nas suas atividades no país, esse empresário criou a *Argentina Railway Co.*, também com sede nos Estados Unidos. Para esta última foram transferidas, então, as possessões de Farquhar no Paraguai que pertenciam à *Brazil Railway Co.* Em janeiro de 1913 Percival Farquhar visitou Assunção, por apenas um dia, quando já circulavam rumores de que o empresário estava em dificuldades financeiras. E, de fato, seu sindicato, em fins desse ano, colocou à venda 3.000 léguas quadradas da *La Industrial Paraguaya*[689]. Logo, a própria companhia seria vendida para capital britânico[690].

No final de contas, Percival Farquhar realizou apenas dois de seus grandes projetos de conexão ferroviária: São Paulo-Montevidéu e, em outubro de 1913, Assunção-Buenos Aires. Esta era feita entre Encarnación e Posadas, cidades paraguaia e argentina respectivamente, localizadas às margens do rio Paraguai, onde os trens paravam e a travessia era feita por *ferryboats*. Nenhuma das planejadas conexões ferroviárias do Paraguai com o Brasil chegou a se realizar e o ramal de Borja a Iguaçu foi abandonado em 1914, já instalados 55 quilômetros de trilhos. A partir de 1916, as empresas de Farquhar no Prata entraram em crise irreversível[691].

Com o desencadear da I Guerra Mundial, o Paraguai viu agravada sua situação. A notícia do início da guerra provocou um "pânico extraordinário" em Assunção. Houve corrida aos bancos para saque de depósitos, imobilizando o sistema financeiro e impossibilitando qualquer operação com ouro, o que provocou enorme aumento dos gêneros de primeira necessidade. Para a Legação brasileira o conflito na Europa não fora a causa mas, sim, o catalisador dessa situação, decorrente de sucessivos maus governos que o país tivera[692].

A guerra na Europa fez malograr a tentativa da *Paraguayan Corporation* de levantar a totalidade do empréstimo de 1.250.000 libras

[688] La Industrial Paraguaya passou ao controle de Farquhar mediante a compra de 55.000 de suas ações do Banco Mercantil del Paraguay e outras 85.000 de diferentes proprietários. Id., pp. 82-83.

[689] Id., pp. 90, 97

[690] DEPARTMENT OF COMMERCE - USA. *Paraguay: a commercial handbook*. Washington: Government Printing Office, 1920, p. 97

[691] HERKEN KRAUER, pp. 111-112.

[692] Encarregado de negócios e cônsul Mariano SOTELO para Ministerio de Assuntos Exteriores da Espanha, nota 114, Assunção, 1.9.1914. AMAE, Consulados - Paraguay, Legajo 1824.AMARAL para MÜLLER, of. res. 12, 2a. sec., Assunção, 31.10.1914. AHI, MDBAOE, 201-3- 4.

esterlinas. Mesmo assim, o sindicato de especuladores que financiara a revolução gondrista, exigiu receber do governo Schaerer pelo menos o juro desse financiamento. Rodríguez ameaçou não só tornar pública a correspondência secreta que mantivera com os então revolucionários, como, ainda, financiar aqueles que desejavam depor Schaerer. O governo paraguaio planejou, então, entregar ao comerciante português ouro e moedas metálicas que mantinha na *Caja de Conversión*. Esses recursos estavam sob custódia do *Banco de la República*, destinando-se a futuro recolhimento de papel-moeda em circulação. Tal entrega exigia alterar os estatutos dessa instituição bancária, fundada em 1904 pelos liberais cívicos, que continuavam a controlar sua administração[693].

Como resultado dessa tentativa de utilização da *Caja de Conversión*, houve uma crise política, dividindo-se os liberais radicais. Rodríguez propôs, então, cancelar a dívida de 1.700.000 pesos-ouro, além de juros sobre essa quantia, contra o recebimento imediato de 1.000.000 de pesos-ouro. O presidente Schaerer concordou, mas não o *Banco de la República*, que fez a contraproposta de se entregar 200.000 pesos-ouro – cerca de 40.000 libras esterlinas – a título de juros sobre a dívida de 1.700.000 pesos-ouro[694].

A essa altura, Geronimo Zubizarreta demitiu-se do Ministério da Fazenda. Seu sucessor, José P. Monteiro, no mesmo dia em que assumiu o cargo enviou ao Congresso pedido de autorização para fazer uso do fundo de conversão, até o limite de 200.000 pesos-ouro. Schaerer, pouco antes de tornar-se presidente, estimulara a dissolução do Congresso, de modo a criar condições que permitissem estatizar a dívida dos revolucionários junto ao sindicato de Manuel Rodríguez. De fato, os novos congressistas, quase todos radicais e uns poucos colorados, aprovaram aquela autorização em escassos três dias[695].

Rodríguez recebeu de imediato, por intermédio de seu testa de ferro Angel Hermida, aquela quantia em ouro e moedas europeias. Nessa mesma noite o especulador português partiu, em segredo, com seu pagamento para Buenos Aires, em trem especial e sob custódia de policiais paraguaios. Conhecido o fato, a opinião pública condenou o governo de Schaerer, que passou a ser combatido não só pela oposição mas, discretamente, também por líderes do radicalismo[696].

---

[693] AMARAL para MÜLLER, idem. Ibidem.
[694] Id.
[695] URIZAR, Rogelio. *Los dramas de nuestra anarquía; análises de la evolución política del Paraguay*. Rosário: Taller Gráfico de la Plaza, 1989, t. II, pp. 379-383.
[696] AMARAL para MÜLLER, of. res. 12, 2a. sec., Assunção, 31.10.1914. AHI, MDBAOE, 201-3- 4.

Com a deterioração da situação política paraguaia foi declarado o Estado de Sítio, em janeiro de 1915. Agentes do governo, que já antes da suspensão dos direitos constitucionais, fiscalizavam e revistavam as pessoas que ingressavam na Legação brasileira, intensificaram essa ação. Para Gurgel do Amaral a principal fonte de hostilidade ao Brasil era o chanceler Manuel Gondra, personagem central do liberalismo radical no poder[697].

Dois meses depois, expoentes do Partido Colorado estavam presos e havia rumores sobre tentativa de sublevação. A essa altura Gurgel do Amaral partira para seu novo posto na Holanda e à frente da Legação brasileira ficou Mário Pimentel Brandão, como Encarregado de Negócios. Na análise deste o governo paraguaio, desde o início de 1915, dava provas de "sectarismo estreito, uma intolerância absoluta" contra todos os opositores e Schaerer somente poderia ser derrubado se um dos batalhões do Exército existentes em Assunção se levantasse contra ele. De outro modo não seria derrubado, devido à manutenção do Estado de Sítio e à impossibilidade de ataque revolucionário fluvial, bem como por contar com a proteção argentina[698].

A Argentina, ao satelitizar a economia paraguaia e ter ascendência sobre os liberais radicais, tornara-se hegemônica no país. O contato do Paraguai com o exterior, inclusive com Mato Grosso, estava nas mãos de argentinos ou de empresas dessa nacionalidade[699]. A companhia Mihanovich comprara a frota da empresa estatal mercantil argentina e era quase monopolista na linha entre Assunção e o Rio da Prata, consequentemente, com o resto do mundo, pois aí se faziam as conexões com navios oceânicos. Essa poderosa companhia argentina também mantinha, desde 1913, uma linha bisemanal entre Buenos Aires e Corumbá. Esta cidade era, ainda, ligada por via fluvial a Montevidéu, pela Empresa Fluvial Brasil-Uruguai, subsidiária do Lloyd Brasileiro, e, também, pela empresa alemã *Herman Krabb & Cia*[700].

A Argentina não era, porém, motivo de preocupação para a Chancelaria brasileira. Ao contrário, em demonstração do nível de excelência nas relações entre o Rio de Janeiro e Buenos Aires, em 15 de maio de 1915, Brasil, Argentina e Chile assinaram um acordo para a solução pacífica de controvérsias. Este ficou conhecido como Tratado do ABC, em referência às iniciais de cada um dos países signatários. Não se tratava de aliança, mas poderia ser a base para tanto, motivo pelo qual

[697] AMARAL para EXTERIORES, tel. cifr. 20, Assunção, 13.1.1915. Idem, MDBATE, 202-1-12.
[698] BRANDÃO para MÜLLER, of. res. 11, 2a. sec., Assunção, 26.3.1915. Ibidem, MDBAOE, 201-3-5.
[699] Idem, of. res. 5, 2a. sec., Assunção, 10.4.1915. Ibid.
[700] PÓVOAS, Lenine. *Influência do Rio da Prata em Mato Grosso*. Cuiabá: [s.n.], 1982, pp. 17-18.

despertou sérios temores nas outras Chancelarias americanas. O ABC também não agradou aos Estados Unidos, pois poderia servir para conter a influência norte-americana nesta parte do continente[701]. O secretário de Estado norte-americano, Root, declarou ao embaixador argentino em Washington que seu país se oporia ao ABC[702].

Em extenso relatório, Pimentel Brandão descreveu a realidade econômico-financeira paraguaia. Apesar de as estatísticas oficiais apresentarem uma balança comercial deficitária, acreditava ele que ela fosse "pelo menos" equilibrada, já que faltava computar o "contrabando extraordinário" na exportação de gado, madeiras, tanino e erva-mate. Também não apareciam nessas estatísticas o dinheiro que turistas argentinos, fugindo do rigoroso inverno de Buenos Aires, traziam ao país entre os meses de junho e agosto. Já o orçamento público carecia de controle e cada ministério gastava sem prestar contas ao Congresso, destinando-se a maior parte das despesas extraordinárias a fins políticos. Comentava-se que era "avultada" a verba gasta com espiões "que pululam por esta cidade como criados, como capangas (cada Ministério e o presidente os tem às dúzias), ou como esbirros, encarregados e executores das maiores violências na campanha [interior]"[703].

O governo Schaerer tivera início promissor, mas com o passar do tempo pouco se distinguia dos vícios de seus antecessores. A administração schaerista estatizou a dívida privada da revolução; estimulou a espionagem e a delação e afastou, em 1914, dois membros independentes do Superior Tribunal de Justiça. Não é de se espantar, assim, que em 1º de janeiro de 1915 houvesse um levante militar, liderado por liberais cívicos, que, porém, fracassou[704].

Por ser o orçamento do Estado paraguaio diminuto, mesmo "pequenos" desvios adquiriam, proporcionalmente, dimensões impressionantes. Pelo mesmo motivo produziam contraste os gastos supérfluos da administração de Schaerer em comparação com aqueles indispensáveis e adiados, como o pagamento do funcionalismo público, atrasado em dois meses. Esses atrasos agravavam a dívida pública interna, que ascendia a 949.942 pesos-ouro e 45.209.427 pesos-papel e fora acumulada a partir da revolução liberal de 1904. Schaerer estabeleceu um plano para consolidar e resgatar essa "enorme dívida", em um ato

[701] SCENNA, Miguel Ángel. *Argentina-Brasil: cuatro siglos de rivalidad*. Buenos Aires: Ediciones La Bastilla, 1975, p. 300.
[702] CÁRCANO, Ramón J. *Mis primeros 80 años*. Buenos Aires: Editorial Sudamericana, 1944, p. 282.
[703] BRANDÃO para MÜLLER, of. res. 38, 2a. sec., Assunção, 21.8.1915. AHI, MDBAOE, 201-3-5.
[704] URIZAR, t. II, p. 383. FREIRE ESTEVES, Gómes. *Historia contemporánea del Paraguay*. Buenos Aires: [s.n.], 1921, pp. 132-133.

de respeito "nunca visto" pelos prejudicados pelas guerras civis, embora atentatório ao "avariadíssimo crédito de Estado"[705].

Outra dívida pública interna, assumida por meio de diferentes compromissos, foi com o *Banco de la República*, que era uma "associação de usurários especuladores de câmbio". Um desses compromissos referia-se aos 500.000 pesos-ouro emprestados ao governo de Liberato Rojas e desviado por este e por seu irmão Emiliano, quem, como consequência, continuava na prisão, enquanto Liberato tivera seu pedido de extradição solicitado ao governo argentino. Para conceder 260.000 pesos-ouro ao governo Schaerer, entregues a Manuel Rodríguez, o *Banco de la República* obteve o reconhecimento de uma dívida do Estado para com esta instituição de 670.856,91 pesos-ouro[706].

O *Banco de la República* tinha como presidente o principal comerciante do Paraguai, Pedro Jorba. Segundo o cônsul britânico em Assunção, Jorba era, provavelmente, o indivíduo que exercia maior influência sobre os destinos do país. Controlava cerca de 50% do comércio exterior paraguaio, o que, aliado às suas conexões no mundo financeiro, permitia-lhe manipular "cotidianamente" a taxa de câmbio em seu benefício[707].

Havia, ainda, a dívida externa paraguaia, constituída a partir de empréstimos na praça bancária londrina em 1872; no Banco Nacional argentino, em 1903, e aquele que Manuel Rodríguez conseguira levantar por intermédio da *Paraguayan Corporation*. Os empréstimos de 1872 estavam sendo pagos pontualmente desde o acordo feito com credores em 1895, restando 178.086,36 pesos-ouro a serem resgatados. Para os 68.277,45 pesos-ouro devidos ao Banco Nacional argentino, não havia dotação para pagamento no orçamento. Já Rodríguez obtivera empréstimo de 440.362,82 libras esterlinas e delas apossara-se, completando, assim, a negociata que envolvera os recursos do fundo de conversão paraguaio. Essas libras representavam para o Tesouro paraguaio um fardo anual de 133.154,28 pesos-ouro, correspondentes aos juros de 5% ao ano e 1% de amortização[708].

O fracasso no empréstimo de 1.250.000 libras esterlinas por Rodríguez na Europa e a falta de crédito interno levaram o governo paraguaio a emitir grandes somas de papel-moeda, sem lastro ouro. Esse dinheiro fiduciário desvalorizou 2.000% em agosto de 1915, em comparação ao mês de dezembro do ano anterior. Não era automática,

[705] BRANDÃO para MÜLLER, of. res. 38, Assunção, 21.8.1915. AHI, MDBAOE, 201-3-5.
[706] Idem.
[707] OLIVER para FREY, Assunção, 28.3.1915 apud. HERKEN KRAUER, p. 114.
[708] BRANDÃO para MÜLLER, of. res. 38, 2a. Sec., Assunção, 21.8.1915. AHI, MDBAOE, 201-3-5.

porém, a relação entre a quantidade de papel-moeda e seu valor em relação ao ouro, pois o *Banco de la República* especulava com a taxa de câmbio[709].

A perda de valor do papel-moeda paraguaio tornou irrisório os salários no país, mesmo os de altos funcionários públicos. Havia um mal-estar crescente e o presidente Schaerer estava imobilizado pela "politicagem", pois quando as coisas não iam bem, os capitalistas do país – "uma ou duas dúzias" – ameaçavam derrubá-lo. Tal fato levou a uma ação governamental excessivamente cautelosa. O ministro da Fazenda, Eusebio Ayala, melhorou em algo a situação ao cobrar os impostos de importação em ouro, medida esta que reduziu de 4.300% para 3856% o ágio do papel-moeda sobre o ouro[710].

Em outubro de 1915 o Congresso aprovou projeto de concessão por 99 anos à *Construction & Engineering Finance Co.*, para construir e explorar as docas do porto de Assunção. Pimentel Brandão classificou de "duras" as condições da concessão e a opinião pública, as viu como "desmedidos privilégios", o que levou à sua anulação[711].

Gondra afirmou a Pimentel Brandão que a polêmica em torno da vitória da *Construction & Engineering Finance Co.* era provocada pelos argentinos. Isto porque a outra empresa derrotada que concorrera a tal concessão, *Elliot Company,* pertencia, na verdade, à companhia Mihanovitch. Dessa situação o representante brasileiro concluiu que os radicais paraguaios, apesar de valer-se do apoio argentino para sua ascensão, ao chegar ao poder queriam liberdade de ação. Inovando quanto às análises até então feitas pela Legação brasileira, Pimentel Brandão afirmou que os radicais procuravam não se deixar monopolizar economicamente pela Argentina, de modo a garantir a independência paraguaia[712].

b) As disputas internas

No final de 1915 colocou-se em pauta a sucessão presidencial paraguaia. Havia divisão no radicalismo, causada, segundo Pimentel Brandão, pela "ambição desmedida" de Schaerer. O presidente, sofrendo a resistência de correligionários, chegara ao poder graças ao apoio de Manuel Gondra e, uma vez na Presidência, mostrou-se "pouco maleável",

[709] Idem.
[710] Id. O ágio do ouro tinha por base de cálculo 100 pesos-papel. Assim, 4.300% significa serem necessários 4.300 pesos-papel para comprar 100 pesos-ouro.
[711] Id., of. 18, 2a. sec., Assunção, 29.10.1915. Ibid. FREIRE ESTEVES, p. 134.
[712] BRANDÃO para MÜLLER, 2a. sec., Assunção, 29.10.1915. AHI, MDBAOE, 201-3-5.

tendo vários atritos com seu patrocinador. Por outro lado, o cargo de presidente "tem sido para S. Exa. fonte de proveitos pecuniários que só estimularam a sua ambição de mando". Por essa razão Schaerer não só queria impor o nome de seu sucessor, como, também, obter que este garantisse sua nomeação como ministro da Guerra, cargo que constituía "a válvula de segurança da maquina governativa no Paraguai". Para inviabilizar essa manobra Gondra eventualmente se lançaria candidato à Presidência, embora, na verdade, apoiasse Eusebio Ayala para o cargo[713].

Em março de 1916, porém, o senador Manuel Franco foi eleito presidente do Paraguai, em contexto de nítida divisão do radicalismo em duas correntes: gondristas e schaeristas. O presidente eleito era respeitado por todos, quer por sua honestidade, quer por sua cultura. Ele havia censurado severamente as decisões do presidente Schaerer em favor do sindicato de especuladores liderados por Manuel Rodríguez[714]. Schaerer, minoritário entre os radicais, teve que aceitar a candidatura de Franco, contentando-se em indicar, para a Vice-Presidência, seu amigo José P. Montero[715].

Manuel Franco assumiu a Presidência em 15 de agosto de 1916, beneficiado pela criação, no final do governo Schaerer, da *Oficina de Cambios*. Ela tinha por finalidade estabilizar o papel-moeda paraguaio e contrapor-se à desastrosa situação a que chegara o mercado cambiário, devido à especulação desenfreada. Como instituição oficial, receberia recursos dos impostos de exportação; o saldo da Caixa de Conversão e, ainda, teria um crédito de 200.000 pesos-ouro junto ao *Banco de la Nación*, de Buenos Aires. Apenas o fato de ter sido criada a *Oficina de Cambios*, sem ter realizado qualquer venda de peso-ouro, foi suficiente para fazer com que o valor deste baixasse, em dois meses, de 4.300% para 2.800%[716].

A obtenção, no *Banco de la Nación*, de linha de crédito a juros baixos, decorreu de acordo assinado em maio de 1916, em Buenos Aires, pelo enviado paraguaio, Geronimo Zubizarreta. Reforçava-se, assim, a influência argentina na vida paraguaia, mesmo porque, pouco antes, Argentina e Paraguai haviam assinado um Tratado de Livre-comércio, o qual, porém, deveria ser aprovado pelos respectivos Congressos para entrar em vigor[717]. O Itamaraty recebeu com naturalidade esse aumento da influência argentina, postura que poupou inútil preocupação pois, como

[713] Idem, of. res. 47, 2a. Sec., Assunção, 7.11.1915. Ibid., 201-3-7.
[714] Id., of. res. 5, 2a. Sec., Assunção, 30.3.1916. Ibid.
[715] URIZAR, t. II, p. 394.
[716] BRANDÃO para SOUZA DANTAS, ministro interino das Relações Exteriores, of. res. 7, 2a. sec., Assunção, 18.7.1916. AHI, MDBAOE, 201-3-7.
[717] Idem, tel. cifr. 5, Assunção, 27.6.1916. Ibidem, MDBATE, 202-1-12.

se verá mais adiante, o Tratado de Livre-comércio não seria aprovado pelo Congresso argentino e o crédito de 200.000 pesos-ouro não seria concedido pelo *Banco de la Nación*[718].

O presidente Franco manteve Manuel Gondra no cargo de chanceler. Pimentel Brandão era crítico em relação a Gondra, vendo-o como hipócrita; avesso a assumir responsabilidade, transferindo para colaboradores o trato de assuntos graves, para evitar dissabores ou censuras a si; por ser germanófilo e, ainda, vaidoso, gostando de se comparar com o Barão do Rio Branco, do qual dizia ter sido íntimo[719]. Entre as qualidades de Gondra era unanimidade o reconhecimento de sua honestidade, a ponto de Arturo Bray, que não era seu admirador, dele escrever que "a cobiça pelo ouro não manchou suas mãos e nem perturbou suas horas"[720].

Apesar da severidade com que o analisava, Pimentel Brandão mantinha boas relações com o chanceler paraguaio. Gondra pôde, assim, ser sincero com o diplomata e comentar que a "apregoada amizade" dos colorados pelo Brasil não era verdadeira porque, como qualquer outro grupo político local, também eles buscavam apoio dos argentinos. Disse que os colorados estavam em harmonia com o senador argentino Juan Ramón Vidal, que os colocara em empregos públicos em Corrientes e os protegia de todos os modos. Respondeu Pimentel Brandão que o Brasil não tinha preferência partidária no Paraguai, desejando sua prosperidade e a manutenção no poder daqueles que o ocupavam de acordo com a Constituição, "fossem quem fossem"[721]. Talvez Manuel Gondra não se tenha convencido, mas essa afirmação representava fielmente a postura brasileira em relação ao país guarani, mantida pelos diferentes governos posteriores a Floriano Peixoto.

Dias depois, Gondra comunicou à Legação brasileira o desejo do Paraguai de assinar com o Brasil, tratado de livre-comércio idêntico ao que firmara com a Argentina. O acordo argentino-paraguaio, porém, não vigorava, pois não fora apresentado pelos respectivos governos à apreciação dos Congressos dos dois países[722].

Um tratado de livre-comércio com o Paraguai teria diminuta importância para o Brasil, pois do lado brasileiro, faltavam linhas férreas

[718] SOUZA DANTAS para AMARAL, of. res. 1, 1a. sec., Rio de Janeiro, 28.4.1914. AHI, LBPDR, 202-1-3.
[719] BRANDÃO para SOUZA DANTAS, of. res. 8 e 10, 2a. sec., Assunção, 18.7 e 10.9.1916. Idem, MDBAOE, 201-3-8.
[720] BRAY, Arturo. Hombres y épocas del Paraguay. Buenos Aires: DIFUSAM, 1943, v. I, p. 159.
[721] BRANDÃO para SOUZA DANTAS, of. res. 1, 2a. Sec., Assunção, 20.9.1916. AHI, MDBAOE, 201-3-8. Juan Ramón Vidal (1860-1940) foi Governador de Corrientes (1886-1889) e, posteriormente, deputado Federal e senador, por dois mandatos consecutivos, por essa província. WRIGHT, Ione S.; NEKHOM, Lisa M. *Diccionário histórico argentino*. 2. ed. Buenos Aires: EMECÉ, 1994, p. 835.
[722] BRANDÃO para SOUZA DANTAS, of. conf. 3 e res. 3, 2a. Sec., Assunção 13.9.1916. Ibidem.

para entroncar com as paraguaias. Desse modo, o livre-comércio estaria restrito ao sul mato-grossense e o norte do Paraguai, regiões atrasadas, escassamente povoadas e carentes de estradas. O tratado traria, sim, vantagens "de ordem moral e política" para o Brasil[723].

Pimentel Brandão formulou duas explicações possíveis para a iniciativa de Gondra. A primeira era a de que um tratado de comércio com o Brasil induziria à aprovação, pelo Congresso argentino, daquele assinado entre Assunção e Buenos Aires. Afinal, no Legislativo argentino prevaleciam interesses de províncias que pareciam contrariados por tal acordo comercial. Outra explicação, "mais provável", era a de que Gondra, na verdade, estava considerando o fato de vigorar entre Brasil e Argentina a cláusula de "nação mais favorecida". Por estas concessões aduaneiras argentinas a produtos de terceiros países teriam que ser, também, estendidos a seus congêneres brasileiros, inclusive à erva-mate a qual comprometeria a venda desse produto de origem paraguaia no mercado da Argentina. Um acordo comercial brasileiro-paraguaio, como proposto pelo chanceler guarani, inviabilizaria tal reclamação do Brasil em relação a preferências tarifárias argentinas em favor de Assunção[724].

O mercado argentino era importante para as economias paranaense e mato-grossense. A erva-mate desses estados brasileiros ocupara na Argentina espaço de sua congênere paraguaia, o qual, se obtivesse vantagens aduaneiras, poderia recuperar posição[725].

Outro item importante das exportações paraguaias era o gado. Desde 1912, no Paraguai, desenvolveu-se a pecuária e instalaram-se frigoríficos, atividades favorecidas com o aumento de demanda proporcionado pela I Guerra Mundial. Grandes empresas norte-americanas iniciaram a aquisição de terras, valorizando-as, para criar gado, no que foram seguidas pelas empresas de capital anglo-argentino. Por volta de 1920, a exportação de gado em pé e de carne processada constituía 37% das exportações paraguaias, superando a madeira e o tanino (também favorecidos com aumento de demanda e preços, devido àquele conflito), que respondiam por 32,4%; e os agrícolas, que alcançavam 30,2%[726].

---

[723] Idem, of. conf. 3, 2a. Sec., Assunção, 6.11.1916. Ibid.

[724] Id.

[725] Vejam-se os números da importação argentina de erva-mate, em milhares de quilos:

	BRASIL	PARAGUAI
1900	---	8.890.000
1905	---	6.692.000
1909	43.896.782	3.296.300
1910	46.186.423	2.338.461
1915	51.869.235	6.413.593
1918	54.839.450	3.600.416

Não há dados quanto ao Brasil para os anos 1900 e 1905.DEPARTMENT OF COMMERCE - USA, pp. 96-97.

[726] Milda RIVAROLA, pp. 176-177.

A exportação dessas carnes, aliás, levou a Argentina a revelar um aspecto de sua política quanto ao Paraguai, que era o de reduzir ao mínimo a eventual concorrência de produtos paraguaios com seus similares argentinos. Assim, em 1917, um dos frigoríficos instalados no Paraguai começou a exportar carne congelada, mas as autoridades argentinas confiscaram os carregamentos em Buenos Aires, sob pretexto de que violavam os regulamentos sanitários. Como consequência, o Paraguai viu-se obrigado a exportar tipos de carne menos lucrativas, como o charque ou em forma de extrato, enquanto a Argentina reservava para si o mercado desse produto congelado[727].

Cumprindo a promessa feita no discurso de posse, o presidente Franco enviou, no final de 1916, projeto de lei para o Congresso reformando o sistema eleitoral, que foi aprovado. Era uma conquista democrática, pois embora as eleições continuassem indiretas, adotava-se o voto secreto e o sistema de lista incompletas. Por este, a lista de votação apresentada ao eleitor reservava 25% das bancadas da Câmara e do Senado à oposição. Para Pimentel Brandão não se devia esperar muito da nova lei eleitoral, não por suas falhas, mas sim porque as juntas que inscreveriam candidatos seriam compostas exclusivamente de radicais, intolerantes com seus adversários[728].

Graças à reforma eleitoral, representantes do Partido Colorado retornaram, já em 1917, ao Poder Legislativo. A abstenção eleitoral manteve-se bastante alta. Sobre o total de 95.000 eleitores inscritos em fins de 1916, votaram 64% no pleito legislativo de 1917, porcentagem essa que se reduziu a 44,7% nas eleições de 1918 e que alcançou apenas 10% nas de novembro de 1919. Apenas nas eleições gerais de 1921 a porcentagem voltou a subir, com 43% dos eleitores inscritos delas participando e nas quais se repetiram fraudes e violências em vários distritos[729].

No plano financeiro, a *Oficina de Cambio* teve esvaziadas suas reservas em ouro, não resistindo aos "golpes da agiotagem" de bancos que apresentaram enormes somas de papel-moeda para trocar. Quando isso ocorreu, Geronimo Zubizarreta encontrava-se em Buenos Aires para a posse do presidente Hipólito Yrigoyen, nela permanecendo dois meses nessa cidade para negociar empréstimo de 200.000 pesos-ouro com o *Banco de la Nación*, conforme fora acordado anteriormente. O Estado paraguaio, porém, não tinha garantias a dar nesse valor e, por isso, a operação financeira fracassou. O peso-papel paraguaio passou a se desvalorizar

[727] MORA, Frank O. *La política exterior del Paraguay (1811-1989)*. Asunción: Centro Paraguayo de Estudios Sociologicos/ Ediciones y Arte Editora, 1993, pp. 72-73.
[728] BRANDÃO para MÜLLER, of. res. 14, 2a. sec., Assunção, 31.12.1916. AHI, MDBAOE, 201-3-8.
[729] Milda RIVAROLA, pp. 171-173.

continuamente e, agravando a situação, uma praga de gafanhotos e a seca destruíram as colheitas, levando o Paraguai a aumentar suas importações de alimentos[730].

A situação política, sintetizou Pimentel Brandão, era "de absoluto caos". Da "anarquia" das contínuas revoluções passara-se para aquela "das concessões e indecisões de governantes que querem *contenter tout le monde et son père*"[731]. Vivia-se num "ambiente de frouxidão e tibieza", pois o presidente Franco apesar de ser figura enérgica, carecia de preparo e experiência. Nesse contexto, Manuel Gondra e Eduardo Schaerer representavam as verdadeiras lideranças políticas[732].

2 - Brasil e Paraguai se redescobrem

A partir de 1917, a política brasileira em relação ao Paraguai deixou sua passividade, a ponto de o novo chanceler Nilo Peçanha buscar, inclusive, uma alternativa para perdoar a dívida de guerra paraguaia. Do lado paraguaio, os radicais gondristas voltaram suas atenções para o Brasil, visto como alternativa para reduzir a dependência do Paraguai quanto à Argentina.

a) A retomada do interesse brasileiro

Em maio de 1917, finalmente, o Itamaraty enviou para Assunção um ministro Residente e Plenipotenciário, Manuel Cardoso de Oliveira. Coincidentemente, no início desse mês também foi substituído ministro das Relações Exteriores brasileiro. Acusado de germanófilo, Lauro Müller viu-se obrigado a renunciar ao cargo de chanceler, que ocupava desde 1912, em consequência da nova postura do governo Venceslau Brás de pôr fim à neutralidade brasileira na I Guerra Mundial. O novo chanceler, Nilo Peçanha, declarou guerra à Alemanha em 26 de outubro de 1917. Um dos principais objetivos do governo brasileiro, ao se tornar parte do conflito europeu, era o de ter a possibilidade de participar no futuro congresso

[730] Idem.

[731] Expressão que significa tentar contentar a todos; a tradução literal é: satisfazer a todos e ao próprio pai.

[732] BRANDÃO para MÜLLER, of. res. 14 e conf. 1, 2a. sec., Assunção, 31.12.1916 e 30.3.1917. AHI, MDBAOE, 201-3-9. A penúria do governo paraguaio era tal que, em fevereiro de 1917, Assunção estava sem iluminação pública há um mês. Esta fora cortada pela companhia de eletricidade Light & Power, que há cerca de um ano não recebia pelo serviço. Como conseqüência, as noites sem lua eram, segundo Pimentel Brandão, verdadeiras coupe-gorge (degolamento), com os transeuntes sofrendo sério risco de terem suas gargantas cortadas por assaltantes. A falta de energia elétrica ocasionou, ainda, a paralisação do serviço de bondes da capital paraguaia. Idem, of. 6, 2a. sec., Assunção, 7.2.1917. Ibidem.

de paz, para defender interesses do país. Dentre estes, o de "lutar para participar do Conselho Executivo da Liga das Nações ao lado das grandes potências aliadas"[733].

Uma consequência da demissão de Lauro Müller foi a de que Cardoso de Oliveira, estando há apenas dois meses em Assunção, foi transferido para Santiago, no Chile, posto com melhores condições de vida para a representação brasileira no Chile. No curto tempo em que permaneceu no Paraguai, Cardoso de Oliveira concluiu que o Brasil não contava com o apoio de qualquer corrente política local, apesar das demonstrações oficiais de amizade e as cortesias sociais[734].

Cardoso de Oliveira partiu para o Chile em 19 de setembro e sua remoção fugia às regras de cortesia diplomática. De fato, uma partida com tão pouco tempo na função dificilmente ocorreria em relação a um país relevante para política externa do presidente Venceslau Brás. A partida de Cardoso de Oliveira também foi um atentado ao serviço, pois ele sequer esperou a chegada de seu substituto, transferindo a guarda do arquivo e das instalações da Legação aos cuidados do cônsul Mario Azevedo[735].

O novo ministro plenipotenciário brasileiro, Antonio A. de Brienne C. do Nascimento Feitosa, chegou a Assunção no final de outubro de 1917. Era um diplomata experiente, vindo de Petrogrado, e sua primeira comunicação com o Itamaraty foi para reclamar que na Legação tudo faltava, inclusive papel para escrever. Solicitou 200 libras esterlinas para renovar móveis, a bandeira e o escudo nacionais, material que se encontrava "inservível"[736].

Na comemoração da proclamação da República brasileira, Feitosa inovou. Na lista tradicional daqueles a quem deveria convidar faltavam nomes do Partido Colorado, "chamado aqui [de] brasileiro e opositor ao governo". Para evitar ferir suscetibilidades e querendo convidar os oposicionistas, Feitosa, apesar de desaconselhado por colegas do corpo diplomático, publicou um convite geral nos jornais de Assunção. Como resultado, à recepção do 15 de Novembro compareceram vários líderes colorados, para "desilusão" dos liberais governistas[737].

Feitosa tinha opinião própria sobre qual deveria ser a política brasileira com relação a Assunção. No passado, escreveu, aqueles que chegaram ao governo no Paraguai o fizeram não por méritos próprios,

[733] VINHOSA, Francisco Luiz Teixeira. *O Brasil e a Primeira Guerra Mundial*. Rio de Janeiro: Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, 1990, p. 232.
[734] OLIVEIRA para PEÇANHA, of. res. 4, 2a. sec., Assunção, 13.7.1917. AHI, MDBAOE, 201-3-9.
[735] Idem, of. 18, sec. de contabilidade, Assunção, 19.9.1917. Ibidem.
[736] FEITOSA para PEÇANHA, of. 1, gabinete do ministro, e of. s/nº, sec. de Contabilidade, Assunção, ambos de 1.11.1917. Ibid.
[737] Idem, of. res. 14, 2a. sec., 17.11.1917. Ibid.

mas, sim, graças aos auxílios brasileiros, caindo quando estes faltaram, "cedendo poder àqueles sustentados por influência argentina". Raciocinou que o Paraguai, ao ser deixado ao "completo desamparo" pelo Brasil, tornou-se "um simples feudo da Argentina". Para esse diplomata o Brasil deveria se fazer novamente presente no país guarani, mostrando "que somos um povo bastante culto para julgarmos da justiça das nossas aspirações e bastante forte para as manter, premiando os amigos e prejudicando a quem pese". Não se tratava, esclareceu, de intervir na política interna paraguaia, mas sim o Brasil ser respeitado "por aqueles que nos são contrários"[738].

Nos meses seguintes Feitosa preocupou-se com a grande influência argentina no Paraguai. O encarregado do Consulado espanhol em Assunção informou que as representações consulares e diplomáticas da Argentina e do Brasil "rivalizam em inteligência e perseverança em captar as simpatias deste país", gastando, para tanto, grandes somas em recepções e festas[739].

O representante argentino em Assunção, José Cantilo – que viria a ser ministro dos Relações Exteriores da Argentina entre 1938 e 1940 – referia-se à "posição privilegiada" de seu país no Paraguai. Analisava que era o resultado de os dois países manterem estreitas vinculações econômicas, culturais, geográficas e políticas. Considerava que apesar de "o grupo de homens que atua neste governo é francamente amigo de nosso país", não se devia cometer o equívoco do passado de classificar os paraguaios de brasileiristas ou argentinistas. Os homens públicos do país guarani, quando se alinharam com o Brasil, ou com a Argentina, o fizeram visando obter vantagens para seus objetivos políticos internos e "nunca como resultado de uma adesão profunda, pensada e definitiva a um ou outro dos países vizinhos". Tais alinhamentos, conforme Cantilo, decorreram, ainda:

> [da] situação em que temos estado vivendo argentinos e brasileiros, cujo longo mal-entendido, ao colocar frente a frente, nunca lado a lado, as legações nesse país, repercutia na vida interna paraguaia, fatalmente, seus antagonismos, mais aparentes do que reais, obra dos personalismos de dirigentes e de preconceitos individuais antes do que de interesses [diferentes] ou de altos desígnios políticos[740].

[738] Id., of. res. 14, 2a. sec., 17.11.1917. Ibid.
[739] Vice-cônsul da Espanha, assinatura ilegível, Assunção, 30.11.1918. AMAE, Consulados - Paraguay, Legajo 1824.
[740] CANTILO para MURATURE, nota 12, res., Assunção, 21.2.1917. AMRECIC, Guerra de la Triple Alianza, [sic] Cx. 6, Expediente 8.

Tanto era verdade sua análise, argumentou Cantilo, que o ambiente político paraguaio sofreu significativa alteração, estabilizando-se, em consequência de dois fatores externos. De um lado as modificações, "nestes últimos anos", nas relações argentino-brasileiras e, de outra parte, o firme propósito do governo argentino de não deixar que seu território fosse usado por movimentos destinados a perturbar a vida interna do Paraguai. Para Cantilo, a abstenção argentina nas lutas políticas paraguaias não significava, porém, inércia. Tratava-se, sim, de orientar a ação diplomática argentina no Paraguai "no sentido de facilitar cada vez cada vez mais a conquista pacífica e benéfica que faremos nesse país, por obra de nossa expansão em todos os ramos da atividade e da riqueza"[741].

A influência argentina no Paraguai resultava, portanto, da dinâmica regional platina. Nesta, Buenos Aires não só era o grande parceiro comercial, mas também porto obrigatório para conexão do país guarani com as linhas oceânicas de transporte de carga e passageiros e, ainda, referencial cultural obrigatório. A dependência paraguaia da Argentina tinha origem mais no contexto econômico e geográfico platino, do que em uma conivência do governo de Assunção. Ao Brasil, se interessado em reduzir tal dependência, se impunha conectar seu sistema ferroviário com o do Paraguai, de modo a permitir-lhe uma nova saída para o mar. No plano político, a medida brasileira de maior impacto seria a de perdoar a dívida de guerra e o governo brasileiro tomou iniciativa nesse sentido.

Em junho de 1918, Nilo Peçanha informou à Legação em Assunção que se pretendia liquidar a dívida do Uruguai com o Estado brasileiro. Não se desejava, porém, tomar essa medida sem antes resolver a questão da dívida de guerra paraguaia, "peso morto esse que, nada nos tem adiantado, [e] está impedindo [o] progresso dessa república amiga"[742]. Peçanha pensou perdoar essa dívida de forma que também contribuísse para o fim das tensões nas relações entre o Paraguai e a Bolívia e se fosse bem-sucedido, seria uma grande realização da diplomacia brasileira no continente.

A Bolívia perdeu seu litoral no oceano Pacífico, devido à derrota para o Chile na guerra de 1879-1884. La Paz passou a reivindicar, desde então, um porto no rio Paraguai, cuja navegação aliada à do Paraná lhe permitiria alcançar o oceano Atlântico. Diferentes governos bolivianos tinham-se voltado para o leste, reivindicando territórios paraguaios e, a partir de 1904, iniciaram política de ocupação paulatina dessas áreas, nelas

[741] Idem.
[742] EXTERIORES para BRASLEG-A, tel. cifr. 11, Rio de Janeiro, 9.6.1918. AHI, MDBATR, 202-2-1.

fundando postos militares. Esse fato motivou protesto paraguaio em 1906 e, no ano seguinte, em janeiro, com mediação argentina, os representantes dos dois países, o paraguaio Adolfo R. Soler e o boliviano Claudio Pinilla, chegaram a um acordo. Pelo Protocolo que então assinaram, os territórios compreendidos entre os paralelos 20º30′ e as linhas reivindicadas por Assunção ao norte e entre os meridianos 61º30′ e 62º seriam submetidos à arbitragem da Argentina. Enquanto a arbitragem não ocorresse, o *status quo* seria mantido nas áreas litigiosas[743].

A opinião pública paraguaia, incentivada pela oposição, reagiu contra o Protocolo Soler-Pinilla pelo fato de o documento possibilitar eventual concessão territorial. O presidente argentino Figueroa Alcorta, por sua vez, desistiu de ser árbitro, devido à recusa da Bolívia em aceitar laudo arbitral argentino sobre sua fronteira com o Peru. Desse modo, o acordo Soler-Pinilla foi praticamente anulado e, em abril de 1913, assinou-se novo Protocolo, entre o chanceler paraguaio Eusebio Ayala e o ministro plenipotenciário boliviano Ricardo Mujía. Esse documento declarou aquele de 1907 caduco e manteve o *status quo* de ocupação territorial por cada uma das partes. Estabeleceu-se o prazo de dois anos para se chegar a um acordo definitivo, limite de tempo esse prorrogado, sucessivamente, em 1915, 1916, 1917 e, *sine die*, em 18 de junho de 1918[744].

Nesse contexto, Nilo Peçanha levantou a hipótese de que o Brasil poderia perdoar a dívida de guerra do Paraguai se este, por sua vez, concedesse um porto no rio de mesmo nome à Bolívia. Tal concessão, destacou Nilo Peçanha, interessava não só aos bolivianos mas ao "progresso e paz em todo o Continente sul-americano". O representante brasileiro em Assunção colocou-se, inicialmente, contrário a qualquer perdão, "isolado e platônico", daquela dívida, mas logo mudou de ideia. Não que Feitosa acreditasse merecer o Paraguai tal iniciativa, pois o país era um "feudo da Argentina", não havendo simpatias pelo Brasil e o perdão da dívida não alteraria isso, pois os paraguaios acreditavam que jamais seria cobrada[745]. O diplomata viu, contudo, mérito na iniciativa de Nilo Peçanha porque traria prestígio para o Brasil no continente. Seguindo orientação recebida do Rio de Janeiro, Feitosa conversou sobre o assunto com políticos paraguaios, mas de maneira a parecer que eles a propunham, e concluiu que o perdão da dívida nesses termos era viável[746].

---

[743] SEIFERHELD, Alfredo M. *Economia y petroleo durante la Guerra del Chaco*; apuntes para una historia económica del conflicto paraguayo-boliviano. Asunción: El Lector, 1983, p. 87.CARDOZO, Efraím. *Historia del Paraguay independiente*. Asunción: El Lector, 1996, p. 239.

[744] CARDOZO, p. 240.

[745] EXTERIORES para BRASLEG-A, tel. cifr. 11, Rio de Janeiro, 9.6.1918. AHI, MDBATR, 202-2-1. FEITOSA para EXTERIORES, tels. cifr. 22 e 23, Assunção, 12 e 17.6.1918. Idem, 202-1-12.

[746] Id., tels. cifr. 23 e 24, Assunção, 17 e 19.6.1918. Ibid.

A intenção de Nilo Peçanha tornou-se, porém, pública devido a discurso em plenário do deputado federal Maurício de Lacerda, do Rio de Janeiro, criticando a ideia. O pronunciamento repercutiu na imprensa paraguaia, desencadeando violenta campanha contrária à iniciativa de Nilo Peçanha. Como consequência, alertou a Legação brasileira, despertavam-se "velhos ódios e desconfianças infundadas contra nós". "Fonte insuspeita" informou a essa representação que a campanha contrária a esse perdão da dívida de guerra, seguia orientação da Argentina, a qual, por intermédio de seu adido militar, fundara e mantinha um jornal em alemão na capital paraguaia[747]. Enquanto isso, o Brasil não tinha adido militar no Paraguai.

Nilo Peçanha surpreendeu-se com a reação hostil no Paraguai à hipótese que levantara para o perdão da dívida de guerra. Pensava ser clara sua política no Itamaraty, manifestada publicamente, de que longe de buscar dividir, queria aproximar os povos americanos, respeitando as respectivas soberanias e a inviolabilidade de seus territórios. Manifestara suas opiniões sobre tal dívida há mais de um ano, ao representante paraguaio no Rio de Janeiro, sem ter reação negativa. O chanceler brasileiro resolveu não insistir na sua iniciativa; para evitar que seu intuito fosse desvirtuado no Paraguai, aguardaria "que nos falem sobre [o] assunto quando a calma tiver voltado aos espíritos e melhor julgado nosso desprendimento"[748].

O governo paraguaio era, inicialmente, receptivo à ideia de ter a dívida de guerra perdoada em troca de concessão territorial à Bolívia, mas convenceu-se de que seria rejeitada pelo Congresso. Neste, mesmo os chefes do oposicionista Partido Colorado, "que se diz brasileiro", provocaram, na sessão de 29 de julho, tumultos e "pronunciaram-se os mais violentos, injustos e agressivos conceitos sobre [o] Brasil". Foi necessário que o ministro de Relações Exteriores, Eusebio Ayala, esclarecesse ao Congresso os "verdadeiros intuitos" do governo brasileiro, para a situação acalmar-se[749].

O objetivo do Partido Colorado era o de inviabilizar o perdão, pelo Brasil, da dívida de guerra e, assim, impedir o fortalecimento do governo liberal. Essa era a análise do representante brasileiro em Assunção que se mostrou, porém, favorável a persistir o chanceler Nilo Peçanha em sua

[747] Id., tels. cifr. 31 e 32, Assunção, 26 e 30.7.1918. Ibid. Esse adido militar era o coronel Alberto Noailes, que assumiu o cargo no início de maio de 1918. Noailes gozava de prestígio no Estado-Maior argentino e fora educado na Alemanha, do qual era partidário na guerra que se desenrolava na Europa. Em Assunção era muito comentada a propaganda pró-alemã feita por esse adido militar. Id., tel. cifr. urgente 12 e cifr. 23, Assunção, 2.5 e 17.6.1918. Ibid.

[748] EXTERIORES para BRASLEG-A, tel. cifr. 18, Rio de Janeiro, 30.7.1918. Id., MDBATR, 202-2-1.

[749] FEITOSA para EXTERIORES, tels. cifr. 32, 33 e 34, Assunção, os dois primeiros de 30.7 e, o último, de 1.8.1918. Id., MDBATE, 202-1-12.

iniciativa, após o fim da campanha antibrasileira e tranquilizada a opinião pública paraguaia. O adido militar argentino, porém, continuou a pregar, "ostensiva e abertamente", a união de seu país com o Paraguai, ao qual oferecia armas e apoio, na guerra que, dizia, inevitavelmente ocorreria entre a Argentina e o Brasil. Esse adido, informou Feitosa, teria elaborado planos para a invasão de território brasileiro e estava percorrendo todas as zonas militares paraguaias, "partindo agora, novamente, com o chefe do Estado-Maior do Exército [paraguaio]" para a fronteira com o Mato Grosso. O coronel Noiales convencera seus colegas paraguaios de que o Brasil tinha um acordo com a Bolívia e não havia adido militar brasileiro no Paraguai para responder a essa campanha de desinformação[750].

Feitosa recomendou ao Itamaraty que o Brasil perdoasse a dívida de guerra paraguaia. Ressaltou que essa seria uma forma de assegurar a influência brasileira no Paraguai, cujo governo demonstrava boa vontade com o Brasil. Para o diplomata era grave situação, capaz de provocar incidentes "que nos arraste aonde não queremos ir, com as piores consequências"[751]. Nilo Peçanha, contudo, não mudou de postura, preferindo não mais retornar ao tema do perdão da dívida de guerra.

O Paraguai deixou, assim, de livrar-se da dívida de guerra com o Brasil – o perdão somente seria concedido em 1943. Talvez tenha perdido também a oportunidade de evitar a Guerra do Chaco, travada contra a Bolívia entre 1932 e 1936. Nesse conflito os dois países gastaram enormes somas de dinheiro e perderam parte de sua juventude. A guerra e suas consequências não podiam ser previstas em 1918, mas o fato é que a luta política interna paraguaia inviabilizou uma decisão externa que poderia ter sido benéfica para o país.

Relatório do diplomata argentino Carlos Acuña a seu superior Mario Ruiz de los Llanos, Ministro Residente no Rio de Janeiro, registrou a tentativa do governo brasileiro de condicionar o perdão dessa dívida de guerra à concessão paraguaia de um porto à Bolívia no rio Paraguai. Para Acuña a Bolívia era um vizinho que não devia inspirar confiança ao governo argentino, devido a sua "adesão política" ao Brasil. Adesão que, raciocinou esse diplomata, explicava a iniciativa de Nilo Peçanha, finalmente abandonada devido à repercussão negativa que obteve no Paraguai[752].

[750] Idem, tels. cifr. 35 e 36, Assunção, 1 e 5.9.1918. Ibid.
[751] Id, tel. cifr. 36, ibid.
[752] Carlos ACUÑA para o ministro plenipotenciário argentino Mario Ruiz de LOS LLANOS, Relatório "Estrictamente Reservado", Rio de Janeiro, 14.9.1918. AGNA, Archivo del Dr. Victorino de la Plaza - Relaciones Exteriores - Brasil (1822-1918)", VII-4-5-3, pp. 311-336.

O relatório de Acuña respondia, na verdade, a um questionário do Ministério da Guerra argentino, que desejava saber quais seriam os objetivos do Brasil no que se referia à Bolívia, ao Chile, ao Paraguai, ao Peru e ao Uruguai, bem como que motivos poderiam levar a um conflito brasileiro-argentino. Para Acuña, "é inadimissível a possibilidade de uma guerra entre nosso país e o Brasil", embora nas relações entre ambos sempre se devesse considerar a eventualidade de uma séria divergência. Situações "extremas" futuras, motivadoras desse conflito, poderiam ser evitadas ou retardadas, "sempre que ambos [países] mantenham uma política de boa fé e conciliação, como a que atualmente mantêm os dois governos" [753].

De todo modo, para atender ao questionário do Ministério da Guerra de seu país, Acuña especulou sobre a hipótese de guerra entre Argentina e Brasil. Em tal caso, escreveu, os brasileiros contariam com o apoio uruguaio e os argentinos teriam as simpatias paraguaias, estando estas, porém, condicionadas à postura da Bolívia nos acontecimentos. Chile e Peru "hoje são equidistantes" e suas posições dependeriam da "vinculação que tenham seus interesses com cada um dos estados em conflito"[754].

O Itamaraty, de acordo com tal análise, pretendia obter para o Brasil a liderança política na América do Sul. Para tanto, utilizava-se da situação vantajosa criada pelo Brasil por sua participação na I Guerra Mundial como aliado dos Estados Unidos e de países europeus. Ressalvou Acuña que os governantes brasileiros não viam incompatibilidade entre a busca daquela liderança e a amizade com a Argentina[755].

Ressaltou Acuña para o esfriamento na "tradicional amizade" brasileiro-chilena. Iniciado em 1916, em decorrência da diferente postura de ambos os países frente à guerra na Europa, esse esfriamento teria sido confirmado com a ascensão de Nilo Peçanha ao Itamaraty. Esse chanceler teria simpatias "visivelmente mais inclinadas" à Argentina que ao Chile, cujo presidente, por sua vez, também preferia Buenos Aires ao Rio de Janeiro, devido à política de neutralidade de ambos os países naquele conflito. De acordo com essa análise, a política do Itamaraty no que se referia ao Uruguai, ao Paraguai, à Bolívia e ao Peru era clara: "criar entre esses estados e o Brasil elos de ordem econômica e política que destaquem a autoridade da chancelaria brasileira e dando-lhe a influência que ela aspira na política americana"[756].

[753] Idem, ibidem.
[754] Id.
[755] Id.
[756] Id.

O governo do Uruguai, afirmou Acuña, tinha "absoluta identificação política" com o Brasil, devido à orientação implementada no Itamaraty pelo barão do Rio Branco. Quanto ao Paraguai, o Brasil buscara colocá-lo sob sua influência, tendo por base a forte vinculação econômica e política, mas não foi bem-sucedido e, mesmo, se descuidara desse objetivo. Esta centrara sua atenção no Uruguai, fato que, unido às dificuldades de comunicação com o país guarani, coincidiu com o eclipse, na política interna paraguaia, dos "amigos tradicionais do Brasil", os colorados[757].

Não havia, de fato, qualquer perspectiva de ameaça militar brasileira à Argentina. De um lado, e motivo principal, porque desde Rio Branco foi constante na política externa brasileira a preocupação com a manutenção de boas relações com o vizinho. Por outro lado, o Brasil não constituía ameaça militar, pois há duas décadas o Exército brasileiro fora relegado a segundo plano, a ponto de estar, em 1917, "praticamente liquidado como instituição organizada"[758]. No plano naval, a situação não era melhor, com navios e orientação obsoletos, o que "resultou a quase desaparição da Marinha como instrumento de combate e de execução da política externa do Brasil"[759].

A nova realidade política que se vivia na Argentina explica o questionário enviado pelo Ministério da Guerra argentino à Legação do seu país no Rio de Janeiro, bem como a atuação hostil ao Brasil do adido militar dessa nacionalidade em Assunção. Em 1916, pela primeira vez um político não oligárquico, Hipólito Yrigoyen, da *Unión Cívica Radical*, assumiu a Presidência da República Argentina. Expoentes da Argentina liberal, como os presidentes Mitre, Roca e Sáenz Peña tinham implementado uma política externa de aproximação do Brasil. Já a diplomacia de Yrigoyen buscou afastar seu país do vizinho brasileiro. O novo presidente argentino era contrário ao Tratado do ABC e afirmou, oficiosamente, que nada faria para obter sua aprovação por parte do Congresso. De fato, aprovado pelo Senado, esse Tratado foi rechaçado pela Câmara de Deputados. O governo Yrigoyen dissipou, assim, receios dos demais países sul-americanos de que esse acordo trilateral tivesse finalidade hegemônica por parte de seus signatários[760]. Também

[757] Id.
[758] Francisco Luiz Teixeira VINHOSA, op. cit., pp. 161-163.
[759] CALÓGERAS, Pandiá. Problemas de administração, p. 5 apud. idem, p. 165.
[760] MORENO QUINTANA, Lucio M. *La diplomacia de Yrigoyen*: relación técnica, objetiva y documentada de la política internacional argentina durante el gobierno 1916-1922. La Plata: Editorial Inca, 1928, pp. 432-433. SCENNA, p. 301.

dissipou, no governo brasileiro, a esperança de maior cooperação com a Argentina, contribuindo para a retomada do interesse do Brasil pelo Paraguai.

Quando da polêmica em torno da ideia de Nilo Peçanha sobre o perdão da dívida de guerra, o Ministério de Relações Exteriores paraguaio era ocupado por Eusebio Ayala. O senador, Ayala assumiu o cargo de chanceler em janeiro de 1918, em substituição a Manuel Gondra, que fora representar seu país em Washington. A nomeação de Ayala foi bem recebida pela Legação argentina, pois "seria favorável a nossos propósitos de vinculação com esse país e facilitaria nossa ação diplomática no Paraguai". Passado onze meses, contudo, essa representação diplomática viu-se obrigada a apresentar análise menos otimista. Eusebio Ayala foi, então, classificado de "ilustrado, justo e ponderado" e de "contemporizador, um equilibrista", tanto em política interna, quanto na externa. Embora esse chanceler compreendesse a "solidariedade de interesses" nas relações de seu país com a Argentina, mantinha, ainda assim, tanto no plano oficial, quanto no particular, "prudência e cautela próprias de sua idiossincrasia, esfumando-se em uma política um tanto vaga e indefinida"[761].

Essa indefinição era antes aparente do que real. Ela resultava de Eusebio Ayala rejeitar a dependência de seu país com relação à Argentina, mas não ter condições de implementar uma nova orientação externa, o que tentaria fazer quando se tornou presidente Provisório em novembro de 1921. Sua orientação política teria o intuito de reduzir aquela dependência, por meio de uma aproximação com o Brasil e do estabelecimento de um equilíbrio nas relações do Paraguai com esses vizinhos. Em 1918, porém, essa aproximação não era possível tanto por Eusebio Ayala ainda não dispor de força política própria, quanto pelo fato de o Brasil não lhe oferecer alternativas concretas. Com efeito, inexistia contato terrestre entre o Brasil e o Paraguai, que livrasse o comércio exterior paraguaio do asfixiante monopólio de Buenos Aires.

O representante brasileiro em Assunção mantinha excelentes relações com Eusebio Ayala, que não se mostrava "simpático" à Argentina. O Paraguai, porém, "nada pode nem vale sem o consentimento do seu poderoso e autoritário vizinho", pois, no país, "tudo é argentino": as comunicações internacionais e internas; os transportes urbanos; o capital; o comércio..."[762]. No comércio exterior, em 1918, 65% das exportações paraguaias destinavam-se à Argentina, enquanto apenas 0,6% seguiam

[761] CANTILO para chanceler PUEYRREDÓN, notas 2 e 54, conf., Assunção, 11.1 e 29.12.1918. AMRECIC, Legaciones Argentinas en América - Paraguay, caixa 1712.
[762] FEITOSA para PEÇANHA, of. 2, sec. protocolo, e res. 1, 2a. Sec., Assunção, 26.4 e 15.9.1918. AHI, MDBAOE, 201-3-10.

para o Brasil. A insignificância desta porcentagem decorria da falta de meios de transporte entre os dois países[763].

Essa realidade via-se refletida no movimento de entrada de navios no porto de Assunção nesse mesmo ano de 1918. Predominavam, quantitativamente, barcos paraguaios, de cabotagem interna, mas no total da tonelagem dominavam as embarcações argentinas, de grande calado, utilizadas no transporte comercial de carga e passageiros de longa distância . A participação irrisória de navios brasileiros refletia os escassos laços comerciais entre o Brasil e o Paraguai. Veja-se o quadro:

	A MOTOR		A VELA	
	Número	Tonelagem	Número	Tonelagem
Paraguaios	1.439	96.387	1.751	97.912
Argentinos	321	172.163	102	29.919
Uruguaios	17	4.927	12	2.152
Brasileiro	29	5.216	27	7.597
Boliviano	07	974	- - -	- - -[764]

Em 1918 a *Compañia Argentina de Navegación Mihanovich* viu-se frente à possibilidade de sofrer concorrência, quando o material da empresa estatal Lloyd Brasileiro, em Mato Grosso, foi arrendado à Companhia Minas e Viação. Esta assumiu a linha entre esse Estado e Montevidéu, com escala em Assunção. Inexistindo um tratado brasileiro--paraguaio sobre cabotagem fluvial, Feitosa obteve do governo de Manuel Franco autorização especial de livre navegação em seus portos de navios comerciais brasileiros, favorecendo a Minas e Viação[765].

Ao oferecer preços 25% mais baixos, a Minas e Viação forçou a *Compañia Argentina de Navegación* a reduzir seus fretes na mesma proporção e, ainda, a dar bonificação de 5% a 10% a comerciantes que só utilizassem seus navios[766]. Fretes estes que, ainda assim, continuavam superiores aos de sua concorrente brasileira, a qual, porém, operava em desvantagem. Isto porque a Companhia Minas e Viação de Mato Grosso tinha seu mercado potencial restringido por uma lei argentina que proibia o transporte de mercadorias entre seus portos por navios

[763] Severiano Fonseca HERMES, encarregado de negócios interino, para Azevedo MARQUES, ministro das Relações Exteriores, Of. 7, 3a. Sec., Assunção, 19.10.1919. Idem, ibidem.
[764] DEPARTMENT OF COMMERCE - USA, op. cit., p. 120.
[765] FEITOSA para PEÇANHA, of. 1, 2a. sec., Assunção, 30.9.1918. AHI, MDBAOE, 201-3-10.
[766] FEITOSA para AZEVEDO MARQUES, of. 4, 3a. sec., Assunção, 4.8.1919. Idem.

estrangeiros[767]. Além disso, essa empresa brasileira era desorganizada, utilizava navios inadequados para a navegação fluvial, lentos e vítimas de frequentes encalhes. Como consequência, o trajeto entre Buenos Aires e Assunção, que as embarcações da Mihanovich faziam em quatro dias, era realizado em quarenta "ou mais" dias pelos navios da Minas e Viação. Ademais, os funcionários da empresa brasileira, quer os da alta administração, quer os de bordo, não se empenhavam em prestar bons serviços, o que causou a perda das simpatias do comércio assuncenho e do próprio governo paraguaio[768].

Membros do governo paraguaio e comerciantes de Assunção sugeriram a conveniência de o Brasil dispor de uma linha de navegação, "regular e ativa" ligando o Mato Grosso ao Prata com escala em Assunção[769]. O governo paraguaio ansiava pôr fim ao controle argentino de suas comunicações externas. O chanceler Eusebio Ayala estava na expectativa de que com a posse do novo presidente brasileiro, em julho de 1919, o Brasil tomasse alguma iniciativa quanto a esse assunto[770].

Eleito pela segunda vez à Presidência do Brasil, para o quadriênio 1918-1922, Francisco de Paula Rodrigues Alves viu-se impedido de assumi-la, por motivo de doença, falecendo em 18 de janeiro de 1919. Em 15 de novembro de 1918, o Vice-presidente Delfim Moreira da Costa Ribeiro assumiu provisoriamente a Chefia do Estado brasileiro, enquanto se organizava nova eleição presidencial. Domício da Gama, que pertencera a *entourage* de Rio Branco, foi nomeado ministro das Relações Exteriores e procurou atuar por conta própria no Itamaraty. Indispôs-se, assim, com o filho de Rodrigues Alves, diplomata que se apresentava como transmissor do pensamento do pai gravemente doente, dando ordens a Delfim Moreira e a seus ministros. Domício da Gama indispôs-se também com Rui Barbosa, ao inviabilizar sua pretensão de chefiar a delegação brasileira nas conferências de paz de Versalhes e ao desconsiderar suas diretrizes para essas negociações. A antipatia com esses dois personagens, influentes junto à imprensa, levou Domício da Gama a cair em desgraça perante a opinião pública[771].

O caráter provisório do governo Delfim Moreira e a atenção da Chancelaria brasileira voltada para as negociações de Versalhes justificavam a prudência do chanceler paraguaio. Eusebio Ayala informou

[767] DEPARTMENT OF COMMERCE - USA, p. 125.
[768] Severiano da Fonseca HERMES, Encarregado de Negócios, para Domício da GAMA, Ministro das Relações Exteriores, Of. 1, 2a. Sec., Assunção, 19.2.1919. AHI, MDBAOE, 201-3-10. O Ministro Feitosa, em gozo de licença, partiu de Assunção em 10.2.1919.
[769] Idem.
[770] HERMES para GAMA, of. 2, 2a. Sec., Assunção, 11.4.1919. Ibid.
[771] VINHOSA, pp. 188-189, 292-203.

a Fonseca Hermes, à frente da Legação brasileira, que se empenharia, a partir da eleição do novo presidente no Brasil, na construção de estrada de ferro, com capital brasileiro, unindo Iguaçu a Assunção, bem como no melhor aproveitamento do Porto Esperança, às margens do rio Paraguai. Deste porto mato-grossense, destacou Ayala, podia-se alcançar São Paulo e Rio de Janeiro por trem, meio de comunicação rápido e cômodo entre as capitais dos dois países[772]. Tratava-se de um projeto exequível, pois desde 1915 corriam os trens da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil entre Porto Esperança e a cidade paulista de Bauru, onde faziam conexão com as composições das ferrovias Paulista e Sorocabana para chegarem a São Paulo. Desde então, as relações comerciais e culturais de Mato Grosso foram desviadas do Rio da Prata para as capitais paulista e carioca[773].

Ayala comentou com Fonseca Hermes não confiar no governo argentino, ao qual, frisou, seu país não seguia. Acrescentou que a cada "20 solicitações" de Assunção a Buenos Aires, apenas uma ou duas eram atendidas, obrigando a constantes negociações, cuja frequência davam aparência de íntimo e cordial entendimento bilateral, quando, na verdade, se constituíam na própria negação dessa suposta cordialidade. Esclareceu Ayala que quando o Paraguai era mais enérgico ou insistente na defesa de algum direito, logo era vitimado por represálias argentinas[774].

Para Fonseca Hermes o Brasil poderia recuperar posições no Paraguai. O contexto era favorável, devido ao "estado de desgoverno" em que se encontrava a Argentina[775] e "a animosidade e o ressentimento" existentes contra ela entre os paraguaios. Entusiasmado, Fonseca Hermes mostrou-se convencido da "necessidade" de o Brasil dominar o Paraguai econômica e politicamente e via como ponto de partida para tanto o estabelecimento de ligações físicas entre os dois países, para desviar o fluxo comercial paraguaio da Argentina para o Brasil. Este deveria estabelecer com o país guarani linhas de navegação, estradas de ferro e radiotelegrafia, além de conceder-lhe um porto franco nas costas

[772] HERMES para GAMA, of. 2, 2a. sec., Assunção, 11.4.1919. AHI, MDBAOE, 201-3-10.
[773] POVOAS, p. 52.
[774] HERMES para GAMA, of. 2, 2a. sec., Assunção, 11.4.1919. AHI, MDBAOE, 201-3-10.
[775] A oligarquia argentina tivera de abrir espaço político para os setores médios, representados pela Unión Cívica Radical, que elegeu, em 1916, para um mandato de seis anos, Yrigoyen à Presidência da República. Ao chegar ao poder, os radicais anunciaram que iriam tolerar os sindicatos e que as greves não seriam reprimidas. Na Presidência, Yrigoyen, ao contrário de seus antecessores, concedeu audiências a líderes sindicais e encarregou altos funcionários governamentais de arbitrar conflitos trabalhistas. Essa política de abertura conciliatória com os trabalhadores foi frustrada pelo processo inflacionário, causado pela I Guerra Mundial, que renovou as reivindicações sindicais, sucedendo-se as greves em diferentes atividades. ROCK, David. *La Argentina autoritária*; los nacionalistas, su historia y su influencia en la vida pública, 2.ed. Buenos Aires: Ariel, 1993, p. 81.

brasileiras. Lembrou ainda a "conveniência" de se instalar sucursal de banco brasileiro em Assunção[776].

À exceção da ligação ferroviária, jamais estabelecida, as propostas de Fonseca Hermes antecipavam as iniciativas que o Brasil tomaria em relação ao Paraguai a partir de 1941, quando da visita ao país do ditador Getúlio Vargas. A hegemonia brasileira sobre o Paraguai, defendida por esse diplomata, era ideia abandonada há mais de uma década por seus antecessores e pela própria Chancelaria brasileira. Não se tratava, como no passado remoto, anterior à presença de Rio Branco à frente da Chancelaria brasileira, de hegemonia "defensiva", contra o seu exercício pela Argentina. Tratava-se, segundo definição de Fonseca Hermes, de uma presença brasileira "agressiva", um verdadeiro "programa de absorpção política e econômica". Os resultados materiais desse plano viriam posteriormente àqueles de ordem estratégica[777].

O Itamaraty, porém, não se deixou influenciar pelo entusiasmo de seu voluntarioso diplomata. No plano econômico, o limitado potencial de comércio entre Brasil e Paraguai não justificava os gastos da implementação das medidas sugeridas por Fonseca Hermes. Afinal, todo o poder de compra da população paraguaia – de 800.000 a 900.000 pessoas – era equivalente, provavelmente, ao de uma cidade norte-americana de 150.000 habitantes[778].

Essa realidade econômica e a própria transitoriedade do governo Delfim Moreira explicam parcialmente a ausência de entusiasmo do chanceler Domício da Gama com o ambicioso projeto de Fonseca Hermes. Havia, ainda, um fator político, conforme alerta de Domício da Gama sobre o caráter delicado das considerações desse diplomata, por afetarem interesses argentinos, e, mais, por serem baseadas em conversa reservada com Eusebio Ayala, que não representava posição oficial do governo paraguaio. Elogiando o "zelo e [a] diligência" com que Fonseca Hermes cuidava dos interesses brasileiros, esse chanceler recomendou-lhe cautela para:

> não despertar suspeitas de que esse zelo possa representar uma política anti-argentina. Nosso programa deve ser a promoção de melhores relações com o Paraguai, sem que isso signifique oposição à Argentina, que normalmente aí se deve achar no mesmo pé que o Brasil, se seguirmos a velha política amistosa favorável aos interesses comuns das três repúblicas[779].

[776] HERMES para GAMA, of. 2 e res. 1, 2a. sec., Assunção, 11.4 e 1.5.1919. AHI, MDBAOE, 201-3-10.
[777] Idem, of. res. 1, 2a. sec., Assunção, 1.5.1919. Ibidem.
[778] DEPARTMENT OF COMMERCE - USA, p. 143.
[779] GAMA para HERMES, of. res. 3, 2a. sec., Rio de Janeiro, 28.5.1919. AHI, LBPDR, 202-1-4.

Era quase a continuidade da política implementada pelo barão do Rio Branco, pela qual a influência brasileira no Paraguai não valia o preço de comprometer as relações entre Brasil e Argentina. A diferença estava em que, para tanto, Rio Branco se dispunha a aceitar a preponderância argentina sobre o país guarani, enquanto Domício da Gama pensava num equilíbrio de influência de Brasil e Argentina no Paraguai[780].

O entusiasmo voluntarista e a rudeza das análises de Fonseca Hermes levaram à devolução, pelo Itamaraty, de um relatório confidencial seu para ser refeito. Não tinha "cabimento", admoestou Domício da Gama, que nesse documento constassem críticas e comentários negativos à orientação do governo brasileiro no que se referia ao país guarani. Fonseca Hermes refez o relatório, intitulando-o "Dependência do Paraguai para com a Argentina"[781].

Nesse documento apontava-se que o Paraguai se compusera com o neutralismo argentino na I Guerra Mundial, em lugar de ficar do lado dos Aliados, como fizera o Brasil. Afirmava-se que o governo paraguaio obedecia a todas as indicações em questões internacionais que lhes eram feitas pela Chancelaria argentina. O Paraguai, porém, continuava o relatório, parecia querer recuperar sua autonomia externa, mas encontrava-se impotente, com suas comunicações externas em mãos argentinas.

A dependência paraguaia da Argentina seria mais grave em caso de conflito desta com o Brasil. Embora reconhecesse inexistirem tensões que justificassem essa guerra, o relatório especulava que, caso ela ocorresse, o Paraguai não conseguiria manter-se neutro. Para Fonseca Hermes o país guarani, se aliado ao Brasil, teria importante papel nas questões de abastecimento, transporte e comunicações. Se aliado ao "inimigo" argentino, obrigaria o desvio de tropas brasileiras para a fronteira paraguaia. Defendia, então, que o Rio de Janeiro nomeasse um adido militar para a Legação, com a finalidade de obter informações e desfazer preconceitos contra o Brasil no meio castrense paraguaio. A sugestão foi acatada, pois em meados do ano seguinte o capitão Almerio Moura assumiria a função de adido militar brasileiro[782].

---

[780] DORATIOTO, Francisco. A política platina do Barão do Rio Branco in: Revista Brasileira de Política Internacional. Brasília: IBRI, ano 43, n. 2, p. 130-149, dez/2.000.

[781] "Dependencia do Paraguay para com a Argentina", relatório confidencial (12 laudas) anexo ao ofício res. 3, 2a. Ssec., Assunção, 15.7.1919. AHI, MDBAOE, 201-3-10.

[782] FEITOSA para MARQUES, of. res. 1, 1a. sec., Assunção, 15.4.1920. Idem.

b) Gondra: a busca do equilíbrio externo

Em meados de 1920, Brasil e Paraguai tinham novos presidentes. O presidente Franco faleceu em junho de 1919, por problemas cardíacos, causando pesar pois seu governo caracterizava-se "pela honradez administrativa e o altruísmo político"[783]. Foi substituído pelo Vice--presidente, José P. Montero, que permaneceu no poder até 15 de agosto do ano seguinte, concluindo o mandato presidencial. Enquanto isso, no Rio de Janeiro, Epitácio da Silva Pessoa assumiu a presidência em 28 de julho.

O presidente Epitácio Pessoa nomeou Manuel de Azevedo Marques para o cargo de ministro das Relações Exteriores. Desde 1902, foi característica da política externa brasileira ser elaborada pelo titular do Itamaraty, sem que o próprio presidente nela se imiscuísse. Pessoa, porém, ao tornar-se presidente o fazia com o prestígio das vitórias que obtivera como chefe da delegação brasileira nas conferências de paz de Versalhes. O novo presidente buscou estabelecer seu poder também sobre o Itamaraty, de cuja titularidade demitiu Domício da Gama, diplomata de prestígio, para nomear Azevedo Marques, "homem medíocre, apagado que lhe não ofuscaria e, por outro lado, seria um fantoche em suas mãos"[784].

O ministro Nascimento Feitosa reassumiu, no início de 1920, a chefia da Legação brasileira no Paraguai. Esta sofria com a dificuldade de comunicação rápida com o Rio de Janeiro, pois, inexistindo ligação telegráfica entre o Brasil e o Paraguai, os telegramas trocados entre essa representação e o Itamaraty transitavam por linhas telegráficas na Argentina, antes de chegarem a seu destino. Do lado argentino havia a prática deliberada de dificultar tal trânsito, retardando a transmissão dos telegramas à Legação, a qual, no caso daqueles codificados, era obrigada a fazer um trabalho de "quase adivinhação do seu conteúdo, pela troca e erros constantes e premeditados". Fazia-se "urgente" o contato telegráfico direto entre Brasil e Paraguai e o governo Montero estava pronto a proporcionar a concessão a qualquer empresa brasileira que se dispusesse a estabelecê-lo[785].

Enquanto isso, foi implementada lei proposta pelo deputado Eusebio Velázques, "advogado da Cia. argentina Mihanovich". A lei criou um imposto sobre as embarcações estrangeiras que faziam serviço de cabotagem em portos paraguaios, sendo que os barcos com bandeira paraguaia pagariam 50% desse tributo. A lei era dirigida contra o Lloyd

[783] Encarregado de negócios interino espanhol Pérez PAVÓN para o Ministério de Asuntos Exteriores, nota 3, Assunção, 31.7.1918. AMAE, Correspondencia Embajadas e Legaciones - Paraguay, Legajo 1674.
[784] VINHOSA, p. 239.
[785] FEITOSA para MARQUES, of. res. 1, 1a. sec., e 2, 2a. sec., Assunção, 15.4.1920. AHI, MDBAOE, 201-3-10.

Brasileiro e a Cia. Minas e Viação, pois a empresa Mihanovich estava autorizada a navegar também com bandeira paraguaia, quando em serviço de cabotagem. Feitosa responsabilizou as próprias empresas brasileiras pelo ocorrido, pois perderam apoio local devido ao péssimo e irregular serviço que prestavam[786].

Esse era mais um exemplo da influência argentina no Paraguai, a qual, por sua intensidade, provocava, segundo Fonseca Hermes, reações em contrário. Assim, o coronel Adolfo Chirife, ministro da Guerra paraguaio, manifestou a Feitosa o desejo de assistir às grandes manobras que o Exército brasileiro iria realizar em outubro de 1920. Chirife era o militar de maior prestígio no Paraguai, tendo estudado na Escola Militar do Chile e permanecido longo tempo estagiando na Alemanha. Esse coronel era, segundo o representante brasileiro, "nosso amigo", também simpático ao Chile e avesso à Argentina, "cuja influência no Paraguai e, principalmente, no exército ele combate". O governo brasileiro concedeu a autorização pedida por Chirife, mas esse militar acabou não tendo oportunidade de viajar ao Brasil[787].

O ambiente era propício para o Brasil ter um observador militar no Paraguai. Em fins de junho de 1920 o capitão de Cavalaria Almerio Moura assumiu a função de Adido Militar na Legação brasileira. No mês seguinte, em agosto, em ato político e também para demonstrar presença militar brasileira, o monitor Pernambuco entrou na baía de Assunção, para prestigiar a posse do novo presidente da República do Paraguai, Manuel Gondra[788].

Em agosto de 1920 Manuel Gondra assumiu a Presidência do Paraguai. Vindo de Washington e de passagem pelo Rio de Janeiro a caminho de Assunção, já como presidente eleito, Gondra jantou, em 17 de junho, com Azevedo Marques. Este não pôde prestar homenagem de maior vulto, devido a incerteza quanto ao tempo de permanência no porto carioca do navio *Huron*, que transportava o presidente eleito paraguaio. De todo modo, o oficioso Jornal do Commércio noticiou o "jantar íntimo" que o chanceler brasileiro oferecera a Gondra no *Jockey Club*[789].

---

[786] Idem, of. res. 1, 3a. sec., Assunção, 10.1.1920. Ibidem.

[787] Id., of. conf. 1, 2a. sec., Assunção, 28.5.1920. Ibid.Estava certo Nascimento Feitosa em apontar Chirife como avesso à Argentina. O motivo, explicou o representante argentino em Assunção, Laurentino Olascoaga, era que Chirife se educara no Chile e, ao ocupar o Ministério da Guerra e da Marinha, cercou-se de seus amigos pessoais do Exército, coronéis Schenoni e Rojas. Também estes tinham-se formado na academia militar chilena, e, por isso, "no se interesan por el acercamiento á nuestro país". OLASCOAGA para TORELLO, nota 142, res., Assunção, 26.11.1920. AMRECIC, Legaciones Argentinas en América - Paraguay, Cx. 1974.

[788] FEITOSA para MARQUES, of. 17 e 21, Assunção, 8.7 e 27.8.1920. AHI, MDBAOE, 201-3-10.

[789] EXTERIORES para BRASLEG-A, tel. cifr. 29, Rio de Janeiro, 18.6.1920. Idem, MDBATR, 202-2-1. "Notas Diplomáticas" in: *Jornal do Commércio*, Rio de Janeiro, 18.6.1920, p. 5. BN, Micr. PR-SPR-1(421).

De acordo com informe diplomático brasileiro posterior, o presidente Epitácio Pessoa também esteve presente nesse jantar. Três anos depois, em 1923, o chanceler paraguaio Rogélio Ibarra relatou ao Encarregado de Negócios brasileiro, Octávio Fialho, o conteúdo da conversa entre Epitácio Pessoa e Manuel Gondra nesse jantar. Gondra teria exposto, então, que a dívida de guerra entorpecia o desenvolvimento econômico paraguaio, pois, ao amedrontar os banqueiros estrangeiros, inviabilizava esforços de seu país para conseguir créditos no exterior. O presidente brasileiro respondeu, segundo Ibarra, estar disposto a promover iniciativas para chegar-se a uma liquidação honrosa dessa questão[790].

As relações de Gondra com a Legação brasileira, nos anos anteriores, tinham sido respeitosas, mas despidas de cordialidade. Esta situação mudou com sua posse na Presidência e já em 21 de agosto Gondra visitou essa representação diplomática para agradecer a Embaixada Especial do Brasil à sua posse, chefiada pelo próprio Feitosa e da qual fez parte o monitor *Pernambuco*. O novo presidente pediu que se transmitisse a Epitácio Pessoa o seu "penhor" e "acrescentou que terá sempre presente ideia traçada com V.Exa. aí para cuja realização não poupará esforços"[791].

A documentação diplomática brasileira e, principalmente, argentina, enviada de Assunção, demonstram que Manuel Gondra, durante sua segunda gestão presidencial, reorientou a política externa paraguaia. Ao que tudo indica essa alteração foi acertada com o governo brasileiro, no encontro entre Gondra e Epitácio Pessoa no Rio de Janeiro, em 1920.

Em fins de maio de 1921, o representante argentino em Assunção, Laurentino Olascoaga, estava convencido de que o objetivo da política exterior gondrista não era o de estreitar as relações com a Argentina, mas, sim, de compensar a influência desta promovendo uma maior aproximação com o Brasil. Gondra, acreditava o diplomata, buscava uma posição de equilíbrio de seu governo nas relações com Argentina e Brasil, o que seria uma garantia ao Paraguai contra eventuais pretensões de qualquer um dos dois[792].

A política exterior gondrista era pragmática, buscando posicionar o país em ponto de equilíbrio entre a Argentina e o Brasil. Assim, quando o presidente Yrigoyen propôs-se a perdoar a dívida de guerra paraguaia, Gondra recusou-se a tratar do assunto de forma bilateral, sem que o Brasil

[790] FIALHO para PACHECO, of. res. 1, gabiente do ministro, Assunção, 27.6.1923. AEBAOE, Ano 1923.
[791] FEITOSA para MARQUES, tel. cifr. 73, Assunção, 21.8.1920. AHI, MDBATE, 202-1-13.
[792] OLASCOAGA para chanceler Horacio PUEYRREDÓN, nota 111, conf., Assunção, 31.5.1921. AMRECIC, Legaciones Argentinas en América - Paraguay, Cx. 2013.

tomasse idêntica atitude. A busca daquele equilíbrio era apoiada por importantes políticos radicais, como José Guggiari, Eligio Ayala, Ramon Lara Castro e vários deputados, a maioria eleitos graças ao apoio do próprio Gondra[793]. Este contava, ainda, com o apoio de Eusebio Ayala, que fora convidado para chefiar o Ministério de Relações Exteriores. Ayala, porém, logo renunciou ao cargo, para poder dedicar-se a assuntos comerciais, assumindo a direção de um dos frigoríficos norte-americanos instalados no Paraguai[794]. A Chancelaria paraguaia passou, então, a ser ocupada por Rogélio Ibarra, o qual, nos anos posteriores, como se verá no próximo capítulo, demonstrou ser um adepto da política externa gondrista, de equilíbrio entre Argentina e Brasil.

Ao recusar-se a tratar com Yrigoyen, Gondra tinha esperanças de que também o governo brasileiro concederia o perdão da dívida de guerra. Baseava-se, para tanto, na promessa que o presidente Epitácio Pessoa lhe teria feito, quando do encontro de ambos em 1920[795]. Contudo, o presidente brasileiro não tomou qualquer medida nesse sentido.

Também no plano comercial, a orientação da administração gondrista era, segundo Laurentino Olascoaga, a de reduzir a presença argentina, aumentando os vínculos do Paraguai com os Estados Unidos e o Brasil. Para tanto, Gondra empenhou-se em prolongar as ferrovias paraguaias, de modo a conectar uma delas com o sistema ferroviário do Brasil e alcançar, assim, um porto brasileiro, livrando o comércio exterior de seu país da dependência de Buenos Aires. Aqueles vínculos eram apoiados por Eusebio Ayala, ligado profissionalmente a interesses norte-americanos no Paraguai, e que sofria oposição do ex-presidente Eduardo Schaerer. Este, segundo Olascoaga, tanto em política interior, quanto na exterior, defendia que se seguisse a Argentina[796].

Essa divergência no radicalismo não se restringiu à orientação exterior do país, mas à própria administração pública. De um lado estavam os partidários do ex-presidente Eduardo Schaerer, aos quais também haviam aderido ex-jaristas e alguns liberais cívicos, e que contavam com o apoio do Exército, da Igreja e parte do campesinato rural, controlado por chefes políticos locais. De outro lado havia os

[793] Idem.
[794] FEITOSA para MARQUES, of. 25, 2a. sec., Assunção, 26.10.1920. AHI, MDBAOE, 201-3-10.
[795] FIALHO para Félix PACHECO, ministro das Relações Exteriores, of. res. 1, Gabinete do Ministro, Assunção, 27.6.1923. AEBAOE, Ano 1923.
[796] OLASCOAGA para PUEYRREDÓN, nota 111, conf., Assunção, 31.5.1921. AMRECIC, Legaciones Argentinas en América - Paraguay, Cx. 2013.

seguidores de Manuel Gondra, aos quais aderiam parte dos liberais cívicos, com base urbana e com contatos com o movimento sindical de Assunção e aos quais aderiram outros liberais cívicos[797].

Antes de tomar posse, Manuel Gondra solicitou ao governo argentino a doação de seis mil toneladas de farinha de trigo, para minimizar a fome que grassava nos setores mais pobres da população paraguaia. A essa altura, nem Buenos Aires, nem seu representante em Assunção, sabiam das intenções do futuro presidente paraguaio de redirecionar a política externa de seu país. Reorientação esta que pode ter sido, inclusive, estimulada pela recusa argentina de atender àquele pedido, cedendo apenas duas mil toneladas de trigo sem moer.

A recusa provocou irado protesto do próprio representante argentino em Assunção. Olascoaga argumentou que a economia paraguaia era precária e dependente da Argentina. Por esse motivo a política argentina com o país guarani não poderia se pautar pelos mesmos parâmetros de política destinados a outros Estados. Para esse diplomata, embora se devesse respeitar a soberania paraguaia, era "indispensável" atuar no país "como se fosse uma província nossa". Por esse motivo, defendia a doação da farinha de trigo[798].

Havia "má vontade" por parte da população paraguaia em relação à Argentina e essa "obra de malquerença" interessava principalmente ao Brasil. Esse sentimento, afirmou Olascoaga, decorria da indiferença argentina em melhorar o transporte fluvial. Argumentou o diplomata que a fome que assolava o Paraguai somente poderia ser amenizada com a doação de pão pela Argentina e que aquela recusa seria interpretada como mais um ato de má vontade de Buenos Aires para com o país guarani. Olascoaga acusou seu próprio governo de, ao doar trigo e não farinha, agir influenciado pelos moinhos paraguaios, que lucrariam com a moagem. Solicitou, então, o envio adicional de duas mil toneladas de farinha de trigo, além da quantidade de grãos já prometida[799].

Essa solicitação foi transmitida ao Ministério da Fazenda argentino que, em resposta, lembrou a existência de proibição para exportação de farinha de trigo argentina; apenas a exportação de grãos era permitida. Também argumentou que não seria "prudente" enviar qualquer quantidade de farinha de trigo ao Paraguai, quando a oferta desse produto mal atendia a demanda interna argentina. Foi recusado, ainda, o pedido do governo Gondra para que se adiantasse a doação de duzentas toneladas de trigo,

[797] RIVAROLA, p. 225.
[798] OLASCOAGA para Pablo TORELLO, nota 122, conf. res., Assunção, 30.10.1920. AMRECIC, Legaciones Argentinas en América - Paraguay, Cx. 1974.
[799] Idem.

com vistas a aproveitar a oportunidade da presença, no porto de Rosário, do vapor paraguaio *Arapey*. Quase simultaneamente, o governo argentino informou que o momento não era "propício" ao Paraguai para negociar um empréstimo de dez milhões de pesos argentinos na praça bonaerense, como insinuara Gondra[800]. Frente à falta de respostas positivas argentinas para os problemas urgentes de seu país, o presidente paraguaio acelerou a busca de uma alternativa internacional, vendo-a no Brasil.

Em novembro de 1920, Modesto Guggiari assumiu a função de ministro plenipotenciário do Paraguai no Brasil e, para fazê-lo, rejeitou a pasta de Relações Exteriores. Sua ida para o Rio de Janeiro, destacou Feitosa, era uma prova de que Guggiari e Gondra julgavam ser o momento de o Paraguai resolver seus "problemas vitais", aproximando-se do Brasil, "independizando-se da opressão [da Argentina]". Feitosa solicitou ao Itamaraty apoio a Guggiari, por ser ele "um bom amigo nosso" e, ainda, por se constituir em uma "excelente oportunidade para readquirirmos a nossa influência no Paraguai"[801].

As iniciativas do governo Epitácio Pessoa comprovam ter sido sua política aumentar a influência brasileira no Paraguai. No início de 1920, as autoridades paraguaias manifestaram o interesse de ter um professor brasileiro lecionando Fisiologia na única Faculdade de Medicina do país. Para Feitosa, seria vantajoso ao Brasil enviar esse professor, não só por influenciar a juventude local, como também para fazer propaganda dos produtos dos Institutos Butantã, de São Paulo, e Osvaldo Cruz, do Rio de Janeiro. Ademais, todas as obras de saneamento básico de Assunção estavam por ser realizadas e a presença do médico brasileiro também nesse aspecto seria benéfica[802].

O Itamaraty esforçou-se por encontrar tal professor. Não se apresentaram, porém, candidatos e o governo brasileiro para obter alguém para o cargo mostrou-se disposto a oferecer um adicional à remuneração paga pela Faculdade paraguaia[803]. O Dr. Edgard Roquette Pinto, médico e professor de Biologia da Faculdade de Filosofia e Letras do Rio de Janeiro, aceitou a oferta. Ele fez visita preliminar a Assunção, onde o governo paraguaio, por sugestão da Legação brasileira, chegou a doar terreno

[800] Domingo SALABERRY, ministro da Fazenda, para TORELLO, nota 172, res., Buenos Aires, 24.11.1920. AMRECIC, Legaciones Argentinas en América - Paraguay, Cx. 1974. Pedro SAGUIER, representante paraguaio na Argentina, para TORELLO, Buenos Aires, 3.12.1920. Idem. OLASCOAGA para TORELLO, notas 141, Res., e 152, Conf., Assunção, 26.11 e 9.12.1920. Id.SALABERRY para TORELLO, "APC", Buenos Aires, 22.12.1920. Id.

[801] FEITOSA para MARQUES, tel. cifr. 66, Assunção, 31.7.1920. AHI, MDBATE, 202-1-13.Idem, of. 29, protocolo, Assunção, 13.11.1920. Idem, MDBAOE, 201-3-10.

[802] Id., tels. cifr. 10, 13 e 16, Assunção, 22.1; 14.2; 10.3 e 24.3.1920. Id., MDBATE, 202-1-13.

[803] EXTERIORES para BRASLEG-A, tel. cifr. 3 e s/nº, Rio de Janeiro, 28.2 e 12.3.1920. Id., MDBATR, 202-2-1. FEITOSA para MARQUES, tel. cifr. s/nº, Assunção, 24.3.1920. Id., MDBATE, 202-1-13.

para instalar sucursal do Instituto Osvaldo Cruz. Sobre esta iniciativa o Itamaraty não havia sido consultado e, por não dispor de verba para implementar a sucursal, o projeto foi inviabilizado. Em 4 de setembro de 1920 o governo paraguaio assinou o contrato desse professor o qual, porém, manteve "inexplicável silêncio" quanto a sua volta ao país guarani. Roquette Pinto, invocando motivo de doença desistiu, em fevereiro de 1921, de assumir o cargo na Faculdade de Medicina paraguaia[804].

Houve um mal entendido – que a documentação pesquisada não esclareceu – entre o governo Gondra e Roquette Pinto, em torno do cumprimento das condições do contrato. O ministro de Relações Exteriores paraguaio, inclusive, comunicou à Legação brasileira que seu governo não tivera intenção de magoar Roquette Pinto e desejava sua volta. Tal não se deu e o Itamaraty, meses depois, em novembro de 1921, chegou a propor um substituto, mas a essa altura a Faculdade de Medicina já contratara um professor europeu[805].

Outra iniciativa do Brasil para aumentar sua influência no Paraguai deu-se na área militar. Como visto, logo no início da administração de Epitácio Pessoa, foi nomeado um adido militar brasileiro em Assunção. Este criou condições para o envio, em fevereiro de 1921, do primeiro militar paraguaio ao Brasil: Emilio Nudelman foi cursar a escola de aviação do Exército brasileiro[806].

Em meados desse mesmo ano, o governo brasileiro pediu e obteve o apoio do Paraguai para a eleição de Ruy Barbosa para a Corte Internacional de Justiça, na Holanda. Ressaltou o chanceler Ibarra que tratava de uma deferência especial do presidente Gondra ao Brasil, pois Rui Barbosa, em diversas ocasiões, havia manifestado opiniões contrárias ao país guarani, ao atuar como advogado dos brasileiros portadores de títulos de dívida de guerra paraguaia[807].

Em outubro de 1921, Samuel de Souza Leão Gracie, novo encarregado de negócios brasileiro, relatou as divergências entre as duas correntes liberais radicais, lideradas por Eduardo Schaerer e pelo ministro do Interior José P. Guggiari. Gondra resistira a se candidatar à

[804] FEITOSA para MARQUES, tels. cifr. 22, 29, 42, 48 e 78, Assunção, 2 e 13.4; 13.5; sem data (2ª quinzena de maio) e 4.9.1920 e tel. cifr. 15, 6.4.921. Id. EXTERIORES para BRASLEG-A, tels. cifr. 12; 20; 41, Rio de Janeiro, 27.3; 19.4 e 27.8.1920 e tel. 11, 11.41921. Id., MDBATR, 202-2-1.

[805] FEITOSA para MARQUES, tel. cifr. 80, Assunção, 29.11.1921. Id., MDBATE, 202-1-13.

[806] Idem, of. 1, procotocolo, Assunção, 15.2.1921. Id., MDBAOE, 201-3-10.

[807] Samuel de Souza Leão GRACIE para MARQUES, of. res. 4, protocolo, Assunção, 25.6.1921. AHI, MDBAOE, 201-3-10.

Presidência e o fizera com o apoio unânime dos radicais e "rodeado de respeito e confiança de todos os paraguaios". Seu governo foi constituído com "schaeristas" e "guggiaristas". José P. Guggiari era "jovem, ativo e inteligente" e sua facção estava convencida da necessidade de inaugurar novas práticas políticas e administrativas no Paraguai, buscando alcançar, altos cargos da administração. Tal fato não passou despercebido "ao astuto senador Schaerer", que, derrotado nas eleições partidárias, permaneceu com minoria na Comissão Central do Partido Liberal. Acusou, então, Guggiari de abuso de poder e exigiu sua demissão[808].

O presidente Gondra conseguiu que os "guggiaristas" ignorassem o resultado da eleição partidária e aceitassem representação paritária naquela Comissão Central. No acordo para tanto, Gondra prometeu uma reorganização do Ministério, a qual, porém, postergava, frustrando as esperanças dos schaeristas quanto ao afastamento de José P. Guggiari[809]. Essas lutas políticas intestinas no radicalismo liberal custariam a Gondra a Presidência da República.

José de Paula Rodrigues Alves assumiu o cargo de ministro residente do Brasil em Assunção em 21 de outubro de 1921. Dias depois, em 28, ao apresentar suas credenciais ao presidente Gondra, discursou defendendo os princípios de não intervenção nos assuntos internos de outros países e o respeito às soberanias alheias. O fez para eliminar a "ideia absurda" de que havia o perigo de anexação do Paraguai por seus vizinhos e, mais, "acalmar espíritos ainda não afeitos à ideia de paz e concórdia que necessitam todas as nações"[810].

No dia seguinte, Schaerer exigiu a modificação do Ministério de Gondra, com a demissão de José P. Guggiari. Gondra recusou-se em fazê-lo e buscou, inutilmente, conciliar as duas correntes radicais. Schaerer sublevou o quartel da polícia na capital e Gondra, "que não é homem de combate, educado na escola cômoda que aconselha a prudência ali onde deve haver energia serena", retirou-se para sua casa. Sem tropa capaz de opor-se à Polícia sublevada, Gondra renunciou, pela segunda vez, à Presidência do Paraguai[811].

---

[808] Idem, of. res. 10 e 11, Seção da América, Assunção, 5 e 11.11.1921. Ibidem.
[809] Id.
[810] Id., of. 20, protocolo, Assunção, 29.19.1921. Ibid.
[811] Id., of. res. 11, Seção da América, Assunção, 11.11.1921. Ibid. Segundo o general Amancio Pampliega, cadete em 1921, Schenoni teria dito a Gondra que poderia mobilizar a Escola Militar na defesa da legalidade. Gondra, porém, respondera que "estos muchachos están recibiendo educación y no es el caso de sacrificarlos en esta cuestión". PAMPLIEGA, Amancio. *Fusil al hombro*. 2. ed., Asunción: Ediciones NAPA, 1983, p. 40.

Schaerer envolvera Chirife e o convencera de que, para o golpe contra Gondra ser bem-sucedido, não era necessário que o Exército se sublevasse, mas, sim, que se mantivesse neutro[812]. Um grupo liberal, do qual fazia parte José P. Guggiari, protestou contra a deposição de Gondra, atribuindo-a, em feliz classificação, a "civis sem moral e a militares sem honra"[813].

O Congresso estava em recesso e Manuel Gondra baixou decreto transferindo o poder para o vice-presidente Félix Paiva[814]. O governo brasileiro instruiu Rodrigues Alves a guardar "vigilante reserva" quanto ao ocorrido. Segundo essas instruções a renúncia de Gondra, independente de sua causa, seguira as normas constitucionais. A Legação brasileira deveria aguardar que o Congresso paraguaio se pronunciasse sobre o novo chefe de Estado, legalizando a situação interna do país e permitindo a constituição de um governo estável[815].

Ocupando provisoriamente a Chefia do Estado paraguaio, Félix Paiva teve dificuldades em organizar o Ministério. A situação política complicou-se, opondo-se as correntes lideradas por Gondra e Schaerer e o coronel Chirife ameaçou ocupar o poder caso as facções liberais não chegassem a um acordo. A iminência de uma ditadura militar levou os políticos a encontrarem uma solução, com Gondra propondo e Schaerer aceitando que o Vice-presidente também renunciasse. O Congresso indicaria, então, conforme determinava a Constituição, um presidente provisório, o qual, por esse acordo, seria o senador Eusebio Ayala, quem organizaria nova eleição presidencial. Ayala era, nas palavras de Rodrigues Alves, "um sincero e velho amigo do Brasil e goza de alta reputação [de] todos os meios políticos"[816].

---

[812] URIZAR, t. II, p. 411.

[813] Apud. RIVAROLA, p. 226.

[814] Rodrigues Alves enviou o Secretário Gracie para visitar o ex-presidente, saber de sua opinião sobre o ocorrido e oferecer-lhe assistência, caso sentisse sua integridade física ameaçada. Gondra afirmou que renunciara para evitar luta e derramamento inútil de sangue, pois não encontrara o apoio esperado nas Forças Armadas. ALVES para MARQUES, tel. cifr. 65, 31.10.1921. AHI, MDBATE, 202-1-13.

[815] EXTERIORES para BRASLEG-A, tel. cifr. s/nº, Rio de Janeiro, 8.11.1921. Idem, MDBATR, 202-2-1. Desde então, e até sua morte, em 1927, Manuel Gondra não ocupou cargo político no Paraguai, embora mantivesse liderança política respeitável. No plano externo, foi o Delegado Plenipotenciário do Paraguai na Quinta Conferência Pan-americana, ocorrida no Chile entre 25 de março e 3 de maio de 1923. Na 15ª sessão plenária dessa Conferência, foi aprovada a convenção intitulada "Tratado para evitar ou prevenir conflitos entre os Estados Americanos", mais conhecido como Tratado Gondra, em homenagem a seu autor.

[816] ALVES para MARQUES, tel. cifr. 69, Assunção, 4.11.1921. Idem, MDBATR, 202-2-1. Comunicação do capitão MOURA, adido militar, para o Ministério da Guerra, transmitida por ALVES para EXTERIORES, Tel. Cifr. 70, Assunção, 5.11.1921. Id., MDBATR, 202-2-1.

3 - A reaproximação brasileiro-paraguaia

Em 1922 e 1923, o Paraguai viveu nova guerra civil. O Itamaraty, dando continuidade à tradição iniciada por Rio Branco, permaneceu neutro no conflito interno, embora fosse simpático ao governo paraguaio. Nesses anos, ficou configurada a reaproximação entre Brasil e Paraguai.

a) Eusebio Ayala: "tendências amistosas" com o Brasil[817]

Conforme o combinado entre Gondra e Schaerer, em 7 de novembro de 1921 o Congresso paraguaio elegeu Eusebio Ayala presidente provisório. Ayala recebeu respostas negativas a convites para participar do seu Ministério por parte de homens "de mais prestígio e responsabilidade". A composição ministerial não agradou os schaeristas, descontentes por serem minoritários nessa instância de governo, nem gondristas, muitos dos quais preferiram ir para a oposição[818].

O ministro do Interior era Rogélio Ibarra, um "jovem inteligente" e amigo pessoal de Schaerer, mas que permanecera leal a Gondra. Na opinião de Rodrigues Alves, Ibarra devia sua inclusão no governo ao fato de ser cunhado do presidente provisório. O chanceler era Alejandro Arce, chefe de Polícia do governo anterior e único auxiliar de Gondra que tentou reagir ao golpe, sendo, por isso, preso. Já no Ministério da Fazenda continuou Eligio Ayala, uma das maiores autoridades financeiras do Paraguai e chefe de uma das alas dos liberais radicais. A estratégica Pasta da Guerra, por sua vez, foi ocupada pelo coronel Manuel Rojas, formado na academia militar chilena e que também estudara na Alemanha. Esperava-se que sua nomeação fosse garantia de paz para o novo governo. Ressalvou, porém, o representante brasileiro que essa mesma garantia se esperara do coronel Chirife, o qual, porém, manteve-se inerte no golpe contra Gondra[819]. Chirife, aliás, foi transferido pelo presidente Eusebio Ayala para o comando da II Zona Militar, em Paraguarí.

Para a Legação brasileira o descontentamento com o Ministério de Eusebio Ayala poderia causar nova revolução. Rodrigues Alves temia, com razão como demonstrariam os fatos, que o Paraguai "tenha [se]

[817] ALVES para MARQUES, of. res. 13, 2a. sec., Assunção, 22.11.1921. Id., MDBAOE, 201-3-10.
[818] Idem, of. res. 11, protocolo, Assunção, 10.11.1921. Id.
[819] Id.

enveredado novamente pelo caminho dos movimentos armados, de que estava livre há quase dez anos"[820].

Em meio a esses acontecimentos, e ainda sem a certeza de que Eusebio Ayala se imporia como chefe de Estado, o Corpo Diplomático credenciado no país reuniu-se, em 9 de novembro, para deliberar uma posição comum. Na ocasião, o representante argentino, Laurentino Olascoaga, opôs-se ao reconhecimento da nova situação, posição que comunicou antecipadamente a seu colega brasileiro. Nesta oportunidade Rodrigues Alves respondeu que, em obediência às instruções do Itamaraty de não intervir nos assuntos internos do país, a Legação brasileira reconheceria o novo governo caso o Legislativo paraguaio legitimasse o golpe. Na reunião do Corpo Diplomático, a posição de Rodrigues Alves em favor do reconhecimento acabou por ser aceita e Olascoaga "foi forçado, se bem que a contragosto, a adotar a nossa opinião"[821].

Rodrigues Alves foi recebido em audiência por Eusebio Ayala em 21 de novembro. Este era um político moderno, "educado na escola do trabalho", vinculado aos setores comercial e produtivo do Paraguai. O grande frigorífico norte-americano do qual Eusebio Ayala fora administrador, pertencente à "International Products Corporation", com sede em Nova Iorque, fora obrigado a encerrar suas atividades, devido "às exigências absurdas e restrições" que a Argentina impusera para a entrada de carne paraguaia em Buenos Aires[822]. Ninguém melhor, portanto, que o presidente provisório para compreender que a dependência da Argentina era um obstáculo ao desenvolvimento do Paraguai.

Eusebio Ayala, escreveu Rodrigues Alves, "é conhecido por suas tendências amistosas vis-à-vis do Brasil". No encontro com o diplomata, Ayala falou "com entusiasmo" sobre o projeto de uma estrada de ferro ligando Assunção a Santos, em São Paulo. Com ela o Paraguai seria colocado em contato com um centro comercial, industrial, bancário e universitário, como o era a capital paulista, e, ainda, contaria com um porto "magnífico". Ponderou o presidente que embora essa ligação ferroviária, de 1827 quilômetros, superasse em quase 300 quilômetros, a alternativa Assunção-São Francisco (em Santa Catarina), seu custo seria menor, posto que o porto de São Francisco deveria ser aparelhado, enquanto o de Santos estava em pleno funcionamento. Já os jornais assuncenhos "não se cansam de bendizer a ideia ferroviária que nos ligará em tempo não remoto às margens do Paraguai"[823].

[820] Id.
[821] Id., of. conf. 1, 2a. sec., Assunção, 18.11.1921. Ibid.
[822] Id., of. res. 13, 2a. sec., Assunção, 22.11.1921. Ibid.
[823] Id., ibid.

Nesse encontro do dia 21, Ayala demonstrou distanciamento da Argentina. Um exemplo foi seu comentário acerca das restrições que Buenos Aires impusera à importação de carne brasileira. Afirmou que o Paraguai fora pressionado pelo governo argentino a seguir essa medida que, tomada sob a justificativa de existir febre aftosa no Brasil, decorria, na verdade, do fato de a Argentina querer livrar-se de uma concorrência incômoda[824].

As relações do Brasil com o Paraguai avançavam inclusive no plano militar. O Ministério da Guerra paraguaio resolveu enviar para o Brasil mais dois sargentos para cursar a Escola de Aviação Militar, no Rio de Janeiro, que se juntariam a Emilio Nudelman que lá se encontrava desde o ano anterior. Argentina e Chile, enquanto isso se esforçavam para atrair à suas escolas militares alunos paraguaios. Faziam-no por saberem que estes, ao retornarem a seu país, seriam "elementos permanentes e às vezes decisivos nas relações internacionais do Paraguai"[825].

O aumento de demanda pela escola brasileira resultava de a maioria dos paraguaios suspeitar de que, os acidentes mortais com três de seus aviadores que estudavam na Argentina, haviam sido provocados. O representante brasileiro escreveu que se esses militares-estudantes paraguaios sofressem algum acidente no Brasil, "a desconfiança natural deste povo não tardaria em nos julgar do mesmo modo que aos argentinos"[826].

Em dezembro de 1921 e tal qual seus antecessores, Rodrigues Alves viu-se obrigado a tratar do "estado de quase abandono", pelo Brasil, da navegação dos rios Paraná e Paraguai. Esta continuava monopolizada, do lado argentino, pela *Compañia Argentina de Navegación* e, do lado brasileiro, pela Companhia Minas e Viação de Mato Grosso. A empresa brasileira, porém, prestava serviços insatisfatórios, "expondo à ruína o material que, em hora de infeliz inspiração, lhe foi cedido pelo Lloyd Brasileiro". A Minas e Viação dispunha de três navios para fazer o serviço de carga entre Corumbá e Montevidéu, que se bem operados poderiam ser de grande utilidade, "mesmo quando se encontre construída nossa ligação ferroviária com o Paraguai". Essa companhia tinha seis navios pequenos parados, talvez inutilizados, em Corumbá e abandonara a rota para Cuiabá. Desleixada, a Minas e Viação perdeu contratos em Assunção

[824] Id., of. res. 13, 2a. sec., Assunção, 22.11.1921. Ibid.

[825] Id., of. res. 15 e 36, 2a. Sec., Assunção, 12.12.1921 e 8.5.1922. Ibid. Emilio Nudelman acabou por prorrogar em um ano sua permanência na Escola de Aviação Militar, para curso de aperfeiçoamento. Em cartas a colegas e amigos em Assunção, Nudelman demonstrou contentamento pelo tratamento que lhe dispensavam no Rio de Janeiro, fato este que, de acordo com Rodrigues Alves, contribuíra para a melhoria das relações de amizade entre Brasil e Paraguai. Cf. of. 36.

[826] Id., of. res. 15, 2a. sec., Assunção, 12.12.1921. Ibid.

e teria sido obrigada a suspender suas atividades não fosse o zelo de seu gerente nessa cidade, Américo Arce, irmão do ministro de Relações Exteriores do Paraguai[827].

A precariedade do serviço fluvial do Brasil no Prata levou o governo brasileiro a tomar uma atitude. Em maio de 1922, o Itamaraty informou a Rodrigues Alves que o Lloyd Brasileiro iria iniciar uma viagem mensal para passageiros e outra para carga entre Montevidéu e Corumbá, com escala em Assunção. A empresa estatal criaria também uma linha entre Porto Esperança e Corumbá e outra entre Corumbá e Puerto Suárez, na Bolívia, para facilitar o comércio brasileiro na região[828].

O governo Epitácio Pessoa tomava, na verdade, medidas para estreitar as relações do Brasil com a Bolívia e o Paraguai. Em importante decisão de política externa, Epitácio Pessoa sancionou lei do Congresso brasileiro autorizando a ligação ferroviária e telegráfica do Brasil com esses dois países. A ligação ferroviária Assunção-Santos provocava desconfiança na Argentina, que espalhava o boato da impossibilidade de sua construção, devido à crise financeira brasileira. Esta ferrovia permitiria o acesso dos produtos manufaturados brasileiros ao mercado paraguaio "e quiçá mesmo nos das Províncias de Corrientes, Entre Ríos e Paraná", o que não interessava a Buenos Aires[829].

O governo Epitácio Pessoa, a poucos meses de seu final, agiu rapidamente, criando em março desse mesmo ano a Comissão de Estudos da Estrada de Ferro Brasil-Paraguai. Era presidida pelo engenheiro Carlos Euler, dispunha de verba de 150 contos de réis para seu funcionamento, e deveria apresentar um estudo sobre a viabilidade e o trajeto dessa ferrovia. A Comissão apresentou relatório preliminar em março de 1923, analisou quatro possíveis traçados: dois deles ligavam Assunção diretamente a um porto brasileiro (São Francisco, em Santa Catarina, e Paranaguá, no Paraná) e dois outros o faziam indiretamente, pois chegariam a São Paulo, de onde se poderia alcançar Santos por outra estrada de ferro[830].

O porto de São Francisco já estava ligado por 450 quilômetros de trilhos a Porto União e trecho de 723 quilômetros até Foz do Iguaçu já fora estudado. Este trecho –calculou-se em 1913 – custaria Rs. 81.447 contos de

[827] Id., of. res. 3, Diretoria Geral Negócios Consulares e Comerciais, Assunção, 13.12.1921. Ibid.

[828] Raul de CAMPOS, director-geral dos Negócios Comerciais e Consulares, para ALVES, Rio de Janeiro, 31.5.1922. Id., MDBADR, 202-1-4.

[829] "Gazetilha - Decretos Assinados" e "Várias Notícias" in: Jornal do Commércio, Rio de Janeiro, 4 e 11.1.1922, p. 3. BN, Micr. PR-SPR-1(431). ALVES para MARQUES, of. 5 e 14, 2a. sec., Assunção, 24.1 e 9.2.1922. AHI, MDBAOE, 201-3-10.

[830] *Estradas de Ferro Brasil-Paraguai*; Estudos Preliminares. Relatório Apresentado ao Exmo. Snr. Dr. Francisco Sá, DD. Ministro da Viação pelo Engenheiro Carlos Euler, Engenheiro-chefe da Commissão de Estudos da Estrada de Ferro Brasil-Paraguay - março 1923". Rio de Janeiro: Typographia do Jornal do Commércio, 1923. p. 7.

réis valor que passados dez anos deveria elevar-se "em pelo menos 25%". De Foz do Iguaçu os trilhos seriam prolongados em 175 quilômetros até conectá-los, em Charará, à linha da *Paraguay Central Railway Co.,* que ligava Assunção a Encarnación. O citado relatório desaconselhou essa alternativa, que implicava atravessar o rio Paraná "nas piores condições possíveis", por três motivos: necessidade de ponte; proximidade da fronteira com a Argentina; e, por último, o entroncamento com a PCRC, "em mãos de capital argentino, subordinando-a a vontades estranhas"[831]. Para evitar esses problemas, os trilhos deveriam seguir o trajeto Guarapuava-Guaíra-Assunção, alternativa contra a qual pesava o "oneroso desvio" do vale do rio Iguaçu, devido a condições topográficas irregulares e difíceis. Este trajeto, ademais, "sob o ponto de vista estratégico" tinha a desvantagem "de ficar sob a iminência de uma agressão inimiga", pois a fronteira da Argentina com o Brasil era exatamente esse curso de água. Assim, também foi desaconselhado o Guarapuava-Assunção.

Utilizando um enfoque econômico-estratégico, o relatório da Comissão de Estudos da Estrada de Ferro Brasil-Paraguai defendeu que os trilhos ligassem Assunção a São Paulo. Constatou essa Comissão que o preço do transporte fluvial de Buenos Aires a Assunção era mais baixo do que o da ferrovia a ser construída pelo Brasil. Ela não poderia, portanto, ter como objetivo concorrer com o porto da capital argentina, mas, sim, tornar mais fácil o comércio do Paraguai com São Paulo e Rio de Janeiro, os centros econômicos brasileiros mais desenvolvidos. Quando se fez a ligação ferroviária entre a capital paulista e Corumbá, ponderou aquele estudo, houve um grande incremento comercial entre o dois estados. O mesmo ocorreria com o país guarani, caso fosse unido por trilhos a São Paulo, centro econômico brasileiro, do qual compraria manufaturados e ao qual venderia gado; tanino para curtumes; couros; algodão e outras matérias-primas[832].

Idêntica foi a opinião manifestada pelo presidente Eusebio Ayala ao comentar, em sua mensagem anual ao Congresso. Ao comentar a sanção, pelo governo Epitácio Pessoa, da lei autorizando a construção dessa ferrovia, o presidente paraguaio afirmou que esta não apenas serviria como saída oceânica para o Paraguai, mas, também, estimularia "o lânguido comércio entre os dois países". Segundo o presidente provisório o Brasil estava empenhado em desenvolver-se industrialmente e o Paraguai poderia absorver parte dessa produção "e talvez cooperar com seus próprios produtos para alimentar os centros fabris [brasileiros]".

[831] Idem, p. 9.
[832] Id., pp. 9, 21.

Assim, "quando chegar a oportunidade, o governo do Paraguai haverá de mostrar a importância que dá à via [férrea] paraguaio-brasileira"[833].

A vinculação econômica do Paraguai ao Brasil, por meio da ferrovia Assunção-São Paulo, teria, ainda, uma consequência militar. Em caso de "agressão vinda do sul", eufemismo do relatório da Comissão de Estudos para se referir à Argentina, o Paraguai não se envolveria com o agressor. Ademais, tal ferrovia permitiria o rápido transporte de tropas brasileiras para o baixo Paraná, para enfrentarem "ataque de flanco argentino, vindo de Posadas"[834].

Uma ferrovia brasileira-paraguaia com trajeto pelo vale do rio Iguaçu não permitiria tal defesa. O poder militar brasileiro, destacou a Comissão de Estudos da Estrada de Ferro Brasil-Paraguai, baseava-se nos recursos de São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais e não nos do Paraná ou Santa Catarina. Isto posto, defendia-se a ligação ferroviária São Paulo-Assunção, com duas alternativas: por Sete Quedas, onde o rio Paraná era mais estreito, a ponte mais fácil de ser construída e menos vulnerável a um ataque; ou por Guaíra-Salto Grande, para conectar-se com a Estrada de Ferro Sorocabana[835]. As sugestões dessa Comissão não chegaram a ser implementadas pelo presidente Arthur Bernardes (1922-1926), mas seu sucessor, Washington Luís (1926-1930), as teve em consideração. Na tentativa deste governo de estabelecer uma ligação ferroviária com o Paraguai, considerou-se, então, fazê-la em Ponta Porã, distante da fronteira com a Argentina.

Tendo avançado na questão ferroviária, o governo Epitácio Pessoa também tomou iniciativas em outros aspectos das relações brasileiro-paraguaias. Assim, em 24 de fevereiro de 1922, Rodrigues Alves assinou com o governo Eusebio Ayala um Tratado de Extradição de criminosos e desertores[836]. Também se propôs ao governo paraguaio a demarcação do limite entre Bahía Negra e da foz do rio Apa, únicos trechos fronteiriços ainda não demarcados entre os dois países. A demarcação não fora determinada pelo Tratado de Limites de 9 de janeiro de 1872 por ser a área litigiosa entre Paraguai e Bolívia, o que levou o Itamaraty a ressalvar, em 1922, que o Tratado de Limites que viesse a ser assinado teria caráter condicional, reservando eventuais direitos bolivianos. O governo brasileiro pensava em apresentar à Bolívia proposta idêntica à que fizera

[833] Mensaje al Congreso Nacional del presidente Provisional de la República Eusebio Ayala, 1.4.1922 in: CENTURIÓN, Armando (coord). El estado general de la Nación durante los gobiernos liberales. Asunción: Archivo del Liberalismo, v. I . p. 490.
[834] Estradas de Ferro Brasil-Paraguai; Estudos Preliminares. Relatório (...), p. 22.
[835] Idem, p. 24.
[836] ALVES para MARQUES, of. 10 e 21, 2a. sec., Assunção, 28.1 e 26.2.1922. AHI, MDBAOE, 201-3-10.

ao Paraguai, para demarcar a fronteira no trecho Bahía Negra-Apa. Rodrigues Alves foi orientado a descobrir qual seria a postura do governo paraguaio para a proposta dessa dupla negociação[837].

Embora receptivo à delimitação, o governo paraguaio ressalvou dever o Tratado "ser simples e definitivo e não condicional". Argumentou o chanceler Arce que a divergência sobre limites entre seu país e a Bolívia não poderia afetar, "de nenhum modo", os direitos paraguaios sobre o rio Paraguai, entre a foz do Apa e Bahía Negra. Afirmou que tais direitos tinham sido reconhecidos pelo Brasil, pelo Tratado de Amizade, Comércio e Navegação, assinado com o Paraguai em 1858[838].

Azevedo Marques pediu uma "resposta final" do governo paraguaio, argumentando que, ao propor assinar um Tratado condicional, o governo brasileiro buscava apenas "não molestar" a Bolívia. Discrepando de seu colega paraguaio, Azevedo Marques afirmou que a omissão sobre os limites no trecho entre o Apa e Bahía Negra, no Tratado de 1872, decorrera exatamente da ressalva que o Brasil fizera em 1858 e repetira em 1865, no Tratado da Tríplice Aliança, sobre eventual direito da Bolívia sobre esse território. O Brasil não queria assinar um acordo provisório, mas apenas ressalvar possíveis direitos bolivianos e ao estabelecer acordo, separadamente, com ambos litigantes, não menosprezaria a nenhum dos dois[839].

O governo paraguaio, porém, não cedeu, mantendo sua posição de que o Tratado não deveria ser condicional[840]. O assunto somente seria solucionado em 1929, com o Tratado Rogélio Ibarra – Octávio Mangabeira. Se Eusebio Ayala aceitasse a proposta de Tratado condicional, daria pretexto à oposição para levantar a opinião pública contra uma pretensa pusilanimidade de seu governo na defesa da integridade territorial paraguaia.

Outro tema sobre o qual não se avançou foi o da dívida de guerra paraguaia com o Brasil. Em 31 de dezembro de 1921 o chanceler Alejandro Arce comunicou a Rodrigues Alves que o presidente Yrigoyen empenhava-se, junto ao Congresso argentino, em obter o cancelamento dessa dívida com a Argentina. O diplomata brasileiro, seguindo instruções anteriores de Azevedo Marques e do presidente Epitácio Pessoa, tratou de "fugir da discussão". Afirmou o diplomata não ser aquele o momento

[837] MARQUES para BRASLEG-A, tel. cifr. 15, Rio de Janeiro, 8.4.1922. Idem, MDBATR, 202-2-1.
[838] República del Paraguay - Ministerio de Relaciones Exteriores - Sección Política y Diplomática, Assunção, 1.5.1922. Anexo ao of. de ALVES para MARQUES, nº 35, 2a. sec., Assunção, 10.5.1922. Ibid., MDBAOE, 201-3-10. ALVES para EXTERIORES, tel. cifr. 37, Assunção, 2.5.1922. Idem, MDBATE, 202-1-13.
[839] MARQUES para BRASLEG-A, tel. cifr. 17, Rio de Janeiro, 9.5.1922. Id., MDBATR, 202-2-1.
[840] ALVES para EXTERIORES, tel. cifr. 45, Assunção, 10.5.1922. Id., MDBATE, 202-1-13.

propício para discutir o tema, pois as atenções no Brasil estavam voltadas para a sucessão presidencial e para as comemorações do Centenário da Independência[841].

Arce afirmou que só ele sabia desse assunto, que era tratado diretamente entre Eusebio Ayala e Irygoyen. Rodrigues Alves não acreditava que assim fosse, sendo contrário a que o Brasil perdoasse essa dívida, por vê-la como garantia de que ao Paraguai não seriam impostas diretrizes da Argentina, que poderiam criar obstáculos ao comércio brasileiro e à livre navegação na região. Para esse diplomata tal perdão poderia ser concedido quando o Brasil estabelecesse ligação ferroviária com o país guarani e obtivesse "favores especiais", em compensação a outros que concederia a Assunção em um dos portos brasileiros no Atlântico. Ainda assim o Paraguai deveria, antes, demonstrar efetiva boa vontade com o Brasil, pois, até então, mantinha postura "reservada e desconfiada de nossas intenções"[842].

Constatou Rodrigues Alves que "este país nada resolve, nada decide sem prévia consulta da Chancelaria argentina". Especulou que, na questão da dívida, o Paraguai poderia estar fazendo um jogo "simultaneamente com a nossa boa-fé e a dos argentinos". Era "bem possível" que, ao mesmo tempo, o representante paraguaio em Buenos Aires estivesse dizendo ao governo argentino, para dele obter idêntica medida, que o Brasil pretendia perdoar a dívida de guerra[843]. Era, de fato, uma hipótese, embora nas pesquisas para a elaboração deste livro não se tenha encontrado indício documental que a corrobore.

No início de 1922, a situação política paraguaia se deteriorava, apesar de Manuel Gondra e Eusebio Ayala buscavam promover a conciliação entre o "schaerismo" e o "guggiarismo". Havia uma permanente ameaça de recrudescimento da crise política e falava-se, "abertamente", em revolução[844]. No final de março, Ayala havia fracassado em harmonizar as duas correntes radicais, que se enfrentavam violentamente, podendo, mesmo, levar à queda do presidente provisório[845]. De fato, Eduardo Schaerer, presidente do Senado, não suportava que seu controle da situação política fosse ameaçado pela autonomia com que agia Eusebio Ayala[846].

---

[841] ALVES para MARQUES, of. conf. 1, 2a. sec., Assunção, 5.1.1922. Id., MDBAOE, 201-3-10.
[842] Idem.
[843] Id.
[844] Id., of. res. 2, 2a. sec., Assunção, 24.1.1922. Ibid.
[845] Id., of. 29, 2a. sec., Assunção, 29.3.1922. Ibid.
[846] FLECHA,Victor Jacinto. Años 20: Movimientos Socio-Políticos en el Paraguay y Proyección Posterior in: CENTRO PARAGUAYO DE ESTUDIOS SOCIOLOGICOS. *Pasado y presente de la realidad social Paraguaya*. Asunción, 1995, v. I, Historia Social. p. 529.

Essa autonomia era, em última análise, o esforço do presidente provisório de cuidar verdadeiramente da administração do país, ignorando o jogo político no qual o Estado era um reduto a ser tomado e saqueado. Eficiência administrativa era uma necessidade urgente pois, como afirmou Eusebio Ayala em mensagem ao Congresso, na reabertura dos trabalhos legislativos em 1º de abril de 1922, tudo estava por fazer no Paraguai. Afirmou ser tarefa prioritária "lançar as bases da organização nacional", visto que "nosso país está desorganizado, quer dizer que lhe faltam os elementos fundamentais sobre os quais se apoiará uma evolução progressiva". Realista, Ayala descreveu a situação desesperadora do Paraguai: o sistema político era frágil; as instituições públicas inoperantes; a economia precária; o povo carente de "uma educação de valor positivo" e ameaçado "pelo incremento alarmente de certas doenças". Ressaltou fazer esse balanço não para causar desânimo, mas, sim, para que a própria magnitude do desafio a ser enfrentado servisse de estímulo à ação para superá-lo[847].

Rodrigues Alves viu coragem e acerto na mensagem de Eusebio Ayala ao Congresso. Corroborando o conteúdo dessa mensagem, expôs o representante brasileiro que no Paraguai praticamente inexistiam serviços públicos e sua Justiça, composta de juízes mal remunerados, funcionava antes como "espantalho a novas iniciativas de trabalho", do que como reguladora de direitos. As finanças estatais eram comprometidas pelo contingente militar, pequeno mas que absorvia a maior parte das rendas fiscais. O quadro de instabilidade política não permitia a Ayala reduzir os gastos militares, o que agravava a exiguidade de recursos e inviabilizava que se minorasse o estado de precariedade do país[848].

b) A guerra civil: "militares sem patriotismo" e "civis sem escrúpulos" [849]

Em maio a crise política paraguaia chegou ao ponto máximo. Na Câmara de Deputados o Partido Colorado, com apoio da facção radical dos "schaeristas", aprovou a convocação da eleição presidencial. Essa convocação, frente às combinações políticas existentes "ou a se realizar", permitiria a eleição "inevitável" do coronel Chirife ao cargo de presidente[850].

---

[847] Mensaje al Congreso Nacional del presidente Provisional de la Republica Eusebio Ayala, 1.4.1922 in: CENTURIÓN, p. 501.
[848] ALVES para MARQUES, of. 30, 2a. sec., Assunção, 3.4.1922. AHI, MDBAOE, 201-3-10.
[849] Idem, of. res. 8, 2a. sec., Assunção, 22.6.1922. Ibidem.
[850] PAMPLIEGA, p. 41.

Na análise da Legação brasileira, considerando as divergências entre os radicais, a melhor solução para a estabilidade política do país seria o Senado rejeitar a lei aprovada pela Câmara, permitindo a Ayala concluir o período do mandato presidencial de Gondra. Os "schaeristas" pareciam apoiar a candidatura presidencial do coronel Chirife, comandante da II Zona Militar, que foi admoestado por Eusebio Ayala, por vir seguidamente a Assunção, sem autorização prévia do ministro da Guerra. Este último, por sua vez, tentou justificar seu subordinado e, discordando da advertência, renunciou ao Ministério. Em um primeiro momento o presidente Provisório não só aceitou sua renúncia, como ainda demitiu o próprio Chirife, mas terminou voltando atrás, reintegrando-os em seus postos[851]. Como consequência, Ayala comprometeu sua autoridade.

O Senado paraguaio ratificou o ato da Câmara, mas Eusebio Ayala, invocando que o mandato presidencial a ser concluído era de quatro anos, vetou a decisão do Legislativo. A imprensa e o Congresso opuseram-se, argumentando, com razão, que um presidente provisório não tinha poder de veto. Houve grande agitação política e os Coronéis Chirife, Mendoza e Brizuela, todos comandantes de zonas militares, recusaram-se a aceitar a decisão presidencial[852].

O governo paraguaio decretou a mobilização militar dos cidadãos entre 20 e 35 anos de idade e Eusebio Ayala recuou, retirando o veto à convocação de eleição presidencial. Fazia-o, afirmou, para não deixar o único pretexto que a oposição tinha para, sob uma aparência de legalidade, sublevar-se[853]. Era tarde, pois os schaeristas aproveitaram a oportunidade para agitar a opinião pública e os militares e, mesmo após a retirada do veto, o coronel Chirife continuou a exigir a renúncia do presidente provisório e sua substituição por um Triunvirato Militar. Ayala chegou a propor sua renúncia em favor do ministro da Guerra, coronel Rojas, que lhe permanecera leal. Os revoltosos pareceram aceitar a proposta em 8 de junho, mas, no dia seguinte, atacaram Assunção. Após seis horas de violentos combates, forças improvisadas pelos coronéis Rojas e Schenoni, derrotaram os atacantes, que eram, na verdade, praticamente todo o Exército paraguaio. Rodrigues Alves afirmou, com propriedade, ser aquela uma "data histórica" na vida política paraguaia, pois significava: "o choque violento entre o espírito de caudilhagem ainda vivo de um lado e a reação democrática (...) lutando pelo espírito de ordem e disciplina. Venceu a boa causa. Triunfou a ordem civil organizada"[854].

[851] ALVES para MARQUES, of. conf. 3, 2a. sec., Assunção, 8.5.1922. AHI, MDBAOE, 201-3-10.
[852] Idem, of. 39, 2a. sec., Assunção, 23.5.1922. Ibidem.
[853] Id., of. 40 e 41, 2a. sec., Assunção, 2 e 3.6.1922. Ibid.
[854] Id., of. 43, 2a. sec., Assunção, 14.6.1922. Ibid.

A vitória legalista deu-se graças à adesão da *Liga de Obreros Marítimos*, fundada em 1920 pelos grêmios sindicais fluviais paraguaios. Desprovido de forças, o governo Ayala armou os membros da *Liga de Obreros Marítimos*, que "bravamente" defenderam Assunção do primeiro ataque do coronel Chirife: "eles foram a verdadeira carne de canhão". Os membros da Liga, comandados pelo major Estigarribia – futuro general comandante paraguaio na Guerra do Chaco e presidente da República –, fizeram penosa perseguição das forças de Chirife que se retiravam para Misiones. Como consequência, a Liga exigiu – e obteve – postos no governo, conseguindo nomear, por exemplo, o prefeito do porto assuncenho, Antonio Figueira, "foguista e quase analfabeto"[855].

À sublevação schaerista logo se juntaram alguns caudilhos colorados, como Eugenio Garay, José Gill e Medardo Palacios. O Partido Colorado, na oposição desde 1904, era, segundo M. Ferrier, encarregado de negócios francês em Assunção, um partido tradicional e nacionalista que, sem ser conservador nem clerical, contava com o apoio do clero e tinha muitos aderentes entre a população rural[856].

Iniciada a rebelião contra Eusebio Ayala, o decano do corpo diplomático, o ministro argentino Olascoaga, reuniu seus colegas em 27 de maio. Na ocasião optou-se por não intervir nos acontecimentos, sequer para fazer mediação. Ficou a critério de cada Legação decidir se havia ou não motivo para conceder asilo político aos que o solicitassem. Entre os diferentes políticos que pediram asilo, estava o senador Schaerer, que se refugiou na representação argentina[857].

Olascoaga temia a invasão de sua Legação pelos membros da *Liga de Obreros Marítimos*. Como consequência, o diplomata solicitou o envio de um navio de guerra adicional de seu país para fundear na baía de Assunção. Apenas a demonstração de força, escreveu, "impõe respeito àquela população inconsciente, de quem se serve o partido brasileirista [o radicalismo gondrista] que hoje apoia este governo para seus desmandes políticos"[858]. Acreditava esse representante argentino que o governo paraguaio seguia políticas inspiradas em ideias brasileiras, oriundas de Manuel Gondra e de aliados do ministro do Brasil"[859].

---

[855] ALVES para MARQUES, of. 44, 2a. sec., Assunção, 18.6.1922. AHI, MDBAOE, 201-3-10.

[856] Os princípios do Partico Colorado, escreveu Ferrier, "consistem fazer a apología do ex ditador López - já reabilitado ante a mayoría da população paraguaia – e en agradar ao exército, buscando poder servir-se dela algum dia". RIVAROLA, Milda. *La contestación al orden liberal*; la crisis del liberalismo en la preguerra del Chaco. Asunción: Centro de Documentación y Estudios, Documento de Trabajo n. 40, 1993, p. 15.

[857] ALVES para MARQUES, of. 44, 2a. sec., Assunção, 18.6.1922. AHI, MDBAOE, 201-3-10.

[858] OLASCOAGA para PUEYRREDÓN, nota 50, conf., Assunção, 11.6.1922. AMRECIC, Legaciones Argentinas en América - Paraguay, Cx. 2103.

[859] OLASCOAGA para YRIGOYEN, tel. cifr. 312, Assunção, 13/16 [sic!] de junho de 1922. AMRECIC, Legaciones Argentinas en América - Paraguay, cx. 2103.

Olascoaga era impaciente e, mesmo, petulante nas comunicações que enviava a seu governo. Dois dias depois de solicitar à sua Chancelaria o envio do navio de guerra adicional, ele dirigiu-se diretamente ao presidente Yrigoyen, ratificando o pedido e afirmando, logo no início do telegrama, que "V.Exa. estará mal informado sobre movimento revolucionário". Relatou, então, que a revolução foi feita pelo "partido schaerista", secundado pelos militares, e que o governo não impedia os "desmandos" da *Liga de Obreros Marítimos*. A resposta de Buenos Aires foi a de que a canhoneira Rosário, enviada em 9 de junho e que já se encontrava em Assunção, era suficiente para fazer respeitar a bandeira argentina. De todo modo, dias depois o transporte fluvial Sahueque, da Marinha de Guerra argentina, seguiu para o Paraguai[860].

Há dez anos na oposição, o Partido Colorado, aproveitou-se da guerra civil entre radicais. A oposição colorada não deu quórum ao Congresso, já desfalcado dos membros "schaeristas", para reunir-se e aprovar o Estado de Sítio. Ao mesmo tempo, os colorados ofereceram sua mediação a Ayala, que, claro, não poderia aceitá-la. A oferta buscava lançar maior confusão no seio do governo, para debilitá-lo e se os rebeldes conseguissem depor Ayala os colorados tentariam voltar às antigas posições de mando. Os colorados estimulavam, assim, "a ambição de militares sem patriotismo, apoiados por políticos sem escrúpulos, que visam pura e simplesmente à posse do Poder"[861].

Eusebio Ayala compreendia essa manobra oposicionista e a combatia "serenamente". Tanto que o presidente Provisório pensara, mesmo, em renunciar para pacificar o país, mas não o fizera porque os colorados fingiam não compreender tal gesto e seguiam na política de intrigas e falsa neutralidade, "num conflito onde não sobra lugar para vacilações". Neste enfrentavam-se, de um lado, "o governo em defesa da ordem constitucional e de outro um simples grupo de militares desviados do dever e ao serviço de políticos ambiciosos e audazes"[862].

O governo paraguaio solicitou à Argentina a venda de armas. Manuel Gondra telegrafou ao presidente Yrigoyen, com quem mantinha relações pessoais, e expôs que a crise no Paraguai – a instabilidade política – somente poderia ser dominada, de forma duradoura, por um governo que submetesse a rebelião e impusesse a ordem. O raciocínio era correto e, após expô-lo, Gondra afirmou que o governo de Eusebio Ayala era a

[860] Idem. PUEYRREDÓN para OLASCOAGA, tel. cifr. 101 e nota s/nº, conf., Buenos Aires, 9.6 e 26.6.1922. Idem, cx. 2103, Legajo IV. MINISTERIO DE MARINA para Luis MOLINARI, Subsecretário de Relaciones Exteriores, Nota 104, Buenos Aires, 23.6.1922. Id.

[861] ALVES para MARQUES, of. res. 8, 2a. sec., Assunção, 22.6.1922. AHI, MDBAOE, 201-3-10.

[862] Idem, ibid.

"última esperança", inclusive para os países vizinhos, de pôr fim a essa crise, "com o menor prejuízo para os interesses nacionales". Solicitou esse líder radical que Yrigoyen aceitasse as gestões de Pedro Saguier, representante paraguaio na Argentina, para obter armas para o governo de seu país[863].

Yrigoyen recusou o pedido e respondeu a Gondra que, enquanto fosse presidente, a Argentina jamais prestaria auxílio "para contribuir aos desvios em países irmãos"[864]. A Legação argentina em Assunção informou que a recusa, tornada pública, causara "excelente impressão" em todos os grupos políticos paraguaios, exceto junto aos radicais gondristas[865].

Por trás da postura de Yrigoyen estava o receio de que o Brasil fosse beneficiário da manutenção de Eusebio Ayala no poder. A situação era delicada, pois o presidente provisório buscara perpetuar-se no governo ao vetar a lei de eleição presidencial, embora recuasse posteriormente. Essa circunstância obrigava o Brasil a proceder com "muita discrição e reserva", para não parecer estar sustentando a situação, "que se de fato é a única legal, a sua legalidade se baseia em mandato mais que precário, outorgado pelo Congresso", contra o qual "o presidente pretendeu rebelar-se, para, à última hora, e devido já à pressão da força, recuar". A atitude brasileira, opinava Rodrigues Alves, não deveria demonstrar favoritismo por uma das partes em luta[866]. No entanto, era clara a simpatia desse diplomata pelo governo provisório paraguaio.

Apesar do veto de Yrigoyen, o governo paraguaio comprou dois aviões em Buenos Aires. No Paraguai, essas aeronaves mostraram-se pouco úteis para as tarefas de exploração e bombardeio, mas, devido à novidade de seu uso, tiveram impacto psicológico, levando pânico às fileiras rebeldes. Em 8 de julho um desses aviões caiu, matando o piloto Stewart, de nacionalidade britânica, e o mecânico paraguaio Cusmanish[867].

A Legação argentina manteve-se atenta às tentativas do governo Eusebio Ayala de comprar armamento no exterior. No início de junho, Olascoaga comunicou que armas destinadas a esse governo passariam, clandestinamente, por Corrientes, onde seriam embarcadas em navio paraguaio. Isto de fato ocorreu, com o vapor de guerra Triunfo recebendo cerca de 150 fuzis e respectiva munição. No mês seguinte, o diplomata informou que o vapor brasileiro Diamantino trouxe armas – cerca de 800

[863] GONDRA para YRIGOYEN, tel., Assunção, 5.6.1922. AMRECIC, Legaciones Argentinas en América - Paraguay, Cx. 2103, Legajo VI.
[864] YRIGOYEN para GONDRA, tel., Buenos Aires, 7.6.1922. Idem.
[865] OLASCOAGA para PUEYRREDÓN, nota 65, conf., Assunção, 21.6.1922. Id.
[866] ALVES para MARQUES, of. res. 6, 2a. sec., Assunção, 23.6.1922. AHI, MDBAOE, 201-3-10.
[867] Idem, of. 51, 2a. sec., Assunção, 15.7.1922. Ibidem., 201-3-11.

fuzis e 200.000 cartuchos – para os legalistas, mas que devido à vigilância de canhoneira argentina no porto assuncenho esse barco seguira viagem para Corumbá. Ao norte, ainda em território paraguaio, o Diamantino transferiu o armamento para a canhoneira brasileira Pernambuco, que, dias depois, o repassara para o navio guarani *coronel Martinez*, o qual, por sua vez, desembarcou o armamento próximo a Assunção. No final de julho, Olascoaga deu conhecimento à sua Chancelaria dos rumores existentes no sentido de que o ministro paraguaio no Rio de Janeiro, Modesto Guggiari, teria conseguido apoio do governo brasileiro para os legalistas paraguaios. Acrescentou, ainda, que duas semanas antes testemunhara o desembarque em Assunção de 1.200 projéteis para canhões *Armstrong*, vindos da fronteira norte, que somente poderiam ter sido comprados no Brasil, em Porto Murtinho[868].

O governo paraguaio buscou armas no exterior, pois as forças sublevadas haviam ficado com grande parte do armamento de que dispunha o país. A documentação brasileira indica, porém, que não houve ajuda oficial do Rio de Janeiro a Eusebio Ayala. De fato, em meados de junho o chanceler paraguaio, Alejandro Arce, consultou a Legação brasileira sobre ajuda para equipar as tropas legalistas. Esclareceu ter feito a mesma gestão junto ao governo argentino, que recusou qualquer ajuda sob o pretexto de que no Paraguai ocorria uma revolução e não um simples movimento armado, mas prontificando-se a mediar o conflito, oferecimento que foi recusado por Assunção. Rodrigues Alves expôs ao chanceler a delicadeza da posição do Brasil, cuja intervenção, como solicitada, poderia dar oportunidade aos revoltosos de obterem armas na Argentina. De todo modo, o diplomata solicitou instruções ao Rio de Janeiro[869].

No dia seguinte, porém, a Chancelaria paraguaia comunicou à Legação brasileira que desistira do pedido de ajuda. O governo Ayala esclareceu que obtivera o armamento necessário, não explicando como o conseguira. Provavelmente tratava-se daquele obtido por Corrientes, informada por Olascoaga a Buenos Aires. Rodrigues Alves sugeriu ao Rio de Janeiro que como o presidente Ayala enfrentava uma sedição militar e não uma revolução, o Brasil deveria entender-se com a Argentina para uma ação conjunta, caso as forças legalistas viessem a necessitar armas. A

[868] OLASCOAGA para PUEYRREDÓN, tels. cifr. s/nº, Assunção, 5/6 e 14/15 de junho de 1922. AMRECIC, Legaciones Argentinas en América - Paraguay, Cx. 2103, Legajo VI. Idem, nota 78, conf., Assunção, 19.7.1922. Ibidem. Id., nota 94, conf., Assunção, 27.7.1922. Ibid. Rogélio URIZAR, que viveu esses acontecimentos, cita o número de 500 fuzis Mauser obtidos em Corrientes por Adolfo Soler. In: t. II, p. 482.

[869] ALVES para MARQUES, tel. cifr. conf. 56, Assunção, 16.6.1922. AHI, MDBATE, 202-1-13.

Chancelaria brasileira respondeu que para o presidente Epitácio Pessoa tal entendimento não parecia conveniente, sendo, assim, mais prudente aguardar o desenrolar dos acontecimentos[870].

O governo paraguaio queixou-se a Olascoaga das facilidades que os rebeldes usufruíam em território argentino. Em meados de agosto, Eusebio Ayala em audiência com esse diplomata afirmou saber, por publicações do Rio de Janeiro, que o governo argentino facilitava a compra ou permitia o trânsito, por seu território, de armas destinadas aos revolucionários. Ayala solicitou, então, que as autoridades argentinas proibissem formalmente tais práticas e, ao mesmo tempo, respeitassem as normas do livre-comércio internacional, não impedindo o trânsito de armas para o governo paraguaio. Olascoaga respondeu que aquelas publicações não afetavam o governo argentino, que não impediria o livre--comércio, mas, acrescentou dubiamente, faria, sim, exigências decorrentes do momento político paraguaio[871]. Esse mesmo diplomata, contudo, fez várias denúncias a Buenos Aires sobre o uso do território e meios argentinos pelos rebeldes, em suas ações contra o governo paraguaio[872].

Sucederam-se as vitórias militares governamentais e Eusebio Ayala fortaleceu-se politicamente[873]. Rodrigues Alves, porém, não permaneceu no país para assistir à vitória legalista. Partiu, em licença, do Paraguai em agosto de 1922. No mês anterior, também o capitão Almério Mouroa, Adido Militar, retornara definitivamente ao Brasil, tendo seu substituto, capitão João Bernardo Lobato Filho chegado apenas em 17 de janeiro do ano seguinte.

Mais uma vez, o Itamaraty, em atitude que poderia atender a conveniências pessoais ou burocráticas, mas não ao melhor funcionamento da Legação em Assunção, retirava do Paraguai experientes funcionários em momento de graves acontecimentos. A partida de Rodrigues Alves foi acompanhada de manifestações favoráveis a sua pessoa pela opinião pública local[874]. Elas atestavam a excelência das relações Assunção-Rio de

[870] Idem, tel. cifr. conf. 57, Assunção, 17.6.1922. Ibidem. Em anexo: MARQUES para ALVES, rascunho de telegrama resposta, datado de 20.6.1922.

[871] OLASCOAGA para PUEYRREDÓN, nota 104, conf., Assunção, 16.8.1922. AMRECIC, Legaciones Argentinas en América -Paraguay, Cx. 2103, Legajo VI.

[872] Ver AMRECIC, Legaciones Argentinas en América - Paraguay, Cx. 2103, Legajo X. Rogélio Urizar afirma ter tido acesso a um documento comprovando a concordância tácita, pelo governo argentino, da compra de armas pelos rebeldes em seu território. Trata-se de carta enviada da cidade argentina de Posadas ao coronel Chirife, de 16 de agosto de 1922, e tomada pelas forças legalistas no final desse mesmo ano. Nessa missiva constaria que graças aos esforços de Schaerer o governo argentino mudara de postura e, mediante a promessa de vitória revolucionária a casas bancárias portenhas, estas financiariam a compra de armamento para os rebeldes. In: t. II, p. 496.

[873] ALVES para MARQUES, of. res. 7, 54 e res. 10, 2a. sec., Assunção, 22, 27.7 e 9.8.1922. AHI, MDBAOE, 201-3-10.

[874] Octávio FIALHO, encarregado de negócios, para PACHECO, of. 7 e 56, 2a. sec., Assunção, 27.1.1923 e 21.8.1922. Idem, 201-3-12 e 201-3-11.

Janeiro, demonstradas, também, com o envio pelo governo paraguaio de Missão Especial à capital carioca, para as comemorações do centenário da independência brasileira. Para chefiá-la como embaixador especial foi nomeado o ministro da Guerra, coronel Manoel Rojas, "alma da defesa do governo" e cujas "simpatias por nós são bastante conhecidas"[875].

Em 11 de setembro finalmente foi instalado o Estado de Sítio no Paraguai. Até então a guerra civil se desenrolara com a oposição desfrutando de liberdade para atacar o governo de Eusebio Ayala. Os colorados manifestavam-se a favor do "schaerismo" e "andam às soltas, a escancaras, conspirando e criticando"[876]. Ayala, porém, hesitara em usar decreto executivo para estabelecer o estado de exceção, pois queria vê-lo aprovado pelo Congresso. O conflito se desenrolava favoravelmente ao governo e, em setembro, no que talvez tenha sido o primeiro combate aéreo em território americano, um avião legalista pilotado pelo inglês Hasset abateu aparelho rebelde, comandado por um italiano[877].

No mês seguinte, em outubro, na Argentina chegou ao fim o mandato presidencial de Hipólito Yrigoyen, sendo sucedido por Marcelo T. Alvear. A política externa de Yrigoyen foi motivo de elogio de Pedro de Toledo, representante brasileiro em Buenos Aires. Essa política, escreveu Toledo, tinha sido de paz, isenta de desconfianças e avessa a promover intrigas entre os países vizinhos. O governo Yrigoyen, ao contrário dos seus antecessores, não tivera nenhum atrito com o Brasil e as relações entre os dois países caracterizam-se pela "afetuosa confraternidade", "graças à combinação de esforços e à perfecta harmonia de sua orientação, com o nosso governo"[878]. Era um balanço benévolo, por não considerar que a administração de Yrigoyen inviabilizara o Tratado do ABC e, ainda, que a ausência de atritos devia-se, também, à postura conciliadora do governo brasileiro no Rio da Prata.

Laurentino Olascoaga tratou de justificar sua atuação nos acontecimentos paraguaios perante a nova administração argentina. Afastando de si qualquer responsabilidade, esse representante afirmou que a "malquerença" em Assunção, contra os membros da Legação argentina e cidadãos dessa nacionalidade, decorria da condição "brasilerista" do "Partido Radical Gondrista". O diplomata queixou-se do governo Yrigoyen, do qual jamais teria recebido instruções sobre a guerra civil paraguaia. Afirmou, ainda, que procurara manter, "no possível", postura

[875] ALVES para PACHECO, tel. cifr. 75, Assunção, 5.8.1922. Id., MDBATE, 202-1-13.
[876] FIALHO para PACHECO, of. 64, 2a. sec., Assunção, 27.11.1922. Id., MDBAOE, 201-3-11.
[877] FIALHO para MARQUES, of. 59, 2a. sec., Assunção, 11.9.1922. Id.
[878] TOLEDO para PACHECO, of. res. 12, 2a. sec., Buenos Aires, 24.11.1922. Ibid., MDBBAOE, 206-4-8.

de equanimidade, contudo, acrescentou, os governantes paraguaios viram nele parcialidade favorável aos rebeldes, por suas reclamações "severas" na defesa dos interesses argentinos[879].

Enquanto isso a Legação brasileira informou ao Itamaraty que o chanceler Alejandro Arce havia demonstrado, mais de uma vez, seu "ressentimento" com a recusa do governo brasileiro ao pedido, feito em junho, de fornecer armas ao governo paraguaio. A rebelião, afirmou o chanceler, ainda não fora sufocada devido à carência de material bélico das forças legalistas. Quer por esse motivo, quer por outro, afirmou o Encarregado de Negócios brasileiro Octávio Fialho, Arce e outros ministros não estavam alheios "à campanha injustificável" contra o Brasil, da qual fazia parte a revisão histórica da figura de Francisco Solano López. Comprova-o a presença de governistas, inclusive o ministro da Justiça, Culto e Instrução Pública, Eliseo da Rosa, na manifestação pública lopizta no dia anterior, liderada por Juan E. O'Leary[880].

Os jornais assuncenhos faziam campanha antibrasileira. Tudo era motivo para criticar o Brasil, quer por que teria havido irregularidades na derrota de uma equipe paraguaia de futebol no Rio de Janeiro, quer por supostamente não ter sido condignamente recebida a Embaixada Especial enviada às comemorações do centenário da independência brasileira. Concluiu Fialho que, estando o Paraguai em estado de sítio, os "violentos e insolentes" ataques antibrasileiros, contavam com autorização do governo Ayala. Sugeriu ao Itamaraty demonstrar insatisfação pela "estranha atitude de solidariedade do governo paraguaio na agressão ao Brasil". A sugestão não foi aceita pelo presidente Epitácio Pessoa, que mandou instruir Fialho a não dar atenção às intrigas da imprensa. A equipe paraguaia de futebol fora, afinal de contas, homenageada com um almoço por Rodrigues Alves, que se encontrava na capital carioca de licença. Já o Embaixador especial coronel Manuel Rojas e seu acompanhante, Modesto Guggiari, "sempre manifestaram gratidão aos brasileiros pela carinhosa hospitalidade"[881].

Em novembro de 1922 chegou o novo adido militar argentino ao Paraguai. Tratava-se do coronel Mohr, que tinha instruções de seu governo para aproximar-se do governo Ayala, fato que motivou queixa do incansável Laurentino Olascoaga. Este enviou relatório a sua Chancelaria com a finalidade, dizia, de evitar futuros conflitos "en este Balkan americano, cuya situación de intrigas brasileristas puede ocasionar

[879] OLASCOAGA para Tomás A. Le Breton, Ministro interino de Relaciones Exteriores y Culto, nota 179, conf., Assunção, 30.10.1922. AMRECIC, Legaciones Argentinas en América - Paraguay, Cx. 2103, Legajo s/nº. Idem, nota 193, conf., Assunção, 9.11.1922. Ibidem, Legajo XVIII.

[880] FIALHO para MARQUES, tel. cifr. 92, Assunção, 23.10.1922. AHI, MDBTE, 202-1-13.

[881] Idem, ibidem. Anexo encontra-se: MARQUES para FIALHO, Rascunho de telegrama, s/d.

serios inconvenientes". Afirmou que o governo paraguaio, impotente para vencer a rebelião e sob influência brasileira, atritava-se com a Legação argentina, na qual via simpatia em relação aos rebeldes, apesar da neutralidade dessa representação[882].

Olascoaga comparou essa suposta neutralidade, posto que simpática aos rebeldes, com o comportamento do coronel Mohr. O adido argentino, escreveu o diplomata, atuava "talvez por interpretar erroneamente" de suas instruções, pois estava causando desagrado entre os colorados e schaeristas, "pelas claras manifestações de adesão e até cooperação com os homens do governo feitas pelo sr. Agregado Militar". Lembrou que Mohr acompanhara o presidente Ayala na visita a Caí-Puente, onde os rebeldes tinham sido derrotados em 17 de novembro. Mohr, escreveu Olascoaga, parecia ter trazido instruções do Ministério da Guerra argentino para ajudar o governo paraguaio. Com sua característica falta de tato, o representante argentino opôs-se a essa orientação, defendendo a neutralidade de seu país e afirmando que a revolução estava mais forte do que antes[883].

Em dezembro de 1922, Laurentino Olascoaga foi declarado *persona non grata* pelo governo paraguaio. O diplomata criticara abertamente os atos do governo paraguaio, com "uma rudeza que ele chamava de franqueza e considerava necessária à base da diplomacia moderna". Mas foram os "abusos" de Olascoaga no privilégio de enviar telegramas codificados, que lhe custaram a expulsão. Ele utilizou-se desse privilégio para burlar a censura e remeter artigos do correspondente em Assunção do jornal portenho *El Diário*, a quem dera informações tendênciosas e sigilosas sobre a situação paraguaia. Esse diplomata enviou, ainda, informações falsas a seu governo, tornadas públicas com a negativa do presidente Yrigoyen em atender ao pedido de seu amigo Manuel Gondra, para a venda de armas ao governo Ayala[884]. Olascoaga apoiara os rebeldes e tinha boas relações particularmente com os colorados[885].

Na posse do novo presidente argentino, Marcelo T. de Alvear, o enviado paraguaio, Vicente Rivarola, informou que Laurentino Olascoaga era pouco querido no Paraguai. A Chancelaria argentina, porém, não o removeu de Assunção. Como consequência o governo paraguaio solicitou,

[882] OLASCOAGA para BRETON, nota particular, Assunção, 2.12.1922. AMRECIC, Legaciones Argentinas en América - Paraguay, Cx. 2103, Legajo XVIII.
[883] Idem.
[884] ALVES para PACHECO, of. res. 13, 2a. sec., Assunção, 18.12.1922. AHI, MDBAOE, 201-3-11.
[885] Id., of. 4, 2a. sec., Assunção, 12.1.1923. Ibid.

oficialmente, sua retirada do país e, no mesmo navio em que partiu para Buenos Aires, foi deportado o correspondente de *El Diário*[886]. Mais uma vez, portanto, tal qual ocorrera na guerra civil de 1911-1912 com o almirante Eduardo O'Connor, na guerra civil de 1922-1923, outra autoridade da Argentina adotava posturas sem instruções de seus superiores, mas que acabavam por comprometer seu país no Paraguai.

Era grande a aversão dos legalistas paraguaios à Argentina quando a Legação desta foi assumida por Luis Castiñeiras, como encarregado de negócios. A aversão era visível em incidentes entre forças legalistas e embarcações argentinas fundadas próximas ao Chaco paraguaio. Avolumaram-se, as reclamações de Castiñeiras junto ao governo paraguaio sobre violências de barcos legalistas contra embarcações argentinas[887]. Eusebio Ayala confidenciou a Octávio Fialho que empregara os maiores esforços para evitar incidentes graves com a Argentina. Buenos Aires, afirmou Ayala, teve atitude "nefasta" quanto à ação do governo paraguaio durante os momentos mais difíceis da revolução[888].

Era clara a simpatia da Legação brasileira pelo governo de Eusebio Ayala, embora classificasse de "suspeitíssima e perigosa" sua base de sustentação política: a *Liga de Obreros Marítimos* e seus 2.500 membros armados[889]. Octávio Fialho via positivamente a comentada possibilidade de que Eusebio Ayala fosse o candidato do radicalismo gondrista na próxima eleição presidencial. A continuidade de Ayala no poder representaria "o máximo de garantias para as forças construtivas da Nação". Antes, porém, teria que se haver não só com o movimento rebelde, que adquiria feições anárquicas e persistia no norte, no sul e na região das Missões, como também com a própria *Liga de Obreros Marítimos*[890].

O presidente Ayala confidenciou a Fialho que embaraçavam seu governo os comentários da oposição sobre suposta influência brasileira nos negócios internos paraguaios. Solicitou o presidente provisório que o Brasil, "de algum modo", desmentisse formalmente essa influência[891]. Para Fialho, o governo paraguaio queria "sanear" a soberania do país, tornando clara sua política internacional até então deformada "pelos processos perniciosos de intervenção" do Brasil e da Argentina nos seus negócios internos. Essas intervenções, escreveu Fialho, tinham sido registradas

[886] Id., of. res. 13, 2a. sec., 18.12.1922. Ibid.
[887] CASTIÑEIRAS para el canciller Angel GALLARDO, notas 2 e 3 (conf.), ambas de 3.1.1923. AMRECIC, Legaciones Argentinas en América - Paraguay, Cx. 2103, Legajo s/nº. Reclamações de Castiñeiras ao governo paraguaio podem ser vistas no Legajo XIII.
[888] FIALHO para PACHECO, of. 1, 2a. sec., Assunção, 10.1.1923. AHI, MDBAOE, 201-3-12.
[889] Idem, of. res. 12, 2a.Sec., Assunção, 20.12.1922. Ibidem, 201-3-11.
[890] Id., of. 3, 2a. sec., Assunção, 14.1.1923. Ibid., 201-3-12.
[891] Id., tel. cifr. 4, Assunção, 1.2.1923. Ibid., 202-1-14.

em fatos recentes e antigos, "bem conhecidos e amplamente explorados hoje pelos adversários do Partido no poder, mas que, felizmente, nestes últimos seis ou oito anos, já não tem sido verificadas senão com respeito á Argentina"[892]. No caso do Brasil, porém, o mais próximo dessa intervenção fora o apoio político ao governo Rojas, portanto há onze anos de quando Fialho escreveu essas linhas.

Em novembro de 1922 Arthur da Silva Bernardes assumiu a presidência no Brasil e nomeou o senador e jornalista José Félix Alves Pacheco para Ministro das Relações Exteriores. Pacheco foi nome indicado por Rui Barbosa a pedido do próprio presidente eleito[893]. O clima de tensão política no Brasil, devido a contestação da República oligárquica, levou Bernardes, impopular, a governar sob estado de sítio 42 dos 48 meses de seu mandato. Com uma concepção equivocada do peso do Brasil no cenário internacional e interessado em angariar prestígio interno, o governo Bernardes esforçou-se decididamente em obter um lugar permanente no Conselho da Liga das Nações[894].

Em sua primeira iniciativa com relação ao Paraguai, o governo Bernardes teve a sensibilidade de atender ao pedido de Eusebio Ayala, desmentindo participação brasileira nas lutas políticas paraguaias. Não houve uma declaração oficial por parte do governo brasileiro, mas, sim, artigo no *Jornal do Commércio*. Este funcionava há tempos como porta--voz oficioso do Itamaraty e mais ainda durante o governo Bernardes, pois seu diretor, Félix Pacheco, tornara-se chanceler. Em 21 de fevereiro o *Jornal do Commércio* publicou que Eusebio Ayala era homem sem predileções ou simpatias externas, mas que "procura guiar e inspirar os seus atos apenas pelos grandes interesses paraguaios". Na guerra civil guarani, afirmou o periódico, o Brasil manteve-se neutro, não fazendo parte de seus planos intervir nos assuntos internos dos vizinhos. A diplomacia brasileira, procurava, de acordo com esse artigo, prestigiar os governos legitimamente constituídos, mas sem fornecer-lhes apoio material que pudesse significar interesse na manutenção de qualquer personalidade no poder. Em Assunção, o jornal *El Diário* afirmou que o artigo do seu congênere brasileiro, "órgão oficioso do Governo do Brasil", significava "um novo programa de política internacional neste

[892] Id., of. res. 1, 2a. sec., Assunção, 14.2.1923. Ibid., MDBAOE, 201-3-12.
[893] MAGALHÃES, Bruno de Almeida. Arthur Bernardes, estadista da República. Rio de Janeiro: José Olympio, 1973, p. 192.
[894] CERVO, Amado Luiz; BUENO, Clodoaldo.*História da política exterior do Brasil*. São Paulo: Editora Ática, 1992, pp. 203, 207.

rincão do Continente"[895]. Novo de duas décadas, pois foi iniciado pelo barão do Rio Branco.

A repercussão favorável a essa postura brasileira teria, na análise de Fialho, levado o governo argentino a tomar providências para não ficar atrás "nesse movimento de respeito à soberania paraguaia". Uma delas foi o jantar oferecido ao presidente Eusebio Ayala pelo adido militar argentino, coronel Guilhermo Mohr, no qual este fez discurso favorável ao governo paraguaio. Ao comentar o fato, Fialho realizou uma sagaz análise, válida também para conturbações anteriores na vida política paraguaia:

> Materialmente em condições de inferioridade no que diz respeito à nossa posição geográfica e às nossas comunicações com este país, só teremos a lucrar se os outros vizinhos forem obrigados a manter estrita neutralidade na formação política interna do Paraguai[896].

Aquele desmentido oficioso do governo brasileiro, publicado pelo *Jornal do Commércio*, repercutiu na situação interna paraguaia. A declaração de neutralidade brasileira suprimiu "um dos elementos causadores de revoluções, posto que muito levante armado contra o Poder constituído descontou aqui a possibilidade de obter auxílios materiais dos [países] vizinhos". Para Octávio Fialho o princípio de não intervenção significava o desaparecimento de um jogo político "muito mais fictício que real, pelo menos quanto aos seus resultados práticos, de partidos políticos neste país respondendo a conveniências ora do Brasil, ora da Argentina"[897].

Esse jogo político decorria da estratégia das forças políticas paraguaias. Ela baseava-se na premissa de que Brasil e Argentina fariam o máximo para moldar, de acordo com os respectivos interesses, o processo político paraguaio. A percepção dos atores políticos paraguaios, de que poderiam obter apoio argentino ou brasileiro, era desestabilizadora e tornava as elites locais menos inclinadas a acomodar pacificamente suas diferenças e mais propensas a disputar o poder por meio de uma aliança externa. Desse modo, a política interna paraguaia acabava por ser internacionalizada não apenas por intervenção externa mas, também, porque as elites consideravam essa possibilidade nos cálculos da luta pelo poder[898].

---

[895] "Várias Notícias" in: *Jornal do Commércio*, Rio de Janeiro, 21.2.1923, p. 4. BN, Micr. PR-SPR-1(437). Auspiciosa coincidencia - El verdadero concepto de nuestras relaciones con Brasil y Argentina" in: El Diario, Asunción, 27.2.1923. Recorte anexo ao of. res. 2, Assunção, 3.3.1923. AHI, MDBAOE, 201-3-12.

[896] FIALHO para PACHECO, of. res. 2, Assunção, 3.3.1923. AHI, MDBAOE, 201-3-12.

[897] Idem, of. res. 2, 2a. sec., Assunção, 3.3.1923. Ibidem.

[898] ABENTE, Diego. The Liberal Republic and the Failure of Democracy in: *The Americas*, Washington, Fall, 1989, pp. 538, 545.

Em abril de 1923, o Diretório do Partido Liberal Radical convidou Eusebio Ayala para candidatar-se à Presidência da República, para o mandato que se iniciaria em 15 de agosto de 1924. Ele apresentou sua renúncia ao cargo de presidente provisório na sessão do dia 12 desse mês do Congresso Nacional, esvaziado dos componentes schaeristas. Renunciou para não comandar o processo eleitoral que o deveria reconduzir à Chefia do Estado. O novo presidente provisório foi o ministro da Fazenda, Eligio Ayala, sem qualquer parentesco com seu antecessor.

Essa mudança do governo paraguaio era, porém, manobra do Diretório do Partido Liberal, controlado pelos gondristas, descontentes com o temperamento conciliador de Eusebio Ayala. Essa característica de comportamento manifestou-se desde o primeiro momento da sublevação schaerista, ao buscar Eusebio Ayala conciliar as duas facções do radicalismo e, ainda, atrair o apoio do coloradismo, bem como evitar como pronta e eficaz ação militar os rebeldes. Jovens integrantes daquele Diretório (e que, mais tarde, constituiriam a corrente guggiarista) eram críticos persistentes desse comportamento do presidente provisório. Eligio Ayala, por sua vez, era próximo, politicamente, do radicalismo jovem, cujos membros acreditaram que esse novo chefe de Estado seria mais acessível a seus interesses[899].

c) Eligio Ayala: "ligado ao Brasil"[900]

Eligio Ayala era um homem de ação, reservado e pouco sociável. O novo presidente provisório, segundo Octávio Fialho, tinha "as melhores disposições para conosco", tendo contribuído significativamente para o fim da campanha jornalística "de ódio e injúria contra o Brasil". O novo ministro de Relações Exteriores, Rogélio Ibarra, era classificado pelo diplomata como "o político mais hábil e inteligente da nova geração do Paraguai, [e] é meu antigo [amigo] íntimo"[901].

Eusebio Ayala, já definida sua candidatura pelo liberalismo radical à Presidência da República, partiu com a esposa em viagem à Europa. Seu navio devia aportar no Rio de Janeiro em 13 de maio de 1923, permanecendo apenas um dia na cidade. O ex-presidente tinha a missão oficiosa de conversar com o chanceler Félix Pacheco e, se possível,

[899] URIZAR, t. II, p. 597.

[900] Informe sobre política internacional del Paraguay do capitão de Fragata Santiago A. BAIBIENE para o Ministro de Marinha da Argentina, Assunção, 5.9.1923. AMRECIC, Legaciones Argentinas en América - Paraguay, Cx. 2198, Expediente 14. No original: "afecto al Brasil".

[901] FIALHO para PACHECO, tel. cifr. 12, Assunção, 12.4.1923. AHI, MDBATE, 202-1-14.

com o presidente Arthur Bernardes, sobre assuntos de interesse dos dois países[902]. Chegando à capital brasileira na data prevista, Eusebio Ayala foi recebido com deferência, embora não tenha mantido encontro com Bernardes. Félix Pacheco ofereceu-lhe um almoço, que contou com outros convidados, e o ex-presidente e sua esposa foram levados a passear pela cidade, ciceroneados pelo Secretário Gastão Paranhos do Rio Branco, que servira no Paraguai[903].

As relações da Legação brasileira com o novo governo paraguaio mantiveram-se amistosas[904]. Nesse contexto, o chanceler Rogélio Ibarra pediu que Brasil e Argentina considerassem, conjuntamente, o perdão da dívida de guerra paraguaia. A posição pessoal de Octávio Fialho foi de simpatia ao pedido, ponderando ao Rio de Janeiro que a recuperação da economia paraguaia necessitava de crédito estrangeiro[905], afugentado também pelos números daquela dívida e da possibilidade de que viesse a ser cobrada. Não se conhece, contudo, iniciativa do governo Bernardes em favor da solicitação de Ibarra.

Fialho tratou de chamar a atenção do Itamaraty para outro ponto crítico para o Paraguai, que o Brasil poderia minorar: o da dificuldade de comunicação com o exterior. Lembrou que a produção de carne paraguaia sempre fora incorporada pela Argentina à sua própria, sendo em seguida exportada. Com a crise nos mercados consumidores mundiais, o governo argentino alijou o produto paraguaio para que não concorresse com o produto nacional. Como consequência, o *Banco Agrícola*, paraguaio, fez bem-sucedida campanha para diversificar a atividade primária, intensificando-se o cultivo de algodão, tabaco e frutas[906].

Nos anos seguintes o Paraguai viveu um "milagre algodoeiro". O cultivo de algodão expandiu-se e, entre 1923 e 1926, seus preços internacionais aumentaram continuamente. Nesses anos também cresceram a quantidade e o valor das exportações de tabaco, erva-mate, madeiras e tanino, ao mesmo tempo em que frigoríficos foram reativados, novos engenhos açucareiros e moinhos de trigo foram instalados, assim como as primeiras fábricas têxteis no país[907]. Esse crescimento econômico beneficiou principalmente o governo constitucional de Eligio Ayala (1924-1928).

---

[902] Idem, of. res. s/nº, Assunção, 21.8.1923. AEBAOE, 1923. Id., Tel. Cifr. 13, Assunção, 2.5.1923. AHI, MDBATE, 202-1-14.
[903] "Notas Diplomáticas - Dr. Eusébio Ayala" in: Jornal do Commércio, Rio de Janeiro, 15.5.1923, p. 5. BN, Micr. PR-SPR-1(439).
[904] FIALHO para PACHECO, tels. 27 (cifr.) e 32, Assunção, 25.6 e 4.10.1923.AHI, MDBATE, 202-1-14.
[905] Idem, of. res. 1, gabinete do ministro, Assunção, 27.6.1923. AEBAOE, 1923.
[906] Id., of. res. 2, 2a. sec., Assunção, 21.8.1923. Ibidem.
[907] RIVAROLA, Obreros (...), p. 241.

Um obstáculo à continuidade do crescimento do setor primário paraguaio era a dificuldade de se exportar a produção, devido ao monopólio da navegação fluvial pela *Compañia Argentina de Navegación*, que cobrava altos fretes. Fialho criticou a falta de concorrência pelo Lloyd Brasileiro, que "ainda assim, continua a ser uma esperança tenaz deste pobre país mediterrâneo"[908].

Fialho enviou, em diferentes ocasiões, reclamações da qualidade dos serviços que o Lloyd prestava na linha Montevidéu-Mato Grosso, com escala em Assunção. A reclamação mais grave ocorreu em maio de 1923, por ter essa companhia tentado dispensar os práticos locais de seus navios que navegavam o rio Paraguai, causando um incidente com sindicalistas paraguaios. O Lloyd recorreu, então, à Legação brasileira, criando a oportunidade para Octávio Fialho enviar relatório desabonador sobre o desempenho dessa empresa[909].

Segundo Fialho, todas as companhias estrangeiras aceitavam as "imposições" da organização sindical dos práticos paraguaios, para evitar "mal maior". Nessas condições, seria ineficaz a intervenção da Legação brasileira e era de estranhar que a direção do Lloyd tivesse resolvido dispensar definitivamente tais práticos. Essa empresa, afirmou esse diplomata, "tem mantido e acumulado irregularidades", pois recebia subsídio federal anual de 200 contos de réis para melhorar transporte entre Montevidéu e Mato Grosso, sem qualquer resultado, descumprindo a função de favorecer o desenvolvimento dos Estados do oeste brasileiro. O Lloyd, ao retomar os navios da Minas e Viação, tardara em reconhecer as dívidas das embarcações em Assunção, somente o fazendo quando os credores estavam a ponto de embargar judicialmente uma delas[910].

O serviço do Lloyd Brasileiro no Prata era "vergonhoso, irregular, acidentado". Octávio Fialho levantou, inclusive, a grave hipótese de que havia conivência da diretoria dessa companhia, ou de alguma de suas superintendências, em provocar incidentes. Deste modo se poderia apresentar dificuldades no funcionamento da linha subvencionada, ocultando "maquinações inconfessáveis". Fialho solicitou que o governo Federal abrisse um inquérito contra o Lloyd brasileiro[911].

---

[908] FIALHO para PACHECO, of. res. 2, 2a. sec., Assunção, 21.8.1923. AEBAOE, 1923.

[909] A. COSTA SOUZA, Agente do Lloyd no Paraguai, Assunção, 7.5.1923. Anexo ao documento abaixo. FIALHO para PACHECO, "Informação Reservada sobre a linha de navegação Lloyd Brasileiro no rio Paraguay - maio 1923". AHI, MDBAOE, 201-3-12.

[910] "Informação reservada sobre a linha...".

[911] O Lloyd Brasileiro contava, no Prata, com os navios Ladário e Diamantino, que faziam, cada um, uma viagem mensal e, "apesar de administrados em condições francamente deploráveis", ainda conseguiam obter renda para cobrir suas despesas. Essas embarcações encalhavam constantemente, pois recebiam cargas normalmente rejeitadas por outras companhias e não tinham critério para embarcá-las. Os dois navios, aliás, estavam mal conservados, a chuva penetrava

O Itamaraty permaneceu em silêncio. Fialho não se deu por vencido e retornou ao assunto, esclarecendo em que consistiam aquelas maquinações. O Lloyd brasileiro, escreveu, era uma "empresa subornada pela Companhia Mihanovich, a quem a preço de moeda, deixa vergonhosamente o campo livre de concorrência"[912].

Essa grave acusação obrigou o ministro Félix Pacheco a romper seu silêncio. A resposta do chanceler demonstrou que, neste caso, a política do governo Bernardes no que se referia ao Paraguai não priorizava os interesses nacionais brasileiros sobre os particulares, como, aliás, já ocorrera, muito antes, quando se privilegiou a Companhia *Matte Larangeira* em detrimento da economia de Mato Grosso. Assim, Félix Pacheco enviou mensagem pessoal a Octávio Fialho na qual afirmou que:

> Acho-o um pouco apaixonado no assunto e recomendo-lhe não intervir nos negócios próprios dessa empresa cujo actual Diretor [Sá Freire] tem estado sempre aqui no Itamaraty e é pessoa de absoluta confiança do presidente[913].

Fialho absteve-se, a partir de então, de fazer novas críticas ao Lloyd.

A alteração da política externa paraguaia, promovida desde o segundo governo Gondra, elevara o nível das relações com a Legação brasileira. Fialho procurou transmitir ao governo Bernardes essa realidade, bem como a necessidade de o Brasil tomar iniciativas que favorecessem o Paraguai. Uma delas, de baixo custo e de realização imediata, era a de obter do Lloyd Brasileiro a prestação de serviço eficiente no Rio da Prata, o que redundaria em benefício para a região oeste do Brasil. Essa iniciativa inviabilizou-se como resultado da conivência do governo Bernardes com a corrupção no Lloyd. Ao deixar o contato do Paraguai com o exterior sob o monopólio argentino, Bernardes esterilizou a reorientação da política externa paraguaia bem como a recuperação da influência brasileira nesse país.

À Legação argentina não passou despercebida a melhora das relações brasileiro-paraguaias. Para ela, "o Brasil tem íntimas e secretas relações com o governo paraguaio", cujo significado ainda

---

em seus camarotes, e eram "sujíssimos", com seus capitães afirmando não serem atendidos seus pedidos de material de limpeza e de pintura. Idem.

912 FIALHO para PACHECO, Of. Res. 2, 2a. Sec., Assunção, 21.8.1923. AEBAOE, 1923. Coincidência ou não, o original desse ofício não se encontra no volume correspondente do Arquivo Histórico do Itamaraty no Rio de Janeiro. Essa informação teria se perdido não fosse existir uma cópia do documento no arquivo da Embaixada do Brasil em Assunção.

913 PACHECO para FIALHO, tel. pessoal cifr., Rio de Janeiro, 8.9.1918 [sic! Trata-se de 1923]. AHI, MDBATR, 202-2-1.

era desconhecido. Relatou o comandante da canhoneira argentina Paraná, fundeada na baía de Assunção, que o presidente Eligio Ayala era considerado "como francamente ligado ao Brasil e pouco amigo da Argentina". A opinião pública também simpatizava mais com o Brasil, o que se explicava pela "hábil e eficaz política" desenvolvida em relação ao país guarani, nos últimos anos, pelo Itamaraty. Impressionava, segundo esse comandante, "a nossa situação, sem dúvida inferior no sentido e afeto deste povo", apesar da maciça presença argentina nos campos financeiro, comercial e cultural. Explicou tal inferioridade por um conjunto de fatores, ressaltando a contínua intervenção de políticos argentinos nos assuntos internos paraguaios; os obstáculos aduaneiros criados pela Argentina a produtos similares guaranis e "à pouca atenção que sempre deu a este país e que aqui costumam notar". Enquanto isso o Brasil agia com lisonjas e promessas, as quais, mesmo que cumpridas em sua mínima parte, "satisfazem a autoestima nacional e até mantém uma expectativa positiva em relação à sua política"[914].

Segundo aquele comandante, era opinião geral em Assunção ser inevitável uma guerra entre Argentina e Brasil. E, em tal caso, o Paraguai, como possível teatro das operações militares, teria que aliar-se a um dos contendores. Cauteloso, esse militar ressalvou que talvez essa convicção paraguaia não fosse sincera, mas, sim, tivesse a finalidade de levar Brasil e Argentina a devotar ao Paraguai uma política generosa e protetora. Era a impressão que se tinha, "ante o afã e teimosia com que [os paraguaios] sustentam que a guerra tem que ocorrer no curto prazo"[915].

Essa também era a linha de raciocínio do representante argentino em Assunção, Luis Castiñeiras. Para ele, a lógica da política internacional paraguaia era a mesma que imperava na solução de seus problemas internos: a bélica. Os governantes paraguaios acreditavam que uma guerra entre seus vizinhos traria benefícios ao país, os quais seriam ainda maiores se houvesse tensão permanente entre Argentina e Brasil, em lugar de conflito armado decisivo. No raciocínio dos líderes paraguaios e em seu comportamento não era considerada, "jamais", a possibilidade de harmonia argentino-brasileira[916].

Para Castiñeiras,

[914] CASTIÑEIRAS para GALLARDO, Nota 187, Conf., Assunção,18.7.1923. AMRECIC, Legaciones Argentinas en América - Paraguay, Cx. 2103, Legajo XIV. "Informe sobre política internacional del Paraguay" do capitão de Fragata Santiago A. BAIBIENE para o Ministro da Marinha da Argentina, Assunção, 5.9.1923. Idem, ibidem, Cx. 2198, Exp. 14.
[915] Idem.
[916] CASTIÑEIRAS para GALLARDO, Nota 246, Conf. Res., Assunção, 10.9.1923. Idem.

> Portanto, estimular a rivalidade, a competição e a discórdia entre a Argentina e o Brasil é a norma de conduta internacional dessa nação, temerosa, talvez, de que a concórdia e harmonia nas relações entre nosso país e o Brasil traría para o Paraguai uma situação de esquecimento e até de menosprezo.

Tal estratégia, destacou Castiñeiras, já se transformara em um sentimento nacional paraguaio. "Ninguém" ocultava que o papel do Paraguai era o de afastar ao máximo a Argentina do Brasil[917].

Octávio Fialho também considerava a hipótese de que, no Paraguai, talvez houvesse "um secreto desejo de conflicto" entre argentinos e brasileiros. Acrescentou que a "indiferença" com que Brasil e Argentina tratavam o país guarani, não lhe estimulava o desejo de paz entre esses seus vizinhos, por estar convencido de que nada ganharia com ela. O diplomata não acreditava que o Paraguai assumisse posição favorável a um dos contendores, em caso de guerra entre Brasil e Argentina. Na opinião de Fialho, os "jovens liberais" oficialistas tinham derrotado o caudilhismo, ao vencerem a revolta schaerista, e dedicavam "uma atenção nova" às nações vizinhas, para verificar qual delas melhor poderia auxiliar o progresso do Paraguai. O governo brasileiro, alertou Fialho, deveria estar ciente de que o Paraguai mudara e suas simpatias não se conquistavam apenas fomentando amizades "mais ou menos sentimentais" com "determinadas personalidades ou determinados Partidos". A partir de então, assegurou esse diplomata, os governantes paraguaios para priorizar suas relações com a Argentina ou o Brasil, considerariam qual destes poderia proporcionar "vantagem material" ao país guarani[918].

O governo paraguaio não estava, na verdade, em condições de envolver-se em um conflito externo, quando mal saíra de longa e desgastante guerra civil. Em 9 de julho de 1923, os revolucionários schaeristas atacaram inesperadamente Assunção. Apesar de o grosso das tropas legalistas encontrar-se no sul do país, onde se supunha estivessem os revoltosos, estes foram derrotados pela defesa improvisada montada pelo governo[919]. Em agosto os restos das forças sublevadas foram dissolvidas, sendo que anteriormente, em 18 de maio, falecera o coronel Chirife, vítima de problemas pulmonares[920]. A vitória governista significou a derrota do Exército por forças legalistas compostas basicamente por civis. Tal fato criou condições "para o

[917] Id.
[918] FIALHO para PACHECO, of. res. s/nº, 2a. Sec., Assunção, 21.8.1923. AEBAOE, 1923.
[919] Idem, tel. 28, Assunção, 11.7.1923. AHI, MDBATE, 202-1-14.
[920] URIZAR, t. II, pp. 633-634.

setor modernizante e democrático do radicalismo implementar seu projeto de renovação política no qual a transformação do Exército será fundamental"[921].

Ainda em agosto, o Partido Colorado, única oposição séria depois da derrota do "schaerismo"[922], retirou seus representantes do Congresso Nacional. A oposição deixou, assim, de estar representada no Legislativo, do qual também os schaeristas tinham se retirado do Legislativo com anterioridade. No mês seguinte ocorreram novas eleições legislativas, sem a participação de colorados ou schaeristas, ainda sob o Estado de Sítio estabelecido durante a guerra civil e que vinha sendo prorrogado. Dessas eleições saiu vencedor o liberalismo oficialista, composto por liberais radicais (gondristas e seguidores de Eligio Ayala), e cívicos. O fato novo nessas eleições foi a participação do *Partido Obrero*, cujos membros se diziam comunistas. Esse Partido teve número insignificante de votos em Assunção e Concepción e seus candidatos estiveram presos durante as eleições, sofrendo, ao mesmo tempo, intensa campanha difamatória do oficialismo[923].

O Congresso dedicou-se, então, em solucionar a duração do mandato provisório do presidente Eligio Ayala. Decidiu-se que em 15 de agosto de 1924 deveria assumir o novo presidente eleito. Em 3 de fevereiro desse ano reuniu-se a convenção do Partido Liberal Radical, que elegeu como candidatos a presidente e vice, respectivamente, Eligio Ayala e Manuel Burgos[924]. Caía por terra, assim, o acordo anterior entre o Diretório Radical e Eusebio Ayala, pelo qual este seria o candidato presidencial. Eusebio não se aborreceu, porém, com as manobras que inviabilizaram sua candidatura. Escreveu que as tomava como necessárias, pois não ambicionava a Presidência, à qual declarara que somente chegaria por vontade de seu Partido. Frente à preocupação de Eligio de desmentir qualquer envolvimento nas manobras daquele Diretório, Eusebio afirmou que jamais acreditara em tal hipótese e estimulou-o a aceitar a candidatura presidencial, por não estar ela subordinada a interesses de grupos subalternos[925].

Já definida, oficiosamente, a candidatura de Eligio Ayala à Presidência, José Paula Rodrigues Alves reassumiu a chefia da Legação brasileira em 14 de fevereiro de 1924. Logo se encontrou com o presidente

[921] FLECHA, p. 530.
[922] FIALHO para PACHECO, of. 11, 2a. sec., Assunção, 3.3.1923. AHI, MDBAOE, 201-3-12.
[923] Milda RIVAROLA, Obreros (...), p. 230.
[924] PEÑA VILLAMIL, Manuel. *Eusébio Ayala y su tiempo*. Asunción: Trujillo, 1993. p. 183.
[925] Eusébio AYALA para Eligio AYALA, Puerto Piñasco, 29.1.1924. Archivo Eligio Ayala - Archivo Dr. Carlos Pastore, APMPV. Carlos Pastore possuia, em seu arquivo, correspondência de Eligio Ayala. Esta foi fotocopiada por Manuel Peña Villamil, em cujo arquivo particular o autor deste livro pesquisou.

Eligio Ayala e dele fez uma avaliação favorável, elogiando sua política econômica. Ayala, informou o representante brasileiro, falara com simpatia do projeto de ligação ferroviária entre Brasil e Paraguai[926].

Rodrigues Alves encontrou-se, ainda, com o ex-presidente Eusebio Ayala, "grande amigo nosso e [que] conhece os homens e as coisas do Brasil". Na ocasião, Eusebio Ayala mostrou-se otimista quanto ao futuro do Paraguai, após 50 anos de revoluções vitoriosas, com exceção da última. O ex-chefe de Estado contou, então, que, ao passar por Buenos Aires, encontrara-se com o influente diplomata argentino José Maria Cantillo, que manifestara pesar pelo fato de o Paraguai estar vivendo sob a influência do Brasil, quando tudo aconselhava maior aproximação com a Argentina. Segundo esse relato, Ayala retrucou que o relacionamento de seu país com o Brasil era apenas de caráter cordial, o mesmo não se dando, porém, com a Argentina, por culpa dela mesma. Os argentinos, continuou o paraguaio na resposta a Cantillo, não tinham conseguido estabelecer relações cordiais com seus vizinhos e, por isso, no Paraguai, "ninguém" os tolerava, sentimento este compartilhado pelos bolivianos e chilenos. De tal conversa, Rodrigues Alves concluiu que Eusebio Ayala pensava, "como todos os paraguaios", que enquanto o Brasil não reorganizasse o Lloyd Brasileiro e não cuidasse seriamente da ligação ferroviária com o Paraguai, este teria que "gravitar" em torno de Buenos Aires, por laços concretos[927].

Para não estar à frente do processo eleitoral que o levaria à chefia constitucional do Paraguai, Eligio Ayala renunciou ao cargo de presidente Provisório, sendo substituído, em 17 de março de 1924, por Luis A. Riart. Durante os cinco meses do governo Riart, seu país assinou a convenção da Quinta Conferência Internacional Americana, na qual foi incluída a posição defendida pelo representante paraguaio Manuel Gondra. Este evitou o fracasso da Conferência na questão da limitação de armamentos ao apresentar proposta conciliadora de recomendação aos governos para recorrerem à investigação e ao exame de divergências, antes de qualquer início de hostilidades[928].

A cordialidade nas relações com o Paraguai levou o Itamaraty a retomar a proposta de um acordo para se delimitar a fronteira entre o rio Apa e a Bahía Negra, de acordo com o texto de tratado complementar apresentado pelo Brasil em 1911. A Chancelaria brasileira persistia, em 1924, na intenção de incluir nesse acordo uma cláusula preservando

[926] ALVES para PACHECO, of. res. 1, 2a. sec., Assunção, 23.2.1924. AHI, MDABOE, 201-3-12.
[927] Idem, of. res. 1, 2a. sec., Assunção, 24.2.1924. Ibidem.
[928] CARVALHO, Delgado. *História diplomática do Brasil*. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1959, p. 308.

os direitos de terceiros, ou seja, da Bolívia, que reivindicava o referido território. A cláusula, esclareceu Félix Pacheco, não significava que o Brasil contestasse a posse paraguaia daquele território, mas, sim, que não podia ignorar eventuais direitos da Bolívia. A demarcação do trecho de fronteira entre o Apa e a Bahía Negra, ressaltou o chanceler brasileiro, revestia-se de importância para pôr fim a contínuos conflitos de jurisdição militar, fiscal e aduaneiros na região, que beneficiavam bandoleiros e contrabandistas[929].

Rodrigues Alves recebeu instruções de "insinuar" a necessidade de o governo paraguaio preencher sua Legação, no Rio de Janeiro, com alguém autorizado a negociar um tratado complementar de limites. Após consultar o presidente provisório Riart e o futuro chefe de Estado, Eligio Ayala, o chanceler paraguaio Rogélio Ibarra comunicou que seria enviado um ministro residente para o Brasil, com instruções para negociar tal tratado[930]. Assim sendo, foi enviado, em outubro de 1924, para ocupar tal função, o próprio chanceler Ibarra. Não avançaram, contudo, as negociações em torno do tratado complementar de limites, suspensas em setembro de 1924, devido à rejeição de Eligio Ayala à cláusula condicional.

Esta ressalva era, segundo o ministro de Relações Exteriores Manuel Peña, inconveniente e inoportuna, por ser o Chaco assunto delicado, com repercussão na política interna. Para o chanceler paraguaio a ressalva a eventuais direitos bolivianos sobre esse território poderia debilitar a posição do Paraguai frente às pretensões territoriais do vizinho andino. Peña estava correto em suas observações e o governo brasileiro teve que esperar que Paraguai e Bolívia chegassem a algum acordo sobre suas divergências de limites. Somente então o Itamaraty negociaria com Rogélio Ibarra aquele acordo complementar[931]. A diplomacia brasileira passou, assim, a ter motivo adicional para preocupar-se com as crescentes divergências entre Assunção e La Paz.

[929] PACHECO para ALVES, of. LA/1, Rio de Janeiro, 26.6.1924. AHI, MDBAD, 202-1-4.
[930] EXTERIORES para BRASLEG-A, tel. cifr. 11, Rio de Janeiro, 7.6.1924. Idem, MDBATR, 202-2-1. ALVES para PACHECO, Tel. Cifr. 44, Assunção, 11.6.1924. Id., MDBATE, 202-1-14.
[931] ALVES para PACHECO, Tel. Cifr. 54, Assunção, 30.6.1924. Id., MDBATE, 202-1-14. EXTERIORES para BRASLEG-A, Tel. Cifr. 17, Rio de Janeiro, 5.9.1924. Ibid., MDBATR, 202-2-1.

V - Paraguai: Equilíbrio Externo Frustrado (1924-1936)

Entre 1924 e 1936, o Paraguai persistiu na política de reduzir sua asfixiante dependência econômica da Argentina e de colocar-se em posição de equilíbrio entre esta e o Brasil. Essa decisão política não foi, porém, suficiente, para superar os fatores que impediram a trajetória paraguaia rumo à equidistância. De fato, a ligação ferroviária brasileiro--paraguaia, ou outra forma de contato direto rápido e econômico entre os dois países, não se concretizou.

Ademais, o aumento das tensões entre Paraguai e Bolívia, em torno da soberania sobre o Chaco, que desembocaram na guerra, mantiveram a dependência paraguaia em relação à Argentina. Esta colaborou nas compras paraguaias de armas na Europa, a pedido do presidente Eligio Ayala, e forneceu ao Paraguai, durante o conflito, apetrechos de guerra, combustíveis e informações sobre os movimentos militares bolivianos.

1 - O pragmatismo de Eligio Ayala

Os quatro anos do governo Eligio Ayala decorreram em ambiente de tranquilidade política; relativa prosperidade econômica e seriedade administrativa. Uma rara junção de características na história paraguaia. A necessidade de preparar militarmente o país para defender a soberania sobre o Chaco levou Eligio Ayala a buscar apoio argentino, o que não

impediu de tentar implementar uma política externa de equilíbrio entre o Paraguai e seus dois maiores vizinhos.

a) A defesa do Chaco condiciona a política externa paraguaia

Eligio Ayala foi eleito presidente do Paraguai o que não era uma surpresa, pois não houve outro candidato. Tomou posse em 15 de agosto de 1924 e cumpriu os quatro anos de mandato, findo em 1928. Nesse período o Paraguai foi beneficiado pela reativação da atividade agropecuária; pela estabilidade política e por um governo moralizador da administração pública.

Ao ser eleito, Eligio Ayala convidou Manuel Gondra e Eusebio Ayala para assumirem, respectivamente, os Ministérios de Relações Exteriores e da Fazenda. Ambos recusaram o convite, embora continuassem a apoiar o novo presidente. Gondra recusou por problemas de saúde e, ainda, por estar convencido de que sua presença no Ministério dificultaria a pacificação da política paraguaia. Para ocupar a Pasta da Fazenda foi nomeado, então, Manuel Benítez, advogado que vivia há anos em Buenos Aires. O cargo de chanceler foi ocupado por Manuel Peña, vice-presidente da Câmara e membro da corrente radical guggiarista, classificado por Rodrigues Alves como homem inteligente e trabalhador. Peña era favorável à ligação ferroviária brasileiro-paraguaia e via "com grande e sincera simpatia as vantagens recíprocas de uma política de maior solidariedade e vinculação econômica" com o Brasil[932].

Eligio Ayala estabeleceu como prioridade preparar o país militarmente para, se necessário, enfrentar a Bolívia na disputa pelo Chaco, dando continuidade ao esforço que iniciara como presidente provisório. A compra de armamento era condicionante da política externa de seu governo, porque a Bolívia recusara uma solução negociada, aumentara seu exército e avançara na ocupação desse território. Era particularmente arriscado para o Paraguai o período de transição, entre o estado de "insolvência bélica" e, após receber o armamento que estava comprando, o de razoável preparação defensiva. Durante essa transição, pensava Eligio Ayala, a única garantia da integridade territorial paraguaia seria o apoio internacional de um país amigo, o qual "por diferentes razões, atualmente pode ser a Argentina"[933].

[932] ALVES para PACHECO, of. 43, 2a. sec., Assunção, 16.8.1924. AHI, MDBAOE, 201-3-12.
[933] Eligio AYALA para Eusebio AYALA, Assunção, 17.8.1925. Archivo Eligio Ayala - Archivo Dr. Carlos Pastore, APMPV.

O presidente Ayala designou Luis A. Riart como ministro da Guerra e Marinha, o qual era "homem inteligente e sobretudo dotado de um extraordinário tato", que tinha grande prestígio. Para Rodrigues Alves, o Paraguai iniciava uma nova era, tratando de dar nova orientação ao Exército, limitado a pouco mais de mil homens, "sem preparação nem objetivo"[934]. De fato, ao receber como missão preparar-se para a defesa do Chaco, os militares mantiveram-se ocupados com sua preparação profissional em lugar de se envolverem em disputas pelo poder.

Pretextando problemas de saúde, Riart foi para Buenos Aires com o objetivo secreto de adquirir armas dos arsenais argentinos. Na Argentina, o presidente Marcelo Alvear, o ministro da Guerra, Agustín P. Justo, e o ministro da Marinha, contra-almirante Domecq Garcia, apoiaram desde o início a causa paraguaia, mas não podiam vender armamento sem autorização do Congresso. O governo Alvear ofereceu, então, a assessoria da Comissão Técnica militar argentina na Europa para a compra de material bélico pelo Paraguai. E mais, para evitar que as fábricas postergassem a entrega de armas ao país guarani, devido a pouca importância de suas compras em comparação às de outros países, a Argentina ofereceu-se para incluí-las em suas próprias aquisições[935].

A oferta foi aceita por Eligio Ayala, pois o Paraguai carecia de tempo e de técnicos para determinar que armamento adquirir. Ademais, o envio à Europa de agentes paraguaios para a compra de armas despertaria a atenção da Bolívia, quando essa operação deveria ser sigilosa. A "acolhida deferente e amistosa" do presidente Alvear no atendimento às necessidades militares do Paraguai permitiria à Argentina determinar o tipo e quantidade de armas a comprar. A Comissão Técnica argentina aconselharia os preços, sistemas bélicos e métodos mais vantajosos para o país guarani, o qual, por intermédio de um agente diplomático, assinaria o contrato de aquisição e realizaria o pagamento. Desse modo, pensava o presidente paraguaio, seu país estreitava relações com a Argentina, tornando-a uma garantia contra eventual agressão boliviana, antes que o Paraguai estivesse preparado para a luta[936].

Outra prioridade do presidente Eligio Ayala foi a de regularizar a situação financeira externa do Paraguai. Seu governo entrou em entendimento, em Londres, com os credores externos das dívidas acumuladas pelos empréstimos de 1871, 1872 e 1912. Desde 1924 o país guarani pagou pontualmente seus compromissos externos. O governo

[934] ALVES para PACHECO, of. res. 4, 2a. sec., Assunção, 25.8.1924. AHI, MDBAOE, 201-3-12.
[935] PEÑA VILLAMIL, Manuel. *Eusebio Ayala y su tiempo*. Asunción: Trujillo, 1993, pp. 207-208.
[936] Eligio AYALA para Eusebio AYALA, Assunção, 17.8.1925. Archivo Eligio Ayala - Archivo Dr. Carlos Pastore, APMPV.

Ayala ainda pagou à *Paraguay Central Railway Co.* a indenização reclamada desde 1908, por prejuízos sofridos pela empresa com revoluções. Também o Banco Nacional argentino começou a receber, em 1926, o empréstimo que concedera em 1876 ao governo paraguaio. Tanto o pagamento pontual das parcelas da dívida externa, quanto o pagamento da compra de armas foram feitos pelo governo paraguaio com recursos próprios. Para tanto, recorreu-se a medidas de economia, orçamentárias e a iniciativas para aumentar a eficiência administrativa[937].

A seriedade do governo Eligio Ayala foi apontada, logo em seu início, pela Legação brasileira em Assunção. Para Rodrigues Alves o presidente queria trabalhar "e sobretudo fazer trabalhar o país". Para tanto, buscava pacificar os espíritos, pondo fim a meio século de caudilhismo, e esforçava-se para garantir a presença da oposição no Parlamento, prometendo aos colorados modificar a lei eleitoral vigente[938].

A paz, segundo Rodrigues Alves, era tudo que se necessitava para o Paraguai sair da letargia. Seu povo ordeiro, escreveu esse diplomata, pedia apenas tranquilidade e que o governo o deixasse livre para trabalhar. A constante ameaça à ordem retardava o desenvolvimento paraguaio, ao afugentar do país imigrantes e capitais. Tranquilidade e confiança eram o que mais necessitava o Paraguai, pois "tudo mais são coisas fáceis de serem obtidas em terras opulentas, ricas e generosas como estas"[939]. Dessa situação estava consciente Eligio Ayala, para quem "cinquenta anos de anarquia político-militar deixaram o país como está: pobre, sem crédito e estagnado"[940].

O desenvolvimento paraguaio não dependia, porém, somente da paz interna. Dependia, ainda, de facilidades de transporte para seu comércio externo. Estas não existiam e o Paraguai continuava na dependência da Argentina, como o demonstrou a paralisação do comércio exterior paraguaio por dois meses, em decorrência de greve na marinha mercante do país vizinho. A situação levou Eligio Ayala a criar uma companhia paraguaia de navegação, com capital de um milhão de pesos-

[937] As dívidas paraguaias dos empréstimos de 1871, 1872 e 1912 perfaziam, nominalmente, pouco mais de seis milhões de pesos-ouro, mas eram negociadas por 15% desse valor, quer dizer, valeriam cerca de 950.000 pesos-ouro. Pelo acordo assinado em 1924 com os credores, o governo paraguaio obteve o cancelamento de juros em atraso e a redução das taxas futuras a 3% ao ano, assim como a diminuição do valor nominal da dívida externa para 3.746.623 pesos-ouro. Frente a críticas internas que apontavam ser esse acordo desvantajoso ao país, visto que o valor de mercado dos títulos antigos não alcançava um milhão de pesos-ouro, Eligio Ayala argumentou que o Paraguai se veria frustrado se tentatasse comprá-los diretamente, pois eles se valorizariam. Ademais, afirmou, que essa operação seria uma especulação fraudulenta, comprometedora do crédito do país. URIZAR, Rogélio. *Los dramas de nuestra anarquía*. Rosário: Taller Gráfico de la Plaza, 1989, t. II, pp. 671-673.

[938] ALVES para PACHECO, of. 10, 2a. sec., Assunção, 10.9.1924. AHI, MDBAOE, 201-3-12.

[939] Idem, Of. 53, 2a. Sec., Assunção, 10.9.1924. Ibidem.

[940] Eligio AYALA para Eusebio AYALA, Assunção, 18.8.1925. Archivo Eligio Ayala - Archivo Dr. Carlos Pastore, APMPV.

-ouro, visando romper com o domínio da *Compañia Argentina de Navegación* no transporte fluvial entre o Paraguai e o Rio da Prata[941].

Ao mesmo tempo, o representante brasileiro fez gestões junto ao governo paraguaio para que as redes telegráficas dos dois países se interligassem. Essa ligação seria feita pelo norte paraguaio, região isolada e "transformada em campo aberto ao bandoleirismo e ao contrabando o mais desenfreado". Atendendo a reclamações dos habitantes daquele território e às gestões da Legação brasileira, o governo Ayala empregou "todos os seus esforços" para completar a ligação telegráfica entre Concepción e Bela Vista, no Mato Grosso. Por sugestão de Rodrigues Alves, as autoridades paraguaias desmontaram a estação radiotelegráfica de Encarnación, a leste, na fronteira com a Argentina, inoperante devido as condições topográficas locais, para transferi-la para o norte. O Paraguai teria, então, duas ligações telegráficas diretas com o Brasil, uma por cabo e, outra, por rádio[942]. De forma precária foi estabelecida a ligação telegráfica por cabo em meados de 1926[943], embora apenas no ano seguinte fosse assinado o Convênio Telegráfico entre os dois países.

A cooperação bilateral continuou quando o governo paraguaio solicitou duas vagas para estudantes paraguaios no Brasil, em curso de química industrial e no Instituto Butantã. Mais do que dois, foram quatro os estudantes paraguaios que foram para o Brasil: dois para o Rio de Janeiro e, dois outros, no Instituto Butantã em São Paulo. Destacou Rodrigues Alves o acerto dessa decisão, pois, até então, os jovens paraguaios, para fazerem estudos mais avançados, tinham praticamente como única opção a Argentina[944].

No plano interno, realizou-se, em fevereiro de 1925, a convenção do Partido Colorado, que afastou seus dirigentes, acusados de pactuar com o oficialismo. A nova direção partidária foi composta pela facção opositora ao governo, levando o Partido Colorado a abster-se de participar das eleições legislativas subsequentes. A estratégia dos novos dirigentes colorados era a de que o Partido Liberal, ao não ter oposição no Parlamento, se enfraqueceria, pois se fragmentaria em pequenos grupos, em luta entre si, durante os trabalhos legislativos. Faltava, porém, aos colorados lideranças capazes de sustentar uma oposição séria e seu abstencionismo poderia resultar em passividade[945].

---

[941] ALVES para PACHECO, of. 11, 3a. sec., Assunção, 15.10.1924. AHI, MDBBAOE, 201-3-12.
[942] Idem, Of. 63, 2a. Sec., Assunção, 25.11.1924. Ibidem.
[943] PACHECO para GUIMARÃES, encarregado de negócios no Paraguai, of. LA/2, Rio de Janeiro, 25.8.1926. Id., MDBAD, 202-1-4.
[944] ALVES para PACHECO, tel. cifr. 52, Assunção, 24.6.1924. Ibid., MDBATE, 202-1-14. Idem, of. s/nº, 2a. sec., Assunção, 3.12.1924. Id., MDBAOE, 201-3-12.
[945] ALVES para PACHECO, of. 2, 2a. sec., Assunção, 5.2.1925. AEBAOE, 1925.

Considerado "perigoso e funesto" pelo representante brasileiro no Paraguai, Eduardo Schaerer retornou ao país beneficiado pela anistia concedida por Eligio Ayala em setembro de 1924. Schaerer levou seu grupo a realizar uma convenção em 4 de fevereiro, constituindo o *Partido Liberal del Llano*, que proclamou sua abstenção eleitoral. Tal decisão significava que os schaeristas buscariam o poder pela força, fato do qual o governo Ayala estava cônscio, tomando medidas para defender-se[946].

Nas eleições legislativas de 1º de março de 1925, para substituir metade dos membros da Câmara e 1/3 do Senado, participou, portanto, somente o Partido Liberal situacionista. A propaganda em favor do comparecimento dos eleitores, bem como a nova lei eleitoral, que tornou obrigatório o voto, levaram 80.000 pessoas às urnas. Rodrigues Alves interpretou esse afluxo de votantes como "uma esplêndida manifestação democrática", em um país onde a população dificilmente alcançaria um milhão de habitantes[947].

Enquanto isso, o governo Ayala sofreu sua primeira baixa com a morte repentina de Manuel Peña. Foi uma grande perda, afirmou a Legação brasileira, pois Peña "era um grande e leal amigo do Brasil e tinha especial carinho pelos nossos homens e pelas nossas coisas". Para o cargo de ministro de Relações Exteriores foi nomeado, então, Enrique Bordenave[948].

Em maio de 1925 a Legação brasileira preocupou-se com a visita do Inspetor Geral do Exército argentino, general Uriburu, ao Paraguai. A viagem de Uriburu era apresentada como de cortesia, mas, "à surdina", dizia-se ser motivada por certa apreensão nos meios militares argentinos pela maior presença brasileira no Alto Paraná e pela mobilização de grandes efetivos no Rio Grande do Sul. O "alarma" de que o Brasil buscava desencadear uma guerra trouxera Uriburu ao Paraguai e era resultado "do trabalho macabro" de certos revolucionários brasileiros[949].

Essa mobilização militar brasileira tinha, na verdade, o objetivo de sufocar a rebelião contra o governo Federal, que, de agosto de 1924 até maio de 1925, atuou no Mato Grosso. A rebelião ocorria no bojo da crise da República Velha e no contexto do Tenentismo, movimento de jovens oficiais do Exército que pretendia dotar o país de um poder político centralizado, reduzindo a força das oligarquias, educando o povo e seguindo uma política vagamente nacionalista[950].

---

[946] Idem. Id., of. 3, 2a. sec., Assunção, 5.2.1925. Ibidem.
[947] Id., of. 8, 2a. sec., Assunção, 20.3.1925. Ibid.
[948] Id., of. 6, 2a. sec., Assunção, 20.3.1925. Ibid.
[949] Id., of. conf. 6, 2a. sec., Assunção, 20.5.1925. Ibid., MDBAOE, 201-3-12.
[950] FAUSTO, Bóris. *História do Brasil*. 2. ed. São Paulo: EdUSP, 1995, pp. 313-314.

Em 5 de julho de 1924 foi deflagrada, sob a chefia do general da reserva Isidoro Lópes, a rebelião contra o governo central na cidade de São Paulo. Sem condições de enfrentar o cerco das tropas federais, os revoltosos retiraram-se da cidade e parte deles concentrou-se, em agosto de 1924, no território de Iguaçu, na fronteira com o Paraguai. Em fins de outubro desse ano, partiu de Alegrete, no Rio Grande do Sul, sob o comando do capitão Luís Carlos Prestes, uma coluna rebelde para fazer junção com as forças do general Isidoro, dando origem à Coluna Prestes. Um grupo rebelde, sob comando de João Alberto, atravessou o rio Paraná, na altura de Foz do Iguaçu, e penetrou, em abril de 1925, em território paraguaio para alcançar os campos de Amambai, no sul de Mato Grosso. No mês seguinte terminou a campanha nesse Estado e a Coluna Prestes dirigiu-se para Goiás, em marcha de mais de 10.000 quilômetros pelo interior do Brasil e que terminou em fevereiro de 1927, quando seus remanescentes asilaram-se na Bolívia[951].

O governo paraguaio, a pedido de Rodrigues Alves, agiu contra os revolucionários brasileiros. Assim, no final de 1924, as autoridades paraguaias apreenderam grande quantidade de armas em comboio revolucionário brasileiro, no arroio Pirapó. Alves ficou "gratíssimo" ao governo Ayala, "cuja extrema solicitude obriga o nosso reconhecimento"[952]. Solicitude esta manifesta, também, na vigilância da fronteira e de revolucionários brasileiros que passavam por Assunção a caminho de Buenos Aires[953].

A ação do governo paraguaio em relação aos rebeldes brasileiros tinha, porém, vinculação com a própria política interna guarani. Nesta, apontou o chanceler Manuel Peña, o Partido Liberal estava, finalmente, unido; os militares restringiam-se à sua missão constitucional e o Partido Colorado encontrava-se às voltas com sua "anarquia interna". Já os schaeristas, sem força eleitoral, inclinavam-se pelo uso da força, inviável no novo contexto paraguaio, mas que poderia ser tentada comprando-se armas dos "restos da sedição brasileira"[954].

A Legação brasileira em Assunção cuidou, também, de informar regularmente a Chancelaria sobre as divergências paraguaio-bolivianas em torno do Chaco. Em setembro de 1925, essa representação recebeu instruções para avaliar o problema. Rodrigues Alves procurou o representante boliviano, David Alvestegui, que lhe disse que seu país não

[951] SILVA, Hélio. *1926: A Grande Marcha*. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1971, pp. 76-78.
[952] ALVES para PACHECO, tel. cifr. 143, Assunção, 3.12.1924. AHI, MDBATE, 202-1-14.
[953] Manuel PEÑA, ministro de Relaciones Exteriores, para ALVES, Assunção, 2.1.1925. AEBAOR, 1925.
[954] Manuel PEÑA para Eusebio AYALA, ministro paraguaio em Washington, Assunção, 14.2.1925. Cx. "E. [Eusebio] Ayala", nº 2, APMPV.

discutiria a questão em Buenos Aires, como sugerira o governo argentino, porque a Bolívia não aceitaria "nunca" as pretensões argentinas de arbitragem. Concluiu Rodrigues Alves que a Bolívia temia a influência de Manuel Gondra e do representante paraguaio em Buenos Aires, Pedro Saguier, junto a círculos políticos argentinos. A família Saguier contava com membros de nacionalidade argentina, sendo que um deles, Fernando, era influente senador no país vizinho e irmão de Pedro[955].

O governo paraguaio, por sua vez, postergava tomar qualquer decisão sobre o Chaco, enquanto Eusebio Ayala não retornasse ao país. O ex-presidente terminara sua missão diplomática junto ao governo dos Estados Unidos, partindo para Paris, de onde retornaria definitivamente a Assunção. Rodrigues Alves não especulou sobre o motivo da viagem de Eusebio Ayala à França, mas seu objetivo era o de fazer gestões financeiras, tendo em vista a compra de armas para a reorganização do Exército paraguaio[956].

Embora cumprindo essa missão, Eusebio Ayala discordou da orientação que seu governo dava à questão do Chaco. Para o ex--presidente a ação diplomática deveria anteceder a compra de armas, já que se gastaria "uma soma considerável de nossos escassos recursos em condições totalmente aleatórias", sem que o Paraguai estivesse preparado para tornar operacional o armamento comprado. Ademais, confiava-se "no juízo de uma comissão estrangeira [de compras], cuja competência é inquestionável, mas que carece de informação a respeito de nossas condições e possibilidades"[957].

Eusebio Ayala também discordava do tratamento dado pela imprensa paraguaia e por conferencistas em Assunção à questão do Chaco. O conteúdo dessas manifestações acirravam os ânimos bolivianos e pareciam indicar que o Paraguai buscava afastar a Bolívia de qualquer esperança de uma solução pacífica para suas aspirações. Para Eusebio Ayala "o governo e a opinião [pública] do Paraguai, assumiram a atitude que corresponderia a uma nação armada e preparada para qualquer eventualidade"[958]. E não era esta a situação do país guarani.

Dois meses depois, ainda em Paris, Eusebio Ayala reafirmou tais críticas em carta a Eligio Ayala. Defendeu uma ação diplomática bem orientada, que, de um lado, evitasse um ataque surpresa boliviano e, ainda, concedesse tempo ao Paraguai para preparar sua defesa. Afirmou

[955] ALVES para PACHECO, of. conf. 11, 2a. sec., Assunção, 16.9.1925. AHI, MDBAOE, 201-3-12. Idem.
[956] Id., ibídem. PEÑA VILLAMIL, pp. 207-211.
[957] Eusebio AYALA para Eligio AYALA, Personal - Confidencial, Paris, 13.10.1925. Archivo Eligio Ayala-Archivo Dr. Carlos Pastore, APMPV.
[958] Idem, ibidem.

ser um contrassenso a "propaganda chauvinista, [os] preparativos secretos, [a] opinião manifestada publicamente de que se deve desalojar os bolivianos"[959].

Eusebio Ayala chegou, mesmo, a questionar a veracidade das informações sobre a existência de grande número de soldados bolivianos no Chaco, o que levara o Paraguai a alarmar-se. "Valeria a pena", segundo Eusebio Ayala, investigar seriamente esse assunto "e não como se fez até agora". Perspicaz, também chamou a atenção para o interesse dos fabricantes de armamentos em promover conflitos entre as nações[960].

Eusebio Ayala relacionou, ainda, a "teoria lopizta" – o culto ao autoritarismo desenvolvido pelos revisionistas da figura de Francisco Solano López – com o fato de se desdenhar, no Paraguai, da ação diplomática. Cabia ao governo paraguaio, ou aos expoentes da República, a tarefa de mostrar aos cidadãos "a verdade das coisas [...] afastando-nos do perigoso caminho para onde nos empurram a paixões e a insensatez"[961]. Eusebio Ayala acreditava na viabilidade de ação pacificadora conjunta de Argentina e Brasil na questão do Chaco, o que "seria uma grande coisa" para o Paraguai. Com este objetivo ele tentou comprometer, com informações e conselhos, o chanceler Bordenave e o presidente Ayala, os quais, porém, ignoraram a ideia[962].

As divergências com o governo paraguaio robusteceram em Eusebio Ayala o desejo de retornar definitivamente a Assunção. Ele reafirmou, porém, ao presidente Eligio Ayala que continuaria a apoiá-lo[963], o que de fato ocorreu. As posturas de ambos os Ayala eram racionais. Era razoável a proposta de Eusebio de se buscar uma ação conjunta argentino-brasileira para mediar a questão com a Bolívia. Também era justa sua crítica quanto à necessidade de preparação de recursos humanos e organizacionais, sem os quais as armas compradas seriam de pouca valia. Mais, ainda, era compreensível o alerta para o risco dessas compras dependerem dos conselhos técnicos argentinos. Se Eligio pecava por não buscar aquela mediação de seus dois poderosos vizinhos, também era certo que o Paraguai não a poderia esperar desarmado, sob pena de ser surpreendido indefeso pela Bolívia. O presidente paraguaio era, ainda, pressionado pela opinião pública, induzida a uma atitude intransigente pela imprensa e pelo ambiente mental, envenenado por posturas de enfrentamento e xenofilia inculcadas pelo movimento lopizta.

[959] Id., muy confidencial, Paris, 1.12.1925. Ibid.
[960] Id., ibid.
[961] Id.
[962] Eusebio AYALA para Rogélio IBARRA, Paris, 18.10.1925. Archivo Rogélio Ibarra, APMPV.
[963] Eusebio AYALA para Eligio AYALA, Paris, 16.12.1925. Archivo Eligio Ayala - Archivo Dr. Carlos Pastore, APMPV.

Também Rodrigues Alves propôs ação mediadora do Brasil, em conjunto com "nossos amigos argentinos". Ele era simpático ao lado paraguaio e acreditava que, iniciada a negociação, talvez o governo Ayala se dispusesse a conceder uma saída à Bolívia para o rio Paraguai, ainda que não fosse aquela pleiteada – de "forma excessiva" – por La Paz, aparentemente à altura do Forte Olimpo. A mediação argentino-brasileira era necessária, segundo Rodrigues Alves, para respaldar o governo paraguaio perante a opinião pública. Eligio Ayala ficaria em posição "perigosíssima" se fizesse qualquer cessão territorial à Bolívia, por mais ínfima que fosse, devido à intransigente oposição por parte da opinião pública[964].

No Rio de Janeiro, por sua vez, Félix Pacheco tratou da divergência boliviano-paraguaia com o representante paraguaio Rogélio Ibarra. O chanceler Bordenave demonstrou a Rodrigues Alves sua satisfação pelo interesse brasileiro no assunto. O chanceler paraguaio, nessa ocasião, conversou "com certo cuidado e quem sabe mesmo se com receio de que estejamos ajudando as pretensões bolivianas no rio Paraguai". Isto porque o Paraguai estava "alarmado" com os protocolos assinados por Brasil e Bolívia em complementação ao Tratado de Petrópolis[965].

Dois meses antes, em 3 de setembro, Brasil e Bolívia assinaram quatro protocolos, dois no Rio de Janeiro e outros dois em La Paz. Esses documentos resolviam aspectos não solucionados pelos tratados de 1867 e 1903, que estabeleceram as fronteiras entre os dois países. Os protocolos de La Paz fixavam a fronteira entre o antigo marco de limite de Quatro Irmãos e a cabeceira do rio Verde, em Mato Grosso, e repartiam as ilhas do rio Madeira desde a confluência Beni-Mamoré até a foz de seu afluente Abunan. Um dos protocolos do Rio de Janeiro era complementar ao acordo de 10 de fevereiro de 1911, visando demarcar a fronteira na bacia do rio Amazonas, por ter-se verificado "a impraticabilidade da demarcação de certo trecho da mesma nos termos do Tratado de Petrópolis". Contudo, o que preocupava o chanceler paraguaio, era o outro protocolo, que determinava que Brasil e Bolívia aplicassem o dinheiro que ainda tivessem que despender na execução daquele Tratado de 1903, na construção de uma via férrea destinada a ligar a cidade boliviana de Santa Cruz de la Sierra, à região do Mato Grosso já alcançada pelos trilhos da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil. Com tal ligação, tornar-se-ia possível o entroncamento da rede ferroviária brasileira ao sistema ferroviária pan-americano[966].

[964] ALVES para PACHECO, Of. conf. 11, 2a. sec., Assunção, 16.9.1925. AHI, MDBAOE, 201-3-12.
[965] Idem, of. conf. 13, 2a. sec., Assunção, 5.10.1925. Ibidem.
[966] BRASIL. Relatório do Ministério das Relações Exteriores, 1926, pp. XII, 55-56.

Com "jeito", Rodrigues Alves demonstrou a Bordenave que tais protocolos nada tinham a ver com o Chaco. O diplomata afirmou que a estrada de ferro ligando Mato Grosso a Santa Cruz de la Sierra era um "velho pensamento" de ligar Porto Esperança ao Pacífico. Esse entroncamento com ferrovia boliviana, bem como o projeto de ligação ferroviária com o Paraguai, via Guairá, esclareceu Rodrigues Alves ao chanceler paraguaio, faziam parte do sistema de comunicação que o Brasil pensava implantar "em virtude de necessidades mais de ordem econômica [do] que política"[967].

Não houve, porém, no final de 1925, qualquer negociação boliviano--paraguaia sobre o Chaco e a Legação brasileira registrou a dedicação com que o governo Ayala organizava suas forças armadas. Haviam sido enviados, há mais de dois anos, quatro oficiais para estudar em escolas militares do Chile e da França, os quais em breve retornariam ao Paraguai, sendo substituídos por outros. Também tinham sido contratados vários oficiais russos, do antigo Exército czarista, dentre os quais o general Balaieff e um oficial de Marinha, o comandante Tumanoff, instrutores na Escola Militar paraguaia, que também estiveram no Chaco assessorando em obras de defesa. Estava, ainda, por chegar, a Missão Militar Francesa, composta de quatro oficiais, contratada para cooperar com o Estado-Maior paraguaio na reorganização do Exército[968].

O Paraguai reforçava não só o Exército, mas também a Marinha, mediante reparações de seus equipamentos e a construção de lanchas de pequeno calado para operar em riachos menores. Cuidava-se também das comunicações, construindo-se linhas telegráficas ao norte, colocando-se em contato telegráfico o Chaco com o resto do país. Rodrigues Alves acreditava que Eligio Ayala cuidaria da defesa sem comprometer a situação financeira paraguaia. Esta, segundo o diplomata brasileiro, era "das melhores", graças ao "alto tino administrativo" do presidente. Se Eligio Ayala persistisse em sua política, escreveu Rodrigues Alves, o Paraguai prosperaria. Apenas dois anos de paz no país já tinham sido suficientes para dar alento aos empreendedores, que permaneciam, porém, receosos de novas perturbações na ordem interna que prejudicassem suas atividades[969].

No plano internacional, destacou Rodrigues Alves, tudo girava em torno da Argentina. O Brasil contava pouco para o Paraguai, quer por não proporcionar facilidades de transporte entre os dois países, quer por não

[967] ALVES para PACHECO, of. conf. 11, 2a. sec., Assunção, 16.9.1925. AHI, MDBAOE, 201-3-12.
[968] Idem, of. res. 2, 2a. Sec., Assunção, 12.12.1925. Ibidem.
[969] Id., ibidem.

manter fluxo comercial importante. Quanto ao primeiro aspecto, aquele diplomata reafirmou as críticas ao precário serviço do Lloyd Brasileiro na região. Quanto ao comércio, a denúncia pelo governo paraguaio em 1898 do Tratado de Livre-comércio com Mato Grosso causara a decadência econômica do norte do país. A produção do sul mato-grossense, como a erva-mate da *Matte Larangeira*, para ser levada ao Prata, fora desviada para o Alto Paraná, beneficiando a cidade argentina de Posadas[970].

No Paraguai ansiava-se por um novo tratado comercial com o Brasil. Este seria útil para regularizar o comércio na fronteira, que, ao realizar-se quase todo sob forma de contrabando, trazia prejuízo. Grande parte da erva-mate exportada pelo Paraguai, talvez uns dois milhões de quilos, provinha, na verdade, de Mato Grosso, onde paraguaios também roubavam gado. Tais fatos somente eram possíveis devido ao "abandono" em que o Brasil deixara o Paraguai, fato que beneficiava apenas a Argentina[971].

Para Rodrigues Alves a situação do Brasil no Paraguai era melhor do que se poderia esperar, ao se considerar o comércio bilateral oficial insignificante; o péssimo serviço prestado pelo Lloyd brasileiro e a inexistência de uma comunicação ferroviária entre os dois países. Lembrou o diplomata que o projeto de convenção sobre o estabelecimento dessa ligação ferroviária estava com o ministro paraguaio no Rio de Janeiro há mais de um ano e que quando este partira para a capital carioca tinha instruções de seu governo de negociar sua assinatura[972].

O Paraguai, escreveu Rodrigues Alves, desenvolver-se-ia no dia em que contasse com outras saídas para o mar, além do porto de Buenos Aires. Com essa possível nova realidade, argumentou o representante brasileiro, a própria Argentina lucraria, pois um vizinho pobre constitui carga pesada, mas quando o vizinho prospera beneficia a todos. Daí o Brasil dever desejar a prosperidade do Paraguai e esforçar-se por ajudá-lo em suas dificuldades, "aproximando-nos dele com nossos trilhos [...] que abrirão novos horizontes a esta pequena e pobre Nação"[973].

Essa ligação ferroviária, em Ponta Porã, escreveria no final de 1927 José Tomás Nabuco de Gouvêa, sucessor de Rodrigues Alves, seria decisiva para a influência brasileira sobre o norte paraguaio. Esta zona, afirmou Nabuco de Gouvêa, era a única onde o Brasil poderia competir com a Argentina, que dominava, "incontestavelmente", o sul do país. A zona norte estava isolada da influência argentina e nela o clima era mais

[970] Id., of. conf. 15, 2a. sec., Assunção, 31.12.1925. Ibid.
[971] Id., ibid.
[972] Id.
[973] Id.

ameno e a terra de maior fertilidade. Era a região preferida pelas empresas norte-americanas interessadas na pecuária, no comércio de madeiras, de erva-mate, de tanino e de outros produtos primários[974].

A característica amistosa nas relações brasileiro-paraguaias não se restringiam, no final de 1925, ao plano estatal. Ampliaram-se os contatos culturais, limitados até então à presença de estudantes do Paraguai no Rio de Janeiro, com a excursão, em novembro desse ano, de cerca de 130 escoteiros paraguaios ao Brasil. Escreveu Rodrigues Alves que essa visita dos *boy scouts* era uma "oportunidade magnífica para nos fazermos conhecidos e estimados". Solicitou atenção especial na recepção a um dos líderes da excursão, o Dr. Alberto Schenoni, figura de destaque e Professor na Faculdade de Medicina em Assunção, desejoso de conhecer a organização hospitalar brasileira e visitar institutos de pesquisa[975]. O Itamaraty cuidou para que a visita dos escoteiros fosse um sucesso.

Utilizando-se da ligação fluvial-ferroviária entre os dois países, os escoteiros paraguaios tomaram trem especial da ferrovia Noroeste do Brasil e chegaram em 18 de novembro à cidade de São Paulo. Nesta foram recebidos com festas pela Associação dos Escoteiros Baden Powell, sendo homenageados, quatro dias depois, em ato realizado na Praça da Sé, a principal da cidade, e, na mesma noite, homenageados no Clube Atlético Paulistano, da elite local. Os escoteiros paraguaios visitaram indústrias e autoridades paulistas e partiram no dia 24 para o Rio de Janeiro, em trem especial oferecido pelo governo Federal. Nessa ocasião "deram-se vivas e urras" ao Paraguai e aos escoteiros de ambos os países, sob a animação da música tocada pela banda da Força Pública de São Paulo[976].

No Rio de Janeiro, o governo brasileiro hospedou os escoteiros paraguaios no Pavilhão Italiano, construído durante a Exposição do Centenário da Independência. A programação dos visitantes incluiu conhecer os encouraçados São Paulo e Minas Gerais; visitar pontos turísticos da cidade; visitar Petrópolis e almoçar no *Fluminense Footbal Club*. No almoço, Mozart Lago, representando o ministro da Justiça, levantou um brinde ao presidente Ayala e afirmou que os escoteiros, ao voltarem ao Paraguai testemunhariam o pacifismo dos brasileiros, a ponto de a Constituição determinar que os conflitos internacionais fossem resolvidos por arbitragem[977].

---

[974] GOUVÊA para MANGABEIRA, "Relatório de 1927 - Confidencial", Assunção, 13.1.1928. Id., 201-4-1.

[975] ALVES para PACHECO, carta particular, Assunção, 14.10.1925. id., 201-3-12.

[976] "Escotismo - a visita dos Escoteiros paraguayos"; "Escotismo - Os Escoteiros Paraguayos em S. Paulo"; "Os Escoteiros Paraguayos em S. Paulo" e "Escoteiros Paraguayos". *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 15 (p. 11); 22 (p. 7); 24 (p. 6) e 25.11.1925 (p. 5). BN, Micr. PR-SPR-2.

[977] "Escoteiros Paraguayos - Sua Chegada hoje ao Rio" e "Chegaram hontem os escoteiros paraguayos". *O Paiz*, Rio de Janeiro, 23 e 24 (edição única - p. 4) e 25.11.1925. BN, Micr. PR-SPR-6(142). "Escoteiros Paraguayos - Sua Chegada

Do Rio de Janeiro, os escoteiros paraguaios retornaram a seu país por navio, com escalas em Santos, São Francisco e no porto de Rio Grande. Os cuidados do governo brasileiro ao recepcioná-los produziram seus efeitos. Um dos líderes dessa excursão, César López Moreira, elogiou, em carta particular, a recepção de seus escoteiros no Brasil. Escreveu ele que, "reflexionando serenamente", não havia dúvidas de que no Brasil existia uma grande simpatia em relação ao Paraguai, "não apenas por parte do mundo oficial, mas também pelo próprio povo"[978].

As fluidas relações entre os governos Arthur Bernardes e Eligio Ayala permitiram ao primeiro solicitar o apoio paraguaio à reivindicação brasileira de um lugar permanente no Conselho da Liga das Nações. O governo paraguaio prometeu esse apoio, mas seu representante em Genebra, Ramón Caballero agiu de modo distinto, "sempre dúplice e ao serviço de Briand"[979]. Alertada para o fato pela Legação brasileira, a Chancelaria paraguaia telegrafou a esse seu representante ratificando a instrução anterior. Caballero, contudo, não alterou seu comportamento, o que levou a nova consulta brasileira ao chanceler Enrique Bordenave sobre o assunto. Bordenave reafirmou o apoio paraguaio à posição brasileira na Liga das Nações e informou que Ramón Caballero era Encarregado de Negócios em Paris, tendo ido à Genebra apenas para participar da Assembleia da Liga e que "esse rapaz está europeizado e vê as coisas de um ponto de vista distinto do nosso"[980].

Aparentemente Bordenave era sincero e assim entendeu o representante brasileiro em Assunção. A precariedade de funcionamento do Ministério de Relações Exteriores paraguaio tornava crível que um representante seu, em posto distante, e tratando de assunto que não despertava maior interesse para seu país, se deixasse guiar por opinião pessoal, contrariando instruções, sem ser demitido. Tanto é assim que em março de 1926, a Comissão de Diplomacia do Senado, dominada pelo oficialismo, desaprovou a atuação de Ramón Caballero em Genebra e lamentou que ele não tivesse apoiado a Delegação brasileira[981].

O fato constituiu o registro mais importante nas relações Brasil-Paraguai no final do governo Arthur Bernardes. Este sempre contou com

a esta Capital"; "Escoteiros Paraguayos - Visita aos Couraçados 'S. Paulo' e 'Minas Gerais'" e "Escoteiros Paraguayos". *Jornal do Commércio*, Rio de Janeiro, 25 (p. 2); 26 (p. 2) e 30.11.1925 (p. 1). BN, Micr. PR-SPR-1(459).

978 César LÓPEZ MOREIRA para Rogélio IBARRA, representante paraguaio no Brasil, Assunção, 18.1.1926. Archivo Rogélio Ibarra, APMPV.

979 EXTERIORES para BRASLEG-A, tel. cifr. 22, Rio de Janeiro, 13.5.1926. AHI, MDBATR, 202-2-1.

980 ALVES para PACHECO, tel. cifr. s/nº, Assunção, 25.9.1925. Idem, MDBATE, 202-1-13. Mario Costa GUIMARÃES, encarregado de negócios interino, para PACHECO, Tels. Cifr. 20, 23 e 26, Assunção, 17.2; 5 e 17.3.1926. Idem, 202-1-14. Id., of. 10, 2a. sec., Assunção, 1.7.1926. Id., MDBAOE, 201-3-12.

981 GUIMARÃES para EXTERIORES, tels. cifr. conf. 28 e 36, Assunção, 23.4 e 17.6.1926. Id., MDBATE, 202-1-14.

a boa vontade das autoridades paraguaias na repressão à atuação de revolucionários brasileiros em território guarani e, ainda, a disposição de Assunção em estabelecer uma ligação ferroviária com o Brasil. Preocupado com a situação interna brasileira, Bernardes manteve postura diplomática acanhada em relação ao Paraguai, em contraste com o dinamismo da administração anterior, de Epitácio Pessoa. De fato, o Itamaraty pouco aproveitou ou respaldou, com atos concretos, a tentativa de Eusebio Ayala e de Eligio Ayala de direcionar a política externa paraguaia para um equilíbrio entre Brasil e Argentina. Entre 1922 e 1926, a diplomacia brasileira não tomou iniciativa de maior alcance nas relações bilaterais, quer para providenciar a ligação ferroviária, quer para criar condições para a redução da dependência paraguaia da Argentina. Dependência que se aprofundou com o apoio secreto argentino aos preparativos do Paraguai para enfrentar uma guerra contra a Bolívia.

b) A ofensiva diplomática do novo governo brasileiro

Logo após a posse de Washington Luís na Presidência, foi trocado o representante brasileiro em Assunção. Rodrigues Alves partiu em janeiro de 1926 após ter realizado um hábil e, dentro das limitações do governo Arthur Bernardes, profícuo trabalho. Durante o ano de 1926 a Legação brasileira foi chefiada por Encarregados de Negócios interinos: Mario da Costa Guimarães, de janeiro a agosto, e Gustavo de Vianna Kelsch. Em 17 de janeiro de 1927, o deputado federal José Tomás Nabuco de Gouvêa assumiu o cargo de ministro Plenipotenciário em Assunção.

Nabuco de Gouvêa tivera experiência diplomática anterior. Após a rebelião de São Paulo contra o governo Arthur Bernardes, em 1924, os rebeldes gaúchos penetraram, em diversas ocasiões, no Uruguai, provocando reclamações diplomáticas do governo desse país. Para tratar do assunto, Nabuco de Gouvêa foi enviado como Ministro Plenipotenciário em Missão Especial a Montevidéu, onde, em 14 de janeiro de 1925, assinou um Protocolo com o governo uruguaio criando condições para a assinatura, dois meses depois, de um Convênio. Este determinou "normas invariáveis", pelas quais as autoridades dos dois países deviam se pautar, em caso de alteração de ordem interna em um deles, de modo a evitar que o território de um deles fosse utilizado por rebeldes como base contra outro[982].

[982] Relatório do Ministério das Relações Exteriores, v. I, 1925, p. 66.

O mandato de deputado de Nabuco de Gouvêa terminou pouco antes de assumir sua função diplomática no Paraguai. Três dias antes do final das sessões da Câmara de Deputados, ele apresentou projeto de lei autorizando o governo brasileiro a contribuir com mil conto de réis para as vítimas do ciclone que havia arrasado a cidade paraguaia de Encarnación. O projeto de lei não foi aprovado pela Câmara mas resultou em simpatias ao autor no Paraguai, onde foi recebido como amigo do país. Posteriormente o representante paraguaio no Rio de Janeiro, Rogélio Ibarra, ironizou esse fato, afirmando que Nabuco de Gouvêa pleiteara e não conseguira a chefia de uma representação diplomática na Europa. Ademais, afirmou Ibarra, aquele projeto de lei fora apresentado tendo em vista sua possível rejeição[983].

Ao assumir a Presidência, Washington Luís implementou uma bem-sucedida reforma monetária, estabilizando a moeda. Durante seu governo as finanças públicas foram saneadas, e, com a paz interna e a alta dos preços internacionais do café, o Brasil teve, entre 1926 e 1929, um surto de prosperidade[984]. Na política externa, durante seu governo houve a demarcação de trechos imprecisos de fronteira, inclusive com o Paraguai e a criação de serviços econômicos e comerciais, para coleta e divulgação de informações nessa área. Buscou-se, em esforço coordenado entre os Ministérios das Relações Exteriores e da Agricultura, promover a imigração, obter informações sobre o crédito externo e dinamizar as exportações[985]. Quanto a estas se via a América do Sul como potencial mercado para os manufaturados brasileiros[986].

A dinamização da política externa brasileira também repercutiu nas relações com o Paraguai. Nabuco de Gouvêa partiu do Rio de Janeiro com instruções precisas para reativar a escala em Assunção da linha do Lloyd Brasileiro que unia o Prata a Corumbá, no Mato Grosso, e promover a ligação ferroviária e telegráfica entre os dois países. O desenvolvimento dos meios de transporte, afirmou esse diplomata, atendia ao objetivo de expansão comercial brasileira em relação ao Paraguai[987].

Em 1927 o comércio exterior paraguaio fora superavitário, exportando 14.282.040 pesos-ouro e importando 11.977.766. O maior

[983] Rogélio IBARRA para o chanceler Enrique BORDENAVE, Rio de Janeiro, 14.10.1926. Archivo Rogélio Ibarra, APMPV.
[984] BELLO, José Maria. História da República. 7. ed. São Paulo, Cia. Editora Nacional, 1976, pp. 266-268.
[985] CERVO, Amado Luiz; BUENO, Clodoaldo. *História da Política Exterior do Brasil*. São Paulo, Editora Ática, 1992, p. 209-210.
[986] CARVALHO, Ronald. Relatório Reservado sobre a Política Exterior do Brasil e dos Paizes da América do Sul, organizado por ordem de sua excellencia o senhor Ministro de Estado das Relações Exteriores pelo 1º official da Secretaria de Estado Ronald de Carvalho. Rio de Janeiro, 1927, mimeografado, Biblioteca do Ministério das Relações Exteriores - Brasília, p. 127.
[987] GOUVÊA para EXTERIORES, tel. cifr. 17, Assunção, 12.4.1927. AHI, MDBAT, 202-1-15.

fluxo comercial era com a Argentina: 12.079.548 pesos-ouro de exportação e 4.009.115 de importação. Para o Brasil a exportação paraguaia foi de apenas 7.782 pesos-ouro, constituindo-se de cigarros; charque; tabaco; melaço; essência de *petit-grain* (utilizada na elaboração de perfumes); farinha e polvilho[988].

As estatísticas das exportações brasileiras para o Paraguai vinham decrescendo desde 1923. Veja-se o quadro, com os valores expressos em pesos-ouro:

1923 - 532.184
1924 - 228.381
1925 - 142.005
1926 - 100.737
1927 - 184.589[989]

Tais números, porém, afirmou Nabuco de Gouvêa, estavam "longe" de reproduzir a realidade. A maior parte das vendas brasileiras ao Paraguai não eram contabilizadas, por serem contrabando feito a partir de Mato Grosso, constituindo-se em gado, erva-mate e fardos de fumo. A importação, pelo país guarani, de mate brasileiro não aparecia em qualquer estatística oficial, mas ocorria sobretudo pelas localidades de Pedro Juan Caballero, Cerro Torin e Amambai, em quantidade superior a 3.000.000 quilos/ano, comprada ao preço de 39 a 42 pesos paraguaios por fardo de 10 quilos. A produção máxima de erva-mate, por parte do Paraguai, era de 5.000.000 quilos/ano, enquanto o país exportava 8.000.000 de quilos/ano. Além disso, as exportações brasileiras de têxteis de algodão e de lã, calçados, utensílios agrícolas e artefatos de ferro chegavam ao Paraguai por intermediários, de Buenos Aires, como se fossem de origem alemã, francesa ou inglesa[990].

As estatísticas demonstram que, de 1926 a 1928, entre 77 e 88% das exportações paraguaias eram destinadas à Argentina. Esses números, contudo, incluem mercadorias que, de Buenos Aires, eram reexportadas para terceiros mercados. Somente em 1929 passou-se a discriminar a mercadoria que efetivamente permanecia na Argentina daquela que

[988] GOUVÊA para MANGABEIRA, "Relatório de 1927 - Confidencial", Assunção, 13.1.1928. Idem, MDBAOE, 201-4-1.
[989] Idem, of. 179, 2a. sec., Assunção, 18.9.1928. Ibidem, 201-4-2.
[990] Id., ibid.

se encontrava em trânsito. Concluiu-se, então, que entre 50 e 55% das exportações paraguaias eram destinadas exclusivamente ao mercado argentino[991].

Havia, portanto, perspectivas de comércio crescente entre Brasil e Paraguai, desde que se desenvolvessem as comunicações físicas entre os dois países. Coincidentemente, no Itamaraty, documento de análise da política brasileira na América do Sul, de autoria de Ronald de Carvalho, defendeu a construção de ligações ferroviárias com os países vizinhos. Estas teriam finalidade econômica, de criar novos mercados para produtos industriais brasileiros, e também geopolítica, facilitando deslocamentos militares brasileiros com fins defensivos. Tal documento chamou a atenção para o fato de que o presidente argentino Marcelo Alvear, "inimigo vigilante do Brasil", não apenas comprara armamentos e realizara grandes obras militares ao longo da fronteira brasileira, como também aumentara o número de tropas nessa região[992].

Na análise de Ronald de Carvalho, o governo Alvear tinha planos expansionistas, preparando-se para enfrentar o Brasil. O lado brasileiro, por sua vez, não estava preparado para enfrentar uma "investida séria argentina", carecendo de estradas de ferro e de rodagem para o transporte de tropas. A Argentina não só dispunha de tais meios, como também controlava militar e comercialmente os rios Paraguai, Paraná e Uruguai. Em caso de guerra, escreveu Carvalho, "não devemos duvidar" de que o Paraguai se aliasse à Argentina, pois o país guarani "parece mais uma província argentina do que um Estado soberano". Havia, ainda, hostilidade contra o Brasil não só por parte das camadas populares do povo paraguaio, mas também das "classes cultas"[993].

Defendeu Ronald de Carvalho que se conectasse a Estrada de Ferro Noroeste do Brasil com uma ferrovia que chegasse a Concepción. Desse modo o porto brasileiro de Santos seria ligado aos centros produtivos da República do Paraguai, "libertando-a das imposições de Buenos Aires"[994]. Tal iniciativa foi tomada já em fevereiro de 1927, quando Nabuco de Gouvêa tratou com o governo paraguaio o tema da ligação ferroviária, que repercutiu positivamente nos jornais locais. Independentemente de vinculações políticas, a imprensa apoiou "calorosamente" o projeto[995].

---

[991] LIVIERES GUGGIARI, Lorenzo N. El financiamiento de la defensa del Chaco; 1924-1935. Asunción: Arte Nuevo Editores, 1983, p. 21.
[992] CARVALHO, pp. 12, 26.
[993] Idem, pp. 27 e 40.
[994] Id., p. 165.
[995] GOUVÊA para EXTERIORES, tel. cifr. 14, Assunção, 31.2.1927. AHI, MDBAT, 202-1-15.

Nabuco de Gouvêa chegou a um "perfeito entendimento" com o presidente Eligio Ayala e o chanceler Enrique Bordenave sobre o tema. Concordaram com a construção de estrada de ferro entre Concepción e Pedro Juan Caballero, permitindo a conexação dos sistemas ferroviários brasileiro e paraguaio em Ponta Porã. Em abril de 1927, do lado paraguaio, existiam 30 quilômetros de trilhos, de bitola estreita, de Concepción até Villa Horqueta, faltando outros 188 quilômetros, de terreno firme e quase plano, para atingir Pedro Juan Caballero. A concessão para essa construção fora dada à *Compañia Industrial Comercial del Norte*, que falira, sendo seu acervo comprado pelo governo paraguaio, o qual queria negociar a construção do trecho faltante. Enquanto isso, no Brasil, o presidente mato-grossense concedeu à Companhia Rede Sul de Mato Grosso a concessão para construir o ramal de 360 quilômetros, unindo Ponta Porã a Campo Grande[996].

Seriam, portanto, 548 quilômetros de trilhos entre Concepción e Campo Grande, onde seriam conectados com a Noroeste do Brasil, viabilizando a ligação do rio Paraguai com os portos de Santos e Rio de Janeiro. A construção daqueles 548 quilômetros, destacou Nabuco de Gouvêa, traria vantagens estratégicas e comerciais para o Brasil. No primeiro aspecto, permitiria ao Estado-Maior do Exército utilizar o trecho do lado brasileiro para a defesa do sul mato-grossense. Do lado econômico, não só o país guarani seria beneficiado, ao romper o monopólio de Buenos Aires sobre seu comércio exterior, mas também o Brasil, por servir a união ferroviária de complemento à navegação brasileira do rio Paraguai. As águas dessa via fluvial baixavam nos períodos de seca, prejudicando gravemente o comércio da região, sendo a navegação entre Concepción e Corumbá a mais problemática[997].

Quanto à ligação telegráfica entre os dois países, realizada em Bela Vista, no Mato Grosso, seu funcionamento era precário desde meados de 1926. Apenas em janeiro do ano seguinte, contudo, a Chancelaria brasileira, já na administração de Washington Luís, remeteu ao governo paraguaio proposta de convênio telegráfico. Pela proposta, as linhas e transmissores telegráficos paraguaios seriam adaptados e compatibilizados tecnicamente com as normas brasileiras[998].

O governo paraguaio foi fortemente pressionado por companhias telegráficas estrangeiras a não aceitar o convênio com o Brasil. Cedendo-lhes

[996] Idem, ibidem.
[997] Id., ibid.
[998] PACHECO para GUIMARÃES, of. LA 2, Rio de Janeiro, 25.8.1926. AHI, MDBAD, 202-1-4. MANGABEIRA para GOUVÊA, of. LA/1, Rio de Janeiro, 13.1.1927. Idem, ibidem, 202-1-5. GOUVÊA para EXTERIORES, tel. cifr. 17, Assunção, 12.4.1927. Id., MDBAT, 202-1-15.

parcialmente, a Chancelaria paraguaia apresentou ao Itamaraty a contraproposta pela qual o Paraguai teria três anos para, em etapas, executar aquelas adaptações. Nabuco de Gouvêa defendeu a tese de que o Brasil deveria aceitar a alteração proposta, o que foi feito, em nome do "espírito de conciliação" e da necessidade de se consolidar prontamente a ligação telegráfica[999].

Em 18 de outubro de 1927 Nabuco de Gouvêa assinou o Convênio Telegráfico em Assunção. Ficou determinado que o ponto de encontro das duas redes telegráficas era Bela Vista, tendo o Brasil se comprometido, para agilizar as comunicações entre os dois países, instalar aparelhos impressores rápidos, desde o Rio de Janeiro até Corumbá, bem como linha simples de transmissão entre Bela Vista, Aquidauana e Corumbá e linha dupla entre Campo Grande e Uberaba. O Brasil estabeleceria, ainda, uma estação radiotelegráfica potente em Cuiabá, destinada a fazer a ligação entre o Rio de Janeiro e Assunção, onde o governo paraguaio instalaria outra estação com idênticas características. Em setembro do ano seguinte, Nabuco de Gouvêa assinou a ratificação do Convênio Telegráfico[1000].

Em relação à linha do Lloyd Brasileiro, já em 1925 a Companhia Comercial Americana, com negócios em Assunção, solicitou que seus navios fizessem escala em Assunção. A resposta do Ministério de Viação e Obras Públicas do Brasil foi negativa, pois as leis paraguaias exigiam que os navios estrangeiros utilizassem práticos locais ao entrar e sair do porto assuncenho. As embarcações do Lloyd seriam obrigadas, desse modo, a levar esses práticos desde Humaitá, onde embarcavam, até Assunção e desta até Corumbá, o mesmo ocorrendo no caminho inverso. Tal exigência, argumentou aquele Ministério, implicaria em significativo e injustificado ônus financeiro para os navios do Lloyd, pois navegavam com seus porões cheios, não dispondo de espaço para carregar mercadorias em Assunção. Na viagem direta para Corumbá, essas embarcações tinham seus custos reduzidos ao utilizar-se de práticos da flotilha de Mato Grosso da Marinha de Guerra brasileira[1001].

O assunto voltou a ser tratado no final de 1926, quando o Lloyd decidiu que dois vapores fariam escala em Assunção, para atender "os insistentes pedidos do comércio importador e exportador" do Paraguai. Condicionava-se, porém, a realização dessas escalas a que esses vapores

[999] GOUVÊA para MANGABEIRA, of. 89, 2a. sec., Assunção, 25.4.1927. Id., MDBOE, 201-3-13. MANGABEIRA para GOUVÊA, of. LA/6, Rio de Janeiro, 22.8.1927. Id., MDBAD, 202-1-5.

[1000] GOUVÊA para MANGABEIRA, of. 201, 2a. Sec., Assunção, 18.10.1927. Id., MDBAOE, 201-3-14. Idem, of. 172, 2a. Sec., Assunção, 11.9.1928. Ibidem, 201-4-2.

[1001] Raul Adalberto de CAMPOS, Diretor-Geral dos Negócios Comerciais e Consulares, para ALVES, of. LA 2112/2, Rio de Janeiro, 11.8.1925. Ibid., MDBAD, 202-1-4.

recebessem facilidades idênticas àquelas outorgadas a navios argentinos. Uma delas era a de embarcar práticos somente na confluência do rio Pilcomayo, no destacamento de Itá-Enramada, já próximo de Assunção, enquanto os demais navios estrangeiros os embarcavam em Humaitá, logo após ingressarem no Paraguai. O presidente Eligio Ayala atendeu esse pedido[1002].

A incompetência administrativa do Lloyd, porém, continuava a mesma. A empresa recusou-se a reconhecer dívidas com comerciantes paraguaios, grande parte delas herdadas da extinta Companhia Minas e Viação de Mato Grosso, havendo outras, contraídas anteriormente, quando os navios do Lloyd faziam escala em Assunção. A nova linha dessa estatal brasileira somente poderia ser inaugurada após resolver essa questão, sob pena de o primeiro navio do Lloyd que aportasse em Assunção ser apreendido pelas autoridades judiciais locais. A dívida, segundo o agente local do Lloyd, era de "pouca monta" e o Itamaraty gestionou para que o Lloyd a quitasse. Isso, porém, não ocorreu até o momento da inauguração da nova linha em 31 de julho de 1927, mas os dois navios que se seguiram não fizeram escala na cidade[1003].

Na realidade a linha do Lloyd com essa escala passou a ser feita por três pequenos vapores mistos, para carga e passageiros, inadequados. Seus guindastes não conseguiam erguer toras de madeira, significativo produto de exportação do Paraguai, de transporte fácil e seguro e que pagava frete compensador. Como barcos de passageiros, esses vapores deixavam muito a desejar e "são em tudo inferiores aos da *Compañia Argentina*". Esta operava com navios diferenciados para passageiros e para carga[1004].

De incoerência, no entanto, não se podia acusar o Lloyd, posto que, em 1927, operava na região com a mesma incompetência do passado. Nesse ano, seus navios jamais operaram com carga completa entre Montevidéu e Mato Grosso e "nunca" levaram "uma só carga a Assunção". Na segunda metade de 1927, a agência do Lloyd em Assunção ficou sem fundos por mais de três meses, deixando de saldar dívidas junto a fornecedores. Os bancos da praça recusavam-se a operar com essa empresa, mesmo em saques à vista. Tal circunstância, agravada pelo descontentamento dos prejuízos que tiveram com a Companhia Minas e Viação de Mato Grosso, levou os

[1002] Raul Adalberto de CAMPOS para KELSCH, encarregado de negócios Interino, of. LA 3843/2, Rio de Janeiro, 13.12.1926. Ibid. GOUVÊA para EXTERIORES, tel. cifr. 20, Assunção, 17.2.1927. Id., MDBAT, 202-1-15.

[1003] GOUVÊA para MANGABEIRA, of. 40, 2a. sec., Assunção, 16.2.1927. Id., MDBAOE, 201-3-13. EXTERIORES para BRASLEG-A, tel. cifr. 24, Rio de Janeiro, 15.3.1927. Id., MDBAT, 202-1-15. GOUVÊA para EXTERIORES, tels. s/nº e 24, Assunção, 1 e 2.8.1927. Id., ibidem. GOUVÊA para MANGABEIRA, "Relatório de 1927-Confidencial", Assunção, 13.1.1928. Id., MDBAOE, 201-4-1.

[1004] Idem, ibid.

agentes que trabalhavam com o Lloyd em Assunção a não renovarem seus contratos de representação. O quadro era ainda mais difícil devido a fator alheio ao Lloyd, que era o de os maiores exportadores paraguaios para a Europa não contarem com agentes em Montevidéu. Portanto, neste porto os exportadores não podiam fazer o transbordo de suas mercadorias das embarcações do Lloyd para os navios transoceânicos, sendo obrigados a utilizar o porto de Buenos Aires, portanto os serviços da *Compañia Argentina de Navegación*[1005].

A Legação argentina em Assunção constatou que a posição da *Compañia Argentina de Navegación* não estava ameaçada, pois os navios do Lloyd eram poucos, mal tripulados e pior administrados. Nabuco de Gouvêa e "seus amigos paraguaios", escreveu o representante argentino, apresentavam as concessões do governo Ayala ao Lloyd como uma vitória brasileira, o que levou esse diplomata a ironizar: "que não sofra o nosso país [Argentina] senão derrotas parecidas". E, de fato, atendendo ao pedido de informações do Itamaraty, o representante brasileiro respondeu, em 1928, que o Lloyd, no Paraguai, passava por dificuldades "todos os dias", que eram "oriundas de irregularidades" da própria companhia[1006].

O fato de maior relevância nas relações brasileiro-paraguaias em 1927 e, mesmo, desde que o Barão do Rio Branco, em 1911, tomou a iniciativa de tratar desse assunto, foi a assinatura do Tratado Complementar de Limites. O Itamaraty não conseguira solucionar essa questão, pois insistia em introduzir no Tratado cláusula ressalvando eventuais direitos da Bolívia ao território a ser demarcado, o que o Paraguai não aceitava. As negociações em torno desse assunto foram retomadas na capital brasileira, com o representante paraguaio Rogélio Ibarra. A Chancelaria paraguaia, porém, estava despreparada para tratar do tema: "Eu não sabia nada do assunto", escreveu o chanceler Enrique Bordenave, que se declarou, inclusive, surpreso em tomar conhecimento de que o Tratado de Limites de 1872 limitara-se "à demarcação desde o Iguaçu até as bocas do Apa"[1007].

Em 21 de maio de 1927 foi assinado o Tratado Complementar de Limites, que ficou conhecido como Tratado Ibarra-Mangabeira. O Tratado definiu, no trecho entre a foz do Apa e o desaguadouro da Bahía Negra, o leito do rio Paraguai como fronteira, pertencendo à margem esquerda ao Brasil e a direita ao Paraguai. Ratificou-se o reconhecimento da soberania

[1005] Id., ibid.
[1006] Ricardo OLIVERA para GALLARDO, nota res. 85 R-E, Assunção, 15.6.1927. AMRECIC, Legaciones Argentinas - Paraguay, Cx. 2601. GOUVÊA para MANGABEIRA, Of. Res. 105, Assunção, 25.5.1928. AHI, MDBAOE, 201-4-1.
[1007] Enrique BORDENAVE para Rogélio IBARRA, "Reservadíssima", Assunção, 4.1.1927. Archivo Rogélio Ibarra, APMPV.

brasileira sobre a ilha de Facho dos Morros, enquanto as demais ilhas caberia ao Brasil as que estavam à margem oriental, cabendo ao Paraguai aquelas próximas da margem ocidental[1008]. Esse Tratado entraria em vigor somente em 1929, pois sua ratificação pelo Congresso paraguaio foi obstaculizada pela oposição.

Dedicando-se ainda à questão de fronteira, o governo brasileiro buscou averiguar as condições em que se encontravam os marcos de limite entre o Brasil e o Paraguai. Para tanto, foram enviados, em junho de 1927, dois oficiais do Exército brasileiro, da Comissão de Limites, acompanhados do comandante Elias Ayala (sem relação de parentesco com o presidente), chefe da Seção de Limites da Chancelaria paraguaia. Nessa averiguação constatou-se que alguns dos marcos estavam "em completa ruína", o que levou o governo brasileiro a expor às autoridades paraguaias a necessidade de restabelecê-los. Constatou-se, ainda, que a povoação paraguaia de Ipé-jhú estava localizada em território brasileiro, como reconheceu Elias Ayala. O Itamaraty instruiu Nabuco de Gouvêa a, "delicadamente", comunicar ao Chancelar Bordenave que o Brasil não podia consentir que autoridades guaranis continuassem a exercer jurisdição sobre esse local[1009].

Também a Argentina interessou-se em retomar a demarcação de sua linha fronteiriça com o Paraguai, no rio Pilcomayo. Na análise de Nabuco de Araújo, a sugestão argentina de retomar as negociações, após sete anos de esquecimento, era uma resposta ao "bom entendimento" entre Paraguai e Brasil para demarcar a fronteira[1010].

O Tratado de Limites argentino-paraguaio, de 1876, determinara como fronteira entre os dois países o braço principal do rio Pilcomayo, pouco explorado até então. Descobriu-se, posteriormente, que o Pilcomayo era um rio instável, que possuía dois braços inferiores, havendo divergências sobre qual destes era o principal, o qual seria o limite fronteiriço. Em 1905 os governos argentino e paraguaio decidiram criar uma comissão mista para tratar do assunto, a qual, em 1907, identificou o braço sul do Pilcomayo como o principal. A Argentina, porém, não ratificou essa decisão e a questão ficou indefinida. Em abril de 1921, o governo argentino retomou esse tema e a chanceleria paraguaia expôs

[1008] Relatório do Ministério de Relações Exteriores, 1927, pp. 5-6.
[1009] EXTERIORES para BRASLEG-A, tel.cifr. 40, Rio de Janeiro, 25.5.1927. AHI, MDBAT, 202-1-15. GOUVÊA para EXTERIORES, Tel. Cifr. 91, Assunção, 8.6.1927. Idem, ibidem. MANGABEIRA para GOUVÊA, of. res. LA/9, Rio de Janeiro, 12.9.1927. Id., MDBAD, 202-1-5.
[1010] GOUVÊA para MANGABEIRA, of. 79, 2a. sec., Assunção, 10.4.1927. Id., MDBAOE, 201-3-13.

motivos reiterando o braço sul como limite entre os dois países. Não se chegou, então, a qualquer resultado e mesmo em 1927 as negociações não foram, afinal, retomadas. A definição desse limite somente ocorreu por tratados assinados em 1939 e 1945[1011].

Em meados de 1927, Nabuco de Gouvêa tomou novas iniciativas. O ministro da Fazenda, Manuel Benítez, informou-lhe que a *Liebig's Extract of Meat Company* desejava importar gado brasileiro para ser abatido em seus frigoríficos. Essa importação fora proibida por decreto do início dos anos 1920 por motivos sanitários, mas, disse Benítez, seria permitida desde que o governo brasileiro concedesse atestado veterinário ao gado em trânsito, a ser introduzido por Bela Vista e Porto Murtinho. Tal foi feito, enquanto decreto do presidente Ayala isentou de impostos de importação as cabeças de gado destinadas a frigoríficos e a produtores de charque, beneficiando os criadores de Mato Grosso e do Paraná[1012].

A Associação Comercial paraguaia criou uma comissão de pecuaristas que, em encontro com o presidente Ayala, pleiteou o cancelamento dessa importação de gado. A polêmica estendeu-se à imprensa, com alguns jornais criticando a decisão presidencial. A campanha contra essa importação, afirmou Nabuco de Gouvêa, era motivada principalmente pelos pecuaristas da província argentina de Formosa, desejosos de manter o monopólio da venda de gado para o Paraguai, e cujos animais seriam inferiores ao brasileiro. Provava-o a ordem de compra d a companhia *Liebig's* de 30.000 cabeças de gado brasileiro[1013].

Durante o ano de 1927 a *Cia. Liebig's* comprou 35.000 cabeças de gado brasileiro e outros dois frigoríficos instalados no Paraguai, *International Produce Company* e *La Fonciére*, outras 20.000 cada um. Essa importação interessava tanto ao Brasil quanto ao Paraguai, pois este consumia, anualmente, 430.000 cabeças de bovinos, número muito superior à produção nacional. Como consequência, o país guarani importava gado argentino e, ao isentar de taxas a importação bovina do Brasil, criou-se uma fonte fornecedora alternativa[1014].

O governo Washington Luís buscou, em todas as frentes, aumentar a presença e melhorar a imagem do Brasil no Paraguai. Transferiu a Legação brasileira, até então instalada modestamente, para uma sede ampla – que hoje é a residência oficial do presidente da República – na

[1011] SALUM-FLECHA, Antonio. *Derecho diplomático del Paraguay de 1869 a 1994*. 5. ed. corregida y aumentada, Asunción: Ediciones Comuneros, 1994, pp. 139-152.
[1012] GOUVÊA para EXTERIORES, tels. Cifr. 88 e 95, Assunção, 4 e 13.6.1927. AHI, MBDAT, 202-1-15.
[1013] GOUVÊA para MANGABEIRA, of. 127, Assunção, 6.7.1927. Idem, MDBAOE, 201-3-14.
[1014] Idem, of. 179, Assunção, 18.9.1928. Ibidem., MDBAOE, 201-4-2.

então Avenida Colômbia, equipando-a com novo mobiliário, ao custo de 1.500 libras esterlinas. Por determinação do Itamaraty, essa sede foi inaugurada com banquete e baile em homenagem à data nacional paraguaia, à qual compareceram 500 pessoas, ou seja, todos os que tinham alguma relevância na vida política do país, ao considerável custo de 450 libras esterlinas. Por sugestão de Nabuco de Gouvêa, o governo brasileiro também decidiu reformar a escola pública Estados Unidos do Brasil, frequentada por 1.400 alunos, como já o haviam feito a Argentina, os Estados Unidos e o Uruguai, nos estabelecimentos de ensino que levavam seus nomes. O edifício da Estados Unidos do Brasil foi entregue totalmente remodelado em 2 de abril do ano seguinte[1015].

O governo brasileiro também pagou as passagens dos quatro congressistas que representariam o Paraguai na Conferência Parlamentar Internacional do Comércio, que se realizou em setembro de 1927, no Rio de Janeiro. O Tesouro brasileiro pagou, ainda, passagem e hospedagem da esposa do deputado César Vasconsellos, a seu pedido, que fazia viagem de núpcias[1016].

No plano político interno, ao aproximarem-se as eleições legislativas, a Legação brasileira informou da "agitação partidária" que extrapolava a disputa do pleito. Os "numerosos" liberais dissidentes, liderados por Eduardo Schaerer faziam intensa propaganda contra o governo Ayala, procurando levar os militares à rebelião. Pedro Peña, chefe colorado de grande prestígio, pregava abertamente a necessidade de um movimento subversivo para repor seu Partido no poder. Habilmente, o presidente Ayala estimulou a divisão do Partido Colorado, neste surgindo uma facção que lhe era simpática e que defendia a participação nas eleições legislativas[1017].

[1015] GOUVÊA para EXTERIORES, Tels. 78 e 79, Assunção, 16.3 e 20.5.1927. Ibid., MDBAT, 202-1-15. DUNHAM, encarregado de negócios, para MANGABEIRA, of. 60, Assunção, 2.4.1928. Ibid., MDBAOE, 201-4-1. GOUVÊA para MANGABEIRA, of. 74, 2a. sec., Assunção, 5.4.1927. Ibid., 201-3-13.

[1016] Os demais parlamentares agraciados com passagens eram o senador Victor Abente, presidente da Comissão de Codificação; e Deputados Juan Carlos Garcete, presidente da Comissão de Trabalho; e Eduardo Peña, membro da Comissão de Relações Exteriores. O Deputado César Vasconsellos era membro da Comissão de Negócios Constitucionais. MANGABEIRA para GOUVÊA, of. La/6, Rio de Janeiro, 22.8.1927. Ibid., MDBAD, 202-1-5.César Vasconsellos, porém, voltou desgostoso do Rio de Janeiro, por ter sido hospedado no Hotel Glória, em frente ao qual havia estátua do Almirante Barroso, que comandou a esquadra brasileira na batalha do Riachuelo em 1865. Meses depois, Vasconsellos escrevia na imprensa, discordando de artigos publicados pelo senador Juan José Soler - "nosso bom amigo", segundo Nabuco de Gouvêa. Soler defendia que era fictícia a rivalidade Brasil-Argentina e que já era tempo de orientar a política externa paraguaia no sentido de cultivar a amizade desses dois vizinhos, sem desconfianças.GOUVÊA para MANGABEIRA, Of. 201 e 208, Assunção, 31.10 e 6.11.1928. Ibid., MDBAOE, 201-4-2. Anexo, os recortes dos artigos de: SOLER, Juan José. "El Brasil en el Paraguay". *El Diario*, Asunción, edições de 26, 27 e 28.10.1928. VASCONSELLOS, César. Artigo sem título. *La Patria*, Asunción, 3.11.1928.

[1017] Idem, Of. 57, 2a. Sec., Assunção, 26.2.1927. Ibid., 201-3-13.

c) As divergências paraguaio-bolivianas e a neutralidade do Brasil

Recrudesceu em 1927 a disputa paraguaio-boliviana pelo Chaco. A Bolívia chegou, mesmo, a conceder licença à companhia norte-americana *Standard Oil* para explorar petróleo nesse território. Enquanto isso, o presidente Eligio Ayala enviou a Buenos Aires o ministro da Fazenda Manuel Benítez. Sua missão era a de conferir o "grau de amistad" da Argentina com o Paraguai e preparar terreno "para la realización de los buenos ofícios" para negociações de paz com a Bolívia[1018].

Em 25 de fevereiro, porém, a situação agravou-se quando uma patrulha boliviana atacou o fortim paraguaio *Sorpresa*, matando seu comandante, o tenente Adolfo Rojas Silva. Nesse incidente o governo Eligio Ayala teve reação cautelosa, pois o coronel Joseph Coulet, chefe da missão militar francesa, desaconselhou que se iniciasse qualquer ação armada em reação à agressão boliviana. O Exército paraguaio, afirmou Coulet, não tinha condições "de tomar qualquer atitude, nem mesmo defensiva"[1019].

O Itamaraty aconselhou Nabuco de Gouvêa a não tomar qualquer atitude e retransmitiu-lhe telegrama do representante brasileiro em La Paz. Este diplomata informou que o chanceler boliviano solicitava ao Brasil intervenção junto ao Paraguai em favor da paz, acalmando os ânimos exaltados em Assunção. Este chanceler afirmou que fizera o mesmo pedido à Argentina[1020].

No Paraguai atribuía-se à Bolívia intenções hostis e, ao contrário do que afirmava o chanceler desse país andino, não havia qualquer alarme na opinião pública paraguaia. Nabuco de Gouvêa estava bem informado ao relatar ao Itamaraty que o governo paraguaio comprava armamento no Velho Mundo, assessorado pela Missão Militar Argentina na Europa[1021]. A Chancelaria brasileira instruiu, então, seu representante em La Paz a manter-se discreto e a aconselhar soluções pacíficas ao governo boliviano, mas "sem aludir [a] bons ofícios que não tem por enquanto cabimento"[1022].

Quase simultaneamente, a Bolívia protestou contra a instalação de colônia menonita no Chaco, reação que a Chancelaria paraguaia recebeu com naturalidade[1023]. Os menonitas eram seguidores de Menno

[1018] Enrique BORDENAVE para Rogélio IBARRA, Personal-Reservadíssima, Assunção, 4.1.1927. Archivo Rogélio Ibarra, APMPV.
[1019] GOUVÊA para MANGABEIRA, of. 38, 2a. sec., Assunção, 16.2.1927. AHI, MDBAOE, 201-3-13.
[1020] EXTERIORES para BRASLEG-A, tel. cifr. 17, Rio de Janeiro, 7.3.1927. Idem, MDBAT, 202-1-15.
[1021] GOUVÊA para EXTERIORES, tel. cifr. 31, "urgente", Assunção, 8.3.1927. Id., ibidem.
[1022] Retransmissão de EXTERIORES para BRASLEG-A, tel. cifr. 21, Rio de Janeiro, 11.3.1921. Id., ibid.
[1023] Enrique BORDENAVE para Rogélio IBARRA, Personal-Reservadíssima, Assunção, 4.1.1927. Archivo Rogélio Ibarra, APMPV.

Simons, uma seita protestante fundada em Zurique, em 1525. Um dos seus aspectos distintivos é a proibição absoluta de participar da luta armada, inclusive em defesa pessoal, e de prestar o serviço militar. Os menonitas, avessos a se submeterem à justiça estatal têm rígidas normas próprias. Sofreram, assim, dificuldades, de início na Europa, e, nas primeiras décadas do século XX, na América Norte, o que os levou a procurar um novo país se instalarem[1024].

A necessidade de ocupar o território do Chaco levou o Estado paraguaio a sancionar lei em 26 de julho de 1921, concedendo direitos e privilégios aos membros da comunidade menonita e a seus descendentes. O primeiro grupo de menonitas, de 214 pessoas, chegou ao Paraguai em 1926, e, ainda durante esse ano, ingressaram outros 1.765. Aquelas concessões foram estendidas, por lei de agosto de 1927, a todas as comunidades pacifistas, religiosas ou não, norte-americanas ou europeias, e a seus descendentes, que se estabelecessem no Chaco. Em 1928, instalaram-se outras treze comunidades menonitas produtivas[1025]. Nos anos seguintes, mais imigrantes dessa seita ingressariam no Paraguai, onde, ainda hoje, mantêm seu estilo de vida e constituem importante setor produtivo agropecuário.

A Bolívia, ao protestar contra a instalação de menonitas no Chaco, opinou Nabuco de Gouvêa, testava o limite de tolerância do Paraguai. Nos últimos tempos, afirmou esse representante, o Encarregado de Negócios bolivianos trocara notas "quase impertinentes" com a Chancelaria local. A situação do Paraguai era delicada, pois o país estava desarmado, era "paupérrimo" e necessitava armamento adicional, uma vez que o arsenal disponível era insuficiente para travar uma guerra, mesmo defensiva, contra a Bolívia. O coronel Coulet, da missão militar francesa e amigo pessoal de Nabuco de Gouvêa, a quem informava "de tudo" o que se passava no Ministério da Guerra, aconselhou o presidente Ayala a fazer novas compras de armas e de material de aviação[1026].

As perspectivas eram "sombrias" e, para evitar problemas maiores entre Assunção e La Paz, Nabuco de Gouvêa via como única saída os "conselhos" da Argentina, do Brasil e do Chile, país este no qual

[1024] PASTORE, Carlos. *La lucha por la tierra en Paraguay*. Montevideo: Editorial Antequera, 1972, pp. 306-307.

[1025] A lei de 1921 exonerou-os do serviço militar obrigatório; concedeu-lhes liberdade de religião e culto; o direito de fundar e administrar livremente escolas para ensinar e aprender sua religião e sua língua; e o direito de administrar livremente as heranças e as propriedades de viúvas e órfãos, de acordo com as normas da comunidade menonita. O decreto também proibiu a venda de bebidas alcoólicas em um perímetro de cinco quilômetros de distância das propriedades pertencentes às colônias. Foi concedido aos menonitas, por dez anos, o direito de livre introdução no Paraguai de elementos necessários à instalação dos imigrantes e produção das colônias, bem como a isenção de impostos nacionais e municipais pelo mesmo período. Id., ibid, pp. 306-309.

[1026] GOUVÊA para MANGABEIRA, of. conf. 63, 2a. sec., Assunção, 9.3.1927. AHI, MDBAOE, 201-3-13.

o Paraguai também estava buscando apoiar-se. O governo paraguaio não repelia uma solução conciliatória, mas sua margem de manobra era limitada pela opinião pública. Os paraguaios esperavam de seu governo que, tão pronto o Exército estivesse preparado, obrigasse os bolivianos, *manu militari*, a retrocederem, respeitando a linha estabelecida pelo *status quo* determinado pelo Tratado de 1907[1027].

Em junho a Legação brasileira informou ao Itamaraty sobre o aumento da presença militar boliviana no Chaco Boreal e ao norte da Bahía Negra, bem como a compra paraguaia de nove aviões de guerra na França, além de armas e munições na Europa. O Paraguai procurava ganhar tempo, protelando qualquer decisão definitiva sobre as divergências com o vizinho andino. A imprensa oposicionista assuncenha, por sua vez, empenhava-se em campanha contra a Bolívia e, desde a visita a Assunção de missão naval chilena, os ânimos no Exército paraguaio estavam mais exaltados. Em outubro o chanceler paraguaio comunicou a Nabuco de Gouvêa ter sido informado sobre uma eventual mobilização de tropas bolivianas e, se confirmado o fato, que acreditava que o Chile também se mobilizaria, em apoio ao Paraguai[1028].

O general paraguaio Schenoni estava comprando armas na Europa em "comum acordo" com a Missão Militar argentina no Velho Continente. O Exército paraguaio, que há pouco não contava com mais de 1.000 homens, dispunha, em setembro, de 3.400 soldados na infantaria, dos quais 2.500 estavam equipados graças a essas compras. A força terrestre contava, ainda, com 300 homens na cavalaria, 700 soldados distribuídos em 14 fortins no Chaco e 150 alunos na Escola Militar[1029].

Em outubro de 1927, sob patrocínio do governo argentino, reuniram-se em Buenos Aires plenipotenciários paraguaios e bolivianos para tratar das divergências em torno da posse do Chaco. A Delegação paraguaia estava integrada por três colorados e dois liberais, a saber: Eusebio Ayala; José P. Guggiari, Manuel Domínguez, Francisco Chávez e Fulgencio Moreno. Houve dois períodos de sessões, o primeiro, de

---

[1027] Idem, ibidem. Id, of. 78, 2a. sec., Assunção, 10.4.1927. Ibid. Para o Encarregado de Negócios espanhol em Assunção, Ontiveros, o eventual recurso à arbitragem do território litigioso seria desfavorável ao Paraguai. Este não tinha, na área contestada pela Bolívia, "atributo alguno de soberania, ni a un juez, ni um comisario, ni una escuela, ni una bandera, ni un soldado, ni caminos". Esse diplomata sintetizou sua opinião afirmando que não existia nada "que haga sentir a eses indios del Chaco ser paraguayos". ONTIVEROS para secretário de Assuntos Exteriores, nota 82, Assunção, 25.8.1924. AMAE, Correspondencia Embajadas e Legaciones - Paraguay, legajo 1674.

[1028] GOUVÊA para MANGABEIRA, of. 109, 2a. sec., Assunção, 8.6.1927. AHI, MDBAOE, 201-3-13. GOUVÊA para EXTERIORES, tels. cifr. 89, 95 e conf. 150, Assunção, 4 e 13.6 e 15.10.1927. Idem, MDBAT, 202-1-15.

[1029] Memorial de Guerra de GOUVÊA para MANGABEIRA, anexo ao of. conf. 169, Assunção, 19.9.1927. Ibid., MDBAOE, 201-3-14.

outubro a dezembro de 1927, e o segundo, de maio a julho de 1928. Desde a primeira reunião entre as duas delegações estabeleceu-se um diálogo de surdos, levando as negociações ao fracasso[1030].

Em meio à crescente tensão boliviano-paraguaia, parte da imprensa, vinculada ao representante argentino em Assunção, apontou ser o Brasil favorável à Bolívia. Já o chanceler Octávio Mangabeira escreveu a Nabuco de Gouvêa que o era amigo da Bolívia e do Paraguai e, por isso, neutro em suas divergências e que desejava as resolvessem pacificamente. A Legação brasileira em Assunção foi instruída a demonstrar isso por todos os meios[1031]. Consciente do apoio militar direto da Argentina ao Paraguai, embora Buenos Aires protestasse neutralidade, o governo brasileiro mantinha-se verdadeiramente neutro na disputa boliviano-paraguaia, postura que não se alteraria nos anos seguintes, mesmo durante a Guerra do Chaco (1932-1935).

Frente ao perigo externo, Eligio Ayala buscou promover a unidade interna, apesar da ausência de colorados e schaeristas do Congresso Nacional. O Estado de Sítio fora suprimido antes da posse de Ayala, o qual, em setembro de 1924, concedeu anistia política aos participantes da rebelião de 1921-1922. Passados dois anos, em outubro de 1926, começaram as negociações entre o governo e os colorados para que participassem das próximas eleições legislativas. O Partido Colorado, porém, dividia-se entre os *abstencionistas* liderados por Pedro Peña, que eram contra essa participação, e os *infiltristas*, liderados, entre outros, por Francisco Chaves[1032].

O Partido Liberal, por sua vez, continuou dividido entre radicais, cujo maior expoente era José P. Guggiari, e os dissidentes de Eduardo Schaerer. De todo modo, apontou a Legação brasileira, os partidos políticos paraguaios não eram programáticos. Agrupavam-se em torno de chefes ou caudilhos, "mais condutores de homens do que de ideias, para a disputa dos postos de governo"[1033].

O presidente Eligio Ayala conseguira desviar os antigos chefes militares da política, dividindo-os. Fortaleceu, ademais, os jovens oficiais profissionais, entregando-lhes o comando de tropas, enquanto os mais "inquietos" foram enviados para a Europa. O presidente preocupou-se, também, com a Polícia, reorganizando-a com elementos de sua confiança. Outra causa do "sucesso político" de Ayala residia no fato de ter ele

[1030] PEÑA VILLAMIL, pp. 244-245.
[1031] GOUVÊA para MANGABEIRA, of. 223 e conf. 244, 2a. sec., Assunção, 10 e 28.11.1927. AHI, MDBAOE, 201-3-15. MANGABEIRA para GOUVÊA, of. conf. PA/19, Rio de Janeiro, 26.12.1927. Idem, MDBAD, 202-1-5.
[1032] PEÑA VILLAMIL, p. 197.
[1033] GOUVÊA para MANGABEIRA, of. 194, 2a. sec., Assunção, 11.10.1927. AHI, MDBAOE, 201-3-15.

composto um Ministério com homens ponderados e inteligentes, mas sem força eleitoral, o que os tornava "mais disciplinados à sua pessoa"[1034].

Em novembro de 1927 discutiam-se nomes para a convenção do Partido Liberal, a ser realizada no mês seguinte, que escolheria o candidato a presidente da República. Eligio Ayala inclinava-se, "abertamente", por Eusebio Ayala, quem, no entanto, resistiu à candidatura, apoiado por sua esposa, Marcelle. Esta afirmava que o cargo de presidente era uma prisão e um sacrifício para Eusebio, homem de negócios que ocupava posições lucrativas[1035].

Eusebio Ayala, segundo a Legação brasileira, "é o grande agente dos interesses [norte] americanos aqui", administrando uma empresa dessa nacionalidade. O ministro residente norte-americano em Assunção, Kreeck, apoiava abertamente a candidatura de Eusebio. Era crescente a presença dos Estados Unidos no Paraguai, o que se comprova pelo fato de uma firma norte-americana ter sido contratada para a modernização do porto de Assunção, ao custo de US$ 2,5 milhões, quantia financiada pela própria construtora a juros de 8% ao ano. A representação diplomática dos Estados Unidos apoiava, ainda, empresas de seu país na disputa pela instalação da rede de água e esgoto para a capital. O apoio foi inútil, pois somente no final da década de 1950 Assunção ganhou essas instalações. A crescente desenvoltura dos interesses norte-americanos no Paraguai não passou despercebida à Legação argentina no país, que se mostrou incomodada com o fato[1036].

A vinculação de Eusebio Ayala com a empresa privada e modernos métodos de gerenciamento explica, em parte, sua eficiência na administração pública. Eficiência que foi demonstrada ao ocupar provisoriamente a Presidência, cargo ao qual voltou constitucionalmente em 1932, cabendo-lhe conduzir, com sucesso, a Guerra do Chaco. O fato de aquela vinculação fazer-se com interesses norte-americanos contribuiu, por certo, para Eusebio Ayala desejar manter distanciamento político da Argentina. Esta era, afinal, aliada e maior parceira comercial, na América Latina, da Grã-Bretanha, a qual rivalizava com os Estados Unidos pela hegemonia continental[1037]. Também era compreensível que Eusebio Ayala tivesse uma visão favorável do Brasil, o qual, além de ser alternativa em potencial para o acesso paraguaio ao mar, estava mais próximo de Washington.

[1034] Idem, ibidem.
[1035] Id., of. 233, 2a. Sec., Assunção, 16.11.1927. Ibid.
[1036] Id., of. 224, 2a. Sec., Assunção, 11.11.1927. Ibid.
[1037] Sobre essa disputa veja-se: BARCLAY, Glen. *Struggle for a continent*; The diplomatic history of South America 1917-1945. London, Sidgwick & Jackson, 1971.

Não se encontrou indícios de que as vinculações de Eusebio Ayala com interesses norte-americanos o tenham levado, durante sua vida pública, a tráfico de influência em favor de empresas dessa nacionalidade. Além de honesto, outra característica de Eusebio Ayala era sua modéstia e, assim, ele resistiu às pressões para candidatar-se à Presidência. Como consequência, o presidente Eligio Ayala acabou por aceitar a candidatura presidencial de José P. Guggiari, sacramentada pela Convenção do Partido Liberal em 18 de dezembro de 1927[1038].

O Partido Colorado, por sua vez, realizou sua convenção em 11 de janeiro de 1928. Na ocasião, foi expulso do Partido Pedro Peña, líder daqueles que defendiam a abstenção dos colorados no processo eleitoral presidencial. Os favoráveis à participação, os *infiltristas*, proclamaram a candidatura de Eduardo Fleytas à Presidência da República[1039]. As chances eleitorais dos colorados eram mínimas.

O próximo presidente teria um grande desafio pela frente, devido à pobreza em que se encontrava o Paraguai. Em extenso relatório sobre a situação do país em 1927, a Legação brasileira afirmou que no interior havia "impressionante miséria", apesar de Eligio Ayala ter sido o melhor governante paraguaio desde a morte de José Gaspar de Francia. Ayala promovera o equilíbrio nas contas públicas; pagava pontualmente juros e amortizações da dívida estatal; estabilizara o câmbio e procurara moralizar as repartições públicas. Mas seus esforços para tratar dos problemas sociais e econômicos tinham sido comprometidos pelas carências materiais do Estado paraguaio[1040].

O Paraguai, analisou esse relatório, carecia de imigrantes e os investimentos estrangeiros eram muito limitados, predominando o capital britânico, seguido, pela ordem, do norte-americano, francês e, em menor vulto, daqueles de origem argentina, belga e alemã. A agricultura também era "limitada, rudimentar" e a pecuária contava com 2.500.000 cabeças de gado magro se comparado com o de Mato Grosso. Para completar suas exportações de carne resfriada, os frigoríficos viam-se obrigados a importar gado mato-grossense. Mesmo parte do rebanho supostamente paraguaio provinha do Brasil, pois "campeia o contrabando" bovino, "não só tolerado, como protegido" por autoridades paraguaias corruptas[1041].

Quanto à exportação de outros produtos primários, a de tanino já se ressentia da baixa produtividade causada pela exploração predatória

[1038] GOUVÊA para MANGABEIRA, of. 233 e 262, 2a. sec., Assunção, 16.11 e 21.12.1927. AHI, MDBAOE, 201-3-15.
[1039] Idem, Of. 7, 2a. Sec., Assunção, 11.1.1928. Ibidem, 201-4-1.
[1040] Id., "Relatório de 1927-Confidencial", Assunção, 13.1.1928. Ibid.
[1041] Id., ibid.

das árvores de quebracho, de onde era extraído. Também neste caso, o Paraguai já começara a importar quebracho do Brasil. Quanto à exportação de laranjas, eram destinadas à Argentina a granel e sem qualquer proteção, não podendo competir em aparência e sabor com a brasileira. As exigências fitossanitárias estabelecidas por Buenos Aires, determinando acondicionamento para a laranja importada, dificultaria a exportação da fruta paraguaia. Mesmo a exportação de erva-mate, também para o mercado argentino, estava declinando, pois não podia concorrer em qualidade com produto similar brasileiro, da *Companhia Matte Larangeira*[1042].

Em fevereiro de 1928, Nabuco de Gouvêa partiu de férias, por dois meses, para o Rio de Janeiro. Coube ao Encarregado de Negócios Rubens Dunham, acompanhar as eleições presidenciais em março de 1928, na qual havia apenas a candidatura de José P. Guggiari. Eduardo Schaerer mantivera-se distante, planejando agir posteriormente, contando, para tanto, com a ascensão, pela segunda vez, de "seu amigo" Hipólito Yrigoyen à Presidência da Argentina. De Yrigoyen esperava Schaerer obter o auxílio material necessário para tentar derrubar José P. Guggiari e, para tanto, procurava, ainda, aliar-se a Pedro Peña, líder dos colorados abstencionistas[1043].

Não apenas a política interna paraguaia centralizava as atenções da Legação brasileira no primeiro semestre de 1928. Essa representação ocupou-se também das resistências no Congresso paraguaio à ratificação do Tratado Ibarra-Mangabeira; da visita do presidente eleito José P. Guggiari ao Brasil e, principalmente, das acusações de parcialidade brasileira em favor da Bolívia na questão do Chaco.

A demora na ratificação do Tratado Complementar pelo Congresso paraguaio preocupou o Itamaraty. Procurado por Nabuco de Gouvêa, o chanceler Enrique Bordenave disse que dificuldades políticas impediam o governo de fazer o Congresso votar o Tratado antes de seu recesso. Garantiu Bordenave que na reabertura dos trabalhos legislativos, em abril de 1928, esse acordo seria aprovado. Nabuco de Gouvêa informou, então, ao Rio de Janeiro que poderia fazer gestões junto ao governo paraguaio para tentar que o Congresso, em recesso, fosse convocado a fim de ocupar-se especialmente do Tratado Ibarra-Mangabeira. A Chancelaria brasileira, porém, não viu necessidade de tal iniciativa[1044].

[1042] Id.

[1043] DUNHAM para MANGABEIRA, of. res. 51, 2a. sec., Assunção, 18.3.1928. Id., MBDAOE, 201-4-1. GOUVÊA para EXTERIORES, rel. cifr. conf. 9, Assunção, 6.5.1928. Ibid., MBDAT, 202-1-15.

[1044] GOUVÊA para MANGABERIA, of. 231, 2a. sec., Assunção, 14.11.1927. Ibid., MDBAOE, 201-3-15. MANGABEIRA para GOUVÊA, of. LA/16, Rio de Janeiro, 5.12.1927. Ibid., MDBAD, 202-1-5.

Na reabertura do Congresso paraguaio, parlamentares oposicionistas continuaram a obstruir a ratificação do Tratado de 1927. A oposição paraguaia acusou o governo brasileiro de parcialidade em favor da Bolívia, o que inviabilizou a votação do acordo. Para o chanceler Octávio Mangabeira o tratado de limites estava sendo mal interpretado e, por isso, orientou Nabuco de Gouvêa a atuar "junto a seus amigos" no Congresso paraguaio. Destacou Mangabeira que a lealdade do Brasil com o Paraguai estava provada não com palavras, mas com fatos. Recorreu a um fato histórico para prová-lo, lembrando que foi graças à ação diplomática brasileira que a Argentina aceitou, em 1876, a soberania paraguaia acima do rio Verde e a arbitragem entre este e o Pilcomayo[1045].

O chanceler Mangabeira enviou a Nabuco de Gouvêa um *Memorandum* expondo a posição brasileira. Nele argumentava-se que o Tratado de 1927 declarava que pertencia ao Paraguai a margem direita do rio de mesmo nome. O Brasil ressalvara, sim, possíveis direitos da Bolívia nessa margem, mas unicamente no trecho da foz do Apa ao desaguadouro de Bahía Negra. Afirmava o *Memorandum* que essa ressalva era feita única e exclusivamente pelo Brasil em nota dirigida ao governo boliviano e, por lealdade, comunicada ao governo paraguaio. Lembrava que a pretensão boliviana sobre o Chaco era antiga e fora, mais de uma vez, reconhecida em documentos brasileiros, argentinos, uruguaios e, mesmo, paraguaios. A ressalva feita pelo Brasil não dava direitos adicionais à Bolívia, e seu sentido era "de uma declaração de imparcialidade" do governo brasileiro, demonstrando que não pretendia prejulgar a controvérsia[1046].

Mangabeira autorizou, a critério de Nabuco de Gouvêa, que esse *Memorandum* fosse mostrado a políticos paraguaios, para melhor serem esclarecidos sobre a posição brasileira. Assim foi feito. Recebido o documento, o chanceler Enrique Bordenave, os principais líderes parlamentares e o futuro presidente José P. Guggiari tiveram acesso a ele. Esclareceu Nabuco de Gouvêa que Guggiari estava "muito empenhado" na ratificação do Tratado de 1927 e "presta-nos apoio decidido"[1047].

Em maio de 1928, no Senado paraguaio, houve violento discurso de Modesto Guggiari contra o Tratado Ibarra-Mangabeira. Modesto era o polêmico e ambicioso primo do presidente eleito, mas, nesse caso, sem afinidade de ideias com José P. Guggiari. Esse senador afirmou que, por cláusulas secretas no Tratado de Petrópolis, de 1903, o Brasil favorecia a Bolívia no pleito do Chaco. Como prova, acusou o desembarque e

[1045] MANGABEIRA para GOUVÊA, LA conf. 5, Rio de Janeiro, 26.5.1928.Ibid., MDBAD, 202-1-5.
[1046] Memorandum, anexo ao ofício da nota anterior.
[1047] GOUVÊA para EXTERIORES, tel. cifr. conf. 26, Assunção, 14.6.1928. AHI, MDBAT, 202-1-15.

trânsito de armas por território brasileiro, destinadas a esse país andino. Essa "intriga", escreveu Mangabeira, necessitava ser desfeita para que, mais tarde, não assumisse "foros de verdade". Aquele Tratado, escreveu o chanceler brasileiro, não possuía cláusulas secretas, "que, aliás, não entram nos moldes da nossa diplomacia". O que houve, continuou, foi que, assinado o acordo de 1903, os representantes bolivianos dirigiram nota ao barão do Rio Branco declarando que ficariam agradecidos caso os bons ofícios do Brasil fossem oferecidos para solucionar a divergência boliviano-paraguaia quanto a limites. Em resposta, Rio Branco, após declarar que o Brasil "é e quer manter-se bom e leal amigo do Paraguai, tanto como o é da Bolívia", afirmava que seu governo teria "grande prazer" em empreender tal mediação. Mangabeira, após mostrar esses documentos, confidencialmente, a Rogélio Ibarra, instruiu Nabuco de Gouvêa a fazer o mesmo com relação a Eligio Ayala e ao chanceler Enrique Bordenave[1048].

A missão boliviana não teria feito aquele pedido, em 1903, se não tivesse sido estimulada por Rio Branco a fazê-lo. O certo, porém, é que, como constatou Rogélio Ibarra, os negociadores do Tratado de Petrópolis conversaram sobre o Chaco e redataram documentos que não causavam prejuízo ao Paraguai. O Brasil, afirmou Ibarra, incomodava-se muito com a suspeita de que pudesse ter algum compromisso com a Bolívia. Esse diplomata paraguaio sugeriu a Mangabeira, a quem classificava de "homem sincero e aberto", a tornar públicos aqueles documentos[1049].

Para Rogélio Ibarra o governo brasileiro demonstraria boa vontade ao mostrar esses documentos. O Paraguai, afirmou, deveria corresponder procedendo com mais energia em favor da aprovação do Tratado Complementar de Limites. Ibarra "sempre" defendera que o governo Washington Luís era e permaneceria neutro na disputa bolivano-paraguaia e que, se nela interviesse, seria para "contribuir para uma solução equitativa, honrosa e pacífica do pleito"[1050].

O aumento das divergências boliviano-paraguais em torno do Chaco eram motivo de preocupação por parte do Itamaraty. Em dezembro de 1927 a Legação brasileira em Assunção informou sobre encomendas militares paraguaias na França, constituídas de dois navios, cinco aviões *Breguet* e canhões. Os representantes diplomáticos francês e

[1048] MAGABEIRA para GOUVÊA, LA conf. 6, Rio de Janeiro, 6.6.1928. Idem, MDBAD, 202-1-5. Anexo: "Misión Especial de Bolivia - Reservado", Petrópolis, 17.11.1903. RIO BRANCO para D. Fernando E. GUACHALLA e D. Claudio PINILLA, of. res., Rio de Janeiro, 19.11.1903.

[1049] Rogélio IBARRA para José P. GUGGIARI, carta particular, Rio de Janeiro, sem data [anterior a agosto de 1928]. Archivo Rogélio Ibarra, APMPV.

[1050] Rogélio IBARRA para Enrique BORDENAVE, particular - reservada, Rio de Janeiro, 1.6.1928. Idem, ibidem.

italiano assediavam o presidente Eligio Ayala. O ministro francês, Perrot, comunicava ao governo paraguaio, pormenorizadamente, as informações que recebia de La Paz sobre compras bolivianas de armas. No início de 1928, as autoridades paraguaias relutaram no momento de renovar o contrato da Missão Militar francesa, devido a pressões do ministro chileno em Assunção, apoiado pelos majores do Exército local, formados no Chile. O representante chileno queria que aquela Missão fosse substituída por oficiais contratados em seu país. Considerando que quase todo o material bélico do Paraguai era francês e as pressões dos vendedores de armamento dessa nacionalidade, representados nas gestões feitas pelo Encarregado de Negócios da França, o governo Eligio Ayala renovou o contrato da citada Missão. Mostrava-se correto, portanto, o alerta dado por Eusebio Ayala, em 1925, quanto ao interesse de fabricantes de armas em promover discórdias entre países para vender seus produtos[1051].

O Paraguai buscava preparar seus oficiais para eventual conflito. Assim, em dezembro de 1927, os aspirantes da Escola Militar de Assunção e oficiais da reserva do Exército partiram da capital para manobras no interior. À frente dessas forças seguiu o Ministro Residente do Chile, Gonzalo Montt, fardado de capitão do Exército de seu país, ladeado por seu Adido Militar, tendo ambos acompanhado o Estado-Maior da Escola até Luque, cidade vizinha a Assunção[1052].

Gonzalo Montt era uma pessoa pouco comedida, de comportamento impetuoso e polêmico. Ao deixar o cargo de Ministro Residente chileno em Assunção, Montt permaneceu no Paraguai, alistando-se em seu Exército durante a Guerra do Chaco (1932-1935)[1053]. É difícil, porém, imaginar que aquela iniciativa de Montt decorresse apenas de sua excentricidade pessoal, sem algum tipo de concordância ou conivência de seus superiores.

De volta das negociações de Buenos Aires sobre o Chaco, Eusebio Ayala visitou Nabuco de Gouvêa e queixou-se, nos meses seguintes, "com muita reserva", do clima de desconfiança em relação à sua pessoa, em virtude de ter mantido posição conciliadora e ponderada, por parte dos demais membros da representação paraguaia naquelas conferências. Assim, por estar "em flagrante contradição com o radicalismo intransigente dos outros delegados", Eusebio Ayala renunciou à presidência da

[1051] GOUVÊA para MANGABEIRA, of. conf. 252, 2a. sec., Assunção, 2.12.1927. AHI, MDBAOE, 201-3-15. DUNHAM para MANGABEIRA, of. res. 46, Assunção, 9.3.1928. Idem, ibidem, 201-4-1. Eusebio AYALA para Eligio AYALA, "Muy Confidencial", Paris, 1.12.1927. Archivo Eligio Ayala-Archivo Dr. Carlos Pastore, APMPV.

[1052] GOUVÊA para MANGABEIRA, of. 256, 2a. sec., Assunção, 12.12.1927. AHI, MDBAOE, 201-3-15.

[1053] Informação prestada por Manuel PEÑA VILLAMIL. Entrevista concedida ao autor em Assunção, em 8.1.1996. Também a correspondência do representante argentino em Assunção, apresenta como pouco ponderado o comportamento de Gonzalo Montt. Veja-se, por exemplo: OLIVERA para GALLARDO, nota conf. 169, Assunção, 15.9.1928. AMRECIC, Legaciones Argentinas - Paraguay, cx. 2719.

delegação paraguaia, transferindo-a ao senador Geronimo Zubizarreta. Para efeito de opinião pública, no entanto, pretextou que sofria prejuízos pelo longo afastamento de seus negócios[1054].

O exacerbamento do emocionalismo das opiniões públicas paraguaia e boliviana era, na opinião de Eusebio Ayala, o motivo do impasse nas negociações de Buenos Aires. Pensava ser impossível chegar a um acordo, sobre a questão de limites, unicamente com a atuação das delegações dos dois países litigantes. Defendia a necessidade de uma ação conjunta de Argentina, Brasil e Uruguai, pois as "duas maiores potências sul-americanas" teriam autoridade suficiente "para se imporem" às opiniões públicas do Paraguai e da Bolívia. Elas poderiam oferecer uma solução equitativa capaz de ser aceita, "sem melindres de amor próprio", pelas partes em litígio[1055].

A proposta de Eusebio Ayala não refletia a posição do governo paraguaio. Manifestou, em carta a Rogélio Ibarra, que era um equívoco a política paraguaia de aproximação com a Argentina, que "vai nos pesando [custando] muito". Afirmou Eusebio Ayala que no Paraguai ainda existiam pessoas – referindo-se, certamente, aos governantes da época – que, para resolver os problemas internacionais do país, sonhavam com uma aliança com a Argentina[1056].

Enquanto isso a Legação brasileira abastecia o Itamaraty com informações sobre armas compradas pelo Paraguai na Europa e sob outras que se pretendia adquirir. Chamava atenção a insistência do governo de Buenos Aires "de que o exército paraguaio esteja armado com o mesmo tipo de material do exército argentino"[1057].

Essa padronização de armamentos, em caso de guerra entre Brasil e Argentina, facilitaria ao Exército argentino operar em conjunto com a força terrestre paraguaia. Afinal, o apoio paraguaio para essa hipotética guerra era, na concepção dos homens de Estado brasileiros da época, a consequência lógica da dependência de Assunção com relação a Buenos Aires. Dependência aprofundada pela opção de Eligio Ayala de buscar na Argentina o respaldo para os problemas externos do Paraguai.

A Bolívia, por sua vez, continuou a manter nítida vantagem militar sobre o Paraguai. Em dezembro de 1927 o governo boliviano encomendou armas para equipar 60.000 homens, sendo transportadas ao país andino pelos territórios argentino e brasileiro. Em maio de 1929, o ministro brasileiro na Bolívia, em viagem ferroviária para La Paz, passando pela

[1054] GOUVÊA para MANGABEIRA, of. res. 115, 2a. sec., Assunção, 12.6.1928. AHI, MDBAOE, 201-4-1.
[1055] Idem, of. conf. 6, 2a. sec., Assunção, 11.1.1928. Ibidem.
[1056] Eusebio AYALA para Rogélio IBARRA, Assunção, 6.2.1928. Archivo Rogélio Ibarra, APMPV.
[1057] GOUVÊA para MANGABEIRA, of. res. 67, 2a. sec., Assunção, 14.4.1928. AHI, MDBAOE, 201-4-1.

cidade argentina de Rosário, viu, em vagões de transporte, "seiscentos e tantos caixões", que continham 120 metralhadoras pesadas[1058].

A utilização das ferrovias argentinas para o transporte de armas adquiridas pela Bolívia não teve repercussão no Paraguai. Seu transporte por território brasileiro, contudo, foi motivo de polêmica em Assunção. A rigor, em nenhum dos dois casos havia motivo para causar qualquer reação, pois Bolívia e Paraguai não eram beligerantes e, pelo direito internacional, conforme estabelecido na Convenção de Haya de 1907, tinham liberdade de comprar armamento. Acordos assinados por esses dois países com Argentina e Brasil garantiam-lhes o direito de transportar, pelos territórios desses seus dois maiores vizinhos, as mercadorias que adquirissem no exterior.

Havia, porém, uma diferença entre a Argentina e Brasil, quanto à passagem, pelos respectivos territórios, de armamento adquirido pela Bolívia. La Paz foi obrigada, pelo governo brasileiro, a discriminar o armamento em trânsito, declaração que não era exigida pelas autoridades argentinas[1059]. Foi essa exigência que permitiu à imprensa brasileira saber e divulgar o conteúdo bélico das cargas transportadas para a Bolívia, o que repercutiu no Paraguai.

Em maio de 1928 o senador Modesto Guggiari reproduziu tais informações em seu já citado discurso no Congresso paraguaio, acusando o Brasil de ter-se comprometido, em 1903, em favorecer a Bolívia na questão de fronteiras com o Paraguai. Rogélio Ibarra classificou de infundado o discurso de Modesto Guggiari, apontando como seu único aspecto positivo o fato de ter permitido ao Paraguai mostrar ao Brasil, que necessitava de uma palavra tranquilizadora sobre o assunto. A partir de então, escreveu Ibarra, a Bolívia encontraria todos os obstáculos para transportar suas armas por território brasileiro, "até que compreenda que, aqui, desagrada esse tráfico"[1060].

Em abril de 1928 o governo paraguaio solicitou à Legação brasileira informações sobre esse transporte de armas. No pedido informou-se que o prático paraguaio do vapor boliviano *Presidente Unterwaldenes* declarara que seu comandante tivera ordens de ir a Porto Esperança, no Brasil, para embarcar carga procedente de Santos e entregá-la em Puerto Suarez, na Bolívia. Tal carga compreendia bombas para aviões e metralhadoras e, afirmou a Chancelaria paraguaia, destinava-se a armar tropas bolivianas

[1058] Telegrama da Legação brasileira em La Paz, sem data, retransmitido por EXTERIORES para BRASLEG-A, Rio de Janeiro, tel. cifr. res. 16, Rio de Janeiro, 26.5.1928. Idem, MDBAT, 202-1-15.

[1059] EXTERIORES para BRASLEG-A, Tel. Cifr. Res. 16, Rio de Janeiro, 26.5.1928. Idem, ibidem.

[1060] Rogélio IBARRA para Enrique BORDENAVE, "particular - reservada", Rio de Janeiro, 1.6.1928. Archivo Rogélio Ibarra, APMPV.

para atacar porto militar paraguaio em Bahía Negra. A Chancelaria reconheceu, porém, que, até então, a Bolívia utilizara sua conexão ferroviária com o Chile e a Argentina para transportar o material bélico que comprava no exterior[1061].

Em resposta, o Itamaraty informou que a Legação boliviana no Rio de Janeiro solicitara livre trânsito para mercadorias importadas por seu país da Europa. Indagada sobre o caráter dessas mercadorias, informou-se que eram armas destinadas ao Exército boliviano. Tratavam-se, portanto, de armas compradas pelo Estado boliviano. Em tal caso, afirmou a Chancelaria brasileira, "nada poderíamos opor como não oporemos ao Paraguai ou qualquer [outro] país vizinho que necessite as mesmas providências". A Legação brasileira em Assunção forneceu essas explicações ao governo paraguaio que se mostrou "conformado", aceitando os argumentos expostos[1062]. Seria curioso, comentou Nabuco de Gouvêa, se também a Bolívia se insurgisse contra o direito de o Paraguai trazer armas de Buenos Aires pela *Compañia Argentina de Navegación*[1063].

A Chancelaria paraguaia, contudo, retomou o assunto, afirmando que a questão adquiria maiores proporções, em face da concentração de forças bolivianas ao norte de Bahía Negra, que eram abastecidas com material bélico transportado pelas ferrovias brasileiras. Sem utilizar o território brasileiro, argumentou a Chancelaria guarani, restaria às forças bolivianas abastecerem-se em Santa Cruz de la Sierra, cujas dificuldades de comunicação com Puerto Suarez inviabilizariam o transporte de armas. Afirmou o chanceler paraguaio que sua Legação no Rio de Janeiro estava informada da chegada a Santos de grande quantidade de fuzis destinados à Bolívia. Solicitou que se evitasse o transporte, por território brasileiro, desse material, que conferiria ao vizinho andino grandes vantagens sobre o Paraguai[1064].

Rogélio Ibarra tratou do assunto com Octávio Mangabeira. O chanceler brasileiro afirmou que era "monstruoso" supor-se qualquer parcialidade do Brasil em favor da Bolívia. Acrescentou que o governo brasileiro retardou o transporte das armas compradas por La Paz, exigindo que fossem descriminadas, o que permitiu tornar público o assunto, "que seria secreto se tivéssemos qualquer conivência". Reafirmou, ainda, que as autoridades brasileiras não podiam impedir o trânsito de mercadorias

[1061] GOUVÊA para EXTERIORES, tel. cifr. conf. 8, Assunção, 27.4.1928. AHI, MDBAT, 202-1-15.
[1062] EXTERIORES para BRASLEG-A, tel. cifr. conf. 9, Rio de Janeiro, 28.4.1928. Idem, ibidem. GOUVÊA para EXTERIORES, tel. cifr. 14, Assunção, 15.5.1928. Id., ibid.
[1063] GOUVÊA para MANGABEIRA, of. 90, 2a. sec., Assunção, 16.5.1928. Id., MDBAOE, 201-4-1.
[1064] GOUVÊA para EXTERIORES, tels. cifr. conf. 16 e 18, Assunção, ambos de 24.5.1928. Ibid., MDBAT, 202-1-15.

para o serviço público de um país vizinho, mesmo porque Bolívia e Paraguai não eram beligerantes. De todo modo, o Brasil resolveu "protelar a concessão de nova entrada [de] armamentos"[1065].

Em meados de maio de 1928 a opinião pública em Assunção encontrava-se ainda mais hostil contra a Bolívia. O fato decorria de o governo boliviano, para impressionar o Paraguai, ostentar suas compras de armas e, ainda, por haver interessados em aumentar o clima de tensão entre os dois países. Redobravam suas atividades os vendedores de armas, respaldados pelos representantes diplomáticos de seus países, "sobretudo" os da França e Itália. Recrudesciam, simultaneamente, as reclamações da "imprensa amarela" assuncenha, sobre a necessidade de o Paraguai rearmar-se[1066].

O ministro francês em Assunção, Georges Perrot, que se envolvera com movimentos revolucionários quando servira na Guatemala, atuava apoiado pela Missão Militar de seu país. Perrot e, também, o representante italiano, pressionavam para que o governo paraguaio comprasse canhões de grosso calibre. O presidente Ayala relutava em "aceitar esta nova sangria" nos "anêmicos" cofres do Paraguai. Nabuco de Gouvêa preocupava-se com o clima bélico que se criava, escrevendo:

> Temo muito que a demagogia dos caudilhos [...] possa de um momento a outro levar de vencida a atitude ponderada do governo, pela prática de violências irreparáveis que comprometam a obra do homem pacifista e equilibrado que é o presidente Eligio Ayala[1067].

Ao mesmo tempo, o clima de desconfiança contra o Brasil aumentava dia a dia como consequência da "campanha insidiosa" que o acusava de simpatias pela Bolívia. Clima esse exacerbado pelas notícias da passagem, pelo porto de Santos, de armas destinadas à Bolívia, e pelas notícias de que esta, para equipar suas forças, fazia compras em São Paulo. O governo paraguaio, reconhecia Nabuco de Gouvêa, procurava desfazer o sentimento antibrasileiro, "mas a plebe do Paraguai [...] está muito prevenida contra nós"[1068].

No início de junho, Nabuco de Gouvêa, obedecendo a instruções de Octávio Mangabeira, procurou o presidente Eligio Ayala para expor-lhe a posição do governo brasileiro sobre o trânsito de armas. Frisou, então, a boa vontade da Chancelaria brasileira com relação ao

[1065] EXTERIORES para BRASLEG, tel. cifr. res. 17, Rio de Janeiro, 26.5.1928. Id., ibidem.
[1066] GOUVÊA para MANGABEIRA, of. conf. 87, 2a. sec., Assunção, 15.5.1928. Id., MBAOE, 201-4-1.
[1067] Idem, ibidem.
[1068] Id. ibid.

Paraguai, "protelando quanto possível a remessa de tais armamentos", ao mesmo tempo em que exigia sua minuciosa descriminação. Refutou como "absurdos" os boatos de parcialidade do Brasil em favor da Bolívia, à qual, reiterou que as autoridades brasileiras não poderiam, em tempos de paz, negar trânsito ferroviário. Afirmou que o material bélico boliviano transportado por território brasileiro, quer por sua quantidade, quer por sua qualidade, carecia de importância para uma agressão. O diplomata frisou para Ayala que a mesma imprensa que atacava o Brasil, silenciava premeditadamente, embora fossem ampla e pormenorizadamente conhecidos os "vultosos" transportes ferroviários de armas que a Bolívia fazia desde Buenos Aires e Rosário na Argentina; por Mollendo-Puno, no Peru e por Arica, no Chile[1069].

Tais explicações, informou o representante brasileiro, tinham sido "bem aceitas" pelo presidente Ayala. Repercutiram favoravelmente junto a senadores e deputados "nossos amigos" e a outras pessoas "de nossas relações". O mesmo, porém, não ocorreu quanto aos partidos de oposição e, "sobretudo", quanto à opinião pública paraguaia, "visceralmente" antibrasileira. Essa opinião pública, escreveu o diplomata, era "preparada desde o berço pela voz do sangue dos antepassados de 1865, e trabalhada nas escolas com porfia, pela educação de seus livros históricos e pela imprensa local contra o Brasil". Não via Nabuco de Gouvêa perspectiva de alteração dessa realidade, pois havia aqueles que eram "refratários a toda aproximação do Brasil", embora fossem tão submissos "à vontade dos argentinos, que dominam esta terra, como senhores absolutos"[1070].

O chanceler Enrique Bordenave foi convocado para uma sessão secreta da Câmara, realizada em 6 de junho, para tratar da passagem de armamento destinado à Bolívia por território brasileiro. Nabuco de Gouvêa soube que Bordenave realizou exposição clara e precisa, a ponto de ser desnecessário que o deputado De Gasperi, "que havia comigo estudado o assunto", fizesse uso da palavra. No dia seguinte, o chanceler paraguaio compareceu também ao Senado para tratar do mesmo assunto. Para essa ocasião, Nabuco de Gouvêa havia conversado "longamente" com o senador Soler, "habilitando-o igualmente a responder a qualquer réplica que fosse formulada sobre as considerações que iria fazer o ministro Bordenave". Tal qual na Câmara, o ambiente da sessão do Senado foi

[1069] Id., of. conf. 109, 2a. sec., Assunção, 4.6.1928. Ibid.
[1070] Id., ibid.

calmo e a exposição de Bordenave teve o apoio de Soler. As informações enviadas por Mangabeira em seu *Memorandum* de maio contribuíram para a "marcha prudente e ponderada de tal assunto"[1071].

Eusebio Ayala explicou a Nabuco de Gouvêa o motivo da campanha levantada contra o Brasil junto à opinião pública. Ela era promovida por políticos paraguaios que acreditavam facilitar, assim, a obtenção de "favores" da Argentina. Era um equívoco, segundo o ex-presidente, a ponto de Monte Oca, chanceler argentino, dizer-lhe, em Buenos Aires, que estranhava os ataques da imprensa paraguaia contra o Brasil. Oca afirmou que a Argentina desejava aproximar-se, cada vez mais, do Brasil, "cuja política era, neste momento, de mais fraternal amizade com a sua Pátria"[1072].

Paralelamente à corrida armamentista entre Bolívia e Paraguai, representantes dos dois países continuavam a negociar em Buenos Aires. Comentava-se, segundo Nabuco de Gouvêa, a concessão, pelo Paraguai à Bolívia, de um porto franco em Villa Hayes, que seria unido por um corredor ferroviário a território boliviano. A tal proposta, comentou esse diplomata, não estiveram ausentes interesses econômicos norte-americanos, que se propunham a construir o porto de Villa Hayes, onde estabeleceriam refinaria de petróleo e terminal moderno para o embarque desse produto. A proposta, escreveu, era "uma solução de conciliação e de negócios individuais do Senhor Eusebio Ayala"[1073]. Em junho de 1928 esse diplomata previu "claramente o fracasso" das negociações de Buenos Aires, o que, de fato, ocorreu no mês seguinte[1074].

2 - O governo José P. Guggiari

O governo do presidente José P. Guggiari (1928-1932) deu continuidade à política interna e externa de seu antecessor, Eligio Ayala, o qual, inclusive, compôs o Ministério. No plano internacional, Guggiari inovou ao visitar países vizinhos e manteve a política de Eligio Ayala quanto ao Chaco.

[1071] Id., of. conf. 116, 2a. sec., Assunção, 12.6.1928. Ibid.
[1072] Id., of. res. 115, 2a. sec., Assunção, 12.6.1928. Ibid.
[1073] Id., of. conf. 91, 2a. sec., Assunção, 19.5.1928. Ibid.
[1074] Id., of. conf. 113, 2a. sec., Assunção, 12.6.1928. Ibid.

a) Guggiari no poder

Antes de tomar posse, Guggiari inovou em relação a seus antecessores ao visitar países vizinhos. Nabuco de Gouvêa convenceu o presidente eleito a visitar o Brasil, "para que conhecesse de perto o nosso governo e o nosso povo"[1075]. O convite foi aceito e sua viagem foi vista no meio político e diplomático de Assunção, "como uma grande vitória" alcançada pela diplomacia brasileira para desfazer as intrigas que atribuíam ao Brasil "o papel de instigador da política agressiva da Bolívia para com o Paraguai". Anos depois, em 1932, Lucillo da Cunha Bueno, então ministro brasileiro em Assunção, afirmou que a visita de José P. Guggiari a Brasil, Uruguai e Argentina foi um despiste para justificar sua viagem ao Chile. Esta tinha por finalidade sondar o ambiente para uma aproximação chileno-paraguaia – "o Paraguai esteve tentado a cair na órbita chilena" – e, com isso, intimidar a Bolívia[1076].

Rogélio Ibarra, ministro paraguaio no Rio de Janeiro, incentivou Guggiari a visitar não só o Brasil, como também o Uruguai e a Argentina. A visita, segundo Ibarra, satisfaria ao Brasil que "quer assumir na América o papel de um grande pai, amigo da paz, campeão das soluções baseadas no Direito"[1077].

Rogélio Ibarra defendeu que a política externa paraguaia fosse de equilíbrio entre a Argentina e o Brasil e fraternal com ambos. O Paraguai, afirmou, deveria ter uma política externa clara, sincera, sem reticências. Deveria ela cultivar "lealmente" a amizade tanto do Brasil, quanto da Argentina, o que seria melhor do que o Paraguai inclinar-se demais para um dos dois, para, com isto, tentar obter vantagens do outro[1078].

Foi Guggiari quem definiu seu programa no Brasil: entrar no país por Uruguaiana e ir de trem a São Paulo para visitar indústrias e uma fazenda de café e, posteriormente, dirigir-se ao Rio de Janeiro para permanência de quatro dias. O Itamaraty cuidou para que o presidente eleito paraguaio visitasse a fazenda Guatapará, próxima de Ribeirão Preto, e, na capital brasileira, fosse hóspede oficial no Palacete Guilhermino Guinle. Em 2 de julho partiram da capital paraguaia Guggiari e sua comitiva, composta pelo senador Aceval, pelos deputados De Gasperi e Insfrán, pelo major Delgado, comandante militar de Assunção, e pelo

[1075] GOUVÊA para MANGABEIRA, of. conf. 161, 2a. sec., Assunção, 24.8.1928. Ibid., MDBAOE, 201-4-1.
[1076] DANTAS para MANGABEIRA, of. conf. 132, 2a. sec., Assunção, 3.7.1928. Idem, ibidem. BUENO para chanceler MELLO FRANCO, of. 20, conf., Assunção, 25.2.1932. Ibid., MDBAOE, 1-2-16.
[1077] Rogelio IBARRA para José P. GUGGIARI, carta particular, Rio de Janeiro, sem data [maio ou junho de 1928]. Archivo Rogélio Ibarra, APMPV.
[1078] Idem, ibidem.

Secretário Verilla. No dia seguinte, estavam em Alegrete, no Rio Grande do Sul, de onde partiram para São Paulo e, em seguida, para o Rio de Janeiro[1079].

A recepção a José P. Guggiari na capital brasileira foi, segundo o representante argentino, "brilhante". O presidente eleito paraguaio, porém, disse à esposa do Embaixador argentino que, apesar das demonstrações de boas-vindas que recebia, sentia-se em um país estranho. Estava seguro, concluiu, que não teria a mesma sensação em Buenos Aires, onde os paraguaios eram recebidos "como verdadeiros irmãos"[1080]. Poderia ser essa a manifestação de alguém pouco viajado, que jamais estivera em países de hábitos e idiomas diferentes dos seus. Mas também poderia ser intenção de Guggiari buscar agradar, ao mesmo tempo, a Brasil e Argentina, frente à inexistência de rivalidade entre ambos a ser explorada pelo Paraguai.

No banquete em homenagem a Guggiari, em 11 de julho, o presidente Washington Luís discursou. Reafirmou, nessa ocasião, que no Paraguai a independência era um "culto" que "sempre há de viver [...] por sua vontade inquebrantável, disposta até o verdadeiro sacrifício, em mantê-la"[1081]. Não se tratava de referência gratuita de Washington Luís, mas, sim, o reflexo da preocupação brasileira com a enorme influência de Buenos Aires sobre o Paraguai. Contudo, nas conversas com Guggiari, Octávio Mangabeira "sempre" referiu-se à Argentina "com o máximo de entusiasmo". O chanceler afirmou ao presidente eleito paraguaio que a fraternidade com a Argentina era "ponto capital [de] nossa política externa"[1082].

O embaixador argentino no Rio de Janeiro, Antonio Mora, comunicou à sua Chancelaria que nada de "extraordinário" fora dito nos discursos de Washington Luís e José P. Guggiari naquele banquete. Na ocasião, inclusive, Mangabeira informou a Mora ter Guggiari dito que um dos motivos de sua visita ao Brasil fora o de observar a cordialidade nas relações brasileiro-argentinas. Guggiari mostrou-se impressionado com ela, constatando que o Brasil sequer se preocupava com as compras argentinas de armamento. Mangabeira, conforme seu relato a Mora, contestou ao presidente eleito que isso era exato, sendo propósito do governo brasileiro estreitar, ainda mais, suas relações com a Argentina.

[1079] GOUVÊA para EXTERIORES, tel. cifr. res. 29, Assunção, 26.6.1928 e tel. ost. s/nº, Alegrete (Rio Grande do Sul), 3.7.1928. AHI, MDBAT, 202-1-15. EXTERIORES para BRASLEG-A, tels. 28 e 29, Boletins Informativos nº 1 e 2, Rio de Janeiro, 7.7.1928. Idem, ibidem. GOUVÊA para EXTERIORES, tel. s/nº, Alegrete, 3.7.1928. Id., ibid.

[1080] Embaixador Antonio MORA para GALLARDO, nota res. 179, Rio de Janeiro, 19.7.1928. AMRECIC, Legaciones Argentinas-Brasil, cx. 2719.

[1081] In: EXTERIORES para BRASLEG-A, tel. 31, Rio de Janeiro, 11.7.1928. AHI, MDBAT, 202-1-15.

[1082] MANGABEIRA para DANTAS, reproduzindo telegrama enviado à Legação brasileira em Buenos Aires, of. res. PA/14, Rio de Janeiro, 23.7.1928. AHI, MDBAD, 202-1-5.

Mangabeira, em telegrama à Legação brasileira no Paraguai, afirmou ter dito a Guggiari que aquela compra não preocupava o Brasil e contribuía para aumentar o "prestígio" da América do Sul[1083].

As declarações de Mangabeira não podiam, porém, ser totalmente sinceras. Afinal, como apontou relatório solicitado por esse mesmo chanceler, o governo Alvear promovera o fortalecimento militar argentino tendo em vista um enfrentamento com o Brasil, que estava despreparado para um conflito. Tratava-se, provavelmente, de exagero, pois também o Chile era um inimigo hipotético da Argentina, contra o qual estaria se armando. O governo brasileiro, porém, não poderia, com certeza, analisar o armamentismo argentino pela ótica de uma contribuição a um maior prestígio internacional da América do Sul. Mangabeira fazia tal declaração devido a postura defensiva que caracterizava a política brasileira em relação à Argentina, desde quando o barão do Rio Branco assumiu o cargo de chanceler, em 1902. Essa política evitava tomar iniciativas que pudessem ser interpretadas como um desafio a Buenos Aires no Rio da Prata e resultassem em tensão nas relações brasileiro-argentinas.

O Chaco foi motivo de conversa de Washington Luís e Octávio Mangabeira com José P. Guggiari, quem lhes deixou uma impressão de "ânimo conciliatório". Essas duas altas autoridades brasileiras manifestaram o desejo de solução pacífica e, mais, de que Paraguai e Bolívia pudessem chegar a um acordo entre si sem "quaisquer intervenções"[1084], ou seja, da Argentina. Ao Embaixador argentino, Mangabeira afirmou que o governo brasileiro estava preocupado com o "rumo perigoso" que assumia a questão chaquenha. Segundo o chanceler, o presidente Washington Luís era, de início, contrário a qualquer intervenção de terceiros nessa divergência, mas que essa posição não podia ser mantida a todo custo. Assim, concluiu Mangabeira, tomava vulto no governo brasileiro a percepção da necessidade de ação conjunta com a Argentina, para garantir a solução pacífica de divergências entre países americanos menores. Assegurar-se-ia, desse modo, um ambiente de harmonia geral no continente, "capaz de infundir respeito às demais nações fortes do mundo"[1085].

[1083] Antonio MORA para GALLARDO, nota res. 179, Rio de Janeiro, 19.7.1928. AMRECIC, Legaciones Argentinas - Brasil, Cx. 2719. MANGABEIRA para DANTAS, idem. Ibidem.

[1084] MANGABEIRA para DANTAS, reproduzindo telegrama enviado à Legação do Brasil em La Paz, of. res. PA/13, Rio de Janeiro, 23.7.1928. Ibid.

[1085] Antonio MORA para GALLARDO, nota res. 179, Rio de Janeiro, 19.7.1928. AMRECIC, Legaciones Argentinas - Brasil, Cx. 2719.

Repetia-se, assim, a política de Rio Branco com a Argentina. Também desta vez, contudo, ela não se concretizaria, posto que Yrigoyen já demonstrara, em mandato presidencial anterior, aversão a uma composição com o Brasil. A iniciativa de Mangabeira, por outro lado, evitaria que a solução da divergência territorial boliviano-paraguaia fosse monopolizada pela Argentina, cujo governo percebeu essa consequência.

De volta a Assunção, José P. Guggiari tomou posse como presidente da República em 15 de agosto de 1928. O Brasil foi representado na cerimônia por uma Embaixada especial, chefiada pelo ministro Pedro Leão Velloso Neto, diplomata vindo do Rio de Janeiro. Ao contrário da Argentina e do Chile, o governo brasileiro, a pedido de sua Legação no Paraguai, não enviou forças militares à cerimônia. Apontou Nabuco de Gouvêa dois motivos para a inconveniência de tal envio. De um lado porque, se o Brasil enviasse uma representação militar, ela seria ofuscada pela delegação argentina, composta de 300 alunos das escolas militares e vários oficiais. Por outro lado, com a presença de militares brasileiros nas ruas de Assunção, poderia haver "manifestações desagradáveis" por parte da "população baixa desta Capital", levando a conflitos, "como sempre se tem aqui verificado em taes circunstâncias"[1086].

Na "festa brilhantíssima" da posse de Guggiari, o embaixador chileno, Gonzalo Montt, proferiu um discurso de improviso exaltando o passado belicista paraguaio. Também os militares chilenos presentes em Assunção, fizeram manifestações nesse sentido[1087].

A Legação do Brasil ofereceu dois banquetes de homenagem, um para Eligio Ayala e, outro, para José P. Guggiari. A representação brasileira esforçou-se para dar "o maior relevo" ao banquete a Ayala, justificando Nabuco de Gouvêa que "ninguém, aqui, merece mais do Brasil do que o ex-presidente"[1088].

Eligio Ayala retirou-se da Presidência com êxito, ao harmonizar sua política de aproximação da Argentina com relações cordiais com o Brasil. Essa aproximação, na verdade, foi imposta pelos fatos e a contragosto, conforme análise posterior do representante argentino Ricardo Olivera. Nesse balanço histórico da figura de Eligio, escrito por ocasião de sua morte em 1930, Olivera afirmou que "sobravam provas" de que o finado ex-presidente, avesso ao estrangeiro, cultivava particularmente "um antiargentinismo agudo e obsessivo". Escreveu Olivera que Eligio Ayala obtivera o apoio "moral e material" argentino

[1086] GOUVÊA para MANGABEIRA, of. conf. 113, 2a. sec., Assunção, 5.6.1928. Idem, ibidem.
[1087] Idem, of. conf. 159, 2a. Sec., Assunção, 22.8.1928. Ibidem.
[1088] Id., of. conf. 157, 2a. Sec., Assunção, 22.8.1928. Ibid.

na questão com a Bolívia, mas sem se comprometer, permitindo-lhe estimular os interesses econômicos e a influência dos Estados Unidos no Paraguai; consolidar os laços com o Chile; cultivar o Brasil e, de forma "muito lírica [...] ao irmão Uruguai"[1089].

Para o presidente José Guggiari a Legação brasileira ofereceu uma festa de posse, com jantar e baile, que teria sido a "mais brilhante das realizadas em Assunção". A iluminação elétrica – coisa rara naquele tempo – do parque que circundava a Legação, "causou admiração". E não era para menos, afinal essa festa e outras atividades da Embaixada Especial enviada pelo governo brasileiro custou a respeitável quantia de 650 libras esterlinas, quando a previsão inicial de dispêndio era de 300 libras[1090].

O início do mandato presidencial de José Patricio Guggiari ocorreu em momento difícil. A Conferência de Paz sobre o Chaco suspendera suas sessões, parecendo impossível chegar-se a uma acordo com a Bolívia. Em torno do litígio sobre a posse desse território agitava-se a opinião pública, insuflada pela oposição. Esta, por intermédio de seus órgãos de imprensa e líderes políticos, esforçava-se para criar clima de desconfiança quanto aos governantes em relação ao assunto chaquenho[1091].

No plano econômico, apesar da estabilidade monetária e do honesto manejo dos negócios públicos promovidos pelo presidente Eligio Ayala, as condições do país continuavam precárias. Escreveu o Embaixador espanhol Ramiru de Maeztu, que a própria capital, de ar colonial, estava bastante abandonada, carecendo de telefones; o tifo era endêmico, por não haver água corrente nem sistema de esgoto, "e metade dos habitantes andam descalços"[1092].

O governo Eligio Ayala fora beneficiado pela elevação de preços, no mercado internacional, dos produtos primários exportados pelo Paraguai. Esses preços começaram a cair a partir de 1928, dificuldade à qual outras se somariam para o governo Guggiari como a seca que assolou o país; os novos obstáculos de acesso ao mercado argentino; a redução do abate e, mesmo, o fechamento de frigoríficos; e, como consequência desses acontecimentos, a paralisação de parte do comércio assuncenho. Em 1929 a crise se aprofundou e, no ano seguinte, em 1930, o governo reconheceu a seriedade da situação, com a queda de

[1089] Ricardo OLIVERA para chanceler Ernesto BOSCH, Nota 101, "Muy Reservada", Assunção, 15.11.1930. AMRECIC, Legaciones Argentinas - Paraguay, Cx. 2981, Expediente 18.
[1090] GOUVÊA para EXTERIORES, tels. cifr. e Res. 44 e 50, Assunção, 8 e 20.8.1928. AHI, MDBAT, 202-1-15.
[1091] URIZAR, t. II, p. 675.
[1092] "Cuenta de Misión Extraordinária al Paraguay del Embajador Ramiru de Maeztu", Buenos Aires, 23.8.1928. AMAE, Política Exterior - Paraguay, Legajo 2577.

preços internacionais impactando negativamente sobre a produção local. Como consequência e até o início da Guerra do Chaco, em 1932, o Paraguai assistiu ao fechamento de casas comerciais, à especulação, ao desemprego e ao aumento do custo de vida[1093].

Embora deixando a Presidência, Eligio Ayala manteve-se no centro do poder, pois foi nomeado ministro da Fazenda pelo presidente Guggiari. O novo Ministério, informou a Legação brasileira, à exceção do chanceler Gerónimo Zubizarreta, "é um feudo do ex-presidente, cuja figura central domina inteiramente o ambiente político e militar do governo". Comentando tal fato, o representante argentino, Ricardo Olivera, foi de uma ironia precisa ao escrever: "A presença do doutor Ayala no gabinete do doutor Guggiari ou, falando de forma mais realista, a Presidência do doutor Guggiari no Ministerio do doutor Ayala". A presença de Eligio no novo governo, analisou com propriedade o embaixador espanhol Ramiru de Maeztu, era a garantia de que não haveria prodigalidade com empregos públicos e, ainda, que se poderia manter a cotação do peso paraguaio. Embora baixa, a cotação era fixa há anos na relação de 18,75 pesos paraguaios para um peso argentino[1094].

O acerto das análises de Maeztu e Olivera pode ser confirmado em um episódio pitoresco, porém significativo. Quando presidente, Eligio Ayala tinha em seu Gabinete apenas três funcionários: secretário, datilógrafo e o chefe do arquivo. O presidente Guggiari, porém, achou necessário ampliar esse número e nomeou para si um secretário particular. Ayala, no Ministério da Fazenda, ao receber a planilha de salários do Gabinete Presidencial, já com esse novo funcionário incluído, escreveu ao pé da página: "Aquele que deseje ter secretário privado, que o pague com o seu próprio bolso". E Guggiari não teve o desejado secretário[1095].

O ministro de Relações Exteriores do governo Guggiari era Gerónimo Zubizarreta. Este, segundo Nabuco de Gouvêa, "mostra-se amigo do Brasil e da Argentina", caracterizando-se por sua franqueza e independência, e por não ser lopizta. Referência importante, considerando-se que o sentimento antibrasileiro no Paraguai era estimulado, em grande parte, pelo revisionismo histórico em favor de Francisco Solano López[1096].

[1093] RIVAROLA, Milda.Obreros, utopias & revoluciones; la formación de las clases trabajadoras en el Paraguay liberal; 1870-1931. Asunción: Centro de Documentación y Estudios, 1993, p. 242.

[1094] GOUVÊA para MANGABEIRA, of. conf. 158, 2a. sec., Assunção, 22.8.1928. AHI, MDBAOE, 201-4-1. OLIVERA para GALLARDO, nota conf. 144, Assunção, 15.9.1928. AMRECIC, Legaciones Argentinas en América - Paraguay, cx. 2719, expediente 1. "Conta de Mision Extraordinária al Paraguay del Embajador Ramiru de Maeztu", Buenos Aires, 23.8.1928. AMAE, Política Exterior - Paraguay, legajo 2577.

[1095] VILLAGRA MAFFIODO, Salvador. *Memorias civiles y militares*. Asunción: Editorial Don Bosco, 1992, pp. 59-60.

[1096] GOUVÊA para MANGABEIRA, of. conf. 158, 2a. sec., Assunção, 22.8.1928. AHI, MDBAOE, 201-4-1.

Dias depois da ascensão de Guggiari ao Poder, descobriu-se uma conspiração contra o novo presidente, liderada por Eduardo Schaerer. O governo deu baixa nos oficiais aviadores Emilio Nudelman e Arnaldo Zayas, envolvidos na conspiração. Ambos tinham cursado a Escola Militar de Aviação, no Rio de Janeiro, e no final de 1923, já brevetados, voltaram ao Paraguai, reincorporando-se ao Exército[1097].

Havia, escreveu Nabuco de Gouvêa, uma campanha "desenfreada" contra o governo Guggiari pelos schaeristas. Eduardo Schaerer, respaldando-se em sua amizade com o presidente eleito argentino Hipólito Yrigoyen, que tomaria posse dois meses depois, dizia contar com recursos do futuro governo argentino para fazer a revolução no Paraguai. Os schaeristas concentravam seus esforços em intrigar o governo paraguaio com o futuro presidente argentino. Guggiari, em conversa com Nabuco de Gouvêa, ressaltou que escrevera a Yrigoyen para desfazer essas intrigas e que não tomava medidas repressivas contra Schaerer "para não irritar o radicalismo argentino de cujas intenções no fundo desconfia"[1098].

b) Neutralidade brasileira e a ratificação de limites

Em novembro de 1928 a situação no Chaco era ainda mais tensa. A Bolívia acusou o Paraguai de concentrar tropas na fronteira, enquanto o presidente Guggiari afirmou a Nabuco de Gouvêa que seu país apenas promovia uma substituição de forças. Também disse que Yrigoyen, no cargo de presidente desde outubro, não conhecia bem o litígio chaquenho, obrigando a Chancelaria paraguaia a enviar-lhe relatório historiando essa questão. Para tanto, Fulgencio Moreno foi enviado a Buenos Aires[1099].

O representante brasileiro, porém, não se convenceu com essas explicações. O Paraguai, informou, procedia ao recrutamento militar, construía novos fortins no Chaco e enviava, ininterruptamente, à noite, novas forças para a região. Tudo fazia crer, afirmou o diplomata, que o governo paraguaio se preparava para uma ação armada, ao contrário de suas declarações pacifistas[1100].

[1097] Idem, of. conf. 161, 2a. sec., Assunção, 24.8.1928. Ibidem. Após seu envolvimento na conspiração contra Guggiari, Emilio Nudelman instalou-se em São Paulo, retornando ao Paraguai para lutar a Guerra do Chaco como piloto. Em 1943 mudou-se definitivamente para Montevidéu, onde trabalhou para a companhia PLUNA, falecendo em 1963. SEIFERHELD, Alfredo M. *Los judios en el Paraguay*, inmigración y presencia judias (Siglo XVI-1935). 2. ed. Asunción: El Lector, 1984, v. I, pp. 193-194.

[1098] GOUVÊA para MANGABEIRA, of. conf. 167, 2a. sec., Assunção, 30.8.1928. AHI, MDBAOE, 201-4-2.

[1099] Idem, of. conf. 216, 2a. sec., Assunção, 14.11.1928. Ibidem.

[1100] Id., ibid. O Exército paraguaio, a essa altura, já havia recebido 30.000 fuzis Mauser e 10.000 mosquetões comprados na Espanha, idênticos ao modelo usado pela força terrestre da Argentina, onde as fábricas de munições estavam prontas para atender as necessidades da infantaria paraguaia. Id., of. conf. 225, 2a. sec., Assunção, 19.11.1928. Ibid.

Nabuco de Gouvêa considerava o presidente Guggiari um amigo pessoal. O representante argentino, Ricardo Olivera, por sua vez, mantinha "frequentes e animadas entrevistas" com Guggiari e o chanceler Zubizarreta. Nesses encontros Olivera foi taxativo ao afirmar que, nas divergências entre Paraguai e Bolívia, a Chancelaria argentina esperava ser mantida informada sobre qualquer negociação entre os dois países, principalmente se envolvesse terceiros Estados[1101]. Era inadmissível para a Argentina não ter papel preponderante na solução para o litígio boliviano--paraguaio.

Em 5 de dezembro de 1928 o capitão paraguaio Rafael Franco, sem ordens superiores, tomou o fortim *Vanguardia* dos bolivianos. Em resposta cinco fortins paraguaios foram atacados, provocando a ruptura de relações diplomáticas entre Assunção e La Paz. Nos dois países houve mobilização militar geral, apoiada, no Paraguai, inclusive pelo movimento sindical, à exceção de alguns trabalhadores anarquistas[1102]. Guggiari comentou posteriormente, em 1932, ao representante brasileiro em Assunção, que pensou em submeter Franco a conselho de guerra "e até fuzilá-lo", por haver provocado uma situação que quase arrastou os dois países à guerra. Não o fez "devido à exaltação popular e para não tornar Franco mártir"[1103].

Embora não houvesse entusiasmo popular – "não há manifestações patrióticas" – políticos paraguaios de projeção tomavam atitude "francamente agressiva" com a Bolívia. Tal postura não se coadunava com a realidade militar paraguaia na qual os soldados careciam de aspecto militar: estavam descalços, com rostos fatigados, "mal vestidos e peor equipados, marchando em desordem"[1104]. O alistamento decretado pelo governo permitiu ao Exército paraguaio atingir, em fins de dezembro, uns 20.000 homens, alistados sem qualquer seleção, mesmo a mais simples inspeção de saúde. Sobre essa tropa, escreveu Nabuco de Gouvêa:

> Descalços e maltrapilhos montavam guarda à porta das Casernas, com cinturão sobre a roupa civil e uma carabina ao ombro [...]. Soldados a pedir pão aos transeuntes e a se nutrirem de melancia, mortos de sede, ofereciam um aspecto de desordem e de miséria inconcebíveis[1105].

[1101] GOUVÊA para Hélio LOBO, carta particular, Assunção, 27.11.1928. Id. OLIVERA para GALLARDO, nota conf. 169, Assunção, 15.9.1928. AMRECIC, Legaciones Argentinas - Paraguay, Cx. 2719, expediente 14.
[1102] RIVAROLA, p. 259.
[1103] BUENO para MELLO FRANCO, of. 46, conf., Assunção, 6.5.1932. AEBACE, 1931-1932.
[1104] GOUVÊA para MANGABEIRA, of. conf. 246, 2a. sec., Assunção, 12.12.1928. AHI, MDBAOE, 201-4-2.
[1105] Idem, of. conf. 248, 2a. sec., Assunção, 31.12.1928. Ibidem.

O presidente Guggiari buscava a "sombra de uma bandeira protetora", que protegesse seu país de ação militar boliviana. Foi na Argentina, constatou Nabuco de Gouvêa, que encontrou tal proteção e, desde então, o governo paraguaio "abandonou o Chile, fugindo de qualquer aproximação com a República do Pacífico [...] deixando mal o ministro Gonzalo Montt, que passou por um ostracismo quase inconveniente"[1106].

O Chile, por sua vez, inicialmente declarou-se neutro no novo atrito boliviano-paraguaio, negando, mesmo, o pedido de compra de munição para canhões, feito pelo governo Guggiari. Dias depois, contudo, a Chancelaria chilena mudou bruscamente de postura e responsabilizou a Bolívia pela crise do Chaco, despertando entusiasmo na capital paraguaia. Em 19 de dezembro, o ministro Montt declarou, formalmente, ao chanceler paraguaio Zubizarreta, que seu país concentrava 30.000 homens na fronteira com a Bolívia, "para manobras de verão". O governo Guggiari voltou, então, a ver no Chile um aliado decidido, em caso de uma agressão boliviana[1107].

A Chancelaria brasileira instruiu Nabuco de Gouvêa a manifestar ao governo paraguaio os votos de paz, "não [se] admitindo [em] caso algum declaração [de] guerra". Também comunicou a seu representante que, estando o governo argentino "até certo ponto investido de funções mediadoras", o Brasil aguardava sua ação, sem nada sugerir. O Itamaraty declarou-se, porém, contrário "em absoluto" à intervenção de um país nos assuntos de outro, aconselhando que Paraguai e Bolívia procurassem solução jurídica para sua pendência, sem a intervenção de terceiros Estados[1108], em óbvia referência à Argentina.

Para Mangabeira a negociação direta entre paraguaios e bolivianos "evitaria mau precedente [e] se conservariam intactas as soberanias respectivas como tanto deseja o Brasil"[1109]. O Itamaraty, porém, evitava estabelecer política de rivalidade com a Argentina quanto ao Paraguai e, por isso, aceitava a mediação argentina na disputa pelo Chaco. O governo brasileiro não considerava "sensato nem prudente" intervir nessa questão enquanto vigorava o protocolo que estabeleceu Buenos Aires como sede das negociações e a Argentina como mediadora. Ademais, como não houvera iniciativa dos governos boliviano e paraguaio em solicitar intermediação do Brasil, poderiam não seguir eventuais recomendações conciliadoras brasileiras. A política brasileira era de esforçar-se para "merecer a confiança

[1106] Idem, ibidem.
[1107] Id., of. conf. 248, 2a. sec., Assunção, 31.12.1928. Ibid.
[1108] EXTERIORES para BRASLEG-A, tel. cifr. res. 47, Rio de Janeiro, 12.12.1928. Ibid., MDBAT, 202-1-15.
[1109] Idem, ibid.

e estima" das partes em litígio. Desse modo, concluiu Mangabeira, se no curso dos acontecimentos o governo Washington Luís tivesse que assumir uma "atitude mais ativa" na disputa do Chaco, encontraria "atmosfera propícia e conciliação eficaz" à sua ação conciliadora[1110].

No desenrolar dos acontecimentos o governo brasileiro evitou envolver-se em ação mediadora quanto ao Chaco. O Brasil, escreveu Ronald de Carvalho em seu já citado relatório, estava isolado frente à América hispânica, que não o apoiara na Liga das Nações e que via a Argentina como país líder. Isolamento para o qual teria contribuído a política exterior argentina. A melhor posição brasileira na América do Sul era, portanto, a "de expectativa e descrição", afastando-se das "contendas entre vizinhos turbulentos e instáveis", delas procurando retirar "o maior proveito moral e material possível". O Brasil, concluía Carvalho, deveria rechaçar as "insinuações" de Chancelarias sul-americanas para que fosse árbitro em seus litígios internacionais[1111].

A ação mediadora da Liga das Nações, que seria bem vista pelo Itamaraty, não chegou a se realizar. Consultado nesse sentido pela Chancelaria paraguaia, o representante norte-americano disse que seu governo não simpatizava com uma "intromissão directa" da Liga nos assuntos americanos[1112]. O governo argentino, por sua vez, visto a ineficácia dos conselhos que dera anteriormente, passara a evitar ser mediador. Para Nabuco de Gouvêa a alternativa era a mediação por parte dos Estados Unidos. Para este desenlace "devemos [...] concorrer", escreveu Mangabeira, que orientou Nabuco de Gouvêa a atuar discretamente nesse sentido, sem iniciativas ostensivas ou que denunciassem maiores pretensões do Brasil na questão do Chaco[1113].

A Bolívia procurou, enquanto isso, evitar uma solução negociada para o litígio. Seu governo, num primeiro momento, mostrara reservas a respeito da mediação do presidente Yrigoyen, comunicando-lhe, posteriormente, aceitar seus bons ofícios. A Bolívia procurava escapar da já planejada conferência de paz de Washington, voltando-se novamente para a Argentina, protelando assumir "compromissos [que] possam [...] resolver de uma vez a contenda"[1114].

Graças à ação do Secretário de Estado norte-americano Frank B. Kellog, Paraguai e Bolívia iniciaram negociações de paz em Washington, sob a mediação de Colômbia, Cuba, Estados Unidos, México e Uruguai.

[1110] Id., ibid.
[1111] CARVALHO, pp. 150, 165.
[1112] GOUVÊA para EXTERIORES, tel. cifr. res. 92, Assunção, 15.12.1928. AHI, MDBAT, 202-1-15.
[1113] EXTERIORES para BRASLEG-A, tel. cifr. conf. 54, Rio de Janeiro, 17.12.1928. Idem, ibidem.
[1114] GOUVÊA para EXTERIORES, tel. cifr. res. 100, 20.12.1928. Id., ibid.

A Argentina recusou-se a participar, assim como o Brasil, que se justificou com o argumento de sua neutralidade. Esta, argumentou a Chancelaria brasileira, poderia ser questionada pelo fato de o país ser limítrofe ao território litigioso e, ainda, possuir tratados de limites a serem apreciados pelos Legislativos boliviano e paraguaio[1115].

Em 13 de março de 1929 foi inaugurada a Conferência Pan--americana de Conciliação e Arbitragem sobre o contencioso boliviano--paraguaio. A Comissão de Investigação e Conciliação, composta por dois representantes de cada um dos países litigantes e de um delegado de cada nação mediadora, atuou de 13 de março a 13 de setembro de 1929, apresentando, em 31 de agosto, uma Convenção de Arbitragem. O artigo 5º desse documento determinou que, "en todo caso y cualquiera sea la decisión arbitral" seria entregue à Bolívia um porto na Bahía Negra, com a extensão territorial que se considerasse necessária para seu funcionamento. A Delegação paraguaia recusou essa Convenção, argumentando que a Bolívia não tinha documento jurídico ou histórico em favor de seu domínio sobre o norte do Chaco[1116].

A Comissão de Conciliação e Arbitragem obteve, porém, a assinatura de um Protocolo por Paraguai e Bolívia, que determinou o esquecimento mútuo de ofensas e prejuízos causados por uma parte a outra; o restabelecimento no Chaco do *status quo* anterior ao ataque ao fortim *Vanguardia*, que, reconheceu-se, estava em território boliviano; e a retomada de negociações diplomáticas entre os dois países. Não foi, porém, a ação diplomática mediadora que impediu o início da guerra entre a Bolívia e o Paraguai, mas, sim, o fato de ambos os países carecerem de vias de comunicação para transportar ao Chaco tropas e armamentos em quantidade necessária para iniciarem o conflito[1117].

Apesar dos esforços para manter-se afastado do tema, no início de 1929 o governo brasileiro foi envolvido em polêmica sobre o Chaco. O chanceler paraguaio Gerónimo Zubizarreta enviou, em 2 de janeiro desse ano, nota à Legação brasileira afirmando que o Brasil assinara, dias antes, um Tratado de Limites com a Bolívia, quando esta ainda se encontrava em litígio com o Paraguai. Por esse Tratado, dizia a nota, o Brasil comprometera-se a conceder um milhão de libras à Bolívia para obras ferroviárias. A utilização de tal quantia, afirmava Zubizarreta,

[1115] Relatório do Ministério das Relações Exteriores, 1929, p. 21.
[1116] SALUM FLECHA, pp. 200-202.
[1117] BENÍTEZ, Luis G. *Historia diplomática del Paraguay*. Asunción, [s.n.], 1972, p. 366.

ficava dependente da boa-fé boliviana, podendo eventualmente ser usada para comprar armas[1118].

Efetivamente, Brasil e Bolívia assinaram o Tratado de Limites e Comunicações Ferroviárias em 25 de dezembro de 1928, que substituía os Protocolos de 1925, nunca implementados. No aspecto de limites, resolveram-se os três pontos que ainda permaneciam indefinidos: a posse de ilhas no trecho do rio Madeira, comum aos dois países; o estabelecimento da linha divisória entre as nascentes do rio Rapirran e do igarapé Bahía; bem como a definição da fronteira nas cabeceiras do rio Verde. Pelo artigo V desse Tratado, o governo brasileiro comprometeu-se a dar um milhão de libras esterlinas para auxiliar a Bolívia a realizar o plano ferroviário de ligar Cochabamba a Santa Cruz de la Sierra e, esta, a dois portos, um na bacia do Amazonas, e, outro, no rio Paraguai, em um ponto que permitisse ser conectada à Noroeste do Brasil. O dinheiro era compensação por não ter o Brasil cumprido o compromisso, assumido no Tratado de Petrópolis de 1903, de construir um ramal ferroviário entre Porto Murtinho, ou outro ponto próximo, e Vila Bela, na confluência dos rios Beni e Mamoré, conectando-o com a ferrovia Madeira-Mamoré. Uma das cláusulas do Tratado de dezembro de 1928 determinou que aquelas libras esterlinas seriam pagas pelo Tesouro brasileiro, em Londres, diretamente à *Madeira-Mamoré Railway Company*, que construiria a ferrovia ligando os dois países[1119].

Nabuco de Gouvêa explicou ao chanceler paraguaio o conteúdo do Tratado de Limites e Comunicações Ferroviárias assinado entre Brasil e Bolívia. Simultaneamente, o Itamaraty enviou a esse diplomata cópias do Tratado, bem como das notas trocadas, na ocasião, com a Legação boliviana no Rio de Janeiro. Nabuco de Gouvêa foi autorizado a mostrar de forma oficiosa, se necessário julgasse, cópias desses documentos ao governo paraguaio[1120].

Octávio Mangabeira enviou, também, os termos da nota com que a Legação brasileira deveria responder a Zubizarreta. Irritado, o chanceler escreveu que "não me posso conformar com a insistência da desconfiança com que esse país corresponde à nossa inalterável correção". A nota brasileira era, na classificação do jargão diplomático, correta, porém enérgica. Afirmava que, não fosse o contexto internacional, o Brasil não compreenderia como o governo paraguaio o julgava capaz de

[1118] A nota original não foi localizada. Sua síntese encontra-se em: MANGABEIRA para GOUVÊA, of. LA/6, Rio de Janeiro, 29.1.1929. AHI, MDBAD, 202-1-5.

[1119] Relatório do Ministério das Relações Exteriores, 1928, anexo A, p. 23-28, e 1929, pp. 15-17, 32-33.

[1120] para EXTERIORES, tel. cifr. res. 5, Assunção, 9.1.1929. AHI, MDBAT, 202-1-15. MANGABEIRA para GOUVÊA, of. res. LA/1, Rio de Janeiro, 7.1.1929. Idem, MDBAD, 202-1-5.

um comportamento desleal. A resposta brasileira terminava em termos duros, afirmando que Zubizarreta, "refletinto melhor", reconheceria que somente devido ao "conhecimento imperfeito" do assunto, pudera sentir a "ingrata impressão" – termo usado na nota paraguaia – quanto ao comportamento do Brasil em relação à Bolívia. Explicava, ainda, pormenorizadamente o motivo e as condições em que o governo brasileiro concedia um milhão de libras àquele país andino[1121].

O Brasil tinha limites não demarcados com apenas quatro países e já os resolvera. Assinara tratados para demarcar fronteiras com o Paraguai, em 21 de dezembro de 1927; com a Argentina em 27 de dezembro desse mesmo ano; com a Colômbia, em 15 de novembro de 1928. Portanto, concluía a nota brasileira a Zubizarreta, o Tratado com a Bolívia, de 25 de dezembro de 1928, inseria-se no contexto do maior interesse que um país podia ter: a fixação de seu território[1122].

O governo boliviano, por sua vez, também se queixou ao Itamaraty. Alegou que o Brasil, ao assinar o Tratado Complementar de Limites com o Paraguai, dera-lhe argumento favorável ao litígio no Chaco. Mangabeira contestou tal conclusão, afirmando que o acordo de limites era acompanhado de notas reversais, trocadas entre os representantes brasileiro e paraguaio, registrando a reivindicação boliviana quanto ao território sobre o rio Paraguai[1123].

A neutralidade do governo brasileiro não o impediu, porém, de responsabilizar a Bolívia pela situação criada com o Paraguai. Isto ocorreu simultaneamente aos debates no Parlamento boliviano sobre o Tratado de Limites com o Brasil, que levariam à sua aprovação em dezembro de 1929. Octávio Mangaberia ponderou ao ministro boliviano no Rio de Janeiro e ordenou à Legação brasileira em La Paz comunicar ao governo local, que a Bolívia deveria desistir da aquisição de armamentos "e entrar de vez no caminho da solução definitiva do pleito por um arbitramento definido em condições elevadas"[1124].

O governo paraguaio concordou ser juridicamente correta a postura do Brasil quanto ao trânsito de armas por seu território destinadas a terceiros países. Essa concordância não se dava somente por convencimento jurídico, mas, também, por interesse. Em fevereiro de 1929 o governo argentino reteve, no porto de Buenos Aires, armas destinadas

[1121] Não foi possível saber a data dessa nota enviada ao governo paraguaio. Seu conteúdo encontra-se em: MANGABEIRA para GOUVÊA, of. LA/6, Rio de Janeiro, 29.1.1929. Id., ibid.
[1122] Id.
[1123] EXTERIORES para BRASLEG-A, tel. cifr. res. 14, Rio de Janeiro, 7.2.1929. AHI, MDBAT, 202-1-15.
[1124] EXTERIORES para BRASLEG-A, tel. cifr. res. 18, Rio de Janeiro, 9.2.1929. Idem, ibidem.

ao Paraguai[1125], em medida provavelmente voltada para a opinião pública, mas que, de todo modo, retardou a chegada desse armamento a Assunção. Ademais, os governos chileno e peruano proibiram o trânsito de armas por seus territórios, o que, naquele momento, somente prejudicava a Bolívia, mas alertava o Paraguai para uma eventual ação internacional nesse sentido. Caso isso ocorresse, como afirmou em conversa com Nabuco de Gouvêa o chanceler Zubizarreta, seu país, pior armado do que o rival boliviano, ficaria em inferioridade[1126].

A instalação da Comissão de Conciliação e Arbitragem em Washington e a cessação dos enfrentamentos paraguaio-bolivianos no Chaco puseram fim aos temores de Zubizarreta. Essa nova realidade, bem como o reconhecimento, pelo Paraguai, da correção da postura do Itamaraty quanto à Bolívia, afastaram, também, um fator perturbador nas relações brasileiro-paraguaias.

A ratificação do Tratado Ibarra-Mangabeira tornou-se, para o Brasil, o tema principal nas suas relações com o Paraguai em 1929. Nabuco de Gouvêa e o chanceler Zubizarreta empenharam-se para a aprovação do acordo e a "primeira dificuldade" foi completar a vaga existente na Comissão de Diplomacia do Senado, "com um amigo nosso e conseguimos que fosse votado o nome do senador Soler". Essa Comissão deu, então, parecer favorável ao Tratado, com voto contrário do senador Modesto Guggiari. Não foi possível, contudo, conseguir quórum no plenário, mas o representante brasileiro previu que isso ocorreria em pouco tempo, graças a empenho de Zubizarreta[1127].

O presidente Guggiari pediu e obteve que o senador Benigno Escobar mudasse de posição e apoiasse a ratificação do Tratado. Já Modesto Guggiari, escreveu Nabuco de Gouvêa, "se tornou aqui o campeão da oposição contra o Brasil" e a ratificação estava sendo uma "campanha difícil"[1128].

No dia da votação do Tratado Ibarra-Mangabeira, em 19 de fevereiro, Modesto Guggiari, ao constatar que a maioria dos senadores era favorável à sua aprovação, obstruiu os trabalhos. Antevendo tal possibilidade, o senador Soler teve aprovada a proposta de que a sessão legislativa começasse às 8 horas da manhã. Com esse artifício foi possível a realização de duas sessões, sendo que a segunda se prolongou até meia-noite, momento em que o Tratado foi ratificado por nove votos a favor e cinco contra. Destes, dois eram senadores liberais e os outros

[1125] GOUVÊA para EXTERIORES, tel. cifr. Res. 19, Assunção, 10.2.1929. Id., ibid.
[1126] Id., tel. cifr. res. 21, Assunção, 13.2.1929. Ibid.
[1127] GOUVÊA para MANGABEIRA, of. conf. 32, 2a. Sec., Assunção, 28.1.1928. AHI, MDBAOE, 201-4-3.
[1128] Idem, ibidem.

três do Partido Colorado[1129]. O Tratado Ibarra-Mangabeira não entrava, porém, em vigor, pois faltava que também a Câmara de Deputados paraguaia o ratificasse.

Os esforços do governo paraguaio em favor da aprovação do Tratado Ibarra-Mangabeira tinham duas razões de ser. De um lado, esse acordo não era prejudicial ao Paraguai, ao contrário, estabilizava a fronteira norte ao estabelecer marcos fronteiriços, facilitando a ação das autoridades policiais dos dois países. Dificultava-se, assim, a ação de bandidos e contrabandistas, bem como de eventuais revolucionários.

Por outra parte, interessava ao governo paraguaio manter boas relações com o Brasil. Afinal, eram recentes os atritos armados paraguaios-bolivianos no Chaco e em fevereiro, embora a situação se distendesse com as negociações em Washington, não havia garantia de paz. Ademais, a Chancelaria paraguaia estava preocupada com dificuldade de transporte, pelo Rio da Prata, das armas compradas na Europa. A postura do governo brasileiro de aceitar o trânsito de armamentos por seu território, destinados a terceiros países, criava a possibilidade, para o Paraguai, de utilizar também o território do Brasil para trazer material bélico.

A oposição ao Tratado Complementar de Limites, por sua vez, decorria apenas da ressalva feita pelo Brasil em nota reversal à reivindicação territorial boliviana no Chaco; o sentimento antibrasileiro ou tentativa, no caso dos colorados, de desgastar o governo paraguaio. A polêmica em torno desse Tratado, mesmo depois de ratificado, escreveu Eusebio Ayala a Rogélio Ibarra, era o "pequeno resíduo de ambições e ganância que todos conhecem mas dos quais ninguém fala". Para Ayala, a tentativa de atingir a figura pública de Ibarra, tido como potencial candidato à presidente da República, constituía um dos motivos dos ataques ao acordo de 1927 com o Brasil[1130].

Em março de 1929 Hildebrando Accioly, Primeiro Oficial do Ministério das Relações Exteriores, enviou a Rogélio Ibarra a cópia solicitada do Protocolo de 1858, assinado entre José Maria da Silva Paranhos e Francisco Solano López. Embora particular, a carta de Accioly refletia o sentimento de perplexidade do Itamaraty, quanto à "estranha" oposição ao Tratado de 1927. Este, escreveu Accioly, reconhecia a soberania de Assunção sobre a margem direita do rio Paraguai, entre o Apa e a Bahía Negra[1131], e os dois países saíam ganhando pois teriam situação estável na fronteira. Lamentou que no Paraguai se pensasse, erroneamente, ter o Brasil

[1129] Id., of. conf. 52, 2a. sec., Assunção, 25.2.1929. Ibid.
[1130] Eusebio AYALA para Rogélio IBARRA, Ministerio de Hacienda (Correspondência privada), Assunção, 24.5.1929. Archivo Rogélio Ibarra, APMPV.
[1131] Hildebrando ACCIOLY para Rogélio IBARRA, Rio de Janeiro, 20.3.1929. Idem, ibidem.

alcançado enormes vantagens com o Tratado e que sua não ratificação lhe causaria prejuízo. Refletindo sentimento no meio diplomático brasileiro, Accioly surpreendia-se com Brasil ser visto no país guarani "com uma desconfiança verdadeiramente incompreensível". E acrescentou:

> Somos um dos povos mais pacíficos do mundo [...] Toda a gente sabe que não alimentamos pruridos militaristas ou imperialistas. Não temos ambições de terras, nem pretensões descabidas, nem arrogâncias de grande potência. Por que essa constante desconfiança contra nós?

Accioly solicitou que Ibarra contribuísse para desfazer essa imagem do Brasil, o que seria um grande serviço para os dois países. O interesse recíproco brasileiro e paraguaio, escreveu, era o de serem amigos "e somente sobre a base da confiança mútua é que podem assentar as verdadeiras amizades"[1132].

Nabuco de Gouvêa partiu em 2 de março de 1929 do Paraguai, removido para Bucareste, onde instalaria a Legação do Brasil na Romênia. Antes de partir assistiu não só à ratificação pelo Senado paraguaio do Tratado Complementar de Limites, mas, também, à conexão, em Bela Vista, da linha telegráfica entre o Brasil e o Paraguai, cujo funcionamento regular, porém, iniciou-se em 11 de abril[1133].

Embora sem a mesma capacidade de relacionamento de Rodrigues Alves, seu antecessor, Nabuco de Gouvêa foi eficiente representante do Brasil no Paraguai. Não escondia, porém, seu desgosto pelo posto em que se encontrava[1134], o que talvez tenha comprometido seu relacionamento com a sociedade assuncenha, em contraste com Rodrigues Alves.

Em 30 de junho de 1929, utilizando-se do trajeto ferroviário-fluvial que ligava o Rio de Janeiro a Assunção, chegou à capital paraguaia o novo titular da Legação brasileira, ministro Arthur Guimarães Araújo Jorge. A viagem da capital brasileira a Porto Esperança fora reduzida a 72 horas, pois os trens noturnos, inaugurados pela Estrada de Ferro Noroeste do Brasil naquele mesmo mês, suprimiram os anteriores pernoites obrigatórios em Bauru, Araçatuba, Três Lagoas e Campo Grande. Em Porto Esperança, Araújo Jorge embarcou em navio do Lloyd Brasileiro e três dias depois

---

1132 Id., ibid.

1133 GOUVÊA para EXTERIORES, tel. s/nº, Assunção, 24.2.1929. AHI, MDBAT, 202-1-15. DANTAS para EXTERIORES, tel 46, Assunção, 12.4.1929. Idem, ibidem.

1134 Nabuco de Gouvêa queixava-se "de todo": da preferência dos paraguaios pela Argentina; das condições de vida em Assunção; "de la seca y de la lluvia". Sua esposa e filhos pequenos juntaram-se a esse diplomata em Assunção três meses após sua chegada ao Paraguai, permaneceram por tempo igual, "que sufrieron con incontenible mal humor", e retornaram ao Rio de Janeiro. Ricardo OLIVERA para GALLARDO, nota res. 85 R-E, Assunção, 15.6.1927. AMRECIC, Legaciones Argentinas - Paraguay, Cx. 2601.

chegou a Assunção[1135]. Esperava-o dois desafios: a ratificação do Tratado Ibarra-Mangabeira pela Câmara dos Deputados paraguaia e o problema da soberania sobre ilha no rio Paraguai, em frente à localidade brasileira de Porto Murtinho.

Essa ilha, chamada de Margarita pelos paraguaios e de Três Barras pelos brasileiros, estava dividida por riacho de pouca profundidade e não possuía valor econômico ou militar[1136]. Nela os brasileiros tiveram presença no passado, mas, desde 1906, era colonizada por paraguaios (cerca de 100 em 1918), quase todos a serviço da *Companhia Matte Larangeira*. Nesse ano militares brasileiros fizeram exercício na ilha, colocando em dúvida a qual país pertencia. Em 1929 as "insolências" e o "procedimento imoral" de Alberto Martínez, chefe da aduana paraguaia na ilha Margarita, provocaram "violenta repulsa" dos habitantes de Porto Murtinho. Liderados pelo sargento que comandava o destacamento militar local, "sem ordem superior", os habitantes dessa localidade invadiram a ilha e ocuparam aquele posto aduaneiro[1137].

Configurou-se uma situação delicada, pois a opinião pública paraguaia ficou indignada, o que levou o chanceler Zubizarreta a comparecer ao Senado para dar explicações[1138]. A posição do governo paraguaio era de que a ilha estava sob sua soberania, enquanto para Araújo Jorge ela era brasileira. Mangabeira foi mais cauteloso e considerando existir um córrego dividindo esse território, acreditava haver, na verdade, duas ilhas. De todo modo, opinou o chanceler brasileiro, somente a aplicação do Tratado Ibarra-Mangabeira, com a demarcação efetiva dos limites, poderia determinar a posse desse pedaço de terra[1139].

Mangabeira instruiu a Legação brasileira a propor ao governo paraguaio uma solução provisória. "O máximo que podemos transigir", segundo esse chanceler, era desocupar imediatamente a "primeira" ilha, nela restabelecendo-se a aduana paraguaia. A "segunda" ilha, deserta e mais próxima de Porto Murtinho, ficaria sob "vigilância" brasileira. Os governos dos dois países abririam inquéritos simultâneos e puniriam os responsáveis pelo ocorrido. Enquanto isso, um representante brasileiro e outro paraguaio percorreriam juntos a região para se informarem e sugerir medidas complementares para restabelecer a concórdia fronteiriça[1140].

[1135] ARAÚJO JORGE para MANGABEIRA, of. 100, 2a. sec., Assunção, 16.7.1929. AHI, MBDAOE, 201-4-3.
[1136] Idem, tel. cifr. 68, Assunção, 2.7.1929. Ibidem, MBDAT, 202-1-15.
[1137] Id., of. 118, 2a. sec., Assunção, 14.8.1929. Ibid., MDBAOE, 201-4-3.
[1138] Fernando de Sousa DANTAS, encarregado de negócios, para MANGABEIRA, of. conf. 90, Assunção, 4.6.1929. Ibid., MDBAOE, 201-4-3.
[1139] EXTERIORES para BRASLEG-A, tel. cifr. res. 37, Rio de Janeiro, 18.3.1929. Ibid., MDBAT, 202-1-15.
[1140] Idem, tel. cifr. conf. 41, Rio de Janeiro, 28.3.1929. Ibidem.

Respondeu Zubizarreta que a situação era "melindrosa", tanto no meio parlamentar, quanto junto à opinião pública de seu país. O governo paraguaio não poderia, assim, aceitar a proposta de Mangabeira em sua totalidade, principalmente quanto à vigilância brasileira. Zubizarreta disse compreender o temor da população de Porto Murtinho, que se sentia ameaçada, mas esse problema seria resolvido com a nomeação, na ilha, de novas autoridades paraguaia idôneas e melhor preparadas, pois Martínez já fora destituído. Também traria tranquilidade aos brasileiros queixosos da fronteira saber que a ocupação paraguaia da ilha Margarita seria provisória, até a solução de sua posse pela aplicação do Tratado Complementar de Limites. Lembrando ter o governo Guggiari dado ao Brasil provas de amizade, Zubizarreta solicitou que fosse encontrada outra solução[1141].

Mangabeira mandou comunicar a Zubizarreta que compartilhava sua opinião. O governo brasileiro ordenou, então, à região militar de Campo Grande restabelecer as autoridades paraguaias "nas ilhas". Nelas, porém, o governo paraguaio deveria evitar nomear funcionários "inconvenientes". A Legação deveria informar, também à Chancelaria paraguaia que reclamação brasileira em relação à posse das "ilhas" nada tinha de inamistoso, demonstrando, sim, que somente depois de demarcada a fronteira seria possível saber exatamente a que país pertenciam. Mangabeira ordenou que também se dissesse a Zubizarreta que, em consideração ao governo paraguaio, "estou retardando [a] troca [de] ratificações [do] tratado com Bolívia", apesar da insistência boliviana em fazê-lo rapidamente. O chanceler brasileiro desejava ratificar, simultaneamente, os acordos complementares de limites assinados com o Paraguai e a Bolívia[1142].

A Legação brasileira comunicou ao governo paraguaio que a "segunda ilha" estava sendo desocupada e que o Brasil "estimaria" que assim permanecesse. Zubizarreta mostrou-se "profundamente agradecido", expondo, porém, que seu governo se via obrigado a ocupar totalmente "as ilhas", embora provisoriamente. Caso contrário, afirmou, a opinião pública julgaria que a desocupação decorria de imposição do Brasil, dificultando a aprovação do Tratado Complementar de Limites. Mangabeira pediu a seu colega paraguaio que também considerasse as dificuldades do governo brasileiro, pois fora da "segunda" ilha que partiram as provocações do ex-chefe da Aduana paraguaia aos moradores de Porto Murtinho. Esses habitantes se queixavam dos desacatos sofridos

[1141] DANTAS para EXTERIORES, tel. cifr. conf. 48, Assunção, 12.4.1929. Ibid.
[1142] EXTERIORES para BRASLEG-A, tel. cifr. 46, Rio de Janeiro, 24.4.1929. Ibid.

e, se houvesse a ocupação total paraguaia das ilhas, poderiam "recolocar o problema", causando novos atritos. Recusar tal acordo, escreveu o titular do Itamaraty, "não parece nem justo nem cordial"[1143].

Em lugar de atender a esse pedido, Zubizarreta informou que, para evitar nova interpelação parlamentar, via-se "constrangido" a passar uma nota à Legação brasileira solicitando a desocupação da ilha Margarita. A desocupação ocorreu no dia 22 de junho e, para o novo ministro brasileiro em Assunção, a "manifesta" boa vontade de ambos os governos nesse assunto era impotente frente à opinião pública paraguaia, "trabalhada contra o Brasil por uma oposição violenta e agressiva". Araújo Jorge, após entrevistar-se com o presidente Guggiari e o chanceler Zubizarreta, bem como "com amigos do Brasil", concluiu que, para "salvar" o Tratado Ibarra-Mangabeira, devia-se restabelecer nas ilhas Margarita a situação anterior. Elas retornariam a mãos paraguaias, deixando-se a discussão de sua posse quando da implementação desse Tratado[1144].

Octávio Mangabeira concordou com esse raciocínio, pois "todo nosso empenho deve ser [a] aprovação do tratado". "Seria preferível", porém, que o governo paraguaio transferisse, se possível, o posto aduaneiro da posição anterior, na "segunda ilha", em frente a Porto Murtinho, para a "primeira", mais próxima do Paraguai. Zubizarreta, após consultar o presidente Guggiari, respondeu que seu governo, "animado do espírito de conciliação", não se apressaria a reativar o posto aduaneiro[1145].

Mangabeira mostrou-se de pleno acordo com essa solução. Lembrou o chanceler que a nota bilateral sobre o assunto, proposta pelo governo paraguaio, seria publicada pelos jornais cariocas. O teor desse documento deveria ser combinado, de modo a deixar em boa situação ambas as partes. A ilha era litigiosa, escreveu Mangabeira, pela "razão técnica" de que essa parte da fronteira não fora demarcada e o governo brasileiro jamais ordenaria sua ocupação militar, "que ao contrário deploramos"[1146].

Ao contrário do desejado pelo chanceler brasileiro, a situação não se tranquilizou. Autoridades de Porto Murtinho comunicaram ao governo federal que os paraguaios haviam ocupado "ambas" as ilhas "entre manifestações de regozijo e grande estardalhaço", informação também publicada no jornal O Estado de S. Paulo. Araújo Jorge foi

[1143] Idem, tel. cifr. res. 49, Rio de Janeiro, 8.5.1929. Ibid. DANTAS para EXTERIORES, tel. cifr. 54, Assunção, 11.5.1929. Ibid. EXTERIORES para BRASLEG-A, tel. cifr. res. 50, Assunção, 16.5.1929. Ibid.

[1144] DANTAS para EXTERIORES, tel. res. 55, Assunção, 19.5.1929. Ibid. Em anexo: Nota de ZUBIZARRETA à Legação Brasileira, Assunção, 18.5.1929. ARAÚJO JORGE para EXTERIORES, tel. cifr. 70, Assunção, 9.7.1929.

[1145] EXTERIORES para BRASLEG-A, tel. cifr. 63, Rio de Janeiro, 19.7.1929. Ibid. ARAÚJO JORGE para EXTERIORES, tel. cifr. 77, Assunção, 31.8.1929. Ibid.

[1146] EXTERIORES para BRASLEG-A, tel. cifr. 66, Rio de Janeiro, 5.8.1929. Ibid.

instruído a pedir ao governo paraguaio a desocupação da "segunda ilha", assim como discrição por parte de seus funcionários. A Chancelaria paraguaia desmentiu que até então, meados de agosto, a "segunda ilha" tivesse sido reocupada e atribuiu aquelas manifestações de regozijo à comemoração da data nacional do país. Araújo Jorge lembrou a seu superior que não fora combinada a transferência da Aduana paraguaia da "segunda" para a "primeira" ilha, havendo, sim, a promessa do governo paraguaio de retardar o quanto possível a nomeação das novas autoridades alfandegárias[1147].

Simultaneamente, Araújo Jorge enviou ao governo paraguaio, em 14 de agosto, a nota previamente combinada sobre o incidente dessas ilhas, para efeito de satisfação da opinião pública e meios políticos do país. Nesse documento a Legação brasileira lamentou o incidente da ilha Margarita e concordou com o restabelecimento da situação anterior: a posse paraguaia. Ressalvava-se que essa decisão não afetava o critério de distribuição de ilhas estabelecido no Tratado Complementar de Limites[1148].

A solução para a questão da ilha Margarita tardaria, porém, quase cinco décadas. Somente em dezembro de 1975, quando da visita do presidente Geisel ao Paraguai, foi assinado um Protocolo Adicional ao Tratado de Limites de 1927, para solucionar a soberania sobre as ilhas e bancos de areia no rio Paraguai, entre a foz do Apa e o desaguadouro da Bahía Negra. Como resultado de trabalhos técnicos efetuados por organismos dos dois países, concluiu-se que o canal do rio Paraguai que corre pela margem esquerda, a este da ilha conhecida como Margarita ou Três Barras, era o principal e que, por outra parte, não existia canal principal de navegação entre a Isla del Sombrero ou do Chapéu – a qual também tinha se tornado litigiosa – e a margem esquerda de ambos os rios. Como consequência, ficou definido que o Brasil reconhecia a soberania paraguaia na ilha Margarita e o Paraguai, por sua vez, reconheceu ser a Ilha do Chapéu de posse brasileira. Em 11 outubro 1977, Comissão Mista Paraguaio-Brasileira Demarcadora de Limites aprovou como paraguaias 29 ilhas e cinco bancos e como brasileiras 28 ilhas e 10 bancos na área. Completou-se, assim, o traçado da linha fronteiriça entre os dois países, de acordo com as estipulações do Tratado Ibarra-Mangabeira[1149].

Em 1929 era complicada a situação do governo Guggiari que estava fragilizado politicamente e, por isso, tinha dificuldade em obter a aprovação pela Câmara dos Deputados do Tratado Complementar de

[1147] Idem, tel. res. 73, Rio de Janeiro, 15.8.1929. Ibid.
[1148] ARAÚJO JORGE para EXTERIORES, tel. cifr. 83, Assunção, 14.8.1929.Ibid. Em anexo nota da Legação brasileira à Chancelaria paraguaia, Assunção, 14.8.1929.
[1149] Antonio SALUM FLECHA, op. cit., pp. 180-183.

Limites. O presidente paraguaio estava "cada vez mais fraco, sem apoio da imprensa e da opinião pública" e a gravidade da situação levou-o a decretar o Estado de Sítio, em 11 de setembro de 1929[1150].

Araújo Jorge calculava que 22 deputados votariam a favor do Tratado Complementar de Limites, ao passo que, contra ele, estavam seis liberais seguidores do senador Modesto Guggiari e 12 colorados, em virtude de resolução nesse sentido votada pela convenção do partido realizada pouco antes, em 16 de junho[1151]. A Comissão de Diplomacia da Câmara dera parecer inconclusivo sobre a ratificação do tratado: dois votos, de deputados colorados, contrários; dois favoráveis e um voto, de liberal dissidente, propondo o adiamento da discussão do tema[1152]. Os argumentos invocados pela oposição ao Tratado eram em síntese: imprecisão sobre desaguadouro da Bahía Negra; a ressalva brasileira a eventuais direitos da Bolívia e a posse da Ilha Margarita. Esta, diziam os opositores, deveria estar definida como paraguaia no Tratado Complementar de Limites[1153].

O chanceler brasileiro estava impaciente em obter aprovação para esse Tratado e, para tanto, fazia concessões. Mangabeira discordou da nota que Araújo Jorge enviara, em 14 de agosto, ao governo paraguaio sobre os incidentes na ilha Margarita. Era "excessivo", argumentou, lamentar-se a conduta de autoridades brasileiras, quando elas não se envolveram "propriamente" no incidente, mas, sim, as autoridades paraguaias. Araújo Jorge foi instruído a não dar publicidade dessa nota, para não provocar reações negativas no Brasil. Nem por isso, contudo, Araújo Jorge foi desautorizado, pois essa nota poderia favorecer a aprovação, pela Câmara de Deputados, do Tratado Ibarra-Mangabeira[1154].

"Se depois disto, depois de tanta cordura" brasileira, esse Tratado não fosse aprovado, o Itamaraty alteraria sua política para o Paraguai. A nova postura seria a de praticar "certos atos [que] revelem nosso desgosto, formulando contra a posse das ilhas Margarida [sic] reclamação severa e tratando esse país nas emergências propícias como formos por ele tratados". Araújo Jorge foi autorizado a comunicar, se julgasse oportuno, essa disposição ao governo paraguaio[1155].

Mangabeira classificou como "inconcebível" que, dos países vizinhos com os quais o Brasil assinara tratados, apenas o Paraguai "se obstinasse [em] tratar-nos com tão estranha inamistosidade". Lembrou

[1150] ARAÚJO JORGE para EXTERIORES, tel. cifr. 105, Assunção, 12.9.1929. AHI, MDBAT, 202-1-15.
[1151] Idem, tel. cifr. 70, Assunção, 9.7.1929. Ibidem.
[1152] Id., tel. cifr. 106, Assunção, 15.9.1929. Ibid.
[1153] ARAÚJO JORGE para MANGABEIRA, of. 161, 2a. sec., Assunção, 22.10.1929. Ibid., MDBAOE, 201-4-4.
[1154] EXTERIORES para BRASLEG-A, tel. cifr. conf. 85, Rio de Janeiro, 2.9.1929. Ibid., MDBAT, 202-1-15.
[1155] Idem, ibidem.

que somente ratificara o acordo de limites com a Bolívia, por seu governo aceitar a redação defendida pelo Brasil para a troca de notas reversais. Nestas estabelecia-se que o milhão de libras que o Brasil destinava à construção de ramal ferroviário boliviano seria liberado gradualmente, somente à medida que as obras fossem sendo executadas, não podendo o dinheiro ser direcionado para outro fim[1156]. Era uma garantia que esses recursos não seriam usados pela Bolívia com fins militares.

A impaciência da Chancelaria brasileira, porém, não podia ser satisfeita pelo governo paraguaio. Este procedia com "a maior boa vontade"[1157] e no limite de suas possibilidades para conseguir a aprovação do Tratado Ibarra-Mangabeira. Como consequência do clima criado pela imprensa, em todas as sessões de debate do Tratado afluía à Câmara grande público, antipático à sua aprovação. A oposição ao tratado era apenas o pretexto para continuar-se na "formidável campanha política contra o governo e sobretudo contra a pessoa do Dr. José P. Guggiari"[1158].

Na Câmara a oposição, por ser minoritária na recusa em aprovar o Tratado, evitava dar quórum à sua votação. A manobra protelatória não pôde, porém, ser mantida indefinidamente. Por influência do presidente Guggiari, o recesso da Câmara foi adiado de 10 para 25 de outubro, e ela foi mantida em sessão permanente. Esgotaram-se, desse modo, os debates e em 18 de outubro a ratificação do Tratado Ibarra-Mangabeira foi colocada em votação. Utilizando-se da manobra de não dar quórum, 19 oposicionistas abandonaram o recinto. O presidente da Câmara, invocando os artigos 60 da Constituição e o 13º de seu Regimento Interno, enviou aos ausentes intimações escritas para que retornassem ao plenário, sob pena de serem compelidos a comparecerem "pela força". Reaberta a sessão, à uma hora da madrugada, havia maioria simples, graças à presença de 20 deputados liberais – eram 26 – e de um colorado, Mateo Moriníigo, o qual "a polícia surpreendera à porta de sua casa e o conduziu ao recinto da Câmara. O tratado foi aprovado por 19 votos a um"[1159].

Do esforço pela aprovação do Tratado Complementar de Limites o governo Guggiari saiu fortalecido, a ponto de pretender expulsar do Partido Liberal os seis deputados dissidentes[1160]. A aprovação representou a vitória não só sobre a oposição de um governo enfraquecido, até então, o qual a utilizou para se impor à dissidência liberal de Modesto Guggiari.

1156 EXTERIORES para BRASLEG-A, tel. s/nº, Rio de Janerio, 1.9.1929. Ibid.
1157 ARAÚJO JORGE para EXTERIORES, tel. cifr. 96, Assunção, 2.9.1929. Ibid.
1158 ARAÚJO JORGE para MANGABEIRA, of. 146, 2a. sec., Assunção, 5.10.1929. Ibid., MDBAOE, 201-4-3.
1159 Idem, of. 146 e1 58, 2a. sec., Assunção, 5 e 19.10.1929. Ibid.
1160 Id., of. 161, 2a. sec., Assunção, 22.10.1929. Ibid.

Desde 1924, quando se retirou do Ministério de Eligio Ayala, onde era titular da Pasta do Interior, Modesto Guggiari e seus aliados políticos suscitavam frequentes dissidências no seio partidário, por buscarem impor ao Executivo sua visão administrativa. Em 1929, após a aprovação do Tratado Ibarra-Mangabeira, o Diretório do Partido Liberal submeteu o comportamento de Modesto Guggiari a uma Comissão Disciplinar. Foi listada, então, uma série de atos de indisciplina partidária por parte desse senador, entre elas a conivência com o Partido Colorado para privar o Congresso de quórum ao ser discutido aquele Tratado. Modesto Guggiari e vários de seus seguidores foram punidos com suspensão partidária, por prazos que variavam de dois a seis meses[1161].

O esforço para se aprovar o Tratado de 1927, segundo Araújo Jorge, não o comprometeu. Durante todo o tempo que perdurou a polêmica, esse diplomata manteve boas relações com todos os grupos políticos locais, inclusive com os adversários à ratificação. Ele jamais compareceu à Câmara e não se encontrou com o presidente Guggiari, para evitar que o encontro fosse explorado pela oposição[1162].

c) Frustrada a aproximação

Mangabeira mostrou-se reconhecido ao governo Guggiari, pela atuação em favor da aprovação do Tratado Complementar de Limites. O titular do Itamaraty telegrafou a Araújo Jorge: "Vossa Excelência pode assegurar a esse governo o modo [que] aqui apreciamos a sua lealdade". O diplomata foi instruído a examinar um meio para o Brasil acentuar sua política de "fraternidade" com o Paraguai[1163].

Tal política teria que estar voltada a atender algum interesse paraguaio significativo. Naquele momento o governo paraguaio tinha dois grandes interesses: obter a desistência da Bolívia de qualquer pretensão sobre o Chaco e conseguir uma saída para o oceano Atlântico, pelo território brasileiro. Por último, também poderia fortalecer o governo Guggiari junto à opinião pública o perdão da dívida de guerra paraguaia pelo Brasil ou, ainda, a devolução de vários troféus de guerra. O perdão da dívida, ou a devolução desses troféus, fortaleceria o governo Guggiari junto à opinião pública.

[1161] URIZAR, t. II, pp. 677-679.
[1162] ARAÚJO JORGE para MANGABEIRA, of. 161, 2a. sec., Assunção, 22.10.1929. AHI, MDBAOE, 201-4-4.
[1163] EXTERIORES para BRASLEG-A, tel. cifr. 105, Rio de Janeiro, 23.10.1929. Idem, MDBAT, 202-1-15.

Não planejava o governo brasileiro perdoar a dívida de guerra, tida como garantia para evitar a incorporação do Paraguai pela Argentina. A devolução dos troféus era inviável, pela reação contrária não só da opinião pública, mas, ainda, dos militares brasileiros. A união ferroviária era desejo do governo Washington Luís, mas dependia de investimento público federal na sua construção e operação e dificilmente se obteria recursos para tanto. Dependia, também, de que o governo paraguaio cumprisse sua parte, construindo a ligação ferroviária entre Concepción e Pedro Juan Caballero. Quer por falta de recursos, quer por falta de tempo, pois Washington Luís foi derrubado em outubro de 1930, não se tomou medida decisiva em favor da ligação ferroviária entre o Brasil e o Paraguai.

Quanto à questão do Chaco, em agosto de 1929 já se tornava evidente o fracasso da Comissão Negociadora de Washington. O governo paraguaio solicitou, então, a opinião do Itamaraty sobre a proposta feita há duas décadas pelo Barão do Rio Branco, de uma mediação dos países do ABC – Argentina, Brasil e Chile – para as divergências entre Bolívia e Paraguai. Octávio Mangabeira respondeu que não afastava essa possibilidade, mas que não acreditava em sua viabilidade e, mais, mostrava-se cético de que o Brasil pudesse tomar iniciativa nesse sentido. Acreditava o chanceler brasileiro que, se o governo norte-americano "manobrasse" a Comissão de Conciliação, esta poderia proceder de modo "mais incisivo", chegando a algum resultado[1164].

Também o governo boliviano solicitou "conselhos" ao Brasil, mostrando-se inclinado a buscar um acordo direto com o Paraguai. Mangabeira manteve, então, conversações com Fulgencio Moreno, representante paraguaio no Rio de Janeiro. O chanceler comunicou ao governo paraguaio que o fracasso das negociações de conciliação em Buenos Aires e, depois, em Washington, demonstrava que a intermediação de terceiros países não produzia resultado, devido ao clima de "excitação" que se criava. Para Mangabeira o Paraguai e a Bolívia deviam reatar relações diplomáticas e escolher muito bem seus representantes, não só em La Paz e em Assunção, como também em Washington, Buenos Aires e Rio de Janeiro. Desse modo far-se-ia um trabalho discreto de negociação até chegar o momento de torná-lo público[1165].

Mangabeira instruiu a Legação brasileira em La Paz a argumentar junto à Chancelaria local que esse método, embora parecesse mais lento, produziria resultados mais rapidamente do que as outras tentativas,

[1164] ARAÚJO JORGE para EXTERIORES, tel. cifr. 93, Assunção, 28.8.1929. Id., ibidem. EXTERIORES para BRASLEG-A, tel. cifr. res. 80, Rio de Janeiro, 1.9.1929. Id.

[1165] EXTERIORES para BRASLEG-A, tel. cifr. conf. 108, Rio de Janeiro, 30.10.1929. Ibid. Em anexo cópia do telegrama, sem data e número, enviado à Legação brasileira em La Paz.

que a nada tinham conduzido. Argumentou que, após conversar com autoridades bolivianas e paraguaias, se convencera de que o litígio tinha solução "dependendo principalmente de uma questão de *modus faciendi* que não é possível que não se encontre". Ao retransmitir essa análise à Legação brasileira em Assunção, Mangabeira a instruiu a "sondar cautelosamente" a opinião do governo paraguaio sobre tais considerações[1166].

Dias depois, Mangabeira enviou novo telegrama à representação brasileira em La Paz, com retransmissão para Assunção. Araújo Jorge deveria considerar a nova mensagem telegráfica para que "limite efeitos [de] *démarche* junto [ao] governo paraguaio", originada pela instrução anterior. Provavelmente Mangabeira refletiu que o primeiro telegrama poderia ser interpretado como atividade de mediação e, para evitá-lo, esclareceu que o governo brasileiro "persiste no seu propósito de não se envolver nos litígios que se possam suscitar no continente entre países igualmente amigos"[1167]. A abstenção do Brasil em atuar como mediador, "só poderia ser favorável à neutralidade firme e desinteressada que temos mantido, perante o litígio"[1168].

Lembrou Mangabeira que o Brasil não aceitara, anteriormente, o convite para participar da Comissão Conciliadora de Washington. Se o governo brasileiro viesse, agora, a atuar como mediador na questão do Chaco, ficaria em má posição junto à Comissão, que continuava a oferecer seus bons ofícios aos países litigantes, "e sobretudo perante EUA, de quem partiu o referido convite"[1169].

Araújo Jorge não chegara a sondar o governo paraguaio sobre a sugestão de Mangabeira de um contato direto entre os dois países litigantes. Explicou o diplomata que o Paraguai não parecia disposto a aceitar a mediação de outros países americanos enquanto estivesse atuando a Comissão de Washington. Lembrou, ademais, que os governos boliviano e paraguaio tinham mantido negociações diretas por 40 anos, sem qualquer resultado[1170].

O assunto do Chaco encontrava-se em um momento delicado porque o governo argentino criava obstáculos à sua solução. Segundo comentário do ministro norte-americano em Assunção, a Argentina contribuía para a posição de dubiedade da Bolívia, ao encorajá-la a resistir às sugestões dos países mediadores em Washington[1171]. Era mais

[1166] Idem, ibid.
[1167] EXTERIORES para BRASLEG-A, tel. cifr. conf. 109, Rio de Janeiro, 6.11.1929. Id. Em anexo telegrama s/nº de 6.11.1929, enviado à Legação brasileira em La Paz.
[1168] Relatório do Ministério das Relações Exteriores, 1929, p. 21.
[1169] EXTERIORES para BRASLEG, tel. cifr. conf. 109, Rio de Janeiro, 6.11.1929. AHI, MDBAT, 202-1-15.
[1170] ARAÚJO JORGE para EXTERIORES, tel. cifr. 131, Assunção, 8.11.1929. Idem, ibidem.
[1171] Idem, Tel. Cifr. 135, Assunção, 28.11.1929. Ibidem.

um motivo para a Chancelaria brasileira evitar ser mediadora, pois era princípio norteador da política platina do governo Washington Luís o de manter excelentes relações com a Argentina. O governo brasileiro estava consciente de que Buenos Aires fazia questão de desempenhar papel predominante na solução das divergências boliviano-paraguaias e que não veria com bons olhos a interferência de outros países no assunto.

No início de 1930, Zubizarreta mostrou a Araújo Jorge um radiograma boliviano, datado do dia anterior, que fora interceptado pelo Exército paraguaio e decodificado. Na mensagem o chefe do Estado-Maior boliviano, o general alemão Kundt, informava à 4ª Divisão de Exército no Chaco, sediada no fortim Muñoz, um plano de ataque a várias posições paraguaias na região. Zubizarreta estranhou tal procedimento boliviano, quando ainda estava em processo de negociação um acordo de conciliação em Washington[1172].

O governo paraguaio tomou, "silenciosamente", medidas militares. Concentrou tropas em Puerto Casado, com instruções para permanecerem na defensiva, e publicou nos jornais não só o texto do radiograma de Kundt, como também a própria chave criptográfica utilizada pelo Estado-Maior boliviano[1173]. Ao governo boliviano restava concluir que o Paraguai estava preparado para rechaçar qualquer ataque.

Mangabeira mobilizou a Legação brasileira em La Paz. O governo boliviano assegurou, então, que não promoveria qualquer ação militar, a não ser em legítima defesa. Mangabeira orientou aquela representação a agir "eficazmente" em favor da paz, instrução que também dirigiu a Araújo Jorge[1174].

Em 4 de abril de 1930, em Montevidéu, representantes bolivianos e paraguaios, com mediação da Chancelaria uruguaia, assinaram ata sobre o cumprimento do Protocolo de Conciliação de Washington, de 12 de outubro do ano anterior. O teor dessa Ata causou, segundo Araújo Jorge, a "mais penosa impressão" na opinião pública e na imprensa oposicionista paraguaia. Após três meses de resistência à proposta boliviana para o texto dessa Ata, o governo paraguaio aceitara uma mera variante: a redação apresentada pela Chancelaria uruguaia. Lamentou Araújo Jorge que provocasse polêmica em Assunção o acordo de restituição ao Paraguai do fortim *Boquerón*, tomado pelos bolivianos em represália ao ataque

[1172] ARAÚJO JORGE para MANGABEIRA, of. res. 17, Assunção, 23.1.1930. Ibid., MDBAOE, 201-4-5. ARAÚJO JORGE foi autorizado a copiar o telegrama boliviano e retransmitiu-o, no mesmo dia, para Mangabeira.

[1173] Idem, tels. cifr. 16 e 17, Assunção, 21 e 22.1.1930. Ibi., MDBAT, 202-1-16. ARAÚJO JORGE para MANGABEIRA, of. res. 19, 2a. sec., Assunção, 25.1.1930. Ibid., MDBAOE, 201-4-5.

[1174] EXTERIORES para BRASLEG-A, tel. cifr. 11, Rio de Janeiro, 25.1.1930. Ibid., MDBAT, 202-1-16.

ao *Vanguardia*, ao mesmo tempo em que este deveria ser reconstruído e devolvido à Bolívia. "Esses pretensos fortins", afirmou Araújo Jorge, não passavam de "miseráveis ranchos", construídos com troncos de palmeira e cobertos de palha[1175]. De fato o eram, mas também representavam símbolos de soberania o que explica a reação negativa na capital paraguaia.

Nas relações bilaterais brasileiro-paraguaias, colocava-se, em 1930, a necessidade de instalação da Comissão de Limites para aplicar o Tratado Complementar de 1927, adiada pelo governo paraguaio por falta de recursos financeiros. O Paraguai dispunha de apenas um técnico capaz de realizar trabalhos de demarcação de territórios, o coronel Elias Ayala. O governo paraguaio carecia, ademais, de cronômetros, teodolitos, sextantes e não podia adquiri-los sem autorização do Legislativo. Elias Ayala sugeriu, "discretamente", a Araújo Jorge que o governo brasileiro emprestasse os instrumentos necessários. Isso não chegou a ocorrer, pois a Chancelaria paraguaia, invocando a crise política interna brasileira, sugeriu o adiamento da demarcação da fronteira, com o que o Itamaraty concordou[1176].

Nos últimos meses do governo Washington Luís – e da República Velha brasileira –, tratou-se de prestigiar e mostrar reconhecimento à postura amistosa em relação ao Brasil de parte do governo Guggiari. Uma medida tomada nesse sentido foi o envio do navio de guerra *Pernambuco*, da flotilha de Mato Grosso, para comemorar a festa nacional paraguaia.

Refletindo a própria decadência da República Velha, o Pernambuco estava em péssimas condições. Foi pintado durante a viagem de Corumbá a Assunção; estava "imundo" e não possuía canhões para saldar a bandeira paraguaia. Ao chegar no novo cais de Assunção, a embarcação não teve condições técnicas de atracar e sua tripulação – uns dez homens – não era suficiente sequer para oferecer uma pequena festa a bordo, em retribuição às várias homenagens recebidas da sociedade local. Pouco antes de partir, o *Pernambuco* começou a fazer água e ao partir de retorno a Mato Grosso, abalroou, próximo a Assunção, a chata paraguaia *Plus Ultra* que foi a pique. Dizia-se que o navio brasileiro navegava na contramão, próximo à margem do Chaco, e sem iluminação, embora fosse noite[1177].

[1175] ARAÚJO JORGE para MANGABEIRA, of. 14, 2a. sec., Assunção, 9.4.1930. Ibid., MDBAOE, 201-4-5.

[1176] Idem, of. res. 61, Assunção, 28.4.1930. Ibidem. ARAÚJO JORGE para EXTERIORES, tel. cifr. 108, Assunção, 6.10.1930. Ibid., MDBAT, 202-1-16. EXTERIORES para BRASLEG-A, tel. cifr. 75, Rio de Janeiro, 8.10.1930. Ibid.

[1177] ARAÚJO JORGE para MANGABEIRA, of. res. 76 e 80, 2a. sec., Assunção, 17 e 21.5.1930. Ibid., MDBAOE, 201-4-5.

O *Pernambuco* contrastava com a canhoneira argentina *Rosário*, que também foi a Assunção para comemorar a festa paraguaia. A belonave argentina dispunha de numerosa tripulação, sempre bem fardada e presente em todas as festas na cidade. A *Rosário* esteve aberta à visitação pública e seu comandante ofereceu um almoço a bordo, de 50 talheres, em homenagem ao presidente Guggiari[1178].

O governo Washington Luís tomou uma iniciativa de envergadura política em relação ao Paraguai, ao propor a visita do presidente eleito Júlio Prestes ao país. Essa iniciativa causou "entusiasmo nos círculos políticos e sociais" paraguaios. Júlio Prestes telegrafou ao presidente Guggiari, em junho, informando que em três meses realizaria essa visita. Planejava-se uma viagem por ferrovia de São Paulo a Mato Grosso, onde em Porto Esperança a comitiva embarcaria em transporte fluvial até a capital paraguaia. Desta, Júlio Prestes retornaria ao Brasil por "via marítima", pelo Rio da Prata[1179].

O governo paraguaio fez cuidadosos preparativos para receber Prestes e mesmo oposicionistas colorados garantiram que se associariam às homenagens ao visitante. Dois líderes colorados, César de Vasconsellos e Natalício González, disseram a Araújo Jorge que, quando dessa visita, defenderiam a necessidade da ligação ferroviária entre o Paraguai e o Brasil. Tal decisão, comentou Araújo Jorge, fora precipitada pela política econômica do presidente Hipólito Yrigoyen, de "franca hostilidade ao Paraguai", e que culminou em decretos restritivos à entrada de laranja e erva-mate paraguaias nos mercados argentinos[1180].

De fato, em maio de 1930 o governo argentino regulamentou a importação de laranjas feita do Paraguai e do Brasil. Os plantadores paraguaios esperavam alguma "vantagem", mas ocorreu o contrário. A regulamentação exigiu, como medida sanitária para controle de pragas, que essas frutas, antes de serem distribuídas, fossem mantidas em frigoríficos por 8 dias, devendo, ademais, ser transportadas em caixotes padronizados. As novas exigências praticamente inviabilizavam a exportação da fruta paraguaia, "devido ao caráter primitivo e rudimentar da indústria citrícola neste país". Também a importação de erva-mate passou a sofrer exigências fitossanitárias por parte da Argentina. As medidas desgostaram situacionistas e oposicionistas paraguaios[1181].

A redução das exportações dessas duas mercadorias agravava a situação financeira do Paraguai, que era "desastrosa" pela falta de

[1178] Idem, ibid.
[1179] Id., of. 74, 92 e 96, 2a. sec., Assunção, 12.5; 4 e 11.6.1930. Ibid.
[1180] Id., of. res. 137 e 140, 2a. sec., Assunção, respectivamente 23.8 e 28.8.1930. Ibid.
[1181] Id., of. 91, 2a. sec., Assunção, 2.6.1930. Ibid.

mercados para seus produtos. O país se despovoava com a "hemorragia" emigratória, pois os trabalhadores rurais mais fortes e jovens partiam para os países vizinhos, particularmente para a Argentina, agravando a já baixa produtividade agrícola do Paraguai[1182].

Aqueles obstáculos fitossanitários surgiam, simultaneamente, ao aumento da presença cultural e financeira argentina no Paraguai. Em julho de 1930 os argentinos residentes em Assunção fundaram a *Casa Argentina*, com patrocínio das representações diplomática e consular de seu país. Poucos meses antes, em novembro de 1929, fora inaugurada na capital paraguaia uma sucursal do banco *El Hogar Argentino*. O projeto de concessão dessa sucursal, enviado pelo Poder Executivo ao Legislativo, sofreu, por parte dos parlamentares, acréscimos com favores adicionais ao banco argentino: a taxa máxima, autorizada na cobrança de empréstimos hipotecários, foi elevada de 9 para 11% e o prazo de concessão foi alterado de 30 para cinquenta anos[1183].

El Hogar Argentino teria corrompido autoridades paraguaias para obter tais favores. Comentava-se que as modificações teriam sido obtidas mediante a distribuição, por essa instituição financeira, de 70.000 pesos argentinos e de "valiosos presentes" a "mais de um político em evidência". Houve reações contrárias, uma delas de Eligio Ayala, que se recusou a assinar o decreto de promulgação da concessão e não compareceu à inauguração da agência dessa instituição financeira, realizada com toda a pompa[1184]. Eligio Ayala, devido ao "perigo político da expansão econômica argentina", foi contra essa concessão e, ainda, à instalação do *Banco de la Nación Argentina* no Paraguai[1185].

O jornal colorado *La Unión* juntou-se ao clamor contra a Argentina. Começou a defender, "calorosamente", a conveniência e a necessidade de o Paraguai obter uma saída para o mar por território brasileiro, posto que o país estava isolado pelas empresas monopolistas *Compañia Argentina de Navegación*, por via fluvial, e pela *Paraguayan Central Railway Company*, por via terrestre. *La Unión* era porta-voz do setor *infiltrista* e verdadeiramente militante do Partido Colorado. Essa facção contava com 14 deputados e dele faziam parte alguns dos intelectuais mais conhecidos do país, como Fulgencio Moreno, ministro residente no Rio de Janeiro, e Juan E. O'Leary, propulsor do nacionalismo lopizta. O setor "abstencionista",

[1182] ONTIVEROS, encarregado de negócios espanhol, para secretário de Estado, Of. 29 e 43, Assunção, 4.4 e 29.5.1930. AMAE, Política Exterior - Paraguay, Legajo 2577.

[1183] ARAÚJO JORGE para MANGABEIRA, of. 122, 2a. sec., Assunção, 14.7.1930. AHI, MDBAOE, 201-4-5. Idem, of. 173, 2a. sec., Assunção, 23.11.1929. Ibid., 201-4-4.

[1184] Id., of. 173, Assunção, 23.11.1929. Ibid, 201-4-4.

[1185] OLIVERA para Ernesto BOSCH, Informe Político - Muy Reservado, Assunção, 15.11.1930. AMRECIC, "Legaciones Argentinas - Paraguay", cx. 2981, Exp. 18.

sem representação no Congresso, não tinha prestígio e era dirigido pelo "velho político" Pedro Peña. Divididos, os colorados não eram oposição séria ao governo Guggiari[1186].

O Partido Colorado, lembrou Araújo Jorge, fora "tradicionalmente simpático" ao Brasil. Contudo, ao ser derrubado do poder em 1904, esse partido "acabara por comprometer essa antiga cordialidade", ao deixar nele ingressar "os mais ativos [...] partidários da reabilitação do marechal Solano López"[1187].

Contudo, mesmo lopiztas como Natalício González voltavam, em 1930, seus olhos para o Brasil. O mesmo ocorria com outro setor de maior importância política (e seriedade): os liberais seguidores de Eligio Ayala e de Eusebio Ayala. Entre os homens públicos paraguaios havia um sentimento de saturação com a Argentina, apesar do importante apoio desse país ao Exército paraguaio em sua preparação para a guerra que se avizinhava com a Bolívia. Importantes lideranças políticas paraguaias se convenceram das consequências negativas para o comércio externo paraguaio, da dependência do vizinho argentino.

O contexto era favorável para que o Brasil recuperasse sua influência no Paraguai, objetivo com o qual trabalhou discretamente o Itamaraty desde 1917. Para tanto eram necessárias iniciativas concretas em favor do Paraguai e a principal delas seria viabilizar-lhe uma saída para o mar, por porto brasileiro. Esta causaria, no plano político, um equilíbrio de influência entre Argentina e Brasil sobre o país guarani, conforme planejara Manuel Gondra. A união ferroviária brasileiro-paraguaia permitiria a dinamização das relações comerciais entre os dois países e, com isso, aquele equilíbrio tenderia a ser alterado em favor do Brasil. Foi o que ocorreu a partir de fins de 1956, com a concessão, pelo presidente Juscelino Kubitschek, do porto franco de Paranaguá ao Paraguai.

Havia, em 1930, disposição política do governo brasileiro de, sem comprometer suas relações com a Argentina, criar as condições para que o Paraguai dela deixasse de ser verdadeiro prisioneiro dela. Nesse contexto inseria-se a planejada viagem de Júlio Prestes a Assunção, onde deveria chegar em 26 de setembro. Contudo, com o agravamento da crise interna brasileira, especulou-se sobre a possibilidade dessa viagem ser adiada, deixando "desolado" o chanceler Zubizarreta. O adiamento seria "verdadeira calamidade" para o governo paraguaio devido aos gastos já realizados e o "efeito moral" junto a outros países americanos, que "fingirão" não compreender como Júlio Prestes, depois de visitar os

[1186] ARAÚJO JORGE para MANGABEIRA, of. res. 148, 2a. sec., Assunção, 28.8.1930. AHI, MDBAOE, 201-4-5.
[1187] Idem, ibidem.

Estados Unidos, não pudesse fazer o mesmo com o Paraguai. Araújo Jorge aconselhou que, em caso de adiamento, o próprio Prestes enviasse um telegrama "expressivo" ao presidente Guggiari, anunciando que a visita seria feita após sua posse na Presidência do Brasil[1188].

Octávio Mangabeira empenhou-se em evitar esse adiamento, não só por a visita contribuir para a melhora da situação do Brasil no Paraguai. Outro motivo era que "não podemos esquecer a correção com que sempre se conduziu, para conosco, o seu atual governo"[1189]. O cancelamento da viagem foi, porém, inevitável e Júlio Prestes enviou telegrama pessoal ao presidente Guggiari comunicando que iria ao Paraguai após tomar posse na Presidência[1190]. Sequer houve tempo para repercutir tal adiamento nos meios políticos paraguaios, pois dias depois Washington Luís foi deposto pela Revolução de 1930 e Prestes não assumiu a Presidência.

A Revolução de 1930 pôs fim ao domínio oligárquico, rearticulando o bloco de poder, e colocou Getúlio Vargas na Presidência, que nela permaneceu até 1945. Setores sociais e elites regionais que fizeram o movimento tinham em comum a oposição ao regime oligárquico monopolizado pela oligarquia agrária paulista, mas estavam divididos internamente quanto ao novo projeto político para o país. Como consequência, os novos ocupantes do poder se viram obrigados se comporem com forças políticas que o tinham ocupado até então ou, ainda, a conviver com a oligarquia cafeeira paulista[1191]. Explica-se que os novos donos do poder carecessem de um novo projeto de política exterior, mas que viria defini-lo nos anos de 1935 e 1936[1192]. Quanto ao Rio da Prata, desde o início do novo regime manteve-se a política de contenção da Argentina preservada, porém, uma atmosfera de cordialidade oficial e estreitamento das relações comerciais, bem como de expansão da influência brasileira região, particularmente na Bolívia e no Paraguai. Ao mesmo tempo, o chanceler do Governo Provisória, Afrânio de Mello Franco buscava manter estreitas relações com os EUA[1193].

Coincidindo com a nova situação política no Brasil também houve alteração na chefia da Legação brasileira no Paraguai. Em novembro o Itamaraty retirou Araújo Jorge de Assunção. Seu último ato como

---

1188 EXTERIORES para BRASLEG-A, tel. conf. 72, Assunção, 20.9.1930. Id., MDBAT, 202-1-16. ARAÚJO JORGE para EXTERIORES, tel. cifr. 105, Assunção 22.9.1930. Id.

1189 EXTERIORES para BRASLEG-A, tel. cifr. res. 74, Rio de Janeiro, 23.9.1930. Id.

1190 ARAÚJO JORGE para EXTERIORES, tel. cifr. 111, Assunção, 16.10.1930. Id.

1191 Ver FAUSTO, Bóris. *A Revolução de 30*. 2ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

1192 CERVO, Amado Luiz; BUENO, Clodoaldo. *História da Política Exterior do Brasil*. São Paulo: Ática, 1992, p. 214. SVARTMAN, Eduardo Munhoz. *Diplomatas, políticos e militares*; as visões do Basil sobre a Argentina durante o Estado Novo. Passo Fundo: EDIUPF, 1999, p. 51.

1193 HILTON, Stanley. Afranio de Melo Franco e a diplomacia brasileira, 1917-1943 in *Revista Brasileira de Política Internacional*. Brasília: Instituto Brasileiro de Relações Internacionais, XXIX: 113-144, 1986, p. 26.

representante brasileiro foi doar material para a Escola Brasil, o que fora planejado para ocorrer durante a visita de Julio Prestes. Tratava-se de laboratórios de física e química; quadros murais para estudo de geografia, etnografia, anatomia, geologia, mineralogia e botânica, tudo comprado em Buenos Aires ao custo de 77 libras esterlinas[1194].

Em dezembro de 1930, o encarregado de negócios brasileiro no Paraguai, Guimarães Bastos, descreveu um quadro que mostrava bem o desafio que representava o país para o governo Getúlio Vargas. Segundo o diplomata, "o Brasil que aqui se conhece é o Brasil de 1870, o Brasil da guerra do Paraguai, ou o Brasil que os paraguaios imaginam através das humildes cidades da fronteira com Mato Grosso". Poucos líderes paraguaios tinham visitado o país e, os que o fizeram, como o presidente Guggiari e os senadores De Gásperi e Dias Escobar, adotaram postura favorável ao vizinho brasileiro, cujo estado de desenvolvimento apresentou-se como verdadeira revelação[1195].

No Paraguai, por sua vez, o Estado de Sítio foi suspenso em 8 de março. Houve, então, eleição para o Congresso, de forma ordeira, a ponto de mesmo os jornais da oposição não fazerem acusação de suborno ou de pressão governamental. O Partido Liberal foi vitorioso, ocupando a maioria das cadeiras no Senado e na Câmara e a ele retornou o grupo de Modesto Guggiari, que não havia lançado chapa própria[1196].

No início de 1931, Guimarães Bastos informou ao Rio de Janeiro que Geronimo Zubizarreta lhe dissera que a Missão Militar argentina que se instalara no Paraguai não fora imposta mas, sim, que o governo paraguaio muito teve que insistir para obtê-la. Reafirmava que o país estava sob domínio político e econômico argentino e, mais, que entre as elites paraguaias e a maioria do povo existia uma "fascinação argentina", pois os avanços do Brasil eram pouco conhecidos[1197]. A notícia da instalação de Missão Militar argentina no Paraguai causou alarme no Brasil, suspeitando-se que ela tinha finalidade antibrasileira[1198]. Essa Missão colocou em funcionamento a *Escuela Superior de Guerra*, de formação de oficiais de Estado-Maior, e era comandada pelo coronel

[1194] ARAÚJO JORGE para MANGABEIRA, of. res. 140, Assunção, 27.8.1930. AHI, MDBAOE, 201-4-5. ARAÚJO JORGE para MELLO FRANCO, of. 159, 2a. sec., Assunção, 28.10.1930. Idem. Logo em seguida, Araújo Jorge foi nomeado ministro plenipotenciário brasileiro no Uruguai.

[1195] GUIMARÃES BASTOS para MELLO FRANCO, of. conf. 169, 2a. sec., Assunção, 22.12.1930. AHI, MDBAOE, 201-4-5.

[1196] Idem, of. 21, res., Assunção, 17.3.1931. AEBACE, 1931-1932.

[1197] Id., of. 8, conf., Assunção, 3.2.1932. Ibidem. Bastos pediu autorização para convidar o deputado Justo Prieto, também Decano da Faculdade de Direito ocal, para fazer conferências no Rio de Janeiro, o que foi logo autorizado por Mello Franco. No final, porém, devido a motivos pessoais Prieto não pode viajar. Id., of. 107, Assunção, 15.9.1931. Ibid.

[1198] BUENO para MELLO FRANCO, of. 65, 8.7.1931. AEBACE, 1931.1932.

Abraham Schweitzer que falava guarani, o que lhe garantiu a simpatia entre os paraguaios[1199].

Em março foi nomeado o novo ministro plenipotenciário argentino em Assunção, o contra-almirante da reserva Mariano Beascochea. Este, antes de assumir o posto, escreveu ao o encarregado de negócios Raul Aguilar Lacasa e orientou a mostrar a carta ao responsável pela Legação brasileira. Lacasa mostrou para Guimarães Bastos essa carta que instruía os integrantes da Legação argentina a buscarem a amizade dos colegas da representação brasileira, pois "o Brasil é um grande país e sincero amigo nosso." Ao chegar, Beascochea repetiu a Bastos essas ideias e fez longos elogios ao Brasil, deixando a impressão de ser "um homem de boas e leais intenções"[1200].

No final do mês de março, quase ocorreu uma tentativa de golpe militar que, frustrado, permaneceu em segredo, não transpirando para o público. Insuflados pela oposição violenta da imprensa colorada, o major Franco, comandante do regimento Itororó, aquartelado em Campo Grande, liderou uma conspiração da qual faziam parte o major Bray, diretor da Escola Militar; o major Garay, comandante da zona militar norte do país e do tenente Aponte, chefe do Departamento da Marinha. O golpe era para ser exclusivamente militar mas, na noite em que deveria ser desencadeado, apareceram civis diante do quartel em Campo Grande para se incorporarem ao movimento, o que levou Garay e Aponte a abortarem o movimento. Militares e civis envolvidos na conspiração não foram punidos[1201].

Não havia passado ainda um mês, quando a situação política foi novamente perturbada. Em 19 de abril, amotinaram-se oficiais do Exército e da Marinha e buscaram apoio do major Franco, colocando-se diante de quartel do regimento deste em Campo Grande. Franco não aderiu ao movimento e tropas leais ao governo dispersaram os amotinados, que tinham como cabeças Eduardo Schaerer e Modesto Guggiari. Este, escreveu Guimarães Bastos, era inimigo do Brasil, tratando-se de um sujeito sem respeitabilidade, "desabusado e audaz", que procurava oportunidades para tomar o poder. Já Schaerer alardeava intimidade com o ex-presidente argentino Yrigoyen, de quem esperava obter recursos para sustentar-se politicamente. Schaerer foi "convidado" pela polícia a deixar o país, enquanto Guggiari foi expulso do Partido Liberal, embora negasse estar envolvido no motim. O representante brasileiro estava de

[1199] BREZZO, Liliana M.; FIGALLO, Beatriz. *La Argentina y el Paraguay, de la guerra a la integración*. Rosario (Argentina): Instituto de Historia de la Pontificia Universidad Católica Argentina, 1999, p. 283.
[1200] Idem, of. 28, Assunção, 28.3.1931. Ibidem.
[1201] Id., of. 30, Assunção, 31.3.1931. Ibid.

acordo com o prognóstico corrente no meio político paraguaio de que o presidente Guggiari não conseguiria terminar seu mandato pois, embora fosse "um homem fundamentalmente bom", careceria de "energia e comando" para poder assegurar uma administração tranquila[1202].

Em 18 de julho, vindo de La Paz, chegou a Assunção no novo Ministro Plenipotenciário brasileiro, Lucillo Antonio da Cunha Buenos, bacharel em Direito, oficial da Reserva do Exército e diplomata desde 1905. As primeiras impressões que relatou ao Rio de Janeiro foi quanto às instalações da Legação, que estavam em pior estado do que esperava: cheirava mofo, carecia de louças e o arquivo estava abandonado, com papéis empilhados de qualquer jeito[1203]. Seu primeiro compromisso oficial foi com o chanceler Geronimo Zubizarreta, o qual se declarou preocupado com o empréstimo de um milhão de libras do Brasil à Bolívia, estabelecido no Tratado brasileiro-boliviano de 25 de dezembro de 1928. Bueno respondeu que a Revolução de 1930 não alterara a política internacional do Brasil e seria cumprida a palavra dada ao Paraguai, de que se fiscalizaria que essa quantia seria utilizada exclusivamente para fomentar o intercâmbio entre o oriente boliviano e os centros industriais brasileiros[1204].

Em julho de 1931, Lucillo Bueno, enviou um ofício confidencial a Afrânio de Mello Franco, com o sugestivo título de "A ilusão brasileira no Paraguai", analisando as relações bilaterais. Lembrou que, após o Tratado de Paz de 1872, a postura do Brasil era de ajudar o Paraguai a reconstruir-se e nunca pensou em cobrar efetivamente a dívida de guerra; as fronteiras "não avançaram além das nossas justas pretensões anteriores ao conflito armado" e "evitamos que o nosso aliado", a Argentina, ficasse com o território do Chaco até a Bahía Negra. Contudo, continuou, com o passar do tempo, a fatalidade geográfica colocou o Paraguai na órbita de influência da Argentina e a ponto de, quando escrevia, a influência argentina era absoluta no comércio, nas indústrias, no exército, nas finanças, e no mundo intelectual, pois quase todos os "homens notáveis" estudaram em universidades argentinas. Nessas circunstâncias, defendia que o Brasil buscasse assinar com o país guarani um tratado de comércio e navegação; uma convenção melhorando as condições de navegabilidade do rio Paraguai, de Assunção a Corumbá, e, ainda, construísse uma ferrovia ligando os dois países. Para Lucillo Bueno a política externa brasileira deveria amoldar-se à nova realidade, pois:

[1202] Id., of. 36, Assunção, 22.4.1931. Ibid.
[1203] Id., of. 57, Assunção, 20.6.1931. Ibid.
[1204] Id., of. 58, Assunção, 23.6.1931. Ibid.

> Hoje não podemos eleger presidentes, como fizeram meus ilustres predecessores na época imperial, nem dirigir da Legação do Brasil a política internacional do Paraguai como o fizeram São Vicente, Rio Branco e Cotegipe, entre os maiores e Gondim, Pereira Leal, Araguaia, entre os propriamente diplomatas de carreira. A ilusão brasileira sobre o Paraguai deve desaparecer. Aquele período áureo da influência decisiva está encerrado pela força das circunstâncias.

Superada a ilusão, Bueno defendia que o Brasil adotasse postura realista. Esta significava assinar aqueles três acordos – comércio, navegabilidade e de ligação ferroviária –, na defesa dos interesses brasileiros e "cultivar a tradicional amizade, às vezes até exagerada, que sempre dedicamos a este povo"[1205]. Propôs ainda uma aproximação cultural entre os dois países, com o oferecimento de bolsas de estudos no Brasil para estudantes paraguaios[1206].

Após chegar a Assunção, o ministro argentino Mariano Beascochea buscou estabelecer boas relações com Lucillo Bueno. Mostrou a este as instruções que tinha para atuar no Paraguai em harmonia com a Legação brasileira. Beascochea também mostrou as instruções da Missão Militar de seu país argentina no Paraguai. De sua leitura Bueno concluiu que a Argentina a ofereceu sem custos para o governo Guggiari, de modo a antecipar-se a proposta nesse sentido do Chile. Para Beascochea o Chile queria dominar militarmente o Paraguai, para colocar a Argentina "entre dois fogos" – chileno e paraguaio – e que, em caso de uma guerra argentino-chilena, Santiago planejava utilizar o Paraguai para atacar a província de Corrientes. Lembrou que, no passado, quando o Paraguai quis contratar uma Missão Militar na França, o governo chileno praticamente obrigou o país guarani a aceitar, sem ônus, instrutores militares chilenos[1207].

Lucillo Bueno aceitou como verdadeira a análise de seu colega argentino quanto ao Chile, cuja diplomacia era "a mais ativa do continente", não perdendo oportunidade de promover intrigas políticas. Em Assunção disse ter constatado, "mais de uma vez", manejos chilenos "ora querendo mover o Paraguai contra a Bolívia, ora contra a Argentina, pois o Chile tornara-se descrente de que poderia contar com o Brasil, em caso de guerra com argentinos, peruanos ou bolivianos. Bueno lembrou que ao chegar a Assunção encontrou um oficial chileno, da reseva, instruindo a Marinha paraguaia, o que inviabilizou a tarefa que recebera

[1205] Id., oficio 62, confidencial, Assunção, 3.7.1931. Ibid.
[1206] Id., oficio 62, confidencial, Assunção, 3.7.1931. Ibid.
[1207] Id., of. 20, conf., Assunção, 25.2.1932. Ibid. A Missão Militar argentina no Paraguai foi retirada em 1932, com o início da Guerra do Chaco.

de Mello Franco e de Getúlio Vargas para oferecer dois ou mais oficiais brasileiros como instrutores dessa força naval, principalmente no manejo das canhoneiras *Humaytá* e *Paraguay*[1208].

Lucillo Bueno compartilhava a interpretação da diplomacia argentina sobre a ação chilena no Paraguai, mas não aceitava a explicação para as finalidades da Missão Militar argentina. Escreveu que em caso de guerra entre a Argentina e o Brasil, o Paraguai seria teatro secundário de operações para o Exército argentino, o que tornava "natural que essa Missão não seja tão inocente, quanto se afirma, em relação a nós". Acreditava, porém, que foram as "intrigas chilenas" que decidiram o oferecimento militar argentino[1209].

As explicações de Beascochea reduziram as preocupações brasileiras quanto a Missão argentina, mas não as eliminaram. Na perspectiva do governo Vargas, o Paraguai constituía um flanco vulnerável do Brasil em caso de guerra contra a Argentina. Mesmo que se mantivesse neutro nesse eventual conflito, a fraqueza militar do Paraguai inviabilizaria que garantisse a neutralidade e, por exemplo, impedisse que tropas argentinas passassem por seu território para invadir o Mato Grosso, Paraná e, mesmo, o oeste gaúcho. Membros do Estado-Maior argentino efetuavam viagens de observação à fronteira brasileiro-paraguaia, inclusive já as haviam feito os generais José Félix Uriburu e Agustin P. Justo, que ocuparam a Presidência argentina entre, respectivamente, 1930-1932 e 1932-1938, percorreram a linha fronteiriça do rio Apa ao Iguaçu. A fronteira brasileiro-paraguaia fora cuidadosamente estudada pelo Exército argentino e sua Missão no Paraguai já fizera "levantamentos estratégicos" na parte norte do país[1210].

Em junho de 1931 houve ruptura de relações entre o Paraguai e a Bolívia, após incidente na fronteira provocado pelo governo boliviano. Este fez tal ato para não aceitar a proposta norte-americana, de 20 de abril desse ano, que oferecia a mediação da comissão de países neutros na questão do Chaco. Bueno e Beascochea agiram em comum acordo para tentar evitar a suspensão de relações, mas não foram bem-sucedidos[1211]. Pouco depois a Bolívia propôs um pacto de não agressão ao Paraguai, mas este não confiava no vizinho e, ademais, a conciliação não interessava a Guggiari por dois motivos: ele desejava explorar politicamente os brios patrióticos em favor do Partido Liberal, e, ainda, o risco de guerra era um pretexto para manter o diminuto Exército paraguaio no Chaco.

[1208] Id., of. 65, conf., Assunção, 8.7.1931. Ibid.
[1209] Id.
[1210] "Relatório apresentado pela Legação do Brasil no Paraguai sobre os trabalhos efetuados em 1931 e reflexões sobre sua atividade diplomática". Anexo ao of. 23, Assunção, 4.3.1932. Id.
[1211] BUENO para MELLO FRANCO, of. 69, Assunção, 11.6.1931. Id.

Se ficassem em Assunção, os militares poderiam derrubar governos, como haviam feito anteriormente[1212].

Nesse contexto, para Lucillo Bueno seria "perigosa" qualquer tentativa de mediação. Raciocinava que o país que se apresentasse como mediador logo seria classificado de suspeito ou de ser parte interessada, "como veladamente se quer atribuir aos Estados Unidos a intenção de favorecer a *Standard Oil*, no seu empenho em encontrar solução para a tensão entre Bolívia e Paraguai"[1213].

No ano seguinte, iniciava-se a Guerra do Chaco. Há os que defendem que esse conflito foi causado pela rivalidade interimperialista no Cone Sul. O imperialismo estaria representado pelas companhias petrolíferas *Royal Dutch Shell*, de capital anglo-holandês, e a *Standard Oil*, de capital norte-americano. Em 1920 a Bolívia entregou à *Standard Oil* a concesssão de exploração petrolífera em uma área de três milhões de hectares, nos departamentos de Santa Cruz, Tarija e Chuquisaca. Para essa linha interpretativa, descoberto o petróleo em zona próxima ao Chaco, ocupada pela Bolívia, colocava-se a necessidade de obter um porto no rio Paraguai para embarcar o produto para os mercados do Atlântico Sul e a *Standard Oil* teria pressionado o governo bolivano a obtê-lo. Nessa perspectiva, a ação da *Standard Oil* era uma ponta de lança na busca, pelos Estados Unidos, da hegemonia no Prata, deslocando a tradicional ascendência britânica na região, simbolizada pela *Shell*, instalada no Paraguai[1214]. A própria propaganda paraguaia, durante a Guerra do Chaco, apontava para o "fator petróleo" como sua causa[1215], de modo a desmoralizar a reivindicação territorial boliviana.

Sobre a Guerra do Chaco, o historiador paraguaio Alfredo M. Seiferheld escreveu o sólido trabalho *Economia y Petróleo durante la Guerra del Chaco*. Segundo ele, embora o litígio chaquenho fosse anterior, a descoberta de petróleo na região acrescentou-lhe um elemento altamente perturbador. A descoberta, pela *Standard Oil*, na Bolívia, demandava um meio de transportar o petróleo aos centros de consumo, sendo a melhor alternativa a via fluvial, utilizando-se um porto sobre o rio Paraguai. Pelo Tratado de Petrópolis, de 1903, o Brasil, para ficar com o Acre, entre outras medidas, transferiu à Bolívia território à margem daquele rio, na altura do

[1212] Idem, of. 83, Assunção, 13.8.1931. Ibidem. Id., of. 93, Assunção, 27.8.1931. Ibid.

[1213] Id., of. 83, Assunção, 13.8.1931. Ibid.

[1214] DÍAZ DE ARCE, Omar. O Paraguai Contemporâneo (1925-1975). In: CASANOVA, Pablo Gonzalez (org.). *América Latina: história de meio século.* Brasília: Editora da Universidade de Brasília, v. 2, 1988, pp. 236-239.

[1215] SEIFERHELD, Alfredo M. *Economia y petróleo durante la Guerra del Chaco*; apuntes para una historia económica del conflicto paraguayo-boliviano. Asunción: El Lector / Instituto Paraguayo de Estudios Geopolíticos e Internacionales, 1983, p. 460.

forte Coimbra. Esse território, descobriu-se posteriormente, não oferecia condições para a construção de um porto, por ser baixo e alagadiço, o que explica a insistência boliviana em obter um porto às margens do rio Paraguai. À *Shell*, por sua vez, não interessava, antes e durante a Guerra do Chaco, buscar petróleo em território paraguaio, mas, sim, impedir a concorrência da *Standard Oil* no mercado platino[1216].

Seiferheld afirma que seria, porém, um simplismo concluir-se que o conflito do Chaco foi uma guerra entre duas poderosas companhias petrolíferas. Há indícios, sim, de que na guerra de 1932-1935 a *Standard Oil* tenha-se inclinado em favor da Bolívia, enquanto a *Shell* parecia alheia ao conflito, embora fosse favorável ao Paraguai, seguindo a postura da Argentina, onde mantinha sua base de operações. Seiferheld lembra que a *Standard Oil* sempre evitou afirmar que o Chaco era boliviano, tratando-o como território litigioso e que, durante a guerra, manteve atitude ambígua, adotando a lucrativa atitude de declarar-se neutra para vender combustível às duas partes em luta. No caso do Paraguai, a *Standard Oil* fornecia-lhe petróleo pela Argentina, sendo parte desse combustível era extraído na própria Bolívia[1217].

Conclui Alfredo M. Seiferheld que, com o passar do tempo, o papel desempenhado pelo petróleo na Guerra do Chaco foi exagerado. Afirma que, mesmo sem a presença do "ouro negro" no Chaco, teria ocorrido o conflito boliviano-paraguaio, embora em circunstâncias diferentes. Escreve esse autor que:

> Pessoalmente, defendemos que a intervenção da *Royal Dutch Shell* – à margem do choque de interesses, que foi importante – não teve a repercussão que se lhe atribui antes e depois do conflito paraguaio-boliviano. Foi, sim, um fantasma habilmente apresentado pelo governo paraguaio para servir de contrapeso à inegável influência da [empresa] gêmea rival na Bolívia, sem prejuízo da atitude dual assumida por esta ali, desde a época da pré-guerra[1218].

Essa conclusão é reforçada por outros autores. Para Herbert Klein a origem da guerra encontra-se nas lutas políticas internas na Bolívia e nas tensões no seu frágil sistema político, causadas pela Grande Depressão. Também David Zook contesta ter sido o petróleo o causador do conflito.

[1216] Alfredo M. SEIFERHELD, idem, pp. 448, 472.

[1217] Idem, ibidem, pp. 458, 463-464. A informação desse fornecimento de petróleo boliviano ao Paraguai também pode ser vista em: ZAVALETA MERCADO, René. Considerações Gerais sobre a História da Bolívia in: CASANOVA, Pablo, op. cit., v. 2, p. 22. KLEIN, Herbert S. Historia de Bolívia. La Paz: Librería Editorial Juventud, 1994, p. 194.

[1218] SEIFERHELD, p. 462.

Para ele, os únicos fatores econômicos significativos para explicar a guerra são a importância que o Chaco tinha para a economia paraguaia – de onde vinha cerca de 1/3 da renda nacional paraguaia e onde estava metade do rebanho bovino paraguaio – e o desejo da Bolívia de estimular a economia da parte leste do país por meio de uma saída fluvial para o Rio da Prata, que seria um porto no rio Paraguai. A Guerra do Chaco começou com o fracasso da diplomacia "en el logro de los orgullosos objetivos nacionales, se intensificó en el ánimo de los disputantes el deseo de confiar a las armas la solución del pleito"[1219].

Não era essa, porém, a interpretação da Legação brasileira no calor dos acontecimentos. Lucillo Bueno acreditava "que todo o interesse reside na questão do petróleo", argumentado que o Chaco era região inóspita e somente depois da descoberta de petróleo na sua parte Boreal foi que as relações entre boliviano-paraguaias ficaram comprometidas[1220].

Simultaneamente a essa crise, Lucillo Bueno, seguindo instruções do Itamaraty, buscou aproximar o Brasil do Paraguai. Propôs ao chanceler Zubizarreta negociações para um tratado de comércio; uma convenção para melhorar a navegabilidade do rio Paraguai e um tratado para construir uma ferrovia ligando os dois países. Zubizarreta recebeu bem as iniciativas e se comprometeu a iniciar os trâmites sobre o tratado de comércio, instruindo nesse sentido o representante paraguaio no Rio de Janeiro, Fulgencio Moreno. O chanceler paraguaio solicitou que, ao mesmo tempo, a Legação brasileira fizesse circular em Assunção a ideia dos dois outros acordos[1221]. Moreno pertencia ao Partido Colorado e era um dos *infiltristas*, designação dada aos colorados que se encontravam servindo ao governo liberal.

Tais instruções parecem decorrer das propostas que Lucillo Bueno defendera anteriormente. O chanceler Afrânio de Mello Franco, que tinha relações estreitas com Bueno – este o chamava de "ilustre chefe e mui querido amigo" –, concordava com as ideias deste sobre como devia ser a política brasileira em relação ao Paraguai. Bueno informou a Mello Franco haver uma "forte corrente" política liderada pelo senador Eliseu da Rosa, filho de brasileiro, diretor do jornal "El Diario" e amigo do ministro da Agricultura do governo Vargas, Lindolpho Collor, composta por políticos

[1219] KLEIN, p. 194. ZOOK, David. *La conducción de la Guerra del Chaco*. Asunción: El Lector, 1997, p. 69. BANDEIRA, Luiz A. Moniz. A Guerra do Chaco in: *Revista Brasileira de Política Internacional*. Brasília: IBRI, 41 (1), 1998, p. 175.

[1220] Ademais, Bueno ressaltava que o Departamento de Estado dos EUA tinha como um do seus maiores objetivos no continente a proteção dos interesses da Standard Oil. BUENO para MELLO FRANCO, of. 94, Assunção, 28.8.1931. AEBACE, 1931-1932.

[1221] Idem, of. 98, Assunção, 5.9.1931. Ibidem.

que defendiam o desenvolvimento das relações com o Brasil, de modo a libertar o Paraguai da "tutela argentina". Essa corrente contava, inclusive, com apoio dos colorados oposicionistas. Bueno ressalvava não ser hostil aos argentinos pois, ressaltava, servira em Buenos Aires e lá tinha amigos, além de estar convencido de que era prioridade para o Brasil manter boas relações com a Argentina. Pensava ser possível uma aproximação brasileiro-paraguaia sem contrariar os argentinos, "mas tão somente para fazer com que o Paraguai possa também respirar pelos nossos pulmões." Lembrou que já expusera ao Itamaraty ser necessário superar a "indiferença, [a] moleza" em relação ao Paraguai e, mais, que o chanceler Zubizarreta já instruíra a Legação paraguaia no Rio de Janeiro a negociar o tratado de comércio e a convenção de ligação ferroviária. Também defendeu que o governo brasileiro esquecesse a dívida de guerra, pois não estava inscrita no Orçamento brasileiro. Dizia não propor o perdão pois este, por ser ato legal, dependeria da aprovação do Congresso brasileiro[1222]. Na realidade, o diplomata nada propunha de novo sobre este tema, pois desde o início do século XX os diferentes governos brasileiros não haviam tomado iniciativa em relação a essa dívida, que já estava esquecida. Para o Paraguai, porém, interessava a formalização do cancelamento dela, o que teria valor em termos de Direito Internacional.

Preocupado com a tensão crescente entre o Paraguai e a Bolívia, Mello Franco instruiu Lucillo Bueno a manifestar ao chanceler Zubizarreta os votos brasileiros em favor da manutenção da paz. Zubizarreta respondeu que a questão, além do aspecto internacional, era uma bandeira de política doméstica tanto dos situacionistas quanto dos oposicionistas. Acrescentou que o Partido defenderia, intransigentemente, os direitos paraguaios, pois ceder significaria o suicídio Liberal do governo perante a opinião pública[1223]. De fato, a oposição explorava o patriotismo da juventude, jogando-a contra o Governo ao acusá-lo de ser fraco por permitir o avanço boliviano no Chaco[1224]. Isso não era verdade, pois os governos de Eligio Ayala e José P. Guggiari haviam gasto cerca de 60% das rendas públicas na preparação militar e financeira (pagamento da dívida externa herdada do século XIX e criação de reserva de ouro e em moedas estrangeiras) para eventual guerra com a Bolívia[1225]. Os preparativos militares eram secretos e o governo Guggiari não podia revelá-los para se defender, pois isso comprometeria a defesa do Chaco.

[1222] Id., carta confidencial, Assunção, 30.9.1931. Idib.
[1223] Id., of. 125, res., Assunção, 21.10.1931. Ibid.
[1224] Id., of. 129, Assunção, 29.10.1931. Ibid.
[1225] ZOOK, p. 63.

O raciocínio de Zubizarreta mostrou-se correto. Dias depois, em 23 de outubro, a oposição tentou um golpe de Estado, organizando uma manifestação estudantil, com a participação de trabalhadores, em frente ao Palácio de Governo. Tratava-se de protesto contra suposta passividade do governo liberal na questão do Chaco. Militares da Marinha, que guardavam o edifício, abriram fogo e a manifestação terminou com a morte de seis estudantes[1226]. Guggiari se afastou da Presidência da República até que o Congresso paraguaio julgasse se ele tivera responsabilidade nos fatos.

Os líderes oposicionistas tentaram envolver o Exército para derrubar o Governo, mas oficiais de prestígio na tropa conseguiram evitar o golpe; a Marinha, desde o começo, era fiel às autoridades constituídas. O presidente Guggiari disse a Lucillo Bueno que se afastara da Presidência para não dar pretextos para a oposição explorar politicamente os fatos. Para o diplomata brasileiro, Guggiari "é um homem de bem, moderado, incapaz de violências inúteis" e que, mesmo afastado da Presidência, de fato era ele que governava, seguindo diretrizes do Partido Liberal. Bueno afirmou que, seguindo a lógica, ousava afirmar que o governo paraguaio conseguiria se manter, apesar das manobras da oposição para derrubá-lo. Nos acontecimentos, o representante brasileiro manteve-se sempre em contato com seu colega argentino, Beascochea, o qual disse ter instruções de manter estrita neutralidade nas disputas internas paraguaias[1227].

Absolvido pelo Congresso, Guggiari reassumiu a Presidência da República em 17 de janeiro de 1932, mas a crise interna liberal persistiu por conta da sucessão presidencial. Os ministros Luís Riart (Guerra e Marinha) e Zubizarreta demitiram-se ao serem preteridos na indicação do Partido Liberal do candidato a presidente, tendo Eusebio Ayala sido o escolhido. No lugar de Zubizarreta foi nomeado Higino Arbo, que chefiava a Legação paraguaia em Montevidéu, e com o qual Bueno tinha "excelentes relações pessoais"[1228].

O grande desafio de Arbo no novo cargo era a questão do Chaco, pois seguia a penetração de soldados bolivianos penetravam no território. Arbo solicitou apoio do Brasil apoiasse às posições paraguaias nas negociações sobre Chaco em Washington, onde se desenrolavam negociações sobre o Chaco. O chanceler afirmou que nelas o Paraguai queria que se decidisse por um arbitramento, pois os pactos de não agressão seriam paliativos,

[1226] BREZZO; FIGALLO, p. 279.
[1227] BUENO para MELLO FRANCO, of. 129, Assunção, 29.10.1931. AEBACE, 1931-1932.
[1228] Idem, of. 11, Assunção, 30.1.1932. Ibidem. Em solidariedade a Riart e Zubizarreta, também renunciou Rodolfo Gonzalez, ministro da Fazenda.

deixando a questão em suspenso. Já o presidente Guggiari, em audiência concedida a Bueno, afirmou que desejava a paz, tanto que jamais dera ordem de ataque em relação aos bolivianos[1229].

Na primeira metade de 1932, o governo de Vargas ainda se consolidava no Brasil. Envolto em problemas políticos internos, o governo brasileiro não tinha condições de iniciar uma ação mediadora em relação à questão do Chaco, mas estava disposto a apoiar iniciativa nesse sentido. Assim, em março desse ano, o Brasil se mostrou disposto a "secundar" o chanceler Saavedra Lamas frente a proposta deste ao Itamaraty sobre ação conjunta argentino-brasileira, para evitar a guerra entre a Bolívia e o Paraguai. Nessa resposta, o governo brasileiro esclarecia ser a favor de se priorizar a arbitragem[1230], repetindo, assim, a preferência manifestada pouco antes por Higino Arbo a Lucillo Bueno.

O desencadear da guerra foi mais rápida do que essa iniciativa de paz. Em 15 de junho de 1932, força boliviana comandada pelo major Oscar Moscoso apoderou-se do posto militar paraguaio Carlos Antonio López, localizado na margem oriental da lagoa chamada de Pitiantuta pelos paraguaios e de Chuquisaca pelos bolivianos. A guarnição do posto paraguaio era composta por somente seis soldados, que conseguiram escapar e alertar seus superiores do ocorrido. A lagoa tinha cinco quilômetros de comprimento e dois de largura e era a única fonte de água abundante em uma região desértica. Seu controle adquiria caráter estratégico tanto por facilitar à Bolívia chegar ao rio Paraguai (e seguidamente, pela navegação, ao Paraná e ao oceano Atlântico), quanto por viabilizar a instalação de uma colônia agrícola na área, o que contribuiria para consolidar o domínio boliviano do Chaco. A explicação oficial de La Paz para a ação de Moscoso era a de que apenas recuperara posição boliviana na lagoa, que teria sido abandonada devido a inundações e que, nesse ínterim, fora ocupada pelos paraguaios. Com esse pretexto, a Bolívia acusou o Paraguai como agressor e responsável pela Guerra do Chaco, pois em 15 de julho tropa paraguaia, comandada pelo capitão Abdón Palacios, atacou a guarnição de Moscoso, obrigando-a a retirar-se. E esta, segundo a versão fantasiosa boliviana, ocupava posição antiga e não recente[1231].

A essa altura não havia espaço político para a busca de solução negociada para a questão do Chaco. Do lado boliviano porque, afinal, sua postura era de uma ação sistemática de penetração nesse território. Da parte paraguaia, pouco antes Eusebio Ayala tinha manifestado a Lucillo

[1229] BUENO para MELLO FRANCO, of. 46, conf., Assunção, 6.5.1932. Idem.
[1230] MELLO FRANCO, Afrânio de. *Episódios de História Internacional*. Rio de Janeiro: s.ed.:1941, p. 89.
[1231] ZOOK, pp. 67-68.

Bueno posição negociadora, mas teve de abandoná-la quer pela postura agressiva boliviana, quer pelo clima de indignação e intransigência da opinião pública e de militares paraguaios[1232].

O início da Guerra do Chaco ocorria em um contexto regional de mudanças: pouco antes assumira um novo presidente na Argentina e quase simultaneamente houve guerra civil no Brasil. Na Argentina, o general José Félix Uriburu, que assumira o poder com um golpe de Estado em 1930, transferiu-o em fevereiro de 1932 ao general Agustín Pedro Justo, eleito para o cargo em novembro do ano anterior. O novo presidente aprofundou a dependência de seu país em relação à Grã-Bretanha, com a assinatura do chamado Pacto Pacto Roca-Runciman, em 1933, e robusteceu a tendência europeísta de sua política externa, mantendo seu país como contraponto às tentativas hegemônicas dos Estados Unidos. O governo Justo destacou-se na atividade diplomática em torno da Guerra do Chaco, de modo a consolidar a influência argentina na região, e estreitou as relações com o Brasil[1233]. Neste, por sua vez, entre entre julho e setembro de 1932, o poderoso estado de São Paulo, coadjuvado por Mato Grosso, enfrentou militarmente o poder central. Durante a guerra civil brasileira, o governo brasileiro dependeu da colaboração dos governos dos países vizinhos para evitar que os rebeldes recebessem armamento do exterior. O governo paraguaio, interessado em estreitar laços com o Brasil, negou facilidades aos rebeldes.

Apesar de o governo Vargas manteve-se neutro na Guerra do Chaco, desde o seu início houve desconfianças no Paraguai de que a neutralidade não fosse real. Para a opinião pública paraguaia, convicta dos direitos paraguaios sobre o território e influenciada pelos nacionalistas, era suspeita qualquer posição de outros países que não fosse, no mínimo, de simpatia pelo Paraguai. Essa suspeita aumentava quanto ao Brasil, devido ao milhão de libras que o país repassava à Bolívia para construir a ferrovia que se conectaria com o sistema ferroviário brasileiro. Por este o comércio externo boliviano teria uma saída para o Atlântico, mediante o porto paulista de Santos ou, ainda, para o Rio da Prata, pelo porto mato-grossense de Corumbá. Lúcido, Eusebio Ayala via favoravelmente que a Bolívia conseguisse essa saída, pois assim ela poderia desistir de suas pretensões sobre a Bahía Negra[1234].

O questionamento da neutralidade brasileira ficou demonstrada já no final do governo Guggiari, em dois incidentes quase simultâneos

[1232] BUENO para MELLO FRANCO, of. 66 e 79, Assunção, respectivamente 27.7 e 22.8.1932. AEBACE, 1931-1932.
[1233] SCENNA, Miguel Ángel. *Argentina-Brasil: cuatro siglos de rivalidad*. Buenos Aires: La Bastilla, 1975, pp. 310-311.
[1234] BUENO para MELLO FRANCO, of. 73, res., 9.8.1932. AEBACE, 1931-1932.

relacionados a navios do Lloyd brasileiro. O primeiro, no início de agosto, ocorreu com o navio "Uruguai" , que passou por Assunção transportando cereais de Montevidéu e de Rosário para Puerto Suarez, na Bolívia. As autoridades paraguaias queriam a embarcação, para se assegurarem que não transportava armas para a Bolívia. Contudo, o Tratado de Navegação de 1872 garantia a livre navegação do rio Paraguai por navios de bandeira brasileira e, mais, não haveria impedimento nesse eventual transporte de armas já que a Bolívia e o Paraguai não haviam declarado guerra ao outro, pois nenhum deles queria ser classificado de agressor. Lucillo Bueno procurou Arbo e tiveram um diálogo ríspido, pois o chanceler insinuou que poderia tomar pela força o navio do Lloyd se não fosse autorizada a revista. O diplomata brasileiro retrucou que o caso do "Marquês de Olinda" não se repetiria, porque o Brasil tinha forças navais em Ladário que libertariam o "Uruguai" caso fosse detido pelo uso da força. No final, o navio brasileiro não foi revistado mas, dias depois, houve novo incidente com outra embarcação do Lloyd, o "Paraguai", que transportava armas, munição e suprimentos para a guarnição militar federal brasileira em Porto Murtinho, no Mato Grosso. Nesta ocasião, Arbo pediu que Bueno desse a palavra de honra de que não havia material bélico para Bolívia, o que o diplomata se recusou a fazer sob o argumento de que mesmo que houvesse – e tudo indica que não havia – seu transporte seria permitido pelo tratado de 1872[1235].

A discussão entre Arbo e Bueno foi duríssima, praticamente levando ao rompimento pessoal entre os dois. Assim que ela terminou, o diplomata brasileiro procurou Eusebio Ayala e contou sua versão do que ocorrera e o futuro presidente lhe disse que iria agir. Em seguida, Bueno ordenou ao capitão do "Paraguai", que se encontrava na baía de Assunção, para não atracar o navio e para reagir a bala, caso houvesse tentativa de abordagem da embarcação. O capitão e tripulantes estavam decididos a resistir e, para tanto, retiraram armas e munições dos porões; também prepararam latas de gasolina para incendiá-las e atirá-las sobre barcos que tratassem de abordar o navio[1236].

No final, a abordagem não ocorreu e Arbo se dirigiu à Legação brasileira em busca de Lucillo Bueno. O chanceler paraguaio, sem tocar no incidente e muito cortês, perguntou ao diplomata brasileiro, que fora nomeado como Embaixador Extraordinário na posse de Eusebio Ayala, de que forma queria ser recebido na cerimônia. Bueno interpretou a visita como um desagravo e agradeceu a Ayala, cuja posição conciliadora fora

[1235] Idem, of. 75, res., 11.8.1932. Ibidem.
[1236] Id.

acatada pelo presidente Guggiari na reunião do ministério que convocou para analisar o incidente[1237]. Mas para a opinião pública paraguaia a imagem que ficou foi a notícia "Gases lacrimosos empleará Bolivia contra el Paraguay", publicada no jornal *El Orden*, que garantia que esses gases estavam sendo transportados no navio "Paraguai" e seriam entregues ao exército boliviano[1238].

3 – O governo Eusebio Ayala e a Guerra do Chaco

Eusebio Ayala era bem visto pela diplomacia brasileira, quer por suas relações cordiais com a Legação do Brasil em Assunção, quer por ser um dos homens intelectualmente mais bem preparados do Paraguai. Tinha, portanto, todas as condições para efetivar o projeto de estreitamento de relações com o Brasil, mediante medidas concretas como a ligação ferroviária entre os dois países. Ele não pôde, porém, tomar iniciativas concretas nesse sentido, pois seu governo teve de voltar todos os esforços para vencer a guerra contra a Bolívia.

a) 1932: guerra civil no Brasil, guerra externa no Paraguai

A transmissão da Presidência de Guggiari para Eusébio Ayala se deu em uma cerimônia modesta. Em seu discurso de posse, de quatro páginas, Ayala dedicou duas delas ao Chaco e foram extremamente duras com a Bolívia, que foi apontada como tendo uma política bélica "meditada e firme"[1239]. Eusebio Ayala pensava, já no final da década anterior, que a Bolívia queria a guerra, pois se armava, avançava no Chaco e não recuava de suas pretensões e, que o novo presidente boliviano, Daniel Salamanca (1931-1935), "é nosso inimigo"[1240].

Eusebio Ayala era visto favoravelmente pela Legação brasileira, que estava convencida de que ele faria um governo benéfico para o Paraguai por ser o político local "de mais dilatada visão e de maior nome internacional". Ayala sempre manteve cordiais relações com os diplomatas brasileiros e, quanto ao Chaco, era favorável a uma solução pacífica com

[1237] Id.
[1238] *El Orden*, Asunción, 8.8.1932. Recorte anexo ao oficio 75.
[1239] BUENO para MELLO FRANCO, of. 80, Assunção, 22.8.1932. AEBACE.
[1240] DURAND DE AYALA, Marcelle. *Algunos recuerdos sobre el doctor Eusebio Ayala*. Asunción: Editorial Histórica, 1990, p. 25.

a Bolívia[1241]. Após formada essa opinião, Lucillo Bueno manifestou certa cautela quanto a Ayala, depois de longa conversa que teve com ele, em maio de 1932, após sua eleição à presidente. Este, nessa ocasião, disse estar convencido de que Brasil e Argentina eram rivais e que o Paraguai era elemento indispensável para o equilíbrio nas relações entre esses dois países. O diplomata brasileiro acreditava que Ayala "pende para o lado argentino, porque é do sul que lhes vem a pecúnia, com que enchem os alforges" e acrescentava sobre o presidente:

> Formidável homem de negócios, advogado de quase todas as companhias Que exploram o Paraguai, inclusive a Mihanovich, é também concessionário da Estrada de Ferro Concepción-Horqueta, através do seu *alter ego*, sr. Carlos Sosa, useiro e vezeiro em advogacia administrativa[1242].

De fato, Eusebio Ayala era advogado de empresas estrangeiras. Contudo, não era correta a interpretação de que ele se inclinava pela Argentina e, mais, que o fizesse visando ganhos pessoais. Lucillo Bueno ainda não conhecia a extensão do apoio militar argentino ao Paraguai, que era vital para o país enfrentar a reivindicação boliviana sobre o Chaco. Contudo, a postura de Ayala na Presidência, em relação à guerra civil brasileira, afastou qualquer prevenção desse diplomata.

A luta entre os estados de São Paulo e Mato Grosso contra o governo Vargas se estendeu de julho a setembro de 1932. A Marinha de Guerra brasileira permaneceu legalista e bloqueou o litoral de São Paulo, impedindo os sublevados de se abastecerem no exterior de armamento, munição e combustíveis, o que os levou a buscarem esses recursos no Rio da Prata, particularmente na Argentina e no Paraguai. A Legação brasileira em Assunção, fiel a Vargas, embora Lucillo Bueno fosse paulista, atuou para impedir que os rebeldes tivessem sucesso e, para tanto, contou com apoio decidido do governo Eusebio Ayala.

A Legação brasileira mantinha vigilância política sobre os brasileiros na capital paraguaia e em Concepción. Para tanto, o governo brasileiro deslocou para Assunção o policial Eugenio Cornelsen, acompanhado da esposa e três filhos, para desempenhar a função de "chefe do serviço reservado de informações políticas do Governo Federal" na cidade[1243].

[1241] "Relatório apresentado pela Legação do Brasil no Paraguai sobre os trabalhos efetuados em 1931 e reflexões sobre a sua atividade diplomática". Anexo ao of. 23, Assunção, 4.3.1932. AEBACE, 1931-1932.

[1242] BUENO para MELLO FRANCO, of. 58, conf., Assunção, 24.5.1932. Idem.

[1243] O salário mensal de Cornelsen foi de 300 pesos argentinos e, após a anistia dos revolucionários paulistas concedida por Vargas, recebeu 647,57 pesos para gastos com viagem de regresso ao Brasil. In: VIANNA KELSCH, Encarregado de Negócios, para MELLO FRANCO, of. 142, res., Assunção, 16.1.2.1933. Id. Ao que tudo indica, trata-se do mesmo Eugenio Cornelsen que era goleiro do Coritiba Foot Ball Club em 1916. Ver: MOLETTA JR., Celso L.; MOSKO, José Carlos;

Um dos maiores sucessos da Legação brasileira foi de descobrir o trânsito de gasolina destinada aos revolucionários paulistas. Não pode, porém, requisitá-la para o Governo brasileiro, porque o combustível oficialmente pertencia ao paraguaio Americo Albertini, de Concepción. A representação diplomática denunciou o destino real do combustível às autoridades paraguaias, as quais apreenderam 15 mil tambores de gasolina, o que proporcionou ganhos ao ex-presidente Guggiari, que continuava influente e os fez "consignar" a políticos amigos. Estes, por sua vez, venderam a gasolina para o governo paraguaio e o dinheiro assim obtido foi dividido entre Guggiari e os intermediários Acacio Villalva, ligado aos revolucionários paulistas – e Ricardo Medina. Guggiari também tentou vender ao Estado paraguaio um avião Curtis, pilotado pelo norte-americano Sydler, que deveria entregá-lo aos revolucionários paulistas. O aparelho foi apreendido em Concepción, por não ter documentação comprovando sua origem e destino, e embora pudesse ser confiscado, o então presidente Guggiari planejou comprá-lo, por 20 mil pesos-ouro, de Villava, simulando ser este o seu proprietário. Um enviado de Guggiari procurou discretamente Lucillo Bueno, pedindo-lhe silêncio sobre a negociata, mas o diplomata a frustrou ao retrucar que solicitaria, por nota diplomática, a entrega do aparelho ao governo brasileiro, o que suscitaria uma questão jurídica internacional. No final, o aparelho foi confiscado pelo governo paraguaio e, por isso, a Legação brasileira não fez essa solicitação. Para Bueno, "o ex-presidente Guggiari era o chefe de uma espécie de sociedade comercial, com ramificações em Concepción, Buenos Aires e Montevidéu", sendo que nesta "teria agido descaradamente se o presidente Terra não o houvesse enxotado num assomo de repulsa pelo impudor com que pretendia agir"[1244].

As representações diplomáticas brasileiras em Assunção, Buenos Aires e Montevidéu mantinham contatos telegráficos entre si, trocando informações sobre movimentação de representantes dos rebeldes brasileiros nessas capitais. O governo argentino estava informado do conteúdo desses telegramas, pelo menos entre as representações brasileiras nas capitais argentina e paraguaia, pois interceptava-os. Um dos telegramas interceptado fora enviado, em 25 de agosto de 1932, por Lucillo Bueno para a Embaixada brasileira na Argentina, comunicando a captura em Concepción de avião que fora comprado em Buenos Aires,

RIBEIRO, Luiz Carlos. O semi-profissionalismo no futebol de Curitiba, o caso do Coritiba Foot Ball Club in: http://www.alesde.ufpr.br/encontro/trabalhos/102.pdf. Acessado em 26.8.2009.

[1244] BUENO para MELLO FRANCO, of. 36, res., Assunção, 17.2.1933. Id.

pelos rebeldes brasileiros, e que voava para se juntar a eles sob pilotagem de um cidadão argentino[1245]. Esse telegrama era classificado de "mui reservado", ou seja foi enviado codificado, o que permite concluir que, salvo se foi obtido junto a algum funcionário da Embaixada brasileira, as autoridades argentinas tinham conhecimento do código secreto com que eram cifradas as comunicações telegráficas do serviço diplomático brasileiro. Se verdadeira esta hipótese, a diplomacia argentina conhecia os objetivos da política externa do governo Vargas no Rio da Prata, pois podia interceptar as comunicações entre o Itamaraty e a Embaixada brasileira em Buenos Aires, tendo em vista que os telegramas passavam pelo Correio argentino.

O governo argentino, tal qual o paraguaio, não reconheceu São Paulo como parte beligerante, bloqueando-lhe o acesso a armamento e outros recursos bélicos. Também colaborou com a Embaixada brasileira em Assunção, quer na vigilância de representantes dos rebeldes brasileiros, quer para censurar o envio desde Buenos Aires, por radiotelegrafo, de notícias favoráveis ao movimento contra Vargas, quer para evitar o uso do porto dessa cidade para exportações de café por São Paulo[1246].

Ao final da guerra civil brasileira, Lucillo Bueno escreveu ao Itamaraty que Eusébio Ayala "foi de uma lealdade a toda prova" com o governo brasileiro. Contudo, acrescentou, um grupo de paraguaios tentou prejudicar o governo de Getúlio Vargas, não só para ganhar dinheiro, mas também para "atingir o prestígio e a grandeza do Brasil" e apontava seus membros: o ex-presidente José P. Guggiari; o deputado liberal Eduardo Peña; o deputado Juan Carlos Garcete, presidente da Câmara de Deputados; o vice-presidente da República, Raul Casal Ribeiro; o senador Eliseu Rosa – que antes era tido como favorável ao Brasil – e o deputado Benjamin Velilla, "além de muitos outros"[1247]. Lucillo Bueno acabou tornando-se *persona non grata* no círculo de políticos que rodeava o presidente Ayala por ter prejudicado os interesses materiais de muitos deles durante a guerra civil brasileira[1248].

[1245] Os revolucionários paulistas compraram, por US$ 292,5 mil, nove aviões Curtis D-12 Falcon da filial chilena da fábrica Curtis-Wright, que tinha sede nos EUA. Um desses nove foi o avião retido em Concepción, em 24 de agosto de 1932, e, segundo estudiosos, seria pilotado pelo mercenário britânico William Hillcoat e não pelo norte-americano Sydler, como afima Bueno. HIGUCHI, Hélio; BASTOS Jr., Paulo Roberto. Um avião sob quatro bandeiras in: *Revista Tecnologia & Defesa*. São Paulo: Tecnodefesa Editorial, ano 26, n. 118, 2009, pp. 53-55.

[1246] Antonio MORA Y ARAUJO, embaixador argentino no Brasil, para chanceler SAAVEDRA LAMAS, nota 316, Rio de Janeiro, 9.9.1932. Idem. SAAVEDRA LAMAS para Alberto HUEYO, Ministro da Fazenda, nota reservada-urgente, Buenos Aires, 23.9.1932. Id.

[1247] BUENO para MELLO FRANCO, of. 102, Assunção, 19.10.1932. AEBACE, 1931-1932.

[1248] Id., of. 113, Assunção, 21.10.1932. Ibid.

Pouco depois da posse de Ayala na Presidência, a Missão Militar argentina retirou-se do Paraguai. Os motivos, na análise da Legação brasileira, foi que o governo argentino cedeu à pressão da Bolívia e, ao mesmo tempo, resolveu cortar despesas com a Missão, que já pesavam no orçamento público argentino. O representante argentino disse a Bueno que a Missão decorrera de uma "concepção errônea" por parte do governo do general Uriburu, corrigida pelo novo presidente argentino, general Justo[1249]. O coronel Schweizer, comandante da Missão, permaneceu no Paraguai como adido militar da representação diplomática argentina e se tornou conselheiro das operações militares paraguaias no Chaco[1250].

Na realidade, a retirada da Missão deixava a Argentina desembaraçada para apoiar efetivamente o Paraguai na guerra. Pouco antes, em abril, o Ministro Plenipotenciário paraguaio em Buenos Aires, Vicente Rivarola, recebera garantias do Ministro da Marinha, contra-almirante Pedro S. Casal, e da Guerra, general Rodríguez (que tinha como secretário o major Juan Domingo Perón), de apoio ao Paraguai em caso de guerra com a Bolívia. Em julho, Rivarola informou a Eusebio Ayala de que navios com material de guerra argentino, destinado ao Exército paraguaio, estavam a caminho de Assunção. Ayala classificava de "amigo" o chanceler Carlos Saavedra Lamas o qual, segundo Rivarola, era francamente hostil à Bolívia[1251].

O governo Justo apoiou decididamente o Paraguai na guerra. Concedeu empréstimo de mais de cinco milhões de dólares ao governo paraguaio, ao qual se somaram outros empréstimos por parte de empresários de Buenos Aires, para permitir ao Paraguai atender às suas necessidades mais urgentes. Os empréstimos permitiram ao país guarani comprar caminhões, armamentos e atender outras necessidades da guerra. Durante o conflito, a Argentina forneceu ao Exército paraguaio combustível, comida, munição e outros elementos que permitiram rechaçar o ataque boliviano[1252].

O apoio oficial argentino ao Paraguai tinha motivações econômicas e geopolíticas. No plano econômico, havia forte presença argentina no Paraguai, no comércio e no campo, criando interesses que vinculavam os dois países. Havia, inclusive, laços pessoais, pois o presidente Agustin P. Justo era cunhado de Carlos Casado, proprietário de *Casado & Cia*, companhia que teve como advogado o próprio Saavedra Lamas, que

[1249] Id., of. 81, res., Assunção, 23.8.1932. Ibid, v. II (reservados e confidenciais).
[1250] BREZZO; Figallo, p. 283.
[1251] Vicente RIVAROLA para Eusebio AYALA, Buenos Aires, 18.4; 22.7 e 27.8.1932 in: RIVAROLA COELLO, Vicente, op. cit., pp. 56-60; e 71. AYALA para RIVAROLA, Asunción, 13.8.1932 in: idem, ibidem, p. 87.
[1252] BREZZO; Figallo, p. 287.

se tornou chanceler da Argentina[1253]. No plano geopolítico, os governos argentinos frustraram-se com a resistência da Bolívia em integrar o Oriente boliviano à economia da Argentina. Já em 1883, foi assinado protocolo para estabelecer ligação ferroviária argentino-boliviana que, por não sair do papel, foi estabelecido convênio, em 1922, entregando à Argentina sua construção, de Yacuíba a Santa Cruz de la Sierra, bem como sua propriedade. O convênio também estabeleceu o privilégio argentino para construir e controlar os ramais a Sucre, a Puerto Suárez (fronteira com o Brasil) e ao interior do Chaco boliviano[1254]. Para o Itamaraty, essa ferrovia poderia causar um choque de interesses do Brasil com a Argentina na bacia amazônica, o que levou a diplomacia brasileira a agir e, assim, "evitou" sua construção[1255].

As ações militares no Chaco, em junho de 1932, colocaram em xeque a Conferência de Washington, inaugurada em 11 de novembro do ano anterior, sob a Presidência do Subsecretário de Estado norte-americano Francis White, na qual ocorriam negociações diretas entre as delegações boliviana e paraguaia. Em 3 de agosto de 1932, os representantes de 19 nações americanas, inclusive da Argentina e do Brasil, reunidos em Washington, emitiram declaração solicitando que a Bolívia e o Paraguai suspendessem as ações bélicas e resolvessem as divergências pela arbitragem. Advertiram que somente aceitariam definição de soberania territorial que resultasse de negociações pacíficas em claro recado à Bolívia que era maior e mais forte militarmente do que o Paraguai. Este aceitou submeter "as questões controvertidas" a arbitragem, enquanto a Bolívia respondeu que buscava no Chaco apenas o que lhe pertencia. O presidente Daniel Salamanca, em mensagem ao Congresso boliviano, criticou "a nova doutrina pacifista das nações americanas", feita às custas da Bolívia[1256]. Outra proposta, de uma trégua de dois meses, foi recusada pelo Paraguai e aceita pela Bolívia, embora reduzida a um mês. Pensava Eusebio Ayala que esse era o prazo para as forças bolivianas ocuparem mais posições em território do Paraguai[1257].

No plano militar, a situação paraguaia era muito precária. O governo paraguaio tinha a informação de que a Bolívia utilizaria entre

[1253] Carlos Casado, cidadão argentino, tinha propriedade de cerca de 3 mil léguas quadradas no Chaco, cortada por ferrovia própria de 134 quilômetros de extensão, pela qual transportava tanino, produzido a partir do quebracho, para seu porto particular, às margens do rio Paraguai, de onde era embarcado para Buenos Aires. In: BANDEIRA, p. 173.

[1254] OSTRIA GUTIÉRREZ, Alberto. *Una obra y un destino; la política internacional de Bolívia después de la Guerra del Chaco*. 2a. ed. Buenos Aires: s. ed., 1953, pp. 211; 264.

[1255] BUENO para chanceler interino Mario Pimentel BRANDÃO, of. 116, conf., Assunção, 12.11.1937. AEBA, "Correspondência Confidencial Expedida (1935-1938)".

[1256] CARDOZO, Efraím. *El Paraguay independiente*. Asunción: El Lector, 1996, p. 383. ZOOK, p. 74.

[1257] AYALA para RIVAROLA, Assunção, 1.9.1932, in: RIVAROLA COELLO, Vicente, p. 92.

12 e 15 mil soldados em um prazo máximo de dois meses, enquanto o Exército paraguaio dispunha de apenas quatro mil homens para enfrentá-los. O ambiente físico, porém, era mais hostil ao soldado boliviano, que vinha do Altiplano, e não estava acostumado ao Chaco, cuja área na qual se deram as operações militares era coberta com matagais e algumas árvores, havendo chuvas torrenciais entre dezembro e março e, no resto do ano, o clima era quente e seco, exceto pela presença de alguns poços de água. Estes adquiriram importância estratégica durante a guerra e, por eles, ambos os exércitos lutaram. Para os bolivianos, víveres e material bélico tinham que ser transportados, desde a estação ferroviária mais próxima na retaguarda, via cerca de mil e cem quilômetros de estradas que, durante a época da chuva, se transformavam em riachos. Já as forças paraguaias recebiam o que necessitavam por uma ferrovia de 160 quilômetros de comprimento, desde Puerto Casado, localizado às margens do rio Paraguai. O comandante paraguaio da região do Chaco, coronel José Félix Estigarribia, que havia estudado na *École de Guerre*, na França, e, para enfrentar a maior potência de fogo boliviana, implementou uma estratégia tendo em vista lutar no interior do Chaco, defendendo-o, em lugar de recuar em direção ao rio Paraguai. Essa estratégia era baseada na mobilidade, na rapidez e na atração de unidades do inimigo para um setor em que houvesse superioridade paraguaia para, então, destruí-las[1258].

Nessas circunstâncias, era difícil se avançar na aproximação entre Brasil e Paraguai. A negociação dos acordos nesse sentido tinha ficado suspensa desde agosto de 1932, devido a mudança do governo paraguaio e à guerra civil brasileira. Em novembro, o assunto foi retomado, sendo prioritário, na percepção do governo brasileiro, acordo para a construção de uma ferrovia entre os dois países, por atender necessidade comercial e estratégica. O chanceler Mello Franco propunha, inclusive, que enquanto não se conseguisse recursos financeiros para a construção da ferrovia, se construísse, emergencialmente, uma rodovia. Esta, afirmara anteriormente Mello Franco em entrevista concedida ao Jornal do Brasil, ligaria Campo Grande a Ponta Porã e, desta, em território paraguaio, até Concepción. Mello Franco também falou na possibilidade de conceder um porto franco ao Paraguai no litoral brasileiro[1259]. Com essa rodovia, o Paraguai poderia ter acesso ao porto de Santos por meio da ferrovia Noroeste do Brasil, o que lhe permitiria romper o monopólio argentino sobre seu comércio exterior.

[1258] ZOOK, pp. 283-285.

[1259] BUENO para MELLO FRANCO, of. 121, Assunção, 30.11.1932. AEBACE, 1931-1932. Idem, of. 56, res., Assunção, 21.5.1932. Ibidem. A entrevista foi publicada em 12.4.1932.

Eusébio Ayala era receptivo à aproximação entre o Brasil e o Paraguai por meio de novos acordos[1260], cônscio de que seu país teria a ganhar valorizando, nas relações políticas e comerciais, outro parceiro além da Argentina. A correspondência entre Lucillo Bueno e Afrânio de Mello Franco, por sua vez, mostra que eles se viam como idealizadores e protagonistas de uma nova dinâmica nas relações brasileiro-paraguaias e, nessa documentação, não fazem referência positiva sobre a política brasileira dos anos 1920, a qual tivera essa mesma preocupação.

A negociação sobre a melhora da navegação fluvial, por ser mais simples, antecederia aquela para a construção da ferrovia e, depois desta, haveria a busca de um *modus vivendi* comercial, o qual, caso bem-sucedido, seria formalizado em um tratado de comércio. Inicialmente havia no governo paraguaio a ideia de que a negociação sobre a convenção fluvial deveria ser tripartite, entre Brasil, Paraguai e, por também ser país ribeirinho, a Argentina. Ayala era inicialmente favorável à negociação tripartite, mas abandonou-a convencido por argumentos contrários enviados pelo chanceler Mello Franco. Lucillo Bueno comunicou a César Vasconcellos, negociador paraguaio, que a ideia de uma negociação tripartite estava descartada pelo governo brasileiro. Argumentou que já existia uma convenção fluvial entre os dois países, de 1856, tratando-se de atualizá-la e não negociar assunto novo[1261].

Apesar da importância desses acordos com o Brasil, a prioridade do Governo paraguaio não estava voltada para eles e, sim, para a questão do Chaco. Eusebio Ayala tinha de ser extremamente cauteloso na aproximação com o Brasil, não podendo melindrar a Argentina que apoiava militarmente o Paraguai. A Argentina já emprestara para o Exército paraguaio 20 mil fuzis Mauser, com respectiva munição, bem como lhe vendera granadas e outros projéteis. O povo paraguaio, porém, não era informado desse apoio e se criava a imagem de que seu país estava solitário na defesa da soberania sobre o Chaco[1262].

No final de 1932, o entusiasmo de Lucillo Bueno por uma aproximação brasileiro-paraguaia havia arrefecido e mostrava-se cético, devido a falta de avanço nas negociações bilaterais, que estavam sendo adiadas pelo lado paraguaio. O diplomata chegou à conclusão que havia uma corrente antibrasileira, "surda ou manifesta", no Paraguai[1263] o qual, ademais, era econômica e culturalmente dependente da Argentina. A dependência econômica se mantinha devido a fraqueza da economia

[1260] Id., of. 121, Assunção, 30.11.1932. Ibid.
[1261] BUENO para VASCONCELLOS, Assunção, 29.11.1932. Ibid.
[1262] BUENO para MELLO FRANCO, of. 123, Assunção, 2.12.1932. Ibid.
[1263] Idem, of. 131, Assunção, 8.12.1932. Ibid.

paraguaia, reproduzida pelas tarifas de importação argentinas sobre as frutas, o mate e outros artigos de exportação do país guarani. Na opinião de Bueno, a Argentina tratava o Paraguai como uma província, "mas não a quer rica para evitar concorrência às províncias argentinas limítrofes de Corrientes e Santa Fé", Aquela dependência também resultava da presença de empresas e capitais argentinos no país, bem como ser Buenos Aires um polo de "atração civilizadora", por suas universidades e vida cultural, para a elite paraguaia[1264].

Lucillo Bueno também estava indignado com o papel de intelectuais, políticos e jornalistas ("corrompidos e gananciosos") paraguaios, cujo belicismo sacrificava o povo. O belicismo se transformava em uma mentalidade que não contribuía para retirar o Paraguai do atraso em que vivia. Resignado, Bueno escreveu: "quem vive neste país e contempla a desgraça do povo, sente viva simpatia humana por ele e repulsa instintiva contra seus exploradores"[1265].

b) A diplomacia brasileira e a Guerra do Chaco

A situação militar paraguaia em novembro de 1932 era precária. Segundo o adido militar chileno em Assunção, major A. Garrido, havia "desorganização geral", pois o Paraguai não se preparara suficientemente para a defesa por temer que armas e recursos militares viessem a ser usados em lutas políticas internas, como ocorrera no passado. O ataque boliviano foi respondido com a mobilização entusiasta da população paraguaia, permitindo mobilizar 40 mil homens e organizar um exército de, no máximo, 30 mil soldados. Esta diferença decorria do Exército paraguaio carecer de material de guerra e, mesmo, uniformes. Outro problema militar para o Paraguai era a carência de oficiais preparados, contudo havia "um núcleo competente", composto por oficiais formados no exterior ou treinados na Escola Superior de Guerra local, dirigida pela Missão Militar argentina. Ademais, havia a serviço do Exército paraguaio uns 50 oficiais estrangeiros, principalmente argentinos, mas também russos, alemães, franceses e italianos[1266]. No ano seguinte, em 1933, a

[1264] Id., of. 134, Assunção, 19.12.1932. Ibid.
[1265] Id., of. 136, res., Assunção, 27.12.1932. Ibid.
[1266] Major Alfonso GARRIDO para General Jefe del Estado Mayor del Ejercito (Chile), "Agregado Militar Informe n. 5 (Informe sobre mobilización)", Assunção, 10.11.1932. Anexo a: BUENO para MELLO FRANCO, of. 12, 18.1.1933. Ibid. Bueno informou ao Itamaraty que obteve o relatório graças às boas relações pessoais que tinha com Garrido, o qual autorizara

Legação brasileira informava que também Nemo Canabarro de Luca, que se dizia tenente de Cavalaria do Exercito brasileiro, lutava no Exército paraguaio, com a patente de capitão[1267].

Quanto ao soldado paraguaio, Garrido o classificava como sóbrio, calmo, "um tanto indolente, mas resistente às fadigas" e valente, embora de uma valentia fatalista, sem pensamento próprio, mas também não se importava com comodidades e nem se esforçava por conservar as condições de higiene[1268]. Tais características se constituiriam em qualidades positivas para o desempenho na frente de batalha, na qual não existiam condições de comodidade ou de higiene e, mais, em que a coragem fatalista se harmonizava com as duríssimas condições de combate e, em 1932, a aparente falta de perspectiva de vitória.

Em visita à frente de batalha, Garrido informou que o comandante Estigarribia não se subordinava ao general comandante do Exército e agia com total independência, sem receber qualquer sugestão. Subordinava-se unicamente ao presidente Eusebio Ayala, "com quem mantem estreitas relações". Garrido constatou que faltavam organização, recursos bélicos e logísticos às forças paraguaias, carências que foram atenuadas pela postura defensiva boliviana, ao recuar e abandonar os únicos pontos de apoio nos quais havia água e cisternas para armazená-la[1269].

O Paraguai conseguiu, com grande esforço, reverter o sentido da guerra a ponto de, no início de 1933, a Legação brasileira prever a vitória paraguaia. "A guerra está ganha" pelo Paraguai porque, apesar de, no início dos combates, o país estar em condições de inferioridade em quase tudo, tinha uma vantagem decisiva: o soldado paraguaio. Este se adaptava melhor ao Chaco que o indígena boliviano, vindo do altiplano, não acostumado a atuar em baixa altitude[1270].

O Paraguai parecia ter mais sucesso na luta com armas, no Chaco, do que com diplomacia, em Washington. Para Eusebio Ayala, a tentativa de mediação dos países neutros reunidos na capital norte-americana, revelava "absoluto desconhecimento" da situação e fora influenciada pelo

seu envio ao Estado-Maior brasileiro. A análise do relatório permite concluir que muito provavelmente ele é cópia do original que Garrido enviou para seus superiores, pois nele não se encontram informações ou análises para favorecer posições de uma das partes em luta e, na realidade, nele não havia elementos inéditos para Lucillo Bueno.

1267 BUENO para MELLO FRANCO, of. 95, Assunção, 22.8.1933. Ibid.

1268 Major Alfonso GARRIDO, Informe n. 5.

1269 Major Alfonso GARRIDO, Informe n. 6 (Informe visita zona de operaciones)", Assunção, 30.11.1932. Anexo a: BUENO para MELLO FRANCO, of. 12, 18.1.1933. Ibid.

1270 BUENO para MELLO FRANCO, of. 34, Assunção, 16.2.1933. Ibid.

papel de vítima em que a Bolívia se colocara. O presidente paraguaio estava convencido de que o melhor para o seu país era a liderança da diplomacia argentina nas negociações de paz[1271]. A Chancelaria argentina, por sua vez, já em dezembro de 1932, distanciara-se da Comissão de Neutros, e Saavedra Lamas decidira-se por buscar para a Argentina o papel principal nas gestões em busca da paz[1272]. No dia 15 desse mês, a Comissão fez nova proposta mediadora, que previa a assinatura de um acordo suspendendo as hostilidades em 48 horas; sua ratificação, em um mês; e o recuo das tropas paraguaias e bolivianas para posições que deixavam metade do Chaco sob controle das forças bolivianas. Em seguida, seria delimitada a região litigiosa por três peritos, geógrafos, e ela seria submetida a arbitragem. Ayala não podia aceitar que metade do Chaco ficasse sob controle boliviano, quando as forças paraguaias faziam bem-sucedida ofensiva e o povo paraguaio estava disposto a lutar para garantir a soberania do seu país sobre esse território. Para o Governo paraguaio, o plano dos países neutros favorecia a Bolívia e, ainda, dava-lhe tempo para se reorganizar e tentar retomar a ofensiva na guerra. Por esse motivo, o Paraguai se retirou das negociações de Washington, dias depois da referida proposta[1273].

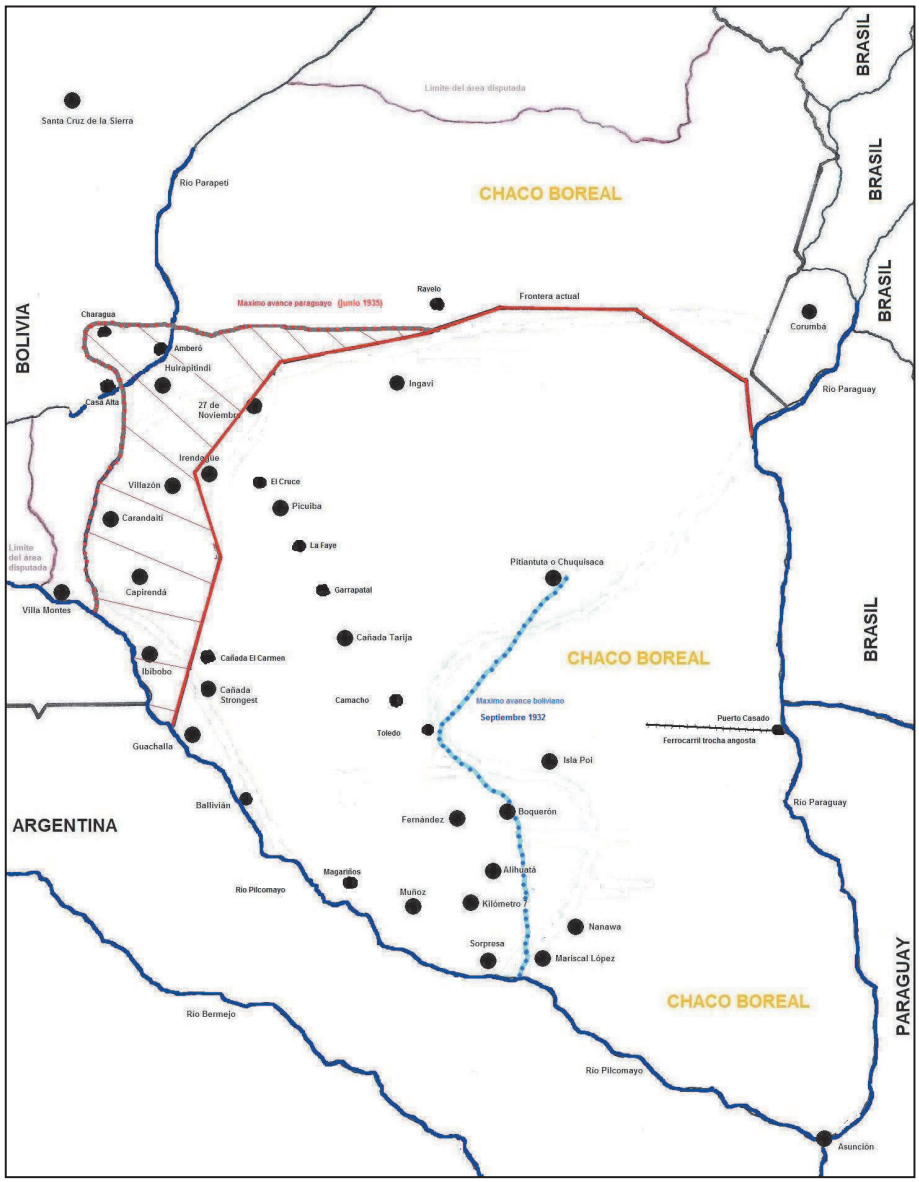
A Comissão de Neutros admitiu sua incapacidade em mediar a questão e consultou os países do chamado ABCP sobre o que pretendiam fazer. Anteriormente, em abril, a Comissão de Neutros convidara, novamente, a Argentina, o Brasil e o Chile a se unirem aos esforços pacificadores. Essa comissão significava para o governo norte-americano a confirmação de sua liderança no continente e, ademais, afastava a ingerência da Liga das Nações, organização em que predominavam os interesses europeus. Por saber disso, o chanceler argentino Saavedra Lamas, por sua vez, convidou os chanceleres brasileiro, chileno e peruano para se criar um bloco mediador. Em julho de 1932, surgiu o ABCP – iniciais dos países participantes –, que emitiu comunicado reafirmando sua neutralidade e intenção de cooperar parcialmente com a comissão de Washington. O ABCP funcionou "sob tutela argentina com forte participação chilena", enquanto o Brasil e o Peru "foram figuras marginais"[1274].

[1271] AYALA para RIVAROLA, Assunção, 22.9; 22.10.1932, in: RIVAROLA COELLO, pp. 99, 109.

[1272] LANÚS, Juan Archibaldo. *Aquel apogeo: política internacional argentina*, 1910-1939. Buenos Aires: EMECÉ, 2001, p. 503.

[1273] ZOOK, pp. 115-116.

[1274] BIBER, León. A Guerra do Chaco e as relações brasileiro-bolivianas no período 1930-45. Mimeo (Universidade de Brasília), s.d., pp. 6 e 9.



1º MAPA DA GUERRA DO CHACO

Fonte: http://en.wikipedia.org/wiki/File:Mapa_de_la_Guerra_del_Chaco_002.jpg

A predominância argentina no ABCP e o fracasso da Comissão de Neutros isolava a Bolívia, mas isso poderia ser contornado por La Paz se houvesse distanciamento da Argentina em relação ao Brasil e aos Estados Unidos e, ainda, se fosse mantida a histórica rivalidade entre Buenos Aires e Santiago. Esta, porém, fora amenizada com um acordo, em novembro de 1932, de um *modus vivendi* e um tratado comercial em junho de 1933[1275]. De todo modo, a Bolívia beneficiou-se da neutralidade imperfeita do Governo chileno que, durante a guerra, permitiu o trânsito de armas por seu território para esse vizinho andino, o que também ocorreu com o Peru. O Chile pretendia ter uma projeção internacional, somente possível se fosse bem-sucedido em construir uma associação com as demais repúblicas andinas, e, ainda, interessava-lhe que a Bolívia tivesse um porto no rio Paraguai, como forma de desviar a atenção dela do litoral do Pacífico, perdido para os chilenos em guerra. Por esses motivos, o Governo chileno não criou dificuldades naquele trânsito de armas, bem como tentou resistir, infrutiferamente, à ascendência diplomática argentina no processo de negociação da paz no Chaco. Quanto ao Brasil, La Paz jamais obteve o esperado apoio diplomático à sua causa[1276]. Ao contrário, o governo Vargas rejeitou e repeliu as gestões secretas da Bolívia para receber, em dinheiro, um milhão de libras esterlinas, quantia que, pelo Tratado de Limites e Comunicação Ferroviária brasileiro-boliviano (1928), deveria ser gasto pelo Tesouro do Brasil na construção da ferrovia Corumbá - Santa Cruz de la Sierra[1277].

O ABCP tornou-se inativo e, perante o Paraguai, Saavedra Lamas responsabilizou pelo fato o Brasil, o qual estaria agindo em benefício da Bolívia[1278]. A diplomacia argentina estava prestes a assumir o comando das negociações de paz, pois nelas já anulara os EUA. O chanceler chileno Cruchaga Tocornal antecipou-se, contatando os Governos boliviano e paraguaio na busca de uma fórmula para o cessar- fogo, encontrando receptividade positiva. Saavedra Lamas, porém, descobriu essa manobra, reagiu e Tocornal concordou em cooperar com o colega argentino na elaboração de nova proposta de paz, assinando, ambos, em 25 de fevereiro de 1933, a Ata de Mendoza. Esta propunha à Bolívia e ao Paraguai cessar-fogo imediato e arbitragem em relação ao território

[1275] Ao preparar o Tratado de Comércio, afirmava-se na Memória (1934/35) do Ministerio de Relaciones Exteriores y Culto argentino: "Ambas delegaciones estiman que ha llegado el momento de iniciar gestiones destinadas a realizar una unión aduanera de países del continente americano [que] debe comenzarse por la celebración de un tratado entre Argentina y Chile (...)", in: PARADISO, José. *Debates y trayectoria de la política exterior argentina*. Buenos Aires: Grupo Editor Latinoamericano, 1993, p. 84.

[1276] ROUT, pp. 86-88. BARCLAY, Glen. *Struggle for a Continent The Diplomatic History of South America, 1917-1945*. London: Sidgwick & Jackson, 1971, p. 12.

[1277] OSTRIA GUTIÉRREZ, p. 115.

[1278] RIVAROLA para AYALA, Buenos Aires, 18.10.1932, in: RIVAROLA COELLO, Vicente, op. cit., p. 106.

litigioso, além de sugerir a realização de uma conferência econômica para tratar de viabilizar o intercâmbio comercial boliviano-paraguaio. Brasil e Peru foram comunicados da proposta, não tendo sido consultados para sua elaboração[1279].

No dia anterior à proposta da Ata de Mendoza, o presidente Eusebio Ayala pediu autorização do Congresso paraguaio para declarar guerra à Bolívia. Embora soldados bolivianos e paraguaios se matassem no Chaco, até então os dois países formalmente não estavam em estado de guerra, pois nenhum país quis assumir a responsabilidade, perante o Direito Internacional, de declará-la. O pedido de Ayala foi aprovado, mas ele não chegou a declará-la, talvez por ser sua intenção mostrar força de decisão política à Bolívia, para levá-la a aceitar a resposta paraguaia à proposta da Ata de Mendoza. O governo paraguaio exigia a retirada do exército boliviano para Villa Montes, no extremo oeste do Chaco, enquanto as forças paraguaias recuariam até o rio Paraguai, e os dois países reduziriam suas tropas ao mínimo requerido para a manutenção da ordem interna e haveria uma investigação internacional para determinar qual fora o país agressor. A Bolívia, após fazer suas propostas, recusou, em 26 de abril, aquela da Ata de Mendoza sob o argumento de que criaria uma nova situação inconveniente para a paz, pois beneficiava o Paraguai ao transformar o *status quo* em solução permanente. Fracassada essa negociação, Eusebio Ayala declarou guerra à Bolívia em 10 de maio de 1933[1280].

Certamente não foi uma posição fácil, pois Ayala fora contrário à solução bélica para solucionar as divergências com a Bolívia. Amargurado, ele escrevia para Vicente Rivarola: "Esta situación es tragica. Una comedia en un cementerio. Dos pueblos pobres se liquidan en una guerra estúpida". A declaração de guerra obrigaria, porém, os demais países a porem fim ao que ele interpretava como indiferença para com as perdas humanas no conflito. A Argentina declarou-se neutra, mas Saavedra Lamas informou o representante paraguaio em Buenos Aires que iria "considerar meios secretos para evitar que a neutralidade nos prejudique", enquanto o ministro da Guerra argentino afirmou que o apoio militar do seu país ao Paraguai seria ampliado[1281]. Brasil, Chile e Peru declararam neutralidade mas, devido a tratados internacionais que tinham assinado, não podiam

[1279] Efraím CARDOZO, op. cit., p. 393. RUIZ MORENO, Isidoro. *Historia de las relaciones exteriores argentinas (1810-1955).* Buenos Aires: Perrot, 1961, pp. 255-256.
[1280] ZOOK; pp. 135-136, 141.
[1281] AYALA para RIVAROLA, Assunção, 11.3; 27.5.1933, in: RIVAROLA COELLO, pp. 161,164, 177.

proibir o livre trânsito de mercadorias para os dois países em guerra[1282], o que acabava favorecendo a economia boliviana. Afinal, daqueles três Estados, o Paraguai tinha fronteira somente com o Brasil e, ainda assim, por falta de infraestrutura física de comunicação com as ferrovias e portos brasileiros, não podia se beneficiar daquele livre trânsito.

A Bolívia apelou à Liga das Nações contra o Paraguai. A organização convidou, então, os países do ABCP a representarem-na na busca da paz. Como o ABCP estava imobilizado pelas divergências entre Brasil e Argentina, o chanceler Mello Franco tomou a iniciativa unilateral de anunciar, em fins de julho de 1933, o retorno do bloco às negociações. Surpreendido, Saavedra Lamas manifestou publicamente sua discordância do anúncio e argumentou que, ao contrário do que afirmara seu colega brasileiro, os países beligerantes não haviam solicitado essa mediação e sequer a Chancelaria argentina fora consultada[1283]. A iniciativa de Mello Franco foi, porém, bem-sucedida, com o Conselho da Liga, em 3 de agosto de 1933, delegando para o ABCP a missão pacificadora. Os beligerantes aceitaram a proposta, de 25 de agosto, no sentido de terminarem as ações bélicas e submeterem o Chaco à arbitragem. Saavedra Lamas questionou o Governo paraguaio sobre o que o fazia crer no êxito da iniciativa brasileira, o que levou o presidente Ayala a temer uma reação negativa aos interesses de seu país por parte da Argentina[1284]. O detalhamento daquela proposta, porém, alterou de "terminación" para "suspensión" das atividades militares no Chaco, levando o Paraguai a recusá-la, pois uma arbitragem poderia ser prolongada, dando tempo ao rearmamento boliviano[1285].

Pressionado pelas pretensões chilenas sobre o sul argentino, o presidente Justo aproximou-se do Brasil em bem-sucedida visita oficial ao Rio de Janeiro entre 7 e 13 de outubro de 1933, na qual foi recebido festivamente e, como prova de cordialidade, foi honrado com o título de general honorário do Exército brasileiro. Assinaram-se vários acordos de caráter policial, comercial e cultural, sendo que a maior repercussão coube ao Tratado Antibélico, de Não Agressão e de Conciliação, proposto por Saavedra Lamas, que logo obteve a adesão do México, do Paraguai, do Uruguai e, com ressalvas, do Chile. O bom relacionamento bilateral também convinha ao Brasil, pois havia o risco do governo Vargas ter de envolver-se no conflito entre o Peru e a Colômbia pela posse do território

[1282] ZOOK, pp. 141-142.
[1283] SILVEIRA, pp. 111-112.
[1284] BUENO para MELLO FRANCO, of. 85 e 90, conf., Assunção, 24.7 e 22.8.1933. AEBACE, 1933.
[1285] BENÍTEZ, Luiz G. *Historia Diplomatica del Paraguay*. Asunción: El Gráfico, 1972, pp. 396-397.

de Letícia, na fronteira com a Amazônia brasileira. Vargas convenceu-se que Justo desejava, de fato, implementar uma política de cooperação entre a Argentina e o Brasil[1286].

O encontro dos dois presidentes reforçou a busca da paz e, no Rio de Janeiro, reuniram-se Mello Franco, Saavedra Lamas e os representantes da Bolívia e do Paraguai. O Chile foi excluído dessa mediação por iniciativa do presidente Justo, o que deixou "agastado" o Chanceler Tocornal[1287]. Pela proposta preliminar de paz, elaborada por Mello Franco, haveria arbitragem sobre o Chaco, excluindo a área entre os rios Verde e Pilcomaio, reconhecida como de soberania paraguaia. O Governo paraguaio recusou a proposta, argumentando que ela não reconhecia os direitos paraguaios enquanto aceitava as pretensões bolivianas. O presidente Salamanca, por sua vez, aceitou a arbitragem, mas ressalvou como boliviana a área a oeste do meridiano 61º, bem como o porto na Baía Negra e os 25 quilômetros adjacentes, o que significava que a Bolívia teria um porto no rio Paraguai. O presidente boliviano reivindicava, ainda, que fosse incluída como zona a ser arbitrada a região entre os rios Verde e Pilcomayo que, disputada com a Argentina, havia sido outorgada ao Paraguai em 1876, por laudo arbitral do Presidente norte-americano Rutherford Hayes[1288]. O Governo paraguaio recusava qualquer compensação prévia à arbitragem à Bolívia ou a delimitação *a priori* da zona litigiosa; dessa postura "nem mesmo a tutela que a República Argentina exerce sobre a política exterior deste país será capaz de demovê-lo". Os informes da Legação brasileira em Assunção, para o Itamaraty, justificavam a posição paraguaia e davam razão ao Paraguai quanto a sua soberania sobre o Chaco[1289]. Naufragou, assim, a ação pacificadora de Mello Franco, o que foi comunicado ao Conselho da Liga das Nações em 1º de outubro. Apenas temporariamente o Rio de Janeiro foi o *locus* das negociações sobre o Chaco, que voltaram para a órbita da diplomacia argentina.

Em setembro de 1933, a Argentina retornou à Liga das Nações – da qual se retirara em 1922 –, reforçando seus vínculos europeus

---

1286 SCENNA, p. 311. A situação de Letícia levou o Governo brasileiro a enviar à região batalhões do Exército, um cruzador e dois destróieres. BANDEIRA, Luiz A. Moniz. *Estado Nacional e política internacional na América Latina*; *o continente nas relações Argentina-Brasil (1930-1992)*. Brasília: Ed. Unb; São Paulo: Ensaio, 1993, p. 27. VARGAS, Getúlio. *Getúlio Vargas; Diário*. São Paulo: Siciliano; Rio de Janeiro: FGV, 1995, v. I, p. 243.

1287 VARGAS, pp. 244-245. Escreveu Vargas: "Desconhecia os compromissos Saavedra-Tocornal. Aliás, o primeiro nada ponderou sobre isso na conferência havida no [Palácio da] Guanabara entre os dois presidentes e os respectivos ministros do Exterior".

1288 BENÍTEZ, Luiz G., pp. 392; 398-402.

1289 Arthur de Guimarães BASTOS, Encarregado de Negócios, para MELLO FRANCO, of. 131, conf., Assunção, 17.11.1933. AEBACE, 1933.

e aumentando seu cacife para resistir à formação de um sistema interamericano sob liderança dos EUA. A partir de então, o chanceler argentino passou a defender a Liga, da qual a Bolívia e o Paraguai eram Estados-membros, como fórum para se resolver as divergências entre os dois países. Em 26 de setembro, a Liga criou um comitê especial para a análise da questão do Chaco, a qual se tornou objeto de três instâncias negociadoras, sem coordenação entre si: o enfraquecido Comitê de Neutros de Washington, boicotado por Saavedra Lamas[1290]; o ABCP, em hibernação; e a própria Liga das Nações. Para Eusebio Ayala, havia pouca simpatia pelas posições paraguaias por parte dos representantes diplomáticos brasileiros, chilenos e norte-americanos em Assunção, o que se explicaria pelos estreitos vínculos políticos e militares do Paraguai com a Argentina[1291]. Vínculos que não eram segredo sequer para o presidente boliviano Salamanca, que não os denunciou à Liga das Nações por temer que a Argentina substituísse a ajuda encoberta por apoio aberto, mais eficaz, ao Paraguai[1292].

A dependência política e militar da Argentina não ia contra o interesse nacional paraguaio, pois sem o apoio argentino as tropas bolivianas ocupariam o Chaco. Contudo, Ayala decepcionou-se com o fato do governo Justo não ter uma atuação firme para impor a suspensão de hostilidades. Sem fé nas gestões de paz da Liga das Nações, o presidente paraguaio escreveu, em outubro de 1933, que o conflito do Chaco traria mais meio século de miséria a seu país, acrescentando em crítica que alcançava Saavedra Lamas: "mas os internacionalistas de agora não vêm isso". A atuação mediadora do chanceler argentino, analisava Vicente Rivarola, "se é verdade que começava por ser amistosa para nós, invariavelmente deixava de sê-lo ante a resistência ou obstinação boliviana". A ambígua relação entre a Argentina e o Paraguai encontra sua síntese na afirmação de Leslie B. Rout de que o interesse argentino não era, necessariamente, o da vitória paraguaia mas, sim, o da derrota boliviana[1293].

[1290] Idem, Buenos Aires, 23.1.1933. Ibidem, p. 150.

[1291] AYALA para RIVAROLA, Assunção, 11.3; 17.12.1933 (confidencial). Ibid., pp. 161; 137.

[1292] MERCADO MOREIRA, Miguel. *Historia Diplomatica de la Guerra del Chaco*. La Paz: Talleres Gráficos Liviano, 1966, p. 154.

[1293] RIVAROLA para AYALA, Buenos Aires, 14.12.1933; 20.10.1933 e 18.10.1935 in: RIVAROLA COELLO, pp. 136; 206; 321. Ver, também, carta de 12.1.1933 com queixas de Rivarola sobre a postura de Saavedra Lamas (p. 146). ROUT, p. 82. A Legação brasileira em Assunção percebia a dubiedade da postura do governo Justo. Comentava Lucillo Bueno que a Argentina fornecia armas para o Exército paraguaio e medicamentos para a Cruz Vermelha paraguaia, mas cobrava por ambos os fornecimentos. Enquanto isso, acrescentava o diplomata sem dar mais detalhes, a Argentina supria o Exército boliviano do que necessitava para manter-se no Chaco. In: BUENO para MELLO FRANCO, of. 1, Assunção, 2.1.1933. AEBACE.

O Comitê de Investigação da Liga das Nações, chefiado pelo Embaixador espanhol Alvarez del Vayo, começou, em 12 de novembro de 1933, seus trabalhos no Chaco, tendo em vista elaborar relatório sobre a guerra. Nessa data, os membros do Comitê se reuniram com Eusébio Ayala e os trabalhos de observação foram encerrados no final desse mesmo mês, com a visita de os seus integrantes a La Paz. Em janeiro e fevereiro de 1934, a Liga apresentou proposta de paz, aceita pela Bolívia, mas recusada pelo Paraguai por não considerar a posição das tropas dos beligerantes e, ainda, por determinar que as forças paraguaias recuassem mais do que as bolivianas, ao separá-las[1294].

A batalha diplomática seguinte se deu em dezembro de 1933, em Montevidéu, por ocasião da VII Conferência Pan-americana. Mello Franco aproveitou a Conferência para tentar reconciliar o Paraguai e a Bolívia, oferecendo um programa de colaboração econômica às duas partes, com o qual também buscava promover interesses estratégicos brasileiros. Assim, propôs ao Paraguai a construção de uma ferrovia, semelhante àquela que o Brasil construiria com a Bolívia, que daria acesso ao porto de Santos, em São Paulo. O comércio exterior de ambos os países teriam, assim, saída para o oceano Atlântico, e se tornariam consumidores de produtos industriais paulistas[1295]. Em 18 de dezembro, se soube que a Liga das Nações conseguira que a Bolívia aceitasse um armistício, a arbitragem do Tribunal Internacional de Haya, o retiro das tropas da frente de batalha e a desmobilização. Dois dias depois, a Bolívia aderiu ao Pacto Antibélico, apresentado por Saavedra Lamas no Rio de Janeiro[1296].

Na realidade, o Governo boliviano tomou essas decisões após sofrer a maior derrota na guerra, em 11 de dezembro, na batalha de Campo Via. Nessa ocasião, o general José Félix Estigarribia realizou um movimento de cerco que levou oito mil bolivianos a se renderem e à captura de grande material bélico. Em franca vantagem militar, o Paraguai aceitou o armistício apenas até 6 de janeiro e não concordou em prorrogá-lo. O Governo paraguaio justificou que suspendera as operações militares por razões humanitárias (atendimento a feridos, etc.), por respeito à Conferência Pan-americana e para facilitar gestões da Comissão da Liga das Nações, mas que a Bolívia se aproveitara para reunir forças e difamar o Paraguai. Uma prorrogação do armistício, argumentava a diplomacia

[1294] BENÍTEZ, pp. 409-410.
[1295] HILTON, p 11.
[1296] LANÚS, p. 511.

paraguaia, apenas encobria preparativos bélicos bolivianos e contribuiria para o prolongamento do conflito. Em lugar de uma trégua[1297], afirmava o governo paraguaio, deveria haver o fim completo das hostilidades, o que não ocorreu.

No final de 1933, mudaram alguns dos personagens das relações Brasil-Paraguai. Em outubro desse ano, teve fim a missão de Lucillo Bueno para quem o presidente Ayala ofereceu, na sua residência, um jantar de despedida. Na Câmara e no Senado paraguaios, ocorreram homenagens a Bueno, que pronunciou discurso enaltecendo o trabalho diplomático pacifista do chanceler Mello Franco[1298]. O novo ministro plenipotenciário brasileiro era Gustavo de Vianna Kelsch, que apresentou credenciais ao presidente Ayala em 27 de novembro e ficou no cargo até o início de 1935. No Brasil, por questões de política interna, Afrânio de Mello Franco demitiu-se do cargo de chanceler em dezembro desse mesmo ano e foi substituído, interinamente, por Félix de Barros Cavalcanti de Lacerda até que, em julho de 1934, José Carlos de Macedo Soares assumiu o cargo. Também a Legação paraguaia no Brasil passou a ter um novo titular, Justo Pastor Benítez, visto pela diplomacia brasileira como simpático ao Brasil e, por sua inteligência, tido como "a personalidade de maior futuro no cenário político do Paraguai"[1299].

Em julho de 1934, forças argentinas ocuparam fortins no Chaco abandonados por forças bolivianas em retirada, o que causou protesto da Chancelaria paraguaia. O forte descontentamento entre os chefes militares paraguaios em relação a essa ocupação, obrigou o Presidente Ayala a deslocar-se até o Chaco para acalmá-los. Não era fácil a tarefa de Eusebio Ayala, pois os militares argentinos não se comportavam de forma amistosa e "expulsaram nossas tropas, pela força, da zona recentemente ocupada pelos bolivianos e continuaram avançando"[1300].

Após o fracasso da iniciativa de Mello Franco, em 1933, de mediar a paz entre o Paraguai e a Bolívia, o Brasil manteve uma política cautelosa nas articulações diplomáticas sobre a questão do Chaco. Essa postura resultava de um conjunto de fatores: as circunstâncias internas brasileiras; a tradição de conciliação com a Argentina; e a falta de significativos interesses econômicos brasileiros na Bolívia e no Paraguai. Para a

---

1297 *Memorandum* do Governo paraguaio, 11.1.1934, in: LANÚS, p. 513.

1298 BASTOS, Encarregado de Negócios, para MELLO FRANCO, of. 97, Assunção, 10.3.1933. Ibid.

1299 KELSCH para o chanceler interino Felix Barros Cavalcante de LACERDA, of. 67, conf., Assunção, 27.4.1934. Ibid. Rogelio Ibarra escreveu para Ayala que Kelsch era um "excelente hombre, pero un poco ingenuo", e que pertencia aos que, no Brasil, permaneciam com "obsesionados e inquietos a causa de las prevenciones y recelos que creió a respecto a Argentina el barón de Rio Branco". IBARRA para AYALA, Rio de Janeiro, 13.2.1934. APMPV.

1300 AYALA para RIVAROLA, Assunção, 13.11.1935, in: RIVAROLA COELLO, p. 330.

Argentina, por sua vez, a participação ativa no assunto decorria do antigo projeto de liderar os países da América Latina e de evitar soluções que contrariassem seus interesses econômicos no país guarani, bem como de impedir aumento da presença chilena na questão.

Em abril de 1934, chegaram a La Paz oficiais chilenos contratados pelo governo boliviano para integrarem seu exército. Foram recebidos por populares entusiasmados, com "vivas" à Bolívia e ao Chile e gritos de morra a Argentina e o Paraguai. O governo chileno não tinha meios legais para impedir essa contratação e, em julho desse ano, protestou junto à Chancelaria paraguaia pelos ataques, classificados de injuriosos, da imprensa paraguaia contra o Chile. A resposta do chanceler Justo Pastor Benítez foi de que no Paraguai havia liberdade de imprensa e que esta refletia a opinião pública, alarmada com a conduta do governo chileno. Este, afirmou Benítez, que permitia o transporte, por seu território e em ferrovia estatal, de material bélico para a Bolívia, apesar de oficialmente o Chile ser neutro. A diplomacia chilena retrucou que, com essa postura, o governo paraguaio se mostrava de acordo com as injúrias de que o Chile fora vítima e, como consequência, resolveu retirar o seu representante diplomático de Assunção[1301].

A guerra prosseguiu no segundo semestre de 1934. Getúlio Vargas estava "um tanto alarmado" com a situação, porque a Argentina "ampara abertamente o Paraguai, provendo-o de recursos, acumula tropas na fronteira da Bolívia, já ocupou alguns fortins deste país e advoga a reabsorção da Bolívia, como parte desagregada do Vice-Reino do Prata". O presidente brasileiro, profético, escreveu a seu embaixador em Washington, Oswaldo Aranha, que o Paraguai não sabia o que fazer com um Exército de 70 mil homens que, terminada a guerra, e sob a liderança de um general vitorioso, poderia derrubar o Poder Civil. Havia o precedente da derrubada, dias antes, em 27 de novembro, do presidente Daniel Salamanca, devido a uma crise com o comandante em chefe do Exército boliviano, general Enrique Peñaranda. Especulava o governante brasileiro que, no futuro, para desviar a atenção de seus militares, talvez o Paraguai criasse algum incidente na fronteira, em Mato Grosso, o que poderia levar a um envolvimento da Argentina. Os riscos dessa situação hipotética levou Vargas a instruir Aranha a sondar o Governo norte--americano sobre a possibilidade do Brasil obter nos EUA artilharia; um ou dois cruzadores; submarinos e uma ou duas canhoneiras para operarem

[1301] RIART, Gustavo. *El Dr. Luis A. Riart y la defensa del Chaco*. Asunción: Cromo, 1987, pp. 131-132.

no rio Paraguai. Reafirmou que a política do Brasil era de "cordial amizade" com a Argentina e que "devemos mantê-la, mas precisamos tomar precauções militares"[1302].

Em fins de 1934, o Paraguai não aceitou a recomendação da Liga das Nações para cessar-fogo e submeter todo o Chaco à arbitragem. Raciocinava Eusebio Ayala que o cessar-fogo, sem garantia de paz, implicava em manter o Exército inativo por longo tempo, o que representaria ameaça em potencial à ordem política interna paraguaia. A arbitragem poderia redundar em concessões à Bolívia, com o que não concordaria o Exército paraguaio. A Chancelaria argentina, porém, insistiu para que o Paraguai aceitasse a arbitragem nas condições propostas[1303]. Era tarde, pois, em janeiro de 1935, as forças paraguaias haviam alcançado o rio Parapití, desalojando os soldados bolivianos do Chaco sem que houvesse o risco de um contra-ataque de envergadura, o que reduzia um pouco a dependência militar do Paraguai em relação à Argentina. Era impraticável politicamente para o Governo paraguaio aceitar a arbitragem sobre território do qual suas tropas tinham levado dois anos e meio para expulsar os bolivianos. Ademais, o presidente Ayala raciocinava que a proposta de paz da Liga das Nações custaria o controle, por parte do Paraguai, de território em que estava convencido haver jazidas de petróleo, que "nos servirá (...) para recuperar nuestras pérdidas y levantar el país de la postración que habrá de quedar"[1304].

Devido a resistência a essa proposta, o Paraguai ficou com a imagem de ser o obstáculo à paz. Como resultado, em 16 de janeiro de 1935, o Comitê Consultivo ordenou ao Governo paraguaio suspender as ações bélicas contra a Bolívia, que já aceitara o cessar-fogo. O Comitê também cancelou a recomendação dos países-membros da Liga não venderem armas à Bolívia, mas a manteve em relação ao Paraguai, deixando-o em desvantagem militar. Essa "desagradável situação" para o país guarani, na Liga das Nações, foi criada "com a cumplicidade do chanceler Saavedra Lamas", que não fez gestões para impedi-la. O representante paraguaio em Buenos Aires queixou-se desse chanceler ao presidente Justo e ao ministro da Guerra, general Rodríguez. Ambos se reuniram com Saavedra Lamas, levando-o a reiterar, a Vicente Rivarola, seu apoio ao Paraguai[1305].

[1302] Getúlio VARGAS para Osvaldo ARANHA, Rio de Janeiro, 24.12.1934 apud. Luiz A. Moniz BANDEIRA, *Estado Nacional*, p. 29.

[1303] AYALA para RIVAROLA, carta confidencial, Assunção, 22.11.1934, in: RIVAROLA COELLO, p. 283. RIVAROLA para AYALA, Buenos Aires, 15.12.1934. Idem, p. 285.

[1304] AYALA para RIVAROLA, Assunção, 23.2.1935, in: RIVAROLA COELLO, p. 293.

[1305] RIVAROLA para AYALA, Buenos Aires, 22.2.1935. Idem, pp. 288-289.

O Governo paraguaio discordou das decisões do Comitê Consultivo e retirou o país da Liga das Nações em 23 de fevereiro de 1935. Na avaliação da Legação brasileira em Assunção, se os bolivianos persistissem na defesa de Villa Montes, para onde haviam recuado, provavelmente os paraguaios alcançariam a vitória decisiva que poria fim à guerra. O Exército paraguaio tinha a vontade ofensiva e os soldados confiavam nos seus superiores, "que os conduziram sempre para adiante e realizaram a façanha de tomar ao inimigo uma quantidade de prisioneiros maior que os efetivos do próprio exército combatente". Lembrou o encarregado de negócios brasileiros que o Exército boliviano começou a guerra com 1.200 oficiais e que, no momento em que escrevia, havia mais de três mil oficiais bolivianos prisioneiros[1306].

Na análise de Bastos, a guerra fora barata para o Paraguai em termos de sacrifícios financeiros. Na retaguarda, havia recursos humanos não utilizados e a economia privada, à exceção da pecuária, continuava desenvolvendo atividades sem problemas. Não havia restrição ao consumo de artigos de primeira necessidade, nem de artigos de luxo; as importações não foram limitadas, sofrendo apenas um aumento de 50% no imposto aduaneiro, e a qualidade de vida "subiu consideravelmente de nível". A capacidade econômica do Paraguai enfrentar a guerra era "uma das grandes surpresas do conflito" e o país poderia continuar a travá-lo, com recursos próprios, por longo tempo[1307].

Na realidade, desde o governo Eligio Ayala, o Paraguai se preparara para a guerra e, de fato, durante o país tinha condições de continuar a travá-la, graças a organização para tanto e ao espírito de sacrifício dos seus soldados. No plano da organização, o governo Eusebio Ayala mobilizou o campo, no qual se encontravam 588.374 pessoas dos 829.929 habitantes do país, criando Juntas de Economia – 155 – no interior do país. Como quase todas as famílias tinham algum parente na guerra, os trabalhadores rurais se esforçaram para aumentar a produção e parte deles se incorporaram às "brigadas rurais", existentes em quase todas as cidades do interior, que eram pequenas cooperativas organizadas pelo governo. Em 1929, os agricultores paraguaios possuíam 9.569 arados de ferro e outros 15.866 de madeira, enquanto que, em fins de 1933, a administração de Ayala conseguira fornecer 3.940 arados adicionais, além de outros instrumentos agrícolas. Como consequência, a área cultivada do país passou de 120.097 hectares, em 1932, para 186.272 em 1934[1308].

[1306] BASTOS para MACEDO SOARES, of. 18, conf., Assunção, 6.2.1935. AEBACE (Correspondência Expedida), 1935-1938.
[1307] BASTOS para MACEDO SOARES, of, 26, res., Assunção, 16.2.1935. Idem.
[1308] RIART, Gustavo. *El Dr. Luis A. Riart y la defensa del Chaco*. Asunción: Cromo, 1987, pp. 125-127.

Em 14 de março de 1935, os governos da Argentina e do Chile comunicaram ao Comitê Consultivo que estavam efetuando gestões de paz junto aos Governos boliviano e paraguaio. A iniciativa foi apoiada pela Liga das Nações, que pôs fim à sua participação nas negociações em torno da Guerra do Chaco. As propostas chileno-argentinas de paz foram comunicadas no dia anterior aos governos do Brasil, dos Estados Unidos e do Peru. Convidava-se também para a Conferência de Paz a se realizar em Buenos Aires. No contexto da proposta, o Brasil e o Uruguai foram excluídos da regulamentação das relações econômicas atribuída aos países vizinhos; no caso uruguaio, sequer foi convidado para a Conferência de Paz. Para a omissão do nome do Brasil, a única explicação era a política de Saavedra Lamas de anular a influência brasileira na região. Como consequência, o Itamaraty respondeu negativamente ao convite de participar da Conferência, levando os envolvidos a justificarem-se perante a Chancelaria brasileira. Conforme Getúlio Vargas, "o governo argentino atribui a responsabilidade ao Chile, este à Argentina, o Paraguai a um erro datilográfico, e despertou-nos [ao Brasil] simpatia maior dos Estados Unidos e do Uruguai"[1309].

Relatou o novo representante brasileiro no Paraguai, Lafayette Carvalho e Silva, que a recusa brasileira ao convite chileno-argentino repercutiu no país. A opinião pública paraguaia via negativamente a proposta de fim das hostilidades e início de negociações de paz, quando suas forças obtinham vitórias no campo militar e acreditava que outras maiores seriam obtidas contra os bolivianos. Havia, mesmo, em Assunção, a esperança de se terminar a guerra com vitória militar. Nesse contexto, a recusa brasileira, embora fundamentada em outras razões, "causou excelente impressão em todos os meios" paraguaios[1310].

O Peru aceitou, em 8 de abril, o convite chileno-argentino e, dois dias depois, também o fez os EUA, que viam com bons olhos a volta das negociações de paz para o âmbito americano. O Departamento de Estado e o embaixador brasileiro em Washington, Oswaldo Aranha, buscaram, infrutiferamente, convencer o Itamaraty a não adotar postura antiargentina e a aceitar o pedido de desculpas de modo a viabilizar o novo esforço de mediação da guerra. Na análise de Aranha, o Brasil estava quase isolado no cenário internacional, pois não contava com o apoio de nenhuma potência europeia e, na América, os países hispânicos "são os nossos inimigos naturais", sendo que a Argentina "não tem motivos para

[1309] VARGAS, v. I, pp. 378; 381.
[1310] Lafayette CARVALHO E SILVA, ministro plenipotenciário, para MACEDO SOARES, of. 62, Assunção, 26.4.1935. AEBACE, 1935.

ter modificado sua convicção de que nos pode vencer". Para Oswaldo Aranha, o único aliado em potencial do Brasil era os Estados Unidos, com o qual o Itamaraty deveria estabelecer relações privilegiadas[1311], exasperando-se com a resistência do Chanceler Macedo Soares em alinhar-se com o Departamento de Estado. Macedo Soares seguia, porém, a tradição do barão do Rio Branco de estabelecer objetivos próprios para a política externa, aproximando-se dos EUA quando havia convergência de objetivos, mas sem submeter o interesse nacional brasileiro aos desígnios norte-americanos.

A Chancelaria brasileira manteve a recusa ao convite chileno--argentino, mas saiu da posição observadora e buscou substituir a Argentina pelo Brasil como elemento central nas negociações de paz. A alteração decorreu de motivos geopolíticos, como exemplifica o relatório sobre o conflito elaborado pelo general Waldomiro Castilho de Lima, membro do Conselho Superior de Guerra, órgão consultor do Conselho de Segurança Nacional. O documento constatava a superioridade militar argentina e afirmava interessar ao Brasil que fosse por via férrea, atravessando o território nacional, que se desse a conexão da economia boliviana com o oceano Atlântico e não pelo Prata, o que atenderia ao interesse argentino. O relatório apontava a função estratégica do projeto ferroviário argentino, objeto central das negociações conduzidas pelo chanceler Saavedra Lamas junto ao governo boliviano desde o início das hostilidades no Chaco. Se tal se desse, escreveu Castilho de Lima, toda a produção boliviano-paraguaia seria canalizada para o Rio da Prata, para o porto de Buenos Aires, o que seria fatal aos interesses brasileiros na América do Sul[1312].

O Governo brasileiro convidou, em 17 de abril, seus congêneres boliviano e paraguaio a enviarem representantes ao Rio de Janeiro para negociarem a questão chaquenha, em conferência a ser presidida por Getúlio Vargas, e precedida pelo término das hostilidades. Tendo em vista a vantagem militar paraguaia, a essa altura qualquer cessação de hostilidades, sem garantia de paz, favoreceria à Bolívia que ganharia tempo para realizar nova mobilização de seu potencial militar. Daí o Paraguai responder negativamente ao Brasil, enquanto a Bolívia aceitou de imediato a proposta brasileira[1313].

No dia 27 de abril de 1935, os Embaixadores argentino, chileno, norte-americano e peruano no Rio de Janeiro entregaram ao Itamaraty

[1311] ARANHA para VARGAS, Washington, 6.3.1935; ARANHA para MACEDO SOARES, 14.1.1935, in: HILTON, Stanley. *Oswaldo Aranha, uma biografia*. Rio de Janeiro: Objetiva, 1994, pp. 213-214.
[1312] Apud. SILVEIRA, pp. 97-98.
[1313] Idem, pp. 136-137.

nota solicitando a colaboração do Brasil na busca da paz no Chaco. Sem outra opção, o Itamaraty aceitou o convite, impondo, porém, a inclusão dos Estados Unidos e do Uruguai nas negociações de paz e, ainda, que elas fossem diretas, entre os Chanceleres dos países beligerantes, sob os auspícios dos países do grupo moderador[1314].

A Chancelaria brasileira não estava, porém, disposta a desempenhar papel de coadjuvante nessas negociações. Na busca da liderança do processo pacificador, a diplomacia brasileira utilizou como pretexto a necessidade de retribuição da visita do presidente Justo ao Brasil, assim, Getúlio Vargas chegou a Buenos Aires, em 27 de maio de 1935, com comitiva que incluía o chanceler Macedo Soares. Nesse momento, o grupo de mediadores, composto pelos representantes dos EUA, Brasil, Argentina, Chile, Peru e Uruguai, lá se reunia. Macedo Soares iniciou consultas independentes na capital argentina, encontrando-se separadamente com os chanceleres boliviano, Tomás Manuel Elío, e paraguaio, Luis A. Riart. Solicitou-lhes que encaminhassem a seus governos a proposta brasileira de se estabelecer "uma trégua, simples trégua, mantidas todas as posições militares anteriores", enquanto estivessem negociando a paz. Ao chanceler Riart, prometeu Macedo Soares que o Brasil estava disposto a auxiliar o Paraguai após a guerra, concedendo-lhe porto franco, técnicos agrícolas, sementes "e tudo o que estiver ao seu alcance para pôr em prática o vivo empenho de colaborar fraternalmente com esse país"[1315].

A desenvoltura de Macedo Soares levou Saavedra Lamas a chamar sua atenção, ao ressalvar que "a sede das conversações diplomáticas sobre a paz do Chaco era a chancelaria argentina e não outra"[1316]. Às divergências entre Brasil e Argentina, somava-se, para dificultar as negociações de paz, o clima de competição entre seus Chanceleres, superando a dimensão política e extrapolando para a vaidade pessoal, "traço característico de ambos"[1317].

Nas negociações de paz, reinava a desconfiança mútua entre os beligerantes que rejeitaram várias propostas. O Paraguai insistia em amplo programa de desmobilização após o cessar-fogo, temendo que a Bolívia buscasse ganhar tempo para reiniciar as hostilidades com vantagem. O país andino, por sua vez, exigia que a questão territorial fosse imediatamente resolvida, por negociação ou arbitragem, após a cessação das hostilidades. Saavreda Lamas não podia desapontar Assunção, mas não lhe interessava atritos adicionais com La Paz; Macedo Soares prosseguia lutando por uma

[1314] Relatório do Ministério das Relações Exteriores, 1935, pp. 4-5.
[1315] MACEDO SOARES para CARVALHO E SILVA, Buenos Aires, 28.5.1935. AEBA, Telegramas, 7.9.34/ 1.6.36.
[1316] Apud. BIBER, p. 10.
[1317] BARROS, Jayme de. *Chão de vida; memórias*. Rio de Janeiro: Léo Christiano Editorial, 1985, p. 180.

posição favorável junto à Bolívia, sem, entretanto, descuidar-se de obter crédito diante do Paraguai. Vargas, porém, entendeu-se diretamente com Justo, com quem tinha excelentes relações pessoais a ponto de classificá-lo, posteriormente, de "amigo", deixando o Paraguai e a Bolívia sem respaldo externo e pressionando as próprias Chancelarias argentina e brasileira a se entenderem[1318]. Os negociadores argentino e brasileiro contornaram as exigências dos beligerantes ao obter o cessar-fogo imediato, por meio do Protocolo de Paz assinado em 12 de junho. Nesse documento, também foi determinada a desmobilização dos exércitos no Chaco; a formação de uma comissão militar neutra de supervisão, sob presidência argentina; e a arbitragem da questão territorial, caso os países litigantes não chegassem a um acordo na Conferência de Paz, para a qual foram transferidas todas as questões pendentes. A Bolívia perdeu, portanto, essa batalha diplomática, pois abriu mão do princípio que sustentara desde o início da guerra, de que o armistício deveria ser simultâneo à solução da questão territorial e com garantia de um porto boliviano às margens do rio Paraguai.

Macedo Soares reivindicou para si, por meio de mensagem enviada aos postos diplomáticos brasileiros, papel preponderante para se chegar ao Protocolo de Paz. Também Jayme de Barros, membro da delegação brasileira, destacou o empenho da diplomacia brasileira como principal responsável pela assinatura do Protocolo de Paz[1319]. Na realidade, a tarefa de mediação resultou de iniciativa argentino-chilena, foi impulsionada por ação coordenada dos presidentes da Argentina e do Brasil, e teve Saavedra Lamas como principal articulador. O chanceler argentino, ao ver reconhecida para si essa função e caracterizada a impossibilidade militar da Bolívia alcançar seus objetivos no Chaco, não tinha mais motivo para continuar protelando a paz, a qual também era facilitada pela exaustão bélica dos beligerantes[1320]. Pela liderança nas negociações que resultaram no Protocolo de Paz, Saavedra Lamas recebeu o Prêmio Nobel da Paz, referente a 1935, apesar de sua ação diplomática anterior ter contribuído para prolongar a Guerra do Chaco.

[1318] VARGAS, v. I, p. 393 e v. II, p. 127. Aranha escreveu para Vargas, em 18/6/1935, que "o favorável desenrolar da questão do Chaco devemos todos a ti (...) e a tua decisão na hora que, conseguida a mediação junto a nós, continuou o Itamaraty a fazer tolices.", in: SILVEIRA, p. 145.

[1319] CARVALHO E SILVA para Antonio de SÃO CLEMENTE, cônsul do Brasil em Assunção, of. 9, 13.6.1935. Em anexo circular telegráfica do Itamaraty n. 1.000/1935 AEBA, "Correspondência para Consulados brasileiros no Paraguay". MACEDO SOARES para CARVALHO E SILVA, Buenos Aires, 1.6.1935. Idem, telegramas, 7-9-34/01-6-36. BARROS, Jayme de. *A política exterior do Brasil (1930-1942)*. 2a. ed., Rio de Janeiro: Zeilio Valverde, s.d., p. 25.

[1320] A essa altura, segundo David ZOOK (p. 242), "la incompetencia del Comando [boliviano] de Peñaranda hacía sumamente dudoso que Bolivia, aún com fuerzas de grandes proporciones, fuera capaz de derrotar a los ágiles paraguayos. Pero, por outro lado, el agotamiento de los recursos paraguayos convertía la conquista de los puntos vitales del Altiplano en um sueño imposible. Para salir de este punto muerto, no quedaba outra alternativa que la paz".

Em 1º de julho, iniciou-se a Conferência de Paz de Buenos Aires, presidida por Saavedra Lamas. No dia 13 de julho, chegou à cidade o embaixador José de Paula Rodrigues Alves, conhecedor do contexto geopolítico em que se dava a disputa brasileiro-argentina pela supremacia na América do Sul. Durante três anos de sua existência, os trabalhos da Conferência estiveram limitados pelos interesses argentino, brasileiro e norte-americano, e jamais se chegou a apontar alguma responsabilidade pelo início da guerra. Saavedra Lamas utilizou, "com extrema habilidade", sua condição de presidente da Conferência para adiar ou dilatar as discussões, segundo seu interesse[1321]. A Bolívia, por sua vez, disse Rodrigues Alves ao negociador paraguaio Gerónimo Zubizarreta, tentava obter pela diplomacia o que havia buscado infrutiferamente pela guerra e, dizia o diplomata brasileiro, isso não era aceitável[1322].

A postura de distanciamento do Paraguai por parte da Saavedra Lamas, em Genebra no início de 1935, voltou a ocorrer na Conferência de Paz, levando ao esfriamento nas relações bilaterais. Em Assunção, parte da imprensa fazia duras críticas à Argentina, causando desconforto no governo Justo que se via vítima de injustiça e falta de retribuição ao apoio militar que dera ao Paraguai durante a guerra. Esse apoio, embora de conhecimento das diplomacias de diferentes países, fora formalmente secreto, desconhecido dos cidadãos paraguaios, enquanto aquela postura era pública, tal qual a ocupação por parte das forças argentinas, a partir de 1933, de fortins abandonados pelas forças bolivianas em retirada. A ocupação, vista como uma "invasão" pela opinião pública paraguaia e pelo próprio Eusebio Ayala, persistira e se ampliara[1323].

Enquanto isso, melhoravam sensivelmente as relações entre o Brasil e o Paraguai nos últimos meses do governo Ayala. Estabeleceu-se entre os dois países "uma política do mais franco e íntimo estreitamento de relações de toda a espécie", que foi concertada entre Macedo Soares e Riart durante as negociações para o cessar-fogo em Buenos Aires. O presidente Ayala enviou seu Ministro de Educação, Justo Prieto, chefiando uma Delegación Cultural Paraguaya, ao Rio de Janeiro, para participar das comemorações do 7 de Setembro, data da independência brasileira, e fazer contatos culturais. Essa missão, afirmou Ayala, era para demonstrar "profundo reconhecimento ao Brasil, pela maneira com que

[1321] SILVEIRA, pp. 154-155. AYALA para RIVAROLA, Assunção, 28.9.1935, in: RIVAROLA COELLO, Vicente, p. 321.
[1322] Gerónimo ZUBIZARRETA para Eusebio AYALA, Buenos Aires, 14.9.1935, in: QUEIROLO, Victor Ayala. Paz del Chaco (período 15 julio 1935 – 21-I-1936); gestión dr. Gerónimo Zubizarreta. Asunción: Casa Libro, 1976, p. 179.
[1323] AYALA para RIVAROLA, Assunção, 13.11.1935, in: Vicente Rivarola COELLO, p. 337.

conduziu sua política de neutralidade e pelos esforços que fez para que se chegasse à paz"[1324]. Na realidade, estava se articulando, sigilosamente, "uma política de estreitamento de relações de toda a espécie" entre o Paraguai e o Brasil, que fora combinada em Buenos Aires, em meados do ano, pelos chanceleres Macedo Soares e Luís A. Riart. Seu conteúdo adquiriu "maiores proporções" com a missão Prieto[1325], durante a qual ficou acertado o envio ao Paraguai de técnicos agrícolas brasileiros para cooperar na cultura de algodão, bem como ficou combinado iniciarem-se os estudos bilaterais para a implementação de programas de cooperação cultural e de construção de uma conexão ferroviária entre os dois países[1326].

Em setembro de 1935, o general Estigarribia, nomeado há poucos dias comandante das Forças Armadas paraguaias, recebeu convite do governo Vargas para visitar o Brasil e, autorizado pelo presidente Ayala, o aceitou prontamente "com grande alegria". O convite repercutiu em Assunção de modo favorável e frustrou outros países, especialmente o Chile, que esperavam a declaração do fim da guerra pela Conferência de Buenos Aires para tomar essa iniciativa. Em dezembro, Estigarribia enviou foto sua autografada para Macedo Soares, como reconhecimento pela atuação do chanceler brasileiro na busca da paz no Chaco. Logo depois, em demonstração concreta da aproximação brasileiro-paraguaia, em janeiro de 1936, ocorreu o primeiro voo da linha do correio aéreo militar brasileiro, ligando Assunção ao Rio de Janeiro[1327].

O presidente Ayala estava consciente de que Brasil e Argentina disputavam entre si por uma maior influência no Paraguai, principalmente na área econômica. Ele não considerava que a disputa representasse ameaça para seu país, pois acreditava que o Paraguai necessitava do apoio desses dois vizinhos e seria um erro hostilizar o aprofundamento das correntes comerciais com eles[1328].

[1324] CARVALHO E SILVA para BRANDÃO, ofício 9, confidencial, Assunção, 5.3.1937. AEBA, "Correspondência Confidencial Expedida (1935-1938)". CARVALHO E SILVA para MACEDO SOARES, ofício 102, Assunção, 17.8.1935. AEBACE, 1935. No final do Governo Ayala, negociava-se convênios para facilitar a navegação fluvial entre o Mato Grosso e o Paraguai e estabelecer ligação telegráfica. Também estudava-se a construção de ferrovia unindo os dois países.

[1325] CARVALHO E SILVA para BRANDÃO, of. conf., Assunção, 5.2.1937. AEBACE, 1937.

[1326] RELATÓRIO APRESENTADO AO DR. GETÚLIO VARGAS, PRESIDENTE DA REPÚBLICA DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL, PELO DR. JOSÉ CARLOS DE MACEDO SOARES, MINISTRO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, ano 1936, v. 1, p. XVIII. Além de Justo Prieto, compunham a Delegación Cultural Paraguaya o Dr. Gustavo González, professor na Faculdade de Medicina em Assunção, e o tenente-coronel Abdón Palácios. Do Rio de Janeiro, eles foram até a cidade de São Paulo, onde fizeram diferentes visitas, e, daí, partiram de avião para Porto Alegre, como convidados do governo do Rio Grande do Sul, para assistirem às comemorações do centenário da Revolução Farroupilha. Idem, ano 1935, p. 23.

[1327] CARVALHO E SILVA para MACEDO SOARES, of. 117, res., Assunção 1.10.1935. AEBACE, 1935-1938. Carta pessoal de CARVALHO E SILVA para MACEDO SOARES, Assunção, 15.1.1936. Idem, Ostensivos Enviados, t. II. CARVALHO E SILVA para MACEDO SOARES, of. s/ n., 24.1.1936. Id.

[1328] Eusebio AYALA para Gerónimo ZUBIZARRETA, Assunção, 4.9.1935, in: QUEIROLO, p. 188.

Outro tema colateral à Guerra do Chaco era a ocupação de fortins no Chaco paraguaio pela Argentina. Eusebio Ayala comentou com o encarregado de negócios brasileiro que não reclamara formalmente contra esse ato para evitar repercussões na condução da guerra. O presidente disse que, declarado formalmente o fim do conflito, trataria do assunto, confiando na seriedade e respeito com que a Argentina sempre cumprira seus compromissos internacionais. Em dezembro, porém, Ayala se convencera de que "existe o propósito de arrebatar-nos o território ocupado pelas tropas argentinas"[1329].

A Conferência de Paz declarou a guerra terminada em 25 de outubro de 1935. Ela custou 36 mil mortos ao Paraguai (três e meio por cento da população) e uns 125 milhões de dólares, em valores da época[1330], enquanto a Bolívia teve uns 70 mil mortos. Em 21 de janeiro do ano seguinte, os negociadores paraguaio e boliviano nessa Conferência assinaram a Ata, confirmando as obrigações decorrentes do protocolo de 21 de junho de 1935 e dispondo a repatriação dos prisioneiros de guerra. Estes eram, esmagadoramente, soldados bolivianos – uns 20.000 – e seu governo se comprometeu, pelo artigo VIII da Ata, a reembolsar o Paraguai, em 154.269 libras esterlinas, valor equivalente a 2.800.000 pesos argentinos pelos gastos paraguaios na manutenção desses prisioneiros. O governo paraguaio, por sua vez, se comprometeu a indenizar o boliviano no valor de 22.038 libras esterlinas, pelos gastos com prisioneiros de guerra paraguaios[1331].

Com a paz alcançada nas negociações em Buenos Aires, o exército paraguaio foi desmobilizado. Antigos combatentes retornaram para casa e tiveram dificuldade em se reintegrar à vida civil, com boa parte deles não dispondo de pensões. Enquanto isso, Estigarribia foi recompensado, por seu brilhante comando na guerra, com pensão vitalícia de 1.500 pesos-ouro por mês e os oficiais que tiveram algum problema com ele na guerra, foram relegados a postos menores[1332].

Eusebio Ayala não teve tempo de colher os frutos da vitória e de utilizar na paz, a favor do seu país, as qualidades que demonstrara ter na condução política da guerra. O êxito militar do Paraguai mostrara a capacidade de mobilização e persistência em atingir objetivos por parte da sua sociedade, o que era promissor na tarefa que se impunha de modernizar o país nos diferentes aspectos. Por outro lado, causou um mal-estar em diferentes setores sociais não ver o êxito militar reproduzido no

[1329] CARVALHO E SILVA para MACEDO SOARES, of. 117, res., Assunção, 28.10.1935. AEBACE, 1935-1938.
[1330] ZOOK, p. 246.
[1331] QUEIROLO, p. 321.
[1332] ZOOK, p. 254.

plano diplomático, na medida em que as negociações de paz em Buenos Aires não resultaram no reconhecimento da soberania paraguaia sobre todos os territórios de posse de seu Exército. Surgiu, então, o sentimento de uma "vitória mutilada" que se robusteceu no contexto de uma economia frágil e precárias finanças públicas, o qual explicava a falta de respostas do governo, quer ao descontentamento causado pelo aumento do custo de vida, quer às necessidades dos mutilados de guerra, que recebiam pensões miseráveis[1333]. Ademais, durante a guerra, o Exército ampliara o número de oficias e, terminado o conflito e no cumprimento dos termos do armistício assinado em Buenos Aires, o Governo paraguaio estava reduzindo os efetivos militares, dispensando-os, o que diminuía os cargos disponíveis para empregar a oficialidade. Em síntese, "era impossível contentar a todos, principalmente os ex-combatentes, que se sentiam os salvadores da pátria"[1334]. E este sentimento correspondia à realidade, ainda que toda a sociedade paraguaia tenha participado do esforço de guerra.

O coronel Rafael Franco se colocou como contraponto ao governo, embora este, contra a opinião do Partido Liberal, o tivesse nomeado diretor da Escola Militar. Herói de guerra e muito popular, Franco presidia a *Asociación Nacional de ex-Combatientes*, fundada em 1935 e que contava com 40 mil veteranos, bem como articulou em torno de si uma frente política que reunia estudantes e intelectuais. Ele ignorou a advertência superior para que se abstivesse de atividade política, proibida pelos regulamentos militares, o que levou o comandante em chefe das Forças Armadas, general Estigarribia, a ordenar sua prisão[1335]. Franco foi deportado do Paraguai e, em 9 de fevereiro de 1936, chegou a Buenos Aires, onde fez declarações sobre a crise política no Paraguai, criticando que o governo Ayala tivesse aceitado o cessar-fogo no Chaco quando as tropas paraguaias preparavam uma grande ofensiva, que poderia ter resultado na conquista dos campos petrolíferos bolivianos de Camirí e Boyuik[1336].

Na manhã de 17 de fevereiro de 1936, foi desencadeado o golpe de Estado contra Eusebio Ayala do qual participaram não apenas ex-combatentes, mas também a extrema-direita nacionalista da *Liga Nacional Independiente*, de Juan Stefanich, e os comunistas. As principais unidades

[1333] BREZZO; FIALLO, pp. 296-298.
[1334] PAMPLIEGA, p. 147.
[1335] Idem, p. 149.
[1336] BREZZO ; FIALLO, pp. 298-299.

do Exército se sublevaram, enquanto o Departamento de Polícia, a Intendência de Guerra e a Marinha não se colocaram do lado golpista, mas também não resistiram quando foram bombardeados, somente no final da tarde ocorreram combates. Ayala havia se refugiado em uma canhoneira fundeada no porto e foi preso pelos golpistas, assim como o general Estigarribia. De Buenos Aires, preparando-se para retornar a Assunção, Rafael Franco declarou que a queda de Ayala não era a de um homem, mas, sim, de "um regime iníquo que escravizou o país durante trinta anos"[1337].

Escrevendo posteriormente aos acontecimentos, Marcelle Durand de Ayala, esposa de Eusebio, deu uma explicação banal para o golpe de 16 de fevereiro que, na realidade, não é excludente com o que foi exposto nos parágrafos anteriores. Segundo ela, o propósito do golpe teria sido o de se apoderar de recursos financeiros públicos: do ouro economizado pelo governo; da indenização que a Bolívia iria pagar ao Governo paraguaio dias depois, em 9 de março, para liberar os prisioneiros de guerra bolivianos e, ainda, de vinte milhões de pesos que estavam depositados em Buenos Aires e seriam trazidos para Assunção. Na análise de Marcelle, a oposição explorou o descontentamento de setores minoritários e de oficiais inquietos por seu futuro para apresentar Ayala como ambicioso de poder, de modo a justificar sua derrubada. Dado o golpe, os soldados foram saquear a casa de Eusebio Ayala e acharam apenas bananas na geladeira e uma caixa de vinho francês, presente de um amigo de Paris[1338]. A casa do presidente Ayala era simples, "parecia vazia; não tinha nenhum tipo de luxo. A sala de visita era comum e normal: constituía seu mobiliário uma mesa, outro móvel de escritório e uma estante cheia de livros e papéis"[1339].

O golpe de fevereiro de 1936 constitui-se em ponto de inflexão da história política paraguaia e seu caráter antiliberal está de acordo com o que ocorre no resto do mundo. A crise de 1929 e a ascensão dos movimentos totalitários na Europa acuaram o liberalismo e, nos países sul-americanos, ocorreu o mesmo. No caso paraguaio, desde 1936, as Forças Armadas se tornaram o agente político mais importante, posição que mantiveram até a derrubada do ditador Alfredo Stroessner, em 1989.

[1337] BREZZO ; FIALLO, pp. 296-297, 300-301.
[1338] DURAND DE AYALLA, pp. 46-47.
[1339] PAMPLIEGA, pp. 153-154.

VI – Anos Decisivos (1936-1954)

O golpe de Estado de fevereiro de 1936 foi o marco inicial de um movimento crescente da participação militar como sujeito do processo político paraguaio. A partir de então, governaram o Paraguai o coronel Rafael Franco (1936-1937), os generais José Félix Estigarribia (1939 -1940), Higinio Morínigo (1940-1948) e Alfredo Stroessner, que tomou o poder em 1954, nele permanecendo até 1989. Esses militares foram intercalados por sete governantes civis dos quais apenas dois, Félix Paiva (1937-1939) e Federico Chaves (1949-1954), governaram por período significativo, mas sempre tendo no elemento militar antes um fator político na disputa do poder do que o braço armado da defesa das instituições do Estado. Militares ou civis, esses governantes, variando a intensidade do entusiasmo, viram na melhora das relações com o Brasil uma forma de ativar a economia paraguaia e, ainda, de se fortalecerem politicamente. Todos, porém, estavam conscientes da necessidade de continuar a manter boas relações com a Argentina, até porque o Brasil as tinha e, embora agisse para estreitar relações com o Paraguai, este movimento tinha como limite não confrontar Buenos Aires.

1 – Da incerteza às primeiras iniciativas.

O golpe de Estado que depôs Eusebio Ayala congelou as medidas concretas previstas para estreitar as relações entre o Brasil e o Paraguai.

Isso decorreu porque, de um lado, o coronel Franco desconhecia as negociações entre as administrações Ayala e Vargas e, por outra, porque o Itamaraty tinha dúvidas quanto à orientação ideológica do novo governo paraguaio. Suspeitava-se, em um primeiro momento, que fosse dominado pelos comunistas e somente após o governo Vargas estar certo de que isso não ocorria, foi retomada a iniciativa de negociar aquelas medidas.

a) A incerteza franquista

O novo regime paraguaio tinha características e discurso que permitem incluí-lo, em sua origem, na família ideológica do fascismo[1340]. Era avesso às liberdades individuais e ao pensamento liberal, o que não destoava da tendência nos demais países da América Meridional. Essas liberdades estavam acuadas ou questionadas na Argentina, que vivia a "década infame"; na Bolívia, que também sofreria um golpe de Estado; no Brasil de Getúlio Vargas, que em 1937 instalaria a ditadura do Estado Novo; e no Uruguai, onde a segunda presidência de Gabriel Terra fora precedida pelo golpe de Estado de março de 1933.

No poder, o coronel Rafael Franco assumiu o discurso nacionalista, quer no plano econômico, quer no ideológico. Na economia, promoveu a intervenção estatal, acusou o capital estrangeiro, basicamente argentino, de explorador, e, no nível político-cultural, assinou decreto tornando Francisco Solano López em herói nacional[1341]. Este ato servia para demarcar diferenças entre o franquismo e o regime liberal, o qual execrava os déspotas do século XIX, responsabilizando-os pela origem de parte dos problemas do país, que teriam origem na falta de liberdade.

No plano internacional, o coronel Franco tinha de posicionar-se sobre as negociações de paz no Chaco e, em Buenos Aires, temia-se que ele não aceitasse o que já fora acertado. Para evitar que isso acontecesse, o chanceler Saavedra Lamas coordenou os seis países mediadores da Conferência de Paz e estabeleceu, como requisito para o reconhecimento do novo governo paraguaio, que este ratificasse os acordos de 12 de junho

[1340] BREZZO, Liliana M.; FIGALLO, Beatriz. *La Argentina y el Paraguay*, de la guerra a la integración. Rosario (Argentina): Instituto de Historia de la Pontificia Universidad Católica Argentina, 1999, pp. 296-297, 300-301.

[1341] Para Beatriz FIGALLO, esse decreto tinha por objetivo estimular "la creación de un nacionalismo paraguayo de cuño histórico, que apenas disimulaba un sentimento de hostilidad o de reserva llena de prevenciones contra la Argentina". O fato, porém, é que esse nacionalismo desenvolveu, nas décadas de 1930 e 1940, sentimentos xenófobos no geral, repercutindo também sobre o Brasil. FIGALLO, Beatriz. El Paraguay y la Argentina entre la paz del Chaco y la Segunda Guerra Mundial in: RES *GESTA*. Instituto de Historia – Facultad de Derecho y Ciencias Sociales del Rosario de la Pontifica Universidad Catolica Argentina, v. 35, en./dic. 1996, p. 47.

de 1935 e de 21 de janeiro de 1936, que determinava a repatriação dos prisioneiros de guerra e já fora ratificado pelo Congresso paraguaio. Também gestionou para que a Comissão Internacional da Liga das Nações, criada para analisar a guerra do Chaco, não tomasse iniciativa enquanto não houvesse tal ratificação. Franco enviou telegrama aos presidentes da Argentina, Brasil, Chile, Estados Unidos, Peru e Uruguai, protestando por se negarem a reconhecer seu governo. Protesto inútil, pois o reconhecimento somente ocorreu em 14 de março, após o chanceler paraguaio Juan Stefanich declarar que o governo Franco honraria os compromissos internacionais assumidos até então pelo Paraguai[1342].

Contudo, pouco depois, em 17 de maio de 1936, também na Bolívia, houve golpe de Estado, dado pelos coronéis David Toro e Germán Bush. Os novos governos do Paraguai e da Bolívia adotaram posições mais intransigentes, movidos pela mística dos sacrifícios da guerra, imobilizando a Conferência de Paz de Buenos Aires. No final de 1936, em "nada" se havia avançado nas negociações de paz[1343].

O representante brasileiro no Paraguai, Carvalho e Silva, estava fora do país, de licença, no momento do golpe. Retornou a Assunção e, em movimento coordenado com os representantes diplomáticos dos outros países mediadores, em 14 de março, apresentou nota ao chanceler Juan Stefanich, reconhecendo o novo governo. Anteriormente, apenas o México e Cuba haviam feito o reconhecimento[1344].

O destino parecia boicotar o estreitamento de relações entre o Brasil e o Paraguai. Em 1930, a deposição do presidente Washington Luís abortara movimento nesse sentido e, em 1936, isso se repetia com a derrubada de Eusebio Ayala. Os novos ocupantes do poder em Assunção desconheciam as negociações nesse sentido e o Itamaraty não as apresentaria por suspeitar ser comunista a orientação ideológica do governo de Rafael Franco. Na realidade, esta não estava definida, pois os seguidores de Franco não estavam organizados em um partido, com programa definido, e, ademais, faziam parte do governo correntes políticas de diferentes orientações ideológicas, desde os colorados, saindo de um prolongado ostracismo, até o Partido Comunista, que deixou a clandestinidade e se tornou legal. Essa diversidade ideológica tinha como bandeira comum o ódio ao poder oligárquico liberal, o que fora suficiente para chegar ao poder, mas não o era para criar um programa de governo factível para administrar o país. Houve, sim, disputa entre esses diferentes

[1342] REZZO; FIGALLO, pp. 303-304.
[1343] Relatório do Ministério das Relações Exteriores, referente ao ano de 1936, p. 8.
[1344] CARVALHO E SILVA para MACEDO SOARES, of. 32, Assunção, 16.3.1936. AEBA, Correspondência Enviada, 1936, t. II.

grupos políticos para fazer com que seus modelos "revolucionários" fossem adotados pelo governo[1345].

Sobre o governo de Rafael Franco, havia demandas reprimidas da sociedade paraguaia. Para a Legação brasileira, ele teria "que fazer milagre" para obter recursos que atendessem ao aumento dos gastos públicos, decorrentes das "promoções em massa" que fizera no Exército e do aumento das pensões a mutilados, viúvas e órfãos de guerra. Também tinha de enfrentar as consequências da seca que atingira o país, quebrando a produção agrícola e comprometendo as exportações. Na análise do representante brasileiro em Assunção, o coronel Franco era um "soldado valoroso e digno, cheio de boa vontade", mas desconhecia a administração pública e sequer dispunha de assessores com este conhecimento, à exceção de Juan Stefanich e de Gomes Freire Esteves. Para Carvalho e Silva:

> O que não resta dúvida, porém, é que pesam sobre os ombros do coronel Franco, se não conseguir realizar os seus desejos, a tremenda responsabilidade de se ter anteposto, sem motivos de ordem transcendente, à marcha vitoriosa do seu país no caminho da paz e do progresso, para fazer retroceder ao período nefasto, que parecia estar definitivamente afastado, das revoluções sucessivas, de caudilhismo e de maior miséria[1346].

Pelo decreto 152, de 10 de março de 1936, o governo Franco impôs a identificação da Revolução de Fevereiro com o Estado, proibiu as atividades de caráter político e sindical, bem como suspendeu o funcionamento dos partidos políticos. Essas medidas descontentaram setores da sociedade paraguaia e praticamente de toda a imprensa, marcando o início da perda de popularidade do novo governo, ainda mais que a falta de liberdade foi uma das justificativas para o golpe do mês anterior[1347]. Franco criou outra fonte de descontentamento ao assinar o decreto-lei 1060, em 5 de maio, que criou o Conselho de Reforma Agrária para definir as propriedades que seriam expropriadas para essa finalidade, ameaçando latifúndios, inclusive aqueles de propriedade de estrangeiros.

A Legação brasileira identificava a tendência "acentuadamente esquerdista" nas reformas prometidas no início do governo, interpretando-as como forma de Franco obter apoio de operários e

[1345] FLECHA, Victor Jacinto. Más allá de la utopía burguesa. La pervivencia del Estado oligárquico. Consecuencias sociales de la Guerra del Chaco en la sociedad y la política paraguaya in: Revista Paraguaya de Sociología. Asunción: Centro Paraguayo de Estudios Sociológicos, año 32, n. 93, may.-ag. 1995, pp. 40-43.

[1346] CARVALHO E SILVA para MACEDO SOARES, of. 40, conf., Assunção, 27.3.1936. AEBA – Correspondência Enviada, 1935-1938.

[1347] BREZZO; FIGALLO, p. 306.

camponeses para a organização de um partido político oficialista. Este também seria o motivo do governo demitir os funcionários públicos liberais – e, mesmo, prendê-los –, substituindo-os pelos que o apoiavam[1348]. A relação de Franco com os esquerdistas não era tranquila, pois se eram aliados no antiliberalismo e nos pleitos sociais, por outro lado, posicionavam-se contra o nacionalismo e eram céticos em relação aos apelos patrióticos, como tinham demonstrado com suas críticas à Guerra do Chaco[1349].

Franco foi obrigado a pôr fim a essa ambiguidade em relação à esquerda paraguaia, apenas cinco dias depois da assinatura da Lei de Reforma Agrária. O comandante do Exército, coronel Federico Smith, vinha sendo pressionado por subordinados para uma ação repressiva contra os comunistas. Os militares tinham informações exageradas de que o "*soviet* da localidade de Caazapá" contava com quatro ou cinco mil homens e teria conseguido impor-se na região, havendo rumores que marchariam sobre Assunção. Smith pleiteou o afastamento dos líderes esquerdistas do governo e foi atendido, com o governo impondo medidas severas, como a prisão de Francisco Gaona, que nesse momento trabalhava na constituição do oficialista Partido Nacional Revolucionário, e de outros sindicalistas[1350]. Ativistas políticos tidos como de esquerda foram deportados para Corrientes, enquanto o ministro da Educação e Justiça, Jover Peralta, de esquerda, foi pressionado a se demitir. Reagindo, a Confederación General de Trabajadores convocou greve geral em 12 e 13 de maio, que foi reprimida pela polícia, havendo enfrentamentos armados em Assunção. As autoridades franquistas aproveitaram a situação para também expulsar do país antigas lideranças do Partido Liberal. O governo Franco teria assumido postura francamente anticomunista, após desarticular um plano de golpe de Estado, que visava colocar no poder um triunvirato, composto por dois civis e pelo coronel Smith, que nele permaneceria apenas por um mês. Seria "tempo suficiente para dar cabo ao comunismo" e permitir a formação de um governo provisório, chefiado pelo general Estigarribia[1351]. O golpe foi abortado, mas seu objetivo parcialmente alcançado ao desencadear a repressão oficial contra a esquerda.

Nos meses seguintes, a governabilidade do Paraguai continuou em xeque pelos boatos de conspirações, pela falta de administradores

[1348] CARVALHO E SILVA para MACEDO SOARES, of. 52, conf., Assunção, 17.4.1936. AEBA – Correspondência Enviada, 1935-1938.
[1349] BREZZO ; FIGALLO, p. 321.
[1350] Idem, p. 323.
[1351] CARVALHO E SILVA para MACEDO SOARES,, of. 75 e 78, conf., Assunção, respectivamente 29.5 e 5.6.1936. AEBA – Correspondência Enviada, 1935-1938.

capazes para executar as reformas sociais e pela carestia da vida. Em agosto, o coronel Franco adotou postura mais conciliatória, para obter a colaboração de alguns políticos liberais, o que foi interpretado por Carvalho e Silva como tentativa de reduzir as proporções do "desastre", dessa situação, ou, então, de "repartir as responsabilidades que deveriam pesar exclusivamente sobre seus ombros"[1352]. A cooptação de políticos liberais por Franco fracassou, mas a tentativa descontentou os colorados, cujo representante no governo, Bernardino Caballero, se demitiu do cargo de ministro da Agricultura, após divergir de Juan Sefanich. Em seguida, o Partido Colorado se retirou da Associação Nacional de Ex-Combatentes, braço político do governo Franco. Este, talvez para tentar distender a situação, autorizou que Eusebio Ayala e o general Estigarribia, que se encontravam presos, partissem do país, com destino a Buenos Aires[1353].

Passados seis meses da administração franquista, o representante brasileiro em Assunção fazia um balanço negativo. Escreveu ao Itamaraty que o Paraguai estava:

> Pobre, quase faminto e desunido! Governado por uma facção que, no dizer popular, cabe toda dentro de um bonde e policiado por forças armadas incapazes de reação, porque, embora desiludidas, são as responsáveis diretas do estado de coisas, e não querem lançar o país em um período de revoluções sobre revoluções, tanto mais porque sentem a existência de um inimigo que podem vir a ser chamadas para combater e que é o comunismo[1354].

No final de 1936, a situação política se agravara. Em outubro, o governo proibiu as atividades do Partido Comunista paraguaio e seu líder, Oscar Creydt, foi aprisionado na remota prisão militar de Peña Hermosa. A intranquilidade social persistia e a greve declarada pelos empregados de bondes tinha sido reforçada com a adesão dos ferroviários, o que levou o governo a militarizar esses serviços de transporte[1355].

Simultaneamente, o presidente Franco buscou satisfazer os nacionalistas, sua principal base de apoio político. Mandou trazer de Cerro Corá o que seriam os restos mortais de Francisco Solano López[1356],

---

[1352] Idem, of. 109, res., e 127, conf., Assunção, respectivamente 23.7 e 21.8.1936. Ibidem.

[1353] Id., oficios res. 109 e confidenciais 127, 128, 135, 136 e 143, Assunção, respectivamente: 23.7; 21.8; 28.8; 4.9; 11.9 e 18.9. Ibid.

[1354] Id., of. 147, conf., Assunção, 25.9.1936. Ibid.

[1355] Id, of. 151 e 169, Assunção, respectivamente 9.10 e 25.11.1936. Ibid.

[1356] Conforme BREZZO e FIGALLO (p. 312-313): "La Legación argentina descreyó que los restos hallados por el gobierno de Franco fueran los del mariscal. Todas las búsquedas realizadas en los años posteriores de la Guerra Grande resultaron infructuosas, incluso las de madame Lynch y su hijo Enrique López. De suerte que el pueblo paraguayo estaba convencido que habiéndose enterrado el cadáver del mariscal López en una fosa de muy poca profundidad, situada entre los 80 y 100 metros de la orilla del río Aquidabán, a causa de las crecientes periódicas, estos restos habían sido llevados por las

que fora declarado herói nacional, e depositá-los, em 12 de outubro de 1936, no *Panteón de los Héroes*. Para evitar manifestações nacionalistas que se esperava para a ocasião, nesse dia, se ausentaram da capital os representantes argentinos e brasileiro, bem como o Arcebispo de Assunção, Juan Sinforiano Bogarín. Este não era simpático ao evento, pois López fora excomungado por ter mandado fuzilar o bispo dessa capital e padres, durante a guerra contra a Tríplice Aliança. Contudo, a Legação brasileira não interpretou como moderados, sem conteúdo xenofóbico, os discursos pronunciados na cerimônia no *Panteón*[1357].

No segundo semestre de 1936, o governo argentino tornou-se mais crítico com o governo de Rafael Franco. José Casado, investidor no Paraguai, informou às autoridades de Buenos Aires sobre dificuldades que enfrentavam os capitais argentinos no país guarani, como as greves e o risco de expropriações. Já a poderosa *Compañia Argentina de Navegación* suspendeu, em outubro, seu serviço de vapores rápidos entre Buenos Aires e Assunção, devido ao que classificava de arbitrariedades por parte da Prefeitura Marítima do porto da capital paraguaia. Os capitalistas argentinos com investimentos no Paraguai estavam alarmados, o que, escreveu mais tarde Stefanich, os levou a se aproximarem dos liberais paraguaios exilados na Argentina[1358].

O governo brasileiro, por sua vez, fez caminho inverso ao do argentino e melhorou as relações com Franco. Este, pouco depois de instalado no poder, solicitou ao Brasil o envio de técnicos agrícolas ao Paraguai, mas não obteve resposta. Em seguida, pediu que militares paraguaios fossem aceitos na Escola de Aviação Militar no Rio de Janeiro, no que também não foi atendido, porque o ano escolar já estava avançado. Ademais, respondeu o governo brasileiro, essa Escola participara do levante comunista no ano anterior e, embora a situação estivesse normalizada, ainda não estavam concluídos os inquéritos militares. Passados dois meses, foi autorizada a matrícula dos militares paraguaios nessa instituição, para o ano letivo seguinte[1359].

---

aguas, con lo que se había perdido el rastro de la precipitada e improvisada tumba". Sobre o significado da revisão da figura histórica de Francisco Solano López ver, nesse livro, o capítulo "La Argentina y el nacionalismo paraguayo".

[1357] CARVALHO E SILVA para MACEDO SOARES, of. 154, 134 e 164, respectivamente 16.10, 3.9 e 13.11.1936. AEBA – Correspondência Enviada, 1935-1938. BREZZO; FIGALLO, pp. 312-313. O Decreto-Lei nº 66, de 1º. de março de 1936, redigido por Gómes Freire Esteves, declarou *"Héroe nacional sin ejemplar al Mariscal presidente de la República del Paraguay don Francisco Solano López*. Outro decreto, de 14 de setembro desse mesmo ano, declarou *Próceres beneméritos de la nación al doctor Gaspar Rodríguez de Francia, a don Carlos Antonio López e al mariscal Francisco Solano López"*.

[1358] BREZZO ; FIGALLO, p. 329.

[1359] CARVALHO E SILVA para MACEDO SOARES, of. 55, conf. e of. 81, res., Assunção, respectivamente 23.4 e 11.6.1936. AEBA – Correspondência Enviada, 1935-1938.

Em julho de 1936, com o fim do Estado de Guerra entre o Paraguai e a Bolívia, o governo brasileiro solicitou à Chancelaria paraguaia que fossem retomadas as atividades da Comissão Mista de demarcação fronteiriça[1360]. Em pouco mais de um mês, Stefanich não só instalou a *Comisión Paraguaya Demarcadora de Límites con Brasil*, como também manifestou para Carvalho e Silva o interesse na construção de uma ferrovia ligando os dois países. Em outubro, esse diplomata foi chamado ao Rio de Janeiro para que o chanceler Macedo Soares acertasse com ele a postura do governo brasileiro quanto a Franco. Em setembro, o encarregado de negócios paraguaio no Rio de Janeiro, Gatti, comunicou às autoridades brasileiras as garantias de que seu governo não era comunista. O chanceler Macedo Soares concluiu, erroneamente, que o governo Franco "tudo fará para fortalecer a democracia liberal", e autorizou Carvalho e Silva a examinar alternativas para "conduzir à aproximação que tanto queremos entre o Brasil e o Paraguai". Seriam oferecidas as medidas de cooperação que haviam sido planejadas com Eusebio Ayala, mas sua execução estaria condicionada à "boa vontade" do governo Franco em oferecer propostas, na Conferência de Paz em Buenos Aires, para se alcançar a solução definitiva da questão do Chaco[1361].

Carvalho e Silva retornou a Assunção, no início de novembro, com um programa completo de cooperação para ofertar. Comunicou a Franco e a Stefanich da disposição do governo Vargas em construir a conexão ferroviária brasileiro-paraguaia. Um ramal da ferrovia Noroeste do Brasil, partiria de Campo Grande chegando a Ponta Porã, na fronteira, onde se conectaria, em Pedro Juan Caballero, à estrada de ferro paraguaia que iria até Horqueta, pois esta localidade já contava com ligação ferroviária até Concepción. O diplomata também informou que o Brasil aceitaria alunos paraguaios não só na Escola Militar de Aviação, mas, também, nas escolas militares do Exército e da Marinha. Ofereceu vagas para estudantes paraguaios frequentarem cursos superiores de agropecuária, nas faculdades de Piracicaba e Viçosa. Ademais, o governo brasileiro propôs instalar agência do Banco do Brasil em Assunção e ofereceu um porto franco para o comércio externo paraguaio no litoral paulista, em Santos. Este poderia ser utilizado graças ao prolongamento até Pedro Juan Caballero, da ferrovia existente entre Assunção e Horqueta, de onde os

[1360] *Memorandum* apresentado ao Ministerio de Relaciones Exteriores paraguaio, Assunção, 23.7.1936. Idem.

[1361] MACEDO SOARES para CARVALHO E SILVA, tel. 64, Rio de Janeiro, 24.9.1936. AEBA, Livro de Registro – Telegramas 2.6.36-30.12.38. CARVALHO E SILVA para BRANDÃO, of. 9, conf., Assunção, 5.2.1937 AEBA, Correspondência confidencial expedida 1935-1938.

vagões paraguaios, por meio de conexões, alcançariam essa cidade no litoral atlântico. As ofertas foram recebidas com "entusiasmo" por Franco e Stefanich, sendo que este repetiu seus elogios a essas iniciativas em encontro que teve com Macedo Soares, em Buenos Aires, por ocasião das negociações para a paz no Chaco[1362]. Macedo Soares representava o Brasil, mas deixara o cargo de Chanceler, pois iria assumir, depois dessa missão, o cargo de ministro da Justiça, o que ocorreu em 3 de junho de 1937. Foi sucedido no Itamaraty pelo embaixador Mário de Pimentel Brandão, diplomata de carreira.

As ofertas de Vargas eram um alívio geopolítico para a administração de Franco, tendo em vista que pouco antes, em 24 de novembro de 1936, o chanceler boliviano, Enrique Finot, assinara com o governo brasileiro dois protocolos. Um deles era para realizar o estudo dos problemas relativos ao aproveitamento e exportação do petróleo boliviano e, outro, criava comissão mista brasileiro-boliviana para estudar o estabelecimento de comunicação terrestre entre os dois países[1363]. A aproximação brasileira da Bolívia poderia ter, ainda que marginalmente, repercussão favorável a esta nas negociações de paz em Buenos Aires. Essa potencial repercussão foi, porém, anulada pelas propostas da diplomacia brasileira a Franco, pois tratavam o Paraguai em condições de igualdade com seu rival andino. Em Buenos Aires, a delegação paraguaia manteve a posição de não abrir mão do território ocupado militarmente no Chaco e evitar conceder à Bolívia um porto no rio Paraguai, enquanto a delegação boliviana reivindicava ambos, procurando obter pela diplomacia o que não conseguira pelas armas. Atento à vinculação entre a Bolívia e o Brasil, o governo da Argentina assinou acordo estabelecendo ligação ferroviária do país com o vizinho andino, por meio do traçado Villa Montes-Boyuíbe[1364], que, afinal, não chegou a ser concretizado.

Aproveitando a oferta brasileira, Stefanich solicitou a matrícula de 15 oficiais do Exército paraguaio em curso brasileiro de aperfeiçoamento em infantaria, pedido que foi atendido. Em abril de 1937, o ministro paraguaio no Rio de Janeiro, Ramirez, ex-delegado nas negociações de Buenos Aires, assinou com o governo brasileiro a criação de comissões para o estudo de iniciativas concretas para estreitar as relações entre os

[1362] CARVALHO E SILVA para BRANDÃO, idem.
[1363] Relatório do Ministério das Relações Exteriores, referente ao ano de 1936, p. 16.
[1364] CISNEROS, Andrés; ESCUDÉ, Carlos. *Historia general de las relaciones exteriores de la República Argentina*. Buenos Aires: CARI/Nuevohacer, 1999, t. IX (1930-1943), p. 239.

dois países. Em 12 de julho, em cerimônia que contou com a presença de todos os ministros paraguaios, Carvalho e Silva condecorou Rafael Franco com a Grã Cruz do Cruzeiro do Sul, maior honraria oficial brasileira. Na ocasião, outras autoridades paraguaias receberam essa condecoração, em graus hierárquicos menores, comprovando o caráter amistoso das relações bilaterais[1365].

A situação política interna paraguaia permanecia tensa. Havia boatos de revolução que deixaram Franco apreensivo a ponto de, em abril, deportar do país políticos liberais e, mesmo, o ex-ministro da Agricultura, o colorado Bernardino Caballero. Em julho, foi deportado Gomes Freire Esteves, também ex-ministro, o que demonstrava como o governo sentia-se inseguro e, ainda, como era reduzida sua base de apoio político. Em 13 de agosto, uma revolta militar pôs fim ao governo[1366].

A queda de Franco resultou de dois fatores. Um deles foi o de permitir que a *Liga Nacional Independiente* monopolizasse o exercício do poder, marginalizando os demais setores políticos que o haviam apoiado no início do governo. Outro foi o descontentamento entre militares quanto às posições paraguaias nas negociações de paz sobre o Chaco e foi determinante para estes se rebelarem o fato de Franco ter aceito, em meados de 1937, as pressões do chanceler Stefanich para transferir mais unidades do Exército para o Chaco. A justificativa para tanto era a de haver nova ameaça boliviana, mas a finalidade real era a de afastar os militares da capital, reduzindo sua influência política, e nos meses seguintes eles se deram conta disso. Em 10 de agosto, o comandante das tropas do Chaco, coronel Ramón Paredes, que se encontrava em Assunção, intimou o presidente a demitir Stefanich e, ao não ser atendido, desencadeou o movimento que depôs Franco no dia 13 desse mês[1367]. Em meio a esses acontecimentos, escreveu o representante brasileiro em Assunção, Paredes "diz abertamente que os revolucionários estão agindo com muito dinheiro, recebido da Argentina". Essa informação foi confirmada, dias depois, pelo Itamaraty por "várias fontes"[1368].

[1365] CARVALHO E SILVA para BRANDÃO, of. 9 e 35, confidenciais, e 52, Assunção, 5.2, 30.4 e 12.7.1937, respectivamente. AEBA, Correspondência confidencial expedida 1935-1938. Idem, of. 52, Assunção, 12.7.1937. Ibidem, 1937, t. I.

[1366] Id., of. 28, 62, 65 e 75, confidenciais, Assunção, respectivamente 2.4, 30.7, 6.8 e 13.8.1937. Ibid., Correspondência confidencial expedida 1935-1938.

[1367] BREZZO; FIGALLO, pp. 331-332.

[1368] CARVALHO E SILVA para BRANDÃO, tel. 42, Assunção, 15.8.1937. AEBA, Livro de Registro – Telegramas 2.6.36-30.12.38, v. 7. BRANDÃO para CARVALHO E SILVA, tel. 50, Rio de Janeiro, 26.8.1937. Idem.

b) Os primeiros acordos

A mudança presidencial foi tranquila; não houve resistência ao golpe e Franco não sofreu restrição à sua liberdade pessoal. Ainda assim, ele decidiu se exilar, partindo dias depois para Buenos Aires, juntamente com Juan Stefanich. Os militares que o depuseram escolheram o liberal Félix Paiva para ocupar provisoriamente a Presidência, cujo governo foi reconhecido pelo Brasil em 19 de agosto. Paiva era jurista respeitado, fora vice-presidente da República (1920-1921) e ministro várias vezes, tinha "tendência argentinista", segundo a Legação brasileira, e estaria pouco disposto a uma aproximação com o Brasil. A favor desta, porém, havia "grande número de oficiais militares", vinculados ao general Estigarribia, que viam nela "a única possibilidade do Paraguai poder progredir e libertar-se do jugo asfixiante da Argentina". A essa aproximação se opunha a diplomacia de Saavedra Lamas, que utilizava a Conferência de Paz para defender os interesses argentinos no Paraguai[1369].

Cecilio Báez, novo chanceler paraguaio, visitou a Legação brasileira, na qual conversou durante noventa minutos com Carvalho e Silva. Na conversa, o chanceler comentou que "o egoísmo argentino tem criado dificuldades ao Paraguai, cada vez que os procura resolver", acrescentando que isso não deveria impedir os governos paraguaio e brasileiro de tratarem de seus interesses mútuos "com firmeza". Para Báez, a política internacional argentina era "exibicionista", talvez resultado da "vaidade pessoal" do chanceler Saavedra Lamas. O representante brasileiro ficou com a impressão de que o governo Paiva, ou "ao menos" seu ministro das Relações Exteriores, estava disposto a continuar a aproximação com o Brasil[1370].

A queda de Franco permitiu aos liberais exilados retornarem ao Paraguai. Durante a gestão de Paiva, houve modernização do liberalismo paraguaio, que abandonou o tradicional individualismo e a liberdade econômica total, para defender um Paraguai forte, independente política e economicamente[1371]. Contudo, os liberais continuavam divididos nas correntes surgidas ao final do governo Eusebio Ayala, quando Zubizarreta e Riart disputaram a indicação da candidatura do Partido Liberal à sucessão presidencial. Paiva tentou reconciliá-los, mas fracassou, pois ambos já se

[1369] Conforme o representante brasileiro, Saavedra Lamas enviara a Assunção "mais um agente confidencial, o Ministro Valenzuela, com os recados e ameaças demais conhecidas e que tanto têm contribuido para a instabilidade dos últimos governos". CARVALHO E SILVA para BRANDÃO, of. 84, conf., Assunção, 26.8.1937. AEBA, Correspondência confidencial expedida 1935-1938.

[1370] Idem, of. 92, res., Assunção, 11.9.1937. Ibidem.

[1371] BREZZO ; FIGALLO, p. 334.

encontravam em "luta aberta" pelo poder. Isso era perigoso, na análise da Legação brasileira, pois desviava a atenção do eventual surgimento de articulações para depô-lo, por oficiais franquistas, de menor graduação, das Forças Armadas[1372].

A primeira dessas articulações ocorreu em 7 de setembro, quando o coronel Federico W. Smith e o tenente Julio Jara se rebelaram, apoiados por grupos de veteranos da Guerra do Chaco, de outros militares e de estudantes, e exigiram a volta de Rafael Franco ao poder. O golpe fracassou, mas, em 2 de novembro, novo levante militar, em Concepción, levou à declaração do Estado de Sítio e o governo pôs fim à sublevação graças ao apoio que teve das forças do Exército no Chaco[1373]. Paiva mantinha-se no poder devido ao apoio dos militares que depuseram Franco e se tornaram os verdadeiros senhores da situação, pois não planejavam retornar aos quartéis, até que o Paraguai estivesse no que consideravam ser a normalidade. Desejavam que o país tivesse um "governo forte", que não deveria ser ocupado exclusivamente pelos liberais e, inclusive, vetaram a realização de eleições imediatas porque, das organizações partidárias, somente o Partido Liberal estava organizado e, portanto, seria o vitorioso[1374].

Nessas circunstâncias, o governo Paiva deu continuidade às negociações de paz em Buenos Aires. No dia 9 de outubro, partiu para essa capital a delegação paraguaia, composta por Gerónimo Zubizarreta, que a chefiava, e Efraim Cardozo, enquanto o outro integrante, Higino Arbo, lá já se encontrava. Antes de partir, Zubizarreta e Cardozo estiveram com Carvalho e Silva, o qual concluiu, da conversa, que a posição paraguaia seria menos intransigente nas negociações, pois ambos lhe disseram que o Paraguai respeitaria o acordo para fiscalização da área, separando os exércitos paraguaio e boliviano, e solicitaria apenas "ligeiras modificações"[1375].

Para Cecilio Báez, a demora das negociações de Buenos Aires resultava do tempo perdido com discussões inúteis. Responsabilizava mediadores que, em lugar de concentrar sua atenção na busca da paz, defendiam seus interesses junto aos dois países litigantes, como a pretensão da Argentina de obter uma concessão ferroviária até Santa Cruz de la Sierra. Ao enviar esses comentários ao Itamaraty, Carvalho e

[1372] CARVALHO E SILVA para BRANDÃO, of. 103, conf., Assunção, 8.10.1937. AEBA, Correspondência confidencial expedida (1935-1938).
[1373] WARREN, Harris Gaylord. *Paraguay: revoluciones y finanzas*. Asunción: Servilibro, 2008, p. 362.
[1374] CARVALHO E SILVA para BRANDÃO, of. 116, 152 e 128, conf., Assunção, respectivamente 12.11, 24.12 e 26.11.1937. AEBA, Correspondência confidencial expedida 1935-1938.
[1375] Idem.

Silva lembrou que no passado o Brasil agira para evitar essa concessão, se precavendo que viesse a haver um conflito de interesses com a Argentina na região amazônica[1376].

As relações entre os governos Paiva e Vargas eram amistosas. Em novembro de 1937, Luís A. Riart foi nomeado representante paraguaio no Rio de Janeiro. Nesse mesmo mês, o governo paraguaio comunicou a Legação brasileira a intenção de construir uma "estrada moderna" ligando Assunção à fronteira com o Brasil, na altura de Foz do Iguaçu, onde se conectaria com o sistema viário brasileiro. A opinião pública paraguaia se convencera, "pouco a pouco", da necessidade de estabelecer comunicações terrestres com o Brasil, de modo a liberar o Paraguai da dependência "asfixiante" do Rio da Prata. A essa altura, já estava consolidada a ligação aérea entre Assunção e Rio de Janeiro, sendo realizada, no começo de dezembro, a centésima viagem regular do avião do Correio Militar brasileiro entre as duas capitais[1377].

Em visita de trabalho a Arturo Bray, chefe da Polícia de Assunção, Carvalho e Silva disse-lhe haver necessidade deste ter "um entendimento direto" com seu colega do Rio de Janeiro, o capitão Filinto Muller. Argumentou que, desse modo, os dois chefes de polícia seriam mais eficientes, em suas atividades, "sem o inconveniente de papelório"[1378]. Na correspondência diplomática de Carvalho e Silva nesse período, há referências regulares a judeus e comunismo, às vezes relacionando ambos, o que era sintomático do que ocorria no Brasil, onde Vargas instalara, em outubro, a ditadura do Estado Novo que perduraria até 1945.

A nova situação política no Paraguai permitiu o retorno do general Estigarribia somente no início de 1938. Após ser libertado pelo regime de Franco, ele se instalara em Buenos Aires, onde tinha dificuldade em sobreviver dignamente, e o presidente uruguaio Gabriel Terra, ciente da situação, convenceu-o a instalar-se em Montevidéu. Foi-lhe concedido pelo Parlamento uruguaio, a pedido do Poder Executivo, o soldo de general, no valor de seis mil pesos, e para evitar algum tipo de desagrado do governo paraguaio, o pagamento aparecia sob a rubrica *extensión cultural*

[1376] Id., of. 114, conf., Assunção, 5.11.1937. Ibid.

[1377] Id., of. 126, 131, 139 e 141, Assunção, respectivamente 19.11; 30.11; 6 e 9.12.1937. AEBA, Correspondência Ostensiva Expedida, 1937, t. I. O voo do Correio Militar partia do Rio de Janeiro às 4as. Feiras, fazia escala em São Paulo onde recolhia correspondência trazida pela Air France e, no mesmo dia, seguia para Ponta Porã. Na 5ª. feira partia para Assunção, onde chegava às 17 horas. Partia de retorno no sábado e, se as condições climatológicas permitissem, chegava no Rio de Janeiro no mesmo dia, às 23 hs. Of. 141.

[1378] Id, of. 148, res., Assunção, 10.12.1937. AEBA, Correspondência confidencial expedida (1935-1938). O diplomata, cumprindo instruções do Rio de Janeiro, procurou Bray para se informar sobre o "judeu russo" Calich que vivia em Assunção. Calich era representante em Assunção da fábrica de automóveis De Soto e a polícia paraguaia o expulsou do país por ter participado da sublevação contra o governo. Na sua casa, foi encontrada "avultada soma de dinheiro, transmitida por Moscou, através dos bancos francês e argentino", escreveu Carvalho e Silva sem esclarecer quais. Id.

da *Escuela Superior de Guerra* uruguaia. No ato dessa concessão, o governo uruguaio deixou claro que esse pagamento "era permanente e enquanto vivesse no Uruguai seria entregue ao general José Félix Estigarribia, sem qualquer tipo de compromisso [em contrapartida] deste". Também foi-lhe cedida uma casa em Montevidéu, onde residia com a família[1379].

Em outubro de 1937, amigos de Estigarribia procuraram a Legação brasileira em Montevidéu para, em caráter confidencial, consultar sobre como seria recebido se retornasse ao Paraguai. Desejavam saber, também, se não havia risco de Paiva ser vítima de contragolpe, o que exporia esse general a "violências". O governo paraguaio respondeu, enviando saudações a Estigarribia, mas demonstrando não desejar seu retorno naquele momento, por crer que sua presença causaria "manifestações inevitáveis, consideradas perigosas para a situação"[1380].

Somente em 9 de fevereiro do ano seguinte, pôde Estigarribia retornar a Assunção. Para tanto, foi necessário reduzir resistências por parte do ministro da Guerra, coronel Ayala, e de comandantes de tropa que lhe eram fiéis, o que se conseguiu promovendo-o à general e enviando esses subordinados à Europa, em suposta missão de estudos[1381]. O presidente Paiva cancelou os decretos do presidente Franco "infamantes" ao general Estigarribia que, porém, deixou de receber a pensão vitalícia, que lhe fora concedida por Eusebio Ayala, e passou a ter o soldo correspondente a sua patente. Persistiram, porém, as reservas de Ayala em relação a Estigarribia, o qual, então, solicitou passagem para a reserva ainda em fevereiro e, no mês seguinte, foi nomeado representante paraguaio em Washington[1382].

Enquanto isso, o governo brasileiro continuava estimulando os governos paraguaio e boliviano a chegarem a um acordo definitivo de paz. Na recepção do presidente Félix Paiva ao corpo diplomático, em 1º de janeiro, Carvalho e Silva reafirmou o interesse do governo brasileiro na solução da questão do Chaco e escutou do chefe de Estado paraguaio, bem como de seu ministro de Relações Exteriores, que a Delegação paraguaia em Buenos Aires tinha instruções de facilitar, o quanto possível, os trabalhos da Conferência de Paz[1383]. Na capital argentina, os representantes dos

---

1379 HAEDO, Eduardo Víctor. Perfil de un hombre contemporáneo; cinco episódios memorables en la historia de Estigarribia in: http://letras-uruguay.espaciolatino.com/haedo_eduardov/historia_de_estigarribia.htm. Acesso 1.2.2010. Original publicado em: Revista Nacional. Montevideo: Ministerio de Instrucción Pública: año VI, n. 68, ag. 1943.

1380 BRANDÃO para CARVALHO E SILVA, tel. 57, Rio de Janeiro, 26.10.1937. AEBA, Livro de Registro – Telegramas 2.6.1936 – 30.12.1938, v. 7. CARVALHO E SILVA para BRANDÃO, tel. 56, Assunção, 27.10.1937. Idem.

1381 CARVALHO E SILVA para BRANDÃO, of. 15 e 20, confidenciais, Assunção, respectivamente 28.1 e 11.2.1938. AEBA, Correspondência confidencial expedida 1935-1938.

1382 Idem, of. 21, 22 e 38, Assunção, respectivamente 12 e 16.2 e 9.31938. Ibidem, Correspondência Ostensiva Expedida – 1938, tomo I.

1383 Id., of. 6, conf., Assunção, 7.1.1938. AEBA, Correspondência confidencial expedida (1935-1938).

países mediadores deram uma semana de prazo a Saavedra Lamas, para tentar uma mediação solitária entre o Paraguai e a Bolívia. O chanceler argentino colocou-se de acordo com Gerónimo Zubizarreta, e, depois, enviou Horacio Carrillo para La Paz, com a finalidade de comunicar as novas propostas à Junta de Governo boliviana e obter sua aprovação. Não houve, porém, resultados no prazo dado e, em fevereiro, Saavedra Lamas foi substituído na chancelaria argentina por José Maria Cantilo. Neste mês, tomou posse o novo presidente da Argentina, Roberto Ortiz, que fora eleito em setembro do ano anterior.

As negociações de paz tinham sua complexidade agravada, porque nela também se projetavam interesses da política interna do Paraguai. Os políticos paraguaios, independentemente da filiação partidária, resistiam a adotar posturas conciliadoras quanto às negociações em Buenos Aires, pois temiam serem acusados de não terem patriotismo[1384]. Uma negociação é um esforço conciliador em que, por definição, as partes envolvidas devem oferecer algo à outra, tendo em consideração a relação custo/benefício quanto aos interesses nacionais e o poder nacional de que dispõem; em caso de impasse absoluto, há duas possibilidades: a arbitragem ou a guerra. Ora, a intransigência quanto ao Chaco nos meios políticos e intelectuais paraguaios tirou, durante bom tempo, margem de manobra da delegação paraguaia e as ações diplomáticas dilatadoras de Saavedra Lamas, por sua vez, também contribuíram para dificultar os avanços nas negociações de paz.

Com a posse de Roberto Ortiz na Presidência da Argentina, em fevereiro de 1938, houve maior pressão sobre a Bolívia e o Paraguai para se chegar aos tratados de paz. Após muitas idas e vindas e notícias sobre novos planos bélicos bolivianos, o governo Paiva aceitou a arbitragem de áreas no Chaco sobre as quais não se chegara a um acordo. No dia 6 de junho, o delegado Efraim Cardozo concordou, perante os delegados dos países neutros, com as condições do acordo proposto, mas Gerónimo Zubizarreta delas discordou e renunciou à chefia da delegação paraguaia e à sua filiação ao Partido Liberal, comprovando quão difícil foi a negociação final. Em 21 de julho, foi assinado o tratado definitivo de paz em Buenos Aires, compondo a delegação paraguaia o chanceler Cecilio Báez, Luís A. Riart, o general Estigarribia, vindo dos Estados Unidos, e Efraim Cardozo. Por esse tratado, o Paraguai não ficou com todo o território que ocupara militarmente, pois coube a Bolívia, além de alguns poucos quilômetros de terra na margem do rio Paraguai, ao

[1384] CARVALHO E SILVA para i chanceler brasileiro Osvaldo ARANHA (15.3.1938-23.8.1944), of 69, conf., Assunção 22.4.1938. Correspondência confidencial expedida 1935-1938.

norte do porto em Baía Negra, a posse do rio Parapití. Para Báez, o que fora negociado era aceitável, pois garantia, definitivamente, a soberania guarani a oeste do rio Paraguai. Opinião que é compartilhada por Antonio Salum Flecha, para quem não era possível, naquelas circunstâncias, se obter mais do que se havia conseguido, pois "o Paraguai somente exercia a posse efetiva de um terço (110.700 quilômetros quadrados) do território reconquistado, que alcançou 232.650 (antes da arbitragem)"[1385].

Era angustiante a situação do governo Paiva. Se recusasse o acordo, seu país ficaria isolado internacionalmente, teria problemas com a estabilidade política interna e, ainda, veria abalada sua situação econômico-financeira. Afinal, o fracasso dessas negociações de paz teria obrigado a utilização dos escassos recursos financeiros do Estado paraguaio para tentar organizar um exército com capacidade dissuasiva – e onde conseguiria armas e munições? – ou para lutar com a Bolívia, partindo da premissa que esta estava fazendo o mesmo[1386]. Uma nova mobilização de homens para a guerra, por sua vez, possivelmente causaria resistência na população, como já ocorrera antes[1387]. Enfim, o sacrifício humano e financeiro daquele fracasso teria repercussões negativas, de consequências imprevisíveis, para o Paraguai e não havia a garantia de que, com uma nova guerra, o país alcançaria os resultados desejados.

O governo Paiva organizou um plebiscito popular sobre o acordo de paz, mas proibiu o debate sobre o assunto e a oposição, basicamente colorados e franquistas, boicotou essa consulta. O plebiscito, realizado em 10 de agosto, aprovou o Tratado de Paz com 135.385 votos favoráveis e 13.204 contrários, enquanto na Bolívia a Convenção Nacional Constituinte fez o mesmo. Uma comissão mista ficou encarregada de aplicar o que o acordo de Buenos Aires determinara quanto à linha divisória. Quatro meses depois, em 28 de dezembro, em Villa Montes, houve solenidade de transmissão de posse dos territórios que Paraguai e Bolívia tinham de entregar um ao outro, conforme decisão arbitral. Em 23 de janeiro de 1939, a Conferência de Paz deu por concluída suas atividades[1388].

Paralelamente, continuava o esforço de aproximação paraguaio-brasileiro. Em 8 de janeiro de 1938, decreto presidencial paraguaio encomendou a *J. G. Engineering Corporation*, de Nova Iorque, a elaboração

---

1385 BREZZO ; FIGALLO, pp. 348-350. SALUM FLECHA, Antonio. La política internacional del Paraguay in SIMÓN G., José (comp.). *Política exterior y relaciones internacionales del Paraguay contemporáneo*. Asunción: Centro Paraguayo de Estudios Sociológicos, 1990, p. 238.

1386 BREZZO ; FIGALLO, p. 349.

1387 Ver BOGARÍN, Juan Sinforiano. *Mis apuntes*; memorias de Monseñor Juan Sinforiano Bogarín. Asunción: Editorial Histórica, 1986.

1388 BREZZO; FIGALLO, p. 350. LEWIS, Paul H. Paraguay, 1930-1990, in: BETHELL, Leslie (org.). *Historia de América Latina*. V. XV (El cono sur desde 1930). Barcelona, Crítica/Cambridge University Press, 2002, p. 193.

de um anteprojeto sobre a construção de uma estrada de concreto, ligando Assunção ao rio Paraná, na altura da localidade brasileira de Foz do Iguaçu. Essa empresa também deveria ser contratada para a execução da obra[1389]. Dias depois, Cesar S. Samaniego foi nomeado pelo governo paraguaio para presidir a comissão encarregada de estudar o intercâmbio comercial e cultural com o Brasil.

A construção de infraestrutura física de comunicação entre o Paraguai e o Brasil foi antecedida pelo estreitamento das relações culturais. Luís A. Argaña, ministro da Educação e que ocupava interinamente o ministério das Relações Exteriores, propôs a Ferreira Braga, encarregado de negócios brasileiro, que se promovesse maior conhecimento mútuo entre as juventudes do Paraguai e do Brasil. Com essa finalidade, em julho, o governo paraguaio convidou 25 estudantes universitários brasileiros a visitarem Assunção, como hóspedes oficiais. A organização do grupo de visitantes foi feita em São Paulo por Juan Recalde, médico paraguaio que ali vivia há bastante tempo[1390]. A viagem se realizou e os estudantes brasileiros, em Assunção, prestaram homenagem à memória do general Díaz, herói da Guerra da Tríplice Aliança[1391]. A acolhida a eles "excede a toda expectativa", inclusive com o comparecimento do presidente Paiva à recepção que lhes foi oferecida na Legação brasileira. Na ocasião, Paiva fez "longo discurso de extraordinária importância", em que declarou estarem Paraguai e Brasil irmanados pela geografia, pela ambição de progresso, pelos propósitos de paz e, já ligados pelas águas e pelo ar, também estariam, em breve, pelos trilhos[1392].

Outra iniciativa de aproximação cultural por parte do governo paraguaio foi declarar obrigatório o ensino de português, no curso primário, para o ano escolar de 1939. A justificativa, que constava no decreto assinado pelo presidente Paiva e pelo ministro de Instrução Pública, Argaña, recorria aos ideais de confraternidade dos povos latino-americanos e se referia ao Brasil como "um dos maiores e mais prósperos povos da América Latina". Não havia professores capacitados para ensinar português no Paraguai, mas seu governo esperava ter o apoio oficial do Brasil, do qual tinha expectativa de receber professores brasileiros para permanecerem em Assunção, durante o ano letivo de 1939, ensinando

[1389] CARVALHO E SILVA para BRANDÃO, of. 7, Assunção, 9.1.1938. AEBA, Correspondência Ostensiva Expedida – 1938, tomo I.

[1390] Recalde havia estado no Brasil pela primeira vez em 1922, na missão especial paraguaia enviada às festas do centenário da independência. BRAGA para ARANHA, of. 84, conf., Assunção, 27.5.1938. Idem, Correspondência confidencial expedida 1935-1938.

[1391] GONÇALVEZ para ARANHA, of. 145, Assunção, 9.8.1940. Id., Correspondência Ostensiva Expedida, 1940.

[1392] CARVALHO E SILVA para ARANHA, tel. 32, Assunção, 9.7.1938. Id., Livro de Registros – Telegramas 2.6.1936 – 30.12.1938.

estudantes de modo a formar professores de português[1393]. As relações entre os governos paraguaio e brasileiro estavam tão fluídas que, em outubro de 1938, Vargas estudava a possibilidade de visitar o Paraguai em futuro próximo, notícia que recebida com "entusiasmo" por Paiva e Báez[1394]. A visita, porém, não pode se realizar naquele momento, ao que tudo indica por motivos internos brasileiros.

Quanto a conexão ferroviária, já em 1938, o Brasil iniciou a construção do ramal ferroviário da Noroeste do Brasil, de Campo Grande a Ponta Porã. A Legação brasileira consultou o governo paraguaio, em junho desse ano, quanto ao início dos trabalhos no ramal de Concepción a Pedro Juan Caballero. Argaña explicou que a "situação delicada" que atravessava o Paraguai, entre elas a falta de recursos financeiros, tinham impedido o governo de tomar qualquer providência nesse sentido, mas acrescentou haver interesse do seu país na construção de rodovia ligando Assunção a Foz do Iguaçu, citando a contratação da *J. G Enigneering* para tanto. Argaña acreditava – e o tempo lhe daria razão – que eram maiores as vantagens e as probabilidades de se construir a ligação rodoviária entre os dois países do que a ferroviária. Também o subsecretário de Relações Exteriores paraguaio, Abente, defendeu perante o encarregado de negócios brasileiro, Ferreira Braga, interessar mais ao Paraguai a ligação rodoviária, pois os custos de construção da ferrovia eram proibitivos para o seu país e não se justificavam comercialmente. Ferreira Braga, porém, em lugar de analisar esses argumentos, bastante razoáveis, se concentrou na paranoica preocupação com um ataque argentino a Mato Grosso. Especulou que a insistência pela rodovia atendia ao interesse da Argentina, que conseguiria que "se lhe abra, em direção a um ponto principal de nossa fronteira" o caminho que ela tentara obter pelo projeto, infrutífero, de construir uma ferrovia sob seu controle no país guarani[1395]. Além de paranoico, esse argumento era inconsistente, pois também a conexão ferroviária poderia ser usada desse modo.

A figura do jurista Luís A. Argaña foi importante, nesse momento e na década seguinte, para o estreitamento das relações brasileiro--paraguaias. Ele pertencia ao grupo que saiu do Partido Liberal, formado por intelectuais de formação católica, e que passou a desferir ataques sistemáticos contra o liberalismo por meio de publicações no jornal *El Tiempo*. Argaña tornou-se a figura principal dos *tiempistas*, como ficou

[1393] BRAGA para ARANHA, of. 103, Assunção, 19.8.1938. AEBA, Correspondência Ostensiva Expedida – 1938, tomo I.
[1394] CARVALHO E SILVA para ARANHA, tel. 47, Assunção, 5.9.1938. Idem, Livro de Registros – Telegramas 2.6.1936 – 30.12.1938, v. 7.
[1395] Idem, of. 88, conf., Assunção, 20.6.1938. Ibid., Correspondência confidencial expedida 1935-1938.

conhecido esse grupo, e foi um dos criadores do *Movimiento Nacionalista*, que renegava os partidos tradicionais; defendia a união nacional e a necessidade de uma Constituição com características corporativistas, tendo como base o modelo implementado por Oliveria Salazar em Portugal. Eram anticomunistas, admiradores do regime de Getúlio Vargas, partidários de uma economia dirigida, do sistema de partido único e recusavam a tutela estrangeira[1396].

Em setembro de 1938, realizaram-se eleições para o Congresso Nacional paraguaio, mas o Partido Colorado não participou por sofrer restrições dos chefes militares situacionistas. No dia 10 do mês seguinte, o novo Congresso confirmou Félix Paiva como presidente provisório da República e Luís A. Argaña assumiu o cargo de ministro das Relações Exteriores. O novo governo não era coeso e a Legação brasileira não acreditava que ele perdurasse muito tempo, pois alguns militares eram favoráveis ao fechamento do Parlamento, ideia à qual se opunham os liberais que, embora não controlassem o Executivo, ocupavam todas as cadeiras no Legislativo. Travava-se "luta silenciosa" entre civis e militares, ambos situacionistas, mas ansiosos por ter maior influência sobre os rumos do governo Paiva. Essa luta foi agravada pela piora das finanças públicas, o que levou o governo paraguaio em reduzir as forças armadas, uma vez que a questão com a Bolívia estava resolvida. A ideia descontentou os militares, quer porque se viam como merecedores de reconhecimento por terem lutado no Chaco, quer porque foi restabelecido o Parlamento, que viam como instituição onerosa. A recusa em serem desmobilizados tornou crítica a situação, mas o problema foi contornado quando aceitaram a redução de 30% nos seus vencimentos. Desse modo, o governo Paiva pôde elaborar um orçamento dentro da realidade do país, mas essa tensão interna levou à renúncia de Argaña do cargo de Chanceler, que foi assumido pelo capitão de corveta Elias Ayala, ex-chefe da Comissão de Limites com o Brasil[1397].

Para eleição do presidente constitucional do Paraguai, os chamados novos (ou jovens) liberais impuseram, com apoio dos militares, ao Partido Liberal a escolha, em 4 de março de 1939, do general Félix Estigarribia. Este continuava em Washington e os liberais o escolheram por terem consciência de que somente um nome forte, um herói, uniria o partido, embora Estigarribia fosse "apenas nominalmente liberal". Por outro lado, a resistência militar aos chamados velhos liberais – as lideranças

[1396] BREZZO, FIGALLO, p. 354.
[1397] CARVALHO E SILVA para ARANHA, of. 131, 137, 141, 144, 148 e 156, confidenciais, Assunção, 21 e 28.10; 4,11 e 25.11 e 30.12.1938. AEBA, Correspondência confidencial expedida (1935-1938.

tradicionais – tornou a escolha do nome do antigo comandante no Chaco a opção realista. O Partido Colorado, por sua vez, sabendo que não teria condições de vencer a eleição, usou como pretexto a prisão de alguns de seus membros em um incidente para não apresentar candidato e orientar os colorados a ser absterem de votar. Estigarribia foi eleito presidente do Paraguai em maio de 1939, ainda estando em Washington, tendo como vice Luís A. Riart, representante diplomático paraguaio no Rio de Janeiro[1398].

Na viagem de volta a seu país, Estigarribia desembarcou no Rio de Janeiro, em 22 de junho. Foi recebido no aeroporto por Getúlio Vargas, com honras de chefe de Estado, e, no trajeto até o hotel Copacabana Palace, teve "uma das maiores manifestações de simpatia popular já assistidas na capital do país"[1399]. Embora fosse conhecido, por conta de sua atuação na Guerra do Chaco, não era Estigarribia tão popular a ponto de gerar tal manifestação dos cariocas, podendo-se concluir que ela foi estimulada pelas autoridades brasileiras.

Estigarribia assistiu a desfile militar, no dia 24, e, em seguida, teve uma reunião com Vargas, na qual se discutiu como atender os interesses paraguaios e, ainda, os temas que o general paraguaio conversara com Roosevelt. Na noite de 25, antes de banquete no Itamaraty em sua homenagem, o presidente eleito assistiu a assinatura por Luís A. Riart e por Oswaldo Aranha, dos acordos para a conexão ferroviária entre os dois países, para o intercâmbio cultural e comercial. O Brasil se comprometeu a prosseguir a construção do ramal ferroviário Campo Grande – Ponta Porã e do subramal até Bela Vista, enquanto o Paraguai começaria a ferrovia Horqueta – Pedro Juan Caballero, também com um subramal que o uniria ao seu congênere brasileiro. Também ficou decidido que o governo brasileiro construiria uma estrada de ferro de Rolândia, no Paraná, até Guaíra, na fronteira com o Paraguai. Quanto ao aspecto cultural, alunos indicados pelas autoridades paraguaias seriam matriculados, com bolsa de estudos, em escolas brasileiras de nível superior. No lado econômico, bancos brasileiros e agências comerciais brasileiras poderiam se instalar no Paraguai e agências comerciais paraguaias poderiam atuar no Brasil. O Senado paraguaio aprovou esses acordos em 23 de agosto de 1939 e, no Brasil, ele entrou em vigor pelo decreto presidencial de 6 de outubro desse ano[1400].

[1398] WARREN, pp. 362-363.

[1399] Relatório do Ministério das Relações Exteriores, referente ao ano de 1939, p. 46. VARGAS, Getúlio D. *Diários*. São Paulo: Siciliano; Rio de Janeiro: FGV. 1995, v. 2, p. 234. Relatório do Ministério das Relações Exteriores, referente ao ano de 1939, p. 10.

[1400] ARANHA para CARVALHO E SILVA, telegramas 21 e 22, Assunção, 23 e 26.6.1939 respectivamente. AEBA, Livro de Registros – Telegramas 2.6.1936 – 30.12.1938, v. 7.

Após ser frustrado, desde a década de 1920, em diferentes ocasiões e por motivos diversos, o estreitamento das relações entre o Paraguai e o Brasil se concretizou com os acordos assinados no governo Félix Paiva. Eles tinham motivação principalmente geopolítica, pois era irrisório o comércio bilateral. O Paraguai importava do Brasil apenas 44.212 pesos em "oro sellado" e vendia-lhe 4.000, enquanto com a Argentina esses números eram, respectivamente, 1.530.447 e 648.458. Contudo, o comércio externo paraguaio poderia, sim, utilizar-se de portos e ferrovias brasileiras, pois o total das exportações paraguaias alcançavam a quantia de 4.239.937 pesos "oro sellado" e as importações eram de 3.526.908[1401].

2 – O estreitamento das relações (1939-1945)

Nos anos seguintes, as relações brasileiro-paraguaias se aprofundariam, como resultado do interesse comum em que o comércio exterior do Paraguai se desviasse para o Brasil e da identidade política entre os regimes de Getúlio Vargas e os de Estigarribia e de Higinio Morínigo. Durante esse período, houve notável aproximação política e cultural entre os dois países, bem como iniciativas para se criar uma infraestrutura de transporte entre ambos, para viabilizar as relações comerciais.

a) O curto governo Estigarribia

Para a cerimônia de posse de Estigarribia na Presidência, o governo Vargas enviou uma missão especial chefiada pelo general Mario José Pinto Guedes, nomeado embaixador extraordinário. Acompanhavam-no uma esquadrilha de sete aviões militares e, ainda, o monitor Paraíba, construído há pouco (e em serviço ainda hoje) e que impressionava por suas dimensões, pertencente à flotilha da Marinha em Mato Grosso. A missão brasileira foi a maior daquelas presentes na ocasião, "monopolizando, por isso, todas as atenções"[1402].

As iniciativas para o estreitamento de relações brasileiro-paraguaias se sucederam. O presidente Estigarribia autorizou a construção da rodovia

[1401] CARVALHO E SILVA para ARANHA, of. 173, 22.11.1939. AEBA, Correspondência Ostensiva Expedida – 1939.

[1402] Idem, of. 125, Assunção, 19.8.1939. Ibidem. CARVALHO E SILVA para ARANHA, telegramas 30 e 33, Assunção, 12 e 16.8.1939 respectivamente. AEBA, Livro de Registros – Telegramas 2.1.1939 – 15.5.1940, v. 8. O Paraíba foi lançado em 1937 e incorporado à flotilha de Ladário em 1938, onde continuava em atividade em 2010. Foi modernizado diversas vezes e é o mais antigo navio de guerra brasileiro na ativa. Disponível em: http://www.naviosdeguerrabrasileiros.hpg.ig.com.br/P/P043/P043.htm. Acesso em 2.2.2010. E em http://www.naval.com.br/blog/2008/11/06/monitor-parnaiba-completa-71-anos. Acesso em 2.2.2010.

Assunção-Coronel Oviedo, ponto este a meio caminho da fronteira com o Brasil, com recursos oficiais norte-americanos que resultaram das gestões feitas quando estava em Washington. Do lado brasileiro, o governo Vargas enviou, no mês de julho, três engenheiros a Assunção para colaborar com as construções ferroviárias do lado paraguaio. No segundo semestre de 1939, também foi enviado ao Paraguai o engenheiro José Maria Fernandes – que permaneceu no país até 1941 – para cooperação técnica na cultura de algodão, importante produto de exportação paraguaio. Em dezembro desse ano, Estigarribia concedeu autorização provisória para a Panair do Brasil S.A. voar até Assunção[1403].

A situação externa do governo Estigarribia era confortável, pois estreitara relações com o Brasil, sem despertar forte reação contrária da Argentina, e contava com apoio financeiro oficial norte-americano para projetos públicos paraguaios. O governo Roosevelt buscava, assim, afastar o Paraguai da Alemanha, a qual contava com simpatias nos meios militares paraguaios e tinha uma diplomacia ativa para ampliar a influência nazista no país, onde havia significativa colônia alemã[1404]. No plano interno, porém, houve um agravamento da oposição ao governo, pois os seguidores do ex-presidente Franco demonstravam "assombrosa vitalidade", havendo descontentamento militar, greve de estudantes e críticas exaltadas na imprensa contra o governo. O agravamento da situação política chegou a tal ponto que, ou Estigarribia se impunha aos que o contestavam, ou seria derrubado. Nesse ambiente de tensão política, os membros do Congresso Nacional resolveram dar a Estigarribia liberdade de ação e, em 12 de fevereiro, renunciaram coletivamente, após votarem uma resolução autorizando o Poder Executivo a convocar uma Assembleia Constituinte[1405].

Nos moldes de um "autogolpe" de Estado, Estigarribia comunicou à população, em pronunciamento radiofônico, que devido à perturbação social em que se encontrava o país, era necessário reformar a Constituição de 1870 e que assumia todo o poder político para implementar as mudanças necessárias. Decreto do Poder Executivo de 18 de fevereiro determinou a eleição de uma Assembleia de Representantes e, ao mesmo tempo, nomeou uma Comissão de Juristas, presidida por Cecilio Báez, para elaborar proposta de nova Constituição. Esta foi publicada em 10 de julho de 1940 e superava o liberalismo clássico, ao concentrar poder no Executivo, que podia dissolver o Legislativo e nomear membros

[1403] Id., of. 112 e 187, Assunção, respectivamente 27.7 e 5.12.1939. Ibid. GONÇALVEZ para ARANHA, of. 27, Assunção, 21.2.1941. AEBA, Correspondência Ostensiva Expedida, 1941, t. I.
[1404] GROW, Michael. *Estados Unidos y Paraguay en la Segunda Guerra*, in: SIMÓN G., pp. 57-63.
[1405] WARREN, pp. 363-364.

do Judiciário, e ampliava a presença do Estado na sociedade. Também criava uma forma corporativa de representação política, o Conselho de Estado, substituto do Senado, enquanto a Câmara de Representantes, com mandato de cinco anos, era eleita por voto popular. Essa Constituição foi ratificada por plebiscito popular em 4 de agosto e promulgada no dia 15 desse mesmo mês[1406]. Era uma Constituição autoritária, mas não tinha caráter fascista, pois não buscava enquadrar a sociedade no Estado[1407].

Estigarribia instalou, em 1940, um governo de coalizão nacional, com o ministério composto por civis de várias tendências, predominando os liberais jovens e sem qualquer franquista, e militares. Essa pluralidade política e a escassa preparação para os cargos de quase todos os indicados, facilitaram a Estigarribia concentrar em si o poder e tomar decisões normalmente sem fazer consultas prévias[1408]. Foram restringidas as liberdades acadêmica, de imprensa e de organização partidária, mas, por outro lado, implementaram-se medidas modernizadoras. Estigarribia retomou a Reforma Agrária, iniciada no Governo de Rafael Franco; fundou escolas agrárias de nível secundário; iniciou programa de construção de infraestrutura viária; e implementou ampla colaboração – militar, educacional, agrícola e sanitária – com os Estados Unidos. Essa mentalidade modernizadora, que se estenderia ao governo seguinte, do general Higinio Morínigo, se transplantou para o Exército, o que resultou, na década de 1940, considerarem-se os militares "uma espécie de representantes do progresso e da modernização", levando-os a se oporem a práticas políticas tradicionais e particularmente ao sistema liberal[1409].

Nas relações entre os governos brasileiro e paraguaio, o ano de 1940 caracterizou-se pelo bom entendimento e o desejo mútuo de estreitá-las. Para o desenvolvimento do comércio bilateral, eram necessários canais financeiros e, em abril desse ano, representante do Banco do Brasil foi a Assunção para tratar da instalação de agência dessa instituição

---

[1406] Artículo 62.- Habrá un Consejo de Estado, del que formarán parte los Ministros del Poder Ejecutivo, el Rector de la Universidad Nacional, el Arzobispo del Paraguay, un representante del comercio, dos representantes de las industrias agropecuarias, un representante de las industrias transformadoras, el Presidente del Banco de la República y dos miembros de las Instituciones Armadas, uno del Ejército y otro de la Marina, con graduación de Coronel por lo menos, en situación de retiro. La forma de designación de los Consejeros que no sean natos será determinada por la ley. Los miembros del primer Consejo de Estado serán designados por el Presidente de la República. Constitución Nacional del Paraguay de 1940, in: http://www.congreso.gov.py/senadores/leyes/ups/leyes/3912CONSTITUCION%20NACIONAL%20DEL%20PARAGUAY%20DE%201940.doc. Acesso em 30.1.2010.

[1407] SEIFERHELD, Alfredo M. Nazismo y fascismo en el Paraguay; los años de guerra, 1939-1945. Asunción: Editorial Histórica, 1986, p. 85.

[1408] Idem, p. 48. Segundo esse autor (p. 49), a velha guarda do Partido Liberal condenou a ação de Estigarribia. O presidente do partido, Gerónimo Riart, classificou a nova situação como "dictadura", enquanto Eduardo Schaerer, José P. Guggiari e Eusebio Ayala, três ex-presidentes da República, se opuseram ao novo regime.

[1409] GATTI CARDOZO, Gustavo. *El papel de los militares en el Paraguay, 1870-1990*. Asunción: Universidad Católica "Nuestra Señora de la Asunción", 1999, pp. 45,48, 49.

bancária[1410]. Em 4 de julho, chegou a essa capital, em avião particular, Assis Chateaubriand, poderoso proprietário da empresa jornalística Diários Associados, acompanhado de Vicente Rivarola, ministro paraguaio no Rio de Janeiro. No dia seguinte, chegou outro avião particular com o pecuarista Moura Andrade, acompanhado de Negrão de Lima, chefe de gabinete do ministro da Justiça e Negócios Interiores; de Mario Andral, industrial paulista e membro do Conselho de Expansão Econômica de São Paulo; e do professor Lemos Torres, diretor da Escola de Medicina da Universidade de São Paulo. Chateaubriand foi recebido, "com cativantes atenções", por Justo Pastor Benitez, chanceler interino, de quem ficara amigo quando este chefiou a Legação paraguaia no Rio de Janeiro[1411]. Eram viagens de homens de negócios, demonstrando que o Paraguai passara a atrair o interesse de empresários brasileiros.

No mês seguinte, em agosto, a diretoria do *Club Universitário Brasilero-Paraguayo* comunicou a Protasio Baptista Gonçalvez, novo ministro plenipotenciário brasileiro no Paraguai, que 17 estudantes paraguaios visitariam o Brasil. Iriam de navio até Porto Esperança e, daí, tomariam o trem rumo ao Rio de Janeiro, retribuindo a viagem que fora feita por seus colegas brasileiros ao Paraguai, em 1938[1412]. Ainda em agosto, o chanceler paraguaio Tomás Salomoni chegou ao Rio de Janeiro, vindo de Cuba, onde participara da Conferência de Havana, na qual houve convergência das posições brasileiras e paraguaias às dos EUA, em relação a eventuais ameaças extracontinentais ao continente americano. Salomoni chegou à capital carioca na condição de convidado oficial do governo brasileiro.

O presidente Estigarribia se impôs à oposição, mas foi vítima do imponderável. Em 7 de setembro, decidiu passar o final de semana na localidade de San Bernardino, às margens do lago de Ypacaraí, a uns 50 quilômetros de Assunção. No aeroporto, ele descobriu que o avião que utilizava normalmente para viajar pelo país se encontrava fora, em missão humanitária. Estigarribia embarcou com a esposa em um velho aparelho Potez, que fora utilizado na Guerra do Chaco, e, durante o voo, rompeu-se o eixo da hélice e os três ocupantes do avião morreram.

No dia 11 de setembro, ocorreu a cerimônia fúnebre de Estigarribia, promovido a mariscal *post mortem*, e seus restos mortais foram depositados no *Panteón de los Héroes*, no centro de Assunção. O governo brasileiro

[1410] CARVALHO E SILVA para ARANHA, of. 55, Assunção, 18.4.1940. AEBECE, Correspondência Ostensiva Expedida – 1940.
[1411] GONÇALVEZ para ARANHA, of. 134, Assunção, 27.7.1940. Idem.
[1412] Idem, of. 145, Assunção, 9.8.1940. Ibid.

enviou uma comitiva para o funeral de Estigarribia, chefiada pelo general Mario José Pinto Guedes, secretário-geral do Exército brasileiro, da qual fazia parte aviões militares brasileiros. Estes sobrevoaram o *Panteón* durante a cerimônia fúnebre, em formação reproduzindo as estrelas do Cruzeiro do Sul, deixando cair flores sobre o edifício Ao sair do local, Pinto Guedes foi aplaudido pelos populares, que, até então, haviam se mantido em silêncio[1413].

A debilidade dos partidos políticos paraguaios permitiu aos oficiais nacionalistas, simpáticos ao fascismo, tomarem o poder. A Constituição de 1940 havia eliminado o cargo de vice-presidente e esses oficiais obtiveram êxito para que um dos seus, o general Higinio Morínigo Martínez, ministro da Guerra, fosse indicado pelo Conselho de Ministros para ocupar provisoriamente a presidência da República. O poder real ficou nas mãos de oficiais pró-fascistas que desejavam reduzir ou, mesmo, reverter a colaboração, estabelecida no governo Estigarribia, entre os EUA e o Paraguai[1414]. Morínigo tinha 43 anos de idade, fora nomeado ministro há 4 meses, e era conhecido por suas ideias antiliberais, por sua simpatia pelos países do Eixo nazifascista, e por seu nacionalismo extremado, "transformado em rutinaria xenofobia"; também era respeitado por sua honestidade e profissionalismo, pois nunca participara de conspirações[1415].

Edmar Morel, jornalista brasileiro dos Diários Associados, encontrou-se com Morínigo em Assunção, em 1946. No seu livro de memórias, Morel assim o descreve:

> Morínigo recebeu-me em seu gabinete. O ditador era o espelho da calora simpatia latino-americana: ofereceu-me uísque, que recusei, por não gostar da bebida. (...) Durante alguns dias convivi de perto com o presidente paraguaio, com o qual fiz uma longa entrevista. Morínigo era o tipo perfeito do déspota sul-americano, saído da caserna e que chegara ao poder com um golpe, tal qual diversos tiranos que infelicitaram os povos do hemisfério – nem pior nem melhor do que Trujillo, Batista, Somoza, Vargas ou Perón, que sufocaram as liberdades públicas dos seus povos. Morínigo, porém, tinha um toque pessoal: bonachão, barrigudo, contador de anedotas, não era arrogante e derramou-se em gentilezas com o repórter brasileiro[1416].

[1413] Id., of. 168, Assunção, 13.9.1940. Ibid.
[1414] MORA, Frank O.; COONEY, Jerry W., *El Paraguay y Estados Unidos*. Asunción: Intercontinental, 2009, pp. 136-137. BREZZO; FIGALLO, p. 356.
[1415] SEIFERHEALD, p. 103.
[1416] MOREL, Edmar. *Histórias de um repórter*. Rio de Janeiro: Record, 1999, pp. 147-148.

b) A formalização e a diplomacia moriniguista

Morínigo consolidou-se no poder apresentando-se como líder de uma revolução nacionalista e desterrou os políticos liberais. Estes, na análise da Legação brasileira, tinham pouca probabilidade de depô-lo, pois os militares ligados aos liberais haviam sido afastados do Exército, no qual predominavam os simpáticos a Rafael Franco[1417]. No meio civil, Morínigo contava com o apoio do grupo de intelectuais católicos conservadores, conhecidos como *tiempistas*. Estes ocuparam vários ministérios, inclusive o de Relações Exteriores, novamente com Luis Argaña, o qual "ajudou o general Morínigo a definir sua política exterior e as relações com os Estados Unidos"[1418].

Dias depois à morte de Estigarribia, o governo brasileiro fez uma demonstração de que mantinha a política de estreitamento de relações como Paraguai. Vargas doara três aviões militares, de fabricação brasileira, ao país vizinho e, em outubro, dois deles foram entregues. Eram aviões Muniz M-9, avião biplano, projetado pelo major Antonio Guedes Muniz, e fabricados na Fábrica Brasileira de Aviões, no Rio de Janeiro, pertencente à Companhia de Navegação Costeira de Henrique Lage[1419]. O governo Morínigo, por sua vez, também demonstrou desejar estreitar as relações com o Brasil e, em janeiro de 1941, nomeou o general Juan B. Ayala como ministro plenipotenciário do Paraguai no Rio de Janeiro.

O movimento de aproximação entre o Brasil e o Paraguai ganhara dinamismo próprio, devido aos laços mútuos já estabelecidos e, principalmente, pelo potencial das vantagens mútuas pela intensificação das relações entre os dois países. Ademais, como constatou Argaña, havia "inúmeras e marcadas afinidades" entre os regimes de Morínigo e de Vargas[1420], enquanto as relações do regime paraguaio com os EUA tinham ficado tensas a ponto de, em janeiro de 1941, o embaixador norte-americano em Assunção ter sido declarado *persona non grata*. O Departamento de Estado não confiava em Morínigo por estar cercado de militares simpáticos ao nazismo e, ainda, por ter nacionalizado, em dezembro de 1940, a *Asunción Port Concession Corporation*, de capital

[1417] GONÇALVEZ para ARANHA, of. 23, conf., Assunção, 14.2.1941. AEBA, Oficios Reservados e Confidenciais – Política Interna 1941-1945.

[1418] MORA; COONEY, pp. 136-137.

[1419] GONÇALVEZ para ARANHA, of. 197, Assunção, 22.10.1940. AEBA, Correspondência Ostensiva Expedida – 1940. Entre 1936 e 1944 foram construídas 40 unidades do M-9. Disponível em: http://www.santosdumont.org.br/internas.php?menu=313&interna=56432. Acesso em 11.9.2009. http://www.museutec.org.br/resgatememoria2002/old/enciclop/cap002/025.html. Acesso em 1.9.2009.

[1420] GONÇALVEZ para ARANHA, of. 105, Assunção, 30.5.1941. AEBA, Ofícios Reservados e Confidenciais – Política Interna 1941 a 1945.

norte-americano e que administrava o porto da capital[1421]. Já os regimes brasileiro e paraguaio eram totalitários, tinham discurso nacionalista, de início simpático ao nazifascismo, embora terminassem se inclinando favoravelmente aos EUA. Porém, isto ocorreu devido a circunstâncias externas e não por convicção democrática, e, no caso de Vargas, também pela existência de um significativo setor interno brasileiro favorável às democracias.

Habilidoso, Morínigo, no plano externo, manteve a aproximação com o Brasil e restabeleceu relações cordiais com os EUA e a Argentina, enquanto internamente consolidou seu poder, após uma sublevação contra si. Esta ocorreu em fevereiro de 1941, na IIª Divisão de Infantaria, baseada em Concepción, cujo comandante, coronel Alfredo Ramos, foi preso sob acusação de tentativa de golpe de Estado. O governo aproveitou esta oportunidade para se livrar de vários chefes militares que lhe eram críticos e saíram fortalecidos os oficiais simpáticos a Rafael Franco e os civis que apoiavam a nova situação, particularmente os *tiempistas*. Em abril, nova conspiração militar foi articulada por setores militares ligados ao coronel Federico Smith, mas o chefe de Estado se antecipou a ela, substituindo os conspiradores e frustrando-a[1422].

No plano internacional, além das relações estreitas com o Brasil, que logo dariam frutos para Morínigo, este recuperou a confiança dos EUA. Em 20 de abril, visitou Assunção o presidente do Export-Import Bank, Warren Lee Pierson, cuja instituição havia concedido os primeiros empréstimos no governo Félix Paiva, atendendo ao general Estigarribia, então representante paraguaio em Washington. No dia seguinte, chegou à capital paraguaia uma esquadrilha de aviões militares norte-americanos e, posteriormente, jornalistas e escritores dessa nacionalidade[1423]. Por outro lado, o governo argentino, após se convencer de que Morínigo se manteria no poder, também se aproximou dele. Nesse mesmo mês de abril, foi inaugurada nova linha aérea entre Buenos Aires e Assunção, pela *Corporación Sudamericana de Transportes Aéreos SA* (controlada pela italiana *Ala Littoria)*, com hidroaviões Macchi que transportavam 16 passageiros. O voo entre as duas capitais durava seis horas e a frequência era de uma viagem semanal[1424].

Contudo, os paraguaios, segundo a Legação brasileira, voltavam-se para o Brasil em busca de uma "via libertadora" da

[1421] SEIFERHEALD, p. 113.
[1422] Idem, pp. 121-122.
[1423] Id., 115.
[1424] GONÇALVEZ para ARANHA, of. 77, Assunção, 19.4.1941. AEBA, Correspondência Ostensiva Expedida, 1941, t. I.

dependência que tinham em relação à Argentina. Tinham a expectativa de que o governo brasileiro prolongasse até Concepción a ferrovia que construía, ligando Campo Grande a Ponta Porã. A promessa da assinatura de um acordo entre os governos paraguaio e brasileiro nesse sentido foi usada pelo general Morínigo para angariar o apoio dos militares e dominar recente intentona franquista, em fevereiro, e também fez referência indireta ao assunto, em mensagem dirigida ao país[1425].

Argaña, em conversa com o encarregado de negócios brasileiro, demonstrara que o governo paraguaio sentia-se em desvantagem com relação à Bolívia, que tinha acordos de conexão ferroviária com o Brasil e a Argentina. Esta tinha assinado com esse país andino, em 10 de fevereiro de 1941, um acordo de ligação ferroviária pelo qual financiaria a construção do primeiro trecho da ferrovia de Yacuiba, do lado boliviano da fronteira entre os dois países, a Santa Cruz de la Sierra e Sucre, e ainda para perfurar poços de petróleo e construir um oleoduto[1426].

Em 31 de maio, realizou-se a troca de ratificação entre Argaña e A. de Vilhena Ferreira Braga, encarregado de negócios brasileiro, de acordos com as bases para a construção de ferrovia entre os dois países e para o intercâmbio cultural e econômico, dando prosseguimento ao que fora negociado em 24 de junho de 1939. Simultaneamente, em demonstração simbólica da importância do Paraguai para a política externa brasileira, em 1941, pagou-se o valor de US$ 32.500 do imóvel adquirido, no final do ano anterior, para ser nova sede da Legação brasileira[1427]. Hoje esse imóvel é a residência do embaixador brasileiro no Paraguai.

Intelectual e com visão estratégica dos temas externos, Argaña era ministro-chave no governo Morínigo. Em 14 de junho de 1941, Argaña assinou com seu colega brasileiro Oswaldo Aranha, no Rio de Janeiro, dez convênios de cooperação. Entre os mais importantes, estavam o que tornava Santos porto franco para o comércio exterior paraguaio, aquele que criava mecanismo de crédito para o comércio bilateral, outro que tratava das bases para um tratado de comércio e, ainda, o que tratava da construção da ferrovia Concepción a Pedro Juan Caballero[1428].

[1425] Idem, of. 80, Assunção, 21.4.1941. Ibidem.

[1426] BRAGA, encarregado de negócios, para ARANHA, of. 94, Assunção, 13.5.1941. Id.

[1427] BRAGA para ARGAÑA, Of. 112 e 124, Assunção, respectivamente 5 e 12.6.1941. AEBA, Correspondência Ostensiva Expedida, 1941, t. I. O imóvel localizava-se na avenida Colômbia – que logo em seguida passou a se chamar Mariscal Francisco Solano López – e, hoje, é a residência oficial do embaixador do Brasil no Paraguai.

[1428] Em 14 de junho de 1941, foram assinados os seguintes convênios entre o Brasil e o Paraguai: para a construção e exploração da estrada de ferro entre Concepción e Pedro Juan Caballero; sobre a concessão de créditos recíprocos para facilitar o intercâmbio comercial entre os dois países; para o intercâmbio de técnicos; para a compra de animais reprodutores; para a criação de comissão mista incumbida de preparar as bases de um tratado de comércio e navegação; para a constituição de comissões mistas encarregadas de estudar os problemas de navegação no rio Paraguai, nas águas jurisdicionais dos dois países, e a criação de uma frota mercante brasileiro paraguaia; sobre o tráfico fronteiriço; sobre o estabelecimento em Santos de um entreposto de depósito franco para as mercadorias exportadas ou importadas pelo

Os convênios resultavam de um longo processo, iniciado no início da década de 1920, com o projeto dos governos do Paraguai e do Brasil de se criar vínculos concretos entre os dois países. Na perspectiva dos governos paraguaios daquela época, esses vínculos permitiriam a seu país colocar-se em posição de equilíbrio entre seus dois maiores vizinhos, pondo fim à situação de dependência da Argentina, mas com o cuidado de não se criar outra em relação ao Brasil. Esse equilíbrio tinha como motivação principal os ganhos econômicos que traria para o Paraguai o acesso ao sistema viário e portos brasileiros obtendo, assim, para seu comércio exterior, uma saída alternativa à do porto de Buenos Aires. Haveria o fim do domínio informal da Argentina sobre o Paraguai, visto como uma das causas importantes do atraso econômico paraguaio. Para o governo Vargas, por sua vez, embora não fosse negligenciado o potencial econômico dos acordos assinados com Argaña, era geopolítica a motivação principal. Faziam parte do esforço brasileiro de alcançar um equilíbrio regional com a Argentina, principalmente na área estratégica do coração do continente, composta pelo Paraguai e Bolívia.

Os resultados da viagem de Argaña ao Rio de Janeiro vão além dos citados dez convênios. Houve, também, um entendimento sigiloso entre ele e Oswaldo Aranha para garantir as boas relações entre o Paraguai e o Brasil. Os dois chanceleres concordaram que qualquer questão que pudesse perturbar as relações brasileiro-paraguaias seria tratada diretamente entre essas duas autoridades, quer por meio de correspondência, quer por enviados especiais, "dentro do marco da mais absoluta cordialidade e lealdade"[1429].

O sucesso da missão de Argaña ao Brasil fortaleceu o governo Morínigo, mas não sem provocar uma reação contrária. Segundo o encarregado de negócios brasileiros em Assunção, com a finalidade de fazer malograr a implementação desses acordos, oposicionistas – sem os especificar – articularam um golpe de Estado, contando "com respaldo político, talvez financeiro, da Argentina". Descoberto, o plano golpista não foi concretizado. Para esse diplomata, o governo argentino contribuía para o clima de tensão política no Paraguai, mas, por outro lado, favorecia a estabilidade o fato de "o perigo do franquismo" parecer afastado e de

Paraguai; para a permuta de livros e publicações; e, por fim, para o intercâmbio cultural. Relatório do Ministério das Relações Exteriores, referente ao ano de 1941, pp. 31-32.

[1429] Carta privada de Luís A. ARGAÑA para Oswaldo ARANHA, Assunção, 9.9.1942. CPDOC/FGV, Arquivo Negrão de Lima, NL adp 1942.09.11.

o chanceler Argaña ter a admiração e obediência crescentes por parte dos chefes militares[1430].

Em 28 de julho, Getúlio Vargas partiu do Rio de Janeiro, de avião, para a primeira viagem de um chefe de Estado brasileiro ao Paraguai. Antes, porém, fez escala em Corumbá, no Mato Grosso, e, no dia seguinte, encontrou-se na fronteira com o chanceler boliviano. Seguiram juntos até o quilômetro 85 da "Estrada de Ferro Brasileiro-Bolíviana", em território do país vizinho, onde inauguraram um trecho da ferrovia e ali almoçaram. No dia 30, Vargas inaugurou dique seco da flotilha da Marinha em Ladário e, em 31, seguiu de avião até Concepción, onde embarcou no monitor brasileiro Paraíba, rumo a Assunção, onde chegou em 1º de agosto[1431].

Getúlio Vargas foi recebido no porto por Morínigo e por cerca de 70 mil pessoas, em manifestação, segundo Protasio Gonçalvez, "espontânea" e "sem precedentes" quantitativamente. Os jornais *La Tribuna* e *El País* noticiaram que teve característica de "apoteose" a acolhida dada ao chefe de Estado brasileiro. Nessa noite, Vargas foi homenageado com um banquete que resumiu, em seu diário, com as palavras "discursos, emoção, recepção e baile" e ficou bem impressionado com Morínigo, o qual definiu como "astuto e patriota, esboço de um homem público interessante e que, espero, ainda dará o que falar". Em seu discurso, Vargas afirmou ser a política externa brasileira franca e leal, voltada para a cooperação, "isenta de veleidades hegemônicas ou ascendência imperialista", interessada em colaborar não só com o Paraguai, mas também "com outros povos americanos", em busca do progresso geral. Também falou em não intervenção do Brasil nos assuntos internos de outros países. Repetia os princípios que o barão do Rio Branco estabelecera, três décadas antes, como norteadores nas relações do Brasil com os países vizinhos[1432].

No dia 2, os dois presidentes trocaram as ratificações dos acordos assinados por seus chanceleres dois meses antes. Vargas assistiu a um desfile militar, que lhe causou "boa impressão", e foi ovacionado ruidosamente por população que se aglomerava na praça em frente ao palácio presidencial. Ainda nesse dia, o chefe de Estado brasileiro percorreu, até Caacupé, a

[1430] GONÇALVEZ para ARANHA, of. 137, conf., Assunção, 27.6.1941. AEBA, Ofícios Reservados e Confidenciais – Política Interna - 1941 a 1945. BRAGA para ARANHA, of. 142 e 144, conf., Assunção, respectivamente 4 e 10.7.1941. Idem.

[1431] Relatório do Ministério das Relações Exteriores, relativo ao ano de 1941, p. 11.

[1432] GONÇALVEZ para ARANHA, of. 159, Assunção, 8.8.1941. AEBA, Correspondência Ostensiva Expedida, 1941, t. I. Anexo ao ofício: "Discurso pronunciado por el Exmo. Señor Presidente del Brasil doctor Getulio Vargas", *El País*, Assunção, 5.8.1941. Em anexo os recortes de jornal: "En una apoteósis de entusiasmo, 70 mil almas aclamaran al Presidente Doctor Getulio Vargas", *La Tribuna*, Asunción, 4.8.1941. "Caracteres de apoteósis revistió el recibimiento tributado al Exmo. Señor Presidente de los Estados Unidos del Brasil", *El País*, Asunción, 4.8.1941. Relatório do Ministério das Relações Exteriores, referente ao ano de 1941, p. 11. VARGAS, Diários, v. 2, p. 411.

estrada Mariscal Estigarribia que, quando concluída, chegaria na fronteira com o Brasil, na altura de Foz de Iguaçu. À tarde nesse mesmo dia, foi à Escola Brasil e, de noite, houve recepção na Legação brasileira, à qual compareceram três mil pessoas, outro número inusitado para esse tipo de evento em Assunção[1433]. No dia 4, Vargas recebeu o título de Doutor *Honoris Causa* e fez discurso de improviso, afirmando que o papel das universidades "nos povos de índole democrática" era o de "preservar as tradições do país"[1434].

As manifestações contagiaram Vargas que, em lugar das 48 horas previstas para permanecer em Assunção, resolveu ficar um dia extra para melhor conhecer a cidade "sem protocolo". No entanto, não pode passear, pois deitou de madrugada, devido a recepção na Legação, acordou tarde e logo almoçou privadamente com Morínigo. A tarde foi chuvosa e o governante brasileiro dedicou-se a receber a imprensa e escoteiros na Legação. Com homenagens oficiais de despedida e a presença de populares, Vargas partiu na manhã do dia 4, em avião da Força Aérea Brasileira, com destino a Campo Grande[1435].

O clima amistoso existente entre os governos paraguaio e brasileiro permitiu a este solicitar às autoridades paraguaias a libertação do político liberal e intelectual Justo Pastor Benítez – cuja esposa adoeceu e morreu acompanhando-o na prisão de Peña Hermosa – e autorização para que saísse do país. Morínigo concordou e Pastor Benítez, após prometer manter-se alheio a qualquer atividade política referente ao Paraguai, partiu para São Paulo no dia 9 de agosto. Seguiu em voo do Correio Aéreo Nacional e, na capital paulista, aguardava-o "o amigo Assis Chateaubriand"[1436], que o empregou em um dos seus jornais, no Rio de Janeiro[1437].

Oposicionistas paraguaios usaram a libertação de Justo Pasto Benítez para atacar o governo. Distribuíram, clandestinamente, panfletos em Assunção, acusando o "nacionalismo moriniguista" de haver "se entregado ao Brasil", como provava ter esse político liberal sido posto em liberdade a pedido de Vargas, quando antes havia negado idênticos pedidos feitos pelo Congresso uruguaio e por intelectuais argentinos. O panfleto atacava duramente Argaña, acusando-o de abdicar da soberania paraguaia em favor do Brasil[1438].

1433 GONÇALVEZ para ARANHA, idem. VARGAS, Diários, v. 2, p. 412.

1434 "A visita do Sr. Getúlio Vargas ao Paraguai" in Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, 5.8.1941 p. 6, 10. Disponível em: http://news.google.com/newspapers?nid=1246&dat=19410805&id=VwA1AAAAIBAJ&sjid=gfUJAAAAIBAJ&pg=7250,614592. Acesso em 24.3.2010.

1435 VARGAS, idem, p. 412.

1436 GONÇALVEZ para ARANHA, of. 162, Assunção, 9.8.1941. Id.

1437 MORAIS, Fernado. *Chatô, o rei do Brasil*. 13ª. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994, p. 223.

1438 "El nacionalismo de Morínigo y el Decreto nº 7937 de defensa del Estado" assinado por: "Comite de Oficiales en el destierro". Anexo a: GONÇALVEZ para ARANHA, of. 173, conf., 21.8.1941. AEBA, Oficios Reservados e Confidenciais

Nos meses finais de 1941, três diferentes eventos demonstram a cordialidade nas relações entre os governos brasileiro e paraguaio. Em setembro, cadetes da Escola Militar do Paraguai, chefiados pelo coronel Aguilera, foram convidados para as comemorações, no Rio de Janeiro, da independência do Brasil. Terminaram ficando mais tempo no Brasil do que o previsto, pois as autoridades brasileiras acolheram, "com muito prazer", o pedido do governo paraguaio para que a comitiva permanecesse de duas a três semanas extras no Brasil[1439]. Ditatoriais, as administrações de Morínigo e Vargas se entendiam quanto a cooperação policial e, atendendo a pedido verbal do representante paraguaio no Rio de Janeiro, general Ayala, o governo brasileiro enviou para Assunção uma "missão Técnica-Policial". Esta tinha por finalidade cooperar na reorganização da polícia paraguaia[1440], afinal, o Brasil era uma ditadura desde 1937 e o regime varguista desenvolvera técnicas policiais de vigilância de opositores e de tortura de prisioneiros[1441]. Por último, no dia 10 de novembro, foi inaugurada a agência do Banco do Brasil em Assunção, estratégica para incrementar o comércio paraguaio brasileiro, autorizada a funcionar por 25 anos, com capital de 15.000 contos de réis[1442]. A inauguração teve repercussão na sociedade local, pois era o primeiro resultado concreto dos convênios assinados no Rio de Janeiro[1443].

O ano de 1942 foi particularmente marcante na convergência de posições entre o Brasil e o Paraguai. Em 28 janeiro, o Brasil rompeu relações diplomáticas com os países do Eixo, atendendo a recomendação da III[a] Reunião de Chanceleres americanos, ocorrida dias antes, e Morínigo fez o mesmo em 25 de fevereiro. Segundo o representante brasileiro em Assunção, o Eixo tinha grande número de adeptos entre os jovens oficiais, que eram contrários ao rompimento e somente o aceitaram após o Brasil tomar essa iniciativa. Para esse diplomata, isso era prova da confiança que a oficialidade paraguaia tinha na política externa de Vargas[1444]. De fato, o nazifascismo gozava de significativa simpatia no Paraguai, onde havia

– Política Interna - 1941 a 1945.

1439 Jose Roberto de MACEDO SOARES ("em nome do Ministro de Estado de Relações Exteriores") para GONÇALVEZ, of. C/44/541.7, Rio de Janeiro, 21.7.1941. AEBA, Correspondência Ostensiva Recebida – 1941, v. 1.

1440 A missão era composta de três membros: o delegado Eurico Bellens Porto; o perito Roldão Gonçalves Ribeiro e o detetive Aureliano Walsh, ligados às atividades de polícia política. Filinto MÜLLER, chefe de Polícia do Distrito Federal, of. 412 QM, Rio de Janeiro, 18.10.1941. Idem. Mauricio NABUCO ("em nome do Ministro de Estado Graça Aranha") para o general Juan Bautista AYALA, Ministério das Relações Exteriores – Rio de Janeiro,Of. NP /34/ 610.1 (43), Rio de Janeiro, 23.6.1941. Id.

1441 GONÇALVEZ para Mauricio NABUCO, of. 238, Assunção, 11.11.1941. AEBA, Correspondência Ostensiva Expedida – 1941, v. 3.

1442 Decreto lei do Executivo paraguaio n. 9185, de 14.10.1941. RIVAROLA PAOLI, Juan Bautista. *Historia monetária del Paraguay*; monedas, bancos, credito publico. Asunción: El Gráfico, 1982, p. 429.

1443 GONÇALVEZ para ARANHA, of. 238, Assunção, 11.11.1941. AEBA, Assuntos Gerais (1935 a 1973).

1444 GONÇALVEZ para ARANHA, "Mês Político n° 1", conf., Assunção, 7.2.1942. AEBA, Ofícios Reservados e Confidenciais – Política Interna - 1941 a 1945.

grande número de imigrantes alemães e circulava propaganda nazista, além da única missão militar estrangeira no país ser francesa, subordinada ao governo colaboracionista francês de Pétain. Também era realidade a crescente influência brasileira no país, mas o fator decisivo para aquele rompimento foi a postura do governo dos EUA em, literalmente, comprar boas relações com Morínigo. O governo norte-americano concedeu ao Paraguai, em setembro de 1941, ajuda militar – 11 milhões de dólares, no sistema *lend-lease* – e econômica. Após a ruptura com o Eixo, o governo Morínigo recebeu a doação de US$ 3.000.000, do Eximbank norte--americano, para projetos públicos[1445].

O rompimento de relações com o Eixo não significou abrandamento da influência nazista no Paraguai. Em 1942, segundo o adido militar brasileiro em Assunção, existia "um grande número de funcionários do governo que colaboram com agentes do Eixo" e cerca de 90% dos chefes militares paraguaios eram germanófilos. Destes, "um dos mais conhecidos" era o major Pablo Stagni, diretor-geral da Aeronáutica paraguaia, classificado como "intransigente adepto da causa nazista" por esse adido militar. Este relatou ao Estado-Maior do Exército brasileiro que, em julho de 1942, Stagni seguiu para Buenos Aires, à frente de delegação da Aeronáutica paraguaia e a convite oficial do governo da Argentina, para participar das comemorações do aniversário da independência argentina. Em lugar dos três dias previstos, o major paraguaio permaneceu até o final do mês no país vizinho, onde foi recebido, na chegada, pelos generais Jorge Manni, comandante da Aviação, e Tonazzi, ministro da Guerra, perguntando-lhe este qual o motivo de o Exército paraguaio ter se afastado da Argentina. A resposta de Stagni foi a de que isso resultava de Argentina se "fechar" para o Paraguai, enquanto o Brasil adotara postura oposta, atraindo estudantes paraguaios, civis e militares, para escolas brasileiras e facilitando a solução de graves problemas econômicos do seu país. O general Manni concordou com a resposta e criticou a política dos governos argentinos quanto ao Paraguai. Os três reconheceram a necessidade da Argentina tomar iniciativas que melhorassem as relações bilaterais[1446].

De acordo com o relatório desse adido, Stagni foi recebido na Embaixada alemã em Buenos Aires, onde lhe exibiram documentários sobre a guerra e o convidaram para visitar submarinos alemães, responsáveis "pela ligação comercial entre a Alemanha e a Argentina

[1445] MORA; COONEY, pp. 139, 142.

[1446] "Atividade nazista na Argentina, no Chile e no Paraguai" relatório do Adido Militar no Paraguai, major Francisco Damasceno Ferreira Portugal, para o General Chefe do Estado-maior do Exército [Brasil], Assunção, 30.10.1942. CPDOC/FGV, Arquivo Negrão de Lima, Nladp 1942.10.30.

e cujas bases se encontram entre Baía Blanca e Rio Galegos". O militar paraguaio teria ido de avião até uma dessas bases, onde visitou um submarino que, inclusive, fez algumas manobras de demonstração. Nesse relatório, Stagni é identificado como espião nazista, o que é repetido por estudo recente de Richard L. McGaha, o qual esclarece que o codinome utilizado pelo paraguaio, em seus contatos secretos, era "Hermann"[1447].

Estados Unidos e Brasil, de um lado, e Alemanha e Argentina, de outro, competiam entre si para influenciar a posição do governo Morínigo quanto à luta entre os Aliados e os países nazifascistas. Uma vitória brasileira foi a de obter que Morínigo convidasse o Brasil a enviar ao Paraguai uma missão militar de instrução, em substituição à missão francesa, cujo contrato não seria renovado por estar subordinada ao governo colaboracionista do marechal Pétain[1448]. Em 18 de abril de 1942, chegou a Assunção a Missão Militar de Ensino (nome alterado, em 1947, para Missão Militar Brasileira de Instrução no Paraguai), composta de cinco oficiais comandados pelo major Ladário Pereira Peres, para ministrar cursos na Arma da Cavalaria, sendo seus membros incorporados ao Exército paraguaio[1449].

O ano de 1942 foi marcado por medidas práticas nas relações brasileiro-paraguaias. Ainda no mês de abril, houve melhora na segurança de voo para os aviões do Correio Aéreo Nacional, que voavam entre o Rio de Janeiro e Assunção. Foi instalada, no edifício da representação diplomática brasileira, uma estação radiotelegráfica para fornecer informações meteorológicas e técnicas aos pilotos durante o voo. No aspecto da infraestrutura, nesse mesmo mês, foi entregue ao Paraguai o armazém de número 7, no porto de Santos, instalando-se, assim, o "Entreposto de Depósito Franco" paraguaio. Era uma solução provisória, enquanto não eram construídas as instalações definitivas para esse depósito. No plano financeiro, em junho, o Banco do Brasil concedeu um crédito de 100 mil contos de réis ao *Banco de la República del Paraguay*, a juros anuais de quatro por cento, excepcionalmente baixos, o que mereceu grandes elogios da imprensa local. Foi atendido, assim, pedido do chanceler Argaña, para se acelerar essa concessão para, argumentou, fortalecer sua posição no governo e a do próprio Morínigo[1450].

[1447] Idem. McGAHA, Richard L. *The Politics of Espionage*: Nazi Diplomats and Spies in Argentina, 1933-1945. PhD Philosophy: College of Arts and Sciences of Ohio University, 2009, p. 23. Disponível em: http://etd.ohiolink.edu/send-pdf.cgi/McGaha%20Richard%20L.%20Jr.pdf?acc_num=ohiou1256330041 Acesso em 3.2.2010.

[1448] Do adido militar no Paraguai, major Francisco Damasceno Ferreira PORTUGAL, para o embaixador NEGRÃO DE LIMA, of. 25, res., Assunção, 4.6.1943. CPDOC/FGV, NL adp 1942.10.30.

[1449] Disponível em: http://www.cmbp.eb.mil.br/intercambio_militar_br-py.htm. Acesso em 11.02.2010.

[1450] BRAGA, Encarregado de Negócios, para ARGAÑA, of. 24, 27 e 30, Assunção, respectivamente 16.4, 2 e 24.5.1942. AEBACOE, Correspondência Ostensiva Expedida – 1942. Relatório do Ministério das Relações Exteriores, referente ao ano

O ato simbólico mais importante, no ano de 1942, demonstrativo da importância que havia alcançado as relações entre o Brasil e o Paraguai, foi a elevação para Embaixada o *status* das representações diplomáticas que cada país mantinha na capital do outro. Em agosto desse ano, chegou à capital paraguaia Francisco Negrão de Lima, o primeiro representante diplomático brasileiro com o caráter de embaixador enviado ao Paraguai. Era homem de confiança do regime varguista, tendo ocupado, anteriormente, o cargo de chefe de gabinete do ministro da Justiça, Francisco Campos, e, em 1941, fora embaixador brasileiro na Venezuela.

Negrão de Lima encontrou um ambiente favorável no Paraguai, pois, além daquelas medidas de aprofundamento nas relações bilaterais, o país era "dos mais ativos" no intercâmbio intelectual com o Brasil. Acordo neste sentido, assinado no ano anterior por Argaña e Aranha, produzia resultados, com estudantes paraguaios indo estudar no Brasil, com bolsas de estudo brasileiras, e professores de português tendo sido enviados a Assunção pelo governo brasileiro para formar profissionais que atendessem ao ensino do idioma, declarado obrigatório, nas escolas primárias e secundárias do país. No Rio de Janeiro, por outro lado, foi criado o Instituto Brasil-Paraguai para divulgar a cultura paraguaia[1451].

Esse contexto e as características pessoais de Negrão de Lima tornaram-no um dos melhores representantes que o Brasil já teve no Paraguai quanto à promoção do estreitamento das relações bilaterais. Nos quatro anos em que permaneceu em Assunção, ele demonstrou habilidade diplomática, sensibilidade para a compreensão da realidade local e se integrou à vida social e cultural da capital. Durante esse período, foi grande o leque de iniciativas culturais da Embaixada brasileira: representação, pela primeira vez, de uma peça teatral brasileira em Assunção, de Oduvaldo Viana; criação do Instituto Paraguaio de Cultura Brasileira; construção de edifício moderno para a Escola Brasil, da rede pública paraguaia; emissão, em espanhol, na Rádio Nacional, de um programa dominical de difusão da cultura brasileira; e a concessão crescente de bolsas de estudo para paraguaios estudarem no Brasil. Duas iniciativas culturais se destacam por seu ineditismo e repercussão na opinião pública. A primeira foi Negrão de Lima obter autorização e financiamento do Itamaraty para que o jovem historiador R. Antonio Ramos pesquisasse no arquivo diplomático brasileiro, o que resultou na elaboração de livros fundamentais para a compreensão das relações brasileiro-paraguaias

de 1942, p. 37, 42. BRAGA para ARANHA, of. 120, Assunção, 25.6.1942. AEBA, Correspondência Ostensiva Expedida – 1942. Idem, tel. s/nº, Assunção, 5.6.1942. AEBA, Oficios Reservados e Confidenciais – Política Interna - 1941 a 1945.

[1451] Relatório do Ministério das Relações Exteriores, referente ao ano de 1942, pp. 76,77.

na primeira metade do século XIX. Foi, também, o primeiro diplomata brasileiro a se tornar amigo de Juan O'Leary, ideólogo do nacionalismo lopizta, o qual, em sua origem, tinha características xenófobas. O próprio O'Leary descreve como se tornaram amigos:

> Quando nos conhecemos, em ato oficial no Ministério das Relações Exteriores, na presença do corpo diplomático, depois de abraçar-me efusivamente, disse estas palavras comovedoras: "eis aqui, senhores, a fortaleza espiritual do Paraguai. Ao abraçá-lo entrei nela. E neste momento se firmou a paz definitiva entre o Brasil e o Paraguai[1452].

O novo ativismo da diplomacia paraguaia promoveu visitas de Morínigo ao Brasil, aos Estados Unidos (com escalas em outros países no trajeto) e Argentina. Elas eram possíveis graças à habilidade de Morínigo que, assim, consolidou-se no poder e, ao mesmo tempo, fortaleciam essa consolidação ao obter apoios externos simultâneos do Brasil e da Argentina, dois países que rivalizavam entre si para por maior influência no Paraguai. Estavam desarticulados os possíveis focos de oposição ao governo moriniguista, pois o Partido Liberal, que fora declarado ilegal em abril de 1942, contava com poucos simpatizantes ostensivos e seus líderes estavam exilados, não tendo condições para articular algum golpe contra o governo. Também o Partido Colorado tinha os líderes no exílio ou, os que permaneceram no país, estavam "narcotizados" por empregos públicos e posições na administração a qual apoiavam firmemente. A única resistência potencialmente séria a Morínigo era a do movimento franquista que, além de partidários sinceros, abrigava, devido às circunstâncias, comunistas e, mesmo, alguns liberais e colorados. Contudo, não havia hipótese da Argentina apoiar o franquismo "devido a tendência nazista do governo argentino", enquanto Franco aplaudira a decisão de países do continente romperem relações com o Eixo[1453].

Na ausência de uma oposição articulada, Morínigo pode se ausentar do Paraguai. A primeira viagem foi para o Brasil, em comitiva composta por 31 pessoas, entre elas o chanceler Argaña, o ministro Amancio Pampliega

[1452] José FABRINO, encarregado de Negócios, para Samuel de Souza Leão GRACIE, ministro interino das Relações Exteriores, of. 271, Assunção, 30.9.1946. Arquivo Negrão de Lima, CPDOC-FGV, 46.06.50, adP. Carta privada de R. ANTONIO RAMOS para NEGRÃO DE LIMA, Assunção, 11.11.1946. Arquivo Negrão de Lima, CPDOC-FGV NL 46.06.30, adP. "Negrão de Lima". Cópia datilografada (três folhas) em papel timbrado da "Presidencia de la República" e assinado por Juan E. O'Leary. Idem, NL 46.06.30, adP. Publicado em "El Paraguayo", Asunción, ?.08.1946. Id., NL 46.06.30, adP.

[1453] NEGRÃO DE LIMA para Oswaldo ARANHA, of. 63, conf., Assunção, 10.2.1943. AEBA, Oficios Reservados e Confidenciais – Política Interna - 1941 a 1945. Em 25 de abril de 1942, sob a acusação de que, na época em que o coronel Franco era presidente, os liberais no exílio conspiraram com os bolivianos para depô-lo, Morínigo declarou o Partido Liberal ilegal. LEWIS, p. 195.

e o embaixador Negrão de Lima. Partiram de Assunção em 28 de abril, seguindo de avião até Concepción, onde embarcaram em navio até Porto Esperança, no Mato Grosso, lugar em que, em 1º de maio, tomaram trem especial para o Rio de Janeiro. Nas paradas durante o trajeto de ida – e depois na volta –, o governante paraguaio era esperado por autoridades locais e populares. O Departamento de Imprensa e Propaganda registrou a viagem em fotos e filmes, inclusive da partida de Assunção[1454].

Antecedida por uma parada de dois dias em São Paulo, a chegada do trem com a comitiva presidencial paraguaia no Rio de Janeiro foi festiva. O governo brasileiro buscou causar o maior impacto possível e, além das manifestações populares na estação ferroviária e nas ruas, esperava Morínigo a notícia de que Getúlio Vargas assinara decreto cancelando a dívida de guerra do Paraguai para com o Brasil. Esse documento declarava a dívida "inexistente", em lugar de perdoada, em uma sutileza linguística que demonstrava o cuidado do governo brasileiro em manter o caráter amistoso das relações bilaterais[1455]. No ano anterior, o Congresso argentino também declarara extinta a dívida de guerra do Paraguai para com esse país.

No banquete em homenagem ao visitante, Vargas afirmou haver entre o Brasil e o Paraguai "idênticas diretrizes nos negócios externos" e "comunhão de interesses vitais". Classificou Morínigo como um governante "renovador" e "esclarecido", acrescentando que os recursos brasileiros, técnicos e financeiros, "continuam ao dispor" das necessidades paraguaias. Morínigo respondeu com agradecimento pela "grandiosa recepção" que teve ao chegar na capital carioca, e elogiou a oferta do presidente brasileiro de cooperar no desenvolvimento paraguaio, isso quando no plano internacional "havia ódios e desunião". Por isso, acrescentou, Vargas tinha títulos para ser na América o paladino da política de cooperação, "uma vez que a diplomacia brasileira tem sido sempre a escola da paz e da harmonia". O chefe de Estado paraguaio terminou seu pronunciamento ressaltando a importância da liberdade, tanto que paraguaios, brasileiros e "toda a América" correram para defender esse "lábaro"[1456]. Poucos lábios seriam tão inapropriados quanto os de Morínigo para fazer essa defesa e poucos ouvidos tão insensíveis a ela quanto os de Vargas.

[1454] Ver: http://www.cinemateca.gov.br/iah/mediaplayer.php?file=014365-I01.avi. Acesso em 18.2.2010.

[1455] "Decreto n. 5458 – de 5 de maio de 1943. Declara inexistente a dívida de guerra do Paraguai para com o Brasil" in: Relatório do Ministério das Relações Exteriores, referente ao ano de 1943, p,. 142. Durante a visita de Morínigo também foi assinado um convênio para estimular o turismo entre Brasil e Paraguai e foi criado o Instituto Paraguai-Brasil, em Assunção, para promover as relações culturais.

[1456] Idem, pp. 138-141.

Morínigo foi objeto de várias homenagens, inclusive de uma sessão especial na Academia Brasileira de Letras, na qual foi recepcionado por Roquete Pinto, que vivera no Paraguai, com um discurso em tupi--guarani[1457]. Vargas, por sua vez, em deferência pessoal, fez questão de levar seu colega paraguaio a Volta Redonda, para conhecer a usina siderúrgica em construção, obtida dos EUA em meio às negociações para que o Brasil apoiasse o esforço de guerra norte-americano. Segundo o Itamaraty, a estada de Morínigo resultava da confiança recíproca entre Brasil e Paraguai e da "ampla troca" de ideias sobre problemas comuns entre ambos, que "permitem que se estabelecesse completo e fraterno entendimento entre seus homens e governos"[1458]. Apesar do discurso diplomático habitualmente ser simpático ao visitante oficial, ainda assim, essas palavras, sobre a excelência das relações bilaterais, eram mais taxativas do que o exigido pelo cerimonial.

Morínigo retornou ao Paraguai pelo mesmo trajeto que o levara ao Rio de Janeiro. Chegou em Assunção no dia 21 de maio e foi recebido com entusiasmo pela população, o que surpreendeu Negrão de Lima, que considerava os paraguaios "reservados" e, ademais, porque havia uma forte oposição liberal na cidade. Concluiu o embaixador brasileiro que "o espetáculo que presenciei" resultava da profunda repercussão popular alcançada pela viagem e, principalmente, pelo cancelamento da dívida de guerra[1459].

O novo ativismo da diplomacia paraguaia promoveu visita oficial de Morínigo a Washington, nos Estados Unidos, em junho de 1943. No jantar que lhe foi oferecido, no dia 6, Roosevelt lembrou da III[a] Reunião de Consultas do Rio de Janeiro, no ano anterior, em que o Paraguai seguiu o pensamento existente no continente americano, que se devia romper relações com "os bandidos da civilização moderna"[1460]. Morínigo solicitou a Roosevelt empréstimos para investir na infraestrutura paraguaia e foi atendido. O apoio financeiro norte-americano ao Paraguai, as vitórias aliadas no teatro de guerra, a posição brasileira na guerra e a pressão de Washington para conter a influência dos países do Eixo enfraqueceram os simpatizantes do nazifascismo no governo paraguaio[1461].

[1457] http://www.academia.org.br/abl/media/TOMO%20IV.pdf, p. 282.
[1458] Relatório do Ministério das Relações Exteriores, referente ao ano de 1943, p. 23.
[1459] NEGRÃO DE LIMA para ARANHA, Assunção, 27.5.1943. AEBA, Correspondência Ostensiva Expedida, 1943, v. 2.
[1460] WOOLLEY; John T.; PETERS, Gerhard. The American Presidency Project [online]. Santa Barbara, CA. Disponível em: http://www.presidency.ucsb.edu/ws/?pid=16409. Acesso 11.2.2010.
[1461] Frank O. MORA; Jerry W. COONEY, op. cit., pp. 142-143 e 151.

Logo após a volta dos EUA, Morínigo concluía o mandato para o qual fora eleito Estigarribia. Morínigo apresentou-se, então, como candidato único à Presidência da República e foi eleito para novo mandato de cinco anos. A cerimônia de posse foi um retrato da situação regional: Morínigo era um ditador e a eleição fora uma ficção; o embaixador especial brasileiro à posse era o general José Pessoa, enviado por outra ditadura, enquanto a delegação argentina tinha à sua frente um vice-almirante Videla, cujo governo era chefiado pelo general Ramírez, que chegara ao poder pelo uso da força.

O almirante Videla teve audiência com o chanceler Argaña, que garantiu não se opor à aproximação entre o Paraguai e a Argentina. Morínigo, por sua vez, disse a Videla ter interesse nessa aproximação, pois os dois países eram governados por militares e "os soldados se entendem facilmente por falarem de forma clara e sincera"[1462]. Outro denominador comum entre os regimes de Assunção e Buenos Aires era a recusa paraguaia de juntar-se ao grupo de países latino-americanos que, além de romperem relações com o Eixo, também lhe haviam declarado guerra. A Argentina, invocando sua neutralidade no conflito, sequer rompera as relações diplomáticas com os países nazifascistas.

O general Ramírez chegara ao poder como resultado de um processo liderado pelo *Grupo de Oficiales Unidos* – GOU – e da aversão deste a que se adotasse uma posição pró-aliados. O GOU foi constituído em março de 1943, tendo como um dos seus principais ideólogos o coronel Juan Domingo Perón, e defendia a organização e unidade dos militares, colocando-se contra a pressão norte-americana pelo engajamento da Argentina na guerra. Em junho de 1943, o GOU derrubou o presidente Castillo, vice de Roberto Ortiz, o qual, por motivos de saúde, tivera de renunciar no ano anterior. Castillo foi derrubado ao apoiar a candidatura presidencial de Patrón Costas, senador conservador e simpático à causa aliada. Após o golpe de Estado, o general Arturo Rawson ocupou o cargo de chefe de Estado por três dias e sua inabilidade política – ofereceu as pastas da Fazenda e Justiça a dois políticos conservadores – levou o GOU a afastá-lo e a colocar no cargo o general Pedro Ramírez. No governo deste, Perón converteu-se em um dos homens importantes. O novo governo representava projeto militarizante para a Argentina, tanto que o ministério com 15 militares e quatro civis, enquanto dos 13

[1462] VIDELA à Chancelaria argentina, Assunção, 23.8.1943, in BREZZO; FIGALLO, p. 359.

interventores nomeados para as províncias, apenas um era civil. Houve o predomínio do nacionalismo católico de direita e do antiliberalismo, sendo dissolvidos os partidos políticos e mantendo-se a neutralidade argentina na guerra mundial[1463].

A convite de Ramírez, visitou Morínigo a Argentina em dezembro de 1943, apesar das gestões do embaixador norte-americano em Assunção para evitar que isso ocorresse. Morínigo. O diplomata não obteve sucesso, porque Morínigo necessitava de apoio argentino e, ademais, queria demonstrar seu descontentamento com o fato dos EUA concederem maior ajuda militar à Bolívia[1464]. Esta recebera material de guerra norte-americano que o Paraguai ainda não obtivera, apesar deste ter rompido relações com o Eixo, porque, afinal, o país andino se alinhara mais precocemente aos EUA. No Paraguai, via-se a precedência concedida pelos EUA à Bolívia como uma ameaça, porque os chefes militares paraguaios haviam participado da Guerra do Chaco e consideravam a hipótese dos bolivianos tentarem uma desforra[1465].

Morínigo foi recebido com pompa por Ramírez. Houve desfile cívico-militar "de proporções desconhecidas na Argentina", no qual, durante quatro horas, uns 150 mil homens passaram frente à tribuna do presidente paraguaio. As características dessa visita causaram alarme no continente, ainda mais que, em 20 de dezembro, foi deposto, na Bolívia, o general Enrique Peñaranda e havia a suspeita de que a Argentina organizava um movimento sul-americano de resistência aos EUA[1466]. Reagindo, o governo norte-americano aumentou a pressão para Ramírez romper relações diplomáticas com o Eixo, o que o governo argentino fez em 26 de janeiro de 1944. No dia 25 do mês seguinte, Ramírez foi obrigado a passar o poder para seu ministro da Guerra, general Farrell, o qual foi substituído no ministério por Perón, que desde outubro de 1943 era secretário do Trabalho e se tornara figura central do GOU[1467].

O nazifascismo perdia posições na guerra, mas no Paraguai seus simpatizantes não. Em março de 1944, Argaña e seus colegas *tiempistas* renunciaram a seus cargos no governo, cedendo à pressão de seus permanentes adversários, os oficiais nacionalistas do grupo secreto *Frente*

1463 FLORIA, Carlos Alberto; BELSUNCE, César. *Historia de los argentinos*. Buenos Aires: Ediciones Larousse, 1992, p. 374. BEIRED, José Luis B. *Sob o signo da nova ordem*: intelectuais autoritários no Brasil e na Argentina (1914-1945). São Paulo: Ioyola, 1999, p. 53. LUNA, Félix. *Historia integral de la Argentina*. Buenos Aires: Planeta, 1998, t. 9 (Conservadores y peronistas), p. 153.

1464 BREZZO; FIGALLIO, p. 359.

1465 "A atual política continental e o problema militar do Brasil", do adido militar brasileiro no Paraguai, major Francisco Damasceno Ferreira Portugal, ao embaixador NEGRÃO DE LIMA, of. res. 25, Assunção, 4.6.1943. CPDOC/FGV, NL adp 1942.10.30.

1466 BREZZO; FIGALLIO, pp. 359-360.

1467 FLORIA; BELSUNCE, p. 380.

de Guerra, de ideologia fascista[1468]. Estes acusavam injustamente Argaña de utilizar cargos públicos em benefício de sua família e de planejar ocupar a presidência da República[1469], mas, na realidade, se opunham a ele por seu alinhamento à causa dos Aliados. Sua saída do governo não resultou, porém, em mudanças na política externa paraguaia, pois as circunstâncias externas e internas impediam que o Paraguai se afastasse dos Aliados. Tanto era assim que Morínigo se sentiu obrigado a procurar Negrão de Lima para explicar o critério de nomeação dos novos ministros e garantir que o novo chanceler, Horacio Chiriani, tinha simpatias "pela causa da América". Garantiu que o Paraguai se manteria solidário com as nações aliadas; que não reconheceria o novo presidente argentino; e, ainda, que não mudaria a "política de fraternidade" com o Brasil pois, afirmou, a "aproximação paraguaio-brasileira correspondia aos interesses vitais deste país"[1470].

O Brasil e os EUA, duas das maiores fontes de recursos reais ou potenciais para o Paraguai, pressionavam Morínigo a adotar postura ativa no combate à influência nazifascismo no país. Esse fato, bem como os novos rumos da guerra – os aliados avançavam pela Itália, ganhavam posições no Pacífico e os soviéticos partiam para a ofensiva –, levaram o ditador paraguaio a impor, pela primeira vez, restrições às atividades alemãs no país. Morínigo afastou-se do Eixo após a chegada do novo embaixador norte-americano William L. Beaulac, em agosto de 1944, quando os aliados já haviam desembarcado na Normandia. Beaulac, que se tornaria amigo do ditador paraguaio, tinha instruções para ameaçar cortar ajuda ao governo local caso não eliminasse qualquer influência nazista no país e fazer tudo o necessário para restabelecer a democracia no país. Em fevereiro de 1945, Morínigo declarou guerra ao Eixo de modo a garantir a continuidade da ajuda financeira norte-americana e um lugar para o Paraguai na criação da Organização das Nações Unidas[1471]. No mês seguinte, em 27 de março, foi a vez da Argentina declarar guerra à Alemanha e ao Japão.

Os militares nacionalistas que haviam colocado Morínigo no poder e apoiado sua ditadura perderam influência no novo contexto mundial, mas ainda criavam obstáculos na modernização política e administrativa do país. Uma demonstração disso foi o ocorrido com o

[1468] CABALLERO AQUINO, Ricardo. La Tercera República paraguaya, 1936 - 19... Asunción: El Lector, 1988, p. 59.
[1469] NEGRÃO DE LIMA para Oswaldo ARANHA, of. 102, conf., Assunção, 24.3.1944. AEBA, Oficios Reservados e Confidenciais – Política Interna /paraguaia/ - 1941 a 1945.
[1470] NEGRÃO DE LIMA para Oswaldo ARANHA, of. 102, conf., Assunção, 24.3.1943. AEBA, Oficios Reservados e Confidenciais – Política Interna /paraguaia/ - 1941 a 1945.
[1471] MORA; COONEY, pp. 152-153.

ministro da Fazenda, Juan Plate, por defender, na reunião do Conselho de Coordenação Econômica Financeira, a redução dos gastos militares. Nessa ocasião, Plate chamara a atenção para o fato desses gastos absorverem mais de 40% da receita pública prevista no orçamento de 1946, enquanto os serviços de saúde e educação recebiam "verbas ridículas". Acrescentou não haver razão para tanto quando o Paraguai era tão pobre e, ao mesmo tempo, tinha uma "política internacional amistosa". Embora Plate tivesse informado Morínigo, com antecedência, do conteúdo de sua fala no Conselho, ainda assim os militares se impuseram ao presidente na reunião seguinte e esse ministro se viu forçado a pedir demissão[1472]. O contexto internacional abalava a ditadura moriniguista, com a derrota do nazifascismo, mas o contexto regional lhe dava motivo para alguma esperança, graças à vitória de Perón na eleição para presidente da Argentina, em 24 de fevereiro desse ano.

3 – O descompasso político

Os setores democráticos do Brasil se fortaleceram com a vitória aliada na IIª Guerra Mundial e, mais ainda, com o retorno da Divisão de Exército (a Força Expedicionária Brasileira) que lutara na Itália contra o nazifascismo. Ao contrário da Argentina e do Paraguai, não havia nas Forças Armadas brasileiras nostálgicos do Eixo e a ditadura do Estado Novo se tornara visivelmente obsoleta. Getúlio Vargas se viu obrigado a restabelecer a liberdade de organização partidária, em abril de 1945, e, seguidamente, convocar eleições presidenciais e para uma Constituinte, mas ainda assim foi forçado a deixar o poder em outubro. Enquanto isso, Morínigo contando com apoio interno, do setor militar autoritário, e, externo, da Argentina peronista, manobrava para permanecer no poder. A partir de 1945, houve descompasso entre as realidades políticas do Brasil e do Paraguai, o que se refletiu no esfriamento das relações oficiais entre os dois países.

a) O esfriamento

Mesmo após a derrota da Alemanha e do Japão na guerra, os militares nacionalistas, base de sustentação de Morínigo, não tinham

[1472] NEGRÃO DE LIMA para VELLOSO, of. 299, Assunção, 4.10.1945. AEBA, Correspondência Expedida 1941-1945.

intenção de promover eleições. Essa era a constatação do embaixador Negrão de Lima que ressalvava ser Morínigo inteligente, compreendendo o novo contexto mundial, e, portanto, se adiantaria aos anseios populares, tomando alguma iniciativa para abrir o parlamento, tão logo a situação política interna lhe permitisse. Acreditava o diplomata que o governo paraguaio pretendia restituir, paulatinamente, as liberdades civis[1473]. Os acontecimentos nos dois anos seguintes revelariam que Morínigo aceitava, no máximo, a transição da ditadura para outro regime em que ele continuaria a figura principal.

No Brasil, a situação mudara. No dia 2 de dezembro de 1945, em ambiente democrático, foram realizadas eleições presidenciais e venceu o general Eurico Gaspar Dutra, que tomou posse no mês seguinte, em 31 de janeiro. Já em fevereiro, Negrão de Lima foi chamado ao Rio de Janeiro, onde se reuniu com o ministro de Relações Exteriores, Raul Fernandes, que o comunicou desejar o governo brasileiro a reintegração do Paraguai ao regime democrático. O embaixador respondeu estar empenhado, "há bastante tempo", nesse sentido, mas que agia com cautela para não ferir suscetibilidades paraguaias e nem romper com a "linha tradicional da diplomacia brasileira, sempre respeitosa quanto aos assuntos de política interna dos países com que mantemos relações". Ao retornar ao Paraguai, nas conversas com Morínigo e outras autoridades locais, Negrão de Lima se tornou mais enfático, embora cuidadoso na linguagem, em demonstrar o apoio brasileiro à redemocratização do país[1474].

As manifestações do embaixador brasileiro em favor da democracia somavam-se às pressões dos EUA, que tinham instrumentos financeiros mais importantes para tanto, nesse sentido. Contudo, a vitória de Perón nas eleições presidenciais argentinas, em 24 de fevereiro de 1946, fortaleceu, no Paraguai, a "camarilha nazi-peronista ou fascista", também chamada de "grupo da cavalaria", por ter seu maior apoio na 1ª Divisão de Cavalaria instalada em Campo Grande, a oito quilômetros de Assunção. Esse setor militar, a favor da manutenção do regime ditatorial, era liderado pelo coronel Benítez Vera, e tinha a contrapô-lo outro, conhecido como institucionalista, favorável à democratização. Este era liderado pelo general Vicente Machuca, comandante das Forças Armadas, que fora condecorado há pouco pelo governo norte-americano e que tinha vinculações com o Exército brasileiro[1475].

[1473] NEGRÃO DE LIMA para Pedro Leão VELLOSO, chanceler interino brasileiro, of. 208 e 288, res., Assunção, 2.8 e 27.9.1945. AEBA, Correspondência Expedida 1941-1945.
[1474] NEGRÃO DE LIMA para GRACIE, of. 229, conf., Assunção 18.6.1946. AEAB, Politica Interna /paraguaia/ 1946 a 1948.
[1475] BREZZO; FIGALLO, pp. 366-367, 389.

Em junho de 1946, os militares fascistas do Grupo da Cavalaria tentaram impor-se aos institucionalistas. O coronel Benítez Vera fora enviado a Buenos Aires, como integrante da comitiva presidida pelo general Amancio Pampliega, encarregado de representar o governo paraguaio na posse de Perón na Presidência da Argentina. Morínigo aproveitou a ausência desse coronel para substituí-lo no comando pelo coronel Enrique Giménez e prender oficiais da *Frente de Guerra.* Sem autorização superior, Benítez Vera partiu da capital argentina e retornou a Assunção, onde exigiu de Morínigo que o general Machuca fosse substituído. Não foi atendido, recolheu-se ao quartel em Campo Grande, se sublevando e, entre 8 e 9 de junho, houve luta com os militares institucionalistas e, após algumas mortes, Benítez Vera asilou-se na embaixada do Brasil. Seguiram-se prisões de outros oficiais da *Frente de Guerra* e terminou a censura à imprensa, além de haver afrouxamento na proibição de atividades políticas[1476]. Morínigo permanecera em posição ambígua quanto a essa ação de Benitez Vera até ela ser derrotada, ocasião em que se posicionou contra o movimento[1477].

Morínigo via-se pressionado, por diferentes elementos, a fazer concessões democráticas. No plano interno, havia os militares institucionalistas, representados principalmente pelo general Machuca, e os diferentes partidos políticos desejosos de participar do poder, inclusive o Colorado, que, por ser mais bem organizado, ao não ter sofrido a repressão que vitimou as demais organizações políticas, poderia ocupar mais espaços na estrutura de poder. Externamente, além da postura favorável à democracia do governo brasileiro, havia o impacto da derrubada e assassinato por uma multidão, em 21 de julho, do ditador boliviano Gualberto Villarroel e a pressão norte-americana pelo fim da ditadura paraguaia. Dias depois da rebelião de Benítez Vera, o embaixador Beaulac, em conversa com Morínigo, sugeriu-lhe uma imediata e categórica declaração oficial restabelecendo completamente a liberdade política, pois "já dura demasiado tempo o período de repressão política"[1478]. Havia o desejo quase generalizado pelo fim da ditadura, como demonstravam, desde a queda de Benítez Vera, diferentes manifestações em favor da democracia no país, como aquela multipartidária em Luque,

[1476] Idem. LEWIS, p. 197.

[1477] GONZÁLEZ DELVALLE, Alcibiades. *El drama del 47*; documentos secretos de la guerra civil. 2ed. Asunción: El Lector, 2007, pp. 93, 113-115.

[1478] "I said that it seemed to me that the Government's best defense against subversive tactics was to end the period of political repression wich had already lasted too long". BEAULAC para Secretário de Estado, nota secreta, Assunção, 14.6.1946, in: USA. DEPARTMENT OF STATE. Foreign Relations of the Unitde States; Diplomatic Papers – 1946. Washington: Government Printing Office, v. XI (The American Republics), 1969, p. 40. Disponível em: http://images.library.wisc.edu/FRUS/EFacs/1946v11/reference/frus.frus1946v11.i0023.pdf Acesso em 15.2.2010.

que Negrão de Lima assistiu "em meio à multidão", emocionado. O povo paraguaio, escreveu, vivia "horas emocionantes (…), históricas, em que as multidões respiram, a pulmões plenos, o ar vivicante da liberdade"[1479].

Em 23 de julho, Morínigo anunciou a formação de um governo de coalizão, composto igualmente por colorados e franquistas, o que foi viabilizado graças aos contatos que o coronel Giménez tinha com os primeiros, enquanto o general Machuca os tinha com os seguidores de Franco[1480]. No novo ministério de Morínigo, havia dois militares – generais Amancio Pampliega, no da Guerra, e Juan Rovira, no Interior –, três colorados e os franquistas, já conhecidos como febreristas, (em 1945 fora fundada, em Montevidéu, a *Concentración Revolucionária Febrerista*, presidida por Rafael Franco), Miguel Angel Soler (Relações Exteriores), Arnaldo Valdovinos (Agricultura) e José Soljancic (Saúde Pública). Morínigo, os franquistas e os colorados tinham em comum apenas sua aversão ao liberalismo[1481]. Começava a chamada "Primavera democrática", na qual a sociedade paraguaia viveu inusitada liberdade de manifestação e organização política, e que se estenderia até janeiro do ano seguinte.

Em 10 de agosto, o líder comunista Oscar Credyt retornou do exílio. No palanque levantado no porto para que se dirigisse aos correligionários, ele afirmou que o Paraguai tinha que se libertar de toda a influência imperialista, fosse da Argentina, do Brasil ou dos Estados Unidos[1482]. O Partido Comunista tinha sido legalizado e seus seguidores concentravam-se na capital, praticamente inexistindo no interior, onde não havia operários. Contudo, em poucos meses de legalidade, os comunistas melhoraram sua organização e capacidade de influenciar o processo político nacional[1483]. Dias depois, no dia 14, retornou o líder liberal José Pedro Guggiari; o Partido Liberal, apesar dos anos de ostracismo, não fora destruído e seus simpatizantes organizaram uma "recepção gloriosa" para recebê-lo e a outros companheiros. Ela foi motivo de hostilidade por parte de situacionistas e estudantes, ocasião em que houve luta corporal destes com os liberais e, ainda, tiroteio em frente ao *Panteón de los Héroes*. Das recepções a antigos exilados, a mais entusiástica foi a que ocorreu quando da chegada do coronel Franco[1484].

Apreensivos que os conflitos na frente do *Panteón* fossem um prenúncio de atentado à vida de Guggiari, os liberais obtiveram

[1479] NEGRÃO DE LIMA para GRACIE, of. 206, conf., Assunção, 26.7.1946. AEBA, Política Interna 1946-1948.
[1480] LEWIS, p. 197.
[1481] NEGRÃO DE LIMA para GRACIE, of. 206, conf., Assunção, 26.7.1946. AEBA, Política Interna 1946-1948.
[1482] BREZZO; FIGALLO, p. 391.
[1483] CASTRO DE TORRES a Ministro de Asuntos Exteriores de España, Assunção, 14.1.1947, in: BREZZO; FIGALLO, pp. 392-393.
[1484] NEGRÃO DE LIMA para GRACIE, of. 228, conf., Assunção, 16.8.1946. AEBA, Política Interna 1946-1948.

permissão para ele se refugiar durante algumas horas na Embaixada da Argentina. Nessa ocasião, Guggiari afirmou ao diplomata Eduardo L. Vivot a simpatia que sempre houve por parte do Partido Liberal em relação à Argentina, enquanto o Partido Colorado tinha, em várias ocasiões, feito o jogo que interessava ao Brasil. Tal raciocínio, disse, apresentara a Perón e ao chanceler Bramuglia antes de partir de Buenos Aires para Assunção[1485].

Negrão de Lima não assistiria, porém, a evolução política paraguaia. No final de agosto, terminou sua missão diplomática no Paraguai e, em seu lugar, o governo Dutra enviou o general Isauro Reguera, que havia sido diretor da Aeronáutica do Exército brasileiro. Negrão de Lima partiu em meio a homenagens de diferentes origens. Talvez a mais demonstrativa do interesse deste pelo Paraguai e do seu conhecimento do país, foi a carta dos escoteiros de Puerto Piñasco, pequena localidade a uns 500 quilômetros de Assunção. Ele a visitara e doara instrumentos de música para a banda dos escoteiros que, comunicados do retorno do diplomata ao Brasil, enviaram-lhe carta, assinada por seu diretor e chefes de grupos, lamentando a partida[1486]. Já sua habilidade como diplomata e o sucesso de sua gestão foram comprovados pelo artigo de Juan E. O'Leary, publicado no jornal "El Paraguayo", intitulado "Negrão de Lima", chamando-o de "amigo" e que:

> Se ele foi mais que justo, [foi] generoso comigo, eu lhe dou o que é dele ao repetir que é, indiscutivelmente, o diplomata brasileiro que mais fez pela aproximação de nossas pátrias, o mais eficaz agente da reconciliação, o que apagou os últimos rastros de desconfianças e prevenções[1487].

Além de contribuir para superar o desconhecimento cultural mútuo que dificultava o estreitamento das relações bilaterais, Negrão de Lima encaminhou a solução para o isolamento geográfico paraguaio. Foi dele a ideia de viabilizar ao Paraguai o acesso ao litoral brasileiro no estado do Paraná, mediante a conexão com o sistema rodoviário brasileiro em Foz do Iguaçu. Desta localidade seria construída uma estrada até a cidade paraguaia de Coronel Oviedo, a qual, por sua vez, já possuía ligação rodoviária com Assunção. Do lado brasileiro, seria construída estrada de

[1485] VIVOT, encarregado de negócios argentino, para BRAMUGLIA, Assunção, 20.8.1946, in: BREZZO; FIGALLO, p. 392.

[1486] "Sinceramente, Señor Embajador, su alejamiento definitivo de nuestra tierra, es para nosotros causa de gran pesar. Nos habíamos familiarizado tanto con su nombre querido: los pequeños scouts, ya lo decían plenos de confianza: 'Nuestro padrino, el señor Embajador del Brasil…'". Carta de P. J. CASSAUELLO, "Director", para NEGRÃO DE LIMA, Puerto Piñasco, 22.8.1946. Arquivo Negrão de Lima, CPDOC-FGV, NL 46.06.40 adP.

[1487] "Negrão de Lima". Cópia datilografada (três folhas) em papel timbrado da "Presidencia de la República" e assinado por Juan E. O'Leary. Idem, NL 46.06.30, adP. Publicado em *El Paraguayo*, Asunción, [?].08.1946.

rodagem entre Foz do Iguaçu e Guarapuava, de onde se poderia utilizar as rodovias existentes para alcançar o litoral paranaense, o qual, deste modo, estaria acessível por terra desde a capital paraguaia[1488].

Enquanto isso, na política interna paraguaia, Morínigo buscou garantir o apoio militar e satisfazer os liberais, reduzindo-lhes o ardor com que o atacavam. Para tanto, estabeleceu o critério de que os governadores departamentais fossem militares; revogou o decreto que, durante quase 6 anos, proibira os liberais de se organizarem em partido político; e marcou a data de 25 de dezembro de 1947 para a instalação da Assembleia Constituinte[1489]. Surgiram, porém, divergências entre colorados e febreristas, decorrentes de divergências ideológicas e da disputa de cargos na máquina pública[1490]. Segundo o encarregado de negócios da Espanha, Castro de Torres, os comunistas, por meio de sua crescente organização e influência, teriam contribuído para criar aversão profunda entre esses dois movimentos políticos e, ainda, clima de desconfiança em boa parte do Partido Liberal quanto ao governo, contra o qual agitavam os trabalhadores[1491].

As principais forças políticas do país não trabalhavam comprometidas com o cenário democrático e planejavam ou desejavam o recurso ao uso da força para se imporem. Os febreristas preparavam um golpe de Estado, caso não vencessem na eleição para a Constituinte; os jornais do Partido Liberal pediam a derrubada de Morínigo pelo Exército; e os colorados estavam divididos em duas facções. Uma destas era a *democrática*, liderada por Federico Chaves, favorável à continuidade do governo de coalizão, enquanto era contrária a outra, conhecida como *guión rojo* e liderada por Natalício González, um nacionalista extremista. Por terem aceitado a paridade com os febreristas nos ministérios, os *democráticos* eram classificados de traidores pelos *guiones rojos*, os quais, por sua vez, utilizavam-se de pequenos grupos para agredir adversários políticos, dissolver reuniões de outros partidos e de movimentos democráticos. No final de 1946, Morínigo e Natalício González se aproximavam politicamente e se viam como instrumentos para alcançar os objetivos próprios quanto ao poder, a saber: permanecer nele e exercê-lo de fato, respectivamente[1492].

1488 "Negrão de Lima". Cópia datilografada (três folhas) em papel timbrado da "Presidencia de la República" e assinado por Juan E. O'Leary. Idem, NL 46.06.30, adP. Publicado em *El Paraguayo*, Asunción, [?].08.1946.

1489 Idem, of. 268, conf., Assunção, 30.9.1946. AEBA, Política Interna 1946-1948.

1490 REGUERA para GRACIE, of. 332, res., Assunção, 12.12.1946. Idem.

1491 CASTRO DE TORRES a Ministro de Asuntos Exteriores de España, Assunção, 14.1.1947, in: BREZZO; FIGALLO, pp. 392-393.

1492 LEWIS, p. 197.

b) A Guerra Civil de 1947 e a Missão Negrão de Lima

Perdendo espaço político no governo, no início de janeiro de 1947 os febreristas se retiraram do governo, convictos que os militares forçariam os colorados a fazerem o mesmo, conforme prometera o comandante em chefe das Forças Armadas, general Vicente Machuca. Morínigo, porém, obteve apoio da Cavalaria aquartelada próxima de Assunção e da Polícia, e não seguiu o que desejavam os militares institucionalistas: governar com um ministério basicamente militar que encaminharia a instalação da Assembleia Constituinte. Morínigo declarou Estado de Sítio e deu o golpe em 13 de janeiro de 1947, passando a apoiar-se basicamente na Cavalaria e nos colorados. O ministério foi composto de quatro filiados do Partido Colorado, cabendo o de Relações Exteriores a Federico Chaves, e, a Fazenda, a Natalício González, e de dois militares seus simpatizantes[1493].

O novo embaixador brasileiro, Isauro Reguera – apresentara credenciais em 10 de janeiro –, não acreditava que a ação de Morínigo comprometesse a redemocratização paraguaia. Raciocinava ser de interesse do governante paraguaio realizar as eleições para a Constituinte, quer para provar que pretendia realmente restabelecer a democracia, quer para terminar com a agitação política e por saber, afinal, que seus aliados sairiam vitoriosos. Os colorados estavam confiantes na vitória, pois contavam com eleitores disciplinados e dispunham dos cargos estratégicos no governo e deles estavam afastando servidores civis e militares simpatizantes de outras correntes políticas. Enquanto isso, o Partido Liberal embora também tivesse prestígio e contasse com apoio da maioria da elite conservadora do país, inclusive ricos fazendeiros, não tinha expectativa de vitória, por não ocupar tais cargos. Desenganados quanto à via eleitoral, os liberais passaram "para o terreno da pregação subversiva", chegando a "não raro defender a atuação dos comunistas, sinal evidente de fraqueza". O febrerismo, segundo Reguera, "não constitui força ponderável", porque sua influência se restringia à capital paraguaia, onde contava com apoio nos setores populares e entre estudantes, não dispondo de número significativo de simpatizantes no interior do país. O Partido Comunista, por sua vez, talvez não tivesse 10 mil votos nas eleições. Nessas circunstâncias, concluía, Morínigo e os colorados não tinham motivo para temer a realização das eleições[1494].

Ademais, desde o final de 1946, o governo de Perón passou a apoiar decididamente o de Morínigo. A Embaixada argentina em Assunção doou

[1493] SEIFERHELD, p. 279.
[1494] REGUERA para FERNANDES, of. 40, res., Assunção, 24.1.1947. AEBA, Política Interna 1946-1948.

material hospitalar e escolar a entidades paraguaias, buscando repetir o bem-sucedido assistencialismo peronista na Argentina. No plano militar, o Ministério da Guerra argentino, que já há algum tempo cooperava com o governo paraguaio, atendeu pedido deste, em outubro desse ano, para fornecimento de material bélico[1495].

O mal-estar político explodiu em 7 de março, quando um grupo de jovens febreristas atacou e, após forte tiroteio, ocupou por algumas horas o quartel da Polícia de Assunção. Acabaram expulsos por força militar enviada pelo governo, mas no dia seguinte se sublevou a guarnição do Exército na cidade de Concepción e, em poucos dias, a maioria das guarnições militares do Chaco e do Paraguai oriental se incorporara à sublevação, exigindo o respeito à institucionalidade política e a renúncia de Morínigo. Vários liberais, febreristas e comunistas aderiram aos revolucionários em Concepción, enquanto outros, na capital paraguaia, montaram um movimento clandestino para enfrentar o governo. Assunção poderia ter sido tomada se os rebeldes tivessem marchado sobre ela, mas os rebeldes aguardaram que as unidades militares nessa cidade assumissem posição nos acontecimentos, tempo que foi utilizado por Morínigo para organizar sua defesa. Nesta, teve papel fundamental o Partido Colorado, que mobilizou sua base camponesa, os chamados *py nandí* – "pés descalços" – e o *guión rojo*[1496].

Os rebeldes tinham um *Comando en Jefe de las Fuerzas Revolucionárias Libertadoras*, em Concepción, onde instalaram uma *Junta de Gobierno Militar*, composta pelos tenente-coronéis Fabian Saldivar Villagra; Aureliano Mendoza e Alfredo Galeano. A *Acta* de constituição desse governo classificava de ditatorial o regime de Morínigo e afirmava serem objetivos da revolução recolocar o país na normalidade institucional e defender a dignidade do Exército, que fora traída. Eram oferecidas ao povo garantias e liberdades, dentro das normas democráticas[1497].

O encarregado de negócios brasileiro em Assunção, José Fabrino, simpatizava com Morínigo – de quem fazia defesa "enforma consistente"[1498] –, mas o governo Dutra não. Frabino informava que o líder paraguaio era vítima de militares e opositores civis ambiciosos de chegarem ao poder. Lembrava que, antes da rebelião, o ministro do Interior já havia se

[1495] Em 1º de março de 1947, a Embaixada paraguaia em Buenos Aires adquiriu da Dirección General de Fabricaciones Militares três milhões de cartuchos para fuzis e metralhadoras, além de material hospitalar. BREZZO; FIGALLO, pp. 394-395.

[1496] LEWIS, p. 198.

[1497] Acta de Constitución del nuevo Gobierno de la República, Concepción, 3.4.1947. Arquivo Negrão de Lima, NL 47.03.08 adP.

[1498] TRUEBLOOD, encarregado de negócios norte-americano, para SECRETÁRIO DE ESTADO, tel. sec. N. 197, Assunção, 11.4.1947, in: GONZÁLEZ DELVALLE, p. 214.

entendido com o presidente do Partido Liberal para antecipar a eleição da Constituinte de dezembro para 15 de agosto de 1947. Esse diplomata concluía seu informe de três páginas, em que minimizara as acusações contra o ditador, afirmando que "não se pode, em sã consciência, atribuir ao general Higinio Morínigo a inteira responsabilidade dos acontecimentos"[1499].

Na análise de José Fabrino, os revolucionários de Concepción seriam derrotados como consequência de não terem tomado a ofensiva e, passada a surpresa do momento inicial, não tinham recursos próprios para derrubarem o governo, para o que dependiam de novas adesões[1500]. A Chancelaria paraguaia apresentou documentos para provar que a revolução teria sido organizada por Anselmo Jovier Peralta que, afirmou, ter estado na União Soviética e, antes de ser preso pela polícia paraguaia, tivera contato com comunistas de Concepción[1501]. Essa explicação não convenceu o representante brasileiro, pois Peralta não estivera na URSS e seria, sim, a "ala extremista" do febrerismo, contrário ao comunismo e seguidor do ideário do peruano Haya de la Torre. Também era partidário de estreitas relações entre o Paraguai e o Brasil, opondo-se à política de Perón[1502]. O governo, segundo esse diplomata, exagerava nas informações para impressionar representantes de países vizinhos, sobretudo o do Brasil, do qual desejava obter aviões e armas[1503]. Fabrino não descartava, porém, a veracidade da acusação da chancelaria paraguaia de que o movimento tinha componente comunista, o que não o descaracterizaria de ser "acentuadamente febrerista e visa demitir o presidente Morínigo"[1504].

De fato, o movimento obtivera respaldo também de dirigentes comunistas. Dois destes, Obdulio Barthe e Marcos Zeida, obtiveram permissão do *Comando en Jefe Revolucionário* para utilizar a rádio de Concepción para fazer propaganda, o que contribuiu para a imagem de que a sublevação tinha influência comunista[1505].

Os revolucionários de Concepción tinham pouco armamento e munição, motivo pelo qual, segundo Fabrino, seriam derrotados. Após classificar Morínigo de "bom amigo do Brasil", o diplomata dizia, em

[1499] FABRINO para FERNANDES, of. 143, conf., Assunção, 4.4.1947. AEBA, Política Interna 1946-1948.
[1500] Idem, tel. 32, sec., Assunção, 12.3.1947, às 17:30 hs. Ibem.
[1501] Id., tel. 35, sec., Assunção, 13.3.1947, às 5 hs. Ibid.
[1502] Id., tel. 37, sec., Assunção, 13.3.1947, às 18 hs. Id.
[1503] Id., tel. 38, sec., Assunção, 14.3.1947, às 3 hs. Id.
[1504] Id., tel. 44, sec., Assunção, 14.3.1947, às 19:30 hs. Id.
[1505] BREZZO ; FIGALLO, p. 397.

informe ao Itamaraty, buscar analisar com isenção os acontecimentos, e mostrava-se pessimista quanto ao futuro desse governante, pois cada dia era mais impopular e estava na "total dependência" política do Partido Colorado. Este lhe trouxera o apoio de militantes disciplinados, "prontos a tudo, até a lutar de armas na mão, e de políticos experimentados, alguns dos quais com real valor". Contudo, o Partido Colorado não poderia reverter a impopularidade de Morínigo, a qual alcançara os quartéis[1506].

Para enfrentar os revolucionários, Morínigo solicitou ao governo norte-americano o fornecimento de aviões e tanques. O pedido foi recusado pelo Departamento de Estado, sob o argumento de que era inconsistente com a política dos EUA para o hemisfério[1507]. Simultaneamente, Morínigo recorreu ao Brasil e, na noite de 15 para 16 de março, convidou Fabrino para uma conversa, que ocorreu no Palácio de Governo. Na ocasião, o governante paraguaio repetiu serem comunistas os que lutavam em Concepción e defendiam a União Soviética, enquanto o seu lado defendia os Estados Unidos. Pediu, então, que o Brasil lhe fornecesse seis aviões militares, mas Fabrino adiantou-lhe que mesmo que o governo brasileiro estivesse de acordo, teria "sérias dificuldades" em fazê-lo, pela repercussão não só no Parlamento e na imprensa brasileiros, mas também na "política do continente". Ademais, fornecer esses aviões dependeria da aprovação dos Estados Unidos, nos termos do programa de *land-lease* pelo qual eles haviam sido entregues ao Brasil. Morínigo disse que conseguiria essa aprovação e seu secretário particular presente à conversa, Duarte Bordón, se propôs a ir ao Rio de Janeiro onde, juntamente com o embaixador paraguaio Velasquez, faria contato direto com o governo brasileiro para acelerar a consideração desse pedido[1508]. Bordón embarcou no dia 19 de março para a capital brasileira, em avião da Panair do Brasil, que tinha inaugurado essa linha no ano anterior[1509].

Na realidade, a revolução era um movimento militar, contando com apoio de todas as correntes políticas da oposição: febrerista, comunista e os liberais da seção de Concepción. Apesar da insistência do governo em classificá-la de comunista, à sua frente estavam militares prestigiosos, insuspeitos de pertencerem a essa corrente política, mas que, ao mesmo

[1506] FABRINO para FERNANDES, of. 122, conf., Assunção, 14.3.1947. AEBA, Política Interna 1946-1948.

[1507] Dean ACHESON, secretário de Estado interino, para Embaixador dos Estados Unidos no Paraguai, tel. Sec., Washington, 18.3.1947, in: GONZÁLEZ DELVALLE, p. 204.

[1508] FABRINO para FERNANDES, tel. 49, sec., Assunção, 16.3.1947, às 6 hs. AEBA, Política Interna 1946-1948. Quanto a conseguir a aprovação dos EUA, Federico Chaves propôs à Embaixada norte-americana que os EUA dessem uma ajuda indireta ao governo, ao permitir que o Brasil emprestasse esses aviões ao Paraguai. TRUEBLOOD, encarregado de negócios norte-americano, para SECRETÁRIO DE ESTADO, tel. 128, Assunção, 19.3.1947, in: GONZÁLEZ DEL VALLE, p. 205.

[1509] Idem, tel. 64, sec., Assunção, 19.3.1947, às 5 hs. Ibidem.

tempo, não repudiavam a participação de comunistas no movimento contra o governo. Conforme Fabrino, o embaixador argentino, Isaac Arriola, tinha o mesmo raciocínio e censurou abertamente a atitude dos liberais de Concepción de se aliarem com comunistas[1510].

Quanto aos EUA, seus representantes no Paraguai, diplomatas e membros da Missão Militar, não simpatizam com Morínigo e não se convenciam de ter a revolução caráter comunista. O encarregado de negócios norte-americano comentou com Fabrino ter Perón afirmado ao embaixador dos EUA em Buenos Aires que a Argentina nada faria quanto à guerra civil. No entanto, o embaixador e empresários argentinos em Assunção eram "francamente contrários ao movimento revolucionário", o que provava ser Perón favorável a Morínigo[1511].

No Rio de Janeiro, Bordón recebeu resposta negativa do governo Dutra ao pedido de aviões. Foi-lhe dito que a política brasileira de não intervenção nos assuntos internos de outros Estados impediam essa venda, mas que o Brasil estava disposto a ser mediador, caso solicitado, desde que da mediação também participassem os governos argentino e boliviano. A inclusão destes tinha como finalidade reforçar o caráter neutro da mediação e, ainda, aumentar sua possibilidade de êxito. Morínigo agradeceu e aceitou a oferta de mediação argumentando que embora contasse com recursos militares para sufocar a revolução – e isso era confirmado pela Missão Militar brasileira –, desejava evitar derramamento de sangue e, ademais, que ela não era só militar, tendo também caráter político[1512]. Contudo, as recusas do Brasil e dos EUA em fornecer armamentos deixaram Morínigo ressentido com os governos dos dois países[1513].

Em seguida, porém, o Diretório Central do Partido Liberal, exilado na localidade fronteiriça argentina de Clorinda, e que desconhecia a proposta brasileira, declarou apoio ao movimento revolucionário. O governo paraguaio, então, recuou e recusou a mediação, porque seria interpretada pelos rebeldes como prova de fraqueza de Morínigo. Este somente aceitaria dialogar com os rebeldes após se renderem incondicionalmente e, embora não julgasse útil a mediação naquele momento, não a descartava no futuro. O chanceler Chaves comentou com Fabrino que os líderes liberais, com prestígio na Argentina, não tinham

[1510] Id., tel. 60, sec., Assunção, 17.3.1947, às 24 hs. Ibid.
[1511] Id., tels. 83 e 92, secr., Assunção, 22.3.1947, 17:15 hs. Ibid.
[1512] EXTERIORES para FABRINO, tel. 18, sec., Rio de Janeiro, 28.3.1947. Id. Id., tel. 118, sec., Assunção, 29.3.1947, às 24 hs. Id.
[1513] TRUEBLOOD, encarregado de negócios norte-americano, para SECRETÁRIO DE ESTADO, of. conf. 2825, Assunção, 17.8.1947, in: DELVALLE, p. 332.

conseguido mudar a opinião de Perón contrária à revolução. O presidente argentino, afirmou Chaves, tinha postura de "neutralidade amistosa" com Morínigo e concordara em fornecer algum material bélico às forças legais. Isso apesar de ser o vice-presidente da Argentina, Hortensio Quijano (da Unión Cívica Radical, da província de Corrientes), "francamente favorável ao Partido Liberal" e trabalhar contra o governo paraguaio, por meio do chanceler Carlos Atilio Bramuglia[1514].

Seguindo sugestão do Itamaraty, o Conselho de Estado paraguaio fez um *memorandum*, destinado às representações diplomáticas em Assunção, sintetizando a proposta de mediação brasileira, bem como a resposta que fora dada por Chaves. Foi uma forma de se conseguir um documento que pudesse, ao mesmo tempo, ser usado para comprovar a Perón que o governo Morínigo não queria a guerra civil e, ademais, para neutralizar a ação de Bramuglia. O Itamaraty fez sugestões de alteração no *memorandum* e Chaves aceitou aquelas de estilo, mas não alterou as que implicavam em conteúdo, porque implicariam em reconhecer o estado de guerra civil no país e, segundo ele, esse não era o caso[1515].

A Chancelaria paraguaia enviou o *memorandum* para as representações diplomáticas no dia 18 de abril. O governo argentino apoiou a ideia de mediação e sugeriu a inclusão do Uruguai, do Chile e dos Estados Unidos no grupo mediador. Ao mesmo tempo, a Chancelaria brasileira se propôs a "sondar" os chefes revolucionários sobre se aceitariam uma ação mediadora. Fabrini alertou o Itamaraty que a proposta argentina tinha objetivo oculto, pois o governo paraguaio estava quase incompatibilizado com o do Uruguai, devido aos constantes ataques do vice-presidente uruguaio a Morínigo. Nestas circunstâncias, argumentou o diplomata brasileiro, propor o governo uruguaio para mediador só poderia ser proposta com finalidade de complicar a situação. Também era desconfortável a indicação do governo chileno, pois seu embaixador em Assunção não escondia sua oposição a Morínigo e ao Partido Colorado. Para Fabrino, a proposta argentina encobria uma manobra de Bramuglia e, acrescentou, era urgente pôr fim à guerra civil, a qual poderia repercutir negativamente na "ordem internacional" e propiciar o ambiente para uma revolução "de caráter social" (comunista), com possível repercussão no Brasil[1516].

[1514] EXTERIORES para FABRINO, tel. 124 e 143, sec., Assunção, 1 e 4.4.1947. AEBA, Política Interna 1946-1948.

[1515] Idem, tel. 139, 143, 144 e 145, sec., Assunção, respectivamente 6 (às 17:15 hs.), 8 (às 19 hs.), 9 (às 19 hs.) e 10.4.1947 (às 5 hs.). Ibidem.

[1516] EXTERIORES para FABRINO, tel. 42, sec., Rio de Janeiro, 23.4.1947, às 17 hs. Id. FABRINO para FERNANDES, tel. 172, sec., Assunção, 24.4.1947, às 16:30 hs. Id.

A imprensa paraguaia publicou o *memorandum* e, no geral, houve reação favorável à ideia de mediação para pôr fim à luta. Alguns poucos colorados foram contrários à iniciativa, pois temiam que uma solução negociada inviabilizasse o projeto de controle total do poder por seu partido. No geral, porém, a ideia foi bem aceita no Partido Colorado, inclusive porque o governo paraguaio estabelecera como condição a rendição incondicional dos revolucionários para se iniciar a ação mediadora. Os liberais também "aplaudiram" a ideia, pois já perdiam as esperanças de vitória e, ainda que ela ocorresse, com a queda de Morínigo, consideravam que não favoreceria o Partido Liberal quanto a ocupar o poder[1517].

Houve, porém, o fortalecimento do movimento revolucionário com a adesão, em 27 de abril, de forças da Marinha paraguaia em Assunção. Os rebeldes eram uns 400, aos quais se juntaram liberais "e avultado número de febreristas e, sobretudo, comunistas" da capital. Morínigo dizia poder sufocar a rebelião da Marinha utilizando a artilharia, mas evitou fazê-lo para poupar vidas. Na manhã do dia 29, os rebeldes começaram a recuar e as forças legalistas avançaram, ocupando casa por casa e fazendo prisioneiros[1518].

Fabrino relatou que a Polícia, para impedir novas perturbações, efetuou prisões indiscriminadamente. Nas ruas onde houve maior resistência, no bairro Sajonia, foram presos todos os homens que não apresentaram filiação ao Partido Colorado. Voluntários incorporados às forças do governo, os *py nandí*, revistavam as casas a pretexto de buscar armas ou rebeldes, mas tinham uma única finalidade real: o saque. De noite, carregavam "tudo", de dinheiro a louças, e acabaram saqueando por engano até as casas de correligionários do governo. Para minorar o problema, as autoridades proibiram que revistas de propriedades fossem feitas por qualquer outra organização que não a Polícia, mas ainda assim os *py nandí* continuaram saqueando em Assunção. Também havia notícias, do interior, de saques nas fazendas pertencentes a membros do Partido Liberal. Nas prisões de todo o país, prisioneiros acusados de apoiarem os rebeldes continuavam a sofrer brutalidades físicas, embora o chefe da Polícia garantisse que tinha posto fim a essa prática[1519].

O clima de insegurança levou a uma avalanche de pedidos de asilo político nas representações diplomáticas. A solução encontrada pela Embaixada argentina foi a de utilizar uma lancha para transportar

[1517] FABRINO para FERNANDES, of. 163, res., Assunção, 26.4.1947. Id.
[1518] Idem, tels. 181 e 186, Assunção, 28, às 12 hs., e 29.4.1947, às 13 hs. Id.
[1519] Id., of. s./n., conf., Assunção, 20.5.1947. Id.

imediatamente para o território argentino aqueles que solicitavam proteção, evitando que dormissem precariamente nessa representação. As demais missões diplomáticas também tinham muitos asilados, em condições precárias, criando um "espetáculo deprimente" que comprometia a imagem do próprio governo de Morínigo. Para o caso da Embaixada argentina, onde era mais acentuado o problema, o chefe da Polícia criou um bloco de talões com "licenças de saída". De posse deste documento e com carimbo oficial argentino, o requerente de asilo podia retornar à sua residência sem ser molestado por autoridades governamentais e tinha, ainda, o direito de viajar para o exterior. Em seguida, também a Embaixada brasileira recebeu os talões com essas "licenças de saída", que foram concedidas a todos os que procuraram a representação dizendo-se ameaçadas de prisão[1520].

A rebelião da Marinha foi sufocada no final de abril, mas dias depois, em 7 de maio, rebelaram-se contra o governo Morínigo as canhoneiras *Humaitá* e *Paraguay*, que se encontravam em Buenos Aires para reparações. A parte sublevada de oficiais e tripulação feriu outros tripulantes que não aderiram e, graças a dinheiro levantado por líderes liberais, principalmente no Uruguai, as canhoneiras puderam sair de Buenos Aires e navegar em direção ao Paraguai. Não conseguiram, porém, ultrapassar a posição de Humaitá, onde o governo instalou minas, e ficaram navegando o rio Paraguai, entre Corrientes e Posadas, sendo hostilizadas por forças legalistas na margem paraguaia[1521].

A dificuldade em se impor militarmente levou o governo paraguaio a ser favorável a que o Brasil fizesse contatos com os revolucionários para saber se aceitavam uma mediação externa para tratar da paz. O chanceler Federico Chaves afirmou a Fabrino que os governos brasileiro e norte-americano lhe inspiravam confiança, mas que via com "apreensão" a possibilidade de outros governos serem chamados a participar da mediação e se mostrou expressamente contrário à participação boliviana[1522]. Também informou, unicamente para conhecimento e uso do governo brasileiro, que: a) o termo "esquecimento do agravo", que constava no *memorandum* do governo paraguaio enviado às representações diplomáticas, significava a concessão de anistia, por meio de elaboração

[1520] Id., of. 189, res., Assunção, 30.5.1947. Id.
[1521] BREZZO; FIGALLO, pp. 400-401.
[1522] FABRINO para FERNANDES, tel. 176, conf., Assunção, 26.4.1947, às 6:45 hs. Arquivo Negrão de Lima, CPDOC-FGV, NL 47.03.08 adP.

de lei no momento apropriado; b) os três partidos existentes seriam representados na junta eleitoral que promoveria a eleição constituinte; e c) que os governadores dos departamentos seriam escolhidos entre militares apolíticos, como garantia da lisura nas próximas eleições[1523].

O contato do governo brasileiro com os revolucionários foi feito por meio do major paraguaio César Aguirre, morador em Campo Grande, o qual foi contatado pelo cônsul brasileiro em Pedro Juan Caballero. Aguirre escreveu para a Junta Revolucionária em Concepción, que respondeu por meio do major Cesar Bueno de los Ríos, seu "secretário interino de Relações Exteriores". Este demonstrou confiança na vitória dos revolucionários, argumentando que contavam com reservas de alimentos, devido às excelentes colheitas agrícolas e à quantidade de gado existente no território sob seu controle, bem como dispunham de reservas de sal e combustível. Além da "excelente situação econômica" dos revolucionários, "também é boa" a situação militar, pois tinham superioridade numérica sobre as forças legalistas e contavam com 80% de oficiais e suboficiais do quadro permanente das Forças Armadas, homens experimentados que combateram na Guerra do Chaco. Os revolucionários, afirmava o secretário interino, também eram beneficiados pelo "entusiasmo da população" e pela simpatia da opinião pública dos países americanos. Apesar dos revolucionários contarem com "90% dos fatores que podem ser decisivos na luta", concluía De Los Ríos que a oferta mediadora do Brasil, "país ao qual estamos unidos por tantos laços", não podia deixar indiferentes os revolucionários ao permitir pôr fim ao derramamento de sangue. Aguirre foi autorizado a informar o Itamaraty de que a Junta Revolucionária receberia "com simpatía, as gestões em prol da paz"[1524].

No inicio de maio, o governo brasileiro decidiu enviar um emissário para sondar os revolucionários sobre a mediação pacificadora. O emissário era o embaixador Negrão de Lima, que demorou algum tempo para partir, pois necessitava "certas providências" para cumprir sua missão. Contudo, os chefes revolucionários já sabiam da ida desse emissário e mostravam-se bem dispostos a recebê-lo. Negrão de Lima seguiu, no dia 22 de maio, em avião militar para Bela Vista, para se encontrar com representante dos revolucionários em Pedro Juan Caballero. Desse fato, foram informadas as Chancelarias paraguaia e argentina[1525].

[1523] Idem, tel. 178, conf., Assunção, 26.04.1947, às 20 hs. Idem, NL 47.03.09 adP.

[1524] Mayor D.I.M César Bueno DE LOS RÍOS para mayor César AGUIRRE, Concepción, 12.5.1947. Arquivo Negrão de Lima, CPDOC-FGV, NL 47.05.[?] adP.

[1525] EXTERIORES para FABRINO, tels. 51, 53 e 55, sec., Assunção, 9 (às 16:20 hs.) e 14 (às 9 hs.) e 20.5.1947 (19 hs.). AEBA, Política Interna 1946-1948.

No dia 22 de maio, às 16h30, Negrão de Lima se reuniu, na sede do Comando Militar de Pedro Juan Caballero, com o major De Los Ríos. Após apresentação dos objetivos pacificadores feitos pelo enviado brasileiro, De Los Rìos, elogiou a iniciativa brasileira e, particularmente, o fato de ser Negrão de Lima o mediador, "que foi e continua sendo considerado antes um compatriota do que um estrangeiro em terra paraguaia". O major expôs as condições econômicas e militares favoráveis aos revolucionários, mas, acrescentou, a *Junta de Gobierno* aceitaria pôr fim à luta para poupar vidas, desde que fosse assegurado o cumprimento dos objetivos que haviam desencadeado a luta. As exigências eram quatro: respeito à ordem constitucional; a garantia da liberdade, dentro da ordem democrática, para as organizações políticas e respeito aos direitos "inerentes à personalidade humana"; garantir "a honra" das Forças Armadas e sua integridade orgânica; e realizar eleições livres, no menor tempo possível, para a Assembleia Constituinte. Como se garantiria o cumprimento dessas condições seriam discutidos posteriormente, entre as partes[1526].

Em 28 de maio, o Itamaraty comunicou a Embaixada em Assunção que os revolucionários estavam dispostos a aceitar a mediação. Contudo, antes da diplomacia brasileira dar o passo decisivo para efetivá-la, solicitou que Higinio Morínigo recebesse Negrão de Lima. O pedido foi aceito e esse diplomata chegou a Assunção em 2 de junho[1527].

No dia seguinte à sua chegada, Negrão de Lima enviou ao Itamaraty análise da situação paraguaia. Informou que o governo local esperava vencer a revolução em poucos dias e que o adido militar brasileiro, bem como o chefe da Missão Militar brasileira de instrução, pensavam ser isso possível, mesmo porque a ação bélica legalista fora reforçada com material militar fornecido pelo governo argentino. Devido à perspectiva de vitória, o chanceler Chaves estava indeciso quanto a se iniciar a mediação e, ademais, recuara nos compromissos contidos no *memorandum*. Afirmava que seu governo não concederia anistia ampla, mas, sim, restrita, abrangendo somente o perdão pelo "crime político", ou seja, os militares rebelados seriam julgados por sublevação e outras faltas ao regulamento militar. Negrão de Lima opinava que o Brasil não devia insistir na mediação, caso ficasse caracterizado que ela

[1526] Documento de 11 páginas manuscritas em espanhol (há versões datilografadas de seis páginas em espanhol e português), rubricadas e assinadas por NEGRÃO DE LIMA e DE LOS RÍOS, datada de Pedro Juan Caballero, 22.5.1947. Arquivo Negrão de Lima, CPDOC-FGV, NL 47.05.09 adP.

[1527] EXTERIORES para FABRINO, tels. 58 e 59, sec., Assunção, 28 (às 9 hs.) e 31.5.1947 (às 20 hs). AEBA, Política Interna 1946-1948.

ocorreria de forma a tratar os revolucionários como derrotados, pois "iríamos participar de um ato antipático à opinião pública deste país e do Continente e sem os requisitos necessários para lograr a paz política e espiritual do Paraguai"[1528].

Ainda no dia 3 de junho, o chanceler Raúl Fernandes enviou telegrama a Negrão de Lima informando que o Conselho de Ministros do Uruguai classificou como "generosas" as negociações de paz iniciadas pelo governo brasileiro e reiterou seu apoio a elas. Fernandes sugeriu que o enviado brasileiro comentasse, discretamente, com Morínigo que o governo uruguaio parecia disposto a reconhecer o estado de beligerância no Paraguai – o que igualaria revolucionários e legalistas em termos de Direito Internacional –, caso fracassasse a mediação. Seria a resposta uruguaia ao pedido de reconhecimento feito pela Junta Militar revolucionária e, ainda, pela situação criada pela rebelião das canhoneiras Paraguay e Humaitá[1529]. Raúl Fernandes provavelmente não leu o telegrama de Negrão de Lima antes de enviar o seu, o qual apresentava um instrumento de pressão para levar Morínigo a aceitar a mediação e suspender os combates.

Por sua vez, ao que tudo indica, o telegrama de Fernandes não chegou a tempo de ser lido por Negrão de Lima, antes do seu encontro com Morínigo nesse dia 3. Este mostrou-se indeciso quanto a aceitar a mediação, argumentando que suas tropas iriam dominar a insurreição em poucos dias e não queria retirar-lhes a vitória militar, após haverem derramado sangue e, depois dos combates ocorridos em Assunção, elas desejavam triunfar pelas armas. Negrão de Lima contestou que a vitória resolveria a questão militar, mas não a política, pois a revolução continuaria latente e seria um obstáculo à normalidade constitucional do país. Argumentou que "a recusa à paz" teria grave repercussão junto à opinião pública do continente, já contrária a Morínigo, e "que seria um gesto de sabedoria política aproveitar a mediação para iniciar a pacificação espiritual" dos paraguaios. Após esse encontro, Negrão de Lima informou o embaixador argentino, Arriola, do que tratara com o presidente e este representante afirmou que já manifestara ao governo paraguaio a necessidade de uma mediação. Negrão de Lima saiu deste encontro com a impressão da necessidade de maior ênfase na postura da Argentina, a qual "esteja talvez influindo para a posição agora assumida pelo presidente"[1530]. De fato, o chanceler paraguaio afirmou a Arriola que Morínigo não sabia, "nem direta nem indiretamente", de uma mediação argentina, e acrescentou

[1528] NEGRÃO DE LIMA para EXTERIORES, tel. 219, sec., Assunção, 3.6.1947, sem hora (provavelmente antes das 12 hs.). Idem.
[1529] EXTERIORES para NEGRÃO DE LIMA, tel. 60, sec., Rio de Janeiro, 3.6.1947, sem hora. Id.
[1530] NEGRÃO DE LIMA para EXTERIORES, tel. 221, sec., Assunção, 3.6.1947, às 24 hs. Id.

que se o governo argentino a tivesse oferecido, "teria sido aceita sem limitações, como agora o faria se a Argentina comunicasse uma decisão nesse sentido"[1531]. Era, na realidade, um pedido de mediação ao governo de Perón que não tomou qualquer iniciativa nesse sentido.

O governo brasileiro considerou "inconveniente" solicitar o apoio da Argentina, embora Arriola devesse ser informado das gestões de Negrão de Lima. Para Raúl Fernandes, o Brasil devia abster-se de qualquer ação que pudesse ser interpretada como pressão diplomática sobre Morínigo, o que possivelmente ocorreria se solicitasse o apoio argentino. Em resposta, Negrão de Lima esclareceu que também estava mantendo o encarregado de negócios dos EUA informado sobre a tentativa de mediação[1532]. O governo norte-americano, porém, somente observava os acontecimentos, pois decidira não fazer qualquer tipo de pressão para que Morínigo aceitasse a mediação[1533]; no esforço para efetivar a mediação, o Brasil encontrava-se só.

No dia seguinte, em 5 de junho, Morínigo recuou parcialmente da recusa à mediação, aceitando-a desde que não se ativesse ao *Memorandum* e esclarecendo que a anistia para os militares sublevados se daria quanto ao crime político, mas que eles não seriam reintegrados ao Exército. Esta condição, acreditava Negrão de Lima, não seria aceita pelos revolucionários, exceto se eles já se considerassem derrotados e, mais, uma mediação nesses termos seria interpretada no continente americano como instrumento de Morínigo para, na vitória, reduzir a hostilidade contra ele dentro e fora do Paraguai. Mesmo assim, raciocinava o diplomata, por motivos humanitários devia se pôr fim à luta, que assumia ares dramáticos, e, ainda, haveria "a vantagem de constituir certa garantia moral no processo de democratização prometido por este governo"[1534]. De fato, nada garantia que Morínigo tomaria iniciativas democráticas após a vitória pelas armas e sendo dependente politicamente do Partido Colorado.

Negrão de Lima estava disposto a seguir à frente com a mediação e planejava apresentar as condições de Morínigo quando se encontrasse com os revolucionários em Ponta Porã, em 8 de junho. O diplomata ouviu de diferentes fontes a previsão de que, se continuasse a luta por

[1531] ARRIOLA para ministro de Relaciones Exteriores, tel., Assunção, 22/23.6.1947, in: BREZZO; FIGALLO, p. 404.
[1532] EXTERIORES para NEGRÃO DE LIMA, tel. 66, sec., Rio de Janeiro, 4.6.1947, às 20:30 hs. AEBA, Política Interna 1946-1948. NEGRÃO DE LIMA para FERNANDES, tel. 222, sec., Assunção, 5.6.1947, às 10:30 hs. Id.
[1533] DEPARTAMENTO DE ESTADO para EMBAIXADA DOS ESTADOS UNIDOS EM ASSUNÇÃO, tel. Urgente, Washington, 6.6.1947, in: GONZÁLEZ DELVALLE, pp. 271-272.
[1534] NEGRÃO DE LIMA para FERNANDES, tel. 223, sec., Assunção, 5.6.1947, às 12 hs. Id.

um mês mais, seria estabelecida "uma fase de violência extrema contra as pessoas, lares e bens e, depois de terminada, sua repercussão impediria ainda por largo tempo o reajuste político e econômico do país"[1535]. Foi uma afirmação profética pois, nas décadas seguintes, os profundos ressentimentos entre os revolucionários de 1947, boa parte deles no exílio, e os colorados, constituíram obstáculo ao desenvolvimento político da sociedade paraguaia.

Apesar da disposição em continuar o esforço mediador, Negrão de Lima tornou-se cético quanto a seu sucesso após os encontros que teve nos seis dias em que permaneceu em Assunção. Concluiu que a mediação em busca da paz era difícil não só pela certeza oficialista no seu triunfo armado, mas também porque a ela se opunha o grupo que controlava o Partido Colorado. Enquanto o Partido Liberal, embora solidário com a revolução, dera-lhe reduzido apoio em número de combatentes, havia "uma perfeita aliança" entre Morínigo e os colorados. Ela "provavelmente" viria a se quebrar, mas não às vésperas da vitória, pois a colocaria em risco, e, nessas circunstâncias, concluiu Negrão de Lima, era "impossível" se estabelecer uma ação mediadora unicamente com o Partido Colorado[1536], isolando Morínigo em sua recusa. De fato, a vitória parecia ao alcance do governo de Assunção, pois no início de junho os rebeldes estavam sob pressão de forças governamentais, as quais sofriam com deserções e a prisão de número importante dos seus combatentes pelos legalistas[1537].

O chanceler Raúl Fernandes buscou coordenar postura comum com o governo argentino, sobre a exigência de Morínigo para aceitar a mediação. Contudo, antes mesmo de saber a opinião argentina, Fernandes adiantou que "a anistia com a ressalva indicada parece-nos inaceitável"[1538]. Negrão de Lima discordava dessa conclusão e via na mediação a única forma de pacificar o Paraguai, mesmo em termos que parecessem ser uma rendição dos rebeldes, desde que fossem dadas garantias suficientes para iniciar-se um processo eleitoral. Morínigo lhe dissera, no dia 7, que não podia conceder anistia total aos militares revolucionários, porque eles eram numerosos e, retornando aos quartéis, voltariam a conspirar. Apresentou como alternativa conciliadora, passá-los para a reserva remunerada e solicitou que o Brasil não desistisse da mediação. O ditador aparentemente mudava sua posição e afirmava que somente a paz negociada poderia conter "a tempestade de ódios" no futuro. Para Negrão de Lima, a paz

[1535] Ibidem.
[1536] NEGRÃO DE LIMA para FERNANDES, tel. 224, sec., Assunção, 6.6.1947, às 12 hs. Id.
[1537] FABRINO para FERNANDES, of. 194, res., Assunção, 6.6.1947.
[1538] EXTERIORES para NEGRÃO DE LIMA, tel. 67, sec., Rio de Janeiro, 6.6.1947, às 21:30 hs. Id.

dependia de os rebeldes aceitarem essas condições e concluía que a continuação da guerra civil "determinará um longo período de violência partidária e de terrível ruína econômica para o país"[1539].

Negrão de Lima não aguardou o resultado das negociações entre os governos brasileiro e argentino e partiu de avião, no dia 9, às 9h, para Ponta Porã, ao encontro de De Los Ríos, que ali chegara por via aérea no dia anterior. O diplomata justificou-se a Fernandes, por não aguardar instruções na capital paraguaia, afirmando que em todos os seus contatos e conversas "condicionei, como era meu dever, qualquer ação futura nossa à decisão de Vossa Excelência"[1540]. Esteve, em seguida, em Concepción[1541], onde recebeu documento da *Junta de Gobierno*, datado de 12 de junho, com as "bases" para um acordo de paz. As exigências eram de caráter geral, como o restabelecimento das liberdades democráticas e da eleição de Assembleia Nacional Constituinte, além da anistia "geral ampla para militares e civis", bem como um Gabinete Militar, que realizaria a transição democrática, composto por chefes militares indicados, em número idêntico, pela Junta de Concepción e pelo governo Morínigo, ou seja, pondo fim ao domínio do poder pelo Partido Colorado. Deveriam ser reconhecidas todas as obrigações contraídas pelo governo revolucionário e reconhecidas as promoções de militares por ele realizadas. Quanto a garantia do cumprimento dos acordos por Morínigo, exigia-se que fosse fiscalizado por observadores dos países mediadores "(Brasil, Argentina, Bolívia, Uruguai, EE.UU de América, etc.)", e sugeria-se que as negociações entre os representantes das duas partes ocorressem no Rio de Janeiro. Morínigo continuaria na Presidência, mas equidistante das atividades partidárias[1542]. O "etc" da Junta de Concepción indicava falta de reflexão sobre a conveniência da participação, como mediadores, de governos de outros países, que não o do Brasil. Contudo, a Junta de Concepción não funcionava improvisadamente e havia certa organização administrativa, como o demonstra a folha de papel com as "bases", entregue a Negrão de Lima e que tinha as características de documento oficial: o papel era timbrado, contava com carimbo circular com a inscrição "Junta de

[1539] NEGRÃO DE LIMA para FERNANDES, tel. 223, sec., Assunção, 5.6.1947, às 12 hs. Id.

[1540] FABRINO para FERNANDES, tel. 229, sec., Assunção, 9.6.1947, às 10:15 hs. Id. NEGRÃO DE LIMA para FERNANDES, tel. 228, sec., Assunção, 8.6.1947, às 17 hs. Id. Capitão ALAMIR para NEGRÃO DE LIMA, radiograma da Força Aérea Brasileira, n. 9, Ponta Porã, 8.6.1947. Arquivo Negrão de Lima, CPDOC-FGV, NL 47.03.08 adP.

[1541] EXTERIORES para FABRINO, tel. 68, sec., Rio de Janeiro, 14.6.1947, às 18,30 hs. AEBA, Política Interna 1946-1948. Os esforços de Negrão de Lima, para se formalizar a mediação e se obter a paz, foram motivo de correspondência de agradecimento por parte do secretário de Relações Exteriores da Junta de Gobierno para o Itamaraty. Cesar Bueno DE LOS RÍOS, secretário de Relaciones Exteriores, para Raúl FERNANDES, Concepción, 19.7.1947. Arquivo Negrão de Lima, CPDOC-FGV, NL 47.03.08 adP.

[1542] JUNTA DE GOBIERNO. Bases generales para un acuerdo de paz. Concepción, 12.6.1947. Arquivo Negrão de Lima, CPDOC-FGV, NL 47.03.[?] adP.

Gobierno x Sria. De Rel. Exter. x" e, no centro, o brasão oficial paraguaio com os dizeres "República del Paraguay".

Enquanto isso, diferentes fontes acusavam o governo argentino de fornecer armamento para o governo de Assunção. Essa situação foi denunciada pelo coronel Federico Smith, nomeado por Morínigo, em março de 1947, comandante em chefe das Forças Armadas, cargo que aceitou, segundo ele, para tentar desempenhar papel conciliador e, fracassando, abandonou-o pouco depois. Em maio de 1947, Smith escreveu ao deputado argentino Gregorio Pomar, oposicionista radical, queixando-se porque "são precisamente os arsenais argentinos que alimentam [com armas] os bandos de Morínigo para prolongar a unidade de seu regime com o vexame, o terror e o assassinato de meu povo". O deputado Pomar apresentou, na Câmara, pedido de informações aos ministros das Relações Exteriores e da Guerra sobre a manutenção da neutralidade da Argentina na guerra civil e se o país fornecia material bélico a Morínigo. Em junho de 1947, em pronunciamento na tribuna da Câmara de Deputados, o gaúcho Flores da Cunha acusou o governo de Perón de fornecer grande quantidade de armamentos a Morínigo e discriminou de que tipo eram[1543].

O subsecretário de Relações Exteriores paraguaio afirmou a Fabrino que não sabia dessas compras, mas, acrescentou, os outros países tinham direito de vender armas ao governo paraguaio, legalmente constituído e no pleno exercício de suas relações externas. Acrescentou que, de acordo com a "Convenção dos direitos e deveres dos Estados em casos de lutas civis", de 20 de fevereiro de 1928, de Havana, e a sétima declaração da 2ª. Reunião de Consulta de Cuba, em 1940, constitui ato inamistoso contra um governo em luta com revoltosos impedir semelhantes compras[1544].

A Embaixada brasileira procurou apurar essa informação e relativizou-a, informando que também do lado dos revolucionários grande parte das pistolas, munição e granadas, eram de procedência argentina, provavelmente compradas antes da revolução. A representação reproduzia a informação que circulava em Assunção de que o general Dias de Vivar, chefe do Estado-Maior paraguaio, quando esteve em Buenos

[1543] "Explicándole así el papel conciliador que quise desempeñar y que estaba muy lejos de ser el sostenedor de la más inícua dictadura que ha degradado al heroico pueblo paraguayo.(...) [hubo] convenio suscrito por el jefe del Estado Mayor General, coronel Díaz de Vivar en su reciente viaje a Buenos Aires, por el cual se reglamenta la provisión quincenal de 1.000 fusiles, 500 granadas de morteros, 500 granadas de artillería, 100 granadas de mano de gran poder explosivo y 1.000.000 de proyectiles de ametralladoras y fusiles (...)". Federico W. SMITH para coronel Gregorio POMAR, "mayo de 1947". Arquivo Negrão de Lima, NL 47.03.08 adP. O documento é uma cópia, não havendo assinatura de Smith. "Sobre el envio de Armas al Paraguay" in: *El Mundo* (jornal), Buenos Aires, 12.6.1947. Idem, ibidem. FABRINO para FERNANDES, tel. 233, sec., Assunção, 13.6.1947,às 12 hs. AEBA, Política Interna 1946-1948.

[1544] FABRINO para FERNANDES, tel. 233, sec., Assunção, 13.6.1947, às 12 hs. Ibidem.

Aires no início de abril, teria obtido granadas e morteiros. Para Fabrino, Flores da Cunha havia sido enganado em sua boa-fé quanto a informação sobre o volume das armas fornecidas, tendo sido vítima daqueles que desejavam provocar confusão na região do Rio da Prata, em benefício dos revoltosos. A atuação bem-sucedida dos intrigantes poderia resultar em animosidade entre o Brasil e a Argentina, "o que, aliás, pouco deve importar aos que não são nem brasileiros nem argentinos"[1545], insinuando que eram os revolucionários a origem da intriga.

Enquanto isso, Negrão de Lima retornou a Assunção, vindo de Concepción, para, confidencialmente, discutir com Morínigo "alguns pontos". O governo argentino estava sendo informado de todos esses trâmites "e provavelmente secundará nossa gestão"[1546]. Na capital paraguaia, no primeiro encontro que teve com o chanceler Chaves, o enviado brasileiro verificou ser de "absoluta impossibilidade" uma mediação nas bases propostas pelos revolucionários, pois sequer a anistia ampla era admitida pelo governo e, menos ainda, a composição do ministério, cuja recusa era intransigente por parte dos colorados. Negrão de Lima foi procurado pelo embaixador Isaac Arriola, que se mostrava disposto a apoiar a ação mediadora. Dias depois, porém, o diplomata brasileiro escreveu ao Itamaraty que a atuação de Arriola foi "insignificante", não sabendo tirar proveito da importância de sua posição, "neste grave momento", sequer para apoiar, com a firmeza necessária, a iniciativa brasileira[1547]. Na realidade, Arriola não era inepto, mas, sim, tinha aversão a Negrão de Lima, possivelmente como resultado de motivos pessoais e do governo argentino não estar de acordo com a ação brasileira, embora não manifestasse o desagrado publicamente ou para o Itamaraty[1548].

Negrão de Lima pediu instruções ao Itamaraty, esclarecendo ser a favor do fim da tentativa de estabelecer a mediação, pois ela já causava discussões apaixonadas e interpretações facciosas que interessava ao Brasil evitar. Concluiu que o governo Morínigo continuava a crer na vitória militar sobre os revolucionários, "mas já sabe que isto implicará em luta intensa e demorada"[1549]. O próprio Morínigo, porém, apresentou-se mais flexível do que seus aliados colorados e, no dia 26 de junho, após ouvir exposição do

[1545] Idem. tel. 236, sec., Assunção, 14.6.1947, s./h. Ibid.
[1546] EXTERIORES para FABRINO, tel. 68, sec., Rio de Janeiro, 14.6.1947. Ibid.
[1547] NEGRÃO DE LIMA para FERNANDES, tel. 251, secr., Assunção, 25.6.1947, às 12 hs. Id. Idem, tel. 254, secr., Assunção, 28.6.1947, às 10 hs. Id.
[1548] O encarregado de negócios norte-americano em Assunção acreditava que a irritação de Arriola decorria de uma dessas duas causas e não de ambas, o que parece mais provável ao autor deste livro. TRUEBLOOD, encarregado de negócios norte-americano, para SECRETÁRIO DE ESTADO, of. conf. 481, Assunção, 21.8.1947, in: DELVALLE, p. 345.
[1549] NEGRÃO DE LIMA para FERNANDES, tel. 251, secr., Assunção, 25.6.1947, às 12 hs. AEBA, Política Interna 1946-1948.

enviado brasileiro sobre os pontos de vista dos revolucionários, pediu-lhe que voltasse à sua presença no dia seguinte. Aparentemente, o presidente tentava obter tempo extra para negociar com seus aliados que se aceitasse a mediação, a partir das bases apresentadas[1550], pressionado pela derrota legalista nos combates de 11 e 12 de junho em Tacuatí, que afastaram a possibilidade de uma vitória, no curto prazo, do governo de Assunção.

Contudo, após consultar seus aliados, Morínigo comunicou a Negrão de Lima "a impossibilidade absoluta" de se conseguir a paz a partir das bases propostas pelos revolucionários. Com isso, o diplomata deu por encerrada sua missão mas, como os revolucionários desejavam encontrá-lo e o governo paraguaio não via inconveniente nisso, resolveu passar por Concepción, no dia 30, em seu retorno ao Rio de Janeiro[1551]. O comunicado do presidente Morínigo pondo fim à mediação na guerra civil foi feita em termos duros, não deixando margem a eventuais novas tentativas de se terminar a luta de forma negociada[1552]. Pelo fracasso de se iniciar a mediação, Negrão de Lima responsabilizou a linha dura do governo, encabeçada por Natalicio González[1553].

Em 9 de julho, Fabrino recebeu instruções de Raúl Fernandes para comunicar Morínigo de que estava descartada a possibilidade de mediação brasileira. Os termos do comunicado eram duros, responsabilizando o presidente pelo fracasso da iniciativa nesse sentido, pois lembrava que Negrão de Lima havia conseguido dos revolucionários que não se discutisse o mandato do presidente, "que seria resguardado em toda a sua plenitude" e que sob a autoridade deste se faria a pacificação do país. Acrescentava ser "impossível" obter qualquer avanço sem a concessão da anistia, que foi "parcialmente retirada" após ter sido "solene e espontaneamente prometida pelo presidente". Assim, a menos que houvesse uma orientação "mais equânime" de Morínigo quanto à anistia, seriam terminadas as gestões de mediação. Se este, porém, "estiver disposto a assumir uma posição mais transigente", dizia Fernandes, se poderia "lograr a paz ainda a tempo de evitar o próximo terrível recrudescimento do choque militar"[1554].

O novo embaixador brasileiro em Assunção, Júlio Augusto Barboza-Carneiro, foi recebido pelo chanceler paraguaio em 15 de julho. Ouviu de Chaves que, embora o governo paraguaio tivesse meios militares

[1550] Idem, tel. 252, secr., Assunção, 26.6.1947, às 11 hs. Id.
[1551] Idem, tel. 254, secr., Assunção, 28.8.1947, às 10 hs. Id.
[1552] FERNANDES para FABRINO, tel. 79, secr., Rio de Janeiro, 10.7.1947, às 9 hs, Id.
[1553] TRUEBLOOD, encarregado de negócios norte-americano, para SECRETÁRIO DE ESTADO, of. conf. 2.571, Assunção, 9.7.1947, in: GONZÁLEZ DEVALLE, p. 308.
[1554] EXTERIORES para FABRINO, tel. 79, Rio de Janeiro, 9.9.1947, às 14,30 hs. AEBA.

de vencer a revolução, era melhor a "pacificação espiritual" e acrescentou estranhar que a chancelaria brasileira tivesse a impressão de que Morínigo recuara do *Memorandum* de 6 de abril. Barboza-Carneiro pediu, então, esclarecimentos sobre a anistia aos militares revoltosos e obteve a resposta de que ela significaria excluí-los de qualquer julgamento, além de se lhes garantir as respectivas patentes e seus respectivos soldos ou pensões, no caso dos que estavam reformados. Acrescentou que esses militares não retornariam a seus postos e deveriam aguardar ordens, quer dizer, permanecer em disponibilidade, sem funções definidas[1555].

Como base para a negociação, Morínigo se comprometia com a anistia ampla, mas pedia o cessar-fogo provisório durante as negociações de paz. Negrão de Lima, que estava no Rio de Janeiro, recebeu ordem do Itamaraty de seguir para Concepción e negociar com os revolucionários os próximos passos. Na véspera de partir, esse diplomata escreveu ao chanceler Raúl Fernandes questionando a sinceridade da proposta do governo de Assunção. Dizia que até a apresentação desta, ele não havia tratado com os rebeldes do cessar-fogo, ato que deveria ser bilateral, mas havia a exigência de Morínigo de que eles entregassem as armas para os mediadores, enquanto os legalistas continuariam com elas. Entregar as armas, lembrou Negrão de Lima, atingia o brio militar e, mesmo que fosse simbólica, pois os revolucionários poderiam recuperá-las, ainda assim teria enorme repercussão psicológica negativa na revolução. Por isso, afirmava esperar resistência em Concepción e escutar que se aceitava a suspensão das operações bélicas, mas que as armas seriam entregues definitivamente com a assinatura da paz[1556].

Negrão de Lima afirmava que Morínigo era "um dos homens mais espertos que já conheci" e a prova era essa sua exigência para começar a atividade mediadora. Segundo esse diplomata, depois do telegrama que Fernandes lhe enviara, o líder paraguaio não queria responder negativamente à possibilidade de se negociar a paz e nem ficar mal perante a opinião pública americana. Assim, com essa proposta, se os rebeldes entregassem as armas, não lhes seria possível prosseguir a luta; se recusassem, seriam responsabilizados pela continuação da guerra civil[1557].

A situação, dizia negrão de Lima, não o desanimava. Ao contrário, "a mediação não deve fracassar por essa armadilha que o presidente Morínigo nos preparou" e propunha uma forma de contorná-la. Fernandes deveria telegrafar ao líder paraguaio dizendo que esse

[1555] BARBOZA-CARNEIRO para EXTERIORES, tel. 270, secr., Assunção, 15.7.1947, às 23 hs. Id.
[1556] NEGRÃO DE LIMA para FERNANDES, carta particular, confidencial, Rio de Janeiro, 16.7.1947. Arquivo Negrão de Lima, CPDOC-FGV, NL 47.03.08 adP.
[1557] Idem.

diplomata brasileiro fora enviado a Concepción, mas que a exigência da entrega de armas só criava dificuldades, quando sem ela se conseguiria o fim das hostilidades. O chanceler brasileiro deveria comentar que isso seria uma pena, uma vez que essa questão não tinha importância para Morínigo, cuja vitória estava assegurada ao ser garantida sua manutenção na Presidência da República, com todos os poderes. Concluía Negrão de Lima que os líderes de Concepción tinham feito concessões em todos os pedidos que lhes foram feitos, exceto o da rendição, mas temia que com a melhora da situação militar revolucionária não aceitassem a deposição provisória das armas nos termos propostos. Pedia um pouco mais de paciência a Raúl Fernandes, pois "com outro telegrama seu no tom da mensagem anterior, o senhor terá decidido o destino ou a felicidade de milhares de seres humanos, hoje pendentes da ação brasileira"[1558].

O avião com Negrão de Lima decolou do Rio de Janeiro no dia 16 de julho, rumo a Concepción, e já no dia 20 o diplomata estava de retorno a Ponta Porã. Nesta localidade, respondendo a pergunta do correspondente do jornal carioca Correio da Manhã, sobre se os paraguaios podiam ter esperança de paz, afirmou que aquele era "o momento de se esperar alguma coisa". Acrescentou ser necessário que a opinião pública do continente americano se mobilizasse, "num vigoroso apelo ao patriotismo e à serenidade dos combatentes, no sentido de que facilitem uma terminação honrosa para o triste conflito que está arruinando, por muitos anos, a valorosa nação guarani"[1559]. Na realidade, essa mobilização teria de pressionar o governo de Assunção, pois os revolucionários de Concepción, apesar de declararem estar seu movimento "más fuerte que en su inicio" militarmente, aceitaram os seguintes pontos como base geral para se fazer uma conferência de paz: a) permanência de Morínigo no cargo de presidente; b) segurança para a normalização democrática do país; e c) cessar-fogo, de acordo com as sugestões feitas por Negrão de Lima, "sobre a base de que os mediadores serão garantes dos revolucionários perante o governo de Assunção e deste perante a Comunidad Revolucionária", para manter as posições de cada parte e o *statu quo*, até que a Conferência de Paz chegasse a resultados finais[1560].

[1558] Id.

[1559] M. Dias de PINHO, Incansáveis os esforços brasileiros para a mediação; regressando de Concepción, o sr. Negrão de Lima fez declarações otimistas, in: Correio da Manhã, 22.7.1947. Arquivo Negrão de Lima, CPDOC-FGV, NL 47.03.08 adP.

[1560] JUNTA DE GOBIERNO – Secretaria de las Relaciones Exteriores, Memorandum assinado pelo secretário César Bueno DE LOS RÍOS, Concepción, 19.7.1947.

No entanto, melhorara a situação das forças legalistas e o chanceler paraguaio disse ao encarregado de negócios norte-americano, que se esperava a derrota dos rebeldes. Perguntado sobre a mediação, Chaves respondeu que era preciso terminar de vez a rebelião, derrotando-a para não se cometer "o erro dos aliados em 1918", na Iª Guerra Mundial, que, ao aceitarem o armistício, deram a impressão aos alemães de que não tinham sido vencidos militarmente. Devido a gravidade dessa afirmação, o diplomata norte-americano comunicou-a a Barboza-Carneiro, no dia 19, e o embaixador brasileiro, não conseguindo audiência com Morínigo ou Chaves, pegou um avião na manhã seguinte para Ponta Porã, onde relatou essa conversa a Negrão de Lima. Este, que retornava ao Rio de Janeiro, informou que os rebeldes aceitaram a proposta para o início da mediação e isso devia ser comunicado ao governo paraguaio; Barboza--Carneiro regressou a Assunção às 12h30 horas desse mesmo dia. O embaixador brasileiro procurou criar fato consumado e comunicou a decisão dos revolucionários aos representantes argentino e norte-americano, o qual, no dia anterior, comunicara ao chanceler paraguaio a decisão do governo norte-americano de aceitar ser também mediador. Chaves foi pego de surpresa com a atitude de Barbosa e perguntou-lhe "então o senhor já comunicou isso ao encarregado de negócios norte--americano?" e, ao escutar resposta afirmativa, disse que iria se encontrar com Morínigo e procuraria o diplomata brasileiro no dia seguinte. Este não fez alusão ao que lhe revelara o representante norte-americano, sobre o governo paraguaio querer dar solução militar à guerra, e nem Chaves tocou no assunto[1561].

As Chancelarias brasileira e argentina chegaram a um acordo para a proposta de início da mediação, a ser apresentada por seus embaixadores a Morínigo. Seria preservada a autoridade presidencial de Morínigo; os rebeldes seriam anistiados e os militares manteriam suas funções e patentes; e haveria suspensão de hostilidades, com cada parte mantendo suas posições durante a mediação. O governo argentino se recusava a receber e guardar armas dos rebeldes, o que tornava "sem importância" a recusa dos rebeldes de entregá-las aos mediadores[1562]. A recusa argentina se explicava, de um lado por achar que a entrega de armas seria uma humilhação para os rebeldes, e, por outro lado, porque no caso de fracasso

[1561] BARBOSA para EXTERIORES, tel. 278, sec., Assunção, 20.7.1947, 21 hs. AEBA, Política interna 1946-1948.
[1562] EXTERIORES para BARBOSA, tel. 86, secr., Rio de Janeiro, 22.7.1947, às 23 hs. Idem.

das negociações, os mediadores ficariam em situação embaraçosa ao serem obrigados a devolver as armas aos revolucionários[1563], permitindo a retomada da guerra civil.

Os embaixadores Barbosa e Arriaga foram recebidos, no dia 24, por Morínigo e o chanceler Chaves. Foram comunicados de que o governo paraguaio não podia aceitar a proposta sem consultar seus "colaboradores" e já lhes era adiantado que não se admitia suspender as operações bélicas para se começar as conversações de paz. Barbosa lembrou que o governo paraguaio aceitara a suspensão, ao que Chaves retrucou que o entendimento que o governo paraguaio tivera era de que as hostilidades cessariam com a entrega das armas e, surpreendentemente, Arriaga concordou com o chanceler paraguaio. O representante brasileiro ainda trocou argumentos com Morínigo e, terminada a audiência, se retirou no mesmo carro que o colega argentino e lhe perguntou se não tinha recebido instruções de Buenos Aires para aceitar o cessar-fogo do modo proposto e escutou a resposta: "sim, integralmente. Mas acho que Chaves tem razão"[1564].

O encarregado de negócios dos EUA em Assunção comunicou a Barboza-Carneiro que a Embaixada norte-americana em Buenos Aires informara que os líderes liberais ali exilados eram contrários à mediação. Exigiam o afastamento prévio de Morínigo da Presidência, pois não confiavam nele. O telegrama de Barboza-Carneiro foi enviado às 14h e, comprovando como o esforço de paz era importante para o governo brasileiro e como os eventos se desenrolavam rapidamente, recebeu resposta do Rio de Janeiro no próprio dia 23, oito horas depois. A chancelaria brasileira lembrou que o acordo com os rebeldes foi antecedido de consulta aos chefes políticos civis, que tinham representantes em Concepción. Observou, ainda, que a rebelião era "puramente militar", tanto que organizara um governo revolucionário militar. Tendo em vista essas circunstâncias, o Itamaraty questionava que influência poderia ter a opinião de alguns chefes políticos ausentes[1565].

Em 25 de julho, Barboza-Carneiro e Arriola encontraram-se com o chanceler Chaves que lhes disse que o governo paraguaio se arriscaria a ser derrubado, caso aceitasse o cessar-fogo sem entrega de armas. O diplomata brasileiro sugeriu que esse item tivesse a redação alterada para:

[1563] TRUEBLOOD, encarregado de negócios norte-americano, para SECRETÁRIO DE ESTADO, tel. sec., Assunção, 23.7.1947, in: DELVALLE, p. 324.

[1564] BARBOSA para EXTERIORES, tel. 282, secr., Assunção, 24.7.1947, às 19 hs. AEBA, Política interna 1946-1948.

[1565] BARBOZA-CARNEIRO para EXTERIORES, tel. 281, secr., Assunção, 23.7.1947, às 14 hs. Id. EXTERIORES para BARBOZA-CARNEIRO, tel. 87, secr., Rio de Janeiro, 23.7.1947, às 22 hs. Id.

"constituição imediata da comissão mediadora com a participação do Governo e dos rebeldes, comissão essa que deverá decidir preliminarmente sobre o momento da cessação das hostilidades". Segundo Barboza-Carneiro, esse era o único meio de sair do impasse. Arriola, por sua vez, declarou que seu governo era favorável à imediata cessação de hostilidades e que apoiava a proposta original. Posteriormente este embaixador declarou ao colega brasileiro estar arrependido de ter concordado com o chanceler paraguaio no dia 24. Para Barbosa, esse arrependimento devia ser resultado de instruções que o embaixador recebeu de Buenos Aires, o que o levou a "cair em si"[1566].

Essas informações foram enviadas ao Itamaraty por meio de dois telegramas secretos que, porém, não foram avaliados simultaneamente no Rio de Janeiro. Como resposta, o Itamaraty considerou, em um primeiro momento, apenas o telegrama 283, que registrava a dificuldade do governo paraguaio com o cessar-fogo. Como consequência, a instrução dada a Barboza-Carneiro foi de aceitar a mediação, relegando a suspensão das hostilidades para ser eventualmente obtida pela ação dos mediadores. Os governantes paraguaios deviam ter claro que, se pensavam esmagar militarmente a revolução, então "a mediação é absolutamente inútil". Horas depois, novo telegrama vindo do Itamaraty dizia que se o embaixador argentino em Assunção estava de acordo com a fórmula de mediação conjunta, apresentada anteriormente, e, portanto, ela deveria ser a definitiva. O chanceler Fernandes observava, porém, que a suspensão de hostilidades não precederia a mediação, mas, sim, resultaria das primeiras ações dos mediadores. Fernandes não se opunha a modificação no item 3, como Barboza-Carneiro sugerira a Chaves, desde que o embaixador argentino estivesse de acordo[1567].

No dia 26 de julho, Barboza-Carneiro recebeu o chanceler Chaves. Este mostrou-lhe telegrama do governo paraguaio a seus embaixadores no Rio de Janeiro e em Buenos Aires, instruindo-os a procurarem os presidentes Dutra e Perón. Deveriam explicar a impossibilidade de Morínigo aceitar a cessação das hostilidades como condição prévia ao início de negociação de paz, quando elas deveriam ocorrer por acordo entre as duas partes nos trabalhos da comissão de mediação que viesse a ser constituída. Chaves acrescentou que o embaixador argentino era pessoalmente simpático a essa orientação, mas que tinha instruções de Buenos Aires no sentido de que a cessação das hostilidades era condição

[1566] BARBOZA-CARNEIRO para EXTERIORES, tel. 283 e 284, secr., Assunção, 25.7.1947, ambos registrando como horário de transmissão 17 hs. Id.

[1567] EXTERIORES para BARBOZA-CARNEIRO, tels. 88 e 89, secr., Rio de Janeiro, 25.7.1947, respectivamente às 8 hs e às 11 hs.

prévia para se iniciar a mediação. Barboza-Carneiro via positivamente essa iniciativa do governo paraguaio, "porquanto se for aceito o seu ponto de vista pela Argentina, ele não poderá mais tergiversar quanto a reunião imediata dos mediadores"[1568].

Essa informação foi recebida com pessimismo pelo chanceler Fernandes. Este se convenceu de que o governo paraguaio criaria pretextos dilatadores, para não cessar as hostilidades, e, assim, esmagar militarmente a revolução. A Embaixada em Assunção concordava com esse raciocínio. O presidente Dutra considerou "inadmissível" prosseguir as hostilidades após instalada a comissão de mediação e que a mediação seria inútil se não servisse para pôr fim ao derramamento de sangue e à pacificação dos ânimos. Essa decisão foi comunicada ao presidente Perón, enquanto Barboza-Carneiro foi instruído a agir em Assunção tendo como base essas considerações e em ação conjunta com o embaixador argentino[1569].

No dia 1º de agosto, o embaixador Barbosa foi chamado para audiência com Morínigo, na presença do chanceler Chaves. O líder paraguaio disse que repetiria o que já explicara a Negrão de Lima e que, receava, não havia sido compreendido, isto é, que apreciava os esforços do governo brasileiro para efetivar a mediação, mas que uma decisão neste sentido não dependia apenas da vontade dele, Morínigo. Este, frente à pergunta de Barbosa, declarou crer que a mediação seria mais provável depois da ocupação de Concepción por forças legalistas. O diplomata brasileiro respondeu-lhe que os acontecimentos estavam se precipitando e que a mediação se tornara praticamente razão de ser e, mais, que a diplomacia brasileira podia estabelecer os contatos necessários quando os rebeldes estavam nessa cidade, mas, com sua retirada, havia dificuldade técnica em contatá-los. No final do encontro, Morínigo reiterou os agradecimentos à Chancelaria brasileira por seus esforços em favor da mediação[1570].

Dias depois, em 5 de agosto, o Itamaraty informou a Barboza--Carneiro que as instruções que lhe enviara eram as mesmas que o governo argentino dera ao embaixador Arriola. O representante brasileiro deveria, com urgência, agir de comum acordo com seu colega argentino para cobrar de Morínigo uma resposta definitiva sobre a mediação. Já no dia 6, esses dois diplomatas se encontraram com o presidente paraguaio, na presença do chanceler paraguaio, e solicitaram-lhe uma resposta final.

[1568] BARBOZA-CARNEIRO para EXTERIORES, tel. 285, secr., Assunção, 26.7.1947, às 20 hs. Id.

[1569] EXTERIORES para BARBOZA-CARNEIRO, tel. 90 e 91, secr., Rio de Janeiro, 28 e 29.7.1947, respectivamente às 14:30 hs e 19:30 hs. Id. BARBOZA-CARNEIRO para EXTERIORES, tel. 287, secr., Assunção, 29.7.1947, às 14 hs. Id.

[1570] BARBOZA-CARNEIRO para EXTERIORES, tel. 290, secr., Assunção, 1.8.1947, às 23,30 hs. Id.

Morínigo solicitou, então, que os embaixadores "ditassem o entendimento do item 3", o que foi feito pelo argentino. O presidente respondeu, então, que precisava de consultar seus colaboradores, instante em que Barboza--Carneiro, com apoio de Arriola, reafirmou a necessidade "de não ser mais protelada a sua decisão e pedi que nos fixasse o momento em que a poderíamos receber", obtendo como resposta "amanhã, pelo início da manhã"[1571].

Morínigo fez uma contraproposta com condições para se iniciar a mediação que seria inaceitável para os revolucionários, como a de acatá-lo como governo legítimo do país; de declarar fora da lei o comunismo; e, ainda, depor as armas, o que deixaria os rebeldes indefesos. A resposta de Barboza-Carneiro, com apoio de Arriola, foi que a proposta que lhe apresentara no dia anterior era definitiva e de comum acordo pelas chancelarias argentina e brasileira, elaborada após a missão Negrão de Lima. Acrescentou Barboza-Carneiro que os governos argentino e brasileiro aguardavam resposta de Morínigo ao item 3 do acordo de mediação, apresentado em 23 de julho, quer dizer, se ele concordava em suspender as hostilidades no momento em que se reunisse a comissão mediadora[1572].

Barboza-Carneiro considerava "evidente" que o governo paraguaio não suspenderia a ação militar contra os revolucionários para haver mediação de paz. Ele e Arriola comunicaram a Morínigo que não examinaram sua contraproposta de mediação, pois era definitiva a que fora apresentada, em comum acordo, pelas chancelarias argentina e brasileira. Esta decisão foi aprovada pelo governo brasileiro[1573]. Morínigo pediu-lhes aguardarem algumas horas para uma resposta e "compreensão" para suas dificuldades, pois tinha de consultar certos chefes militares. Barboza-Carneiro respondeu que as compreendia, mas que "a essa altura os minutos são preciosos" e disse que o radiotelegrafista da Embaixada brasileira ficaria de prontidão, esperando a resposta de Morínigo para comunicá-la imediatamente ao Itamaraty[1574]. Não havia mais espaço de protelação por parte do chefe de Estado paraguaio e cabia-lhe decidir entre persistir nos combates para vencer militarmente os rebeldes, ou, então, sentar-se para negociar com eles, suspendendo a luta e reconhecendo ser impossível a vitória militar.

[1571] EXTERIORES para BARBOZA-CARNEIRO, tel. 92, secr., Rio de Janeiro, 5.8.1947, às 19 hs. Id. BARBOZA-CARNEIRO para EXTERIORES, tel. 292 secr., Assunção, 6.8.1947, às 19 hs. Id.

[1572] BARBOZA-CARNEIRO para EXTERIORES, tel. 294, secr., Assunção, 7.8.1947, às 16:30 hs. Id.

[1573] Ibidem. EXTERIORES para BARBOZA-CARNEIRO, tel. 95, secr., Rio de Janeiro, 8.8.1947, às 8 hs. Id.

[1574] BARBOZA-CARNEIRO para EXTERIORES, tel. 296, secr., Assunção, 8.8.1947, às 17 hs.

Em 9 de agosto, Morínigo estava na frente de luta, pois a situação se agravara para as tropas legais em Assunção, sob ataque dos rebeldes. Estes haviam se retirado de Concepción, nela deixando apenas uma pequena força que não resistiu ao assédio das tropas legalistas e a cidade caiu em mãos destas em 31 de julho. Contudo, a força rebelde que se retirara implantou ousada estratégia e dirigiu-se ao sul, por via fluvial, para atacar a capital. Morínigo estava esperando a chegada do reforço do 1º Corpo de Exército e, caso a capital caísse, continuaria lutando no norte, sob domínio de suas tropas. Somente após ouvir a opinião do comandante desse Corpo é que responderia à proposta de mediação brasileiro-argentina, solicitando três dias mais de prazo para tanto. Essas informações foram comunicadas pelo chanceler Chaves em encontro com Barboza-Carneiro e Arriola, com ambos demonstrando sua contrariedade[1575].

O 1º Corpo, que constituía a força legalista mais importante, estava em Concepción e, enquanto não retornava, Morínigo e os líderes colorados organizaram um exército de voluntários e construíram defesas improvisadas na periferia de Assunção. O coronel Alfredo Stroessner foi enviado para Humaitá, com algumas peças de artilharia, para impedir que as duas canhoneiras rebeldes navegassem pelo rio Paraguai e alcançassem a capital, atacando-a. Enquanto alguns funcionários públicos, em dúvida sobre a capacidade da resistência legalista, fugiram para a Argentina, Morínigo manteve-se firme, visitando as linhas onde se combatia e exortando os *py nandí* a continuarem lutando[1576].

Passaram-se os três dias e nenhuma resposta foi dada por Morínigo aos embaixadores argentino e brasileiro. A situação militar legalista melhorara, apesar de Assunção continuar sitiada, pois, no dia 10 de agosto, as forças do 1º Corpo de Exército apareceram na retaguarda dos rebeldes. Três dias depois, Morínigo, em companhia do chanceler interino, dr. Ocampos (Chaves fora ao Rio de Janeiro para participar da Conferência Pan-americana), chamou Barboza-Carneiro e Arriola e comunicou-lhes que não conseguia reunir os chefes militares. O diplomata brasileiro respondeu que não se podia protelar o assunto, pois os chanceleres do Brasil e da Argentina deviam satisfação às respectivas opiniões pública. O embaixador argentino acrescentou que, se o governo paraguaio não podia tomar decisão, devia dizer isso explicitamente e que lhe parecia "inadmissível" não haver uma resposta, qualquer que fosse. Morínigo prometeu, então, preparar um *Memorandum* explicando sua impossibilidade de tomar uma decisão e agradecendo os "esforços

[1575] Idem, tel. 299, "secreto urgente », Assunção, 9.8.1947, às 14:30 hs. Ibid.
[1576] LEWIS, pp. 199-200.

amistosos" das Chancelarias argentina e brasileira. Esse documento foi entregue aos dois embaixadores no dia seguinte, em 14 de agosto[1577]. Na realidade, Arriola estava mais preocupado em evitar que o governo paraguaio fosse acusado de responsável pelo fracasso do esforço mediador[1578] do que em obter sucesso por ele. E o *Memorandum* atendia a esse objetivo.

Nesse ínterim, a combatividade dos *py nandí*, a chegada das forças legalistas do 1º Corpo e o reforço de armas enviados por Perón, por via aérea, para Morínigo permitiram deter os atacantes na periferia de Assunção. Em 14 de agosto, o sentido dos combates se inverteu, com os rebeldes sendo cercados pelas forças legalistas; a luta prosseguiu por cinco dias, até que os rebeldes que tiveram condições escaparam para a Argentina, enquanto os demais se rendiam. Vitoriosos, os colorados se tornaram donos da situação e buscaram seus adversários onde estivessem escondidos. Centenas de oposicionistas foram presos, alguns fuzilados, e a maioria foi enviada para acampamentos vigiados em lugares remotos[1579].

Em 13 de agosto, reuniu-se o corpo diplomático em Assunção, sob a presidência do Núncio Apostólico, monsenhor Liberato Tosti. O objetivo era o de discutir apelo feito por senhoras paraguaias para que o corpo diplomático interferisse junto ao governo paraguaio para pôr fim aos maus tratos contra presos políticos. Na reunião, os embaixadores do Peru, Chile e Itália confirmaram a existência de torturas contra os prisioneiros. O embaixador argentino, Isaac Arriola, informou que comunicara seu governo sobre as torturas, acrescentando, porém, que se interpelassem o Governo paraguaio, este lhes pediria provas e não as tinham, contando apenas com relatos. Os presentes na reunião concordaram que nada se poderia fazer. Para o embaixador Barboza-Carneiro, havia violências nas prisões e nas cidades do interior, onde ocorriam "abertamente", e boa parte delas eram feitas pelos voluntários legalistas que ainda se encontravam armados. Acrescentou que os adversários do governo já não se sentiam em segurança no país e iniciava-se um movimento de emigração[1580].

Tornaram-se rotineiras as torturas contra adversários dos *guionistas*, inclusive de colorados, e impressionava o embaixador Barboza-Carneiro a que ocupantes de altas posições se referissem a essas práticas de forma banal, quando seriam consideradas degradantes em outros países "para

[1577] BARBOZA-CARNEIRO para EXTERIORES, tels. 305 e 308, secr., Assunção, 13 e 15.8.1947, respectivamente às 20h e às 22h. AEBA, Política interna 1946-1948.
[1578] TRUEBLOOD, encarregado de negócios norte-americano, para SECRETÁRIO DE ESTADO, of. Conf. 2.808, Assunção, 18.8.1947, in: DELVALLE, p. 339.
[1579] LEWIS, p. 200.
[1580] BARBOZA-CARNEIRO para FERNANDES, of. 279, conf., Assunção, 17.9.1947. AEBA, Política interna 1946-1948.

o homem de certo nível de civilização"[1581]. Como consequência da guerra civil, teriam morrido cinco mil pessoas e, em seguida, oposicionistas foram presos e torturados; calcula-se que o clima de intranquilidade que se seguiu levou ao êxodo de 400 mil paraguaios, que se instalaram nos países vizinhos, principalmente, na Argentina[1582]. Um ano depois, segundo disse o chanceler argentino ao presidente do Uruguai, havia 15 mil paraguaios na condição de exilados políticos na Argentina, cujo governo gastava cinco pesos diários com cada um[1583].

A derrota dos revolucionários também foi um revés para o governo do presidente Dutra. A diplomacia brasileira buscara obter a conciliação das partes em luta o que significava, na prática, uma recomposição do governo paraguaio, incorporando liberais e febreristas, o que implicaria na perda do monopólio do poder recentemente conquistado pelo Partido Colorado. A recusa brasileira em fornecer armamento a Morínigo e a insistência em que as duas partes em luta negociassem contrastavam com a ambígua posição de Perón, pela qual apoiava, formalmente, os esforços brasileiros para se iniciar uma mediação pacificadora, mas, na prática, fechava os olhos para o contrabando de armas oriundos da Argentina para as tropas de Morínigo, ou, então, as fornecia oficialmente. Com isso, Perón se afastava do Partido Liberal, que historicamente tinha afinidades com a Argentina, mas era coerente com a ideologia peronista, antiliberal e nacionalista autoritária, a qual coincidia com a ideologia de Morínigo e de setores do Partido Colorado. Terminada a guerra civil, a influência argentina junto ao governo paraguaio se fortaleceu, em detrimento das influências brasileira e norte-americana.

4 – De Morínigo à Chaves: a discreta presença brasileira

Os esforços de Francisco Negrão de Lima em obter a suspensão dos combates entre as partes em luta no Paraguai, levando-as a negociarem uma solução pacífica, fracassou por dois motivos. De um lado, Morínigo se recusava a abrir mão de seu poder pessoal e, de outra parte, o Partido Colorado não aceitava partilhar o poder com os liberais, que, por quatro décadas, haviam se recusado a fazer o mesmo, e com os febreristas, inimigos

[1581] BARBOZA-CARNEIRO para FERNANDES, of. 69, secr., Assunção, 26.4.1948. Id. Idem, tel. 69, secr., Assunção, 3.6.1948, às 11 hs. Id.
[1582] BREZZO; FIGALLO, p. 408.
[1583] José Roberto MACEDO SOARES, embaixador do Brasil no Uruguai, para EXTERIORES, tel. 222, secr., Montevidéu, 4.8.1948. Arquivo do Itamaraty, Missões, Consulados, Delegações – Telegramas Secretos, 1947-1949.

recentes do coloradismo. Durante os esforços de Negrão de Lima, ficou clara a responsabilidade do governo Morínigo pelo fracasso do esforço mediador, enquanto os revolucionários fizeram praticamente todas as concessões solicitadas pelo enviado brasileiro. Como consequência, houve um esfriamento das relações entre o governo brasileiro e o de Morínigo, as quais melhoraram lentamente, mas sem chegarem a serem estreitas, com os colorados que o sucederam no poder até 1954.

a) A queda de Morínigo e a instabilidade.

A guerra civil acabou, mas a situação política continuava tensa entre as duas correntes do Partido Colorado que disputavam entre si a indicação do candidato partidário à eleição presidencial. Federico Chaves, candidato à Presidência pela ala moderada ("democrática") mostrava-se "muito apreensivo" com a outra corrente, o *Guión Rojo* de Natalício González. Morínigo procurava dar a impressão de manter-se equidistante nessa divisão colorada, mas apoiava o grupo nacionalista e totalitário de González[1584].

Barboza-Carneiro compareceu na abertura da convenção do Partido Colorado, na manhã de 18 de novembro de 1947. Assistiu cenas que classificou como "golpe de violência" de colaboradores de Morínigo contra a ala democrática, majoritária, e viu vários líderes desta serem presos. A convenção continuou no dia seguinte, participando somente representantes do *Guión Rojo* que afastaram os democráticos e elegeram, por aclamação, Natalício González como candidato do Partido Colorado à Presidência da República. Também foram escolhidos os candidatos a membros e suplentes da futura Câmara de Deputados, todos *guionistas*[1585]. O golpe contra a ala colorada moderada, levou Federico Chaves a abandonar o cargo de ministro das Relações Exteriores, sendo substituído por César Vasconsellos.

Morínigo apoiara Natalício González por não ter outra alternativa, pois este se antecipou e se impusera na convenção do Partido Colorado. Contudo, a Embaixada brasileira tinha a informação de que Higinio Morínigo planejava fundar um novo partido político, o Partido

[1584] BARBOZA-CARNEIRO para FERNANDES, of. 310, conf., Assunção, 24.10.1947. AEBA, Política interna 1946-1948. Audaz y violento em sus actos, el "Guión rojo" era nacionalista, anticomunista com uma mística que tenía como símbolo al Mariscal López, no admitiendo el juego democrático de ningún otro partido". BREZZO; FIGALLO, p. 408.

[1585] BARBOZA-CARNEIRO para EXTERIORES, tels. 364 e 365, secr., Assunção, 18 e 20.11.1947, ambos às 24 hs. Idem.

Trabalhista, que lançaria sua candidatura à eleição presidencial e para cuja publicidade já encomendara, na Argentina, 150 mil cartazes e 50 mil botões de lapela[1586]. A candidatura de Morínigo contaria, inclusive, com apoio de alguns ricos exilados paraguaios na Argentina, que tinham vínculos com os "consideráveis interesses" privados argentinos no Paraguai. Estes eram avessos a González que, em suas manifestações, atacava o capital estrangeiro e, ainda, declarava que confiscaria os bens de liberais e febreristas, impedindo-os de exercer atividades profissionais. Perón e o embaixador Arriola desejavam a reeleição de Morínigo[1587].

Em novembro de 1947, Morínigo e Perón tiveram um encontro. A Embaixada brasileira em Assunção informou que Perón disse a Morínigo que a Argentina não romperia relações com a União Soviética, pois tinha a impressão de que os Estados Unidos desejavam que os países latino-americanos o fizessem para que Washington se tornasse o único interlocutor entre eles e Moscou. Contudo, acrescentou, se os EUA rompessem relações com a União Soviética, a Argentina faria o mesmo. Perón ofereceu enviar uma Missão Militar argentina ao Paraguai, mas Morínigo recusou argumentado já haver duas missões com esse caráter, a brasileira e a norte-americana, mas aceitou o oferecimento de que oficiais paraguaios fossem estudar em academias militares argentinas[1588].

Ratificava essa conclusão o fato de, durante o ano de 1947, Morínigo ter acompanhado fielmente as decisões do governo de Perón, desde a criação de representações diplomáticas na Santa Sé e na Espanha – que estava relativamente isolada no plano internacional – até apoiar a reivindicação argentina sobre território na Antártica. Para ter relação direta com Perón, Morínigo nomeou embaixador em Buenos Aires seu irmão, o capitão Lorenzo Morínigo[1589]. Enquanto isso, em dezembro de 1947, Natalício González fracassou em sua missão a Buenos Aires, como ministro da Fazenda, para obter um empréstimo para o governo paraguaio, pois se recusou a aceitar as exigências argentinas. Destas, as três principais eram: paralisação dos projetos da ferrovia Concepción a Pedro Juan Caballero e da rodovia de Coronel Oviedo a Foz do Iguaçu, ou seja, a interrupção da construção de meios de comunicação com o

[1586] Idem, tel. 371, secr., Assunção, 25.11.1947, 16 hs. Ibidem.

[1587] BARBOZA-CARNEIRO para FERNANDES, of. conf., n. 323, Assunção, 28.11.1947. Ibid. Dois anos depois, em 1949, Barboza-Carneiro reafirmou que era "patente" que Perón tinha desejado a permanência de Morínigo no poder. Idem, of. 41, conf., 11.3.1949. AEBA, Política Interna 1949 a 1957

[1588] EMBAIXADA DO BRASIL para EXTERIORES, tels. Secretos 355 e 375, Assunção, 9.11 e 10.12.1947, respectivamente. ARQUIVO DO ITAMARATY, "Missões, Consulados e Delegações - Telegramas Secretos, 1947-1949".

[1589] BREZZO ; FIGALLO, p. 396.

Brasil; cancelamento da concessão à *Unión Oil Company of California* para explorar petróleo no Chaco; e a assinatura de um tratado de união aduaneira entre os dois países[1590].

Em janeiro de 1948, circulavam, com insistência, rumores de golpe de Estado contra Morínigo. Constituíam, "em parte", reação ao boato de que Morínigo desejava permanecer na Presidência e, para tanto, preparava uma eleição em que teria a vitória assegurada. Dificultava o plano continuísta o fato de haver a candidatura de Natalício González, que contava com apoio de chefes militares, não por se alinharem às ideias do *Guión Rojo,* mas como reação ao apoio de Perón a Morínigo. As exigências do governo argentino para fazer concessões comerciais e dar apoio financeiro ao país guarani levavam importantes políticos e chefes militares paraguaios a reagirem negativamente, temerosos de ampliar a dependência de seu país com relação à Argentina. Essa reação enfraquecia as aspirações continuístas de Morínigo e fortalecia a candidatura de Natalício González[1591]. Essa, porém, não parecia ser a percepção do embaixador argentino em Assunção, que não fazia segredo "da sua esperança" de que Morínigo permanecesse no poder[1592].

A situação política paraguaia degradou-se rapidamente. Governistas prepararam um golpe de Estado para os primeiros dias de fevereiro, mas foi frustrado, porque Natalício González precaveu-se e Morínigo foi ameaçado de morte pelo *Guión Rojo* se efetivasse o projeto golpista. Comentava-se que sua esposa, avisada dessa ameaça e tendo grande ascendência sobre ele, convenceu-o a desistir da ideia do golpe. Para o embaixador Barboza-Carneiro, essa ascendência era verdadeira, mas Morínigo também tinha consciência da "natureza violenta" e da firmeza de decisões do *Guión Rojo*. Ademais, os chefes militares, contrários ao continuísmo, não aderiram ao projeto golpista[1593].

Em 15 de fevereiro, Natalicio González era o único candidato da eleição presidencial. Havia 295 mil eleitores inscritos e 206.564 votaram nele, enquanto outros 17.122 votaram em branco[1594]. Demonstrava-se assim, numericamente, a força política colorada, quer em mobilizar

[1590] BARBOZA-CARNEIRO para FERNANDES, of. 335, conf., Assunção, 26.12.1947. AEBA, Política interna 1946-1948.
[1591] Idem, of. 6, conf., Assunção, 16.1.1948. AEBA, Política Interna 1946-1948.
[1592] Id., of. 13, conf., Assunção, 6.2.1948. Ibid.
[1593] Id., of. 18, secr., Assunção, 13.2.1948. Ibid.
[1594] BREZZO; FIGALLO, p. 409. Parece factível concluir que grande parte dos 72.314 eleitores que não compareceram às urnas era composta por gente que se exilara do país.

aderentes, quer em cooptar eleitores. Em 1º de março de 1948, o Conselho de Estado ratificou a ata proclamando Natalício González presidente eleito e no dia seguinte ocorreu a sessão inaugural da Assembleia de Representantes, para cuja eleição somente os *guiones rojos* puderam ser candidatos. Em 20 de abril, militares e civis, seguidores de Federico Chaves, foram rechaçados ao atacarem a 1ª Divisão de Cavalaria, o que acelerou a exclusão dos opositores aos *guionistas* de todas as funções públicas, mesmo as de pequena importância. O medo se alastrava pelo país, causando o êxodo semanal de cerca de 400 pessoas para a Argentina, inclusive imigrantes poloneses, ucranianos e alemães que estavam instalados no campo paraguaio[1595].

A situação era sombria e persistiam dúvidas quanto a González ser empossado presidente. Elas eram estimuladas por Felipe Molas López, também do *Guión*, mas que ambicionava a presidência, em uma tentativa de impor-se ao promover o rompimento das relações entre Morínigo e González. Molas López passara vários anos exilado na Argentina e era admirador do general Perón[1596]. Frente à suspeita, fundada ou não, de que Morínigo não daria posse a González, na madrugada de 3 de junho, o presidente foi deposto. Barboza-Carneiro e o embaixador argentino visitaram Morínigo na prisão, o qual lhes disse não ter resistido ao golpe para evitar derramamento de sangue[1597]. Esta preocupação Morínigo não demonstrara em relação a Revolução de Concepción e se agora não opunha resistência ao golpe é porque não tinha condições; em 14 de junho, ele embarcou com destino a Buenos Aires para o exílio.

No mesmo dia 3, o presidente da Corte Suprema de Justiça, Manuel Frutos, assumiu provisoriamente a Presidência da República do Paraguai e compôs seu ministério unicamente com *guionistas*, principalmente com partidários de Molas López, o qual foi nomeado Ministro da Instrução Pública. De Buenos Aires, o embaixador brasileiro informava que vários membros do Corpo Diplomático estrangeiro, nomeados para assistir a posse do presidente González, ouviam de autoridades argentinas que ela não ocorreria. Isto também era considerado como "certo" pelo Ministério das Relações Exteriores uruguaio, para o qual o poder seria entregue a Molas López ao qual apontava como tendo vínculos com

[1595] BARBOZA-CARNEIRO para EXTERIORES, tel. 46, secr., Assunção, 20.4.1948, às 18:30 hs. AEBA, Política Interna 1946-1948. Idem, of. 69, secr., Assunção, 26.4.1948. Ibid.

[1596] LEWIS, p. 201.

[1597] BARBOZA-CARNEIRO para EXTERIORES, of. 69, secr., Assunção, 26.4.1948. AEBA, Política Interna 1946-1948. Idem, tel. 69, secr., Assunção, 3.6.1948, às 11 hs. Ibidem.

Perón[1598]. Frente à necessidade de fornecer meios para que o futuro governante paraguaio tivesse condições para se defender, o governo brasileiro emprestou ao Paraguai, em operação sigilosa, metralhadoras leves que foram embarcados em navios paraguaios no Rio de Janeiro[1599].

Nesse momento, havia três grupos de caráter politico-militar que haviam participado do golpe e buscavam impor seus projetos de poder ao Paraguai. Um era o do coronel Carlos Montanaro, diretor da Escola Militar, apoiado pela 1ª Divisão de Cavalaria e pela Polícia de Assunção; outro que tinha como núcleo um grupo de oficiais de carreira, liderados pelo coronel Alfredo Stroessner, comandante da Artilharia; e, o terceiro, o *Guión Rojo*, do Partido Colorado. Tendo em vista a importância futura de Stroessner, vale a pena reproduzir a opinião do embaixador argentino sobre o grupo liderado por ele: "nunca ocultou sua posição totalitária, sua admiração pelos nazis e sua fé em um governo forte"[1600].

Dias antes da posse, Natalício González mostrou relatório de um agente seu, na Argentina, ao embaixador norte-americano e este comunicou o conteúdo a seu colega brasileiro. O relatório afirmava que o capitão Araújo, "de inteira confiança dos argentinos", liderava, em território argentino, a organização de uma expedição bem armada, contando, inclusive, com aviões, de febreristas, liberais e comunistas para tomar o poder no Paraguai. Barboza-Carneiro e seu colega norte--americano, embora não corroborassem o conteúdo do relatório em sua totalidade, acreditavam existir "motivos fundados" para preocupação, pois o embaixador argentino se afastara desses seus dois colegas e havia atividade incomum de pessoal da Embaixada e Consulado argentinos na capital paraguaia[1601].

O chanceler Victor Morínigo pediu ao embaixador Arriola que comunicasse à Chancelaria argentina sobre a necessidade do governo Perón apoiar a transição politica paraguaia. Demonstração neste sentido seria a Argentina enviar uma comitiva de alto nível, presidida pelo chanceler Bramuglia, para a posse de Gonzalez na Presidência. O próprio González reiterou o pedido ao embaixador argentino, acrescentando

---

[1598] Id., tel. 70, secr., 4.6.1948, às 17 hs. Ibid. EXTERIORES para BARBOZA-CARNEIRO, tels. 39 e 43, secr., Rio de Janeiro, 30.7 e 2.8.1948, respectivamente às 14:30 e 19 hs. Id.

[1599] Memorandum Confidencial da Divisão Política para o Secretário-Geral do Itamaraty, Rio de Janeiro, 2.8.1948. Arquivo do Itamaraty, Memorandos – Pareceres 1942-1949. Esse curto Memorandum informa que "chegarão ao Rio de Janeiro navios paraguaios", em informação adicional. A conclusão do autor deste livro é que isso ocorreu e o embarque foi feito, embora não tenha encontrado registro nesse sentido. De todo modo, independentemente de terem sido embarcadas ou não as metralhadoras, a disposição de fornecê-las demonstra a proximidade entre o governo Dutra e Natalicio González.

[1600] ARRIOLA para BRAMUGLIA, Assunção, 14.6.1948, in: BREZZO ; FIGALLO, p. 411. As demais informações do parágrafo são da mesma fonte.

[1601] BARBOZA-CARNEIRO para EXTERIORES, tel. 107, secr., Assunção, 8.8.1948. Arquivo do Itamaraty, Missões, Consulados, Delegações – Telegramas Secretos, 1947-1949.

que o chanceler Bramuglia poderia constatar a "posição definitivamente argentinista deste governo, que permitirá apresentar e dar solução formal de imediato a problemas permanentes deste país"[1602]. Não teve o pedido atendido, e nem Argentina ou Brasil enviaram missões especiais para a posse de Natalício González na Presidência da República, em 16 de agosto de 1948.

González formou um governo composto exclusivamente de guionista, parte destes eram seguidores de Molas López herdados do governo provisório, e de partidários do general Morínigo. Dias depois da posse do novo presidente, foi preso o argentino Rayband Paz, que, segundo Morínigo, seria parente do diretor do jornal *La Prensa*, de Buenos Aires, e agente secreto de Perón para coordenar uma conspiração militar contra o governo paraguaio; também haveria tropas argentinas concentradas na fronteira com o Paraguai. Paz teria confessado possuir instruções do vice-presidente e do ministro da Guerra da Argentina, bem como de Eva Perón, e o motivo dessa ação seria porque o governo argentino considerava Natalício González "inteiramente na mão do Brasil". O presidente paraguaio pediu, então, que o governo brasileiro apressasse a construção das estradas para Foz do Iguaçu, de rodagem, e para Ponta Porã, ferroviária, pois considerava as comunicações com o Brasil "a única forma de o Paraguai não ser sufocado pela Argentina". Esse relato foi recebido com cautela pelo embaixador brasileiro, pois pensava que os políticos paraguaios tinham tendência de exagerar os fatos, de modo a exercer pressão psicológica sobre o governo do Brasil para atender seus interesses[1603].

De todo modo, o governo brasileiro se acautelou e o embaixador brasileiro em Washington, Mauricio de Nabuco, esteve, no início de setembro, duas vezes no Departamento de Estado para tratar de temas relacionados ao Paraguai. Na primeira, tratou dos temas do suposto espião Rayband Paz e da concentração de tropas argentinas na fronteira, sobre os quais a diplomacia norte-americana estava informada e mostrou-se cética, acreditando haver exageros nessas notícias. Na segunda oportunidade, Nabuco comunicou "rumores e informações" sobre a interferência argentina no Paraguai, no Uruguai e na Bolívia

[1602] ARRIOLA para Ministerio de Relaciones Exteriores, Assunção, telegramas 14.6 e 19.7.1948, in: BREZZO; FIGALLO, p. 410.
[1603] BARBOZA-CARNEIRO para EXTERIORES, tel. 122, secr., Assunção, 31.8.1948. Arquivo do Itamaraty, Missões, Consulados, Delegações – Telegramas Secretos, 1947-1949.

e solicitou saber a opinião do governo norte-americano. Recebeu a resposta de que o governo dos EUA era contrário à interferência de um Estado nos assuntos internos de outro[1604].

O presidente Natalicio González, por sua vez, enviou seu cunhado, Odon Frutos, em missão secreta para entregar carta pessoalmente a Perón, se queixando do fato e manifestando desejo de que fossem boas as relações entre os dois países. O presidente argentino respondeu que ordenara a prisão de Rayband Paz e que não havia interesse em desestabilizar o governo paraguaio, tanto que anulara audiência já marcada com chefes do Partido Liberal[1605].

Passados pouco mais de dois meses da posse de Natalício González, em 25 de outubro, houve uma rebelião militar contra o governo. Ela era comandada pelos coronéis Montanaro e Stroessner e, após intensos combates no centro de Assunção, foi derrotada pelas forças legais. O golpe fracassou, porque o coronel Adalberto Canata, comandante de Campo Grande, mudou para o lado legalista depois que o presidente González, expondo-se corajosamente, foi a esse quartel e exigiu que os oficiais se mantivessem fiéis à figura constitucional do presidente. Com a proteção de amigos poderosos, Molas López não foi acusado pela participação na tentativa de golpe[1606], mas os oficiais rebeldes tiveram que se exilar nas embaixadas do Brasil e da Argentina, enquanto González expulsou do país os líderes colorados democráticos, como Federico Chaves, e Stroessner se asilou na província argentina fronteiriça de Formosa.

Em encontros com os embaixadores brasileiro e norte-americano, González demonstrou a certeza de que Perón queria derrubá-lo. No final de novembro, afirmou a Barboza-Carneiro estar em preparação, na Argentina, uma conspiração dos exilados para derrubá-lo em janeiro, com a aquiescência do governo argentino. Este não fornecia armas aos conspiradores, para evitar se comprometer, mas permitia que o comprassem livremente, inclusive no exterior, na Espanha. O embaixador norte-americano, Warren, consultou a Embaixada do seu país em Madri e desmentiu que empresas espanholas tivessem vendido armas e munições à Argentina, com destino final para os rebeldes[1607].

[1604] Mauricio de NABUCO para EXTERIORES, tels. 314 e 350, secretos, Washington, 3 e 7.9.1948, respectivamente. Idem.
[1605] BARBOZA-CARNEIRO para EXTERIORES, tels. 127 e 131, secretos, Assunção, 2. e 9.9.1948, respectivamente. Ibid.
[1606] LEWIS, p. 201.
[1607] BARBOZA-CARNEIRO para EXTERIORES, tels. 177 e 184, secretos, Assunção, 27.11 e 9.12.1948, respectivamente. Arquivo do Itamaraty, Missões, Consulados, Delegações – Telegramas Secretos, 1947-1949.

Discretamente, a diplomacia brasileira atuou para pacificar politicamente o Paraguai. Em dezembro, Barboza-Carneiro entregou a González mensagem enviada pelo representante do Partido Liberal no Brasil, Pastor Benítez, que retornara há pouco ao Rio de Janeiro, após viagem à Argentina e Uruguai. Por essa mensagem, o Partido Liberal concordava em iniciar conversações com o Partido Colorado para obter a pacificação nacional e evitar o risco de se comprometer o futuro do país. A mensagem demonstrava interesse desse partido em elaborar, com os colorados, um programa comum para o Paraguai, por meio de uma comissão mista, mas ressaltava que não se tratava de fazer nenhum pacto para distribuir cargos no governo. O Itamaraty instruiu Barboza-Carneiro a transmitir a mensagem a Natalício González "e dizer-lhe da satisfação do governo brasileiro em ver pacificada a família política paraguaia"[1608].

O embaixador brasileiro foi recebido em audiência por González em 9 de dezembro, mas não transmitiu a mensagem nesse dia, por não ser o momento conveniente. O presidente estava preocupado com a possibilidade de um golpe de Estado e se preparava para se desvincilhar de ministros e oficiais que defendiam um entendimento com a ala democrática do Partido Colorado. Barboza-Carneiro retornou a González no dia 23 desse mês, quando lhe apresentou a mensagem liberal, e ouviu, como resposta, que o Itamaraty comunicasse ao Partido Liberal que fora apreciado "o valor dessa proposta" e que ela seria submetida ao Partido Colorado logo após a convenção a ser realizada no mês seguinte. Acrescentou o presidente que essa convenção formalizaria a "unificação" dos colorados e que os novos dirigentes do Partido, eleitos na ocasião, teriam mais força para decidir algo quanto a essa proposta[1609].

Contudo, prosseguiu a conspiração contra González e ele foi deposto em 29 de janeiro de 1949 – desta vez o coronel Canata manteve-se fiel aos conspiradores – por um golpe para o qual Molas López conseguiu apoio dos colorados democráticos e do ministro da Defesa, general Raimundo Rolón. González retirou-se do Palácio pela noite, antes que chegasse a tropa da Cavalaria, no automóvel do embaixador Barboza-Carneiro, e asilou-se na Embaixada do Brasil, de onde renunciou à Presidência da República. Em 31 de janeiro de 1949, os deputados paraguaios elegeram o general Rolón como presidente provisório, o qual, por sua vez, passou a ser tratado pelo Exército como candidato ideal para a eleição presidencial. A perspectiva de perder o poder, levou Molas López a organizar novo golpe, com apoio do

[1608] EXTERIORES para BARBOZA-CARNEIRO, tel. 81, secr., Rio de Janeiro, 3.12.1948, às 21,30 hs. AEBA, Política Interna 1946-1948.

[1609] BARBOZA-CARNEIRO para EXTERIORES, tel. 186 e 195, secretos, Assunção, 9.12, às 24 hs., e 23.12.1948, às 20 hs. Idem.

coronel Emilio Díaz de Vivar, chefe militar de Campo Grande, de Epifanio Méndez Fleitas, liderança colorada democrática e do coronel Stroessner, no lado argentino da fronteira. Em 26 de fevereiro, tropas rebeldes ocuparam Assunção, derrubando Rolón e colocando Felipe Molas López na Presidência Provisória. Este dissolveu a Câmara de Deputados, em 5 de março, e convocou para o dia 17 do mês seguinte a eleição para eleger esses legisladores e, em 3 de maio, essa Casa Legislativa reabriu seus trabalhos, composta unicamente por colorados. Felipe Molas López reunificou, nominalmente, o Partido Colorado, tanto que foi candidato único na eleição presidencial e, em 14 de maio de 1949, assumiu como presidente constitucional[1610].

Na descrição do embaixador Barboza-Carneiro, Felipe Molas López era um homem "enérgico, um tanto brusco, de decisões rápidas", e que sabia cativar o interlocutor. Estudara odontologia na Europa, na Faculdade de Medicina de Bordeaux, com desempenho "brilhante", e era consenso que tinha "grande escrúpulo em matéria financeira". Havia apreensão em Assunção quanto a ser o novo presidente simpatizante de Perón, mas o embaixador Barboza-Carneiro discordava, classificando-o como, "antes de tudo, um bom patriota paraguaio (...) que procurará apoiar-se eventualmente no Brasil ou na Argentina, conforme lhe parecer mais conveniente aos interesses do seu país". Atendendo instruções do Itamaraty, Barboza-Carneiro entregou, no dia 9 de abril, nota reconhecendo o governo paraguaio[1611].

Molas López se cercou de colorados democráticos, mas também buscou apaziguar os *guionistas*, mantendo alguns próximos de si. Essa ambiguidade não foi aceita por Federico Chaves que, apoiado no grupo jovem do Partido Colorado, "manobrou discreta, hábil e tenazmente para cortar ao presidente todas as oportunidades de uma ação individual, não consentânea com as diretrizes anti-guionistas"[1612]. Molas López tentou organizar um golpe contra os democráticos, mas o coronel Stroessner alertou Días de Vivar e Epifanio Méndez Fleitas e os democráticos se anteciparam, prendendo os principais conspiradores[1613].

Em sessão formal, o comitê executivo do Partido Colorado retirou sua confiança no presidente Molas López, o qual se viu obrigado a renunciar ao cargo no dia 11 de setembro. Em seu lugar, de acordo com a Constituição, assumiu seu ex-ministro de Relações Exteriores e presidente

[1610] NICKSON, p. 390.
[1611] BARBOZA-CARNEIRO para FERNANDES, of. 41, conf., Assunção, 11.3.1949. AEBA, Política Interna 1946-1948. BARBOZA-CARNEIRO para EXTERIORES, tel. 62, Assunção, 9.4.1949, às 14 hs. Idem.
[1612] Idem, of. 157, res., Assunção, 16.9.1949. Ibid.
[1613] LEWIS, p. 202.

da Câmara de Representantes, Federico Chaves que, líder dos colorados democráticos, compôs com eles o novo governo. Sobre este, informou o embaixador brasileiro que:

> (...) considero o atual governo um dos poucos que está intelectual, moral e politicamente aparelhado para dar a este país um pouco de tranquilidade, de estabilidade política e de progresso, elementos de que tão angustiadamente necessita[1614].

b) Federico Chaves: próximo da Argentina, distante do Brasil

No plano externo, a ascensão de Chaves ao poder permitiu ao governo argentino recuperar posições no Paraguai. Em sua trajetória política, Chaves fora mais próximo da Argentina do que do Brasil e, ademais, estava consciente da importância de contar com o apoio de Perón, que tivera importante papel político na guerra civil de 1947 e, rompendo uma tradição argentina, não respaldara os liberais paraguaios. Chaves necessitava do apoio da Argentina, pois a economia paraguaia fora abalada com a guerra civil, sofrendo queda nas exportações, na produção de alimentos, e perdera, pela emigração, trabalhadores especializados, profissionais liberais e empresários, recursos humanos necessários na construção de uma economia dinâmica. Reconhecia a Embaixada brasileira que, apesar de todos os esforços brasileiros, o país guarani continuaria "a alimentar-se do rio Paraguai e do que lhe oferece a República Argentina", enquanto os trilhos da ferrovia Noroeste do Brasil não chegassem a Ponta Porã[1615].

De fato, a aproximação política e cultural brasileiro-paraguaia não encontrava correspondência no plano econômico. Em 1948, do total de capitais estrangeiros investidos no Paraguai, uns 25% – US$ 15 milhões – eram de origem argentina, enquanto os investimentos brasileiros constituíam apenas US$ 800.000. Quanto ao comércio exterior, entre 1940 e 1946, 20% das exportações paraguaias se destinavam à Argentina e apenas 0,3% seguiam para o Brasil, e as importações destes países correspondiam, respectivamente, a 47% e 16%[1616]. Essa realidade, bem como o apoio

[1614] BARBOZA-CARNEIRO para FERNANDES, of. 157, res., Assunção, 16.9.1949. AEBA, Política Interna 1949-1957.
[1615] LEWIS, p. 202. Luiz de Souza BANDEIRA, encarregado de negócios, para FERNANDES, of. 223, conf., Assunção, 23.12.1949. Ibid., Política Interna 1949-1955.
[1616] BIRCH, Melissa H. La politica pendular: politica de desarrollo del Paraguay en la post guerra in SIMÓN G., pp. 192-193.

argentino ao governo moriniguista-colorado na guerra civil, e a busca da liderança regional por parte de Perón explicam ter Chaves, nos seus anos de governo (1949-1954), ter priorizado as relações políticas e econômicas com a Argentina.

No desempenho de seu primeiro mandato, até 1952, Chaves conseguiu controlar as disputas internas no Partido Colorado e neutralizar os *guionistas*, para o que contou com o apoio do general Alfredo Stroessner[1617]. Epifanio Méndez Fleitas, que vivera exilado na Argentina em 1948, se tornou o homem forte da nova situação, ao ocupar o estratégico cargo de chefe da Polícia. Nessa função, fundou a Escola de Polícia, na qual atuava a Missão Policial argentina e cuja instalação fora solicitada por Molas López. Em outubro de 1952, Méndez Fleitas seria designado presidente do Banco Central do Paraguai e, na ocasião, a Embaixada argentina emitiu uma opinião sobre ele que resumia a postura desse político desde a posse de Federico Chaves: "sempre se mostrou grande amigo de nosso país e sincero admirador do general Perón, a ponto de ser considerado o Perón do Paraguai (…) é admirador do nosso justicialismo, o qual pretende implantar no Paraguai"[1618].

Tendo em vista fortalecer a economia paraguaia, em setembro de 1949, o governo Chaves começou a negociar com o da Argentina um convênio comercial-financeiro. Para aplainar os obstáculos para sua assinatura, foi enviado a Buenos Aires o general Emilio Diaz de Vivar, comandante em chefe das Forças Armadas, que reconhecidamente tinha boas relações e prestígio junto a Perón. A missão foi um sucesso e, em 20 de dezembro, foi assinado o *Convenio sobre Comércio y Régimen Financiero*, que foi interpretado pela Embaixada brasileira como "mais uma etapa da campanha de infiltração argentina neste país". O aumento persistente dessa influência era uma realidade, pois, antes, chegara a Assunção a Missão Policial vinda da Argentina e, pouco depois, em 5 de dezembro, seria assinado um acordo contratando uma missão geográfica militar da mesma origem para fazer o levantamento topográfico do Paraguai. O conhecimento do território paraguaio que daí adviria, comentou o encarregado de negócios brasileiro, traria "vantagens inestimáveis" à Argentina "na hipótese – felizmente remotíssima – de um conflito internacional na América do Sul"[1619]. Esse conhecimento tinha valor

[1617] NICKSON, p. 124.
[1618] BREZZO; FIGALLO, p. 422.
[1619] BANDEIRA para FERNANDES, of. 223, conf., Assunção, 23.12.1949. AEBA, Política Interna 1949-1955.

estratégico para a Argentina, pois, no caso de conflito com o Brasil, o Paraguai poderia ser utilizado para a passagem de tropas de uma das partes em luta.

O sucesso da missão do general Diaz de Vivar e o fato de regressar ao Paraguai como portador da confiança de Perón desencadearam em Assunção o rumor de que o militar tomaria alguma iniciativa para se apoderar transitoriamente do poder, antes da eleição presidencial convocada pelo governo provisório na qual se apresentaria candidato. O encarregado de negócios brasileiro não acreditava nessa possibilidade, pois seria ingênuo Diaz de Vivar crer que conseguiria candidatar-se nas eleições vindouras e, ainda, significaria:

> desconhecimento do arcabouço psicológico do povo paraguaio, sem distinção de partido político e de situação social, que instintivamente procura equilibrar sua autonomia às expensas da rivalidade, que julga dramática, entre o Brasil e a Argentina. Cada concessão feita pelo governo [paraguaio] a um dos dois países provoca um aluvião de comentários e críticas (...) em sentido aprovador ou não, segundo as circunstâncias, mas sempre tendentes a acirrar as rivalidades. É o complexo do dualismo, tão comum aqui, que só emociona os recém-chegados[1620].

Devido a esse "arcabouço psicológico", o encarregado de negócios brasileiro não acreditava que o acordo paraguaio-argentino prejudicasse significativamente o Brasil. Reconhecia, porém, que ele constituía "uma pesada cunha" na política brasileira de estreitamento de relações com o Paraguai, situação que seria superada somente quando o comércio exterior paraguaio tivesse um "eficiente escoadouro" pelo Brasil. O convênio causou enorme alegria ao setor do comércio paraguaio ligado aos capitais argentinos, mas prejudicaria os exportadores "genuinamente paraguaios"[1621].

No plano interno, jornais ligados ao Partido Colorado, "que se proclama amigo do Brasil em contraposição ao liberal, acoimado de argentinista", publicaram com regozijo a notícia desse acordo. Era, porém, criticado pelos oposicionistas dos diferentes partidos políticos. Na análise da Embaixada brasileira, o mais provável era que haveria paz política no Paraguai e as eleições se realizariam, apesar das críticas da oposição e do rumor de golpe de Estado que seria dado pelo general Diaz de Vivar. O representante brasileiro via positivamente os novos

[1620] Idem.
[1621] Id.

governantes paraguaios: "[o] ponderado e frio doutor Federico Chaves, [é] homem capacíssimo de, com seus colaboradores, enfrentar qualquer eventualidade, sem receio e sem hesitação"[1622]. E, de fato, já em janeiro de 1950, o *Guión Rojo* foi extinto por Chaves.

Para o governo Dutra, em 1950, a "principal razão de ser" da política brasileira em relação ao Paraguai era "a preservação da completa independência" do país. Reconhecia que já não havia possibilidade da Argentina "se apossar" do Paraguai, incorporando-o, mas, por outro lado, tentava dominá-lo política e economicamente. Por esse motivo, Mario Savard de Saint-Brisson Marques, que fora nomeado embaixador brasileiro em Assunção, recebeu instruções para "acompanhar de perto os passos da penetração argentina no país" e fazer o possível para evitá-la ou atenuá-la. A "absorção moderna" do Paraguai a que se propunha a Argentina era a de concretizar a união aduaneira entre os dois países. O Brasil pouco podia fazer, pois o comércio com o país guarani estava quase paralisado em decorrência deste não pagar a dívida de mais de 200 milhões de cruzeiros, contraída com importações de produtos brasileiros. Se no comércio bilateral pouco se podia fazer, o novo embaixador foi instruído a fortalecer o trabalho cultural, a apoiar o Instituto de Cultura Paraguai-Brasil e a manter o programa de concessão de bolsas a estudantes paraguaios para estudar cursos úteis a seu país em faculdades brasileiras, de preferência Pedagogia e aqueles voltados para a área rural. Ademais, Marques deveria estar atento para os "problemas pendentes" quanto à construção de ligações rodoviária e ferroviária entre o Paraguai e o Brasil[1623].

A política externa brasileira no Rio da Prata não mudou com o final do governo Gaspar Dutra e o retorno ao poder, em 31 de janeiro de 1951, de Getúlio Vargas, que vencera a eleição presidencial realizada pouco antes. Sequer houve alteração do titular do Itamaraty, pois João Neves da Fontoura criou uma dissidência no Partido Social Democrático e apoiou a candidatura de Vargas, do Partido Trabalhista Brasileiro. Este manteve Fontoura no cargo de ministro das Relações Exteriores, quer como retribuição ao apoio, quer como forma de acalmar o setor político conservador brasileiro quanto aos rumos do governo. Contudo, Perón

[1622] Id.

[1623] Raúl FERNANDES para Maria Savard Saint-Brisson MARQUES, Instruções, secr., Rio de Janeiro, 3.7.1950. Arquivo do Itamaraty, Secretos – Circulares – Despachos – Exposição de Motivos – Avisos e Notas 1946-1957 – Expedidos.

também apoiara política e, talvez, financeiramente a candidatura varguista e, por esse motivo, bem como pela proximidade ideológica entre ambos, tinha a expectativa de que a política externa brasileira ser-lhe-ia favorável[1624].

Em meados de 1952, em conversa com Mario Fumasoli, representante suíço em Buenos Aires, Perón expôs sua interpretação da realidade mundial e o papel nela da Argentina. Esta, disse, devia estar preparada para um longo período internacional de guerra, talvez 15 anos, entre a União Soviética e os Estados Unidos. Não acreditava que os soviéticos fossem os agressores, mas, sim, os norte-americanos, usando como fundamento do seu raciocínio a política externa armamentista de Washington e exemplificava com o plano de ajuda econômica à Europa que, a seu ver, tinha como objetivo reforçar a defesa desta. Perón, fora professor de História Militar, raciocinava que essa política levaria, "forçosamente", ao esgotamento dos recursos dos EUA e à sua ruína, antecedida, porém, por essa guerra. A guerra deveria encontrar a Argentina autossuficiente, daí o governo peronista ter comprado serviços públicos explorados pelos ingleses; criado uma frota mercante; promovido a industrialização, etc. A Argentina, afirmou Perón, não seria pega de surpresa como ocorrera em 1939, no desencadear da IIª Guerra Mundial[1625]. O presidente argentino pensava na integração econômica da América do Sul, que incluiria o Brasil, como instrumento para a Argentina resistir à pressão norte-americana para apoiar o "ocidente" na guerra contra o "oriente"[1626].

Não era essa, porém, a orientação da política externa sob o governo Vargas. No início de 1952, foi nomeado outro embaixador brasileiro para o Paraguai, general Brasiliano Americano Freire, e suas instruções são esclarecedoras sobre a política varguista para o Rio da Prata. Nelas, a chancelaria brasileira afirmava que "praticamente" fora alcançada a "hegemonia econômica" da Argentina no Paraguai e que cabia ao Brasil facilitar a este país acesso a meios para "resistir à pressão imperialista argentina". Naquele momento, porém, o governo brasileiro não dispunha

[1624] BANDEIRA, Luis A. Moniz. Brasil, Argentina e Estados Unidos; conflito e integração na América do Sul (da Tríplice Aliança ao Mercosul, 1870-2003). Rio de Janeiro: REVAN, 2003, pp. 251, 256.

[1625] Às vésperas de sair de férias, o representante suíço foi recebido por Perón que se estendeu por mais de uma hora em uma conversa informal com o diplomata. Mario FUMASOLI, ministro plenipotenciário suíço, para Max PETITPIERRE, Conseiller Fédéral – Chef du Departement de Politique Féderal, of. A 642-F/Wo, Buenos Aires, 11.6.1952 in: SUÍÇA. Documents diplomatiques suisses. Disponível em: http://www.dodis.bar.admin.ch/dodis/dodis?XE7lhitk5BgwKMn1Eam hllBst53X8J4ZJ97yjNHDx Du3rv0Yq6qEvnaEWBVXzGfkEOav5t8SVRMYWpZHXBS6GFK. Acesso em 15.2.2010.

[1626] Idem, "Rapport politique nº 15 – situation politique de l'Argentine à fin 1954", Buenos Aires, 29.12.1954, in: ibidem. Disponível em: http://www.dodis.bar.admin.ch/dodis/dodis?XE7lhitk5Bdp7ClwBScZdd3klxvP0BwRB1zqbF95p5mvjnsVf vf3 kcP3L0KMo2NMs8HZmeuEHD8KIbL1Is0BK. Acesso em 15.2.2010.

de "meios concretos de ação, econômicos, financeiros ou de outra índole" e a ação de contenção seria, "durante certo tempo", puramente diplomática. Para tanto, o embaixador Freire não poderia contar com liberais e febreristas, pois eram "argentinistas", e nem com o presidente Chaves, que, embora fosse colorado, estava de acordo com a posição da Argentina no país. Natalício González, opositor de Chaves, era definido como "oposto à influência argentina" a ponto de resistir à união aduaneira, que "consumaria a absorção econômica do Paraguai". Freire era alertado para a figura do general Alfredo Stroessner, "um dos chefes militares de maior prestígio no país, por sua eficiência, firmeza de caráter e elevação de procedimento". Esclarecia que esse general fizera cursos de altos estudos militares no Brasil "e não perde ocasião para demonstrar seu entusiasmo por nossas coisas e afeição". As instruções afirmavam que provavelmente Stroessner seria nomeado comandante das Forças Armadas e, nesse posto, teria "capital importância para a posição brasileira no Paraguai e fazendo, por isso, jus a nossas melhores atenções e não menor tato". Como forma de evitar o reforço da posição argentina no país guarani, o governo brasileiro deveria realizar os projetos ferroviário (Concepción-Pedro Juan Caballero-Ponta Porã) e rodoviário (Assunção-Foz do Iguaçu) e da concessão ao Paraguai de porto franco no oceano Atlântico. No plano cultural, a realidade era outra e, afirmava as instruções, o novo embaixador encontraria em situação "auspiciosa" a influência cultural brasileira no Paraguai, havendo um fluxo permanente de estudantes paraguaios para o Brasil, e cabia à Embaixada reforçar o apoio à Missão Cultural brasileira, que tinha muito prestígio em Assunção[1627].

De fato, pouco antes, em 31 de março, houve troca de notas entre a Embaixada paraguaia no Rio de Janeiro e o Itamaraty para sistematizar a cooperação cultural entre os dois países, sendo criada oficialmente a Missão Cultural Brasileira[1628]. O governo brasileiro escolheu cinco professores de instituições superiores brasileiras para serem enviados a Assunção, onde tiveram importante atuação na Faculdade de Filosofia e na Escola Brasil, cuja edifício teve a pedra fundamental lançada em dezembro desse ano[1629].

O embaixador Freire foi bem-sucedido quanto a fortalecer as atividades culturais brasileiras em Assunção, assim como em dar continuidade ao projeto de construção da rodovia entre Coronel Oviedo

[1627] FONTOURA para general Brasiliano Americano FREIRE, Instruções, secr., Rio de Janeiro, 14.4.1952. Arquivo do Itamaraty, Secretos – Circulares – Despachos – Exposição de Motivos – Avisos e Notas 1946-1957 – Expedidos.

[1628] Relatório do Ministério das Relações Exteriores, referentes ao ano de 1952, pp. 42, 97.

[1629] CHEDID, Daniele Reiter. Aproximação Brasil-Paraguai por meio das atividades da Faculdade de Filosofia da Universidade Nacional de Assunção (952-1974), in: Anais do IV Congresso Internacional de História. Maringá: Universidade Estadual de Maringá, 9 a 11.9.2009, p. 182.

e a fronteira com o Brasil, onde entroncaria com a estrada Ponta Grossa--Foz do Iguaçu, que estava em fase de finalização. Esse trecho rodoviário paraguaio teria 205 quilômetros e, no final desse ano, restava concluir estudos sobre os 70 quilômetros finais, próximos da fronteira. Para participar nos trabalhos de finalização dessa rodovia, foram nomeados dois oficiais engenheiros do Exército brasileiro, que passaram a fazer parte da Comissão Mista Brasileiro-Paraguaia[1630]. No final desse ano, também entrou em vigor acordo disciplinando o transporte aéreo entre o Brasil e o Paraguai[1631].

Em dezembro de 1952, o Itamaraty enviou um ofício circular secreto às suas representações americanas, analisando as atividades peronistas "e dos ensaios de infiltração argentina em vários países da América Latina, através da intensa propaganda do 'justicialismo' no seio das classes trabalhadoras". Afirmava que caberia ao governo brasileiro, em acordo com os de outros países, "estimular e liderar uma ação conjunta de resistência e oposição militante ao expansionismo argentino". Segundo o documento, o Brasil não tinha projeto hegemônico, mas deveria, "em seu próprio interesse e a bem da segurança do hemisfério, iniciar uma ativa campanha diplomática contra a expansão da influência peronista"[1632].

O chamado "expansionismo argentino" era facilitado pela gravidade da situação econômica paraguaia. Em 1951, o governo paraguaio decretou moratória da dívida pública e, como consequência, o país deixou de ter acesso a empréstimos externos de longo prazo. Foram os US$ 5,8 milhões de subvenções do governo norte-americano concedidos ao Paraguai, entre esse ano e 1955, que lhe permitiram importar insumos básicos para sua economia. A inflação paraguaia se tornara galopante: em 1950, fora de controle, 78,4%, no ano seguinte, alcançou 50%, e, 116,7%, em 1952. Como resposta à angustiante situação, Chaves criou o Banco Central do Paraguai, em 25 de fevereiro deste último ano, e nomeou Epifanio Méndez Fleitas para presidi-lo Na análise da Embaixada brasileira, essa escolha foi uma forma de afastá-lo de posto com poder real, o de chefe da Polícia, neutralizando-o. Méndez Fleitas, "mais de uma vez", enfrentara, "com sucesso variável", o general Alfredo Stroessner, comandante das Forças Armadas, e o major Néstor Ferreira, comandante da 1ª Divisão de

[1630] Relatório do Ministério das Relações Exteriores, referentes aos anos de 1952, p. 89, e 1953, p. 28.
[1631] Disponível em http://www2.mre.gov.br/dai/aereo.htm. Acesso em 15.1.2010.
[1632] Circular Secreta n. 1545 anexa a: Caio de MELLO FRANCO, embaixador do Brasil, para chanceler FONTOURA, of. 15, secr., Lima, 27.1.1953. Arquivo do Itamaraty, Secretos – Ofícios Missões Dilomáticas L a Q – 1950-1957.

Cavalaria. Para o embaixador Americano Freire, a ida desse político para o Banco Central melhorava a posição brasileira no Paraguai, pois o novo chefe de Polícia, coronel Estebán López Martínez, fora adido militar no Rio de Janeiro e era considerado "admirador [e] amigo do Brasil"[1633].

Fonte: BIRCH, Melissa H. La politica pendular: politica de desarrollo del Paraguay en la post guerra in: SIMÓN G., José (comp.) *Política exterior y relaciones internacionales del Paraguay contemporáneo.* Asunción: Centro Paraguayo de Estudios Sociológicos, 1990, p. 215.

[1633] LEWIS, p. 202. NICKSON, pp. 301, 374-376. FREIRE para FONTOURA, of. "Mês político nº 11", conf., Assunção, 12.12.1952. AEBA, Política interna 1949-1957.

Os colorados estavam divididos em duas facções, a dos democráticos e a dos epifanistas, ambas disputando espaços de poder. Epifánio Méndez Fleitas foi hábil em utilizar o Banco Central para criar uma rede de relacionamentos com políticos, militares e agropecuaristas, ao facilitar-lhes o acesso, pela cotação oficial, a moedas estrangeiras da escassa reserva em divisas do país. No início de 1953, Méndez Fleitas foi o responsável pela adoção de programa econômico ampliando a intervenção do Estado na economia e, para sustentá-lo, fez com que Cháves buscasse apoio na Argentina. Como resultado, em agosto seria assinado um importante convênio entre os dois países[1634].

Enquanto isso, a diplomacia brasileira buscava obter do governo Cháves a concordância para o retorno dos exilados políticos ao Paraguai. A iniciativa foi, na realidade, de Francisco Negrão de Lima que mantinha seu interesse pelos assuntos paraguaios e, no segundo governo Vargas, ocupou o importante cargo de ministro da Justiça até 1953. Feita a proposta, em fevereiro, o governo paraguaio aceitou o retorno dos exilados, o que levou Eduardo Peña ("velho amigo desta Embaixada e dos brasileiros"), em nome do Partido Liberal, e Sánchez Palácios e Jorge Rosel, pelo Partido Febrerista, a manifestarem "aplauso e reconhecimento" pela ação brasileira[1635]. O governo paraguaio, no entanto, recuou em sua decisão, os exilados não voltaram, e o presidente Chaves, cujo mandato terminava em agosto, candidatou-se à reeleição em uma eleição sem participação da oposição.

No dia anterior ao inicio do segundo mandato presidencial de Federico Cháves e, aparentemente, sem instruções suas para tanto[1636], foi assinado, em Buenos Aires, o *Convenio de Unión Económica*, entre o Paraguai, representado por Méndez Fleitas, e a Argentina. Era um acordo sobre tarifas alfandegárias que tinha como objetivo expresso levar à união aduaneira entre os dois países. Esse acordo tinha a duração inicial de três anos e, a partir daí, seria renovado anualmente, se uma das partes não o denunciasse. Entre outras medidas, esse convênio estabelecia a coordenação das políticas econômicas dos dois países; facilidades para os investimentos mútuos (na realidade, os de origem argentina no Paraguai); medidas para a exploração de minerais e petróleo; políticas para assegurar a estabilidade das reservas monetárias, etc[1637].

[1634] NICKSON, pp. 301, 374-376.

[1635] PIMENTA BUENO, encarregado de negócios, of. 31, conf., Assunção, 5.2.1953. AEBA, Política interna 1949-1957.

[1636] Moacyr Ribeiro BRIGGS, embaixador do Brasil (desde 17.11.1953), para chanceler Vicente RAO, of. 69, conf., Assunção [10?].1.1954. AEBA, Política Interna 1949-1957.

[1637] BREZZO, Liliana M. Argentina, Paraguay y la Historia, de la Guerra de la Triple Alianza em los límites de la ortodoxia: mitos y tabúes in: idem. *Aislamiento, Nación e Historia em el Río de la Plata*: Argentina y Paraguay. Siglos XVIII-XX, p. 255.

Desde o ano anterior, havia uma ofensiva diplomática de Perón na América do Sul. Durante o ano de 1953, além do Paraguai, o governo argentino assinou acordos de integração econômica com o Chile (fevereiro), o Equador (agosto) e a Bolívia (setembro). Esses acordos bilaterais, segundo Perón, significavam um intercâmbio de 8,4 bilhões de pesos e asseguravam a colocação de 60% dos produtos exportáveis da Argentina. Era um resultado importante para o comércio exterior argentino que, constatava Perón, nesse ano sofrera a "ação negativa" da concorrência de países que passaram a exportar produtos que, antes, importavam da Argentina[1638].

Entre 3 e 5 de outubro, Perón visitou o Paraguai, onde chegou a bordo do iate *Tecuara* e teve entusiástica recepção popular. Fez discurso negando pretensões hegemônicas da Argentina ou que tivesse como objetivo expandir o movimento justicialista para outros países. Retornando a Buenos Aires, o presidente argentino assinou, em 16 do mesmo mês, o decreto 19.256 que legalizava, na Argentina, os estudos realizados no Paraguai e os diplomas profissionais ali obtidos[1639]. A justificativa do decreto recorria à existência de uma comunidade de ideais, história e cultura entre Argentina e Paraguai no continente "no qual a compreensão, a solidariedade e a cooperação devem suprimir todos os limites até que se constitua em uma só pátria". Discursando no dia seguinte, na tradicional manifestação peronista de 17 de outubro na Plaza de Mayo, Perón expôs o Decálogo *de la Confraternidad Argentino-Paraguaya* e afirmou que, a partir desse dia, todos os paraguaios eram compatriotas dos argentinos, desde que aderissem às premissas ideológicas do peronismo: "consolidar a justiça social, a independência econômica e a soberania política"[1640].

O governo paraguaio, em reciprocidade, decretou, no final de outubro, o reconhecimento dos estudos e diplomas obtidos na Argentina, além de tornar obrigatória a leitura e explicação do Decálogo nas escolas paraguaias. Por essa época, foi publicada em guarani o livro *La razón de mi vida*, de Eva Perón, enquanto a *Fundación* com esse nome *passou* a atuar no Paraguai. No natal de 1953, a *Fundación Eva Perón* enviou ao Paraguai um trem com trinta vagões transportando presentes (doces, sidra e brinquedos) para serem distribuídos às crianças pobres e instituições de

[1638] ARGENTINA. Presidencia de la Nación. *Mensaje del Presidente de la Nación Argentina, General Juan Perón*, al inaugurar el 88º período ordinario de sesiones del honorable Congreso Nacional – Conceptos Doutrinarios. Buenos Aires, 1º de mayo de 1954, p. 72-73. Disponível em: http://lanic.utexas.edu/project/arl/pm/sample2/argentin/peron/541508t.html. Acesso em 26.3.2010

[1639] Ver: http://zh-cn.facebook.com/notes/justa-justicialismo-americalatinista/9-la-patria-grande-el-intento-justicialista-de-integracion-latinoamericana-el-pa/175156948244. Acesso em 25.3.2010. AGUIRRE, Alfredo Armando. *Argentine: Federal public policies*; June 1943 – September 1955. Lund (Suécia): Lunds Universitet, 2003, p. 410. Disponível em: http://choloar.tripod.com/Argentine_Fpp4355.pdf. Acesso em 26.10.2010.

[1640] BREZZO; FIGALLO, p. 424.

caridade. No início de 1954, chegou a Assunção outro trem com presentes enviados por essa Fundação[1641].

O estreitamento de relações entre os governos argentino e paraguaio se estendeu ao plano militar com a assinatura, em 24 de setembro de 1953, de acordo reativando a Missão Naval Argentina. Esta funcionara entre 1943 e 1950 e fora desativada devido ao desinteresse da Marinha argentina em sua continuidade. Em 1952, no contexto da política de Perón em aumentar os vínculos com países vizinhos, foi retomado o interesse pela Missão Naval. Esta agiria para neutralizar a influência das missões militares brasileira e norte-americana no Paraguai, atrair as Forças Armadas deste país para posição simpática à Argentina e vigiar a frota fluvial da companhia brasileira que recebera concessão do trajeto entre Corumbá e Assunção[1642], o Serviço de Navegação da Bacia do Prata.

A essa altura, Perón já perdera as esperanças de que o Brasil se incorporasse ao projeto argentino de integração econômica, ao qual se opunham também o Uruguai e o Peru. Mesmo Baptista Lusardo, embaixador brasileiro em Buenos Aires, amigo pessoal de Perón e de Vargas, acreditava que a Argentina tinha projeto expansionista, que não era o de reconstruir o Vice-Reino do Rio da Prata, como se dizia, mas, sim, as "intenções deste país são talvez mais amplas e distantes no futuro". Escreveu que não se devia aceitar a "formação de grupos de países" como proposto por Perón, pois se era verdade ser interesse do Brasil uma América Latina forte, isso não ocorreria da forma defendida pela diplomacia peronista, mas, sim, pela organização do continente em Estados livres e que pudessem ser livres economicamente. Após constatar que o Brasil não tinha recursos próprios para enfrentar o projeto peronista, Baptista Lusardo defendia que se recorresse aos EUA para se contrapor ao "expansionismo argentino" para "encontrar os meios de ação que lhe escasseiam para manter o equilíbrio do continente" e para ter acesso a recursos econômicos que permitisse auxiliar no desenvolvimento de outros países da região[1643].

Se verdadeiro o relato feito, no final de 1953, pelo chanceler peruano Ricardo Rivera ao embaixador brasileiro em Lima, Perón sabia das opiniões sobre si e das diretrizes do Itamaraty pelo menos desde o início desse ano. Rivera relatou a conversa que teve, por duas horas, com o chanceler argentino Jerónimo Remorino que fez escala em Lima, a caminho de Quito e Bogotá. Nessa conversa, Remorino disse ter

[1641] Idem, pp. 424-425.
[1642] Ibidem, pp. 419-420.
[1643] BAPTISTA LUSARDO para FONTOURA, of. 36/900.1(41), secr., Buenos Aires, 28.1.1953. Arquivo do Itamaraty, Oficios secretos A-K, 1950-1957.

conhecimento "seguro" de que o governo brasileiro se esforçava em se opor à política argentina, parecendo "ter voltado as costas à Argentina", e que o presidente Vargas violara compromissos assumidos com Perón, "inclusive por carta". Acrescentou o chanceler argentino que, na visita de Perón ao Chile nesse ano, o presidente Ibarra teria mostrado "um maço de cópias de telegramas" em código, trocados entre o Itamaraty e a Embaixada brasileira em Santiago, e que haviam sido decifrados. Perón comentou, então, que também tinha conhecimento das instruções enviadas pelo governo brasileiro à sua Embaixada em Buenos Aires[1644]. O conhecimento delas permite, por outro lado, melhor compreender a conferência que Perón fez na Escola Nacional de Guerra argentina, que deveria ser transcrita, mas acabou vazando para a imprensa. Nela, o presidente argentino relatou a concordância de Vargas para que Argentina, Brasil e Chile implementassem um projeto integracionista e acusou o Itamaraty de se colocar contra, atuando como instituição autônoma em relação ao governo brasileiro. A Chancelaria brasileira, afirmou Perón, insistia na "política imperial de zonas de influência" e obstaculizava a "verdadeira união" regional[1645].

No Paraguai, houve reações desencontradas entre os colorados quanto a esse estreitamento de relações com a Argentina, particularmente em relação ao *Convenio de Unión Económica*. O Partido Colorado encontrava-se dividido a ponto de que, nas palavras de Brezzzo e Figallo, "o grupo governante bem poderia ser considerado minoritário". Havia um impasse entre chavistas e epifanistas, já que uma facção não tinha poder suficiente para se impor à outra, embora o populismo de Méndez Fleitas lhe proporcionasse crescente penetração popular e tendia a desequilibrar a balança política a seu favor. Os chavistas, porém, encontraram apoio de lideranças do Exército as quais reagiram negativamente ao acordo com a Argentina e acusaram Méndez Fleitas de ser simpático aos comunistas, por inspirar-se no peronismo que tinha base operária, bem como de colocar em risco a soberania paraguaia[1646]. Entre os principais opositores ao *Convenio*, estavam os generais Francisco Caballero Alvarez, ministro da Defesa, e Alfredo Stroessner, comandante em chefe das Forças Armadas que, refeitos da surpresa, passaram a

[1644] Edgar Fraga de CASTRO, embaixador brasileiro, para Vicente RAO, ministro das Relações Exteriores do Brasil, of. 247, sec., Lima, 10.12.1953. Idem, Secretos – Ofícios Missões Dilomáticas L a Q – 1950-1957. Ao final do seu informe, o embaixador Fraga e Castro dizia não crer que tivesse sido quebrado o código das comunicações entre o Ministério das Relações Exteriores, no Rio de Janeiro, e as representações brasileiras em Santiago e Buenos Aires, mas que de todo modo era necessário cautela.

[1645] Apud. BANDEIRA, p. 260.

[1646] BREZZO; FIGALLO, pp. 421, 422. NICKSON, pp. 374-376, 603.

pressionar o governo para a demissão dos responsáveis pelo acordo[1647]. A característica da cultura política paraguaia de optar pelo confronto em lugar da negociação na luta pelo poder reproduzia-se na divisão do Partido Colorado, enfraquecendo ainda mais a sociedade política, da qual já não podiam participar legalmente os demais partidos, o que terminou por fortalecer politicamente as Forças Armadas.

A pressão foi robustecida depois do natal com o regresso ao Paraguai do general Alfredo Stroessner, após passar duas semanas no Brasil a convite do Exército brasileiro. Circulava o rumor que Méndez Fleitas planejava afastar o presidente Chaves, substituindo-o pelo ministro do Interior, Tomás Romero Pereira. Como consequência, o coronel Nestor Ferreira, comandante da Cavalaria e aliado de Chaves, se movimentou e solicitou ao presidente essa demissão. Em 2 de janeiro de 1954, apresentaram suas renúncias os ministros da Fazenda, Guillermo Enciso Velloso, e do Interior, Romero Pereira, e, no dia 7, Méndez Fleitas. Os acontecimentos ratificavam a influência do Exército no processo político paraguaio e começou a circular novo boato, o de que o general Stroessner desejava ocupar o poder[1648].

A demissão de Méndez Fleitas, segundo a Embaixada norte-americana, desagradou os argentinos e ela era atribuída "às maquinações do Brasil e dos Estados Unidos"[1649]. A documentação diplomática comprova que os governos norte-americano e brasileiro viam-no negativamente e que não lamentaram sua queda, mas esta teve como causa a luta política interna pelo poder e por sua concepção sobre o futuro do Paraguai ser diferente daquela que tinham os chefes militares. O fato, porém, é que o governo argentino reagiu rápido para manter sua influência no país e marcou nova visita de Perón a Assunção para a primeira quinzena de maio de 1954[1650].

Entre os meses de fevereiro e maio, houve a corrosão acelerada da legitimidade dos governantes paraguaios, acusadas de se interessarem mais por assuntos políticos do que em administrar o país. Era generalizada a sensação de haver descontrole administrativo e corrupção no círculo mais próximo do presidente Cháves, particularmente de seus familiares. No Exército, agravou-se o descontentamento com a infiltração da política partidária nas filas militares, como as designações de oficiais da reserva

[1647] BRIGGS para RAO, of. 75, res., Assunção, 8.4.1954. AEBA, Política interna 1949-1957.
[1648] John C. SHILLOCK JR., encarregado de negócios, para o DEPARTAMENTO DE ESTADO, of., Assunção, 8.1.1954, in: SEIFERHELD, Alfredo M. *La caida de Federico Chaves*; una visón documental norteamericana. Asunción: Editorial Histórica, 1987. pp. 42-46.
[1649] Idem, of., Assunção, 15.1.1954 in: ibidem, pp. 54-56.
[1650] BRIGGS para FONTOURA, of. 75, res., Assunção, 8.4.1954. AEBA, Política interna 1949-1957.

para funções até então ocupadas pelos da ativa. Havia, ainda, boatos sobre negociatas com dólares, especulações e desvio de mercadorias, vindas da Argentina, para outros países[1651].

Esses fatores, tendo como pano de fundo a precária situação econômica do Paraguai, geraram no interior do Exército movimento para depor Chaves. A intervenção do presidente em uma crise de comando no quartel da Cavalaria, em Campo Grande, sem consultar o general Stroessner que, afinal, era o comandante das Forças Armadas, foi classificado por este como um insulto à honra dos militares. Stroessner ordenou a prisão, por indisciplina, do coronel Nestor Ferreira por não ter este respeitado a cadeia de comando ao obedecer ordem direta presidencial. Cháves, então, ameaçou prender esse general que reagiu se sublevando. Na noite de 4 de maio, bem como na maior parte do dia seguinte, ocorreram combates no centro de Assunção e, no final, Stroessner depôs Cháves.

A Embaixada norte-americana afastou a possibilidade de que a próxima visita de Perón, prevista para o dia 14 de maio, fosse a causa do golpe, embora ela fosse motivo de "considerável discussão" entre políticos e militares. Também informou que "definitivamente não se acredita que a crise foi um 'golpe manipulado pelos brasileiros', como os rumores que circularam em círculos argentinos irresponsáveis". De fato, se alguma influência externa contribuiu para essa crise, seria a certeza, por parte dos golpistas, de que os governos brasileiro e norte-americano não condenariam a queda de um governo que tinha estreitas relações com Perón.

Stroessner enviou um avião buscar Epifanio Méndez Fleitas, no interior do país, para participar das deliberações da cúpula colorada sobre a nova situação política, demonstrando que o golpe era contra Cháves e não contra o Partido Colorado[1652]. Ficou decidido que a Presidência da República seria assumida interinamente pelo presidente do Partido, Tomás Romero Pereira. Em 12 de junho, a convenção colorada, com duzentos delegados, escolheu Alfredo Stroessner como candidato do Partido Colorado à eleição presidencial. Esta realizou-se em 11 de julho, sem a participação de concorrente, e Stroessner "venceu" a eleição, iniciando uma prática que, nas três décadas da ditadura stronista, se repetiria regularmente, de forma monótona e previsível.

[1651] David M. MAYNARD, encarregado de negócios, para DEPARTAMENTO DE ESTADO, of., Assunção, 20.5.1954 in: ibid., pp. 108-109. BREZZO; FIGALLO, pp. 425-426. Essas autoras citam, porém, as dúvidas sobre o sentido da visita de Perón como um dos elementos que contribuiu para criar o clima golpista.

[1652] David M. MAYNARD, encarregado de negócios, para DEPARTAMENTO DE ESTADO, of., Assunção, 20.5.1954 in: ibid., p. 110.

Conclusão

A República brasileira, ao substituir o regime monárquico em 1889, não inovou nas relações com o Paraguai. Os dois primeiros governos republicanos, exercidos por militares, guiaram-se pelos princípios da diplomacia imperial, dos quais o principal era o de conter a influência argentina nesse país. O governo do marechal Floriano Peixoto (1891-1894) chegou a promover intervenção direta na política paraguaia, incentivando o golpe de Estado de 1894, que depôs o presidente González. O objetivo foi o de impedir que o apoio deste viabilizasse a candidatura presidencial – com grandes chances de vitória – de José Segundo Decoud, tido como favorável à anexação do Paraguai à Argentina. Esse intervencionismo resultou de iniciativa pessoal de Floriano Peixoto e não de uma decisão da máquina diplomática brasileira, à época modesta, pouco influente e quase imobilizada pelas incertezas políticas nos primeiros anos do regime republicano. A carreira de Floriano no Exército fora construída sob o fatalismo existente em meios militares e políticos brasileiros de que o Brasil seria, em algum momento, obrigado a guerrear com a Argentina. Nesse hipotético conflito, o Paraguai teria evidente importância estratégica, o que explica o impacto sobre esse marechal-presidente dos informes alarmistas da Legação brasileira em Assunção sobre o suposto "argentinismo" de Decoud.

Nos governos de Prudente de Moraes (1894-1898) e Campos Salles (1898-1902), a política externa do Brasil viu-se limitada pela própria fragilidade financeira do país e pelas disputas internas. Esses governos

não intervieram nos assuntos internos do Paraguai e, embora desejassem nele manter a influência brasileira, nada fizeram para tanto. A manutenção dessa influência, aliás, foi confundida, durante esses governos, com a defesa dos interesses da *Companhia Matte Larangeira*, em prejuízo da economia de Mato Grosso e do próprio Tesouro brasileiro.

Até 1904 o Paraguai viveu sob dupla dependência: econômica, da Argentina, e política, do Brasil. Dicotomia superada quando, nesse ano, o Partido Colorado foi alijado do poder por uma revolução promovida pelo Partido Liberal e apoiada pelo governo argentino que depôs o presidente Escurra. Este não recebeu apoio do Brasil onde, desde 1902, a política externa estava sob o comando do barão do Rio Branco. Essa ausência de apoio brasileiro lança luzes sobre a política implementada por Rio Branco para a América do Sul, que tinha como princípios básicos: a não intervenção nos assuntos internos dos países vizinhos; apoiar seus governos legais; e estabelecer uma *entente* com a Argentina.

As revoluções e os golpes de Estado no continente americano, pensava Rio Branco, criavam situações de instabilidade que, se comprometessem interesses de países europeus e dos Estados Unidos, os levariam a intervir onde se sentissem lesados. Esse intervencionismo criaria precedente perigoso que poderia levar as grandes potências a criarem um padrão intervencionista nas suas relações com a América do Sul. A instabilidade política em um país sul-americano tornava-se, portanto, uma ameaça à manutenção das soberanias nacionais dos vizinhos, inclusive da brasileira.

Rio Branco buscou obter uma liderança brasileira na América do Sul, cujo objetivo não era o de impor políticas aos demais países da região. Essa liderança tinha como objetivo consolidar o espaço nacional brasileiro, mediante a assinatura de tratados de limites com países vizinhos, e colocar o Brasil como uma espécie de intérprete de percepções e posturas entre seus vizinhos e as grandes potências. Mal entendidos entre estas duas partes, que poderiam repercutir negativamente sobre o Brasil, seriam evitados por uma ativa diplomacia brasileira, que articularia diálogos, negociações e posturas. O exercício dessa liderança brasileira demandava a superação, por setores das sociedades vizinhas, da percepção de que o Brasil constituía uma ameaça potencial. A abstenção brasileira nos assuntos internos dos países vizinhos, mantendo-se neutro quanto às suas lutas políticas e decisões que seus governos tomassem, contribuiria para essa superação.

Qualquer iniciativa do Brasil na América do Sul deveria considerar a Argentina. Rio Branco e seus sucessores à frente do Itamaraty atuaram,

no período estudado, para que o Rio da Prata deixasse de ser espaço de rivalidade entre os dois países. O objetivo era o de torná-lo espaço de convivência, construir uma *entente*, em que Brasil e Argentina respeitariam os respectivos interesses na região, estabelecendo um equilíbrio que evitaria situações que levassem à retomada de um clima de disputas e desconfianças mútuas.

No esforço para criar essa *entente,* o governo brasileiro optou por evitar tomar medidas que gerassem desconfianças na Argentina e não forneceu quaisquer recursos para que Escurra resistisse à revolução liberal. Isto era permitido pelo Direito Internacional, pois esse presidente era reconhecido como governo legal do país e, ademais, estaria de acordo com a diretriz de Rio Branco pela qual a diplomacia brasileira, no caso de revoluções, deveria apoiar os governos constitucionais. A recusa do chanceler brasileiro em apoiar Escurra rompeu com a tradição diplomática brasileira de conter a influência argentina no Paraguai. Este foi transformado em "gambito do rei" no xadrez geopolítico platino, peça a ser sacrificada à influência de Buenos Aires, para se alcançar a *entente* argentina-brasileira. Os ganhos argentinos de influência no Paraguai poderiam ser compensados pelo fortalecimento das relações harmônicas com o Uruguai; desse modo, haveria dois eixos diplomáticos, que não se rivalizariam e teriam função de estabilizadores das relações internacionais região platina: Assunção-Buenos Aires e Montevidéu-Rio de Janeiro. Por esse raciocínio, a extensão geográfica, a superioridade demográfica e uma diplomacia competente viabilizariam a liderança do Brasil na América do Sul, desde que esta fosse aceita pela Argentina. Isto não ocorreu porque, de um lado, o equilíbrio no Rio da Prata não resolvia a delicada relação da Argentina com o Chile, a qual impulsionava Buenos Aires a manter uma diplomacia ativa com os países vizinhos. Por outro lado, a Argentina era superior ao Brasil nos planos militar e econômico, além de não se sentir ameaçada pelas grandes potências, pois tinha estreitas relações com a Grã-Bretanha.

A política de *entente* de Rio Branco deu frutos na guerra civil paraguaia de 1911/1912, pois as excelentes relações entre os governos brasileiro e argentino permitiu-lhes atuarem de comum acordo para manterem-se neutros. Neste conflito, a diplomacia brasileira teve a oportunidade de recuperar sua influência no Paraguai mas, em lugar de fazê-lo, manteve-se fiel ao princípio de não intervenção e ao propósito de não comprometer as relações com a Argentina. A confiança mútua não existiu, porém, entre os agentes diplomáticos e militares brasileiros e argentinos em Assunção, os quais nem sempre seguiram as instruções

para manterem boas relações entre si e para não intervirem na guerra civil. Explicam-se, assim, os facciosismos desses agentes, principalmente o do comandante da força naval argentina em favor dos revolucionários.

Rio Branco faleceu em 1912, antes do final da guerra civil paraguaia. Seu sucessor, Lauro Severiano Muller, manteve a mesma política em relação ao Rio da Prata e sua gestão foi praticamente inerte quanto ao Paraguai. No final de 1916, porém, houve esfriamento das relações entre o Brasil e a Argentina, pois nesta assumiu a Presidência o radical Hipólito Yrigoyen, opositor ao Tratado do ABC, do qual faziam parte ambos os países e o Chile, inviabilizando-o. A I Guerra Mundial, por sua vez, demonstrou que atuavam sob lógicas diferentes as políticas externas da Argentina, que se manteve neutra, e do Brasil, que alinhou-se com os aliados contra o Império Alemão.

Para levar o Brasil a tomar posição na I Guerra Mundial em favor dos aliados, o presidente Venceslau Brás afastou do Itamaraty, em 1917, Lauro Muller, defensor da neutralidade, substituindo-o por Epitácio Pessoa. Essa mudança também resultou na adoção de uma diplomacia brasileira mais ativa em relação aos países vizinhos, o que foi percebido pela Legação argentina no Rio de Janeiro. Segundo essa representação diplomática, o Brasil buscava criar vínculos econômicos e políticos com a Bolívia, o Paraguai, o Peru e o Uruguai, ampliando sua influência nesses países[1653].

O Paraguai era virtual prisioneiro geopolítico da Argentina. O comércio exterior paraguaio fazia-se pelos rios Paraguai-Paraná, sob controle de empresas argentinas de navegação e de casas comerciais dessa nacionalidade. A única via terrestre para o comércio exterior paraguaio também era com esse vizinho, por meio da ligação ferroviária inaugurada em 1912.

Para o representante argentino em Assunção, a posição privilegiada de seu país no Paraguai decorria das vinculações econômicas, culturais, geográficas e políticas existentes entre ambos. Além disso, os homens do governo Manuel Franco (1917-1919) eram "francamente" amigos da Argentina. Destacou, porém, que os homens públicos paraguaios alinhavam-se com a Argentina, ou com o Brasil, na busca de vantagens para seus objetivos políticos internos e "nunca como resultado de uma adesão profunda, pensada e definitiva a um ou outro dos países vizinhos"[1654].

[1653] Carlos ACUÑA para o Ministro Plenipotenciário argentino Mario Ruiz de LOS LLANOS, Relatório "Estrictamente Reservado", Rio de Janeiro, 14.9.1918. AGNA, Archivo del Dr. Victorino de la Plaza - Relaciones Exteriores - Brasil (1822-1918), VII-4-5-3, pp. 311-336.

[1654] CANTILO para MURATURE, Nota 12, Res., Assunção, 21.2.1917. AMRECIC, Guerra de la Triple Alianza [sic!], Cx. 6, Expediente 8.

Para os diferentes governos argentinos, até meados da década de 1930, o Paraguai era visto como apêndice econômico e político, quase uma província. Eles não concederam facilidades comerciais que favorecessem a anêmica economia paraguaia e, ao ser tão dependente do vizinho do sul, decisões internas argentinas repercutiam na sociedade paraguaia. Já a vida política paraguaia, era influenciada, quer pelas demonstrações oficiais argentinas de preferências por alguma facção política local, quer pela tolerância com oposicionistas paraguaios que utilizavam o território argentino para organizarem conspirações. Ademais, figuras públicas argentinas imiscuíram-se, em caráter particular, nos assuntos internos paraguaios à revelia de Buenos Aires.

O Paraguai, por sua vez, entre 1904 e 1920, quer por concordância de seus governos, quer pela ausência de margem de manobra, manteve-se passivo, acomodando-se ao esmagador domínio argentino. Governos e facções políticas paraguaias buscaram, sim, em momentos críticos da luta pelo poder, indispor o Brasil com a Argentina de modo a obter favores de um deles, ou ainda, indispô-los com facção política adversária no país guarani. Pode-se mesmo dizer que, nessa época, à exceção de alguns poucos líderes políticos, a sociedade paraguaia julgava inevitável ou, então, desejava uma guerra entre o Brasil e a Argentina. Aqueles que a julgavam inevitável baseavam-se na histórica rivalidade argentino-brasileira, enquanto os que desejavam o conflito consideravam que a guerra beneficiaria o Paraguai.

Ao finalizar a década de 1910, cristalizou-se, entre os principais líderes do liberalismo radical no poder no Paraguai, a percepção de que o progresso econômico do país era prejudicado por sua dependência da Argentina. Em setores da sociedade paraguaia, desenvolveu-se ressentimento em relação aos governos argentinos, considerados insensíveis às necessidades do Paraguai, e, ao mesmo tempo, havia admiração pelo progresso material e cultural da Argentina.

O fato é que, nessa época, criaram-se, no Paraguai e no Brasil, circunstâncias favoráveis para uma reaproximação entre os dois países. O chanceler Eusebio Ayala manifestou, ao representante brasileiro em Assunção, o desejo de que seu país rompesse a dependência da Argentina. No ano seguinte, com a ascensão à presidência de Manuel Gondra (1920-1922), foi implementada como política de Estado e mediante prévia combinação com o presidente brasileiro Epitácio Pessoa, a orientação de romper a dependência da Argentina. Não era objetivo de Gondra transferir essa dependência de um país para outro, mas, sim, eliminá-la, estabelecendo um equilíbrio nas relações do seus país com a Argentina

e o Brasil. A reaproximação entre Assunção e o Rio de Janeiro devia ser cautelosa, de modo a não se interpretada pelo governo de Yrigoyen como uma afronta aos interesses argentinos, pois, mesmo se essa política fosse bem-sucedida, ainda assim a Argentina continuaria a ser política e economicamente muito importante para o Paraguai, enquanto o Brasil mantinha a política da *entente*.

Nos anos de 1922 e 1923, Gondra enfrentou, em guerra civil, outra facção liberal que há tempos planejava um golpe de Estado, liderada pelo ex-presidente Eduardo Schaerer (1912-1916). Os governos argentino e brasileiro mantiveram-se neutros no conflito, embora fosse clara a inclinação do Brasil em favor do governo provisório de Eusebio Ayala (1922-1923), que substituiu o do renunciante Manuel Gondra. Obedecia-se, assim, à norma estabelecida por Rio Branco, do Brasil apoiar politicamente os governos constituídos, quando enfrentassem revoluções, como forma de desestimulá-las. Também explicam a boa disposição da diplomacia brasileira para com Eusebio Ayala, sua seriedade administrativa e a disposição em dar continuidade à política externa gondrista.

No Brasil, Epitácio Pessoa foi sucedido na Presidência por Arthur Bernardes (1922-1926), que governou sob estado de sítio praticamente durante todo seu governo. Preocupado em recuperar popularidade junto à opinião pública, mobilizou-a para um tema externo, o da exigência de uma cadeira permanente para o Brasil no Conselho da Liga das Nações. Priorizando esse assunto e ocupado com temas internos, o governo Bernardes pouco aproveitou ou respaldou, com atos concretos, os esforços dos presidentes Eusebio Ayala e de Eligio Ayala (1924-1926) para alterar a inserção internacional do Paraguai.

O presidente Eligio Ayala era avesso à Argentina mas, também era pragmático, recorreu ao governo argentino para obter recursos militares que permitissem ao Paraguai resistir às pretensões bolivianas sobre o Chaco. Obteve resposta favorável e as autoridades argentinas passaram a colaborar, secretamente, para o fortalecimento militar do país guarani, cuja dependência em relação à Argentina aprofundou-se. O crescente agravamento das divergências entre Bolívia e Paraguai, que desembocou na Guerra do Chaco (1932-1936), impediu a diplomacia dos governos radicais paraguaios de tomar medidas externas mais ousadas. Estas estavam condicionadas ao interesse maior, o dos preparativos para a defesa do país, e não era o momento para iniciativas que pudessem descontentar a Argentina.

No governo Washington Luís (1926-1930), a situação interna brasileira, aparentemente, estabilizou-se. A ação do Itamaraty tornou-se

mais dinâmica e inovou ao valorizar a dimensão comercial e ver o Paraguai como um mercado para produtos brasileiros, particularmente de São Paulo. Embora as iniciativas brasileiras encontrassem recepção favorável dos presidentes Eligio Ayala e José Patrício Guggiari (1928-1932), poucas foram concretizadas e, destas, a mais significativa foi a assinatura, em 1927, do Tratado Complementar de Limites entre os dois países. O Tratado enfrentou resistência por parte da oposição paraguaia, dos colorados e da dissidência liberal, e foi ratificado pelo Congresso paraguaio somente em 1929, graças aos esforços do presidente Guggiari.

A administração Washington Luís planejou construir uma ligação ferroviária entre os dois países, cuja conexão se daria nas cidades fronteiriças de Ponta Porã (Brasil) e Pedro Juan Caballero (Paraguai). O projeto não chegou a ser iniciado naquela época, pois eram exíguos os recursos financeiros dos dois governos e, ademais, faltou tempo para amadurecer o projeto, pois Washington Luís foi derrubado em outubro de 1930.

A chamada Revolução de 30 levou à recomposição do poder no Brasil, no qual forças contraditórias conviveram em um Estado de Compromisso: a oligarquia agrária teve sua influência reduzida, mas continuou influente, e setores modernizantes, como os militares, com novos objetivos políticos e econômicos. De 1930 a 1945, Getúlio Vargas governou o país como presidente provisório (1930-1934); presidente constitucional (1934-1937) e ditador (1937-1945), e teve nos militares o mais importante pilar de sustentação. O início do regime varguista causou, como era natural, certa imobilidade na política externa, mas, pouco depois, não só foi dada continuidade como aprofundada a política de aproximação com o Paraguai. Contribuiu para tanto o fato das autoridades paraguaias terem impedido, em 1932, que seu território fosse usado pelos revolucionários de São Paulo e de Mato Grosso, sublevados contra Vargas, para obterem armas ou fazer comércio.

O final da guerra civil brasileira praticamente coincidiu com o início da Guerra do Chaco. Este conflito constituiu um desastre humanitário e trouxe o risco de desestabilizar a América do Sul meridional. Afinal, Argentina, Brasil, Chile e, mais remotamente, Peru e Uruguai tinham interesses de diferentes tipos na Bolívia e no Paraguai, ou, então, se preocupavam com o *status quo* regional. Por esses motivos, o governo brasileiro, que se declarou neutro, fez esforços para obter a suspensão da luta por meio de gestões dos chanceleres Afrânio de Mello Franco e José Carlos de Macedo Soares, o qual desempenhou papel relevante na Conferência de Paz em Buenos Aires, em que se conseguiu o armistício.

O presidente paraguaio Eusebio Ayala foi deposto por um golpe militar em fevereiro de 1936, em meio a ambiente de insatisfação social. Ayala e Vargas haviam chegado a um acordo oficioso para que o Brasil desencadeasse uma série de medidas para aproximar os dois países, inclusive a construção de uma ligação terrestre. Esse acordo não era de conhecimento dos golpistas e somente após ter a certeza de que o novo governo paraguaio, do coronel Franco, não tinha tendência comunista, foi que a diplomacia varguista concluiu que o novo presidente era capaz de dar continuidade a essas medidas. Contudo, também Franco, foi derrubado no ano seguinte, mas não houve perturbação na aproximação brasileiro-paraguaia, sendo incentivada pelos presidentes Félix Paiva e José Félix Estigarribia, e que teve sua consolidação por meio de dez convênios de cooperação assinados em junho de 1941, no Rio de Janeiro, pelos regimes ditatoriais de Higinio Morínigo e Getúlio Vargas. Entre os acordos mais importantes, estavam o que tornava Santos porto franco para o comércio exterior paraguaio, aquele que criava mecanismo de crédito para o comércio bilateral, outro que tratava das bases para um tratado de comércio e, ainda, o que tratava da construção da ferrovia Concepción a Pedro Juan Caballero. Em síntese, o Paraguai se livraria da dependência do Rio da Prata para seu comércio exterior quando estivesse pronta a ligação terrestre entre os dois países, o que ainda demoraria quase duas décadas.

O período entre 1941 e 1945 foi de grande dinamismo nas relações brasileiro-paraguaias, para o qual contribuiu a convergência ideológica autoritária dos regimes de Vargas e Morínigo. Ademais, a ação diplomática brasileira no Paraguai beneficiou-se da postura dos EUA de fornecer ajuda financeira a Morínigo para afastá-lo da Alemanha nazista, a qual contava com simpatia de importantes chefes militares paraguaios. A vigilância norte-americana sobre o país guarani também implicou em conter a influência da Argentina, neutra na II Guerra Mundial e base da ação nazifascista na região do Rio da Prata. Enquanto isso, o Brasil aliara-se aos EUA e, assim, podia agir com maior desenvoltura no Paraguai.

Com o final da II Guerra Mundial e a redemocratização do Brasil, essa situação mudou. Getúlio Vargas foi obrigado a sair do poder em outubro de 1945 e, em janeiro do ano seguinte, foi eleito presidente o general Eurico Gaspar Dutra (1946-1951). A política deste em relação ao Paraguai foi a de pressionar, discretamente, para que Morínigo redemocratizasse o país, o que levou este general a aproximar-se da Argentina, onde Perón assumiu a Presidência em junho de 1946. Morínigo manteve-se no poder,

aliando-se ao Partido Colorado e, no ano seguinte, travou uma guerra civil contra a oposição, composta de boa parte da oficialidade do Exército, da Marinha e de liberais, seguidores do coronel Franco e comunistas. Esse conflito contribuiu para afastar ainda mais o governo Dutra de Morínigo, pois este mostrou-se pouco cooperativo na tentativa brasileira, por meio da missão do embaixador Francisco Negrão de Lima, de obter um cessar-fogo e uma pacificação política negociada no Paraguai. Enquanto isso, Perón forneceu apoio político e armas ao regime de Morínigo, que venceu a guerra civil.

Morínigo foi deposto em 1948 e o Partido Colorado passou a dominar sozinho o poder, o que não resultou em estabilidade política, pois estava dividido internamente. Ao contrário, o Paraguai vivenciou grande instabilidade política, tanto que teve quatro presidentes no prazo de um ano, até que Federico Cháves assumiu o poder no final de 1949 e nele permaneceu até ser derrubado em 1954. Nestes cinco anos, Perón teve uma política ativa em relação ao Paraguai, onde contava com seguidores e que continuava dependente economicamente da Argentina, como parte da estratégia da diplomacia peronista de integrar a América do Sul sob a liderança do presidente argentino. Do lado brasileiro, o governo Dutra foi bem-sucedido em manter e formalizar as iniciativas bilaterais que haviam sido tomadas anteriormente, que faziam sentir a presença brasileira tanto no meio militar (Missão Militar brasileira) quanto na difusão de valores culturais brasileiros (Missão Cultural) e na vida cotidiana em Assunção (agência do Banco do Brasil). Como resultado das lutas internas do Partido Colorado e o isolamento de Cháves, cuja administração tinha sua seriedade e honestidade fortemente questionadas, o presidente foi deposto em maio de 1954 pelo general Alfredo Stroessner, de conhecida simpatia pelo Brasil, onde fizera curso de Estado-Maior. Durante o regime de Stroessner, foram concluídas as obras de infraestrutura rodoviária, tanto do lado brasileiro quanto paraguaio, dando acesso aos portos brasileiros ao comércio exterior do Paraguai, pondo fim à sua dependência do porto de Buenos Aires. Realizava-se, assim, após muitos percalços, o projeto pensado na década de 1920 por lideranças paraguaias e brasileiras.

Fontes

A) PRIMÁRIAS

1) Arquivos

Academia Nacional de Historia - Archivo Norberto Quirno Costa - Buenos Aires;
Archivo General de la Nación - Buenos Aires;
Archivo del Ministerio de Asuntos Exteriores - Madri;
Archivo del Ministerio de Relaciones Exteriores y Culto - Buenos Aires (correspondência recebida das Legações em Assunção e Rio de Janeiro);
Arquivo da Embaixado do Brasil em Assunção. (período 1930-1954);
Arquivo Histórico do Itamaraty - Rio de Janeiro (período 1889-1945);
Arquivo do Itamaraty – Brasília (período 1946-1954);
Arquivo Negrão de Lima - CPDOC/FGV – Rio de Janeiro; e
Arquivo Particular de Manuel Peña Villamil - Asunción.

2) Impressas e Oficiais

ABRANCHES, Dunshee. *Actas e actos do Governo Provisório.* 3. ed., Rio de Janeiro: Oficinas Gráficas do Jornal do Brasil, 1953.
_____. *O golpe de estado; atas e atos do Govêrno Lucena.* Rio de Janeiro: Oficinas Gráficas do Jornal do Brasil, 1954.

AGUIRRE, Alfredo Armando. *Argentine: Federal public policies; June 1943 – September 1955*. Lund (Suécia): Lunds Universitet, 2003. Disponível em: <http://choloar.tripod.com/Argentine_Fpp4355.pdf>. Acesso em 26.10.2010.

ARGENTINA, Ministerio de Relaciones Exteriores y Culto. *La política argentina en la Guerra del Chaco*. Buenos Aires: Guillermo Kraft Ltda., 1937, 2 v.

_____. Presidencia de la Nación. *Mensaje del Presidente de la Nación Argentina, General Juan Perón, al inaugurar el 88º período ordinario de sesiones del honorable Congreso Nacional – Conceptos Doutrinarios*. Buenos Aires, 1º de mayo de 1954. Disponível em: <http://lanic.utexas.edu/project/arl/pm/sample2/argentin/peron/541508t.html>. Acesso em 26.3.2010.

BRASIL. Anais da Câmara dos Deputados.

_____. Anais do Senado.

_____, Directoria Geral de Estatística. *Boletim Commemorativo da Exposição Nacional de 1908*. Rio de Janeiro: Typographia da Estatística, 1908.

_____. *Estradas de Ferro Brasil-Paraguay; Estudos Preliminares. Relatório apresentado ao Exmo. Snr. Dr. Francisco Sá, DD. Ministro da Viação pelo Engenheiro Carlos Euler, Engenheiro-Chefe da Commissão de Estudos da Estrada de Ferro Brasil-Paraguay - março 1923"*. Rio de Janeiro: Typographia do Jornal do Commércio, 1923.

_____. *Relatório do Ministério dos Negócios Estrangeiros* (Império).

_____. *Relatório do Ministério das Relações Exteriores* (República).

CENTURIÓN, Armando (coord.) et alli. *El Estado General de la Nación durante los Gobiernos Liberales.* Asunción: Archivo del Liberalismo, v. I (1987) e II (1988).

MIRANDA, Anibal (comp.). *EE.UU. y el regimen militar paraguayo (1954-1958)*. Asunción: El Lector, 1988.

MOREIRA, Earle Diniz; BRANCATO, Sandra Maria Lubisco (orgs.). *O arquivo de José Carlos de Macedo Soares*; correspondência ativa e passiva selecionada. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2003.

PARAGUAY. *Anuário Estadístico de la República del Paraguay.*

_____. Dirección General de Estadística. *Comercio Exterior del Paraguay, Años 1921-1927.* Asunción: Imprenta Nacional, 1928.

SUÍÇA. *Documents diplomatiques suisses*. Disponível em: http://www.dodis.ch/f/home.asp

Relatorio n. 15 29.12.1954: <http://www.dodis.bar.admin.ch/dodis/dodis?XE7lhitk5Bdp7ClwBScZdd3klxvP0BwRB1zqbF95p5mvjnsVfvf3kcP3L0KMo2NMs8HZmeuEHD8KIbL1Is0BKLO>. Acesso em 15.2.2010.

USA. DEPARTMENT OF COMMERCE. *Paraguay : a commercial handbook.* Washington: Government Printing Office, 1920.

____. DEPARTMENT OF STATE. *Foreign Relations of the Unitde States*; Diplomatic Papers – 1946. Washington: Government Printing Office, v. XI (The American Republics), 1969.

WOOLLEY; John T.; PETERS, Gerhard. *The American Presidency Project* [online]. Santa Barbara, CA. Disponível em: <http://www.presidency.ucsb.edu>.

3) Jornais (período 1889-1930)

a) Brasil (Biblioteca Nacional - Rio de Janeiro)

Correio da Manhã (Rio de Janeiro);
A Época (Rio de Janeiro);
O Estado de S. Paulo (São Paulo);
Gazeta de Notícias (Rio de Janeiro);
A Imprensa (Rio de Janeiro);
Jornal do Commércio (Rio de Janeiro);
O Paiz (Rio de Janeiro).

b) Paraguai

La Democracia (Biblioteca Nacional - Assunção);

A Reacção, "Órgão do Partido Republicano de Matto-Grosso – Publica-se no Paraguay por falta de garantias no Estado" (julho 1902 – junho 1903; 30 números) – Coleção particular de Carlos Pusineri Scala (Assunção).

4) Revista

Kosmos, Revista Artística, Scíentifica e Litterária, Rio de Janeiro, 1904-1909 (Seção de Obras Raras da Biblioteca da Universidade de Brasília).

5) Diários, memórias, artigos e livros de época

ARBO, Higino. *Politica Paraguaya.* Asunción: Archivo del Liberalismo, 1991, Cuadernos Históricos n. 22.

ALCORTA, Figueroa. *Discursos.* Buenos Aires: Talleres Gráficos Argentinos de L. J. Rosso, 1933.

AMARAL, Luis Gurgel. *Cousas idas e vividas.* Rio de Janeiro: Livraria S. José, 1959.

AYALA, Eligio. *La cuestión social.* Asunción: EMASA, 1979.
_____. *Migraciones.* Asunción: El Lector, 1996.

BÁEZ, Cecílio. *La tiranía en el Paraguay*. 2. ed. Asunción, Ediciones Ñanduti Vive / Intercontinental Editora, 1993, (1. ed.: 1903).

BARROS, Jayme de. *Chão de vida; memórias*. Rio de Janeiro: Léo Christiano Editorial, 1985.

BOGARÍN, Juan Sinforiano. *Mis apuntes; memorias de Monseñor Juan Sinforiano Bogarín.* Asunción: Editorial Histórica, 1986.

BRAY, Coronel Arturo. *Armas y letras.* Asunción: Ediciones NAPA, 1981, 3 t.

BRUGADA, Ricardo. *Brasil - Paraguay*. Rio de Janeiro: L. Malafaia Júnior, 1903.

BURLAMAQUI, 1° Tenente Armando. A defesa de costas e a marinha. *Kosmos; Revista Artística, Scientífica e Litterária.* Rio de Janeiro, n. 11, novembro 1905, pp. 42-45.

_____. *A política naval americana.* Idem, n. 5, maio 1905, pp. 29-36.

CÁRCANO, Miguel Ángel. *Mis primeros 80 Años.* Buenos Aires: Editorial Sudamericana, 1944.

CREYDT, Oscar. *Formación histórica de la nación paraguaya; pensamiento y vida del autor*. 2e. Revisada y ampliada Asunción: Servilibro, 2004.

DURAND DE AYALA, Marcelle. *Algunos recuerdos sobre el Doctor Eusebio Ayala.* Asunción: Editorial Histórica/Archivo del Liberalismo, 1990.

FORRENTS, Leonardo S. *Dívida e trophéos paraguayos e a propaganda no Brasil.* Rio de Janeiro: Montenegro, 1899.

FREIRE ESTEVES, Gómes. *Historia contemporánea del Paraguay.* Buenos Aires: [s.n.], 1921.

GARAY, Blas. *Paraguay 1899.* Asunción: Editorial Araverá, 1984.

GODOI, Juan Silvano. *Mi misión a Rio de Janeiro.* Buenos Aires: F. Lajouane Editor, 1897.

GUGGIARI, José P.; BENÍTEZ, Justo Pastor. *Jornadas democráticas.* Asunción: Imprenta Ariel, 1924.

GUILLOBEL, Almirante Renato de Almeida. *Memórias.* Rio de Janeiro: Serviço Gráfico da Fundação IBGE, 1973.

IRALA, Dr. Antolín. *Negociaciones paraguayo-argentinas; sus antecedentes*. Asunción: Talleres de Zamphiropolos, 1912.

KOEBEL, W. H. *Paraguay*. 2. ed. London: T. Fisher Unwin Ltd., 1919.

LIMA, Oliveira. *Memórias (estas minhas reminiscencias...)*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1937.

MELLO FRANCO, Afrânio de. *Episódios de História Internacional*. Rio de Janeiro: s.ed.,1941.

MENNA BARRETO, general Mario. *A campanha lopezguaya*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1928, v. I.

NATALÍCIO GONZÁLEZ, Juan;YNSFRÁN, Pablo M. *El Paraguay contemporáneo*. Paris/Asunción: Editorial de Indias, 1929.

PAMPLIEGA, Amancio. *Fusil al hombro*. 2. ed., Asunción: Ediciones NAPA, 1983.

_____. *Misión cumplida.* Asunción: El Lector, 1984.

PERALTA, Anselmo Jover. *El Paraguay revolucionário*. Buenos Aires: s. n., 1946.

PIÑERO, Norberto. *La política internacional argentina.* Buenos Aires: J. Menendez e Hijo, 1924.

QUESADA, Ernesto. *La política argentino-paraguaya.* Buenos Aires: Bradahl, 1902.

QUINTANA, Lucio M. Moreno. *La diplomacia de Yrigoyen: relación técnica, objetiva y documentada de la política internacional argentina durante el gobierno 1916-1922*. La Plata: Editorial Inca, 1928

_____. *Pinceladas internacionales y diplomáticas.* La Plata: La Gaceta, 1925.

RIO BRANCO, Embaixador Raul do. *Reminiscências do Barão do Rio-Branco*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1942.

RIVAROLA, Vicente. *Memorias diplomáticas.* Buenos Aires: Editorial Ayacucho, 1952 (v. I) e 1955 (v. II).

STEFANICH, Juan. *La restauración historica del Paraguay.* Buenos Aires: El Mundo Nuevo, 1945.

URIZAR, Dr. Rogelio. *Los dramas de nuestra anarquía; análisis de la evolución política del Paraguay.* Rosário: Taller Gráfico de la Plaza, 1989, 2 t.

VARGAS, Getúlio D. *Diários*. São Paulo: Siciliano; Rio de Janeiro: FGV. 1995, 2 v.

VILLAGRA MAFFIODO, Salvador. *Memorias civiles y militares.* Asunción: Editorial Don Bosco, 1992.

ZEBALLOS, Estanislao. *Diplomacia desarmada.* Buenos Aires: Editorial Universitária, 1974.

B) SECUNDÁRIAS

1) Artigos e capítulos de livros.

ABENTE, Diego. The Liberal Republic and the failure of democracy in: *The Americas*, Washington, Academy of American Franciscan History, Fall, 1989, pp. 525-546.

BAKKER, vice-almirante Mucio Piragibe R. de. O Poder Militar brasileiro: uma visão de suas particularidades, in: Revista *Brasileira de Política Internacional*. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Relações Internacionais, XXVIII: 105-108, pp. 27-34, 1984.

BANDEIRA, Luiz A. Moniz. A Guerra do Chaco, in: *Revista Brasileira de Política Internacional*. Brasília: IBRI, 41 (1), pp. 162-197, 1998.

BEIRED, José Luis Bendicho. "A grande Argentina": um sonho nacionalista para a construção de uma potência na América Latina, in: *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 21, n. 42, 201, pp. 303-322.

BELLO, José Maria. Política Diplomática e Econômica de Rodrigues Alves in: Cultura *Política; Revista Mensal de Estudos Brasileiros.* Rio de Janeiro, n. 3, pp. 39-51, maio 1941.

BREZZO, Liliana. Argentina, Paraguay y la Historia, de la Guerra de la Triple Alianza em los límites de la ortodoxia: mitos y tabúes in: idem (ed.). *Aislamiento, Nación e Historia em el Río de la Plata: Argentina y Paraguay*. Siglos XVIII-XX. Rosario (Argentina): Instituto de Historia – Universidad Católica Argentina, pp. 273-201, 2005.

_____. La historiografia paraguaya: del aislamiento a la superación de la mediterraneidad in *Diálogos.* Maringá: Revista da Pós-Graduação em História da Universidade de Maringá, v. 7, n. 1, 2003. Disponível em: http://www.dhi.uem.br/publicacoesdhi/dialogos/volume01/vol07.htm>.

BUENO, Clodoaldo. O cotidiano no processo de elaboração de decisões em política exterior e o início da República no Brasil in: História. São Paulo, Universidade Estadual Paulista, n. 5-6, pp. 11-17, 1986/1987.

_____. A diplomacia da "Consolidação": a intervenção estrangeira na Revolta da Armada (1893-1894). In: idem, n. 3, pp. 33-52, 1984.

_____. As noções de prestígio e soberania na política externa de Rio Branco (1902-1912) in: CERVO, Amado Luiz; DOPCKE, Wolfang (org.). *Relações internacionais dos países americanos; vertentes da História.* Brasília: Linha Gráfica Editora, 1994.

_____. O rearmamento naval brasileiro e a rivalidade Brasil-Argentina em 1906-1908 in: *História.* São Paulo, Universidade Estadual Paulista, n. 1, pp. 21-35, 1982.

_____. *A República e sua política exterior (1889 a 1902).* São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista; Brasília, DF: Fundação Alexandre de Gusmão, 1995.

BURNS, E. Bradford. Tradition and variation in Brazilian foreign policy. In: ASTIZ, Carlos Alberto. *Latin American international politics, ambitions, capabilities, and the national interest of Mexico, Brazil and Argentina.* London: University of Notre Dame Press, 1969.

CABALLERO AQUINO, Ricardo. El Egusquicismo: el primer intento de gobierno pluralista in: Historia. Asunción: Academia Paraguaya de la Historia, XXXV: II, 1995, pp. 193-214.

CAPDEVILA, Luc. Le passé/présent entre dictature et transition politique dans la société paraguayenne contemporaine in: Nuevo *Mundo Mundos Nuevos*. Paris: EHESS, Coloquios, 2008, puesto en línea el 22 mars 2008. Disponível em: <http://nuevomundo.revues.org/index28802.html>. Acesso em 10.02.2009.

CHEDID, Daniele Reiter. Aproximação Brasil-Paraguai por meio das atividades da Faculdade de Filosofia da Universidade Nacional de Assunção (952-1974) in Anais *do IV Congresso Internacional de História*. Maringá: Universidade Estadual de Maringá, 9 a 11.9.2009. Disponível em: <http://www.pph.uem.br/cih/anais/trabalhos/79.pdf>. Acesso em 23.03.2010.

DANESE, Sérgio França. A diplomacia da República Velha: uma perspectiva in: *Revista Brasileira de Política Internacional*. Rio de Janeiro, Instituto Brasileiro de Relações Internacionais, XXVII, v. 105-108, pp. 47-80, 1984.

DORATIOTO, Francisco. Mediterraneidade e política externa: o caso paraguaio in: ALMEIDA, Jaime de. (org.). *Caminho da História da América no Brasil: tendências e contornos de um campo historiográfico.* Brasília: ANPHLAC, pp. 473-490, 1998.

_____. A política platina do Barão do Rio Branco in *Revista Brasileira de Política Internacional*. Brasília: IBRI, ano 43, n. 2, p. 130-149, dez/2.000.

_____. As políticas da Argentina e do Brasil em relação à disputa boliviano-paraguaia pelo Chaco (1926-1936) in: FUNDAÇÃO ALEXANDRE DE GUSMÃO. *A visão do outro: seminário Argentina-Brasil.* Brasília: FUNAG, 2000, pp. 439-477.

_____. O Império do Brasil e a Argentina in: *Textos de História*. Brasília: Pós-Graduação em História da Universidade de Brasília, v. 16, p. 217-247, 2008.

FIGALLO, Beatriz. El Paraguay y la Argentina entre la paz del Chaco y la Segunda Guerra Mundial in RES *GESTA*. Instituto de Historia – Facultad de Derecho y Ciencias Sociales del Rosario de la Pontifica Universidad Católica Argentina, v. 35, en./dic. 1996.

FLECHA, Victor Jacinto. Años 20: movimientos socio-políticos en el Paraguay y proyección posterior in: CENTRO PARAGUAYO DE ESTUDIOS SOCIOLOGICOS. *Pasado y Presente de la Realidad Social Paraguaya.* Asunción: 1995, v. I, pp. 527-542 (Historia Social).

_____. Más allá de la utopía burguesa. La pervivencia del Estado oligárquico. Consecuencias sociales de la Guerra del Chaco en la sociedad y la política paraguaya in: *Revista Paraguaya de Sociología*. Asunción: Centro Paraguayo de Estudios Sociológicos, año 32, n. 93, may.-ag. 1995, pp. 37-69.

FUNDAÇÃO SANTOS DUMONT. *Muniz M7* in: <http://www.museutec.org.br/resgatememoria2002/old/enciclop/cap002/025.html>. Acesso em 1.9.2009.

HAEDO, Eduardo Víctor. *Perfil de un hombre contemporáneo; cinco episódios memorables en la historia de Estigarribia* in: <http://letras-uruguay.espaciolatino.com/haedo_eduardov/historia_de_estigarribia.htm>. Acesso em 1.2.2010.

HERKEN KRAUER, Juan Carlos. La Revolución liberal de 1904 en el Paraguay: el transfondo socio-económico y la perspectiva británica in: *Revista Paraguaya de Sociologia.* Asunción, Centro Paraguayo de Estudos Sociológicos, n. 62, enero/abr., pp. 137-164, 1985.

HIGUCHI, Hélio; BASTOS Jr. Paulo Roberto. Um avião sob quatro bandeiras in: *Tecnologia & Defesa*. São Paulo: Tecnodefesa Editorial, ano 26, n. 118, pp. 50-57, 2009.

HILTON, Stanley. Afranio de Melo Franco e a diplomacia brasileira, 1917-1943 in: *Revista Brasileira de Política Internacional*. Brasília: Instituto Brasileiro de Relações Internacionais, XXIX: 113-144, pp. 15-46, janeiro-junho 1986.

_____. Brazil and the post-Versailles world: elite images and foreign policy strategy, 1919-1929 in: *Journal of Latin American Studies*. Cambridge University, v. 12, n. 2, pp. 341-364, nov. 1980.

_____. Las relaciones argentino-brasileñas: el punto de vista de Brasil in: MONETA, Carlos J. (Coord), op. cit.

LEWIS, Paul H. Paraguay, 1930-1990 in BETHELL, Leslie (org.). *Historia de América Latina.* Barcelona, Crítica/Cambridge University Press, pp. 187-215, 2002, v. XV (El cono sur desde 1930).

McCANANN, Frank D. The Brazilian General Staff and Brazil's military situation, 1900-1945 in: *Journal of Interamerican Studies and World Affairs.* Beverly Hills, University of Miami/Sage Publication, XXV: 3, pp. 299-324, aug. 1983.

_____. The formative period of twentieth-century Brazilian Army thought, 1900-1922 in: *Hispanic American Historical Review.* Duke University Press, v. 64: 4, pp. 737-765, 1984.

McGAHA, Richard L.*ThePolitic sof Espionage:Nazi Diplomats and Spies in Argentina, 1933-1945*. PhD Philosophy: College of Arts and Sciences of Ohio University, 2009. Disponível em: <http://etd.ohiolink.edu/send-pdf.cgi/McGaha%20Richard%20L.%20Jr. pdf?acc_num=ohiou1256330041>. Acesso em 3.2.2010.

MOLETTA JR., Celso L.; MOSKO, José Carlos; RIBEIRO, Luiz Carlos. *O semi-profissionalismo no futebol de Curitiba, o caso do Coritiba Foot Ball Club* in: <http://www.alesde.ufpr.br/encontro/trabalhos/102.pdf >. Acesso em 26.8.2009.

MONETA, Carlos J. (Coord). Las relaciones argentino-brasileñas: el punto de vista de Argentina in: *Geopolítica y Política de Poder en Atlantico Sur.* Buenos Aires: Editorial Pleamar, 1983.

PEÑA VILLAMIL, Manuel. VILLAMIL, Manuel Peña. Eusebio Ayala: perfil de um ciudadano. in: *Historia Paraguaya*. Asunción: Academia Paraguaya de Historia, v. XXI, 1984.

_____. Las relaciones paraguayo-argentinas durante el conflicto del Chaco, 1925-1935 in: *Historia Paraguaya.* Asunción: Academia Paraguaya de la Historia, v. XXXIII, pp. 167-199, 1994.

REGALSKY, Andrés Martín. El Banco Francés del Río de la Plata y su expansión en el Paraguay in: *Estudios Paraguayos.* Asunción: Universidad Católica Nuestra Señora de la Asunción, Asunción, XIV: 1-2, pp. 281-312, dic. 1986.

RODRIGUEZ ALCALÁ, Guido. Revisionismo histórico y autoritarismo in *Revista Múltipla.* Brasília: UPIS, 7 (11), pp. 9-27, dez. 2001. Disponível em: <http://www.upis.br/revistamultipla/multipla11.pdf#page=9>. Acesso em 5.3.2009.

SALINAS, Dario. El movimento obrero en Paraguay in: CASANOVA, Pablo González (org.). *Historia del movimiento obrero en América Latina.* México: Instituto de Investigaciones Sociales de la UNAM/Siglo XXI Editores, v. 3, pp. 359-421, 1984.

SINGER, Paul. O Brasil no contexto do capitalismo internacional in: FAUSTO, Bóris (org.). *História Geral da Civilização Brasileira.* 5.ed. Rio de Janeiro: Editora Bertrand do Brasil, 1989, t. III, v. 1.

SOLER, Lorena. La familia paraguaya. Transformaciones del Estado y la Nación de López a Stroessner in: ANSALDI, Waldo (org.). *La democracia en America Latina; un barco a la deriva.* Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, pp. 435-465, 2007.

ZAVALETA MERCADO, René. Considerações gerais sobre a história da Bolívia in: CASANOVA, Pablo. *América Latina: história de meio século.* Brasília: Editora da Universidade de Brasília, v. 2, pp. 15-74, 1988.

WARREN, Harris Gaylord. Journalism in Asunción under the Allies and the Colorados, 1869-1904 in: *The Americas.* Washington: Academy of American Franciscan History, v. 34, n. 4, apr. 1983.

_____. The Paraguayan Revolution of 1904 in: The *Americas.* Washington, Academy of American Franciscan History, v. 36, n. 3, pp. 365-384, jan. 1980.

_____. Political aspects of the Paraguayan Revolution, 1936 -1940 in: *Hispanic American American Historical Review*, pp. 2-25, feb. 1950.

WOOLLEY; John T.; PETERS, Gerhard. *The American Presidency Project* [online]. Santa Barbara, CA. Disponível em: <http://www.presidency.ucsb.edu/ws/?pid=16409>. Acesso 11.2.2010.

2) Livros e Teses

ALBERTO ROMERO, Luis. *Breve historia contemporánea de la Argentina.* Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 1994.

ALMEIDA, Paulo Roberto de. *O estudo das relações internacionais no Brasil*. São Paulo: Unimarco, 1999.

AMARAL, Raúl. *Los Presidentes del Paraguay; crónica política (1844-1954).* Asunción: Centro Paraguayo de Estudios Sociológicos, 1994, Biblioteca de Estudios Paraguayos, v. 50.

ASHWELL, Washington. *Concepción 1947*; cincuenta años después. Asunción: Imprenta Edipar, 1998.

_____. *Historia económica del Paraguay.* Asunción: Ediciones y Arte, 1996, v. 2.

BANDEIRA, Luis A. Moniz. *Brasil, Argentina e Estados Unidos;* conflito e integração na América do Sul (da Tríplice Aliança ao Mercosul, 1870-2003). Rio de Janeiro: REVAN, 2003.

_____. *O eixo Argentina-Brasil: o processo de integração da América Latina*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1987.

_____. *Estado Nacional e política internacional na América Latina; o continente nas relações Argentina - Brasil (1930-1992).* Brasília: Editora da Universidade de Brasília; São Paulo: Editora Ensaio, 1993.

_____. *O expansionismo brasileiro: o papel do Brasil na Bacia do Prata – da colonização ao Império.* Rio de Janeiro: Philobiblion, 1985.

_____. *Presença dos Estados Unidos no Brasil (dois séculos de história).* 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

BARBOZA, Ramiro. *Los sindicatos en el Paraguay; evolución y estructura actual.* Asunción: Centro Interdisciplinario de Derecho Social y Economia Política, 1987.

BARCLAY, Glen. *Struggle for a continent; the Diplomatic History of South America, 1917-1945.* London: Sidgwick & Jackson, 1971.

BARRERO U., Coronel Francisco. *Conducción político-diplomática de la guerra con Paraguay.* La Paz: [s.n.], 1979.

BARRETO, Emilio Muniz. *Evolução histórica do comércio argentino-brasileiro (1800-1930).* São Paulo, 1972. Tese (Doutorado em Economia), Faculdade de Economia e Administração da Universidade de São Paulo.

BARRIOS, Miguel Ángel. *Perón y el peronismo en el sistema-mundo del siglo XXI.* Buenos Aires: Biblos, 2008.

BARROS, Jayme de. A política exterior do Brasil (1930-1942). 2a. ed. Rio de Janeiro: Zeilio Valverde, s.d.

BEIRED, José Luis B. *Sob o signo da nova ordem:* intelectuais autoritários no Brasil e na Argentina (1914-1945). São Paulo: Loyola, 1999.

BEJARANO, Coronel Ramon C. *Vias y medios de comunicaciones del Paraguay (1811-1961).* Asunción: Editorial Toledo, 1963.

BELLO, José Maria. *História da República.* 7. ed. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1976.

BENÍTEZ, Justo Pastor. *El solar guarani; panorama de la cultura paraguaya en el siglo XX.* Asunción/Buenos Aires: Nizza, 1959.

BENÍTEZ, Luis G. *Historia diplomática del Paraguay*. Asunción: [s.n.], 1972.

BESOUCHET, Lidia. *Rio Branco e as relações entre o Brasil e a República Argentina.* Rio de Janeiro: Comissão Preparatória do Centenário do Barão do Rio Branco/Ministério das Relações Exteriores, 1949.

BETHELL, Leslie (org.). *Historia de América Latina; América del Sur, 1870-1930.* Barcelona: Cambridge University Press/Editorial Crítica, 1992, v. 10.

BRAY, Coronel Arturo. *Hombres y épocas del Paraguay.* Buenos Aires: Editorial DIFUSAM, 1943, v. I.

BREZZO, Liliana M.; FIGALLO, Beatriz. *La Argentina y el Paraguay*, de la guerra a la integración. Rosario (Argentina): Instituto de Historia de la Pontificia Universidad Católica Argentina, 1999.

CABALLERO AQUINO, Ricardo. *La Segunda República paraguaya: 1869 - 1906 - política - economia - sociedad.* Asunción: Arte Nuevo Editores, 1985.
_____. *La Tercera República paraguaya, 1936 - 19...* Asunción: El Lector, 1988.

CARDOZO, Efraím. *Breve Historia del Paraguay.* Asunción: El Lector, 1994.
_____. *Historia del Paraguay independiente.* Asunción: El Lector, 1996.

CARMAGNANI, Marcello. *Estado y sociedad en América Latina; 1850-1930. Barcelona*: Editorial Grijalbo, 1984.

CARONE, Edgard. *A Primeira República.* 2. ed. São Paulo: DIFEL, 1973.

CARVALHO, Antônio Gontijo. *Estadistas da República*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1940.

CARVALHO, Delgado de. *História diplomática do Brasil.* São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1959.

CARRANZA, Ambrosio R.; VARELA, Alberto R.; PIRÁN, Eduardo V. Flores. *Historia política de la Argentina; desde 1862 hasta 1928*. Buenos Aires: Ediciones Pannedille, 1975.

CASSIANO, Ricardo. *Marcha para Oeste (influência da "bandeira" na formação social e política do Brasil).* 4. ed. Rio de Janeiro: J. Olympio; São Paulo: Edusp, 1970, v. II, Coleção Documentos Brasileiros.

CERVO, Amado Luiz. *O Parlamento brasileiro e as relações exteriores (1826-1889)*. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1981.

_____. *Relações internacionais na América Latina: velhos e novos paradigmas.* Brasília: FUNAG/IBRI, 2002.

_____. e BUENO, Clodoaldo. *História da política exterior do Brasil.* São Paulo: Editora Ática, 1992.

CIBILS, Manuel J. *Anarquia y revolución en el Paraguay, vórtice y asintota.* Buenos Aires: Editorial Américabe, 1957.

CISNEROS, Andrés; ESCUDÉ, Carlos. *Historia general de las relaciones exteriores de la República Argentina*. Buenos Aires: CARI/Nuevohacer, 1999, t. IX (1930-1943).

CORRÊA FILHO, Virgílio. *História de Mato Grosso.* Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1969.

CUNHA, Euclides. *À margem da História.* São Paulo: Cultrix; Brasília: Instituto Nacional do Livro, 1975.

DEUTSCH, Karl. *Análise das relações internacionais.* Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1978.

DÍAZ DE ARCE, Omar. O Paraguai contemporâneo (1925 - 1975) in: CASANOVA, Pablo Gonzalez (org.). *América Latina: história de meio século.* Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1988.

DORATIOTO, Francisco. *Maldita Guerra*; nova história da Guerra do Paraguai. 1ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

_____. *As Relações entre o Império do Brasil e a República do Paraguai, (1822-1889)***.** Brasília, 1989. Dissertação (Mestrado em História da Política Exterior do Brasil), Departamento de História da Universidade de Brasília, 2 v.

DOUGHERTY, James E.; PFALTZGRAFF, Robert L. *Teorías en pugna en las relaciones internacionales.* Buenos Aires: Grupo Editor Latinoamericano, 1993.

ETCHEPAREBORDA, Roberto. *Historia de las relaciones internacionales argentinas.* Buenos Aires: Editorial PLEAMAR, 1978.

_____. *Zeballos y la política exterior Argentina.* Buenos Aires: Editorial Pleamar, 1982.

EYZAGUIRRE, Jaime. *Breve historia de las fronteras de Chile.* 2. ed. Santiago: Editorial Universitária, 1968.

FARIA, Fernando Antonio. *Os vícios da Re(s)pública; negócios e poder na passagem para o Século XX.* Rio de Janeiro: Notrya Editora, 1993.

FAUSTO, Bóris. *História do Brasil.* 2. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo/Fundação do Desenvolvimento da Educação, 1995.

FAUSTO, Bóris. A Revolução de 1930. 2ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

FLORIA, Carlos A.; BELSUNCE, César A. *Historia de los argentinos*. Buenos Aires: Larousse, 1992.

_____. *Historia política de la Argentina contemporánea; 1880-1983.* 5. ed. Buenos Aires: Alianza Editorial, 1994.

FREYRE, Gilberto. *Ordem e Progresso.* Rio de Janeiro: José Olympio, 1959, t. 2.

GAONA, Francisco. *Introducción a la historia gremial y social del Paraguay.* Asunción: Editorial Arandú, 1967.

GARCIA, César Reinaldo. *Historia de los grupos y partidos políticos de la República Argentina.* Buenos Aires: Sainte Claire Editora, 1987.

GATTI CARDOZO, Gustavo. *El papel de los militares en el Paraguay, 1870-1990.* Asunción: Universidad Católica "Nuestra Señora de la Asunción", 1999.

GONZÁLEZ, Luis J. Paraguay*, prisionero geopolítico.* Buenos Aires: Ayacucho, 1947.

GONZÁLEZ, Teodósio. *Infortúnios del Paraguay.* Buenos Aires: L. J. Rosso, 1931.

GONZÁLEZ DELVALLE, Alcibiades. *El drama del 47*; documentos secretos de la guerra civil. 2ed. Asunción: El Lector, 2007.

GOUVÊA, Fernando da Cruz. *Oliveira Lima: uma biografia.* Recife: Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano, 1976, 3v.

GRAMSCI, Antonio. *Maquiavel, a política e o Estado moderno.* 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1976.

HALPERÍN DONGHI, Túlio. *Historia contemporánea de América Latina.* 13. edición revisada y ampliada, Madrid: Alianza Editorial, 1990.

HERKEN KRAUER, Juan Carlos. *Ferrocarril, política y economia en el Paraguay: el Acuerdo de 1907 entre Paraguay Central Railway Company y el Gobierno Paraguayo.* Berlin: Ibero-Amerikanisches Archiv, 1984.

_____. *Ferrocarriles, Conspiraciones y Negócios en el Paraguay.* Asunción: Arte Nuevo Editora, 1984.

_____. *El Paraguay Rural entre 1869 y 1913.*Asunción: Centro Paraguayo de Estudios Sociologicos, 1984.

HILTON, Stanley. Oswaldo Aranha, uma biografia. Rio de Janeiro: Objetiva, 1994.

JAEGGLI, Alfredo L. *Albino Jara, un Varón Meteórico.* 2. ed. Asunción: Ediciones NAPA, 1983.

JOFFILY, José. *O Caso Panther*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

KALLSEN, Osvaldo. *Historia del Paraguay contemporáneo, 1869 - 1983.* Asunción: Imprenta Modelo, 1983.

KLEIN, Herbert S. *Historia de Bolívia.* La Paz: Librería Editorial Juventud, 1994.

LANÚS, Juan Archibaldo. *Aquel apogeo; política internacional argentina, 1910-1939.* Buenos Aires: EMECÉ, 2001.

LETTS DE ESPIL, Coutney. *La segunda presidencia Roca vista por los diplomáticos norteamericanos.* Buenos Aires: Editorial Paidós, 1972.

LEWIS, Paul H. *The politics of exile; Paraguay`s Febrerista Party.* Chapel Hill: University of North Caroline Press, 1980.

LINHARES, Temístocles. *História econômica do mate.* Rio de Janeiro: José Olympio, 1969. Coleção Documentos Brasileiros, n. 138.

LINS, Álvaro. *Rio Branco (O Barão do Rio Branco); biografia pessoal e história política.* Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão; São Paulo: Editora Alfa-Omega, 1995.

LIVIERES GUGGIARI, Lorenzo N. *El financiamento de la Defensa del Chaco; 1924-1935.* Asunción: Arte Nuevo Editores, 1983.

LUNA, Félix. *Historia integral de la Argentina.* Buenos Aires: Planeta, 1998, t. 9 (*Conservadores y peronistas)*.

NAHUM, Benjamin *et alli*. *Historia Uruguaya*; crisis política y recuperación económica (1930-1958). Montevidéo: Banda Oriental/La República, 1998, t. 7.

MAGALHÃES, Bruno de Almeida. *Arthur Bernardes, estadista da República.* Rio de Janeiro, José Olympio, 1973.

McGAHA, Richard L. *The Politics of Espionage: Nazi Diplomats and Spies in Argentina, 1933-1945*. PhD Philosophy: College of Arts and Sciences of Ohio University, 2009, p. 23. Disponível em: <http://etd.ohiolink.edu/send-pdf.cgi/McGaha%20Richard%20L.%20Jr.pdf?acc_num=ohiou1256330041>. Acesso em 3.2.2010.

MELLO FRANCO, Afonso Arinos de. *Rodrigues Alves; apogeu e declínio do presidencialismo.* Rio de Janeiro: José Olympio, v. I, 1973.

MENDEZ, Epifanio. *Lo histórico y lo antihistórico en el Paraguay; carta a los colorados*. Asunción: Ediciones Ñanduti Vive/Intercontinental Editora, 1989.

MENDONÇA, Renato de. *Fronteira em marcha; ensaio de uma geopolítica brasileira.* 2. ed. Rio de Janeiro: São José, 1956.

MERCADO MOREIRA, Miguel. Historia Diplomatica de la Guerra del Chaco. La Paz: Talleres Gráficos Liviano, 1966.

MILENKY, Edward S. *Argentina's foreign policies.* Colorado: Westview Press, 1978.

MONTEIRO, Hamilton M. *Brasil República.* São Paulo: Editora Ática, 1986.

MORA, Frank O. *La política exterior del Paraguay (1811-1989).* Asunción: Centro Paraguayo de Estudios Sociologicos/Ediciones y Arte Editora, 1993.

_____; COONEY, Jerry W. *El Paraguay y Estados Unidos*. Asunción: Intercontinental, 2009.

MORAES, Ceres. *Paraguai, a consolidação da ditadura de Stroessner, 1954-1963.* Porto Alegre: EDIPUCRS, 2000.

MORAIS, Fernado. *Chatô, o rei do Brasil*. 13ª. Ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

MORENO, Isidoro Ruiz. *Historia de las relaciones exteriores argentinas (1810-1955).* Buenos Aires: Perrot, 1961.

NABUCO, Joaquim. *Um estadista no Império; Nabuco de Araújo.* São Paulo: Progresso, s.d., v. IV.

NICKSON, P. Andrew. *Historical dictionary of Paraguay*. 2. ed. New Jersey/ London: The Scarecrow Press, 1993.

OTAVIO, Rodrigo (filho). *Figuras do Império e da República.* Rio de Janeiro: Zélio Valverde, 1944.

PASTOR BENÍTEZ, Justo. *Ensayo sobre el liberalismo paraguayo.* Asunción: [s.n.], s.d.

PASTORE, Carlos. *El Gran Chaco en la formación territorial del Paraguay; etapas de su incorporación.* Asunción: Critério Ediciones, 1989.

_____. *La lucha por la tierra en el Paraguay.* Montevideo: Editorial Antequera, 1972.

PELÁEZ, Carlos Manuel; SUZIGAN, Wilson. *História monetária do Brasil.* 2. ed. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1981.

PEÑA VILLAMIL, Manuel. *Eusebio Ayala y su tiempo.* Asunción: Trujillo, 1993.

PERISSIONOTTO, Renato M. *Classes dominantes e hegemonia na República Velha.* Campinas: Editora da Unicamp, 1994.

PESOA, Manuel. *General Doctor Benigno Ferreira: su biografía, insertada en la Historia del Paraguay.* Asunción: Intercontinental Editora, 1995.

PÓVOAS, Lenine. *Influência do Rio da Prata em Mato Grosso (Ensaio).* Cuiabá: [s.n.], 1982.

QUATTROCCHI-WOISSON, Diana. *Los males de la memoria; historia y política en la Argentina.* Buenos Aires: EMECÉ, 1994.

QUEIROLO, Victor Ayala. *Historia de la cultura en el Paraguay.* Asunción: Imprenta Zamphirópolos, 1970.

_____. *Paz del Chaco (período 15 julio 1935 – 21-I-1936); gestión dr. Gerónimo Zubizarreta*. Asunción: Casa Libro, 1976.

QUELL, H. Sanchez. *Historia de las relaciones entre Francia y Paraguay (de Napoleón III y Solano López a De Gaulle y Stroessner).* Asunción: Casa América, 1980.

RAHI, Arturo. *La entrega del Chaco y otros capítulos de la historia paraguaya*. Assunção: Carlos Schauman, 1988

RANGEL, Carlos R. R. Os exilados brasileiros no Prata: entre a revolução e a ordem (1930-1935) in: *Anais Eletrônicos do V Encontro da ANPHLAC*. Belo Horizonte, 2000. Disponível em: <http://www.anphlac.org/periodicos/anais/encontro5/carlos_roberto_rangel.pdf>. Acesso em 25.10.2009.

RÉMOND, René (Org.). *Por uma história política*. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

REYES ABADIE, Washington; MELOGNO, Tabaré. *Crónica general del Uruguay; el siglo XX*. Montevidéo: La Banda Oriental, 2001, t. VII, v. 2.

RIART, Gustavo. *El Dr. Luis A. Riart y la defensa del Chaco.* Asunción: Cromo, 1987.

RIQUELME, Marcial Antonio. *Stronismo, golpe militar y apertura tutelada.* Asunción: RP Ediciones, 1997.

RIVAROLA, Milda. *La contestación al orden liberal; La crisis del liberalismo en la preguerra del Chaco.* Asunción: Centro de Documentación y Estudios, Documento de Trabajo n. 40, 1993.

_____. *Obreros, utopias & revoluciones; la formación de las clases trabajadoras en el Paraguay liberal; 1870-1931.* Asunción: Centro de Documentación y Estudios, 1993.

RIVAROLA PAOLI, Juan Bautista. *Historia monetária del Paraguay;* monedas, bancos, credito público. Asunción: El Gráfico, 1982.

ROCK, David. *La Argentina autoritária; los nacionalistas: su historia y su influencia en la vida pública.* 2.ed. Buenos Aires: Ariel, 1993.

RODRIGUES, José Honório. *Aspirações nacionais; interpretação histórico - política.* 4. ed. revista, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1970.

RODRIGUEZ, Marina. *Las relaciones entre Argentina y Brasil 1870-1910 – una relación ambivalente.* Buenos Aires: Centro Argentino de Estudios Internacionales, s.d. Disponível em: <http://www.caei.com.ar/es/irebooks.htm>.

RODRIGUEZ ALCALÁ, Guido. *Ideologia autoritária.* Asunción: RP Ediciones, 1987.

_____. *Residentas, destinadas y traidoras.* Asunción: RP-Critério, 1991.

SALUM FLECHA, Antonio. *Derecho diplomático del Paraguay; de 1869 a 1994.* 5. ed. corregida y aumentada, Asunción: Ediciones Comuneros, 1994.

RUIZ MORENO, Isidoro J. *La neutralidad argentina en la Segunda Guerra Mundial*. Buenos Aires: Emecé, 1997.

SCENNA, Miguel Ángel. *Argentina-Brasil: cuatro siglos de rivalidad.* Buenos Aires: Ediciones La Bastilla, 1975.

SEIFERHELD, Alfredo M. *La caida de Federico Chaves;una visón documental norteamericana.* Asunción: Editorial Histórica, 1987.

_____. *Economia y petroleo durante la Guerra del Chaco; apuntes para una historia económica del conflicto paraguayo-boliviano.* Asunción: El Lector/ Instituto Paraguayo de Estudios Geopolíticos e Internacionales, 1983.

_____. *Los judíos en el Paraguay; inmigración y presencia judias (Siglo XVI-1935)*. 2.ed. Asunción: El Lector, 1984, v. I.

_____. *Nazismo y fascismo en el Paraguay*; los años de guerra, 1939-1945. Asunción: Editorial Histórica, 1986.

SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como missão; tensões sociais e criação cultural na Primeira República.* 4. ed. São Paulo: Brasiliense, 1995.

SIMÓN G., José (comp.). *Política exterior y relaciones internacionales del Paraguay contemporáneo.* Asunción: Centro Paraguayo de Estudios Sociológicos, 1990.

SCAVONE YEGROS, Ricardo. *Las relaciones entre el Paraguay y Bolívia en el siglo XIX.* Asunción: ServiLibro, 2004.

_____. *Historia de las relaciones internacionales del Paraguay*. Asunción: El Lector/ABC Color, 2010.

SOLVEIRA, Beatriz R. *Las relaciones argentino-paraguayas a comienzos del siglo XX.* Cordoba (Argentina): Centro de Estudios Históricos, 1995.

SPERATTI, capitán Juan. *Política militar paraguaya, esbozo de temas y cuestiones de la instrucción y educación del mando.* Buenos Aires: ABECE, 1955.

SVARTMAN, Eduardo Munhoz. *Diplomatas, políticos e militares; as visões do Brasil sobre a Argentina durante o Estado Novo.* Passo Fundo: EDIUPF, 1999.

TASSO FRAGOSO, general Augusto. *História da Guerra entre a Tríplice Aliança e o Paraguai.* Rio de Janeiro: Estado-Maior do Exército, 1935.

TELESCA, Ignacio. *Historia del Paraguay*. Asunción: Santillana, 2010.

TULCHIN, Joseph S. La *relación argentino - brasileña. Punto de vista argentino* in: MONETA, Carlos (org.), op. cit.

VIANA FILHO, Luiz. *A vida do Barão do Rio Branco.* Rio de Janeiro: J. Olympio, 1959.

VINHOSA, Francisco Luiz Teixeira. *O Brasil e a Primeira Guerra Mundial.* Rio de Janeiro: Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, 1990.

ZEBALLOS, Estanislao. *Diplomacia desarmada.* Buenos Aires: Editorial Universitária, 1974.

ZOOK, David. *La conducción de la Guerra del Chaco.* Asunción: El Lector, 1997.

YEGROS Leandro P. *El proceso de la dictadura liberal de 1940*. Asunción: Cuadernos
Republicanos, 1985.

WARREN, Harris Gaylord. *Paraguay: revoluciones y finanzas.* Asunción: Servilibro, 2008.

_____. *Paraguay and the Triple Alliance; the post-war decade, 1869-1878.* Austin, University of Texas at Austin, 1978.

WRIGHT, Ione S.; NEKHOM, Lisa M. *Diccionário histórico argentine,* 2 ed. Buenos Aires: EMECÉ, 1994.

Formato	15,5 x 22,5 cm
Mancha gráfica	12 x 18,3cm
Papel	pólen soft 80g (miolo), cartão supremo 250g (capa)
Fontes	Verdana 13/17 (títulos),
	Book Antiqua 10,5/13 (textos)